

Corregedoria-Geral
da Justiça Federal

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Tribunal Regional Federal da
5ª REGIÃO



2023

Ministro OG FERNANDES
Corregedor-Geral da Justiça Federal

ELABORAÇÃO
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	5
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	7
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	10
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	24
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO.....	24
GABINETE DA PRESIDÊNCIA.....	24
Desembargador Federal FERNANDO BRAGA DAMASCENO	24
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	33
Desembargadora Federal GERMANA DE OLIVEIRA MORAES	33
GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL	41
Desembargador Federal LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	41
II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS	51
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA	51
DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	51
DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA.....	71
DESEMBARGADOR FEDERAL EDVALDO BATISTA DA SILVA JÚNIOR.....	90
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA	106
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO	106
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA.....	123
DESEMBARGADOR FEDERAL EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.....	141
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA	160
DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI GURGEL DE SOUZA.....	160
DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	176
DESEMBARGADOR FEDERAL ALEXANDRE COSTA DE LUNA FREIRE.....	192
GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA	210
DESEMBARGADOR FEDERAL VLADIMIR SOUZA CARVALHO	210
DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	227
DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO.....	246
GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA	263
DESEMBARGADORA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	263
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR	278
DESEMBARGADORA FEDERAL CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA	293
GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA	312
DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO JOSÉ VASQUES DE MORAES	312
DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO RESENDE MARTINS.....	327
DESEMBARGADOR FEDERAL RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA	342
GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA	356
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO ROBERTO MACHADO	356
DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS	372

DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO AUGUSTO NUNES COUTINHO	386
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO	399
DIRETORIA JUDICIÁRIA	399
DIRETORIA DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS, ESPECIAIS E ORDINÁRIOS	403
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE AÇÕES COLETIVAS	411
DIRETORIA DO PLENÁRIO	418
DIVISÃO DAS SEÇÕES	426
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 1ª TURMA...	434
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 2ª TURMA...	444
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 3ª TURMA...	451
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 4ª TURMA...	459
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 5ª TURMA...	467
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 6ª TURMA...	474
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 7ª TURMA...	480
DIRETORIA DE INFORMAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO	486
DIRETORIA DE PRECATÓRIOS.....	492
F. UNIDADES ESPECIAIS	498
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 5ª REGIÃO	498
GABINETE DE CONCILIAÇÃO	505
ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 5ª REGIÃO	514
DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA.....	528
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	532
ESTATÍSTICA	535
SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS	540
G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO.....	554

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento n. 1/2009 e da Portaria CJF n. 285, de 28 de abril de 2023, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Ministro Og Fernandes, Corregedor-Geral, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, abrangendo as unidades jurisdicionais, processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 12 a 16 de junho de 2023, e foram designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria n. 1/2009 – os Desembargadores Federais Gilda Sigmaringa Seixas e Marcos Augusto de Sousa, do TRF da 1ª Região; Guilherme Couto de Castro, do TRF da 2ª Região; Luis Carlos Hiroki Muta, do TRF da 3ª Região; Sebastião Ogê Muniz, do TRF da 4ª Região; Lincoln Rodrigues de Faria e Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, do TRF da 6ª Região; e os Juízes Federais auxiliares desta Corregedoria-Geral, Alcioni Escobar da Costa Alvim e Erivaldo Ribeiro dos Santos.

Para auxiliá-los na inspeção, foram indicados os seguintes servidores: Antônio Carlos Guimarães Júnior, Dayse Alencar Rodrigues, Denise Guimarães Tângari, Édis André Taffarel, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Gabriela Carvalho Valete Rodrigues, Glaucio Southier, Ilton José Costa, Joelmir Rodrigues da Silva, Marcelle Junger Schmid, Marcelle Limborço Valente, Márcia Alves da Silva Abi-Acl, Márcio de Freitas Manna, Maria Eugenia Heck Griep, Namba Akegawa Costa, Nismeire Aparecida Candido de Medeiros, Paulo José Saffioti Junior, Renato de Oliveira Paes, Renato Nunes Rodrigues de Freitas, Ronan Fernandes Teixeira, Rosa Miriam Farias Prysthon e Simone Katsuren Nakasato.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente web, os questionários e a lista de processos previamente enviados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações à Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil, nas Seccionais de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 5ª da Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes Federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando, ao máximo, os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções. Destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários e entrevistas nas inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativo-processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, de modo a permitir formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, para nivelar e democratizar o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma gama de informações das unidades jurisdicionais, analisados pela Corregedoria-Geral, e que servem de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no tribunal, a partir da análise, por amostragem, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, considerando importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; e comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para elaboração do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre depende da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, especialmente no tocante à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do tribunal, a título de “Observações Gerais”, que informa dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise, destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 5ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas turmas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, a serem consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos, bem como para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados às turmas.

Os relatórios das unidades jurisdicionais são feitos por gabinete, dentro de turma específica, para permitir análise com base em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, em relação a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando um exame fundado em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais do magistrado, com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete/turma; os dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; bem como os relativos à atividade-fim, analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de arrolar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório segue o padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive, a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Nessa atuação a Corregedoria-Geral da Justiça Federal trabalha constantemente para a busca do aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis, não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e os dados colhidos na análise de 1.200 feitos trabalhados, segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, com intuito de fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife - PE, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 12 a 16 de junho de 2023. A Corte é composta por 24 desembargadores federais.

Seguem-se os detalhes da composição, no período da inspeção:

Mesa Diretora:

- Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno, Presidente
- Desembargadora Federal Germana de Oliveira Moraes, Vice-Presidente
- Desembargador Federal Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Corregedor Regional

1ª Turma:

- Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho
- Desembargador Federal Roberto Wanderley Nogueira
- Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior

2ª Turma:

- Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro
- Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima
- Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior

3ª Turma:

- Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza
- Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira
- Desembargador Federal Alexandre Costa de Luna Freire

4ª Turma:

- Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho
- Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt
- Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto

5ª Turma:

- Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira
- Desembargador Federal Francisco Alves dos Santos Júnior
- Desembargadora Federal Cibele Benevides Guedes da Fonseca

6ª Turma:

- Desembargador Federal Sebastião José Vasques de Moraes
- Desembargador Federal Leonardo Resende Martins
- Desembargador Federal Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva

7ª Turma:

- Desembargador Federal Francisco Roberto Machado
- Desembargador Federal Frederico Wildson da Silva Dantas
- Desembargador Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho

Foram inspecionadas as seguintes unidades: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional, Gabinetes dos Desembargadores Federais, Diretoria Judiciária, Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas, Diretoria do Plenário, Divisão das Seções, Diretoria de Informações e Distribuição, Divisão de Processamento das Causas de Competência das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Turmas, Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Gabinete de Conciliação, Diretoria de Precatórios, Divisão de Assuntos da Magistratura, Gabinete de Segurança Institucional, Estatística e Sistema Judiciais Eletrônicos.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos, das unidades envolvidas na inspeção. Com a ampliação do Tribunal, no ano de 2022, a Corte passou a contar com sete turmas e três seções não especializadas em sua organização interna, e por essa razão, a distribuição permanece aleatória, e não faz distinção por matéria.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados 1.200 feitos, nas mais diferentes classes e fases, com identificação de situações eventualmente críticas e cujo exame físico ou eletrônico coube às equipes formadas por magistrados e servidores.

Os resultados das avaliações concretas de cada acervo constam dos relatórios individuais das respectivas unidades, nos quais se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão processual e de pessoas, boas práticas, observações gerais e recomendações.

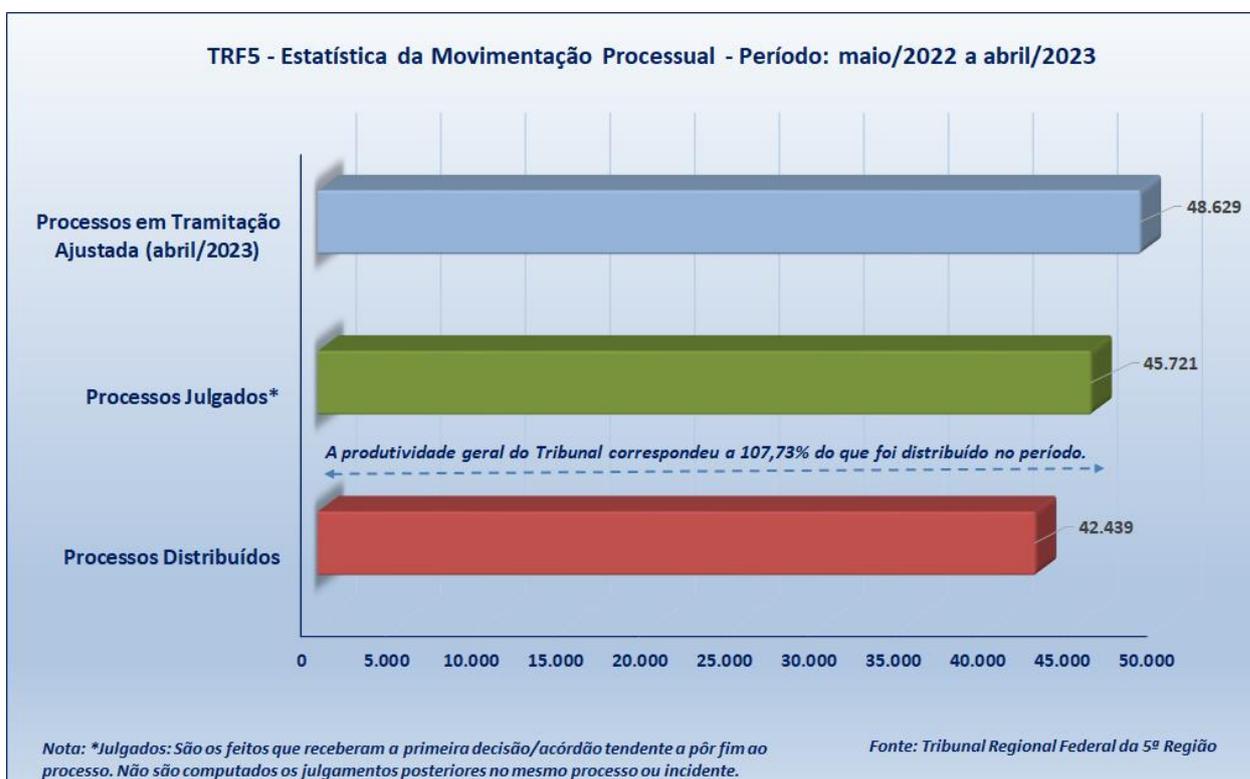
A avaliação conjunta entre equipes da Corregedoria-Geral e as unidades inspecionadas, por meio de reuniões e troca de experiências durante e após a inspeção, buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas seções, turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados.

Numa primeira vertente, a inspeção consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada e conclusão dos feitos junto à Corte e cumprimento das metas processuais do CNJ. Compreende-se como **distribuição** o total de feitos protocolados no Tribunal, por meio automatizado ou manual, de forma ordinária ou por dependência, em determinado período. Por **produtividade**, define-se a quantidade de processos julgados na Corte, excluindo-se os embargos de declaração e os agravos internos ou regimentais. Por **tramitação ajustada**, considera-se o número de feitos em estoque, descontados os suspensos/sobrestados. Finalmente, por **conclusão**, o total de processos estocados em gabinete prontos para julgamento.

Nesses termos, para a aferição dos indicadores das unidades inspecionadas, adotou-se como referencial o período de maio/2022 a abril/2023, ou seja, os doze meses anteriores à etapa inicial da inspeção ocorrida em maio de 2023, sendo considerados como dados oficiais aqueles fornecidos pelo Setor de Estatística vinculado à Secretaria

Judiciária do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Isso considerado, registrou-se que a Corte recebeu 42.439 ações judiciais, que foram distribuídas ou redistribuídas entre as sete turmas da Corte e seu órgão plenário. A divisão da redistribuição entre os gabinetes novos foi equânime, com remessa média de 2.460 processos, enquanto os gabinetes antigos, com exceção de duas unidades da 2ª Turma que apresentaram distribuição 97% superior, em média, ou seja, 2.909 e 2.723 feitos com relação a outra unidade que recebeu 1.426 ao longo do período.

Quanto à produtividade, no mesmo período, o Tribunal julgou globalmente o total de 45.721 processos, o que resulta no percentual de produtividade média de 107,73%. Vale dizer, a Corte julgou quantidade de feitos maior que os distribuídos no mesmo período, como graficamente descrito na forma a seguir:



O detalhamento desses números permite a obtenção também da produtividade setorial do Tribunal, ou seja, razão entre o número de processos julgados e distribuídos por turma, nos seguintes percentuais:

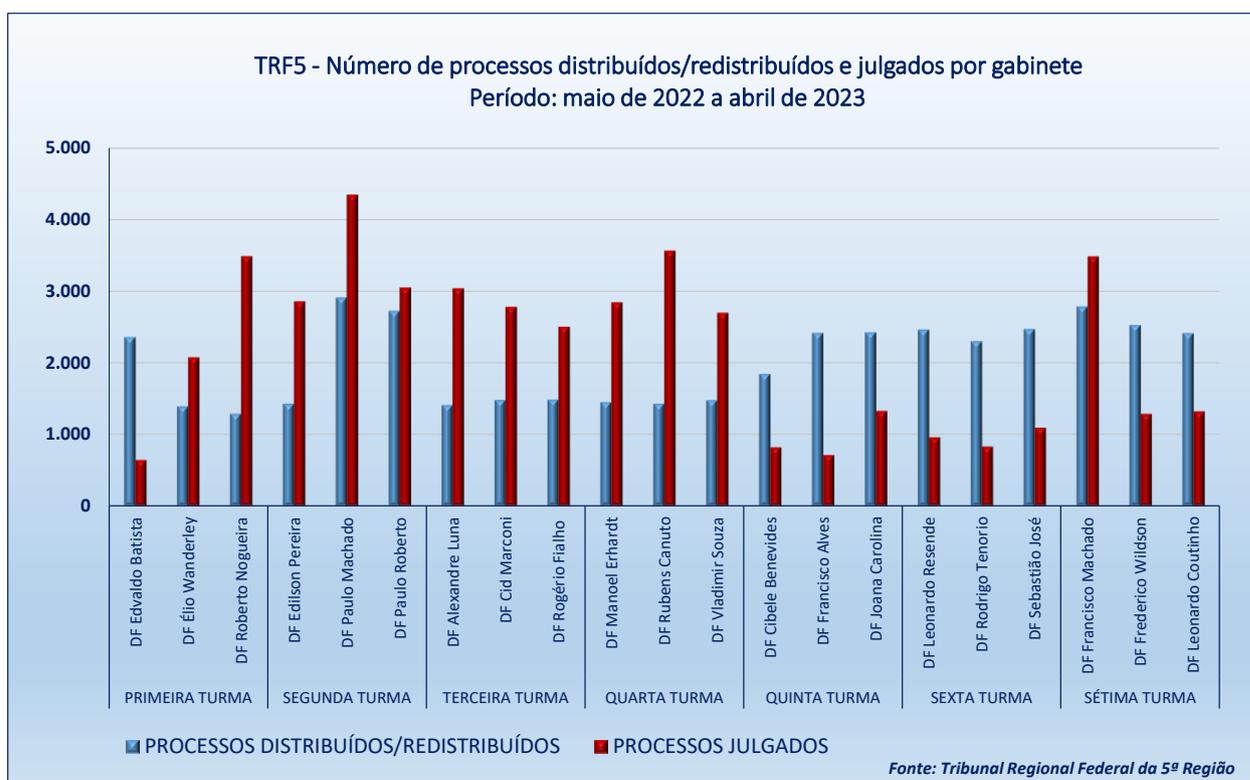
- 1ª Turma: produtividade de 123%, com 5.037 distribuídos e 6.207 julgados;
- 2ª Turma: produtividade de 145%, com 7.058 distribuídos e 10.251 julgados;
- 3ª Turma: produtividade de 190%, com 4.373 distribuídos e 8.319 julgados;
- 4ª Turma: produtividade de 209%, com 4.351 distribuídos e 9.104 julgados;
- 5ª Turma: produtividade de 43%, com 6.675 distribuídos e 2.861 julgados;

6ª Turma: produtividade de 40%, com 7.227 distribuídos e 2.885 julgados;

7ª Turma: produtividade de 79%, com 7.718 distribuídos e 6.094 julgados.

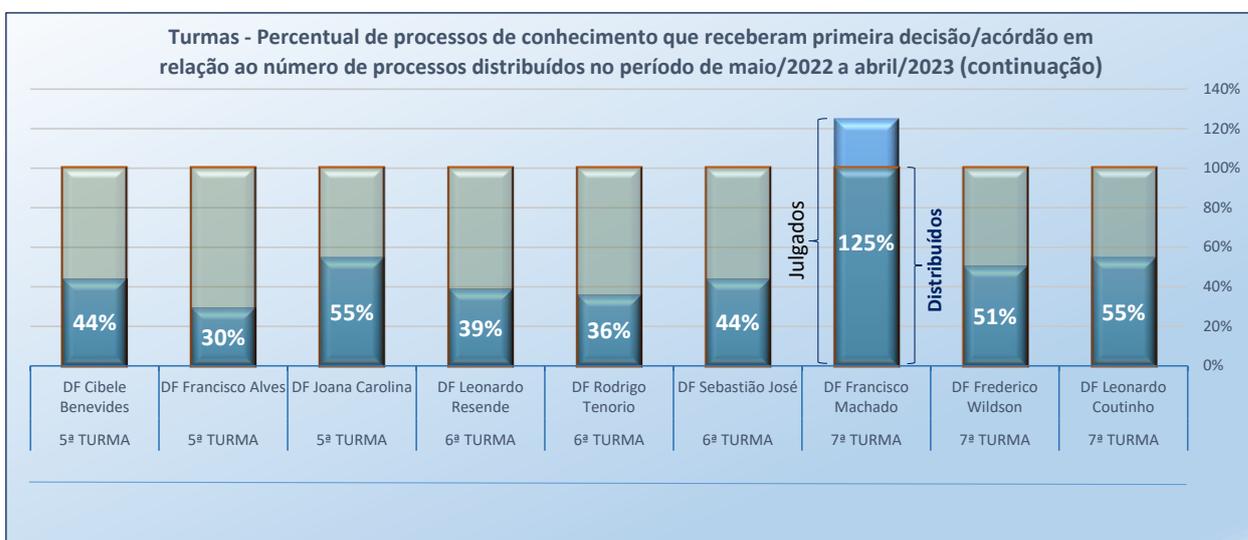
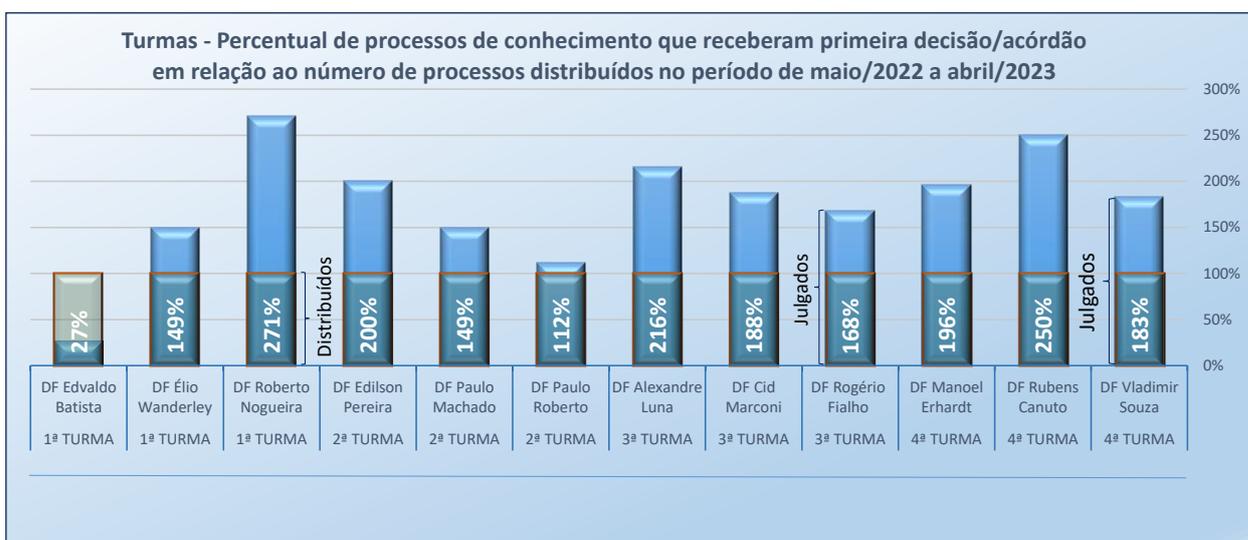
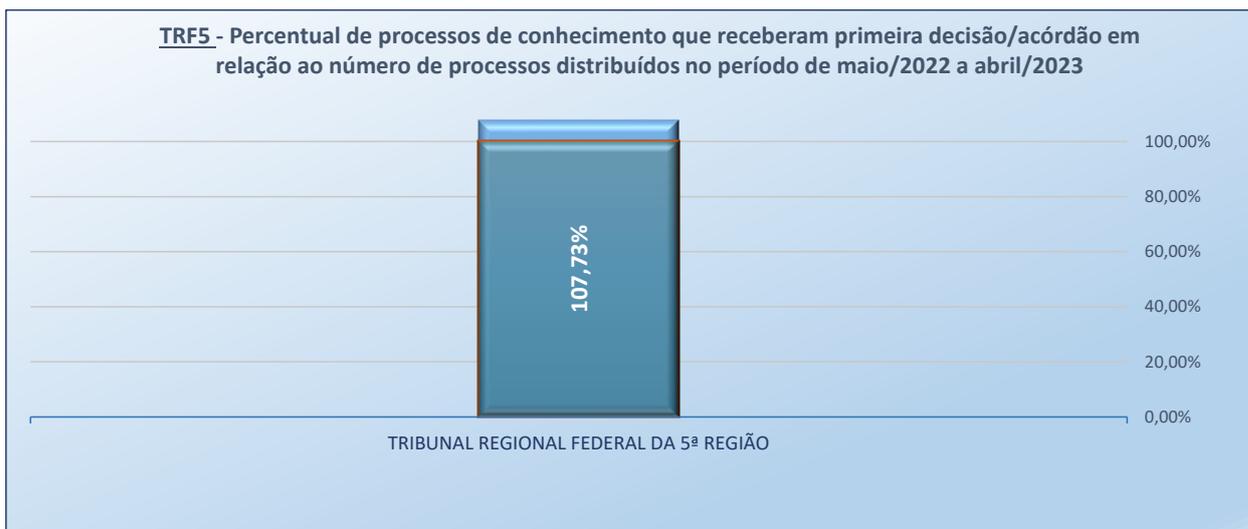
Vale ressaltar que os gabinetes novos receberam, em setembro de 2022, em única remessa, grande volume de processos, por redistribuição, e portanto tiveram apenas 7 meses de produção, o que justifica os percentuais mais baixos de produtividade.

A relação entre a distribuição e o julgamento nas quatro turmas está visualmente representada nos gráficos a seguir:



Ainda quanto à produtividade, se comparados com os números verificados na inspeção anterior, em 2021, quando a produção do Tribunal era superior ao número de processos distribuídos em 2.336 feitos¹, verifica-se que a Corte apresentou importante desempenho e manteve a tendência do cumprimento do que determina a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça. Os gráficos a seguir retratam o percentual, em todo o Tribunal e por unidade, de processos julgados em relação aos que foram distribuídos no período de maio de 2022 a abril de 2023.

¹ Ou seja, ingressaram naquele período avaliado (2022/2023) 42.439 processos e foram julgados 45.721 processos.



O terceiro indicador inspecionado para a obtenção de um diagnóstico adequado da gestão processual refere-se à análise do volume de feitos em tramitação ajustada na Corte em seus distintos órgãos jurisdicionais, ou seja, em cada uma de suas turmas e

na Vice-Presidência, tendo em vista a competência dessa última para encaminhar os feitos a tribunais superiores, devolvê-los à origem após o trânsito em julgado, ou sobrestá-los.

Nesses termos, apurou-se a existência de 53.168 processos em tramitação no TRF da 5ª Região, conforme é possível observar no quadro a seguir:

Processos em tramitação ajustada, por turma, no TRF da 5ª Região
Posição: abril/2023

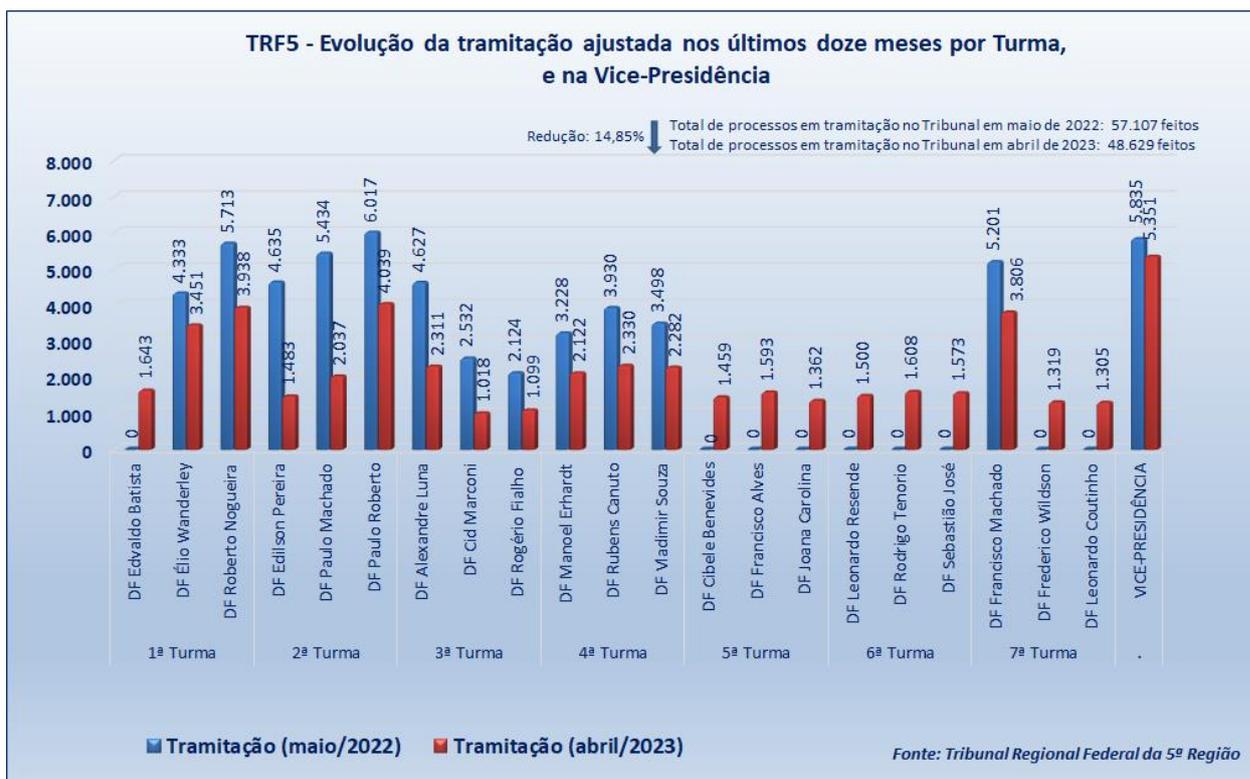
Órgãos	Tramitação Ajustada	% de processos em relação ao total
Vice-Presidência	5.351	11,00%
1ª Turma	9.032	18,57%
2ª Turma	7.559	15,54%
3ª Turma	4.428	9,11%
4ª Turma	6.734	13,85%
5ª Turma	4.414	9,08%
6ª Turma	4.681	9,63%
7ª Turma	6.430	13,22%
Total de processos	48.629	-

Fonte: Tribunal Regional Federal da 5ª Região - Portal Business Intelligence.

Nota: Os processos sobrestados não estão incluídos na tramitação ajustada.

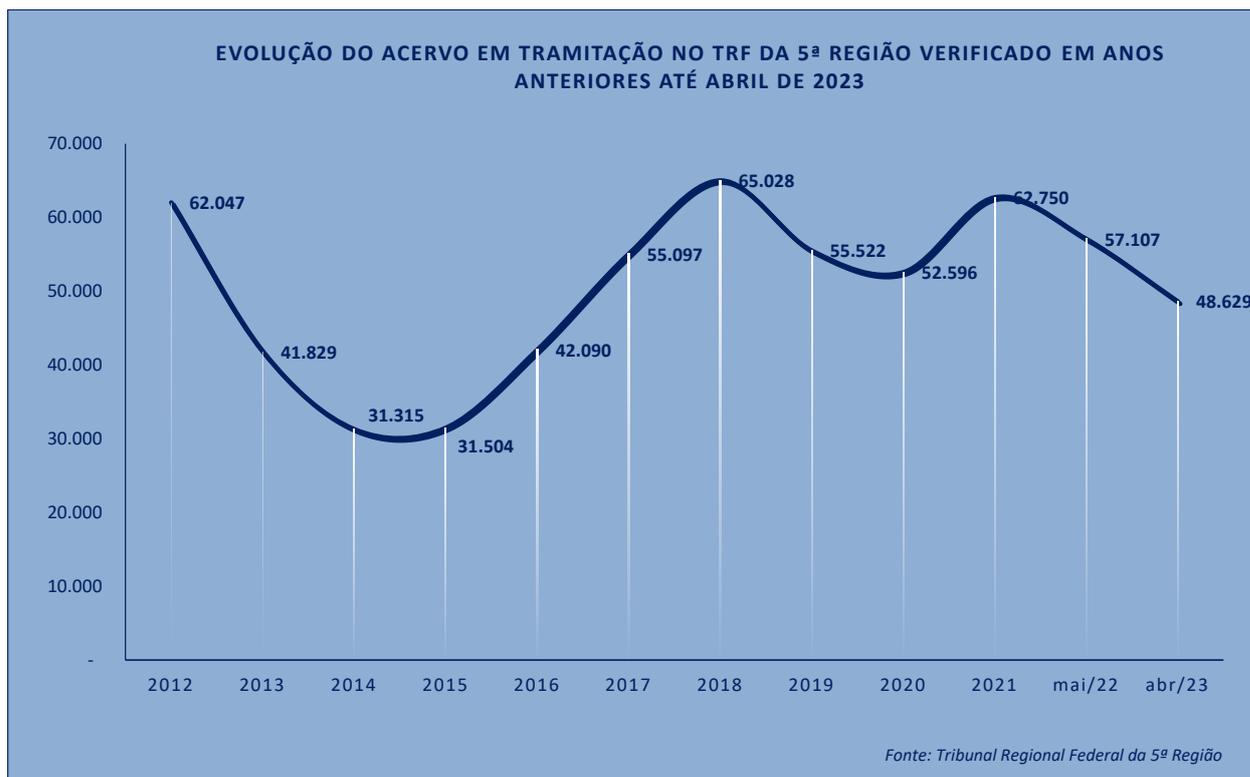
Ao analisar a tramitação ajustada de maneira mais detalhada, percebe-se que, no período de 19 de setembro de 2022 a 31 de março do corrente ano, todos os processos novos de competência das Turmas, Seções e do Plenário foram distribuídos exclusivamente para os desembargadores integrantes das novas Turmas, (quinta, sexta e sétima). A partir de abril deste ano findaram as distribuições exclusivas e os processos novos passaram a ser distribuídos para qualquer um dos 21 desembargadores.

No total, o Tribunal possui 48.629 processos ativos, o que se traduz na redução de 14,85% no número de feitos em tramitação nos últimos 12 meses (redução de 8.478).



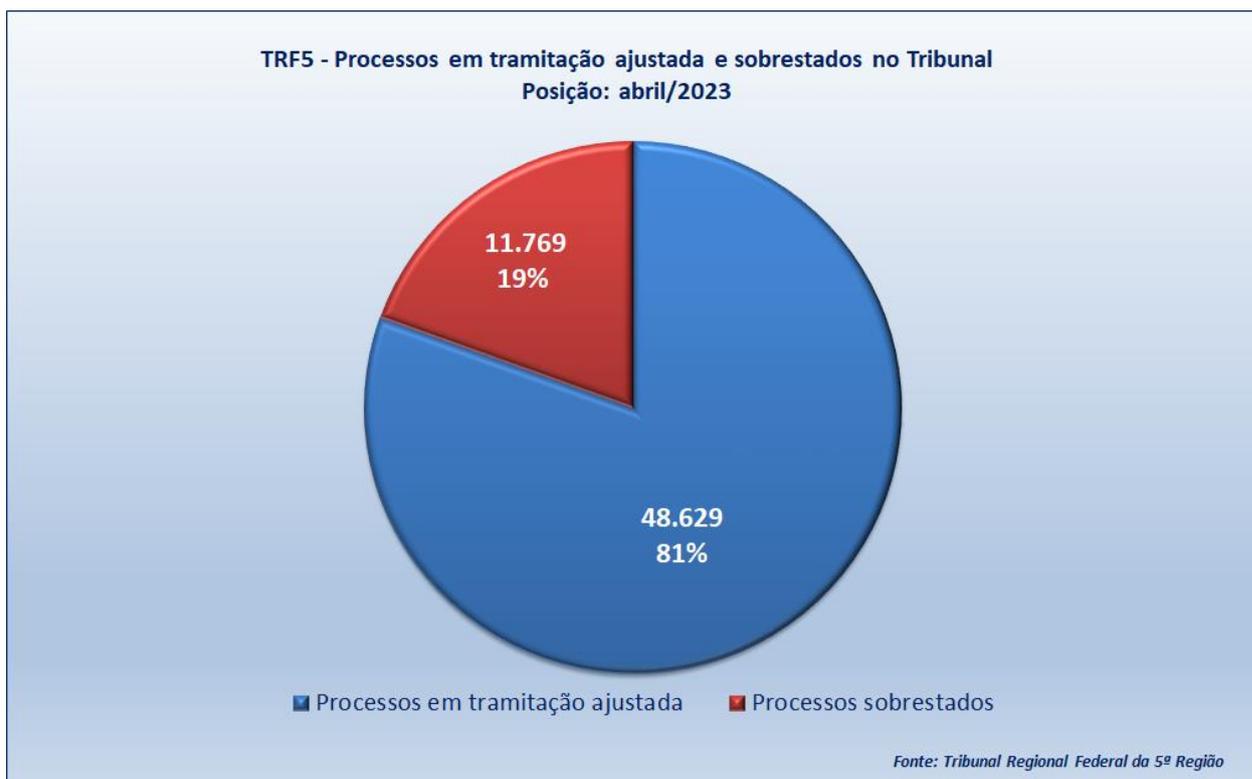
Obtidos os indicadores de distribuição, produtividade e tramitação relativos ao período de maio de 2022 a abril de 2023, quando teve lugar a inspeção, passa-se a cotejá-los com a série histórica iniciada no ano de 2012, a fim de se constatar a evolução ou involução da Corte em relação a sua eficiência.

Nesse contexto, observa-se que o acervo ajustado do TRF da 5ª Região era decrescente no período de 2012 (62.047 processos) a 2014 (31.315). No período posterior, de 2015 a 2018, o estoque atingiu um crescimento de 106,41%, momento em que ocorreu a inversão da curva de tramitação. Em 2018, havia um acervo de 65.028 processos em andamento, em 2019 um volume de 55.522, caindo para 53.168 em maio de 2021. A partir de 2020, a curva se inverteu e cresceu, até dezembro de 2021, para 62.750, momento em que se inicia nova queda de 22,5% até abril de 2023. O gráfico a seguir demonstra tal realidade.

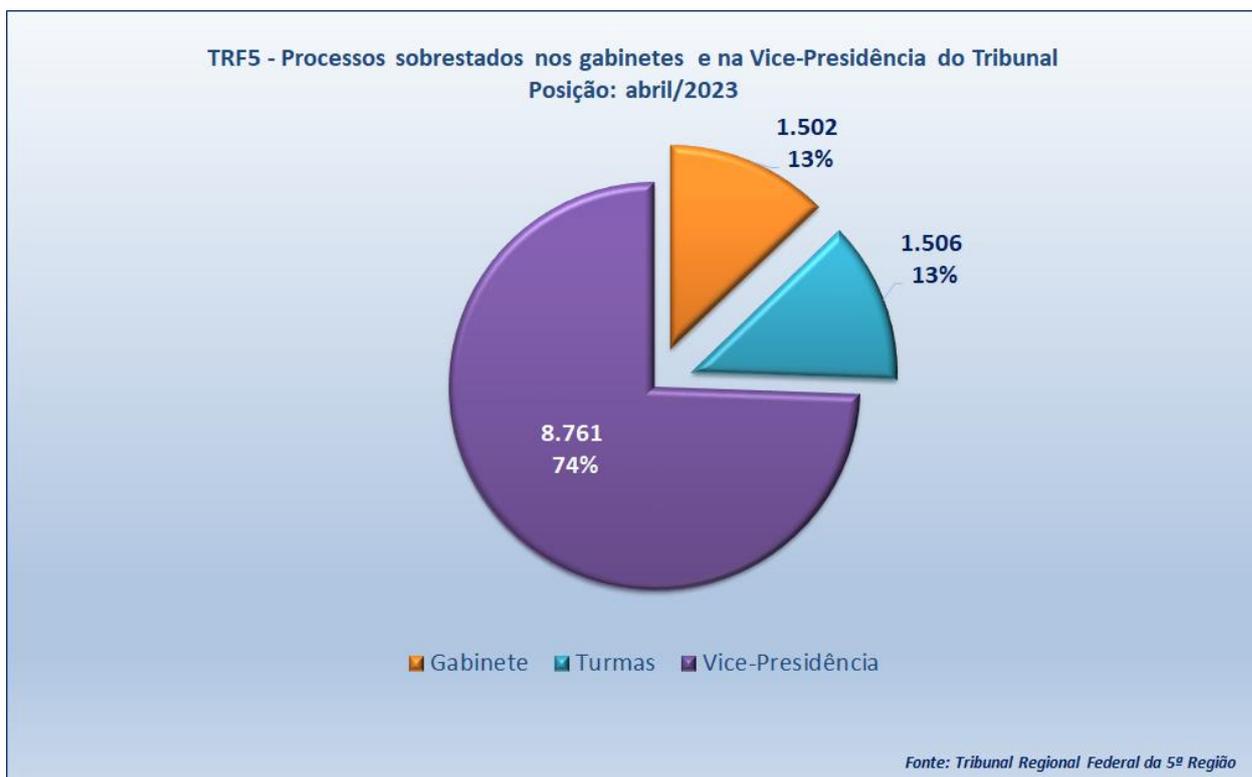


Ressalte-se que, para esses dados de tramitação ajustada, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos suspensos ou sobrestados.

O Tribunal possui, globalmente, 60.398 processos em tramitação, dos quais 11.769 (19,5%) estão suspensos/sobrestados.

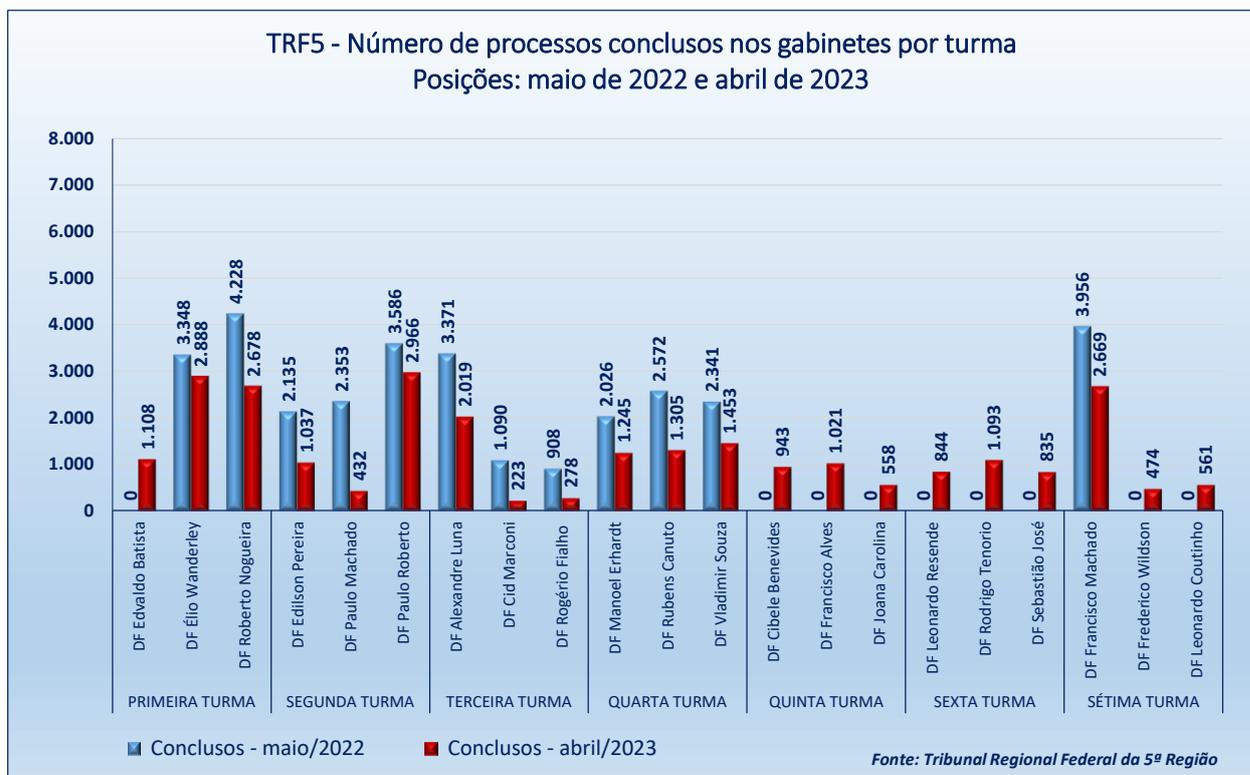


Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 13% (1.502) estão localizados nos gabinetes, 13% (1.506) nas turmas e 74% (8.761) na Vice-Presidência.



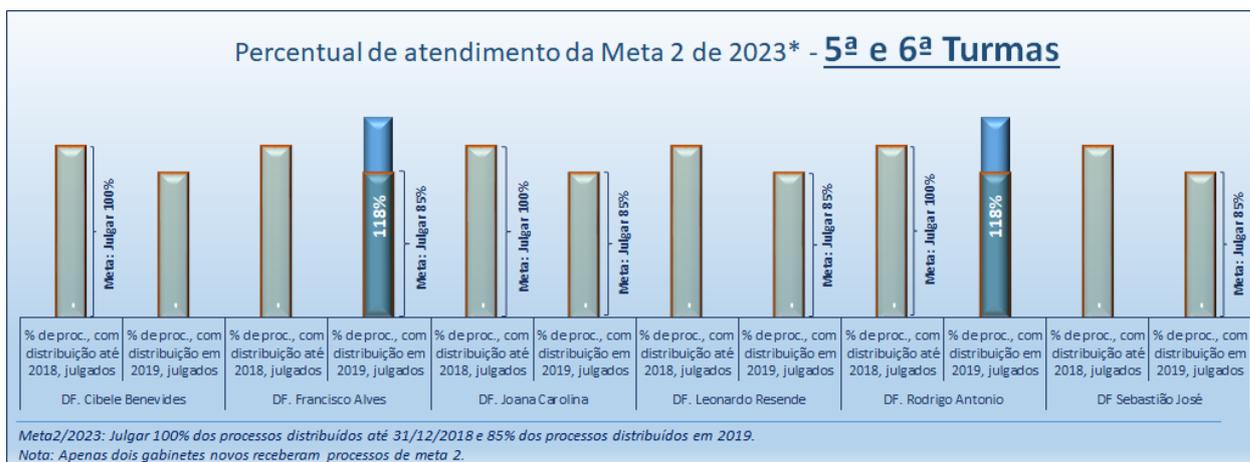
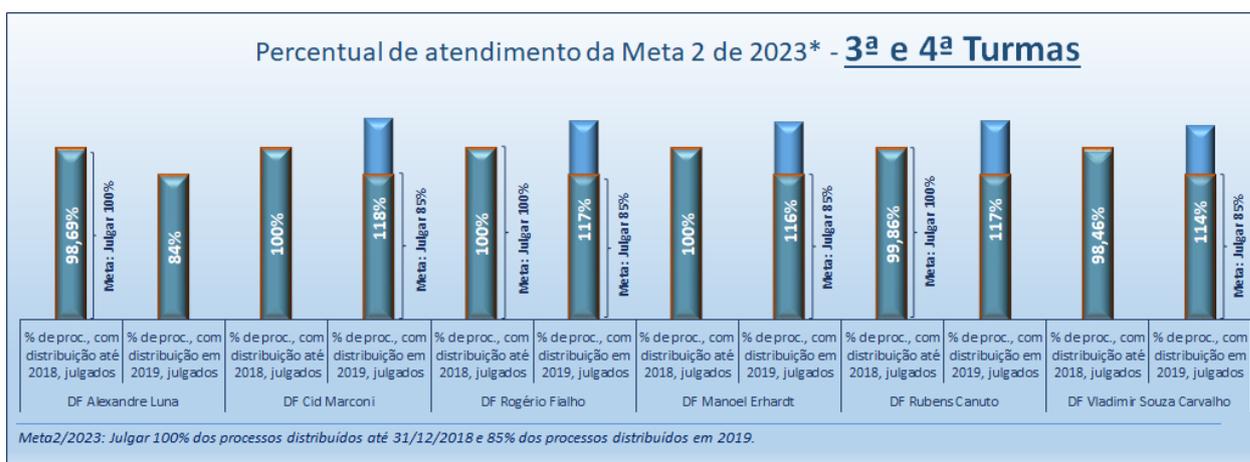
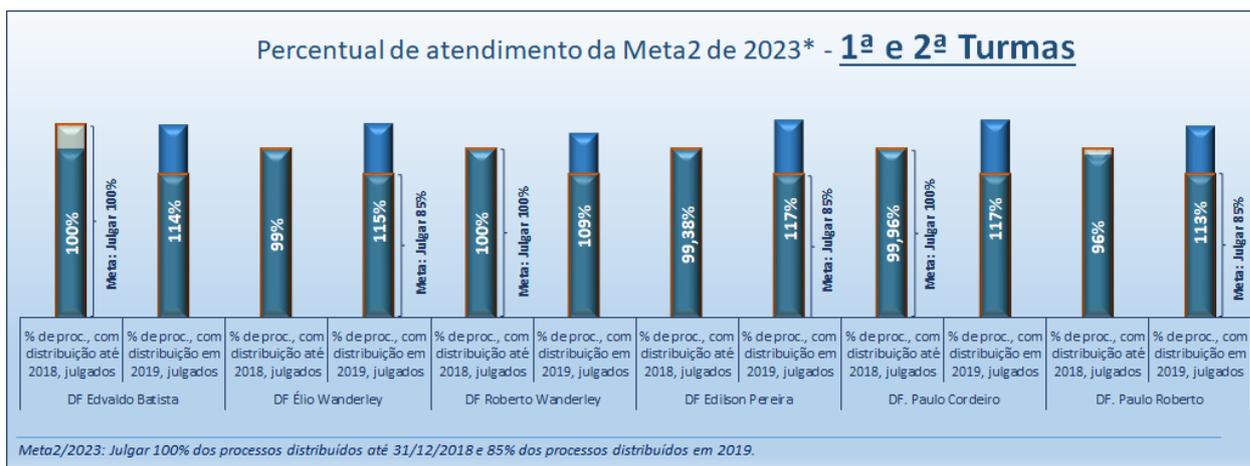
O quarto indicador trata da análise comparada dos processos concluídos para julgamento nos gabinetes dos desembargadores federais.

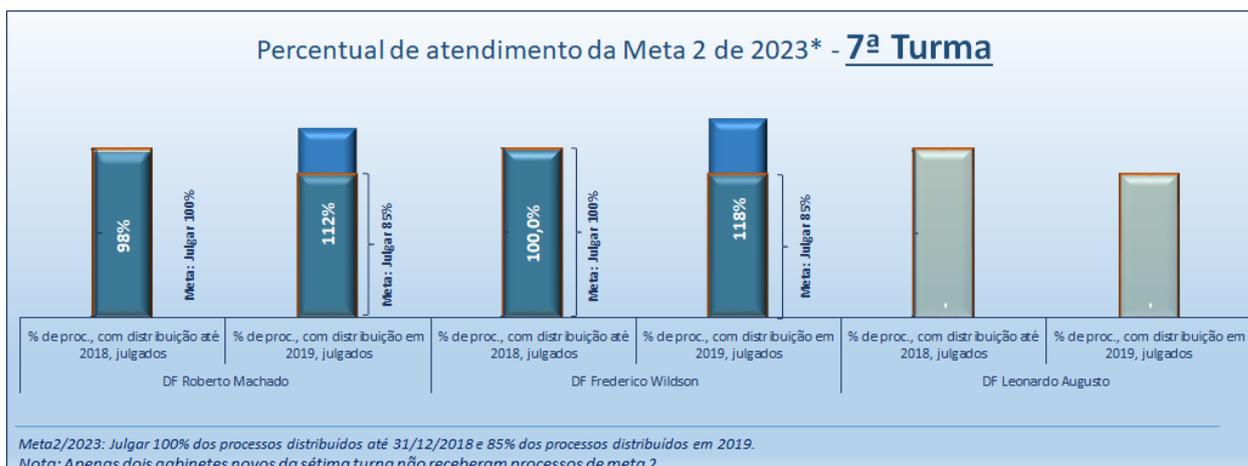
Para fins comparativos, seguem os gráficos que ilustram a evolução do acervo de processos concluídos por unidade, nas datas de maio/2022 e abril/2023, destacando-se que, na média, o Tribunal apresenta 1.268 concluídos por gabinete, excluindo-se os acervos dos Desembargadores Federais Presidente e Vice-Presidente, considerando que possuem dinâmica diferente de julgamento.



Oportuno mencionar, para fins de acompanhamento da gestão processual, o perfil geral do acervo, por gabinete, sem julgamento e por tempo de tramitação, em que é considerada a data de distribuição originária no Tribunal. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2/2023 do CNJ (julgar 100% dos processos em tramitação, distribuídos até 31/12/2018 e 85% dos distribuídos em 2019), que, em abril de 2023, somavam 522 em tramitação, o que corresponde a 1,07% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados.

Os gráficos a seguir demonstram o nível de cumprimento da Meta 2/2023, por gabinete. A primeira coluna, do respectivo gabinete, corresponde ao percentual de processos com distribuição até 2018 e que foram julgados até a presente data (meta: julgar 100% dos feitos); e a segunda coluna, o percentual de processos com distribuição em 2019 e que já receberam o primeiro julgamento (meta: julgar 85% dos feitos).





Por fim, ainda sobre os indicadores de produção, deve-se mencionar que, em relação à Meta 3/2023 do CNJ, cujo objetivo para o Judiciário é fomentar o alcance do percentual mínimo de 8% de processos conciliados em relação aos distribuídos, a Corte Regional conciliou 39 feitos, ou seja, 1,25% dos distribuídos no Tribunal em 2023. Em 2022, foram 66 processos, equivalentes a 2,53%.

A inspeção, contudo, não se destina simplesmente a apontar indicadores estatísticos de produção, dificuldades ou problemas. Busca, também, elaborar diagnóstico amplo de cada Corte Regional.

Além da análise da eficiência do Tribunal, medida por números e gráficos evolutivos, a equipe de trabalho da inspeção procura também identificar experiências na obtenção de boas práticas para uma gestão adequada dos processos com posterior disseminação para os demais órgãos da Justiça Federal.

Nesse sentido, o presente relatório traz, a título de exemplo, iniciativas gerais observadas nas seguintes unidades: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional, Gabinetes dos Desembargadores Federais, Diretoria Judiciária, Gabinete de Conciliação, Escola da Magistratura Federal da 5ª Região e Sistemas Judiciais Eletrônicos. As iniciativas das demais unidades inspecionadas constam dos relatórios individualizados.

A Presidência adotou meios facilitadores para a gestão das atividades desenvolvidas, como: o aplicativo Teams que já responde pela rapidez no âmbito das comunicações da unidade; o sistema SEI! como principal instrumento de controle e tramitação das demandas; e o Portal *Business Intelligence* do TRF5, para o gerenciamento dos diversos comitês e comissões instalados no Tribunal.

Na Vice-Presidência destaca-se o desenvolvimento de mecanismos voltados à inteligência artificial em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, para auxiliar na triagem e identificação de processos similares para envio de representantes de controvérsia.

A Corregedoria Regional, por sua vez, adota o modelo de gestão participativa. Para tanto fomenta o estímulo à conciliação; o fortalecimento da Ouvidoria; a priorização da

cooperação judiciária; o acolhimento de sugestões, propostas e projetos que sejam de interesse comum e, sobretudo, promovam a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Justiça Federal da 5ª Região.

Nos gabinetes de forma geral, pode-se destacar a cultura da inovação, mediante a máxima utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis:

- interesse por desenvolver ferramentas de inteligência artificial para elaboração de minutas de votos e decisões;
- utilização da ferramenta desenvolvida no TRF (JULIA) para auxílio na pesquisa de jurisprudências dos colegiados;
- utilização do BI como ferramenta para incremento da produtividade;
- adoção do *One Drive*, para compartilhamento de arquivos, com possibilidade de edição simultânea por vários usuários;
- formato de concentração de tarefas a partir da criação de núcleos temáticos, de acordo com os diferentes ramos do Direito, e especialização em matérias, atribuindo responsabilidades aos servidores por áreas específicas;
- adoção de premiações, controle de produtividade, e triagem acurada; e
- aplicação do protocolo de julgamento sob perspectiva de gênero.

Destaque também para:

Na Diretoria Judiciária, desenvolvimento de automação, ainda em fase de teste, para a atividade de juntada de peças de julgamento do STJ, com previsão futura de criação de outras automações no auxílio da juntada de peças do STF.

No Gabinete de Conciliação destaca-se o "Projeto do Conciliador Mirim", desenvolvido pela Seção Judiciária da Paraíba (CEJUSC/PB). O projeto já conta com cronograma de visitas a escolas levando conciliadores para combater a violência nos colégios, dando formação aos adolescentes, a fim de que ajudem como pacificadores em Justiça Restaurativa.

Na Escola da Magistratura, a busca pela descentralização administrativa e pedagógica decorrente da existência dos núcleos seccionais, que possibilitam melhor gestão dos recursos orçamentários e maior efetividade no planejamento das ações formativas voltadas à solução de problemas reais do cotidiano da magistratura da Região.

O Sistemas Judiciais Eletrônicos vem implementando várias ações de inovação, como:

- classificação de petições iniciais para perícias;
- triagem dos recursos especiais/extraordinários e classificação de processos;
- sistema de pesquisa a base de julgados do Tribunal, JULIA;

- modelo de gestão de contratos baseado em centros de custo descentralizados. Cada contrato é tratado como projeto na ferramenta de gestão de demandas JIRA, e os dados são alimentados pelos responsáveis pelos centros de custo.

Verifica-se que o TRF5 tem investido em inovação e melhoria nos processos de gestão e governança, com o uso de soluções que envolvem inteligência artificial, melhorando seus processos de gestão. Citam-se a adoção do SGA, a aquisição de novas ferramentas de monitoramento de rede e aplicações, contratando solução integrada de tratamento a ameaças cibernéticas, entre várias outras iniciativas de destaque.

Constatou-se, desse modo, que o Tribunal trabalha para aumentar a produtividade e disponibilidade de seus serviços, bem como de toda a 5ª Região.

Considerando-se os resultados alcançados pelo Tribunal e as restrições orçamentárias com imediatos reflexos limitadores nas diversas áreas da Administração Pública, conclui-se que o TRF5 vem prestando adequadamente a jurisdição.

Cabe, contudo, buscar o aprimoramento dos serviços públicos ali oferecidos mediante a adoção das recomendações gerais a seguir indicadas, que deverão ser respondidas pela Presidência do Tribunal, no prazo de 60 dias:

- envidar esforços junto ao setor responsável do Tribunal com vistas à criação de funcionalidade no Sistema PJe que permita a identificação, no cadastro processual, de temas tratados nos processos, com viabilidade de atualização das informações referentes a sobrestamento ou dessobrestamento de processos, e realização de julgamentos de recursos geradores de precedentes qualificados;

- adotar providências administrativas visando possível solução quanto à dificuldade no procedimento de controle e acompanhamento de processos criminais remetidos em caráter de baixa por incompetência e tramitação direta entre o MPF e a DPF;

- reformar o espaço físico destinado às secretarias de turmas, que estão em um mesmo ambiente, separadas apenas por divisórias, a fim de reduzir o barulho elevado que atrapalha a concentração dos servidores;

- criar e/ou apoiar a realização de projetos e trilhas de aprendizagem contínua, a fim de acelerar a assimilação do conteúdo e consolidar a capacitação técnica dos colaboradores dos novos gabinetes; e

- suprir a carência de servidores verificada em todas as unidades inspecionadas.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargador Federal FERNANDO BRAGA DAMASCENO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5, estando a ela subordinadas a **Chefia de Gabinete da Presidência**, na qual se vincula o Núcleo de Apoio Administrativo; a **Assessoria Especial da Presidência**, na qual se vinculam a Divisão de Relacionamento com Tribunais e Conselhos Superiores, a Assessoria Adjunta da Presidência e a Seção de Informações ao Cidadão; a **Assessoria de Demandas Judiciais da Presidência**; a **Assessoria Jurídica do Tribunal**, na qual se vinculam a Divisão da Assessoria Jurídica do Gabinete do Presidente, a Divisão da Assessoria Jurídica do Tribunal e a Divisão de Acompanhamento de Processos; a **Diretoria de Modernização**, na qual se vincula a Seção de Gestão de Inovação e Aprendizado Organizacional; a **Divisão de Cerimonial e Relações Públicas**; a **Diretoria de Auditoria Interna**, na qual se vinculam o Núcleo de Acompanhamento de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, o Núcleo de Auditoria de Prestação de Contas e o Setor Técnico de Apoio Jurídico; a **Diretoria Executiva de Autogestão em Saúde**, na qual se vinculam o Setor de Gestão Estratégica, o Setor Técnico de Informações Gerenciais e Controle, o Núcleo Financeiro, o Setor Técnico de Processos Administrativos e a Seção de Assessoramento de Gestão da Autogestão; a **Diretoria Geral**, na qual se vinculam o Núcleo de Assessoria Jurídica e de Gestão de Projetos e Processos, o Núcleo de Apoio Administrativo, a Divisão de Estatística, a Divisão de Gestão Estratégica e Governança; e a **Divisão de Comunicação Social**, na qual se vinculam a Seção de Editoração, a Seção de Apoio Administrativo e a Seção de Comunicação.

1.2 Competência

As atribuições do Presidente do TRF5 estão previstas no art. 17 do Regimento Interno desta Corte Regional, dentre as quais se destacam: (i) representar o Tribunal; (ii) velar pelas prerrogativas do Tribunal; (iii) dirigir os trabalhos do Tribunal, presidindo as sessões plenárias e as do Conselho de Administração; (iv) convocar as sessões extraordinárias do Plenário e as do Conselho de Administração; (v) submeter questões de ordem ao Tribunal; (vi) executar as ordens e decisões do Tribunal, ressalvadas as atribuições dos Presidentes das Seções e Turmas e dos Relatores; (vii) proferir, nos julgamentos do Plenário, o voto de qualidade; (viii) relatar, com voto, o agravo interposto de suas decisões; (ix) assinar as cartas de sentenças e as cartas de comunicações de atos em processos de sua competência; (x) presidir e supervisionar a distribuição dos feitos aos Desembargadores Federais; (xi) dar posse aos Desembargadores Federais durante o recesso do Tribunal ou nas férias e conceder-lhes transferência de Turma; convocar Juízes Federais com mais de cinco anos de

atividade, em casos de necessidade, para completar o quórum, ouvido o Plenário; (x) decidir: a) as reclamações por erro da ata do Plenário ou da publicação de acórdãos; b) os pedidos de suspensão da execução de medida liminar ou de sentenças proferidas em mandado de segurança e demais ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes; c) os pedidos de suspensão da execução de tutela antecipada; d) os pedidos de avocação de processos; e) durante o recesso do Tribunal, os processos com pedido de liminar em habeas corpus liberatório e questões judiciais urgentes; f) sobre deserção de recursos extraordinário e especial não preparados no Tribunal; g) sobre a admissibilidade de recurso especial, de recurso extraordinário e de recurso ordinário, resolvendo os incidentes que se suscitarem, podendo delegar essa atribuição ao Vice-Presidente; h) sobre a expedição de ordens de pagamento devido pela Fazenda Pública, despachando os respectivos precatórios e requisições de pequeno valor; i) sobre o sequestro, no caso do art. 100, § 6º, da Constituição Federal; (xi) baixar as resoluções e instruções normativas referentes às deliberações do Plenário; (xii) adotar as providências necessárias à elaboração da proposta orçamentária do Tribunal e da Justiça Federal de Primeira Instância e encaminhar pedidos de abertura de créditos adicionais; (xiii) assinar os atos de provimento e vacância dos cargos efetivos e em comissão da Secretaria do Tribunal e da Justiça Federal de Primeira Instância, dando posse aos nomeados para a Secretaria do Tribunal; (xiv) delegar, nos termos da lei, competência ao Diretor-Geral, ao Diretor da Secretaria Administrativa e ao Diretor da Subsecretaria de Pessoal a prática de atos administrativos de gestão referentes aos servidores do Tribunal; (xv) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de Juiz de carreira na respectiva jurisdição; (xvi) indicar os Juízes Diretores e Vice-Diretores de Foro das Seções Judiciárias, bem como os Juízes Diretores de Foro das Subseções Judiciárias.

1.3 Órgão de atuação

Presidência

1.4 Mandato

Biênio 2023/2025

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado lotado na unidade

Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno

2.2 Outros magistrados responsáveis pela unidade, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

O mandato é de um biênio. O atual Presidente foi empossado em 3/4/2023. Antes, o Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior assumiu a Presidência de 29/3/2021 a 3/4/2023.

2.3 Juízes auxiliares da Presidência (nome e atribuições)

Juiz Federal Alcides Saldanha Lima (Ato n. 287/2023, desde 4/4/2023), com atribuições de auxiliar à Presidência em geral e coordenar as ações de gestão estratégica da 5ª Região, atuando como interlocutor junto aos Diretores do Foro das Seções Judiciárias vinculadas; acompanhar as demandas dos Conselhos e Tribunais Superiores, determinando seu encaminhamento ao órgão responsável e fiscalizando o cumprimento; coordenar a Rede de Inovação; e coordenar a Rede de Inteligência.

2.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Carlos Eduardo Barros Bradley - Chefe de Gabinete da Presidência (CJ-02) - Técnico Judiciário - Área Administrativa - matrícula n. 1043.

2.5 Servidores e estagiários lotados na Presidência

Vagas não ocupadas	Presidência: 4 (FC-03, 3 FC-04 e 1 FC-05).
Estagiários de nível superior	Marianne Vitória Barbosa Medeiros, matrícula n. 1142ES, Direito; Silas Alexandre da Silva Cipriano, matrícula n. 1145ES, Direito; Beatriz Barbosa de Moraes, matrícula n. 11392ES, Direito; Gerson de Lima Silva, matrícula n. 11433ES, Direito; Mateus Roberto Melo Alves, matrícula n. 11377ES, Engenharia da Produção; Pyetra Moraes Santiago, matrícula n. 11382ES, Psicologia; Ruth Ayane da Paixão, matrícula n. 11386ES, Direito; e, Yasmin Nardoto Broxado, matrícula n. 11387ES, Direito.
Servidores requisitados	Adelson Moura da Silva, Agente Administrativo, matrícula n. 5146, do Quadro de Pessoal da Companhia de Trânsito e Transportes Urbanos - CTTU; Ailson Francisco Rolim, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula n. 5654, da Seção Judiciária de Pernambuco; Alexandre Cardoso Aires Passos Filho, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula n. 5657, da Seção Judiciária de São Paulo; Felipe Costa Pontes, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula n. 5636, da Seção Judiciária do Mato Grosso; Fernanda Palitot Teixeira, Agente Administrativa, matrícula n. 5659, do Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; Rafael Montarroyos Vasconcelos Brito Pereira, Técnico Judiciário - Área Administrativa, matrícula n. 5637, da Seção Judiciária de Pernambuco; Camila Karen de Oliveira Barbosa, Técnica Judiciária - Área Administrativa, matrícula n. 5749, do Quadro do Tribunal Regional Eleitoral - MG (Exercício Provisório); Fedra Teixeira Gonçalves Simões de Lyra, Analista Judiciária - Área Judiciária, matrícula n. 5589, do Quadro do Tribunal Regional Eleitoral-PE; Maria Carolina Castelo Branco de Oliveira, Agente Administrativa, matrícula n. 5037, do Quadro da Prefeitura da Cidade do Recife; Nancy Moreira de Barros Freitas, Agente Administrativa, matrícula n. 5306, do Quadro

	da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco; Regina Célia Lucas Couceiro, Agente Administrativa, matrícula n. 5328, do Quadro do Instituto de Recursos Humanos (IRH) do Estado de Pernambuco; e Sônia Maria de Oliveira, Agente Administrativa, matrícula n. 5026, do Quadro da Secretaria de Governo do Estado de Pernambuco - Casa Civil.
Servidores sem vínculo	Valquíria Maria Novaes Menezes, matrícula n. 1256.
Servidores efetivos	Alexandre Jorge da Costa Lima, Técnico Judiciário - Área Administrativa, matrícula n. 521; Aline Maria Ladislau de Sena, Técnica Judiciária - Área Administrativa, matrícula n. 1166; Ana Luísa Santos Nogueira, Técnica Judiciária - Área Administrativa, matrícula n. 1193; Andrea Lemos de Almeida, Técnica Judiciária - Área Administrativa, matrícula n. 1297; Carlos Eduardo Barros Bradley, Técnico Judiciário - Área Administrativa, matrícula n. 1043; Diego Rodrigues Quirino, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula n. 1348; Regina Célia Wanderley de Moraes Guerra, Técnica Judiciária - Área Administrativa, matrícula n. 669; e Yuri de Matos Mesquita Teixeira, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula n. 1271.

2.6 Servidores e estagiários lotados no gabinete do Desembargador Presidente	
Vagas não ocupadas	Não há funções comissionadas ou cargos em comissão vagos atualmente no Gabinete do Desembargador Presidente, tendo em vista que toda a estrutura foi deslocada temporariamente para a Presidência, nos termos das Resoluções Pleno n. 12 e 13/2023, enquanto perdurar a atual gestão.
Estagiários de nível superior	Os estagiários de nível superior oriundos do Gabinete do Desembargador Federal Fernando Braga, por ocasião da posse do referido magistrado na Presidência do TRF5, foram todos lotados na Presidência e nela permanecerão até o término do biênio 2023/2025.
Servidores sem vínculo	A servidora sem vínculo, oriunda do Gabinete do Desembargador Federal Fernando Braga, por ocasião da posse do referido magistrado na Presidência do TRF5, foi lotada na Presidência e nela permanecerá até o término do biênio 2023/2025.
Servidores efetivos	Os servidores efetivos oriundos do Gabinete do Desembargador Federal Fernando Braga, por ocasião da posse do referido magistrado na Presidência do TRF5, foram todos lotados na Presidência e nela permanecerão até o término do biênio 2023/2025.
Servidores requisitados	Os servidores requisitados oriundos do Gabinete do Desembargador Federal Fernando Braga, por ocasião da posse do referido magistrado na Presidência do TRF5, foram

todos lotados na Presidência e nela permanecerão até o término do biênio 2023/2025.

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O organograma da Presidência do TRF5, reestruturado por força das Resoluções n. 12/2023 e 13/2023 - Pleno, reflete o Plano de Gestão da Unidade. Foram criadas a Assessoria Adjunta da Presidência, subordinada à Assessoria Especial da Presidência; a Assessoria de Demandas Judiciais da Presidência; a Divisão da Assessoria Jurídica do Gabinete do Presidente, subordinada à Assessoria Jurídica do Tribunal; e a Diretoria de Modernização. Em relação ao acervo, por força do art. n. 294/2023 - Presidência, foi delegada à Vice-Presidência desta Corte Regional a competência para decidir sobre a admissibilidade dos recursos extraordinários, especiais e ordinários, e dos incidentes que se suscitarem, assim como sobre a restauração de autos de processos em tramitação na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários. Por sua vez, o controle do acervo da Vice-Presidência, nos termos do disposto no art. 17, XVI, a, b, c, d, e, h e i, do Regimento Interno deste Tribunal, está previsto no Plano de Gestão da Unidade.

3.2 Boas práticas e inovações

A utilização do programa TEAMS e suas ferramentas favorece a rapidez da comunicação, bem como a gestão das atividades desempenhadas pela unidade. O uso do Sistema SEI! como principal instrumento de controle e tramitação das demandas permite o adequado acompanhamento destas e evita eventual retrabalho. A utilização do Portal de *Business Intelligence* do TRF5 para o melhor gerenciamento dos diversos comitês e comissões deste Tribunal.

3.3 Dificuldades

A princípio, a maior dificuldade é otimizar o gerenciamento do enorme volume de demandas que chegam à Presidência por meio do Malote Digital, Sistema SEI! e e-mail. Muitas vezes há multiplicidade de envios por parte dos interessados. A estruturação dos gabinetes dos novos desembargadores federais também é um grande desafio, em razão da limitação do quadro de servidores do TRF5, bem como dos limites normativos de requisição de servidores às Seções Judiciárias e demais órgãos e entidades.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Na Presidência, o teletrabalho observa o disposto na Resolução n. 481/CNJ e na Resolução Pleno n. 30/2021 - TRF5, alterada pela Resolução Pleno n. 1/2023 - TRF5,

sendo cumpridas as metas estabelecidas nos respectivos planos de teletrabalho e o percentual de 30% do quadro permanente da unidade.

5. DISCIPLINARES

5.1 Existem processos disciplinares instaurados contra magistrados? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos e os relatores)

Na Seção de Apoio à Secretaria do Conselho de Administração e Publicações/Unidade Seção Plenária Administrativa (T5-DG/PLENO-ADM), encontra-se em andamento o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) SEI! n. 0014795-15.2022.4.05.7000, originário da Sindicância SEI! n. 0012912-33.2022.4.05.7000, iniciado na Corregedoria Regional deste Tribunal. A instauração do PAD SEI! n. 0014795-15.2022.4.05.7000, foi de acordo com a Portaria n. 468/2022, de 16/12/2022, sendo sorteado como Relator, nos termos do § 7º, do art. 14, da Resolução CNJ n. 135/2011, o Desembargador Federal Sebastião José Vasques de Moraes.

5.2 Como a unidade formaliza a comunicação ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

Até o presente momento, não houve nenhuma determinação no PAD SEI! n. 0014795-15.2022.4.05.7000. Quando há necessidade, a comunicação é feita pelo sistema PJeCor, com certificação digital, no link: <https://cnj.jus.br/corregedoriacnj/pjecor>.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é realizado o atendimento a advogados e partes?

A Presidência dispõe de telefones e e-mails para contato, informados no site do TRF5. Além disso, há o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), por meio do qual podem ser encaminhadas demandas à Presidência, que são automaticamente registradas no Sistema SEI! do TRF5. Quando necessária audiência presencial com o Presidente, são marcados dia e horário na agenda do Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno. É também franqueada a possibilidade de audiência virtual, por meio do uso de plataformas eletrônicas como o ZOOM e o SKYPE.

7. FÉRIAS

7.1 Há normativo que disciplina a marcação e escala de férias para os desembargadores do Tribunal? (Detalhar o procedimento de marcação, escala, alteração e interrupção de férias)

As férias dos Magistrados são regidas pela Resolução n. 764/2022-CJF, alterada pela Resolução n. 812/2022-CJF. Procedimento: I - Escala de férias (marcação): 1. Anualmente, no mês de outubro, os Desembargadores Federais encaminham ao Gabinete da Presidência/TRF5 as propostas para marcação da escala de férias para o

ano vindouro, a partir dos relatórios do estoque de férias fornecidos pela Divisão de Assuntos da Magistratura (DAMAG-DGP/TRF5). 2. As propostas de férias são inseridas pela DAMAG-DGP/TRF5 em processo administrativo do SEI/TRF5 e encaminhadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas/TRF5 ao Gabinete da Presidência/TRF5, que submete a matéria à aprovação do Plenário. 3. Após deliberação plenária, o Gabinete da Presidência/TRF5 expede o ato administrativo da Escala de férias anual dos Desembargadores Federais. **II - Alterações (suspensão, antecipação ou adiamento) e interrupção de férias:** 1. Os Desembargadores Federais encaminham ao Gabinete da Presidência/TRF5 as solicitações, por meio de e-mail funcional ou do Sistema SEI/TRF5. 2. Após a instrução processual pela DAMAG-DGP/TRF5, o processo administrativo do SEI/TRF5 é encaminhado pela Diretoria de Gestão de Pessoas/TRF5 ao Gabinete da Presidência/TRF5, que submete a matéria à aprovação do Plenário. 3. Após deliberação plenária, o Gabinete da Presidência/TRF5 expede o ato administrativo pertinente.

7.2 Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores? Citar o normativo.

A convocação de Juiz Federal para substituir Desembargador Federal é disciplinada pelo art. 44 do Regimento Interno/TRF5, com a redação dada pela Emenda Regimental n. 4/2022-TRF5, observadas as disposições da Resolução n. 72/2009-CNJ e da Resolução n. 51/2009-CJF. Procedimento: 1. O Magistrado titular de Gabinete faz a indicação ao Gabinete da Presidência/TRF5, por meio de e-mail funcional ou do Sistema SEI/TRF5. 2. Após a instrução processual pela DAMAG-DGP/TRF5, o processo administrativo do SEI/TRF5 é encaminhado pela Diretoria de Gestão de Pessoas/TRF5 ao Gabinete da Presidência/TRF5, que submete a matéria à aprovação do Plenário. 3. Após deliberação plenária, o Gabinete da Presidência/TRF5 expede o ato administrativo pertinente.

8. REMOÇÃO

8.1 Quais os critérios e procedimentos utilizados para remoção de juízes? Citar o normativo.

No âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, a remoção de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto é realizada exclusivamente pelo critério de antiguidade, observadas as seguintes normas: Normas internas: Art. 282 do Regimento Interno/TRF5, com a redação dada pela Emenda Regimental n. 4/2022-TRF5, e Resolução n. 11/2001-TRF5, alterada pelas Resoluções n. 14/2001-TRF5, 32/2005-TRF5 e 11/2010-TRF5. Norma externa: Resolução n. 01/2008-CJF, alterada pela Resolução n. 248/2013-CJF. Procedimento: 1. O Gabinete da Presidência/TRF5, ouvido o Gabinete da Corregedoria-Regional/TRF5, define as vagas prioritárias para provimento por remoção interna. 2. As vagas são ofertadas por edital, expedido no sistema SEI/TRF5. 3. Findo o prazo de inscrição e a instrução processual, inclusive com pronunciamento do Gabinete da Corregedoria-Regional/TRF5, o processo administrativo é levado a julgamento do Plenário/TRF5 pelo Gabinete da Presidência/TRF5. Após a aprovação, é expedido o ato de remoção pelo Gabinete da Presidência/TRF5, no sistema SEI/TRF5.

8.2 Existe a participação da Corregedoria Regional?

Sim, conforme explicitado no item anterior.

8.3 Como é aferido o merecimento?

Não há remoção por merecimento no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, de acordo com o art. 4º da Resolução n. 11/2001-TRF5, alterada pelas Resoluções n. 14/2001-TRF5, 32/2005-TRF5, e 11/2010-TRF5.

8.4 Existe a elaboração e publicação de escala geral dos plantões realizados?

As escalas gerais dos plantões judiciais realizados são elaboradas, mas não publicadas no portal do TRF5. No entanto, a escala mensal é divulgada no endereço <https://www.trf5.jus.br/index.php/plantao-da-judiciaria>.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Não há processos a serem inspecionados.

10. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Não há processos a serem inspecionados.

11. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A gestão do Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno foi iniciada em 3/4/2023, há menos de dois meses, quando ele assumiu a Presidência do Tribunal Federal Regional da 5ª Região para o biênio 2023/2025.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Presidente, Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno, pelo Chefe de Gabinete, Carlos Eduardo Barros Bradley, e pelos Assessores, Felipe Costa Pontes e Rafael Montarroyos Vasconcelos Brito Pereira.

Tendo em vista a recente posse no cargo de Presidente, a equipe do Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno ainda está em período de adaptação, e teceu elogios sobre a forma como se deu a transição, com plena integração para com a anterior Presidência. É elogiável a organização do Gabinete e a disposição da equipe, que se divide internamente em diversos órgãos.

Quanto ao acervo judicial, este é bastante reduzido, em razão da própria competência estrita da Presidência (item 2.2). O Desembargador Presidente salientou que são poucos os casos de pedidos de suspensão e que o ambiente entre os Desembargadores é bom. Não foram selecionados feitos a serem analisados e a inspeção aferiu que no momento não há atraso nas atividades.

Em consulta ao sistema *Business Intelligence* – BI, ainda aparecem aproximadamente 400 processos atribuídos à relatoria do Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno. Foi confirmado com a equipe que esses processos judiciais se referem ao acervo da 3ª Turma, e não mais estão na esfera do Desembargador Federal Fernando Braga. Foi informado, ainda, que esses processos foram julgados ou aguardam o decurso de prazo, e estão localizados na Divisão de Processamento da 3ª Turma, órgão jurisdicional competente.

A equipe apontou que na Presidência há grande quantidade de expedientes administrativos em trâmite. O “balcão de entrada” do Gabinete se dá por meio de vários sistemas: Malote Digital, SEI e e-mail. Todos os expedientes são transferidos para o SEI cuja tramitação é institucional e facilita o controle pelo órgão.

A equipe evita o uso do aplicativo WhatsApp para comunicação interna no TRF5 e busca otimizar os trabalhos por meio do programa institucional TEAMS, que proporciona organização e enxugamento dos fluxos de trabalho da Presidência.

Como se extrai do item 5.1, o PAD n. 0014795-15.2022.4.05.7000 está sob relatoria do Desembargador Federal Sebastião José Vasques de Moraes e pautado para a sessão de julgamento do Pleno deste TRF em 14/6/2023.

Na entrevista, embora elogiando a forma como se deu a transição, a equipe salientou que o ideal seria a existência de alguns cargos fixos no próprio Gabinete da Presidência (e não apenas na seara administrativa) para facilitar a transição e evitar o “desperdício de conhecimento”, na expressão de um dos assessores, ocorrido quando há a troca de mandato.

O Presidente aponta, entre os desafios imediatos, o tema do Plano de Saúde (autogestão), que agora enfrenta algumas questões delicadas, relativas à integração da Seção Judiciária do Ceará ao Plano. Assinalou que está otimista sobre como tudo será resolvido e que as pendências serão superadas.

De outro lado, a Presidência tem tentado equacionar o tema de como equalizar o número de servidores entre gabinetes novos e antigos, diante das dificuldades orçamentárias e limites legais.

Merece destaque que, no curto período de tempo desde que assumiu, a nova equipe da Presidência tem promovido projetos, com estudos em andamento, voltados para a adoção da inteligência artificial e da robotização para apoiar os Gabinetes na triagem dos processos.

12. RECOMENDAÇÕES

A nova gestão assumiu recentemente, não há recomendações corretivas, e sim a de manter o método de trabalho e as boas práticas dignos de elogio.

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
Desembargadora Federal GERMANA DE OLIVEIRA MORAES

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Vice-Presidência

1.2 Competência

Nos termos do artigo 18 do Regimento Interno do TRF da 5ª Região, a Vice-Presidência tem atribuição de: (i) substituir o Presidente nas férias, licenças, ausências e impedimentos eventuais; (ii) integrar o Plenário e o Conselho de Administração, inclusive nas funções de Relator e de Revisor, se for o caso; e (iii) dirigir os processos de execução nos feitos de competência originária do Tribunal e nas ações rescisórias extintas sem resolução do mérito ou julgadas improcedentes, bem como respectivos embargos. Por delegação do Presidente e nos termos do Ato n. 294/2023, compete ainda à Vice-Presidência decidir sobre a admissibilidade dos recursos extraordinários, especiais e ordinários, e dos incidentes que se suscitarem nos referidos processos, assim como sobre a restauração de autos de processos em tramitação na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.

1.3 Mandato

Biênio 2023/2025

1.4 Órgão de atuação

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado lotado na unidade

Desembargadora Federal Germana de Oliveira Moraes

2.2 Juizes auxiliares da Vice-Presidência (nome e atribuições)

Elise Avesque Frota. A Vice-Presidente delegou - nos termos do Ato n. 4/2023 - à Juíza auxiliar da Vice-Presidência a competência para decidir sobre a admissibilidade dos recursos extraordinários, especiais e ordinários, bem como sobre os processos sobrestados na forma do art. 1.036, § 1º, do CPC, assim como os incidentes que se suscitarem nos processos objeto da presente delegação.

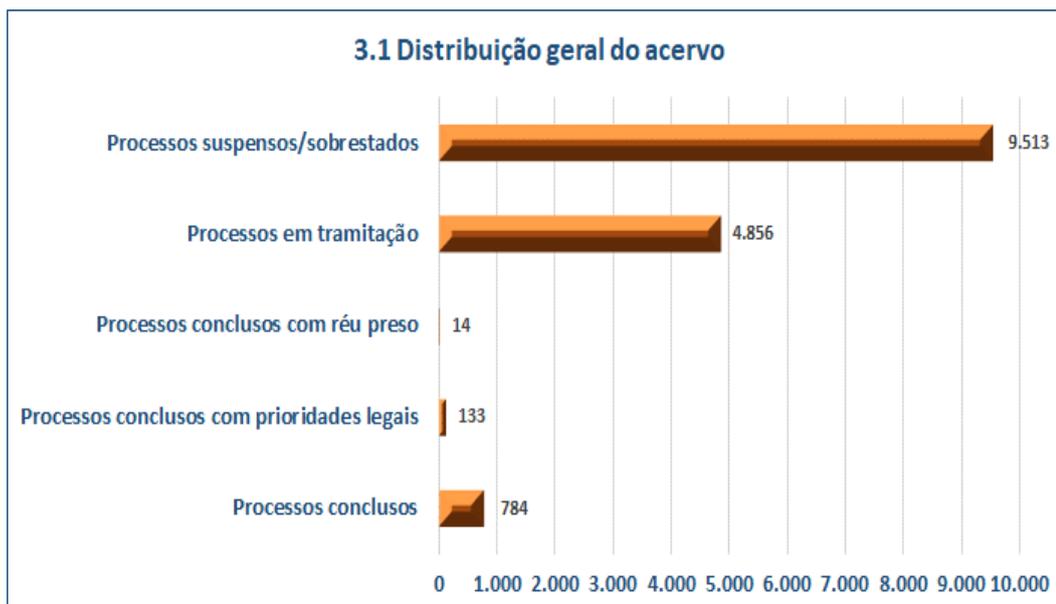
2.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

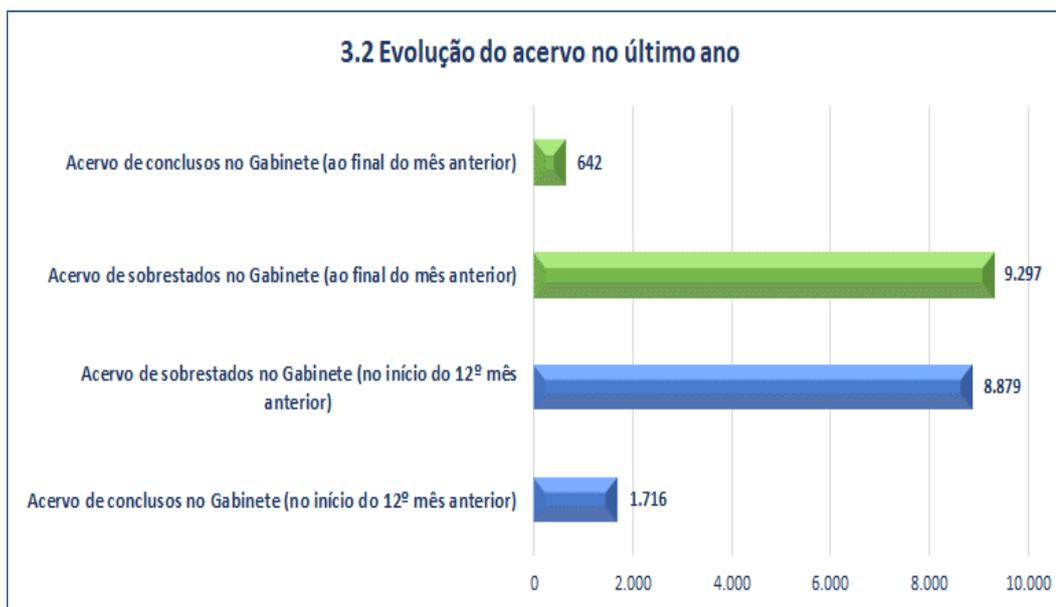
Juliana Lacerda Dantas de Lima - Assessora Judiciária

2.4 Servidores e estagiários lotados na Vice-Presidência	
Servidores efetivos	4
Servidores sem vínculo	1
Servidores requisitados	2
Vagas não ocupadas	2
Estagiários de nível superior	4

2.5 Servidores e estagiários lotados no gabinete da Desembargadora Vice-Presidente	
Servidores efetivos	4
Servidores sem vínculo	1
Servidores requisitados	2
Vagas não ocupadas	2
Estagiários de nível superior	4

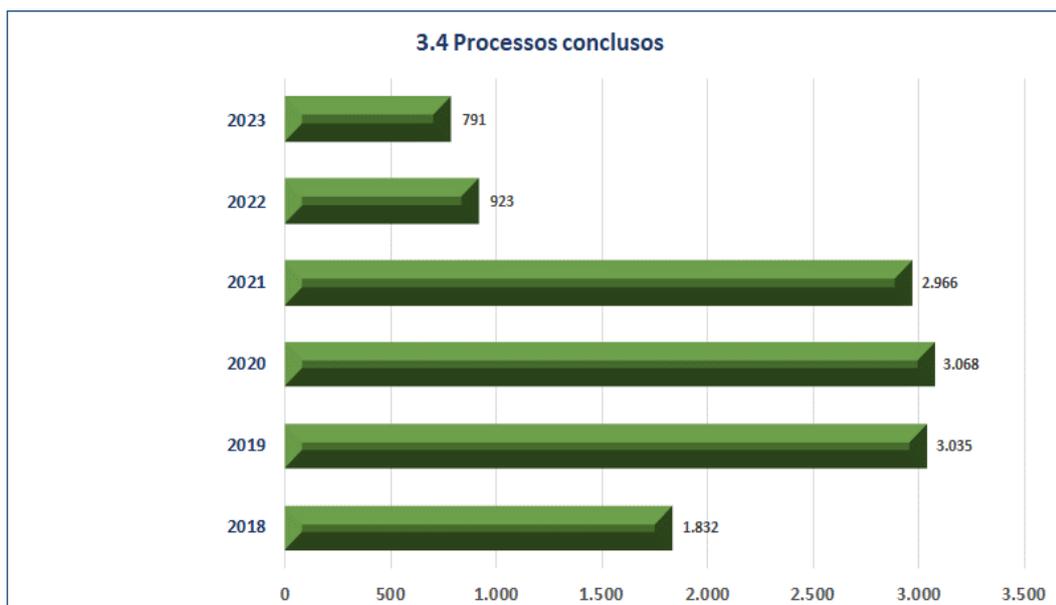
3. DADOS ESTATÍSTICOS

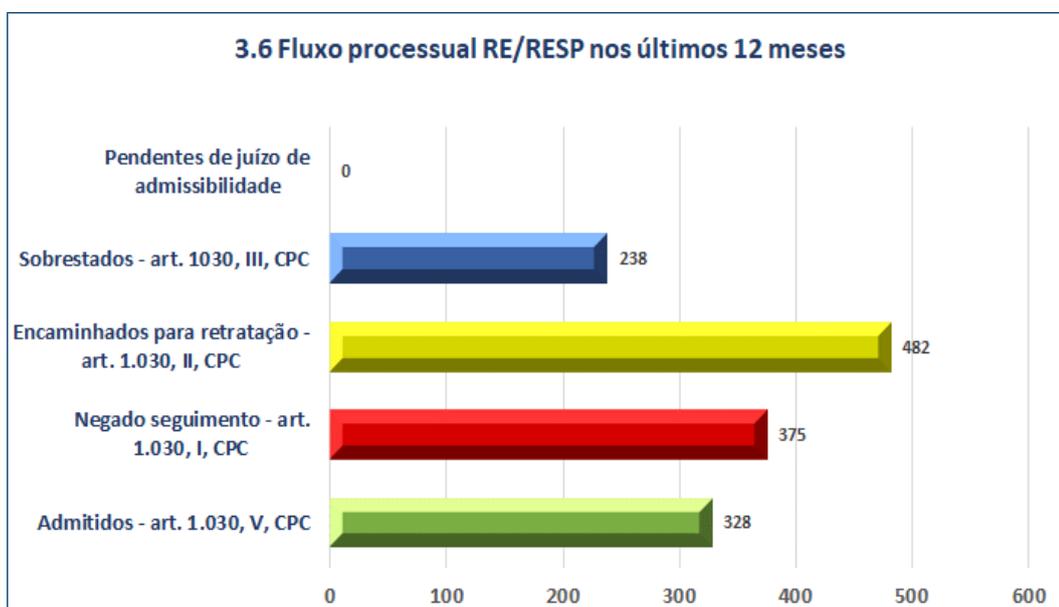
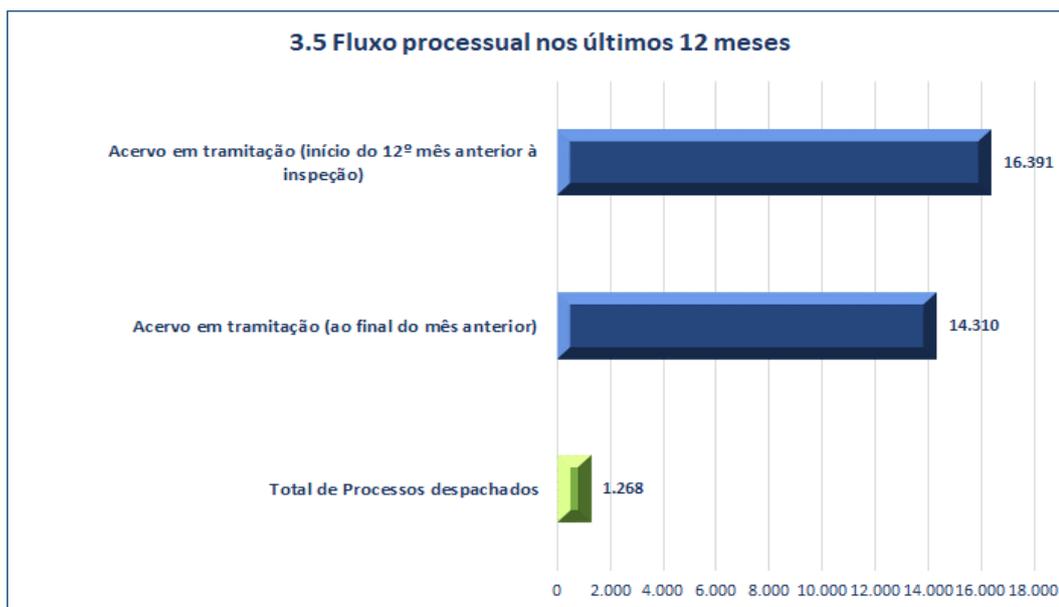




3.3 Processos com tutela provisória

Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidos a exame do colegiado	0
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1





4. PLANO DE GESTÃO

4.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Os pedidos de efeito suspensivo são distribuídos entre os assessores, sem a necessidade de divisão por matéria. Com relação aos processos sobrestados e aos conclusos para admissibilidade de recursos, tais atividades foram delegadas à juíza auxiliar da Vice-Presidência, que conta com um assessor da Vice-Presidência e servidores do Núcleo Permanente de Assessoramento (Ato n. 498/2022). Os processos para admissibilidade são eletrônicos e estão separados em caixas por assuntos e atribuídas aos servidores. Os sobrestados são trabalhados à medida em que são julgados os recursos representativos da controvérsia, oportunidade em que são

analisadas as diversas situações e elaborados os modelos que podem ser adaptados para as situações próprias de cada processo. Os processos eletrônicos ficam separados em caixas por tema e, quando informado o julgamento deste no sistema, os processos são movidos para tarefa "minutar", onde são trabalhados. A triagem dos processos conclusos para admissibilidade (todos eletrônicos) é realizada em razão da matéria e assunto e distribuídos em caixas atribuídas aos servidores. Os físicos foram digitalizados e migrados para o PJe (ou estão nesse processo). Os processos sobrestados, quando conclusos para decisão, são aglutinados por tema/representativo da controvérsia, vez que esse controle é realizado no momento do sobrestamento, oportunidade em que se informa tal dado ao sistema e os processos são agrupados de acordo com esse parâmetro. Julgado o representativo, os processos são deslocados para a tarefa "minutar" e a triagem é feita de acordo com a situação do acórdão recorrido em relação à tese firmada no representativo (se em harmonia, é negado seguimento ao recurso; caso contrário, é determinado o retorno ao órgão julgador).

4.2 Como ocorre o controle (se houver): de acervo, movimentações, metas, prioridades legais, processos remetidos a outros setores, embargos de declaração, agravos internos e urgências?

Trata-se, em sua quase totalidade, de processos já julgados pelo Tribunal, que se encontram sobrestados à espera do julgamento do representativo da controvérsia, ou conclusos para admissibilidade, não se inserindo, portanto, nas metas. Até mesmo o exame das prioridades, em relação aos sobrestados, só pode ser feito depois de julgados os representativos. Por outro lado, por se tratar de acervo paralisado, surgem demandas, seja de tutelas de urgência, que são prontamente analisadas, seja de outra natureza, que são apreciadas sempre que anexada petição, inclusive no que diz respeito aos embargos de declaração. Os agravos internos são analisados, para se verificar se procedente a alegação, hipótese em que há reconsideração da decisão. Caso contrário, são submetidas ao Pleno, sob relatoria do Presidente. Quanto aos conclusos para admissibilidade, com a convocação de juiz auxiliar, foi implantada uma dinâmica ao serviço que permite a prolação da decisão em cerca de duas semanas.

4.3 Como é realizado o controle dos feitos sobrestados?

O controle dos feitos sobrestados é realizado pela Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários - DREEO.

4.4 Como ocorre o trâmite de processos para remessa às Cortes Superiores?

O Processo é remetido para a Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários - DREEO para o encaminhamento.

4.5 Julgado o tema objeto de afetação, qual o encaminhamento dado aos processos sobrestados? Aguarda-se o trânsito em julgado para encaminhamento? Com a publicação do acórdão ou com julgamento?

A partir da publicação do acórdão, são elaboradas Notas Técnicas pela Vice-Presidência, com apoio do NUGEPNAC, a detalhar quais medidas devem ser adotadas Tema a Tema, inclusive veiculando modelo de decisão e de despacho.

4.6 Boas práticas e inovações

Está em teste, junto com a UFCG, mecanismo de inteligência artificial a fim de auxiliar na triagem dos processos e identificação de processos similares para envio de representativos de controvérsia.

4.7 Dificuldades

Baixo número de servidores e alto número de processos.

5. PARTES/ADVOGADOS

5.1 Como é feito o atendimento a advogados?

A Desembargadora atende aos advogados tanto na forma presencial quanto por videoconferência via Microsoft Teams. O agendamento é feito via e-mail institucional, oportunidade em que são informados dados do processo e da parte interessada.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

7. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

0812908-50.2018.4.05.0000	0012682-59.2010.4.05.0000	0018293-66.2005.4.05.0000
0005268-05.2013.4.05.0000	0000953-22.2011.4.05.8400	0802612-71.2013.4.05.8300
0802789-80.2014.4.05.8500	0004244-53.2008.4.05.8200	0814447-46.2021.4.05.0000

Dos 9 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação a esses processos, recomenda-se:

a) incluir em julgamento em até 90 dias: 0802789-80.2014.4.05.8500, 0004244-53.2008.4.05.8200 e 0814447-46.2021.4.05.0000 (agravos internos);

b) incluir em julgamento em até 60 dias: 0802612-71.2013.4.05.8300 (embargos de declaração);

c) ante o despacho exarado em 13/9/2022, priorizar o andamento do processo n. 0012682-59.2010.4.05.0000;

d) tendo em vista a promoção do MPF, em 30/11/22, acerca da execução da pena, adotar medidas para impulsionar o processo n. 0018293-66.2005.4.05.0000;

e) ante a digitalização do processo e o parecer do MPF em 16/12/2022, priorizar o andamento do processo n. 0005268-05.2013.4.05.0000; e

f) ante a digitalização do processo, o retorno do STJ e o parecer do MPF em 26/12/2022, priorizar o andamento do processo n. 0000953-22.2011.4.05.8400.

Os demais processos encontram-se regularizados.

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pela Desembargadora Federal Vice-Presidente, Germana de Oliveira Moraes, pela Juíza Federal Auxiliar Elise Avesque, e pelos assessores e integrantes do Gabinete.

A Desembargadora Federal Germana de Oliveira Moraes foi promovida ao Tribunal em 16/9/2022, após a ampliação do TRF5, por força da Lei n. 14.253/2021.

Em 14/9/2022, foi editada a Resolução n. 17/2022 que determinou a distribuição de processos para os 9 novos gabinetes a partir de 19/9/2022. Assim, até 31/3/2023 os processos novos de competência das turmas, das seções e do Pleno seriam distribuídos exclusivamente aos desembargadores integrantes das novas turmas, ressalvados os feitos preventos dos demais desembargadores. Os novos gabinetes receberam número reduzido de servidores (em média 8) comparados aos dos antigos gabinetes (em média 17). Devido a essa composição, o Gabinete da Desembargadora Federal Germana de Oliveira Moraes recebeu número reduzido de servidores.

A posse no cargo de Vice-Presidente, pela Desembargadora Federal se deu em 3/4/2023 e, portanto, a equipe ainda está em período de adaptação, e teceu muitos elogios ao modo como se operou a transição.

Além dos 7 servidores e 3 estagiários lotados no Gabinete da Vice-Presidência, a equipe conta também com os servidores lotados nos órgãos vinculados à unidade inspecionada: o Núcleo Permanente de Assessoramento – NPA e a Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários – DREEO.

No que tange à função de admissibilidade de recursos, é elogiável a organização do Gabinete e a disposição da equipe, que se divide internamente em núcleos por matéria: Previdenciária (3 servidores), Administrativa e residual (3 servidores), Tributária (6 servidores), Penal (1 servidora) e Caixa Econômica Federal (2 servidores).

Foi convocada a Juíza Federal Elise Avesque e ela é responsável pelo controle dos processos sobrestados na forma do art. 1.036, § 1º, do CPC e pelos núcleos que minutam decisões de admissibilidade dos recursos extraordinários, especiais e ordinários.

Diante da reestruturação do TRF5, e de a Desembargadora estar no grupo dos novos integrantes, o número de efetivos é menor que o dos gabinetes antigos e foi apontado que esse reduzido quadro de servidores compromete, mas não tem impedido o êxito na manutenção do bom andamento do acervo. Informou-se que são realizados

mutirões aos sábados, duas vezes ao mês, com no máximo 18 servidores, para a produção de bom volume de minutas para controlar o acervo.

O órgão apontou dificuldades na extração de dados estatísticos fidedignos na ferramenta de BI. O gerenciamento e o controle do acervo em sede de juízo de admissibilidade no TRF5 ainda são feitos manualmente por meio do Excel.

No que tange ao sistema PJe, a unidade teceu críticas em relação às suas funcionalidades, já que o painel não é intuitivo e não foi desenvolvido sistema de interface para as rotinas da Vice-Presidência. Apontou-se que o painel deve ser adaptado para evitar erros de fluxos e inconsistências estatísticas.

Durante a entrevista, foi apresentado projeto em andamento voltado para aperfeiçoamento e implementação de mecanismos de inteligência artificial e da robotização, não somente para apoiar os gabinetes na triagem dos processos, como também para implementar a automatização do fluxo cartorário, especialmente quanto aos processos sobrestados por repercussão geral e/ou recurso repetitivo. A automatização é positiva e contribuirá para melhorar a celeridade dos processos, aumentar a assertividade e compensar a redução do número de servidores da unidade.

A equipe busca administrar o acervo tendo por parâmetros os critérios de antiguidade, de matérias símiles e de urgência, com a finalidade de assim melhorar a prestação jurisdicional, apesar do imenso fluxo do acervo em sede de juízo de admissibilidade.

No que tange à recomendação da Inspeção CJF/2021 quanto aos processos que pendiam de andamento, ela foi cumprida e as pendências apontadas foram resolvidas.

9. RECOMENDAÇÕES

Medidas e recomendações para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 7;
- b) manter o foco no controle do acervo, em razão dos pesados afazeres de juízos de admissibilidade e de conformação a precedentes, relativos aos recursos especiais e extraordinários, que podem gerar gargalo; e
- c) manter o espírito colaborativo e as boas práticas demonstradas pela equipe.

GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
Desembargador Federal LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Corregedoria Regional da Justiça Federal da 5ª Região

1.2 Competência

Corregedoria Regional, Pleno e Conselho de Administração

1.3 Órgão de atuação

Justiça Federal da 5ª Região

1.4 Mandato

2 anos

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado lotado na unidade

Desembargador Federal Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

2.2 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

O Desembargador Federal Leonardo Carvalho tomou posse como Corregedor Regional da Justiça Federal da 5ª Região, assumindo o acervo dessa unidade, em 3/4/2023, sucedendo o Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, que atuou como Corregedor Regional, no biênio imediatamente anterior (2021/2023).

2.3 Juízes auxiliares da Corregedoria (nome e atribuições)

Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, da 14ª Vara Federal do Ceará, conforme Ato da Presidência do TRF5 n. 288/2023. Nos termos do art. 4º, do Provimento n. 19/2022 da Corregedoria Regional, são atribuições do juiz auxiliar: I - atender às consultas dos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos sobre assuntos do interesse específico da magistratura federal, respondendo-as de acordo com a orientação traçada pelo Corregedor Regional; II - acompanhar os trabalhos dos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, auxiliando-os em suas dúvidas e dificuldades, conforme orientação do Corregedor Regional; III - auxiliar o Corregedor Regional a orientar, acompanhar e avaliar o desempenho profissional dos Juízes Federais durante o período de aquisição da vitaliciedade; IV - participar, quando solicitado pelo Corregedor Regional, das correições realizadas nas Varas Federais, auxiliando-o; V -

manifestar-se, quando instado pelo Corregedor Regional, em processos administrativos relacionados com o aprimoramento dos serviços da Justiça Federal de primeira instância; VI - atender, na ausência do Corregedor Regional, autoridades, advogados ou cidadãos que compareçam à Corregedoria Regional; VII - requisitar, junto aos juízos de primeira instância e Turmas Recursais da 5ª Região, certidões, informações ou quaisquer outros esclarecimentos necessários ao desempenho de suas funções, conforme orientação do Corregedor Regional; VIII - representar o Corregedor Regional em atos e solenidades oficiais, quando solicitado; IX - proferir despachos em expedientes administrativos em tramitação na Corregedoria Regional, quando determinado pelo Corregedor Regional; X - elaborar estudos e pareceres sobre questões solicitadas pelo Corregedor Regional; XI - exercer e decidir sobre atribuições da Corregedoria Regional, quando delegadas por ato próprio, salvo aquelas de conteúdo decisório relacionadas à função disciplina. Ainda, a Portaria n. 78/2023, da Corregedoria-Regional do TRF5, delegou ao Juiz Federal Auxiliar o exercício das seguintes atribuições, sem prejuízo da atuação concorrente do Corregedor Regional: I - acompanhar os trabalhos e decidir processos administrativos pertinentes à Ouvidoria; II - conduzir os trabalhos do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC da 5ª Região, podendo preferir despachos ordinatórios e homologar os respectivos acordos quando autorizados; III - supervisionar os trabalhos de adequação do Provimento n. 14/2022-CR às diretrizes do CJF e do CNJ, inclusive, submetendo à apreciação do Corregedor Regional as sugestões apresentadas pelos magistrados; IV - proferir despachos meramente ordinatórios nos processos administrativos em tramitação nesta Corregedoria Regional e, quando autorizado, os de conteúdo decisório, excluído os de natureza disciplinar; V - deferir os pedidos de afastamento, ou licenças de magistrados de primeiro grau, nos termos regulamentares, de até cinco dias; VI - autorizar a compensação, em favor dos magistrados federais de primeiro grau, de dias trabalhados em regime de plantão ou de outras previstas em lei; VII - representar o Corregedor Regional em atos e solenidades oficiais, quando solicitado.

2.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Cecy de Andrade Leite Cavalcanti (Assessora de Desembargador), Flávia Regina Peixoto Santana (Chefe de Gabinete) e Marcos Olinto Novais de Souza (Diretor do Núcleo de Assuntos Correicionais)

2.5 Servidores e estagiários lotados na Corregedoria

Servidores efetivos	4 (Marcos Olinto Novais de Sousa, Marilene Tavares de Souza, Luis Noberto dos Anjos Júnior e José Anastácio de Figueredo)
Servidores sem vínculo	Não há
Servidores requisitados	Não há
Vagas não ocupadas	Não há
Estagiários	Não há

2.6 Servidores e estagiários lotados no gabinete do desembargador	
Servidores efetivos	9 (Flávia Regina Peixoto Santana, Lúcia de Fátima Pontes de Souza, Marcelo do Rego Barros Lapenda, Jamille Gonçalves Veras, Tarcila Santos Pedrosa Lima, Jonatas Leão Vieira de Albuquerque, Thamyres Nathália Silva de Lima, José Rodrigo Rodrigues Vieira, Carolina Lucena de Medeiros)
Servidores sem vínculo	1 (Vicente Masip Y Quintas)
Servidores requisitados	São 5, sendo: do quadro da Justiça Federal de Pernambuco (Cecy de Andrade Leite Cavalcanti), 1 do quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Rogéria Magalhães da Mota Silveira), 1 do quadro do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (Gleisse Danielle Gonçalo Gueiros Barbosa), 1 do quadro da Casa Civil do Governo do Estado da Paraíba (José Demóclitos Silvino da Silva) e 1 do quadro do Instituto de Recursos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco (Rosemary Miranda Noia)
Vagas não ocupadas	3
Estagiários	3 (Anna Letícia Moreno Correia Cavalcanti, Mariana de Alencar Melo, Victoria de Azevedo Cabral)

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. Os servidores do Gabinete do Desembargador Federal e do Núcleo de Assuntos Correicionais estão distribuídos nos seguintes setores de atividades da Corregedoria Regional: 1) Chefia de Gabinete. 2) "Autoriza" (análise dos requerimentos formulados pelos magistrados), 3) Acompanhamento das Atividades Docentes dos juízes; 4) Correições; 5) Gabinete de Conciliação; 6) Assuntos Penais (inclusive coordenação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário); 7) Pleno e Conselho de Administração; 8) Ouvidoria, 9) Disciplina; 10) Inspeções; 11) Controles de AJG (Assistência Judiciária Gratuita) e Plantão; 12) Cooperação Judiciária (inclusive coordenação do Núcleo de Cooperação Judiciária do TRF5); 13) Plano de Gestão, Metas e Normatização; 14) Administração de Sistemas do CNJ (cadastro de juízes e servidores); 15) Vitaliciamento (mas, atualmente, não há magistrados em vitaliciamento); 16) Assessoria e 17) Secretaria. Cada uma das unidades que compõe a Corregedoria-Regional tem atribuições e rotinas de trabalho previamente definidas, havendo reuniões periódicas de cada uma delas com o Corregedor-Regional para acompanhamento dos trabalhos e estabelecimento de metas e diretrizes.

3.2 Boas práticas e inovações

1) Atuação baseada no diálogo com os diversos sujeitos atuantes na Justiça Federal da 5ª Região, com a oitiva de sugestões, propostas e projetos de interesse comum, a fim de realizar uma gestão participativa e voltada para a melhoria da qualidade dos

serviços da Justiça Federal da 5ª Região, 2) Estímulo à Conciliação, 3) Fortalecimento da Ouvidoria, 4) Priorização da Cooperação Judiciária.

3.3 Dificuldades

Considerando que o Desembargador Leonardo Carvalho tomou posse como Corregedor-Regional em 3/4/2023, são essas as dificuldades encontradas até o momento: a) número reduzido de servidores do quadro permanente da unidade, contado apenas com 4 servidores, o que dificulta o processo de transição no momento da troca de gestão; b) ausência de suporte permanente de TI e de treinamento para lidar com os vários sistemas informatizados em uso no órgão (PJeCor, PJE CNJ, Instant, SEEU, SEI, Sistema AJG - Assistência Judiciária Gratuita).

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

5. PROCESSOS DE SINDICÂNCIA

5.1 Existem sindicâncias instauradas? Quantas? (Informar as respectivas datas de abertura dos processos e fase de tramitação)

Não.

6. INSPEÇÕES

6.1 Quais os critérios para realização das inspeções nas unidades jurisdicionais? Existem formulários padronizados?

Os critérios para a realização das inspeções anuais nas unidades jurisdicionais são os estabelecidos nos seguintes atos normativos: Resolução CJF n. 496/2006, arts. 35 a 38 do Regimento Interno da Corregedoria-Regional do TRF5 e arts. 97 a 104 do Provimento n. 19/2022 (Consolidação Normativa da Corregedoria-Regional do TRF5). Não há formulários padronizados.

7. MAGISTRADOS/AUXÍLIO

7.1 Há plano para auxílio às unidades judiciais cujo acervo apresenta alta taxa de congestionamento?

Sim. Há mutirões de sentença e têm sido designados juízes auxiliares para as unidades judiciárias

7.2 Quais os critérios para a escolha das unidades que receberão o auxílio?

A designação de auxílio é possível, primeiramente, por iniciativa da própria unidade judiciária que pretende recebê-lo, que dirige o seu pleito à Corregedoria-Regional. No órgão correicional, o requerimento é autuado e colhem-se informações e dados estatísticos acerca da situação da unidade postulante, haja vista que a designação de magistrados para atuar em auxílio demanda obediência a critérios objetivos (quantidade de processos em tramitação, pendentes de sentença, número de audiências a realizar, carência de magistrados na vara, por exemplo). Há que se ponderar acerca da necessidade e da conveniência da designação do auxílio, que deverá ocorrer, demais disso, por prazo determinado. Os mesmos parâmetros guiam a designação do auxílio, de ofício, pela Corregedoria-Regional, no caso de identificar unidades judiciárias que estejam precisando desse suporte.

7.3 Quais os critérios de designação dos magistrados que participarão da iniciativa?

Estimula-se que os próprios magistrados dialoguem entre si, na definição da participação em mutirões e auxílios, porque isso tem se revelado capaz de conduzir a um nível ótimo de eficiência. No caso dos auxílios, também se observa, de regra, essa voluntariedade, com a aquiescência prévia do magistrado que é indicado para auxiliar. Contudo, outras questões são consideradas: a situação da vara do magistrado a ser designado (sendo que a quase totalidade das designações se dá sem prejuízo da jurisdição originária e de outras eventuais designações); prestigia-se a designação de magistrados da mesma seção/subseção judiciária, por conhecimento da realidade local; opta-se pelas designações que não vão gerar pagamento de diárias.

8. CORREIÇÕES

8.1 Quanto às correições ordinárias, quais os critérios utilizados?

Os critérios para a realização das correições ordinárias são os estabelecidos nos seguintes atos normativos: Resolução CJF n. 496/2006, arts. 24 a 29 do Regimento Interno da Corregedoria-Regional do TRF5 e Provimento n. 19/2022 (Consolidação Normativa da Corregedoria-Regional do TRF5). Também deve ser considerada, para essa finalidade, a Instrução Normativa n. 2/2021, da Corregedoria-Regional, que estabeleceu parâmetros temporais referenciais para verificação de excesso de prazo. Adotam-se, ainda, questionários de gestão, que são previamente enviados às unidades judiciárias a serem correicionadas. As correições ordinárias sob a responsabilidade da nova gestão da Corregedoria Regional se iniciarão em junho do corrente ano.

8.2 Quais os principais apontamentos dos juízes federais de 1º grau identificados na realização de correição? Listar.

1) Carência de servidores; 2) Necessidade de aprimoramento tecnológico (realização de melhorias no sistema PJe 2.x e nos mapas estatísticos do Portal Business Intelligence-BI); e 3) Melhorias estruturais em alguns prédios da Justiça Federal.

8.3 A unidade comunica ao Conselho da Justiça Federal acerca do resultado do julgamento dos processos administrativos disciplinares?

Sim. Os resultados dos PADs são informados ao CJF.

9. FÉRIAS

9.1 Qual normativo do Tribunal disciplina marcação e escala de férias de magistrados?

Provimento n. 19/2022-CR/TRF5, em relação aos magistrados da Justiça Federal de 1º Grau da 5ª Região.

9.2 Informar como é realizado o procedimento de marcação de escala, alteração e interrupção de férias de magistrados de 1º grau

I - Escala de férias: 1. Anualmente, em novembro, os juízes federais diretores de foro encaminham ao Gabinete do Corregedoria Regional as propostas para marcação da escala de férias para o ano vindouro, a partir dos relatórios do estoque de férias fornecido pelo Núcleo de Assuntos da Magistratura (NAMAG-SP/TRF5); 2. As propostas de férias são coligidas pela DAMAG em processo administrativo do SEI/TRF5 e, após a instrução processual, encaminhadas à Corregedoria Regional para aprovação; 3. Após aprovação, a Corregedoria Regional expede a portaria da Escala de férias. II - Alterações (antecipação ou adiamento) e interrupção de férias: 1. Os Magistrados da Justiça Federal de 1º Grau encaminham à Corregedoria Regional as solicitações, através do Sistema SEI ou do e-mail funcional; 2. Após a instrução processual pela DAMAG, o processo administrativo do SEI/TRF5 é encaminhado à Corregedoria Regional para aprovação; 3. Após aprovação, a Corregedoria Regional expede a portaria pertinente.

9.3 Em caso de remarcação é observada a obrigatoriedade da indicação do novo período para gozo das férias?

Sim. De acordo com a Resolução n. 764/2022 -CJF.

10. SUBSTITUIÇÃO/REMOÇÃO

10.1 Quais os critérios e procedimentos de convocação de juízes para substituir desembargadores? Indicar o normativo

Por indicação dos magistrados titulares dos gabinetes, de acordo com o art. 43 do Regimento Interno/TRF5, observadas as regras da Resolução n. 72/2009-CNJ e da Resolução n. 51/2009-CJF. Procedimento: 1. O magistrado titular de gabinete faz a indicação ao Gabinete da Presidência/TRF5; 2. Após a instrução processual pela DAMAGP/TRF5, o processo administrativo do SEI/TRF5 é encaminhado pela Direção da Subsecretaria de Pessoal/TRF5 ao Gabinete da Presidência/TRF5, que submete a matéria à aprovação do Plenário; 3. Após deliberação plenária com participação do

Desembargador Federal Corregedor Regional, o Gabinete da Presidência/TRF5 expede o ato administrativo pertinente.

10.2 Quais os critérios e procedimentos para remoção de juízes? Indicar o normativo

Regras internas: Art. 278 do Regimento Interno/TRF5 e Resolução n. 11/2001-TRF5, alterada pelas Resoluções ns 14/2001-TRF5, 32/2005-TRF5 e 11/2010-TRF5. Regra externa: Resolução n. 1/2008-CJF. Critério para remoção: antiguidade. Procedimento: 1. O Gabinete da Presidência/TRF5, ouvido o Gabinete da Corregedoria Regional/TRF5, define as vagas prioritárias para provimento por remoção interna; 2. As vagas são ofertadas por edital, expedido no Sistema SEI/TRF5; 3. Findo o prazo de inscrição e a instrução processual, inclusive com pronunciamento do Gabinete da Corregedoria Regional/TRF5 (de acordo com o art. 2º do Regimento Interno-CR/TRF5 e o art. 29 da Resolução n. 001/2008-CJF), o processo administrativo é levado a julgamento do Plenário/TRF5 pelo Gabinete da Presidência/TRF5; 4. Após a aprovação, é expedido o Ato de remoção pelo Gabinete da Presidência/TRF5, no Sistema SEI/TRF5.

10.3 Como é aferido o merecimento? Indicar o normativo

Não há remoção por merecimento.

10.4 Quais os critérios e procedimentos para promoção de juízes ao 2º grau? Indicar o normativo

Critérios: antiguidade e merecimento, alternadamente. Procedimento: 1. No acesso por antiguidade, o Gabinete da Presidência do TRF5 submete ao Plenário o nome do juiz federal mais antigo que aceite o cargo e, após a aprovação, encaminha-se comunicação à chefia do Poder Executivo Federal para nomeação; 2. No caso do acesso por merecimento, segue-se o rito determinado pelo Conselho Nacional de Justiça, mediante a Resolução n. 106/2010-CNJ, e previsto na Resolução n. 15/2006-TRF5 e na Resolução n. 10/2015-TRF5; 3. Na promoção por merecimento, é publicado um edital ofertando a vaga; 4. Findo o prazo de inscrição e a instrução processual, inclusive com pronunciamento do Gabinete da Corregedoria Regional/TRF5 e da Escola de Magistratura da 5ª Região (ESMAFE/TRF5), o processo administrativo é levado a julgamento do Plenário/TRF5 pelo Gabinete da Presidência/TRF5; 5. Após a aprovação, encaminha-se comunicação à chefia do Poder Executivo Federal para nomeação.

11. PLANTÃO

11.1 Como é realizada a escala de plantão? Indicar o normativo

Regras: arts. 150 a 152 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional (Provimento n. 19/2022), art. 6º, II, da Resolução CJF n. 79/2009, Resolução CNJ n. 71/2009 e Resolução TRF5 n. 13/2009. No caso do 1º grau, os Diretores de Foro das Seções e Subseções Judiciárias organizam as escalas de plantão dos seus

magistrados, ouvindo-os previamente, encaminhando-as à Corregedoria-Regional por e-mail (abrindo-se/alimentando-se periodicamente processo administrativo no sistema SEI/TRF5). Os Diretores de Foro ficam dispensados de participarem do plantão. Além disso, a preferência na escolha dos períodos de plantão será dos magistrados mais antigos, em ordem decrescente, não podendo os lapsos escolhidos coincidir com as férias ou outro período de afastamento previsível do juiz. As designações para atuação em plantão devem recair, com alternância de magistrados, em juiz com exercício na localidade da Seção/Subseção Judiciária e independentemente de sua vinculação a juízo especializado.

11.2 Como ocorre o sistema de plantão no 1º grau? São diários, nos finais de semana e feriados, no recesso judicial? Qual o horário?

Os plantões judiciários no primeiro grau serão realizados durante todos os períodos em que não haja expediente forense regular, incluindo: a) nos dias úteis, horários aquém ou além dos de expediente ordinário (ou seja, segundo o padrão da 5ª Região, entre as 18 horas de um dia e as 9 horas do dia seguinte); b) finais de semana; c) feriados; e d) recesso judiciário (nos três últimos casos, em tempo integral)

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe de inspeção foi recebida, no dia 12/6/2023, pelo Desembargador Federal Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, recém empossado na Corregedoria Regional, havendo iniciado os trabalhos à frente da unidade em 3/4/2023.

Ressalta-se que a análise ora empreendida diz respeito, centralmente, à organização da equipe de colaboradores e ao trabalho estritamente correcional e de ouvidoria. O Corregedor Regional também acumula a gestão do Gabinete de Conciliação da Região, competência tratada em capítulo próprio.

Nestes termos, no tocante à disponibilidade de força de trabalho da unidade, houve sensível decréscimo em relação ao biênio anterior, com variação de 22 para 15 servidores. Trata-se de dado de relevo, considerada a ampla gama de atribuições do Corregedor Regional e sua equipe, como relatado pela unidade, a demandar atenção e planejamento para consecução dos objetivos de gestão divisados.

A despeito das dificuldades gerais de criação e provimento de cargos, em razão de limitações administrativas e orçamentárias, é altamente recomendável o estudo, pelo próprio Tribunal, da viabilidade de ampliação do quadro funcional permanente da Corregedoria Regional diante da ampla gama de atribuições exercidas e ainda pelo fato de envolver Tribunal Regional com jurisdição em número significativo de Estados da Federação.

Neste sentido, cabe registrar que o quadro funcional da Corregedoria Regional é composto de apenas 4 servidores, de modo que o acúmulo e preservação de conhecimento e memória institucional da unidade depende da voluntariedade de documentação e sistematização de dados e procedimentos de trabalho pelas gestões

que se sucedem no setor, aliada a procedimentos eficientes de transição de equipes (na medida em que essencialmente toda força de trabalho é rotacionada a cada biênio) – este é, aliás, um entrave recorrente, objeto de registro em biênios anteriores.

Apesar da recente gestão à frente da Corregedoria Regional, verifica-se que o Desembargador Federal Corregedor Regional e sua equipe externam conhecimento adensado dos desafios a serem enfrentados, tendo sido elaborado planejamento de ações e metas a serem atingidas e registrando, em relatório ofertado, medidas e providências adotadas nesta fase inicial de adaptação às novas atribuições funcionais no âmbito do órgão diretivo da Corte.

Nesta fase do acompanhamento do trabalho desenvolvido, a superação de dificuldades, que já haviam sido registradas em inspeção anterior, é essencial para o bom encaminhamento da gestão funcional, particularmente no que concerne à familiarização com os múltiplos sistemas eletrônicos utilizados pelo órgão. Há que se ressaltar que parte destes sistemas é de desenvolvimento e gerenciamento externo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (ex: PJECor, SEEU, PJECNJ), de modo que o suporte aos usuários compete às áreas técnicas dos órgãos administradores (e não à Secretaria de Tecnologia de Informação local), cabendo à equipe em atuação solicitar o apoio pertinente, conforme o caso.

Como observado na coletânea de inspeções realizadas, inclusive em outros Tribunais, configura boa prática o equacionamento de desafios de tal natureza através de postura pró-ativa e institucionalmente colaborativa do grupo de trabalho nos flancos destacados, a partir da criação e manutenção de repositórios de conhecimento (manuais e tutoriais sobre processos de trabalho, sistemas eletrônicos e atribuições em geral do órgão) para aproveitamento das equipes vindouras e formalização de demandas às áreas técnicas competentes, em relação à necessidade de suporte para manejo de sistemas informatizados e ao Conselho de Administração do Tribunal, para estabelecimento de regras e critérios de fases de transição, bem como para aumento do quadro funcional da Corregedoria Regional.

Em termos de organização de trabalho, a identificação de múltiplos setores de atividade é medida importante para mapeamento dos desafios do órgão. Por outro lado, percebeu-se a conscientização da equipe quanto à necessidade de que os variados setores de atividade sejam reunidos em grupos mais amplos para racionalização e organização do trabalho (para organização de coberturas de férias, mutirões parciais, etc.) tanto mais com a redução de força de trabalho percebida.

Sobre o acompanhamento funcional das unidades jurisdicionais, o procedimento adotado por esta própria Corregedoria-Geral da Justiça Federal é parâmetro importante para o desenho regional do procedimento correicional, sobretudo no que concerne à adoção de formulários padronizados. Trata-se de ferramenta de valia para que, através da comparação de dados uniformizados, o órgão possa tanto diagnosticar hipóteses de anormalidade (dividindo estratégias de saneamento) como identificar modelos de boas práticas e métodos de trabalho efetivos e eficazes que poderiam ser universalizados no

âmbito da Região. Não apenas isso, a padronização de informações permite, no médio prazo, avaliação sistemática da evolução de cada unidade jurisdicional, bem como dos resultados das estratégias e projetos implementados. O instrumento favorece, ainda, a percepção de tendências (positivas ou negativas), oportunizando que o órgão se antecipe ao agravamento de cenários críticos.

A equipe inspecionada demonstrou grande receptividade ao modelo de troca de experiências institucionais não apenas com a Corregedoria-Geral, mas com outros Tribunais, o que fortalece o indicativo de que grandes avanços a partir dos projetos delineados devem ser alcançados já em curto prazo pela atual gestão. De outra parte, é elogiável que já nesta etapa inicial tenha sido identificado que a descentralização decisória e o diálogo entre os próprios magistrados para definição de designações em auxílio a unidades congestionadas são elementos essenciais à otimização de resultados gerenciais, experiência que merece incorporação à memória institucional do órgão, exemplificando a documentação de atividades tratadas de início.

Nota-se grande entusiasmo da unidade para o enfrentamento do biênio de gestão recém iniciado. Durante a entrevista foi apresentado, conforme adiantado, trabalho escrito com descrição específica das atividades da Corregedoria Regional, bem como listagem dos despachos e decisões já proferidas até o momento. Apontou-se ainda, em separado, o quantitativo de processos recebidos no âmbito da Ouvidoria, bem como as medidas de processamento adotadas. Finalmente, foram brevemente relatadas as reuniões e visitas institucionais ocorridas, em frentes variadas (conciliação, áreas técnicas do Tribunal, órgãos externos, etc.).

Assim, estima-se que a manutenção da motivação da equipe, o planejamento delineado e a consecução prática e cotidiana dos projetos concebidos, em conjugação com as sinalizações apontadas, assegurarão quadro de excelência em resultados a serem obtidos no próximo período.

13. RECOMENDAÇÕES

No contexto da análise realizada segundo os parâmetros fixados, não existe recomendação específica a ser dada.

Sugere-se, sem prejuízo dos estudos para revisão da estrutura do órgão e consecução das práticas já identificadas como essenciais, em outras inspeções, ao aprimoramento das funções desempenhadas pelo órgão, em curto, médio e longo prazo, o cotejo do Regimento Interno deste Tribunal com os temas constantes das resoluções do CNJ que tratam de funcionalidades próprias desenvolvidas pela unidade administrativa.

II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Primeira Turma, 1ª Seção, Pleno e Conselho de Administração.

1.3 Tempo de exercício na unidade

A unidade foi assumida no dia 3 de abril de 2023. O Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho foi o Corregedor Regional no período de 2021 a 2023. Finalizada a gestão, ficou no período de 3/4 a 16/4 com o acervo da Desembargadora Federal Germana Moraes, assumindo o acervo atual, em face da aposentadoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo, no dia 17/4/23, por determinação plenária em sessão realizada no dia 29/3/23.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Roberta Moraes Leimig Cordeiro (Assessora de Desembargador)

2.2 Quadro de Pessoal

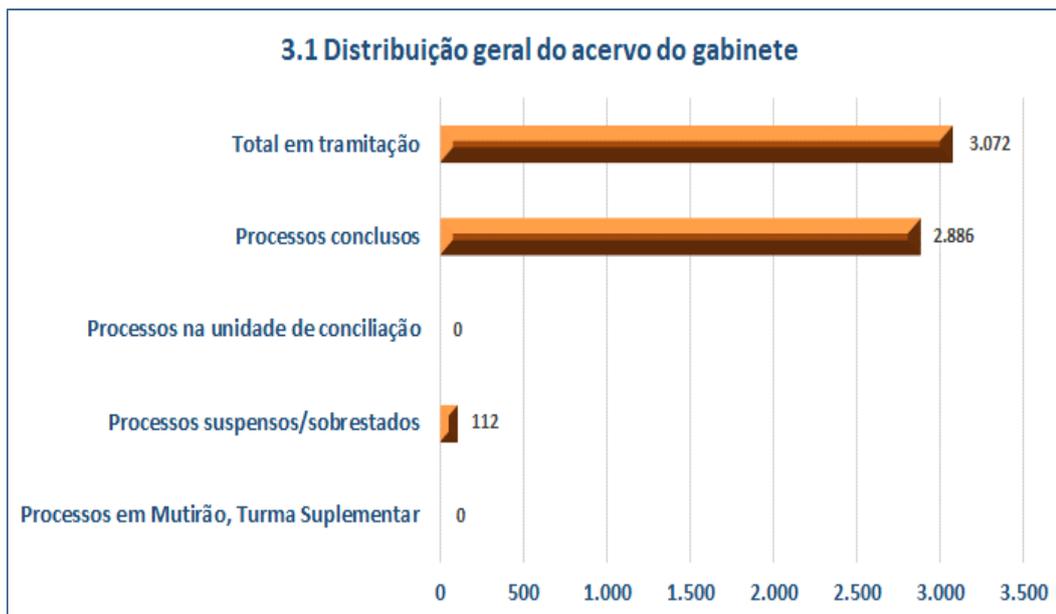
Servidores efetivos	3 do quadro do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, 7 da Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região e 7 requisitados de outros órgãos.
Servidores sem vínculo	Não há servidores sem vínculo.
Estagiários	No momento, não há estagiários vinculados ao Gabinete.

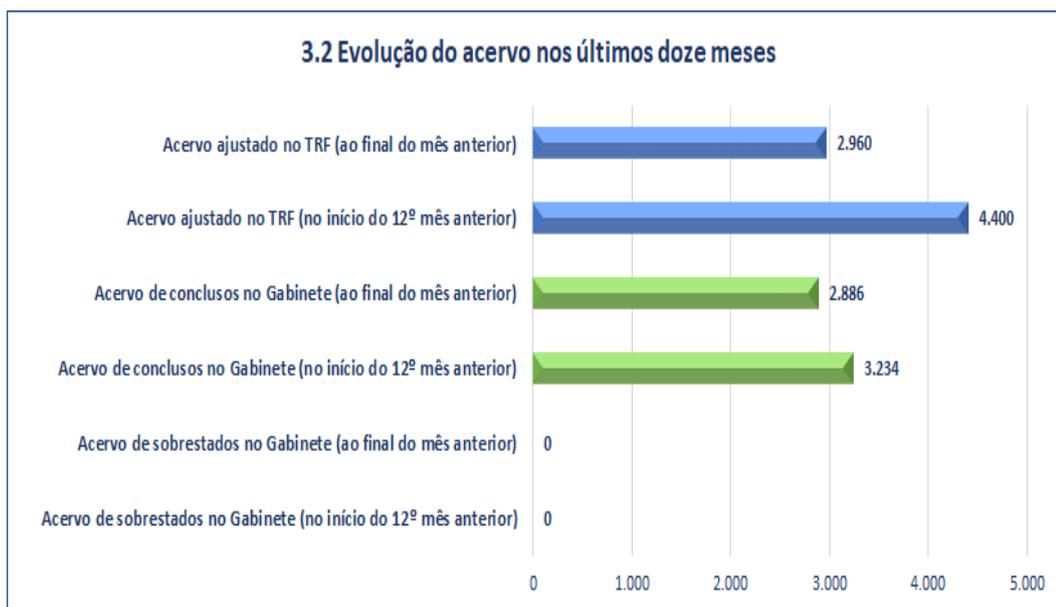
2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Roberta Moraes Leimig Cordeiro
CJ-2	Maria Eduarda de Mendonça Barros (Chefe de Gabinete) e Josely Mercês de Melo Santana (Assessora Judiciária)

CJ-1	Maria Augusta Costa Bacelar Carneiro Leão (Diretora de Divisão - Divisão Especial para Pesquisa, Coleta e Classificação) e Nadja Christtiane Galindo de Albuquerque (Diretora de Divisão - Divisão Judiciária)
FC-6	Juliana Dowsley Gitirana Maciel (Diretora de Núcleo - Núcleo de Apoio Administrativo) e Patrícia de Almeida Montalvão Soares (Diretora de Núcleo - Núcleo de Apoio Judiciário).
FC-5	Solange Helena Costa Ferraz (Seção de Apoio Especial), Ana Rosa Fonseca Diniz (Seção de Coord. e Acompanhamento dos Processos), Edilene Barros da Silva (Seção de Revisão e Publicação de Acórdãos), Luciano Augusto Souza Ramos (Seção de Processamentos de MS, HC, HD e outros feitos), Ana Cláudia Machado Fortes (Seção de Processamento de Causas Cíveis)
FC-4	Juliana Pina Godoy de Carvalho (Seção de Processamento de MS, HC, HD e outros feitos), Gabriel Augusto Nogueira de Freitas (Seção de Processamento de Causas Cíveis), Fernando Henrique Bibi de Oliveira (Seção de Processamento de Causas Criminais), Alex Demóstenes de Jesus (Seção de Revisão e Publicação de Acórdãos) e José Luiz Farias da Silva (Seção de Processamento de Causas Criminais)

3. DADOS ESTATÍSTICOS





3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado

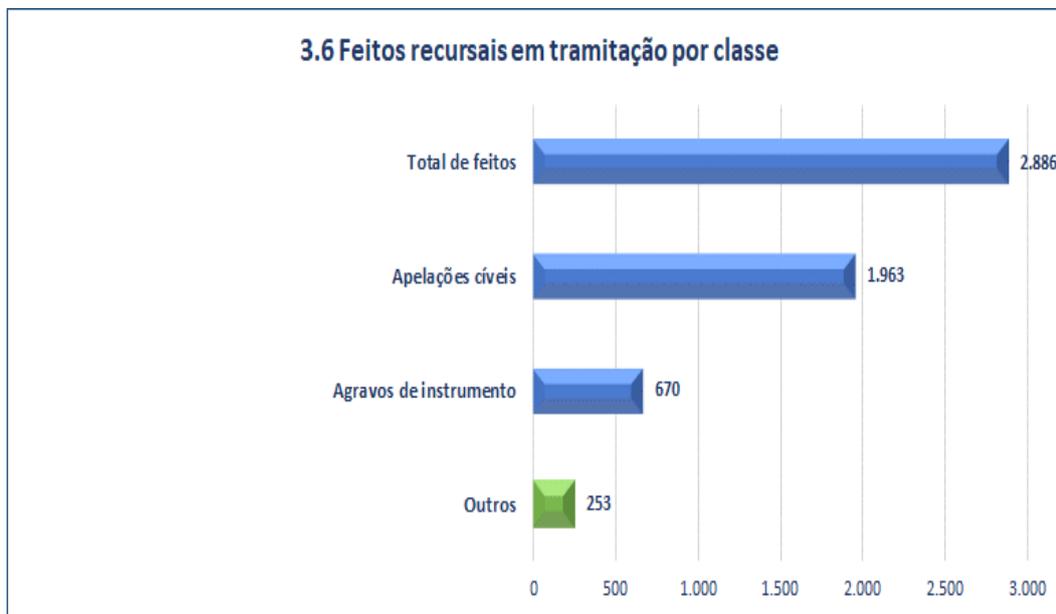
3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Mandados de segurança	1
Ações rescisórias	19
Conflitos de competência	4
Reclamações	1
IAC	0
IRDR	0
Total de feitos originários cíveis	33
Arguição de inconstitucionalidade	0

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Recursos em mandados de segurança coletivos	11
Total de feitos recursais cíveis	2.681
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	37
Recursos em ações civis públicas	51

Recursos em ações de desapropriação	16
Recursos em ações com preferência legal	426



3.7 Feitos originários criminais em tramitação

Total de feitos originários criminais	17
Ações penais	10
Inquéritos	1
Habeas corpus	4
Revisões Criminais	2

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

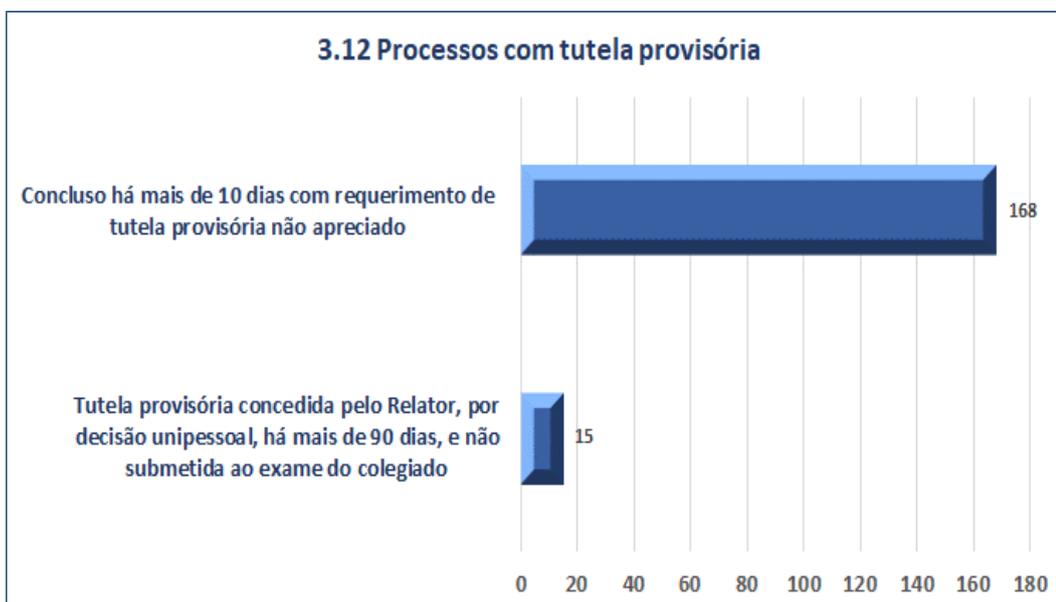
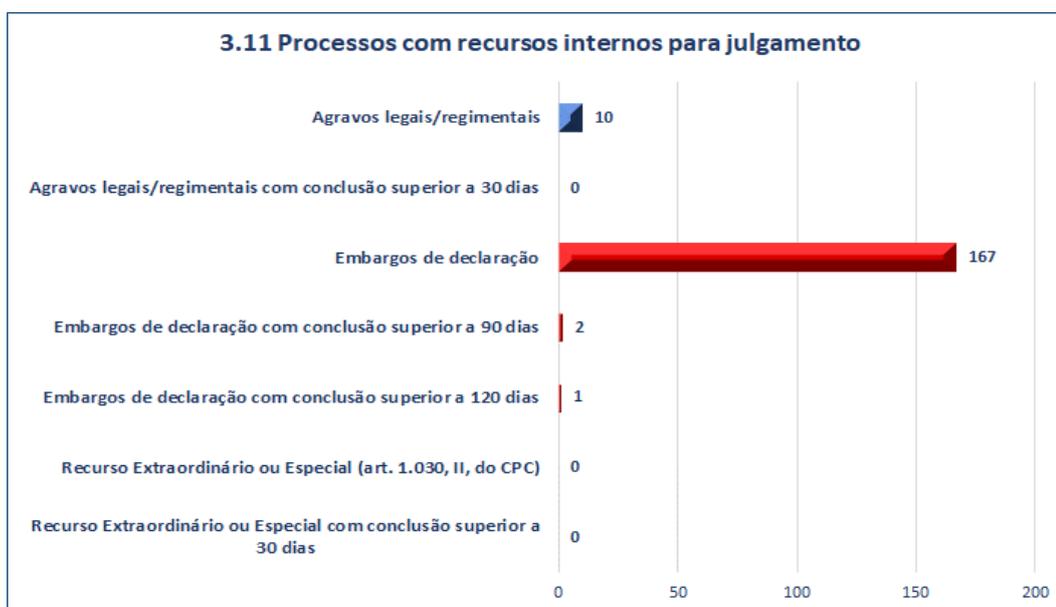
Total de feitos recursais criminais	155
Apelações	149
Recursos em Sentido Estrito	5
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	1

3.9 Feitos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	3
Apelações	1
Ações penais	0

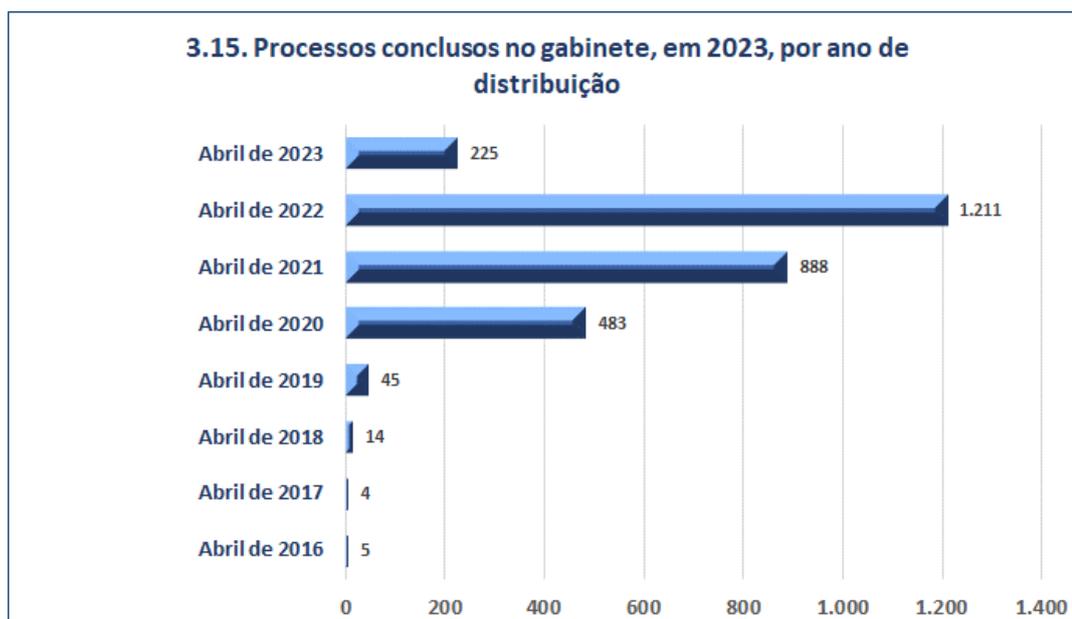
Inquéritos	0
Habeas Corpus	2

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2021	Não se aplica. O acervo foi distribuído por sucessão em face da aposentadoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo, de modo que não há processos concluídos no gabinete há vinte e quatro meses.
Abril de 2020	Não se aplica.
Abril de 2019	Não se aplica.
Abril de 2018	Não se aplica.
Abril de 2017	Não se aplica.
Abril de 2016	Não se aplica.

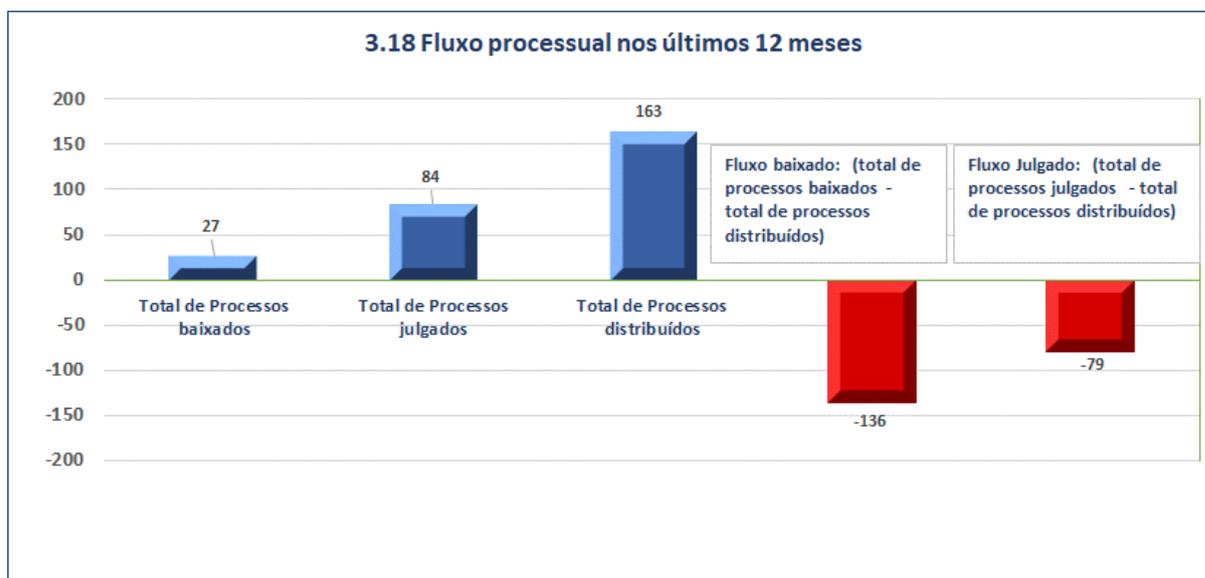
3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2022	Não se aplica.
Abril de 2021	Não se aplica.
Abril de 2020	Não se aplica.
Abril de 2019	Não se aplica.
Abril de 2018	Não se aplica.
Abril de 2017	Não se aplica.
Abril de 2016	Não se aplica.



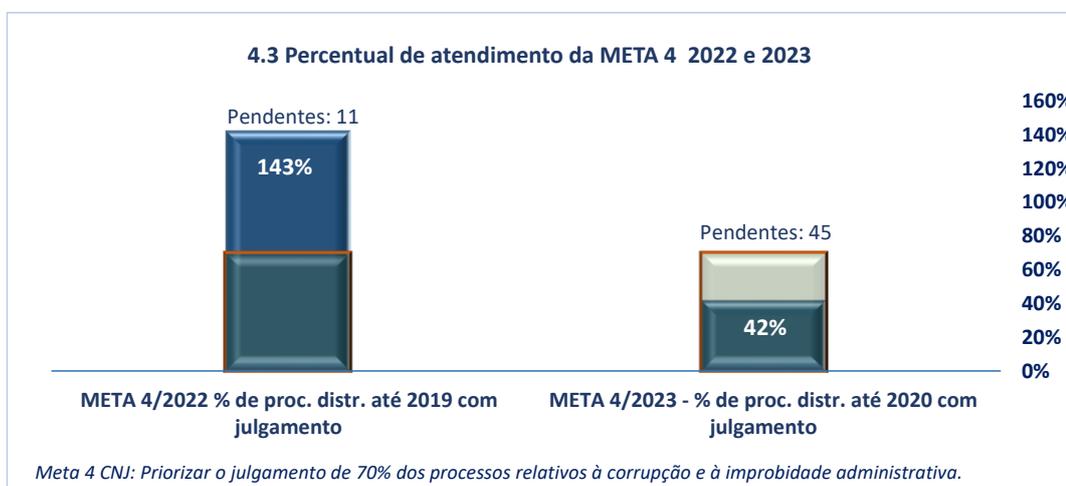
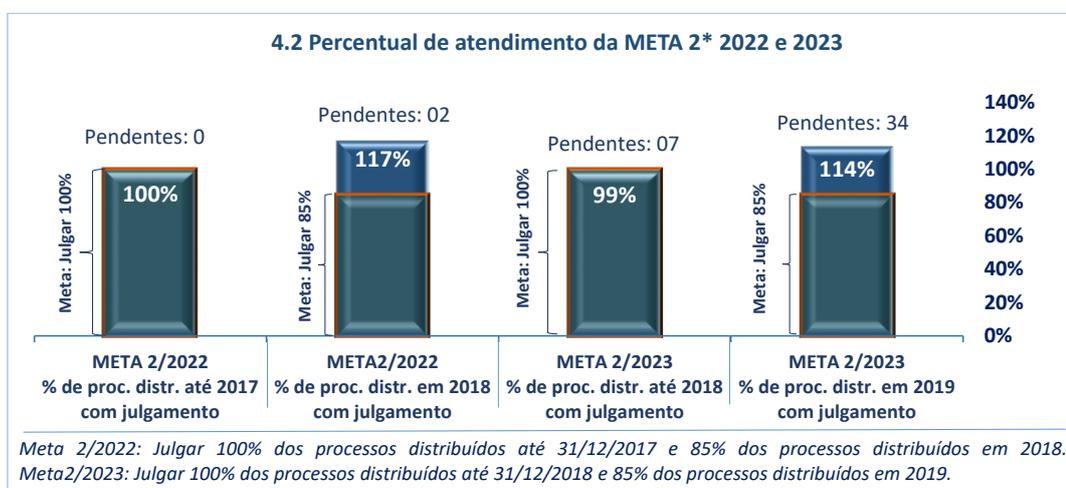
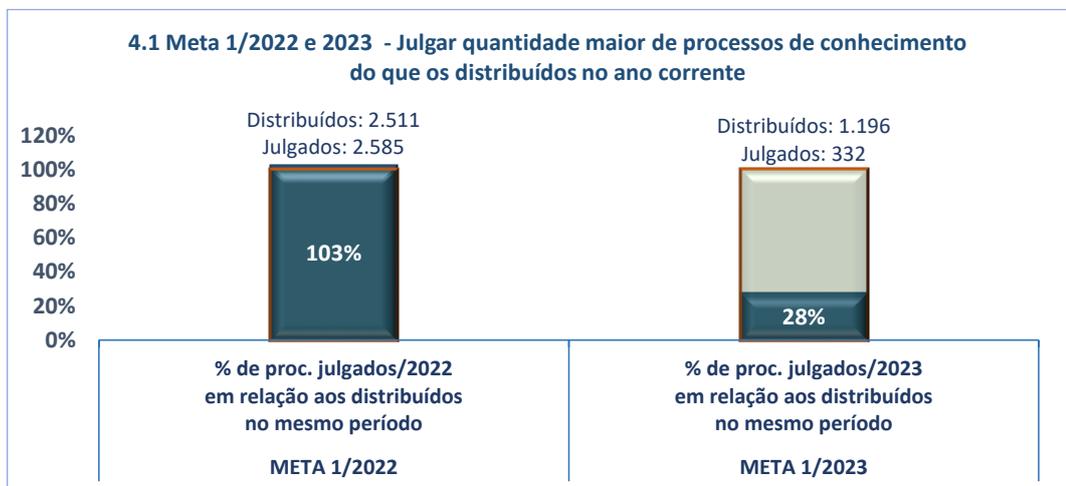
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0

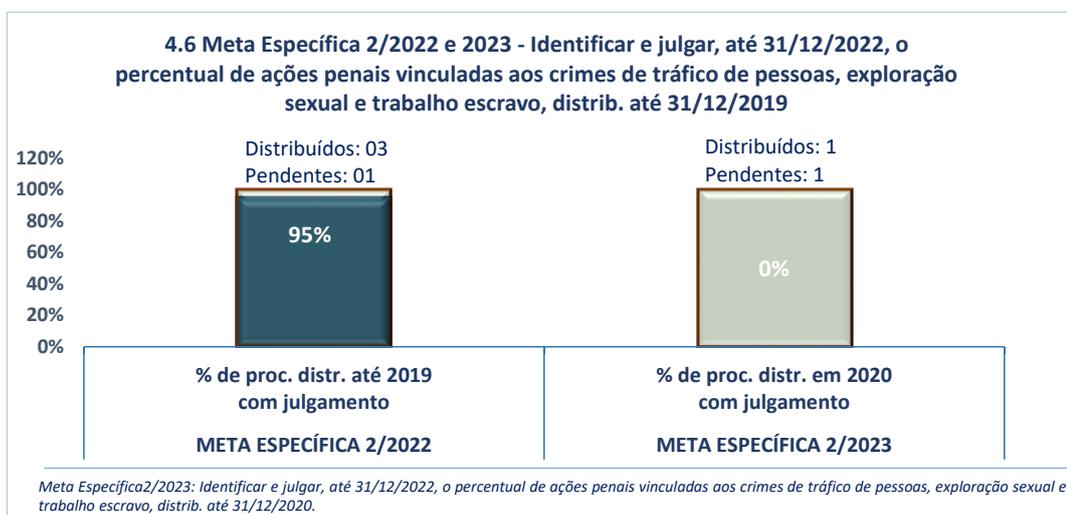
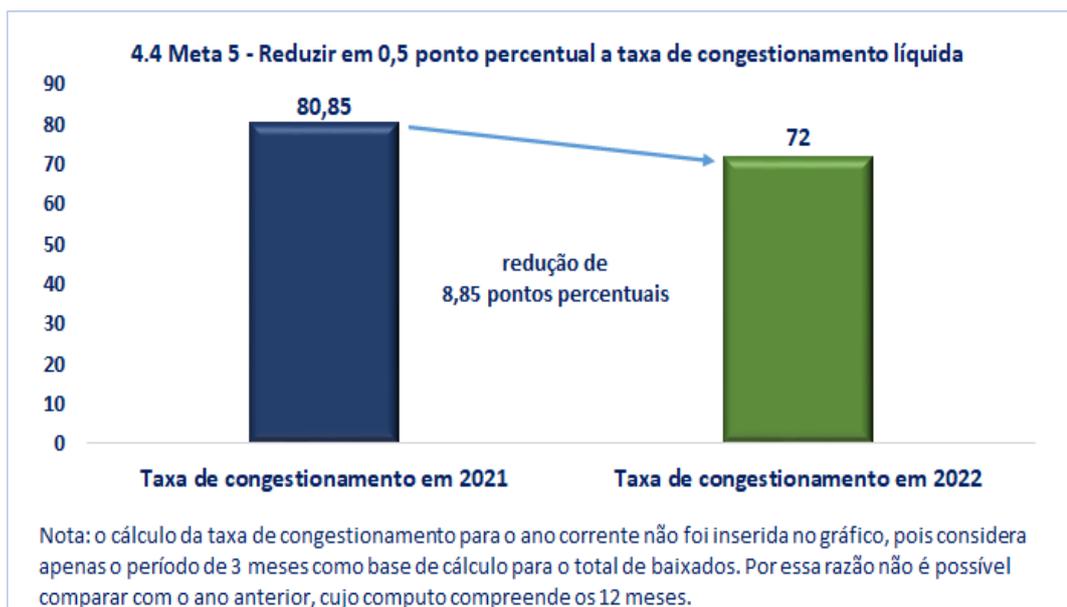
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	Não se aplica. O acervo foi distribuído por sucessão em face da aposentadoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo no dia 17/4/23.
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	Não se aplica. O acervo foi distribuído por sucessão em face da aposentadoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo no dia 17/4/23.
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0



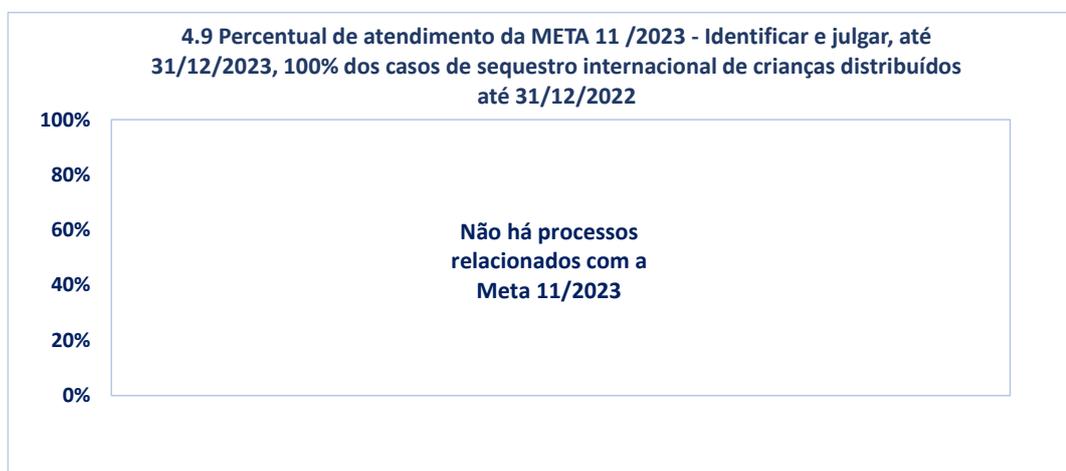
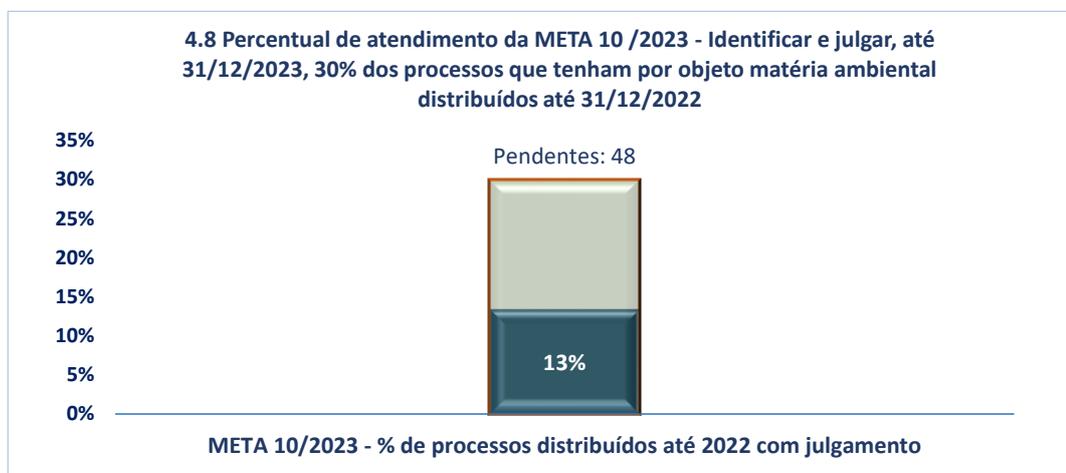
4. METAS





4.7 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não se aplica.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho assumiu o acervo ora inspecionado no dia 17/4 do corrente ano, haja vista a mudança da mesa diretora deste Tribunal. O Desembargador esteve, no biênio 2021/2023, no exercício do cargo de Corregedor Regional da Justiça Federal da 5ª Região. Consoante o afirmado no quesito 1.3 inicialmente, no período de 3/4 a 16/4, assumiu o acervo da Desembargadora Germana Moraes e só em 17/4, com a aposentadoria do Desembargador Carlos Rebêlo, assumiu o presente acervo, de modo que a unidade está em processo de construção dos critérios de acompanhamento e controle dos processos que se encontram sob sua responsabilidade. Nesse primeiro momento, consoante orientação do Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, a equipe está imbuída

em realizar uma triagem circunstanciada do acervo com o objetivo de otimizar as rotinas de trabalho. O plano de gestão da unidade contempla a divisão de atribuições através da especialização das matérias. O gabinete é dividido em núcleos, onde se observa essa especialização.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Como respondido anteriormente, a unidade está em fase de construção dos critérios de acompanhamento e controle dos processos que se encontram sob sua responsabilidade. Ressalta-se, entretanto, a utilização do sistema BI - Business Intelligence para o acompanhamento dos feitos.

5.3 Boas práticas e inovações

As várias atribuições desenvolvidas pelo gabinete são divididas e exercidas através da criação de núcleos que permitem uma divisão dessas atribuições por especialidade de matéria. Cada um desses núcleos possui um coordenador das tarefas a quem os membros da equipe se reportam de forma imediata. Esse modelo de gestão foi construído com a finalidade de proporcionar uma maior desconcentração das tarefas. O Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho mantém sempre aberta a comunicação com cada servidor, para orientação e debates sobre as várias demandas do gabinete.

5.4 Dificuldades

A principal dificuldade encontrada refere-se ao grande número de processos que compõem o acervo recebido recentemente, em 17/4/23, bem como a complexidade e a idade dos feitos que o compõe. Alia-se a esse fato o reduzido número de servidores.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Apenas uma servidora encontra-se em teletrabalho, a servidora Ana Rosa Fonseca Diniz Cordeiro. Quanto à meta de produtividade, consoante o já respondido no quesito 5.1, o gabinete se encontra em fase de construção dos critérios de acompanhamento e controle dos processos, tendo vista a recente assunção do acervo. A fixação das metas será estabelecida a partir da triagem do novo acervo.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Prejudicado.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0810569-84.2017.4.05.8300	25/3/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 19/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão virtual de 1º/6/2023.		
0812110-05.2019.4.05.8100	23/3/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0811913-95.2020.4.05.8300	24/3/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído em 19/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 22/6/2023.		
2000002-07.2019.4.05.8305	15/1/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. A ser incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 27/7/2023, após revisão.		
0809929-09.2016.4.05.8400	30/3/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. A ser incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 3/8/2023, após revisão.		
0801679-68.2017.4.05.8103	8/5/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Após revisão, será incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 20/7/2023.		
0810134-85.2018.4.05.8200	21/5/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0802385-35.2018.4.05.8000	28/5/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0812949-71.2017.4.05.8400	14/5/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. A ser oportunamente incluído em pauta para julgamento.		
0002520-51.2016.4.05.8000	4/5/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 27/7/2023.		
0807668-12.2018.4.05.8300	2/6/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. A ser oportunamente incluído em pauta para julgamento.		
0813812-31.2020.4.05.8300	21/1/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 25/5/2023.		
0800617-10.2019.4.05.8107	25/1/2021	198 – Apelação Cível

Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão virtual de 1º/6/2023.		
0815797-35.2020.4.05.8300	19/1/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0000259-42.2017.8.02.0042	11/2/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0800198-80.2020.4.05.8001	1º/12/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 27/7/2023.		
0804362-55.2020.4.05.8400	5/12/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0802572-61.2019.4.05.8500	31/1/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. A ser oportunamente incluído em pauta para julgamento.		
0800169-15.2020.4.05.8200	30/6/2020	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão virtual de 1º/6/2023.		
0800405-89.2021.4.05.0000	19/1/2021	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Proferido despacho em 24/4/2023, para exame do interesse jurídico da parte.		
0005987-63.2015.4.05.8100	18/9/2020	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 22/6/2023.		
0802024-92.2021.4.05.8200	7/5/2021	426 – Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão virtual de 1º/6/2023.		
0000654-93.2014.4.05.9999	30/12/2020	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 25/5/2023.		
0804880-72.2020.4.05.8100	20/7/2021	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 25/5/2023.		
0800967-73.2020.4.05.8103	27/10/2021	427 – Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: Processo não localizado na base de dados do PJe.		
0810518-43.2021.4.05.8200	29/4/2022	426 – Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		

0808684-64.2021.4.05.0000	26/7/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Revisão Criminal de Relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior, na Segunda Seção do TRF5.		
0810237-49.2021.4.05.0000	1º/9/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Revisão Criminal de Relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior, na Segunda Seção do TRF5.		
0814226-63.2021.4.05.0000	7/12/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Revisão Criminal de Relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior, na Segunda Seção do TRF5.		
0816282-40.2019.4.05.0000	20/12/2019	241 – Petição Cível
Observação/Providência: Processo não localizado na base de dados do PJe.		
0818206-74.2021.4.05.8000	1º/12/2021	12081 – Incidente de Suspeição Cível
Observação/Providência: Processo sob a relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior.		
0800589-56.2021.4.05.8500	23/9/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sob a relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior.		
0800256-26.2015.4.05.8400	5/10/2019	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sob a relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior.		
0803939-41.2019.4.05.8300	25/3/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Encaminhamento dos autos em 5/5/2023 ao MPF para emissão de parecer, por se tratar de feito envolvendo interesse de incapaz. A ser oportunamente incluído em pauta de julgamento.		
0806918-03.2019.4.05.8000	23/9/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Despacho proferido em 5/5/2023 para intimação das partes sobre fato superveniente.		
0812418-86.2020.4.05.8300	25/3/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo de relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior.		
0801454-18.2021.4.05.8100	20/5/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0805740-55.2022.4.05.0000	25/5/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Revisão Criminal de Relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior, na Segunda Seção do TRF5.		
0804219-91.2019.4.05.8500	27/7/2022	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo não localizado no Gabinete. Encaminhamento ao Gabinete de Conciliação, órgão submetido à Corregedoria-Regional do TRF5, desde 26/1/2023.		
0800839-78.2021.4.05.0000	31/1/2021	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023, com decisão terminativa proferida em 8/5/2023.		
0813757-51.2020.4.05.0000	10/11/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 19/4/2023, com decisão terminativa proferida em 10/5/2023.		
0813618-02.2020.4.05.0000	6/11/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão virtual de 1º/6/2023.		
0804056-66.2020.4.05.0000	20/4/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo distribuído ao Gabinete, por sucessão, em 19/4/2023. Decisão terminativa proferida em 26/4/2023.		
0811481-47.2020.4.05.0000	21/9/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão virtual de 1º/6/2023.		
0801110-87.2021.4.05.0000	5/2/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Proferido despacho em 5/5/2023, solicitando providências, em razão de superveniente declaração de incompetência do juízo.		
0803276-92.2021.4.05.0000	24/3/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0803302-90.2021.4.05.0000	25/3/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo distribuído ao Gabinete, por sucessão, em 18/4/2023. Pedido de desistência homologado em 5/5/2023.		
0805973-86.2021.4.05.0000	26/5/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 25/5/2023.		
0811071-52.2021.4.05.0000	20/9/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Despacho proferido, em 8/5/2023, para verificação de interesse processual diante de fato superveniente.		
0812542-06.2021.4.05.0000	24/10/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0812898-98.2021.4.05.0000	3/11/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 19/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 29/6/2023.		
0813650-70.2021.4.05.0000	22/11/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Decisão homologatória do pedido de desistência em 4/5/2023.		
0813990-14.2021.4.05.0000	30/11/2021	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 27/7/2023.		
0803407-85.2019.4.05.8100	7/5/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído em 19/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 29/6/2023.		
0804874-38.2020.4.05.8400	23/2/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 20/7/2023.		
0809076-38.2020.4.05.0000	28/7/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Certificação do trânsito em julgado datada de 4/5/2023.		
0808345-62.2020.4.05.8400	30/6/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 25/5/2023.		
0804799-42.2021.4.05.0000	30/4/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Encaminhamento dos autos ao MPF, em 8/5/2023, para parecer, com base no art. 1.019, III, do CPC. A ser oportunamente incluído em pauta para julgamento.		
0808703-27.2020.4.05.8400	31/7/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão virtual de 1º/6/2023.		
0000006-30.2020.4.05.0000	23/1/2020	279 – Inquérito Policial
Observação/Providência: Feito em ambiente de inquérito (MPF-Polícia Federal).		
0804498-61.2022.4.05.0000	19/4/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Revisão Criminal de Relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior, na Segunda Seção do TRF5.		
0804434-51.2022.4.05.0000	19/4/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Revisão Criminal de Relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior, na Segunda Seção do TRF5.		
0804339-21.2022.4.05.0000	13/4/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Revisão Criminal, de competência da Segunda Seção do TRF5, submetido à Relatoria do Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior.		
0809023-79.2021.4.05.8000	5/8/2022	279 – Inquérito Policial
Observação/Providência: Processo não localizado na base de dados do PJe. Ambiente de Inquérito (MPF/PF).		
0802324-50.2020.4.05.0000	9/3/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 15/6/2023.		
0815519-05.2020.4.05.0000	20/12/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo não localizado na base de dados do PJe.		

0800127-92.2018.4.05.8504	24/2/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo redistribuído em 17/4/2023. Incluído em pauta para julgamento do recurso de apelação na sessão ordinária de 22/6/2023. Não há embargos declaratórios pendentes.		
0806538-84.2020.4.05.0000	8/6/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo redistribuído em 18/4/2023. Incluído em pauta para julgamento na sessão ordinária de 25/5/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 73 processos selecionados, todos eletrônicos. Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0802572-61.2019.4.05.8500	0804219-91.2019.4.05.8500	0812949-71.2017.4.05.8400
0803939-41.2019.4.05.8300	0807668-12.2018.4.05.8300	

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria iniciou as entrevistas às 15 horas do dia 12/6/2023 e foi cordialmente recebida pelo gabinete do Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho e pela Chefe de Assessoria Roberta Moraes Leimig. Os demais colaboradores estavam presentes, com exceção da única servidora que exerce suas atividades de forma remota.

O Desembargador Élio tem uma formação acadêmica extensa, possui vasta experiência e já atuou em diversas unidades administrativas além da judicatura. Atualmente, ele é Presidente da 1ª Turma e muito comprometido com a capacitação/qualificação de sua equipe, com a aprendizagem, com a inovação e com a disseminação de boas práticas.

O Desembargador assumiu o acervo em 17 de abril de 2023, depois de seu mandato/atuação na Corregedoria do TRF5, alguns meses antes da data da Inspeção CJF/2023. Todos os integrantes estão conhecendo o acervo e estudando melhorias nas rotinas do novo gabinete. O trabalho realizado nesse curto espaço de tempo, contados da última inspeção, demonstra a eficiência do plano de gestão elaborado pelo Magistrado e por sua equipe. Desembargador Élio fez uma breve explanação sobre a criação dos novos gabinetes e a forma como foram distribuídos os processos, a partir de então. Destacou que por 6 (seis meses) os processos foram distribuídos somente aos gabinetes novos. Não houve redistribuição do estoque dos processos antigos para os novos Desembargadores.

Os macrodesafios 2021-2026 constantes do Mapa Estratégico-TRF5 são enfrentados cotidianamente, a fim de atender a missão da Justiça Federal: “Garantir à Sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”.

A gestão de pessoas é humanizada. O Desembargador e a Chefe de Assessoria são extremamente cordiais, favoráveis e adeptos de um tratamento de acolhimento, da boa comunicação e do diálogo. A equipe é integrada. Os servidores participam ativamente dos projetos do gabinete. O bem-estar (qualidade de vida) e a saúde física e mental do grupo são fundamentais para o Magistrado. Apesar de algumas intercorrências e um caso de depressão, estão todos bem na pós-pandemia.

A gestão do conhecimento vem sendo estimulada e o aprendizado é compartilhado. Há muito diálogo entre os membros da 1ª Turma. O Desembargador Federal é Presidente da 1ª Turma e tem a aprovação unânime de seus pares nas demandas do colegiado. O Magistrado está providenciando para o 2º semestre um curso de ementas com uma professora que é servidora do TJ/PE e que ministra aulas para o CJF/ENFAM.

Na resposta ao questionário da Inspeção, constatou-se que a gestão do acervo, a distribuição das atividades e o estabelecimento dos processos estão inseridos no plano de gestão e houve uma redução significativa dos agravos de Instrumento e dos Embargos de declaração. Há uma grande preocupação com a triagem mais refinada, para que a produção seja “deslanchada”. O plano de gestão da unidade contempla a divisão de atribuições através da especialização das matérias. O gabinete é dividido em núcleos, onde se observa essa especialização.

O Desembargador Federal desenvolve boas práticas: está articulando com o Tribunal e a Procuradoria um acordo de não persecução penal (ANPP), visando enxugar um pouco o montante de casos de matéria penal. Lembrou que a conciliação é feita no próprio gabinete, evitando o trâmite desnecessário entre as unidades e ganhando em celeridade e efetividade para o jurisdicionado. Há uma melhora visível na qualidade da prestação jurisdicional e estão aumentando em volume de produtividade, reduzindo a taxa de congestionamento. O gabinete diminuiu essa taxa para 8,85%, quando o desejado seria de 0,5%.

O Desembargador teve uma rica experiência na Corregedoria do TRF5 e o aprendizado naquela unidade refletiu inclusive na gestão de pessoas do gabinete. Ele conversou individualmente com cada um dos servidores, ouviu suas expectativas e suas demandas e tem procurado atendê-los da melhor forma possível. A Chefe de Assessoria testemunhou que houve uma maior proximidade entre o Magistrado e a equipe. O feedback de todo o grupo foi muito positivo.

Quanto à gestão de resultados, o Desembargador é diligente e cauteloso. Com a implantação do plano de gestão, conseguirão manter-se em igualdade e poderão superar os resultados em relação aos gabinetes da mesma Turma. O tempo médio de tramitação dos processos até o julgamento na unidade em 2021 era de 11 meses e hoje está em 17 meses. Esse acréscimo é remanescente ainda da gestão anterior, vez que assumiu o gabinete somente em 17/4/2023. O aumento se deve também ao tempo gasto inicialmente na organização, na triagem, nos ajustes e na simplificação de rotinas, mas

está sendo gradativamente reduzido. Resultados expressivos foram alcançados e as metas do CNJ estão sendo cumpridas.

O Desembargador Federal é favorável à formalização de uma política de motivação. Ele solicita expedição de portaria de elogios para os servidores. Já houve uma época em que concediam um dia de folga numa 6ª feira, por cumprimento de metas. Pretende retomar esse incentivo/premiação. O Magistrado relatou ainda que, no passado, havia homenageado os servidores que completavam 25 anos de justiça federal e que tinham conduta ilibada. Essa iniciativa impactava e sensibilizava bastante os contemplados.

O Desembargador recebeu o “Prêmio Margarida de Boas Práticas em Equidade de Gênero” - nos casos de afastamento do desembargador é observada a alternância entre juíza e juiz federal nas convocações para substituí-lo, respeitados os requisitos previstos em lei.

O gabinete usa a tecnologia e as ferramentas inovadoras e de Business Intelligence (BI) para cumprir as metas do CNJ.

O grande desafio do Desembargador é num médio prazo reduzir o acervo total aos 3 dígitos: 999 processos. Se não fosse a pandemia, eles teriam chegado, argumenta. O gabinete quer fazer uma triagem refinada para atingir esse objetivo. Estão enfrentando os acervos de cada núcleo, priorizando a improbidade administrativa e tentando reduzir o quantitativo daqueles núcleos mais volumosos. O Desembargador pretende atribuir os agravos de instrumento para cada núcleo especializado e não mais centralizá-los numa equipe de agravos, como acontece hoje.

A unidade cumpre com as recomendações de inspeções pretéritas. Apenas o sobrestamento de feitos de matéria previdenciária não foi atendido na inspeção anterior. A Chefe de Assessoria Roberta argumentou que esse controle é feito pela secretaria da turma.

Em conclusão, frente aos desafios postos, entendemos que o gabinete deve manter a boa integração da equipe, a organização do trabalho e o plano de gestão, que são dignos de elogios; continuar intensificando e compartilhando o conhecimento e as boas práticas; seguir estimulando a inovação e a criação de projetos que potencializem o resultado, com eficácia e eficiência - tudo em prol do cidadão e do jurisdicionado; e prosseguir priorizando as matérias de improbidade administrativa e o julgamento dos Embargos de declaração.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve leve aumento do montante de processos conclusos de 2.765 para 2.886. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.234 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.886.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 290, na última inspeção, para 167, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses não houve evolução no que se refere à produtividade do gabinete, vez que o Magistrado assumiu o acervo muito recentemente, em 17/4/2023.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 17 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Turma, equivale a 13 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Seção.

12. RECOMENDAÇÕES

Considerando o excelente desempenho, cabe-nos parabenizar o Desembargador Federal Élio Wanderley Siqueira Filho pela competente forma de condução do gabinete, pela integração/união de sua equipe, pelo incentivo à aprendizagem e pelo plano de gestão, que são dignos de elogios. Cumpre-nos sugerir que continue estimulando a inovação e a criação de projetos que potencializem o resultado com eficácia e eficiência, como tem ocorrido em sua unidade.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Acompanhar o cumprimento das recomendações feitas no item 9;
- b) Prosseguir priorizando o julgamento dos casos de improbidade administrativa (Meta 4/CNJ) e os Embargos de declaração; e
- c) Compartilhar o conhecimento e trocar experiências e boas práticas de gestão com os demais gabinetes do Tribunal.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Roberto Wanderley Nogueira

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Primeira Turma; Terceira Seção e Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

Convocado em 30/3/2021, até a posse em 28/4/2021 para o cargo de Desembargador Federal desta Corte, ou seja, pouco mais de 2 anos.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Vanessa Aleksandra de Melo Pedroso - Chefe de Gabinete - CJ2

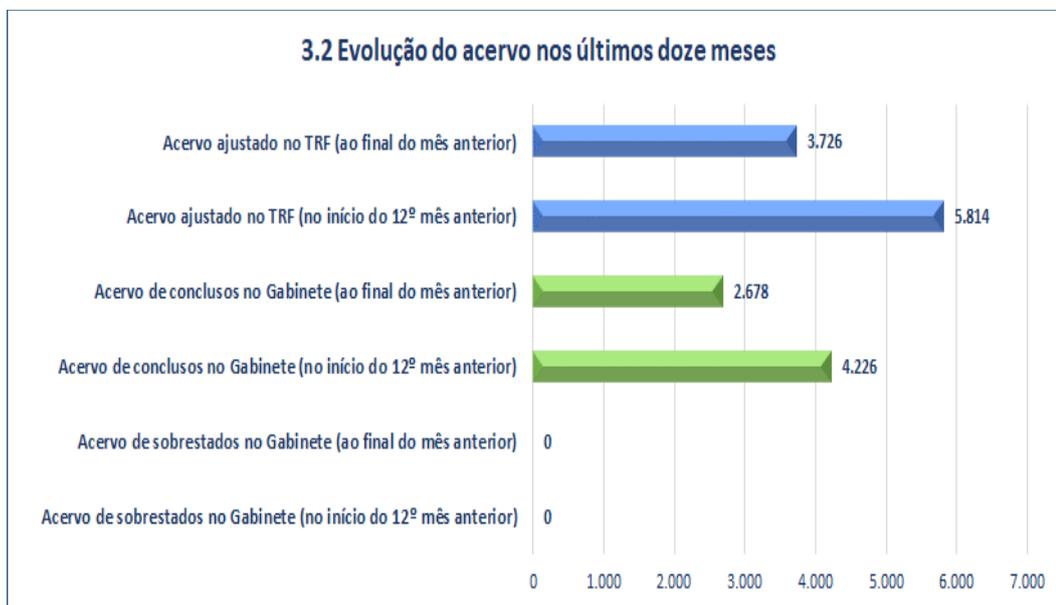
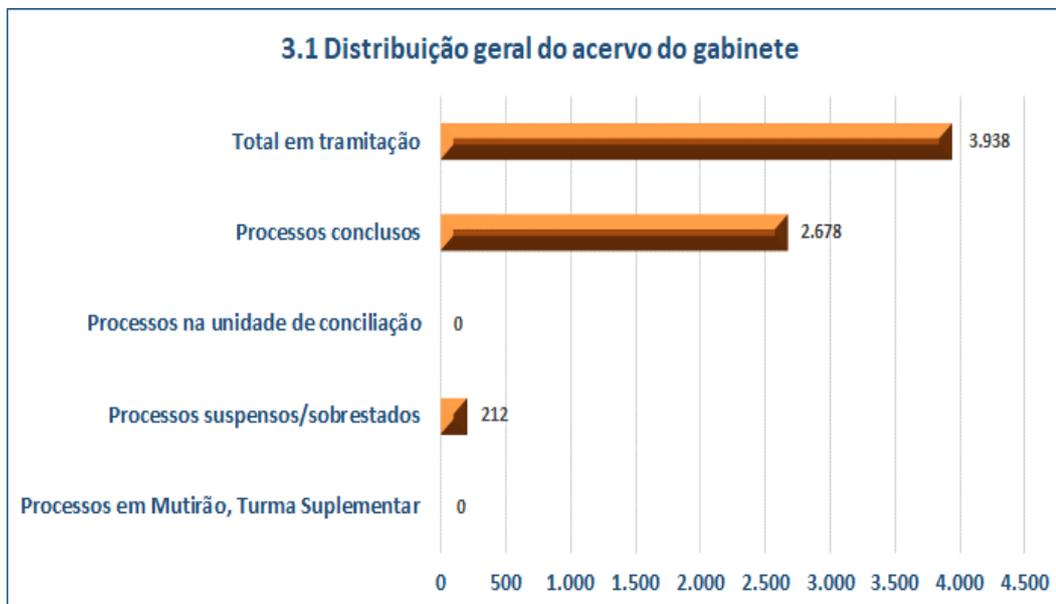
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-6	4
FC-5	3
FC-4	2
FC-3	0
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

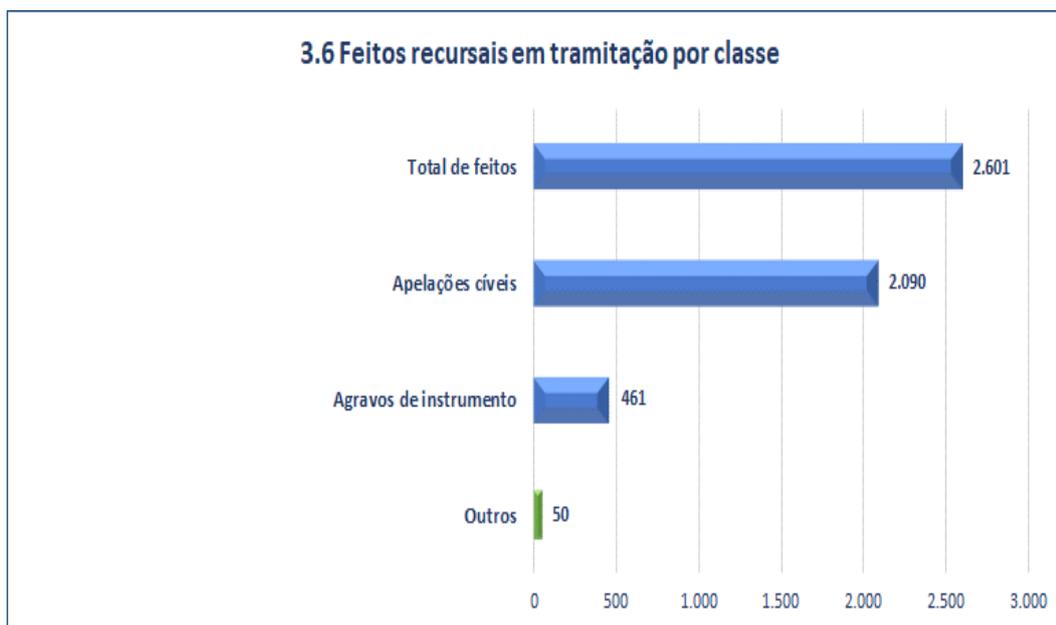


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	33 Processo sem mutirão

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	52
Mandados de segurança	3
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	2
Ações rescisórias	30

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.601
Recursos em mandados de segurança coletivos	5
Recursos em ações populares	3
Recursos em ações de improbidade administrativa	33
Recursos em ações civis públicas	53
Recursos em ações de desapropriação	6
Recursos em ações com preferência legal	650

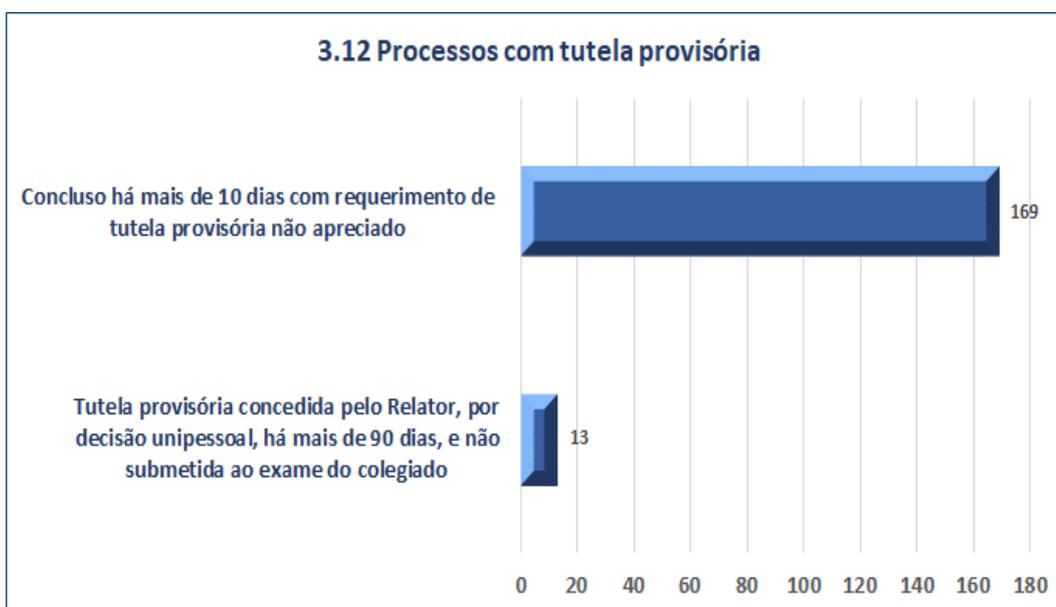
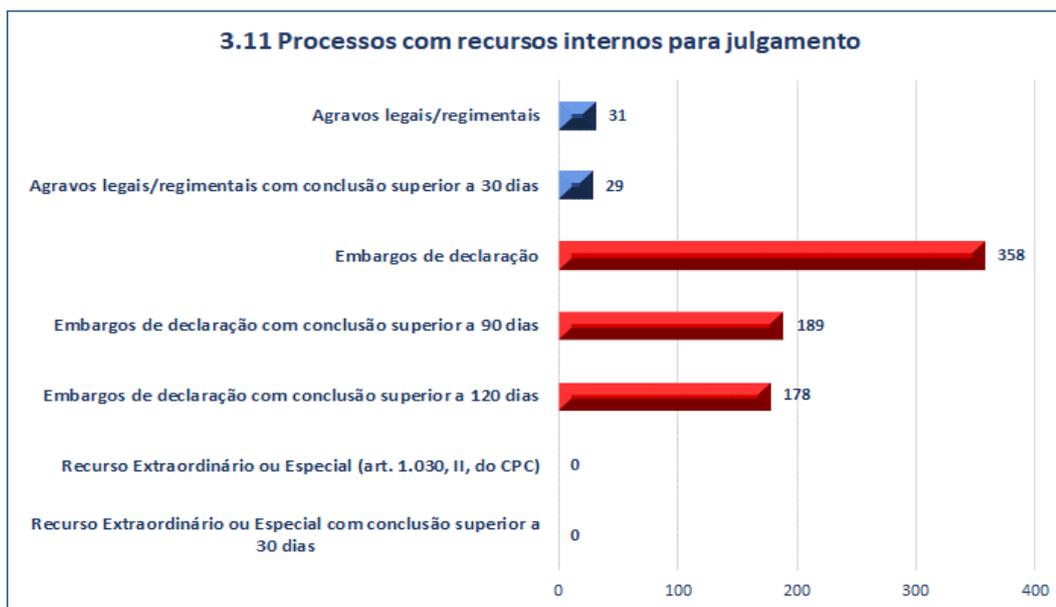


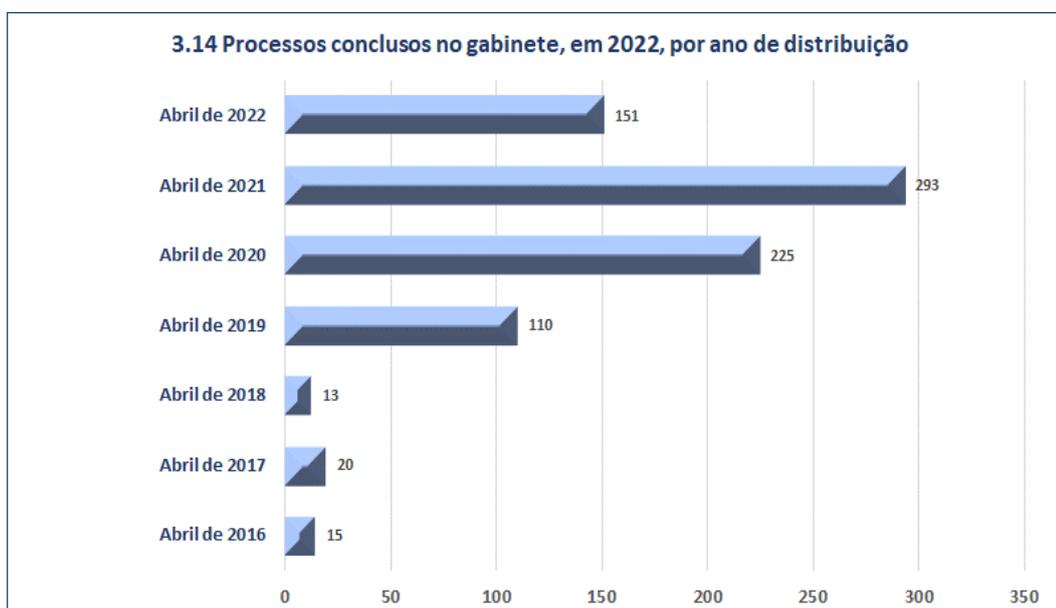
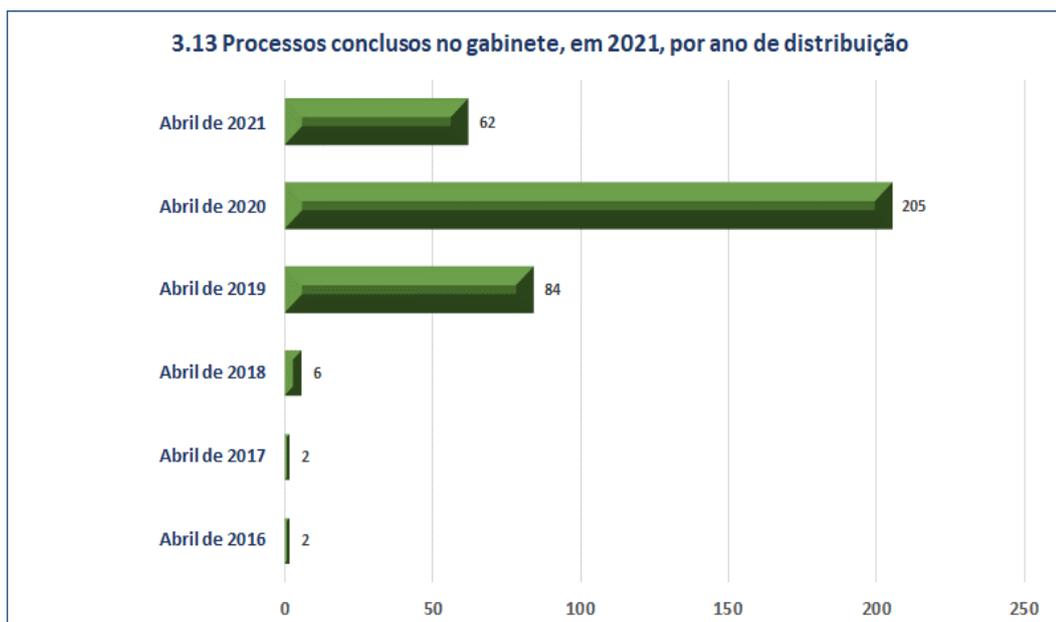
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	8
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas corpus	4
Revisões Criminais	0

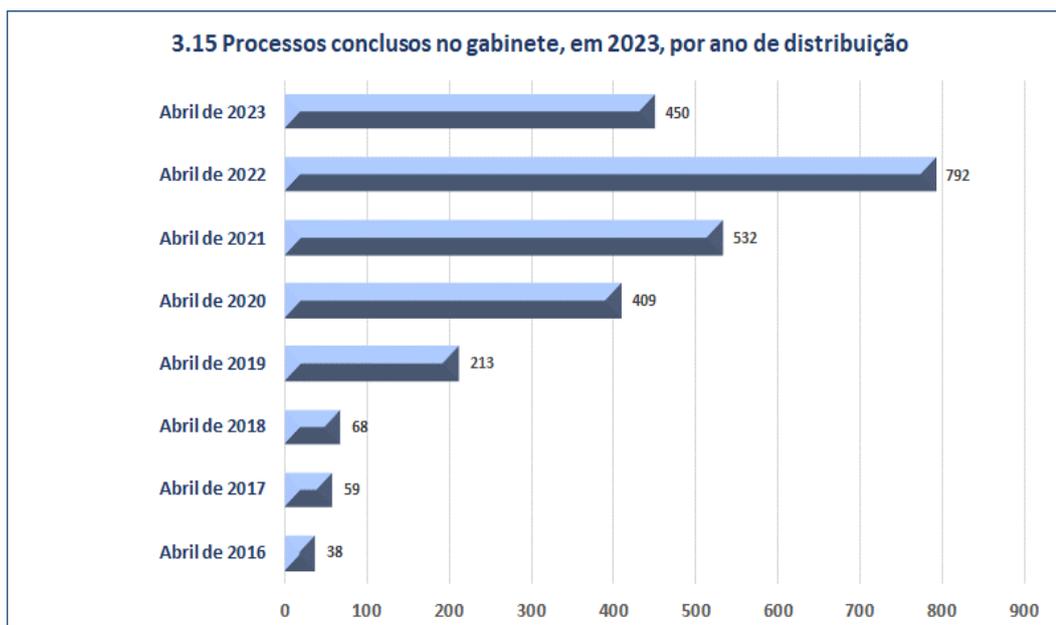
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	18
Apelações	15
Recursos em Sentido Estrito	1
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	1

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	1

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





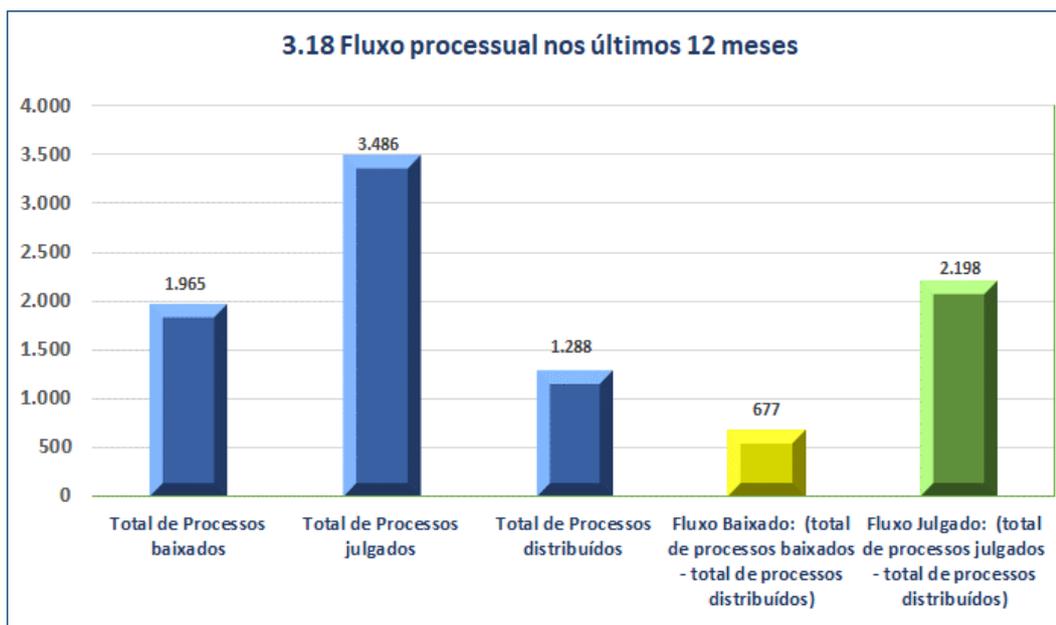


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

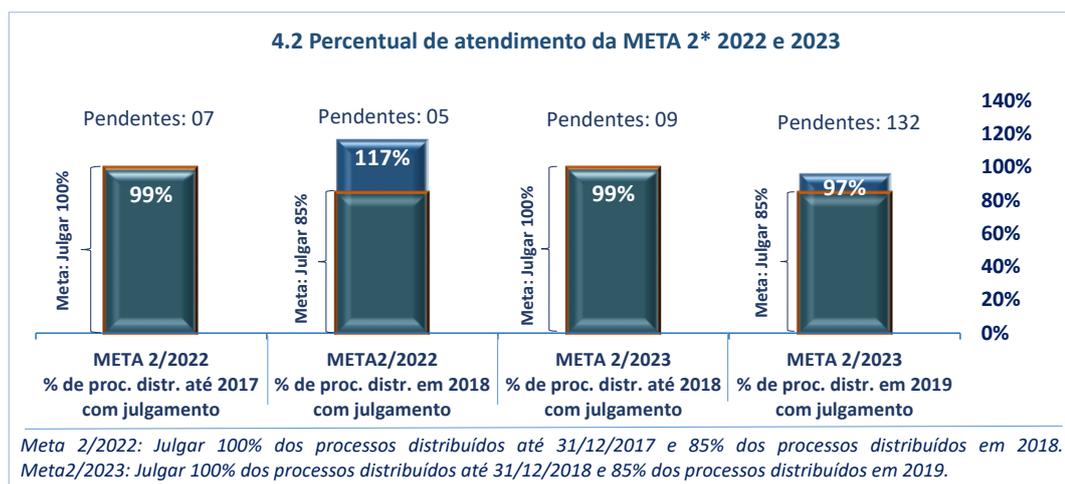
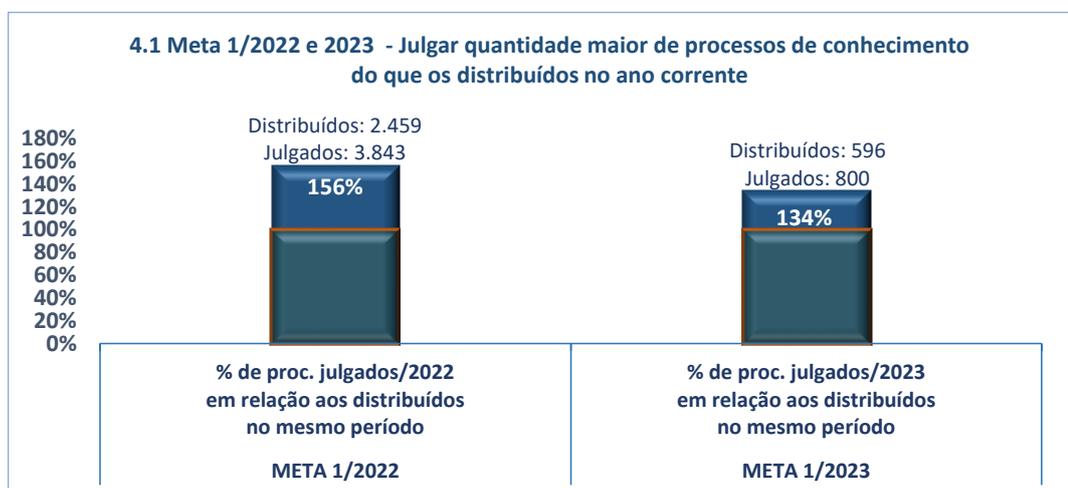
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	14

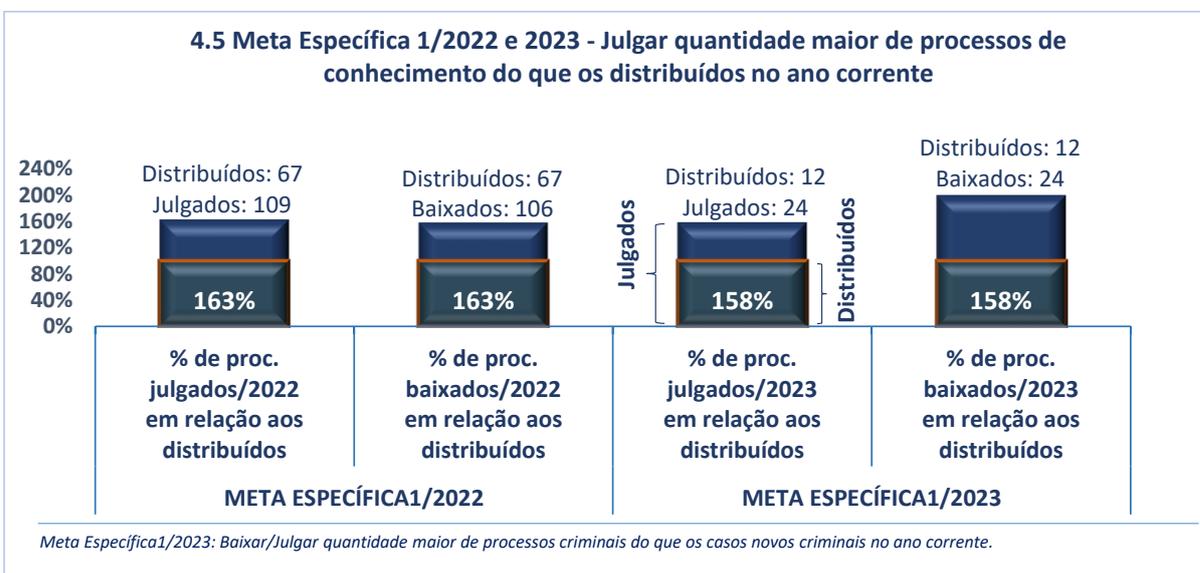
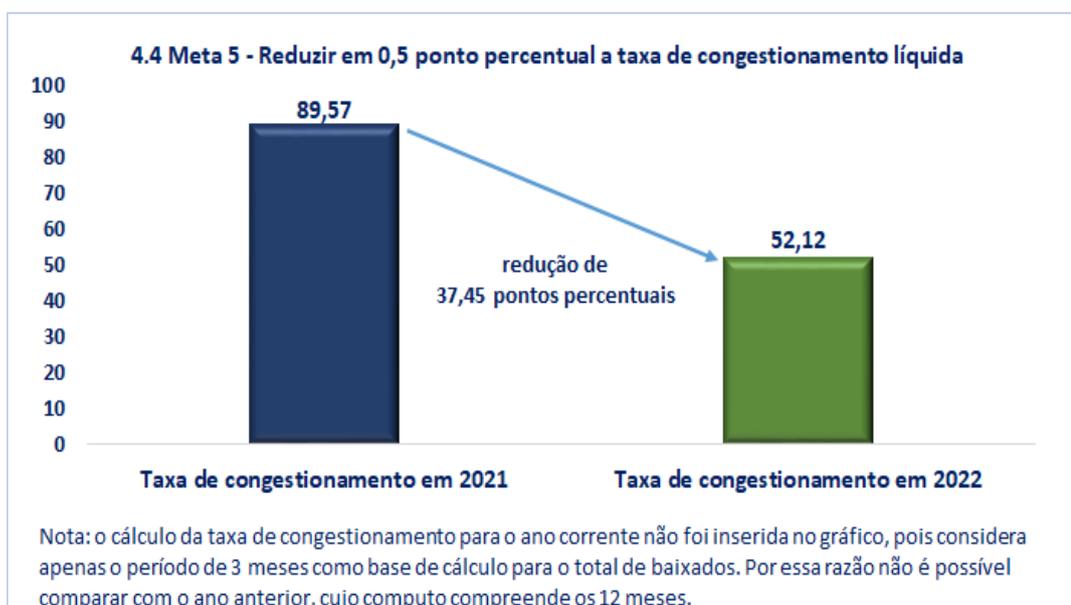
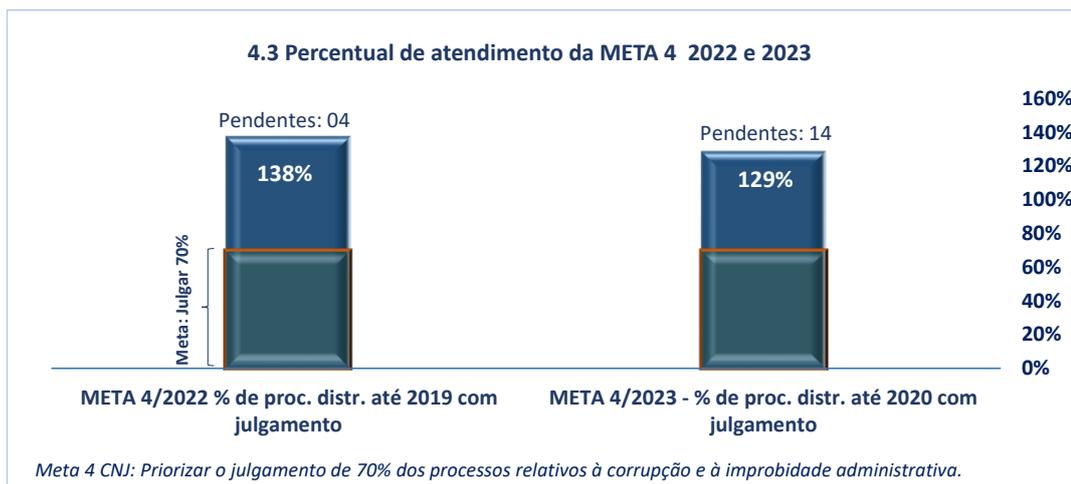
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS





4.6 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

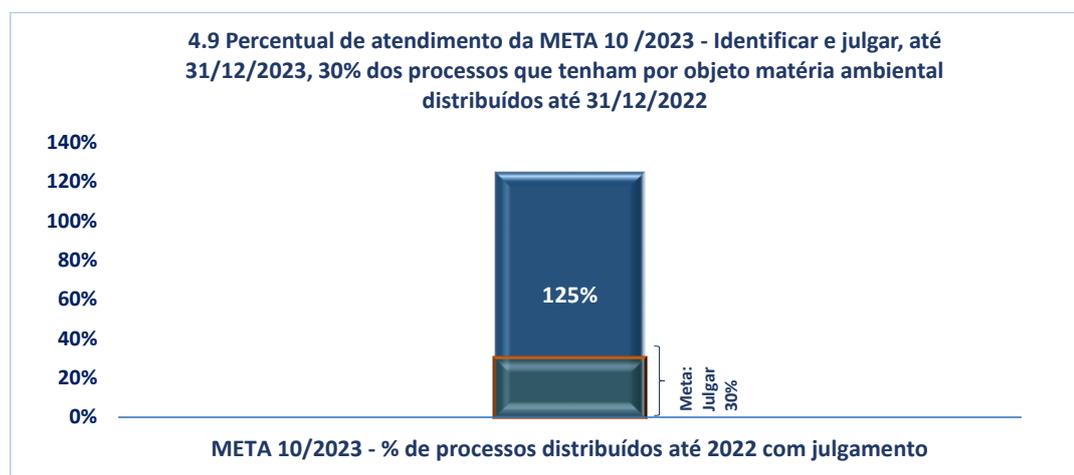
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	00 - não se aplica
Pendentes em 31/12/2022	00 - não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	00 - não se aplica

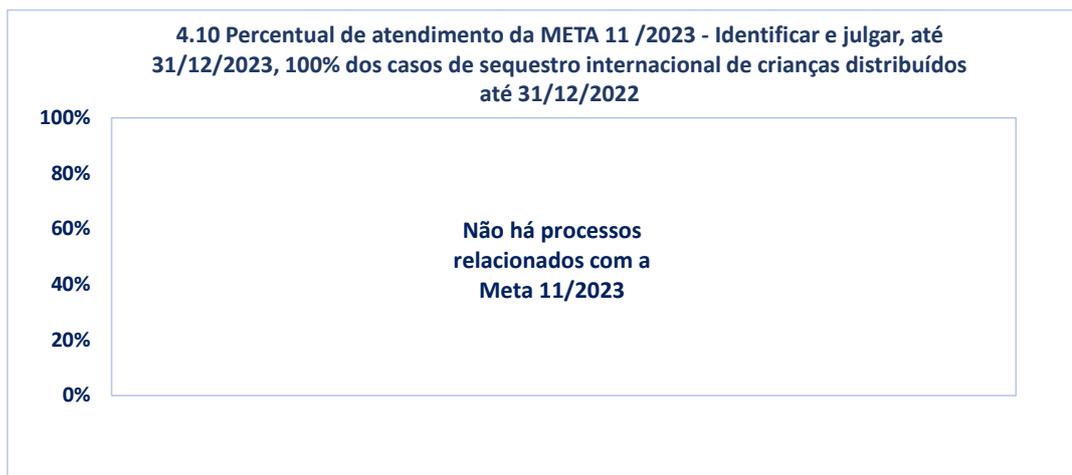
4.7 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	00 - não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	00 - não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	00 - não se aplica

4.8 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

De pronto, faz-se necessário dizer que no TRF5 as ações relativas aos objetivos do desenvolvimento sustentável são tratadas pela rede de inteligência a partir da definição da Meta 9. Portanto, não é possível separar por gabinete.





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O gabinete traçou um Plano de Trabalho que definiu os seguintes objetivos estratégicos: a) Resolução dos processos prioritários das metas do CNJ. b) Rejuvenescimento e redução do acervo processual. Para o primeiro objetivo estratégico do Gabinete (processos prioritários, consistente nos processos-meta do CNJ), considerou-se a necessidade de julgamento dos processos mais antigos, como também se definiu processos prioritários pela natureza do pedido judicial, tais como processos ambientais (Meta 12), de improbidade administrativa (Meta 4), de ações contra a Administração Pública (Meta 4). Este objetivo estratégico é acompanhado pelo monitoramento do indicador já implementado no Sistema BI (Business Intelligence) deste TRF, em que, mês a mês, é aferido o percentual de cumprimento para cada uma das metas do CNJ. Para o segundo objetivo estratégico (rejuvenescimento e redução do acervo processual), almeja-se o controle de tempo de tramitação de todos os recursos e ações que tramitam no Gabinete. Os indicadores selecionados para monitorar o cumprimento deste objetivo estratégico são: o número de processos conclusos, o número de processos em tramitação e o número de processos antigos sem movimentação.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Não se aplica ao gabinete.

5.3 Boas práticas e inovações

Importante destacar que a compreensão de inovação está fundamentada em três componentes essenciais, quais sejam, conhecimento, implementação e criatividade. Inicialmente, a equipe foi organizada por núcleos temáticos, de acordo com os diferentes ramos do Direito, facilitando, assim, a responsabilidade de cada servidor por áreas específicas. Sem embargo, o Gabinete desenvolve uma prática de bom relacionamento entre os servidores no intuito de que todos conheçam de diferentes matérias, implementando a crítica saudável à produção dos julgamentos e estimulando,

assim, caso haja interesse ou necessidade do serviço, um rodízio dos servidores entre as diferentes áreas com o fim de que todos estejam atualizados.

5.4 Dificuldades

O exacerbado acervo, ainda tem sido uma constante no sentido de que se faz necessário a cultura de baixar o volume dos processos herdados e, desta feita, a prioridade tem sido o julgamento de processos dos mais antigos para os mais recentes no Gabinete

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O Gabinete tem como premissa o trabalho presencial e essa tem sido a prática, inclusive, no período pandêmico. No momento, alguns servidores encontram-se em teletrabalho, haja vista a reforma que acontece no andar em que está localizado o gabinete. Sem embargo, o Desembargador e todos os CJs estão trabalhando de maneira presencial em gabinete emprestado pelo Desembargador Federal Fernando Braga que ascendeu à Presidência deste TRF5. Neste sentido, é possível dizer que a produtividade tem se mantido no mesmo ritmo.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

O gabinete não fez remessa de feitos à unidade de conciliação do Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0812069-04.2020.4.05.8100	19/3/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 1º/6/2023		
0803144-87.2018.4.05.8100	19/3/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 24/8/2023		
0800111-73.2020.4.05.8309	24/3/2021	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 13/7/2023		
0800101-89.2011.4.05.8100	1º/8/2018	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 13/7/2023		
0802109-72.2016.4.05.8000	2/12/2019	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 29/6/2023		
0800909-95.2019.4.05.8300	26/7/2019	198 – Apelação Cível

Observação/Providência: Aguardando julgamento em 6/7/2023		
0802880-41.2016.4.05.8100	10/9/2018	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já transitou em julgado e, por isso, será encaminhado à Secretaria para certificar e baixar		
0800313-30.2018.4.05.8500	3/4/2019	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 29/6/2023		
0015475-35.2003.4.05.8400	3/5/2006	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 20/7/2023		
0002604-40.2007.4.05.8300	14/7/2008	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 22/6/2023		
0012113-29.2006.4.05.8300	24/7/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 21/9/2023		
0814686-50.2021.4.05.0000	17/12/2021	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Decisão para impulsionar - MS Originário		
0814836-31.2021.4.05.0000	6/1/2022	12134 – Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo com certidão de trânsito em julgado e arquivamento (Id: 37849018, datada de 10/5/2023)		
0800025-32.2022.4.05.0000	3/1/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão intimando as partes para ciência e, uma vez, preclusa, arquivamento dos autos com baixa na distribuição		
0800044-38.2022.4.05.0000	4/1/2022	12357 – Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão indeferindo o pedido de concessão de suspensão da sentença. Intimação das partes e, preclusa a decisão, arquivamento dos autos com baixa na distribuição		
0810259-82.2020.4.05.8200	28/1/2022	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 1º/6/2023		
0000575-15.2009.8.15.0611	17/9/2020	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Despacho para que a secretaria da turma diligencie junto à Comarca de Origem no sentido de disponibilizar a apelação noticiada e não juntada aos presentes autos.		
0012149-71.2006.4.05.8300	14/8/2007	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 18/5/2023		
0813165-36.2020.4.05.8300	13/8/2020	12081 - Incidente de Suspeição Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 1º/6/2023		
0004205-37.2014.4.05.8300	22/7/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho encaminhando os autos ao gabinete do Desembargador que proferiu o voto condutor do Acórdão proferido, pois compete-lhe a relatoria dos embargos de declaração opostos contra referido Acórdão		

0018330-72.2007.4.05.8100	4/9/2008	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de suspensão		
0806419-60.2019.4.05.0000	29/5/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 27/7/2023		
0816359-28.2021.4.05.8100	2/8/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho que por força do art. 61, §§ 2º e 7º, do RITRF5, reconhece o Desembargador Roberto Machado prevento para relatar os processos conexos ao mandado de segurança criminal 0810902-65.2021.4.05.0000		
0001047-67.2002.4.05.8308	28/10/2003	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 15/6/2023		
0810679-83.2017.4.05.8300	30/11/2018	421 – Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Acórdão publicado em 9/5/2023 (Id: 37686023)		
0813979-82.2021.4.05.0000	30/11/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo na secretaria para controlar prazo		
0001327-77.2016.4.05.8201	7/6/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 11/5/2023		
0809761-74.2022.4.05.0000	26/8/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 14/6/2023		
0812537-47.2022.4.05.0000	27/10/2022	1710 – Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo encontra-se com pedido de vista por outro desembargador (id: 37613787)		
0815836-95.2021.4.05.8300	7/12/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão publicado em 9/5/2023 (Id: 36010138)		
0001657-30.2018.8.25.0048	12/10/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aberto prazo em 4/5/2023 para as partes se manifestarem acerca do julgamento dos embargos de declaração.		
0806782-58.2019.4.05.8500	29/6/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão publicado em 8/5/2023 (Id: 34725228)		
0801134-37.2013.4.05.8200	13/11/2014	1728 -Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Acórdão publicado em 8/5/2023 (Id: 34725104)		
0804671-06.2020.4.05.8100	29/5/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 20/7/2023		
0805150-96.2020.4.05.8100	8/6/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por Recurso Especial 1898532/CE, conforme certidão de ID: 37319903 datada em 12/4/2023		
0801965-50.2020.4.05.8100	29/5/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por Recurso Especial 1880238/RJ, conforme certidão de ID: 37277936 datada em 10/4/2023		

0808006-83.2020.4.05.0000	6/7/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 20/7/2023		
0803683-35.2020.4.05.0000	9/4/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 27/7/2023		
0808788-90.2020.4.05.0000	22/7/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 31/8/2023		
0800102-75.2021.4.05.0000	8/1/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando julgamento em 15/6/2023		
0801256-41.2015.4.05.0000	27/3/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo na secretaria processante para secretaria certificar a possibilidade de cadastramento dos advogados no sistema PJe conforme certidão no Id: 10086982. Ver despacho deste gabinete de ID: 35877428 do dia 3/1/2023.		
0805046-62.2017.4.05.0000	6/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com o trânsito em julgado: (Id: 37874378)		
0801916-59.2020.4.05.0000	28/2/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo em controle de prazo, haja vista despacho deste gabinete (Id: 37063616 do dia 28/3/2023) que dá vista à PRR, nos termos dos arts. 178 e 179, I, do Código de Processo Civil.		
0810424-91.2020.4.05.0000	28/8/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Vista à Procuradoria Regional da República, nos termos dos arts. 178 e 179, I, do Código de Processo Civil, c/c o art. 51, X, do Regimento Interno deste Tribunal, para manifestar-se sobre os termos da petição de id 4050000.36964115.		
0800357-33.2019.4.05.8300	2/10/2019	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 6/7/2023		
0803369-35.2017.4.05.8200	8/10/2019	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 29/6/2023		
0801047-74.2019.4.05.8102	17/8/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 13/7/2023		
0803275-71.2018.4.05.8000	15/1/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 1º/6/2023		
0808281-86.2019.4.05.8400	18/11/2020	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 1º/6/2023		
0803264-88.2018.4.05.8502	12/6/2019	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 31/8/2023		
0800696-97.2016.4.05.8202	26/3/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Despacho encaminhando a Secretaria para atender pedido de Id: 22949291		
0814810-33.2021.4.05.0000	22/12/2021	12375 - Reclamação
Observação/Providência: Decisão remetendo ao 1º grau		

0801111-43.2019.4.05.0000	6/2/2019	244 - Reclamação
Observação/Providência: Despacho deferindo pedido de id. 4050000.33753047.		
0808233-05.2022.4.05.0000	22/7/2022	7 – Procedimento Comum Ordinário
Observação/Providência: Processo consta com baixa definitiva		
0812186-45.2020.4.05.0000	21/6/2022	279 – Inquérito Policial
Observação/Providência: Despacho acatando a promoção de arquivamento de inquérito policial formalizada pelo titular da ação penal, tendo em vista a ratificação da promoção de arquivamento pela 5ª Câm. de Coord. e Revisão do MPF (art. 62, inc. IV, da Lei Complementar n. 75/1993), e do art. 28 do CPP.		
0000130-84.2016.4.05.8202	22/4/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Devolvido ao Relator com voto-vista realizado		
0811153-83.2021.4.05.0000	21/9/2021	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 14/6/2023		
0802312-54.2018.4.05.8100	11/12/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Voto-vista apresentado em 8/5/2023		
0809527-68.2017.4.05.0000	2/10/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 10/8/2023		
0800329-08.2018.4.05.8201	21/2/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 6/7/2023		
0803487-65.2020.4.05.0000	6/4/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 27/7/2023		
0807998-09.2020.4.05.0000	6/7/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 3/8/2023		
0809929-47.2020.4.05.0000	17/8/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando julgamento em 17/8/2023		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 69 processos selecionados, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0003669-22.2011.4.05.8400	0007786-88.2008.4.05.8100	0018330-72.2007.4.05.8100
0019351-75.2001.4.05.8300	0800692-21.2020.4.05.8202	0808346-45.2018.4.05.8100
0809890-97.2020.4.05.8100		

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Roberto Wanderley Nogueira e pela Chefe de Gabinete Vanessa Alexandra de Melo Pedrosa.

Os demais servidores estavam presentes, com exceção da colaboradora que exerce suas atividades de forma remota.

O Desembargador Roberto Wanderley tem uma formação acadêmica extensa e possui vasta experiência na judicatura. O Magistrado foi promovido a Desembargador Federal por antiguidade. Assumiu o acervo que estava vinculado ao Desembargador Alexandre Luna, em 28 de abril de 2021. Argumenta que herdou o gabinete do Desembargador Rubens Canuto e o acervo do Desembargador Alexandre Luna. Naquela ocasião o acervo total somava 10.000 processos e conclusos eram 8.000. Declara que o acervo estava sendo monitorado pelo CNJ, exatamente por conta da escassa produtividade. Isso o incomodou bastante e causou muito estresse em toda a equipe.

Os servidores antigos e mais experientes que estavam lotados no antigo gabinete pediram para sair. Os novos não conheciam a rotina. A adaptação ao novo contexto e às demandas do Tribunal foi bem difícil. Nas palavras do Magistrado, “a unidade estava imersa em um ‘caos’ total”. Foram feitos muitos ajustes na gestão e na organização do gabinete, com o auxílio da Juíza Federal Daniela Zarzar.

O Desembargador pediu ao CNJ uma suspensão de 2 (dois) anos do monitoramento, vez que não deu causa à tal medida e precisava se inteirar, conhecer o gabinete e executar a sua gestão. Depois, o CNJ avaliaria o trabalho dele e voltaria a monitorar, se fosse o caso. Informou que não lhe foi concedida tal suspensão. Argumenta ainda que o acervo monitorado de um gabinete deveria interessar a todo o tribunal e a Administração deveria se empenhar para que se resolvesse a situação com a maior brevidade.

Afirma o Magistrado que organizou o gabinete e fez alteração estrutural para conseguir motivar os servidores com função comissionada maior, a fim de que não se evadissem da unidade. Trata-se de uma política de valorização e motivação. O Tribunal colabora com essa política, dentro das possibilidades e atendendo às determinações e restrições legais a que está submetido o órgão.

O Desembargador é muito comprometido com a qualificação, com a aprendizagem contínua, com a disseminação de boas práticas e um entusiasta do uso de tecnologias avançadas e ferramentas inovadoras de gestão no TRF5, no Poder Judiciário.

O plano de gestão do gabinete tem dois objetivos estratégicos fundamentais: a) Resolução dos processos prioritários das metas do CNJ e b) Rejuvenescimento do acervo processual.

Os macrodesafios 2021-2026 constantes do Mapa Estratégico-TRF5 são enfrentados cotidianamente, a fim de atender a missão da Justiça Federal: “Garantir à Sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”.

A gestão de pessoas é humanizada. O Desembargador e a Chefe de Assessoria são extremamente cordiais, favoráveis e adeptos a um tratamento de acolhimento, da

boa comunicação, do diálogo e da leveza do ambiente. A equipe é muito integrada. Os servidores participam ativamente dos projetos do gabinete. O bem-estar (qualidade de vida) e a saúde física e mental do grupo são fundamentais para o Magistrado. Estão todos bem no pós-pandemia. O que angustia o Dr. Roberto e que ele observa nos servidores é o estresse relativo ao monitoramento do CNJ.

A capacitação é constantemente intensificada e estimulada e o conhecimento é compartilhado. O Desembargador Federal tem como premissa o trabalho presencial. Apenas uma servidora está no trabalho remoto/teletrabalho.

Na resposta ao questionário da Inspeção, constatou-se que a gestão do acervo, a distribuição das atividades e o estabelecimento dos processos estão inseridos no plano de gestão e houve uma redução significativa nos agravos de Instrumento e nos Embargos de declaração. O objetivo maior do Desembargador é zerar o acervo. A meta é de 10 processos minutados p/semana para cada servidor. Todos se empenham para o melhor resultado. É uma equipe muito unida e estão juntos há muitos anos.

O Desembargador Federal desenvolve boas práticas. Destacou que busca realizar o julgamento de pautas temáticas, nas quais é compilado o maior número de processos sobre determinado assunto. Como aprimoramento das atividades dos gabinetes, percebe-se que o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial para elaboração de minutas de votos e decisões poderia auxiliar significativamente a produtividade nas atividades da Justiça Federal. O gabinete diminuiu significativamente essa taxa para 37,45 pontos percentuais, quando o desejado seria de 0,5%.

Quanto à gestão de resultados, o Desembargador é diligente e cauteloso. Conseguem manter-se em igualdade e estão trabalhando para superar os resultados em relação aos gabinetes da mesma Seção. O tempo médio de tramitação dos processos até o julgamento na unidade em 2021 era de 20 meses e hoje está em 18 meses. Esse decréscimo se deveu ao plano de gestão, à triagem, aos ajustes, à simplificação de minutas e rotinas e está sendo gradativamente reduzido. Resultados expressivos foram alcançados e as metas do CNJ estão sendo cumpridas. Constata-se o alto desempenho do gabinete, vez que a unidade conta com 2.605 processos conclusos no portal Business Intelligence (BI) e 1.898 na base de dados do PJe (diferença se deve aos processos que aguardam julgamento e aqueles que aguardam fechamento de pauta. Em 2022, o gabinete cumpriu uma meta de 1.142% de julgamento de matéria penal. E o 2º colocado nessa meta alcançou 165%.

A unidade cumpre com as recomendações de inspeções pretéritas.

O Desembargador alega que precisa com urgência da requisição de dois servidores (um (a) oriundo da Procuradoria-Geral do Estado e outro da Seção Judiciária) e de um agente de segurança.

Em conclusão, frente aos desafios postos, entendemos que o gabinete deve manter a boa integração da equipe, a organização do trabalho e o plano de gestão, que são dignos de elogios; continuar intensificando e compartilhando o conhecimento e as boas

práticas; seguir estimulando a inovação e a criação de projetos que potencializem o resultado, com eficácia e eficiência. – tudo em prol do cidadão e do jurisdicionado; e prosseguir priorizando o julgamento dos embargos de declaração.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve redução do montante de processos conclusos de 5.042 para 2.678. Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.226 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.678.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento reduziu de 828, na última inspeção, para 358, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses houve evolução no que se refere à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 18 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Turma, equivale a 13 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo superior à média da Seção.

12. RECOMENDAÇÕES

Cumpre-nos sugerir que continuem estimulando a inovação e a criação de projetos que potencializem o resultado com eficácia e eficiência, como tem ocorrido em sua unidade.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Acompanhar o cumprimento das recomendações feitas no item 9;
- b) Prosseguir priorizando o julgamento dos embargos de declaração; e
- c) Compartilhar o conhecimento e trocar experiências e boas práticas de gestão com os demais gabinetes do Tribunal.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL EDVALDO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Convocado Edvaldo Batista da Silva Júnior, face a aposentadoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior em 17/4/2023. Unidade Instalada no dia 16/9/2022, com a denominação de Gab da Desembargadora Federal Germana Moraes.

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

1ª Turma, 2ª Seção e Pleno.

1.3 Tempo de exercício na unidade

14 dias. (Em virtude da aposentadoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior em 17/4/2023)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Simone Pontes Chateaubriand - Chefe de Gabinete.

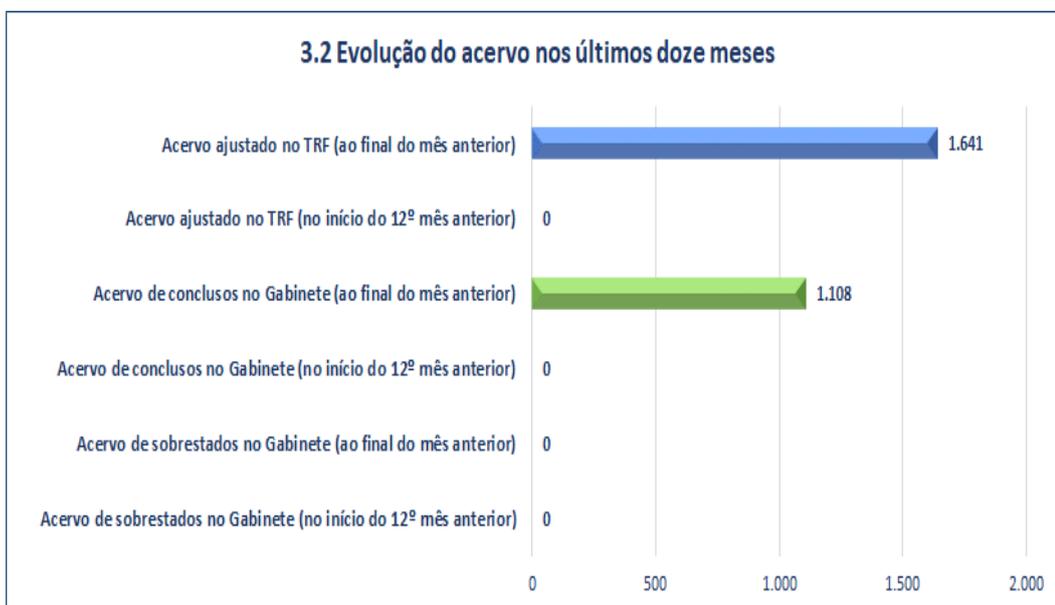
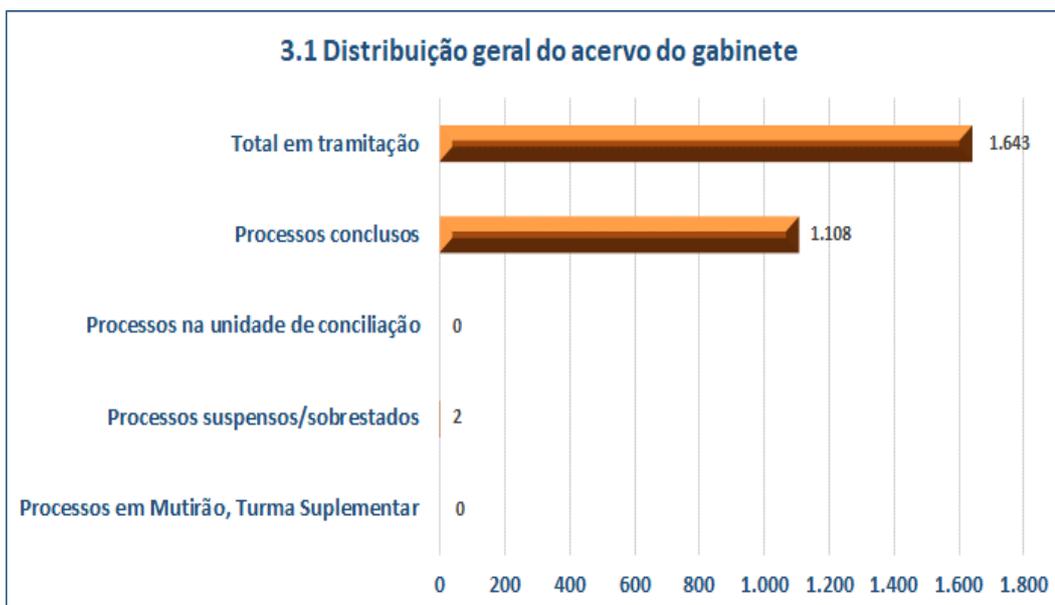
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	7. Registro que o quadro de pessoal informado teve alterações a partir do dia 2/5/2023, data da nova estrutura do Gabinete.	
Servidores sem vínculo		2
Estagiários		3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3		1
CJ-2		2
CJ-1		2
FC-6		1
FC-5		6
FC-4		4
FC-3		0
FC-2		1
FC-1		0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

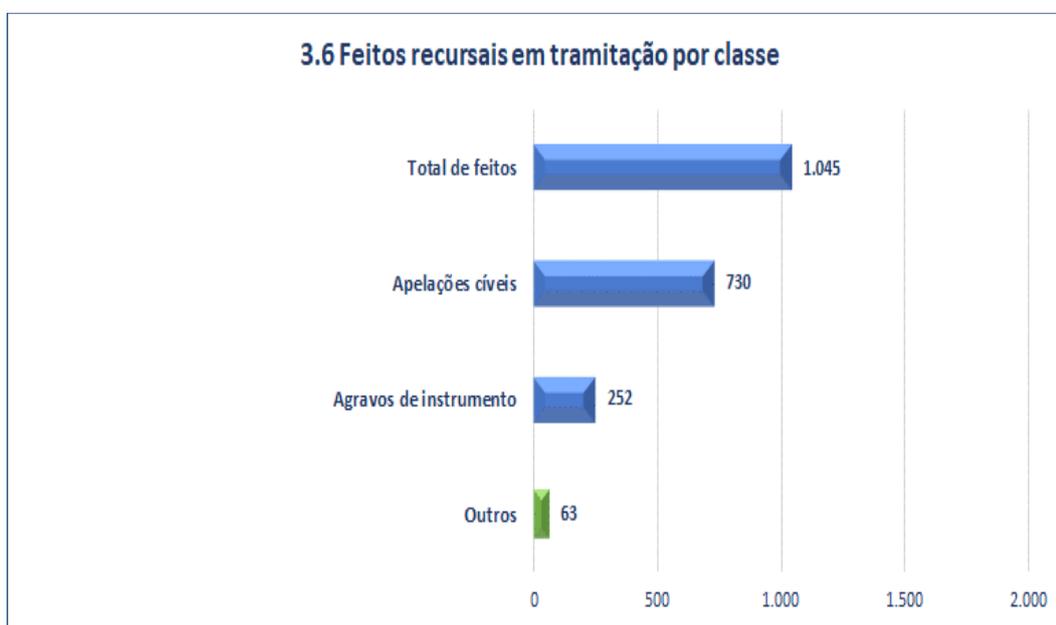


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	43
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	7
Reclamações	0
Ações rescisórias	25

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Recursos em mandados de segurança coletivos	7
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	7
Recursos em ações civis públicas	13
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	334
Total de feitos recursais cíveis	1.045



3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	10
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	2
Revisões Criminais	7

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

Total de feitos recursais criminais	10
Apelações	9
Recursos em Sentido Estrito	1
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

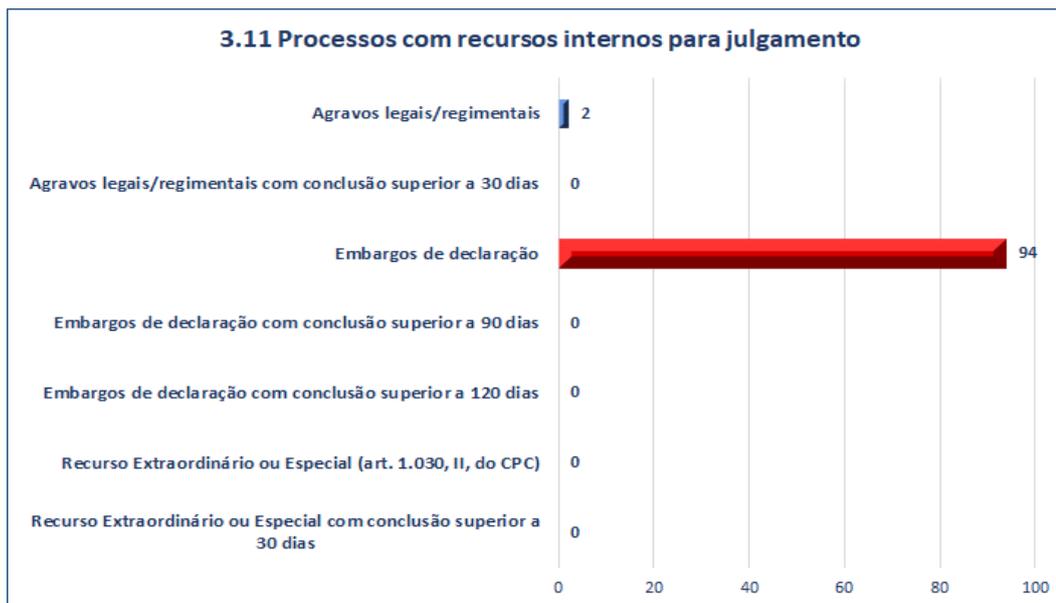
3.9 Feitos com réus presos em tramitação

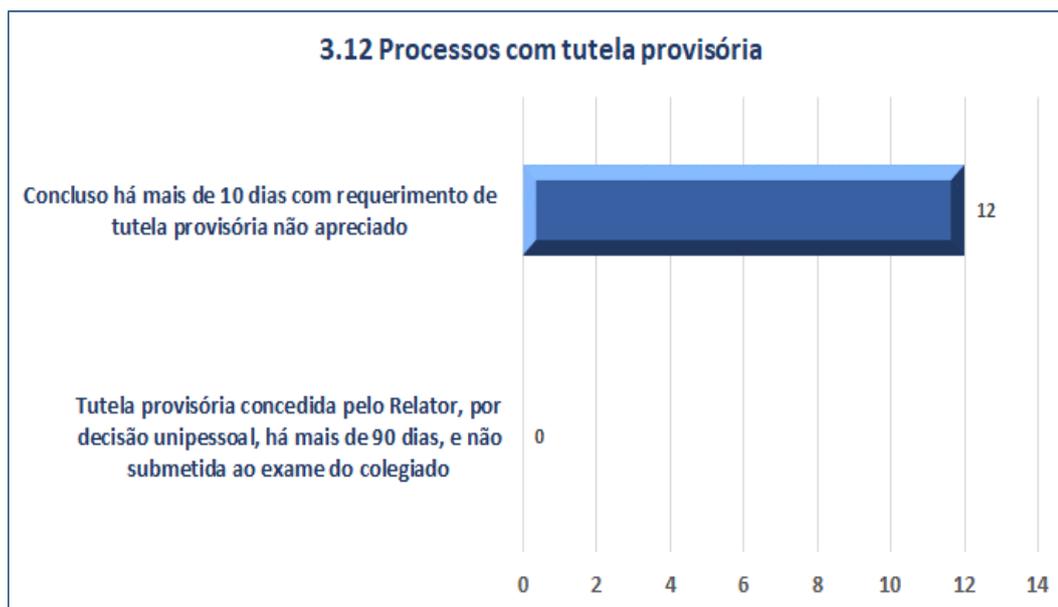
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete

Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

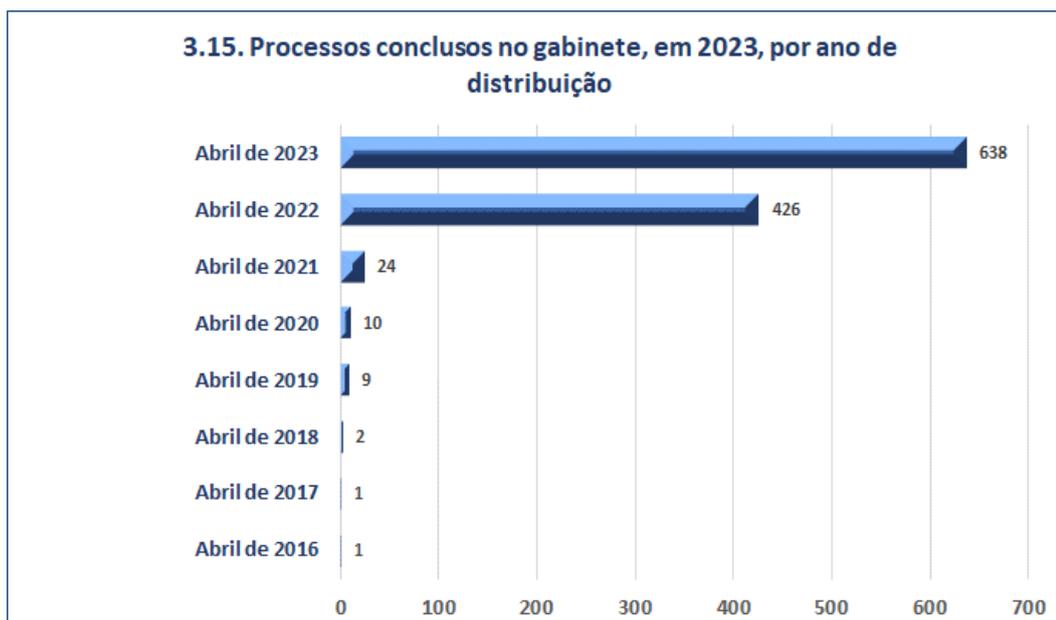
3.11 Processos com recursos internos para julgamento





3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2021	Não se aplica.
Abril de 2020	Não se aplica.
Abril de 2019	Não se aplica.
Abril de 2018	Não se aplica.
Abril de 2017	Não se aplica.
Abril de 2016	Não se aplica.

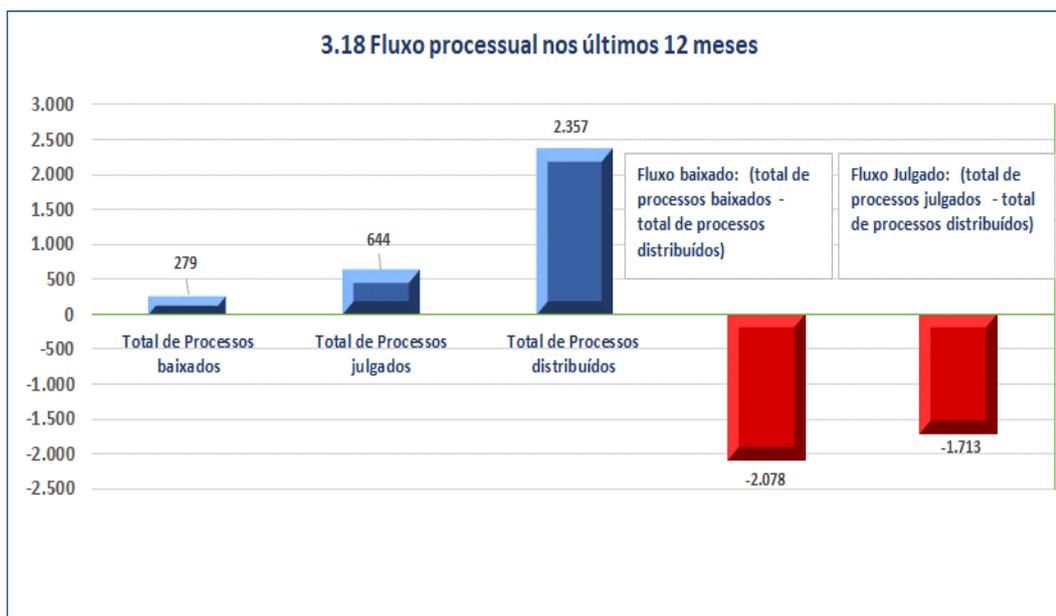
3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2022	Não se aplica.
Abril de 2021	Não se aplica.
Abril de 2020	Não se aplica.
Abril de 2019	Não se aplica.
Abril de 2018	Não se aplica.
Abril de 2017	Não se aplica.
Abril de 2016	Não se aplica.



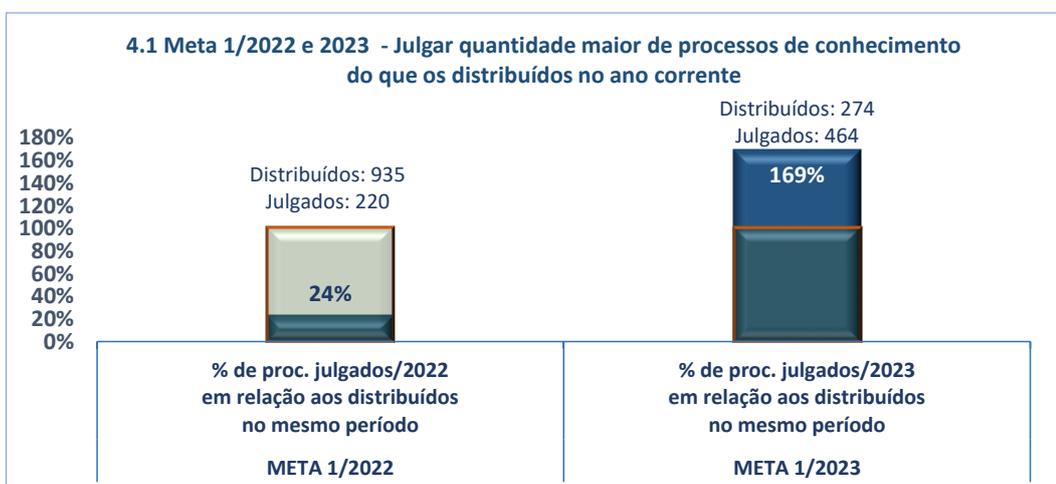
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0





4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100 % dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019

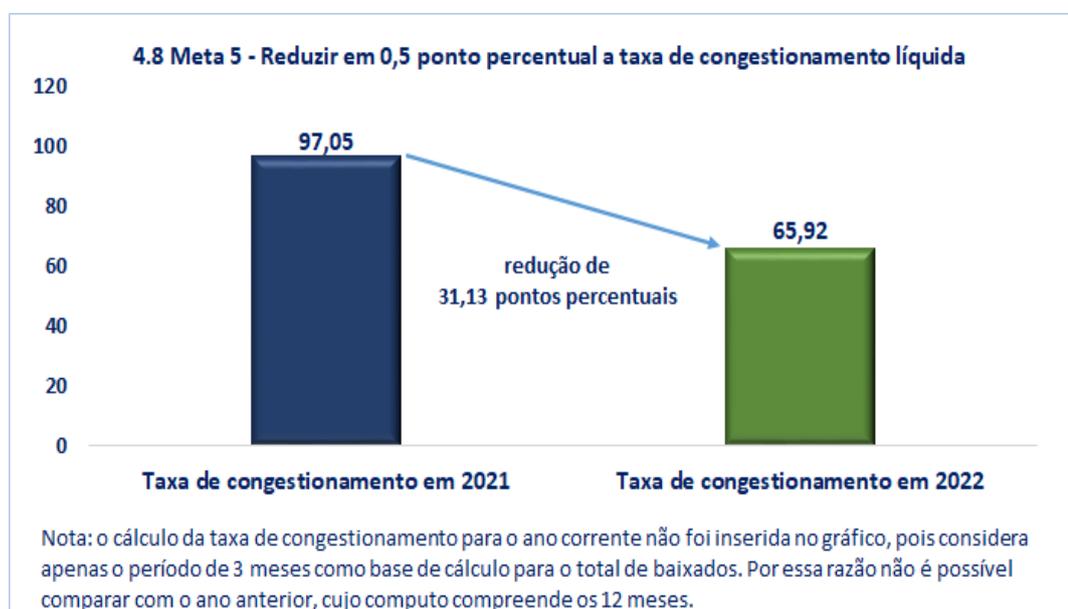
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

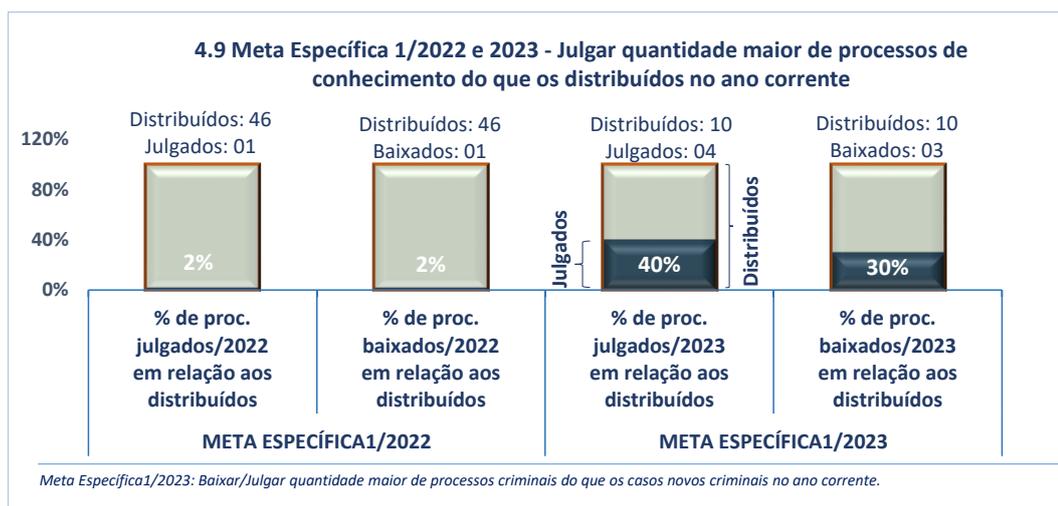
4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica





4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

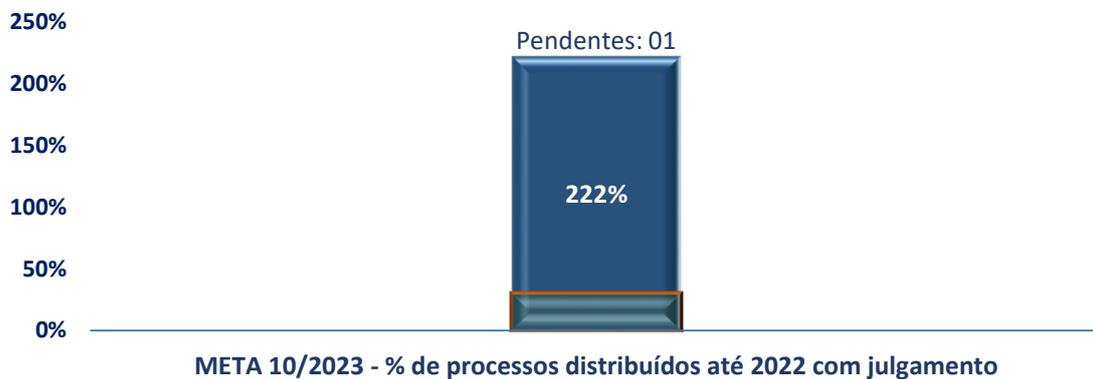
4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Gabinete instalado em 16/9/2022 (Lei n. 14.253/2021) e está sob a gestão do atual Desembargador (convocado) há 14 dias (a partir de 17/4/2023).

4.13 Percentual de atendimento da META 10 /2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022



4.14 Percentual de atendimento da META 11 /2023 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O Gabinete sistematiza suas atividades com foco na triagem dos processos (organização por matéria, destacando a ordem cronológica e as urgências), na priorização dos mais antigos, na movimentação dos feitos de matérias repetitivas e dos que comportam julgamento monocrático. O acervo é distribuído entre os servidores da assessoria por especialização em matérias. Na gestão dos processos são adotadas as seguintes práticas: a) estabelecimento de meta individual de produtividade por servidor, mesclando processos de meta e os mais complexos, respeitando a ordem cronológica de entrada no Gabinete, sem prejuízo dos feitos prioritários; b) acompanhamento mensal do volume de processos, por meio de relatórios extraídos dos sistemas em uso na unidade e daqueles fornecidos pelo Setor de Estatística, para projeção de metas futuras, sempre com base em critérios objetivos; c) emissão periódica de relatórios dos processos sem movimentação, divulgação desses dados entre os servidores e fixação de metas para dar andamento a esses processos; d) acompanhamento quinzenal da produtividade do Gabinete, mediante elaboração de planilhas individuais com os dados das minutas elaboradas (votos/despachos/decisões); e) divulgação das estatísticas do Gabinete para conhecimento dos servidores.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle dos processos sobrestados é realizado no âmbito da Secretaria da Primeira Turma deste Tribunal.

5.3 Boas práticas e inovações

A título de boas práticas, o Gabinete busca realizar o julgamento de pautas temáticas, nas quais é compilado o maior número de processos sobre determinado assunto. Como sugestão para aprimoramento das atividades dos gabinetes, percebe-se que o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial para elaboração de minutas de votos e decisões poderia auxiliar significativamente a produtividade nas atividades da Justiça Federal.

5.4 Dificuldades

A maior dificuldade é a carência de servidores/estagiários para trabalhar com o acervo atual de processos. Desde o ano anterior, a equipe que trabalhava na atividade-fim (elaboração de votos/despachos/decisões) foi reduzida em cerca de 2/3 em relação ao número anterior de servidores envolvidos nessa tarefa. No momento, o Gabinete está em fase de reestruturação da equipe. Houve uma recente sucessão do Desembargador, com a consequente redistribuição/permuta de acervos. Para adequar o volume à dotação de pessoal atual, foi feita uma organização interna do acervo (triagem de processos) nesse primeiro mês da gestão do atual Desembargador (em atuação ainda como convocado).

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Prejudicado. Presentemente, não há servidores do Gabinete em regime de teletrabalho.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Acervo constituído a partir de setembro/2022. Ainda não foram encaminhados processos para a unidade de conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0812179-82.2022.4.05.0000	19/10/2022	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Localização: Secretaria do Pleno, relatoria da Desa. Germana Moraes.		
0809433-76.2022.4.05.8300	4/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0800310-88.2023.4.05.0000	18/1/2023	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0812075-90.2022.4.05.0000	18/10/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0803553-94.2022.4.05.8400	7/2/2023	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0806746-29.2022.4.05.8300	30/9/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0800002-94.2022.4.05.8501	6/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0807674-68.2022.4.05.8400	11/1/2023	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0815009-14.2021.4.05.8000	23/1/2023	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0805972-96.2022.4.05.8300	7/12/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0801547-17.2022.4.05.8400	30/9/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0813018-62.2019.4.05.8100	7/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0800611-35.2023.4.05.0000	25/1/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0800717-94.2023.4.05.0000	26/1/2023	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Localização: Processo da relatoria do Des. Élio Siqueira - Primeira Seção.		
0801046-09.2023.4.05.0000	3/2/2023	12394 - Revisão Criminal
Localização: Processo da relatoria do Des. Élio Siqueira - Primeira Seção.		
0801859-08.2022.4.05.8201	18/1/2023	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0802305-84.2022.4.05.8500	28/3/2023	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0808413-41.2022.4.05.8400	24/10/2022	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0800083-37.2022.4.05.8503	6/10/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em ordem.		
0000042-95.2001.4.05.8000	25/8/2021	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Processo da relatoria da Vice-Presidência.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 20 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

0803553-94.2022.4.05.8400 - processo não localizado no PJe nem na consulta pública de processos físicos. Caso não se trate de tramitação em segredo de justiça, recomenda-se a busca dos autos.

0808413-41.2022.4.05.8400 - processo não localizado no PJe nem na consulta pública de processos físicos. Caso não se trate de tramitação em segredo de justiça, recomenda-se a busca dos autos.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe foi cordialmente recebida no dia 14/6/2023 pelo Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior e pela servidora Simone Pontes Chateaubriand (Chefe de Gabinete).

O Desembargador, empossado no Tribunal no dia 17/4/2023, adota uma política de seguir a orientação majoritária do colegiado em caso de divergência de entendimento, ressalvando seu ponto de vista. Entende que desta forma evita criar obstáculos desnecessários ao bom andamento dos julgamentos. Também tende a prestigiar e manter as decisões de primeira instância, mas tem atenção especial aos casos que versam sobre a saúde do jurisdicionado e situações em que a decisão é teratológica, o que, em sua percepção, representa cerca de 5% dos julgados.

Quanto à gestão de resultados, objetivando não se distanciar dos demais gabinetes que compõem a mesma Seção, o Desembargador Edvaldo mantém sua observação atenta sobre os números do gabinete. Procura julgar imediatamente os processos que recebe em seu gabinete, seguindo sempre pelo caminho da simplificação. Em caso de dúvidas sobre processos de outros relatores, procura obter informações durante a sessão para evitar pedidos de vista. Quando necessário o procedimento de vista, procura retornar imediatamente com o processo em mesa.

O Desembargador pretende estabelecer metas para o gabinete, assim como fazia na primeira instância, como ferramenta de motivação dos servidores.

Ainda com relação a estratégias para resultados, o magistrado informou estar atento às metas do CNJ, evidenciando sua preocupação quanto às ações de improbidade e penais. Pretende se valer do disposto no § 2º do art. 1.026 do CPC, que dispõe da aplicação de multa em caso de embargos de declaração protelatórios. Pretende levar os agravos internos imediatamente para a Turma. Orientará sua equipe para trabalhar mantendo o controle dos processos, no sentido de evitar que seu atual acervo aumente, adotando o número 2.000 como referência de “teto”.

Suas boas práticas na Seção Judiciária culminaram numa expressiva redução do acervo sob sua responsabilidade (cerca de 60 processos conclusos), o que motivou a inscrição de 22 magistrados na remoção para preenchimento da sua antiga vara, incluindo juízes já lotados na Capital. Pretende implementar estas boas práticas no seu atual gabinete para alcançar uma eficiente gestão de resultados.

Ao montar sua equipe, o Desembargador Edvaldo foi informado sobre as limitações de pessoal do Tribunal. Somente poderia trazer ao seu gabinete 2 servidores do quadro. Ele trouxe da 1ª instância seu Diretor de Secretaria, o motorista (requisitado) e outros três, totalizando 5 servidores. Manteve os demais servidores que já integravam o gabinete.

Não há servidores em teletrabalho na unidade.

Não há problemas relevantes de saúde dos servidores no período pós-pandemia.

Ainda não há projeto de treinamento customizado de servidores no gabinete, mas o Desembargador Edvaldo respondeu afirmativamente quando perguntado se pretende adotar projeto de capacitação de sua equipe.

Dentro do gabinete, há uma divisão de servidores para trabalhar em determinadas matérias (previdenciário, tributário, SFH, penal, etc.), prática que o magistrado já adotava em sua vara, sem prejuízo da colaboração mútua. O magistrado informou que seus servidores já possuíam prática e experiência nas áreas em que atuam.

Ainda em termos de capacitação, o Desembargador Edvaldo ressalta a seus servidores a importância do estudo e aplicação prática do processo civil, por constatar que muitas vezes uma questão processual impeditiva do exame de mérito passa despercebida pelo assessor que trabalha no processo, redundando num trabalho maior desnecessário.

O Desembargador Edvaldo tem perspectivas otimistas para o futuro, especialmente se forem criados mais cargos auxiliares. Encerrou sua fala afirmando sua convicção de que a vida transcorre num aprendizado constante.

Constatou-se ao final da entrevista que o Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior, embora recentemente empossado, já adotava no 1º grau um modelo de gestão humanizada e de resultados e pretende dar continuidade desse método no Tribunal. Prioriza os valores humanos no planejamento e execução de suas ações. Incentiva o conhecimento, a capacitação e o compartilhamento de boas práticas. Reconhece o trabalho dos colaboradores de seu gabinete e pretende implantar políticas de motivação. Prima pela transparência, objetividade e engajamento e quer entregar uma justiça célere e efetiva ao cidadão/jurisdicionado.

11. OBSERVAÇÕES

A unidade foi instalada em 16/9/2022, com a denominação de Gabinete da Desembargadora Federal Germana Moraes. O gabinete foi assumido pelo

Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior em 17/4/2023, em virtude da aposentadoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior. Trata-se, portanto, de sua primeira inspeção, não sendo possível proceder a análises comparativas com inspeção anterior.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior não havia processos, e no mês anterior à inspeção eram 1.641.

Não é possível avaliar a evolução da produtividade do gabinete em relação aos últimos doze meses, tendo em vista sua instalação em 16/9/2022.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 4 meses, enquanto que esse mesmo tempo na 1ª Turma equivale a 13 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Embora tenha assumido o acervo muito recentemente, cabe-nos parabenizar o Desembargador Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior pela competente forma de condução do gabinete, pela integração/união de sua equipe, pelo incentivo à aprendizagem e pelo plano de gestão apresentado, que são dignos de elogios.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9;
- b) À medida que for colhendo os resultados da implantação do exitoso modelo de gestão que utilizava no 1º grau em seu gabinete, compartilhar as boas práticas desse método de redução do acervo e das ferramentas de gestão com os demais gabinetes do TRF5;
- c) Diante da necessidade de treinamento dos servidores que acabaram de chegar ao Tribunal, solicitar e continuar contando com a colaboração e parceria dos gabinetes antigos no que se refere à expertise deles e reivindicar o apoio da Escola da Magistratura do TRF5 para a criação de um projeto de aprendizagem customizado, a fim de acelerar a assimilação do conteúdo e consolidar a capacitação técnica dos servidores/colaboradores dos novos gabinetes.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Paulo Cordeiro

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Pleno, 2ª Seção, 2ª Turma e 4ª Turma Ampliada

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde abril de 2019

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Janine Luz Altmeier - Diretora de Divisão

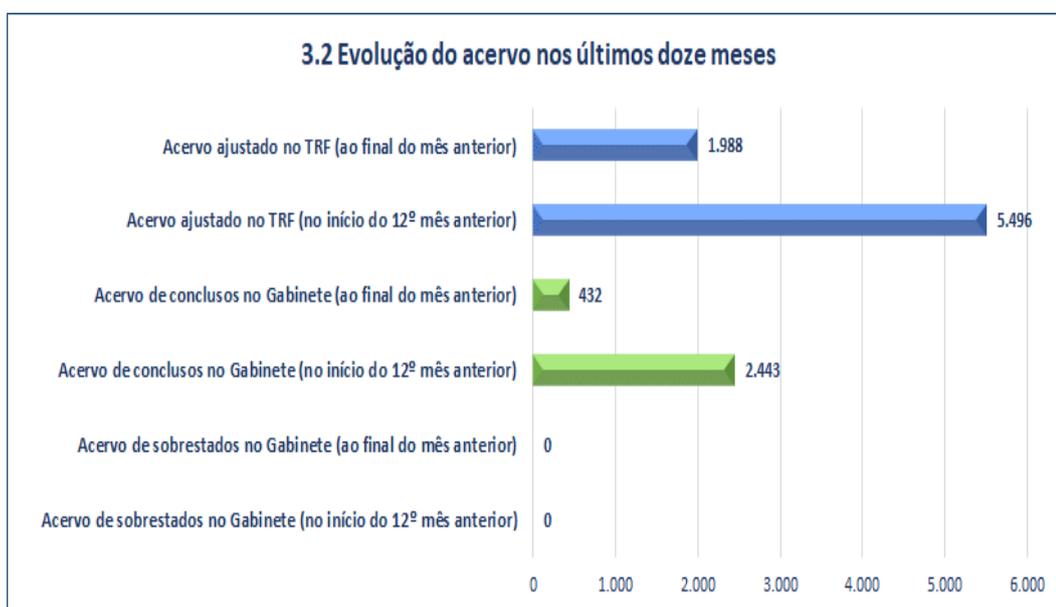
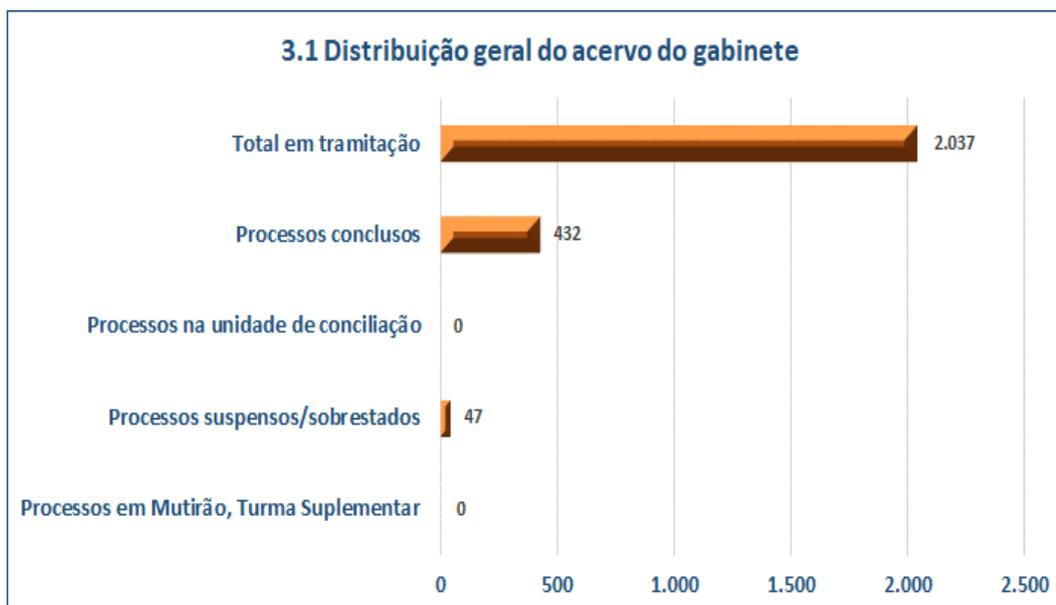
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-6	2
FC-5	6
FC-4	4
FC-3	0
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

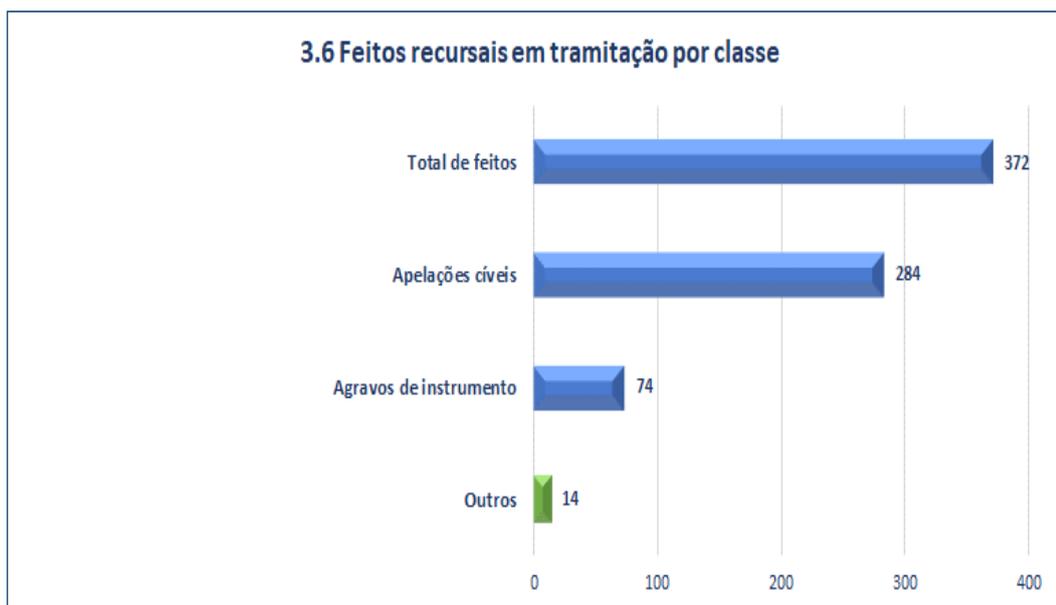
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	---

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	11
Mandados de segurança	0

IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	2
Reclamações	0
Ações rescisórias	8

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	372
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	28
Recursos em ações civis públicas	12
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	59

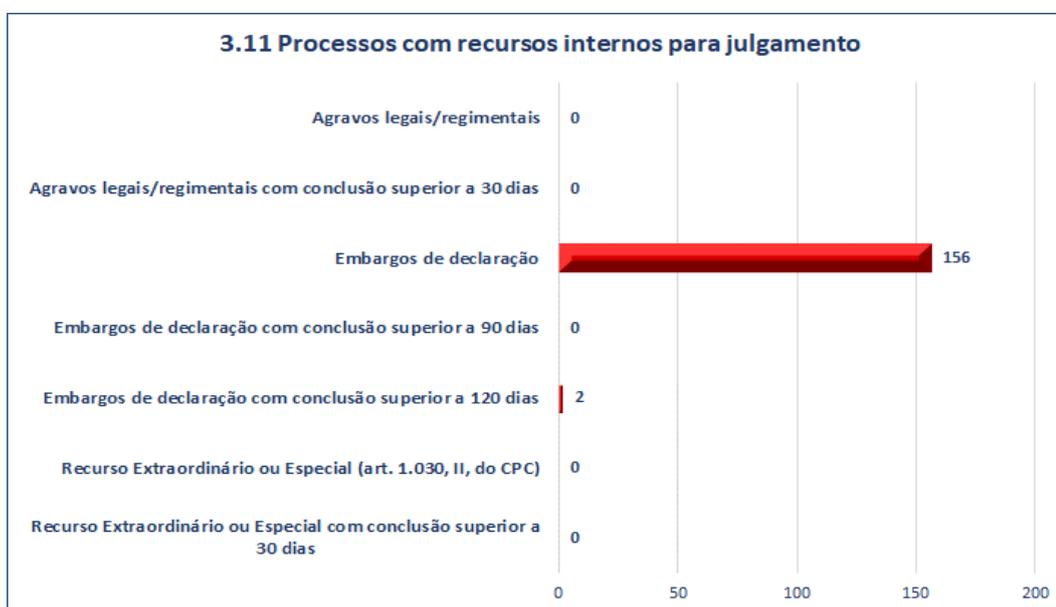


3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	9
Ações penais	1
Inquéritos	2
Habeas corpus	1
Revisões Criminais	1

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	37
Apelações	36
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	1

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	3
Apelações	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	1

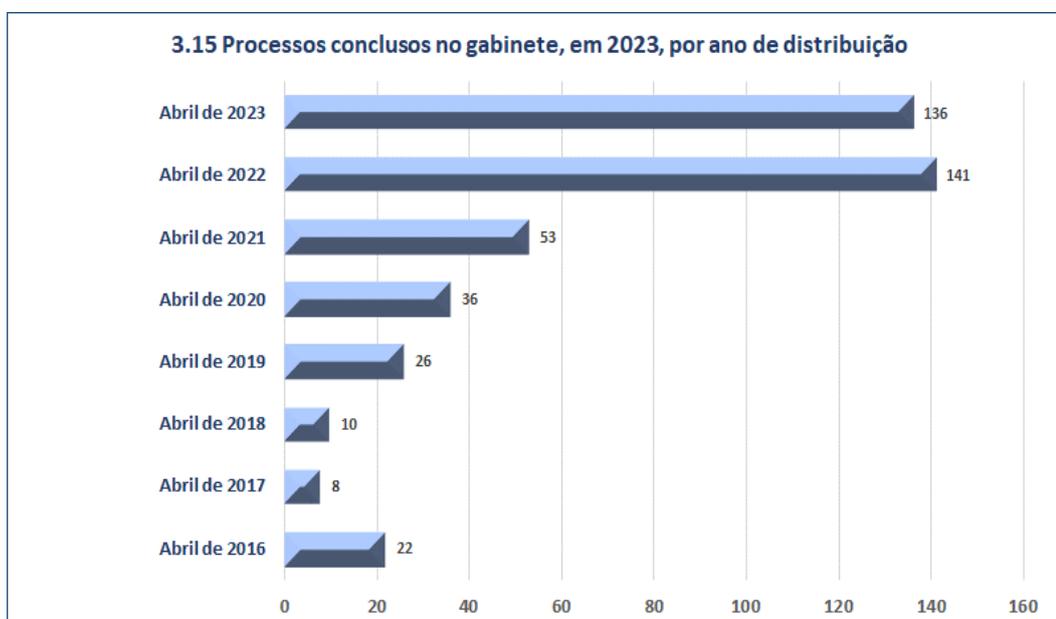
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



3.12 Processos com tutela provisória	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	7

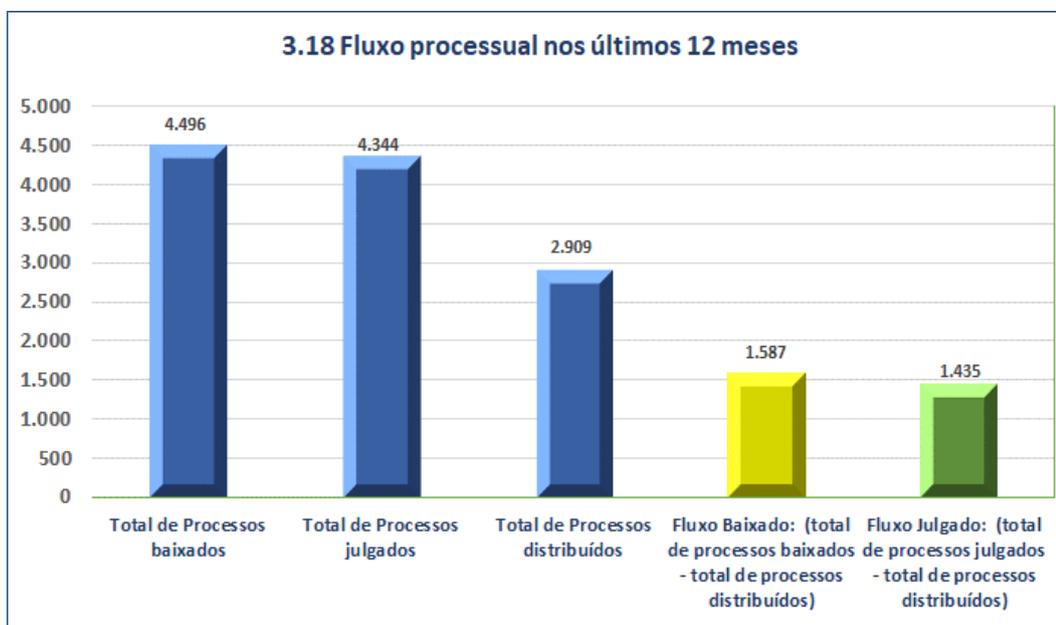
3.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

3.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2022	0
Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

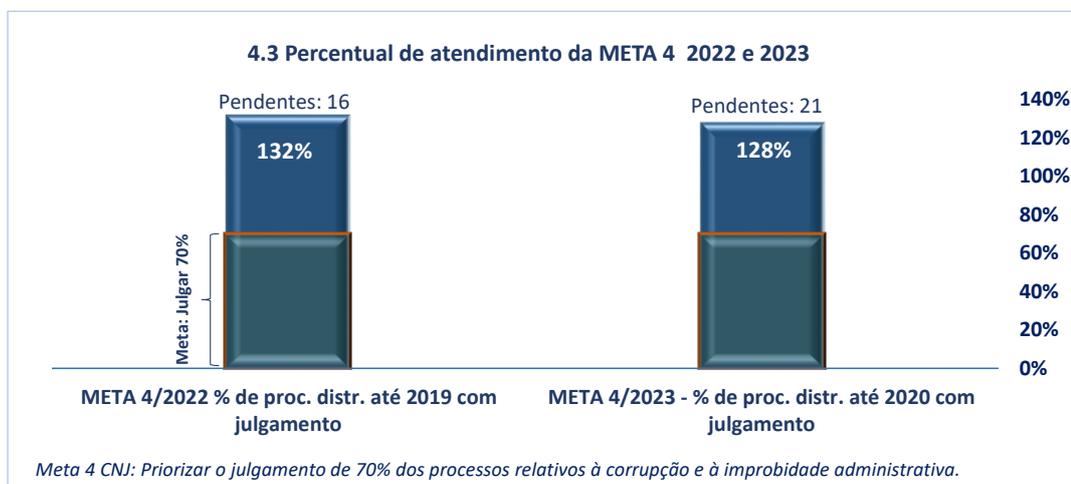
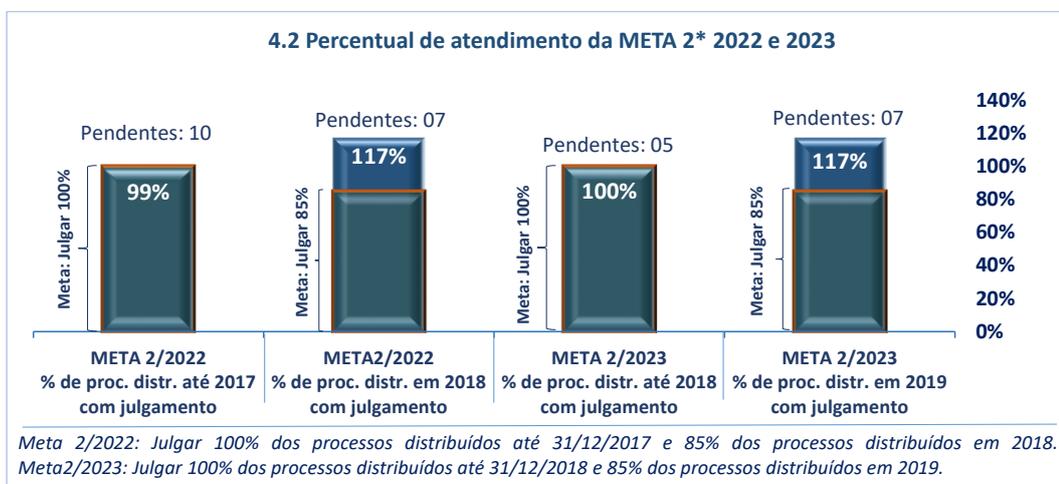
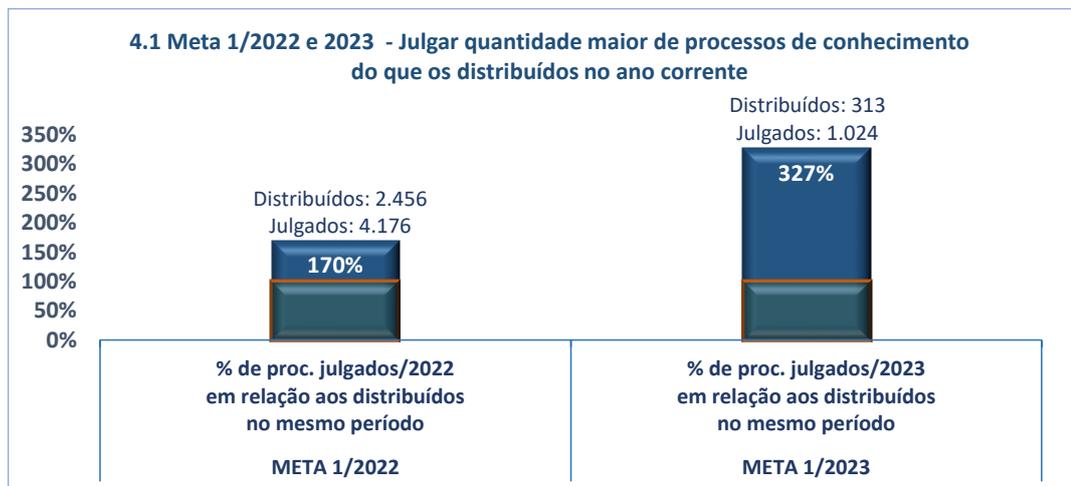


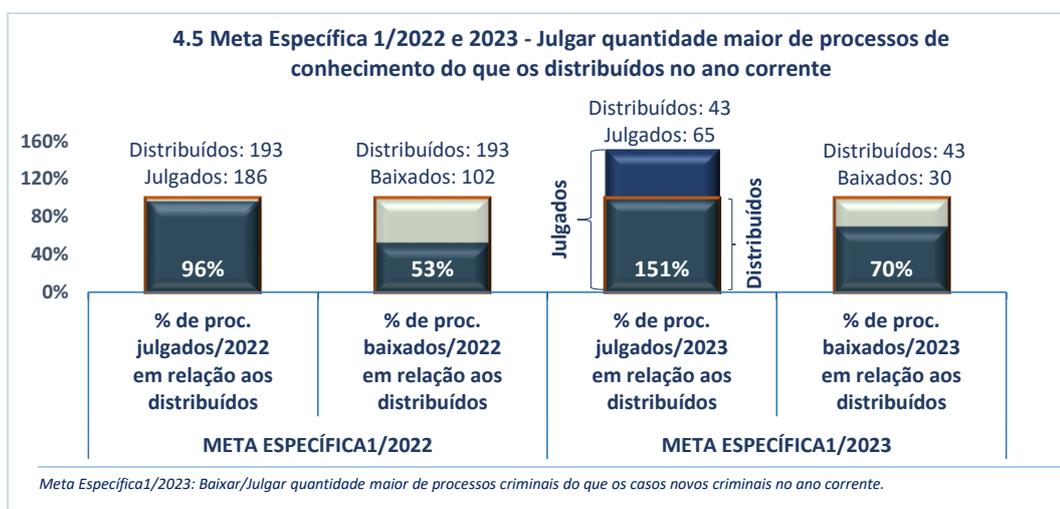
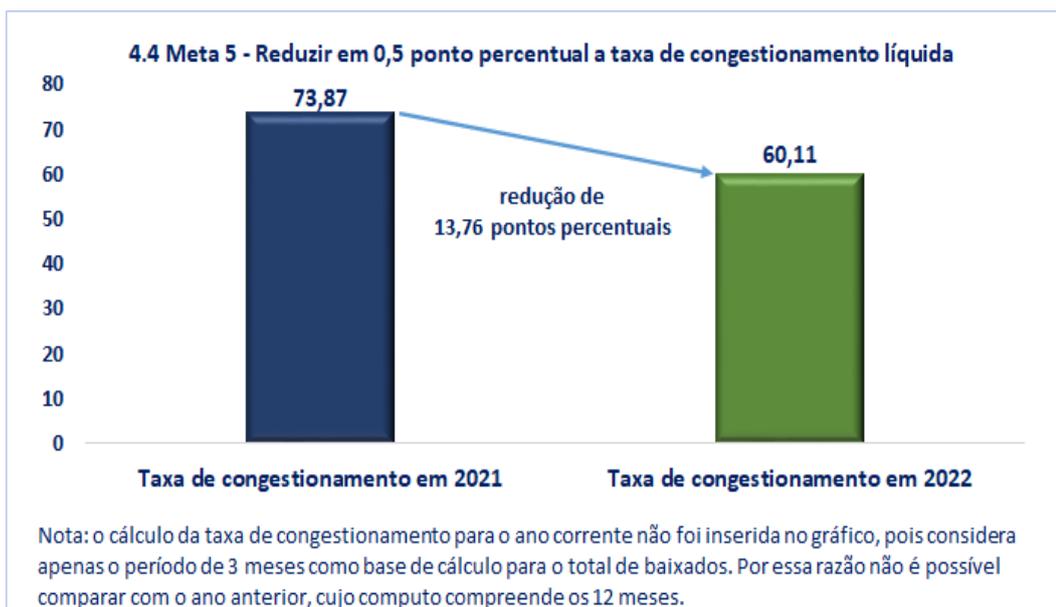
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	2

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS





4.6 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

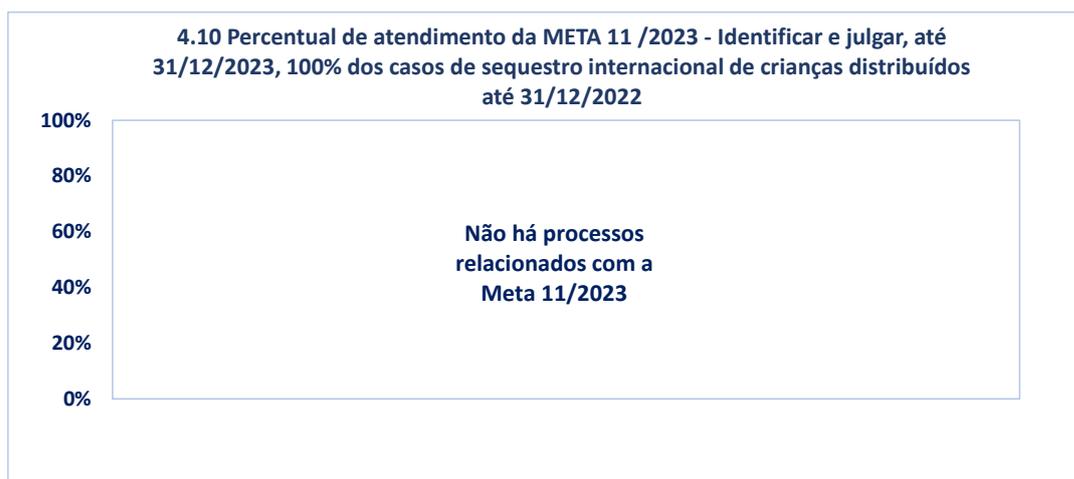
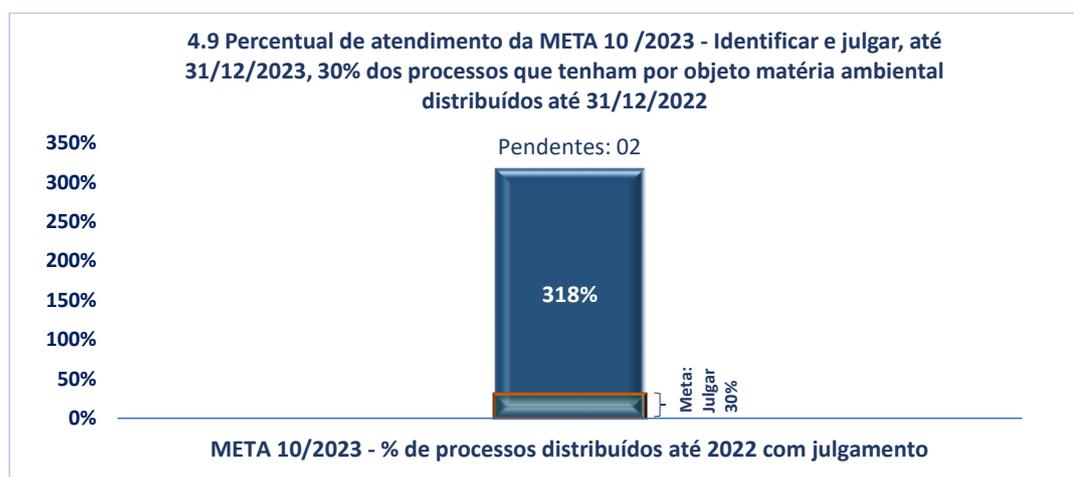
4.7 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
--	---

Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.8 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Com metas individuais e coletivas e contando também com os votos elaborados pelo Desembargador relativos aos processos mais antigos, o Gabinete: 1) reduziu em mais de 4.000 o acervo assumido em abril/2019 de conclusos (de 4.576 para 432); 2) reduziu em mais de 2.000 o número de conclusos no último ano (de 2.443 para 432); 3) reduziu em aproximadamente 3.500 o número de processos em tramitação no último ano (de 5.526 para 2.037); 4) não tem mais processos antigos (inicialmente, zerando os

criminais, improbidades, ambientais), à exceção dos que retornam do STJ, da Vice-Presidência deste TRF5 para eventual juízo de retratação, ou de alguma diligência antes determinada; 5) encontra-se com todos os processos conclusos já incluídos em pauta de julgamento (conclusos em abril/2023: 432), passando todas as minutas elaboradas pela assessoria direta para revisão antes de inclusão nas listas de julgamento; 6) tem cumprido todas as metas; 7) atualmente, por determinação do Desembargador, inclui imediatamente em pauta de julgamento todos os feitos que nele chegam, sendo posteriormente distribuídos entre os servidores, observando-se as habilidades e as atribuições de cada um (exceto quando o proc. ainda não está pronto para julgamento e os poucos criminais que só são incluídos em pauta com as minutas prontas); 8) em relação aos processos da 2ª Seção e Pleno, também conta com número reduzido (13 e 1, respectivamente).

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Todos os processos suspensos do gabinete ficam na Secretaria da 2ª Turma, que faz o controle do sobrestamento. A estatística do mês de abril/2023 revelou que o Gabinete tinha 47 processos nessa fase. Diante desse quantitativo, a assessoria do Desembargador, entrando em cada processo, observou que, desses 47 processos, 34 deles já poderiam sair do sobrestamento, considerando que, em sua maioria, estavam aguardando o julgamento da AR 6436 no STJ, o que ocorreu em 12/4/2023. Assim, atualmente, o número de sobrestados do gabinete corresponde a 13 processos, que estão nessa fase, a maior parte deles, em razão de diligência determinada pelo Desembargador para realização de ANPP - Acordo de Não Persecução Penal. Com relação aos 34 processos que saíram da fase de sobrestamento, o Desembargador determinou a sua imediata inclusão em pauta de julgamento.

5.3 Boas práticas e inovações

Como boas práticas, citem-se: o teletrabalho, que tem favorecido o incremento da produtividade; a preservação do bom ambiente de trabalho; premiações; controle de produtividade; boa triagem; utilização do BI como ferramenta para incremento da produtividade. Vale ressaltar que o Des. Paulo Cordeiro, enquanto Presidente da 2ª Turma, adotou tratativas junto à Presidência deste TRF5, para realização de mutirão administrativo na Secretaria da 2ª Turma para dar andamento aos processos que ali se encontravam, em sua grande maioria já julgados, mas que aguardavam ser impulsionados para arquivamento, baixa, confecção de certidões, remessa dos autos a outras unidades/órgãos etc (enfim, para melhor organização dos trabalhos próprios da Secretaria), o que resultou na redução do acervo em tramitação no último ano em mais de 3.500 proc. (de 5.526 para 2.037).

5.4 Dificuldades

O Gabinete enfrentou dificuldades para redução do seu acervo em tramitação, considerando que grande parte dele encontrava-se na Secretaria da 2ª Turma, respeitante a processos já julgados (pelo menos quanto ao 1º julgamento). Para resolução do problema que estava impactando na estatística do Gabinete relativa ao seu acervo em tramitação, o Des. Paulo Cordeiro, enquanto Presidente da 2ª Turma, adotou tratativas junto à Presidência deste TRF5, para realização de mutirão

administrativo na Secretaria da 2ª Turma para dar andamento aos processos que ali se encontravam, em sua grande maioria já julgados, mas que aguardavam ser impulsionados para arquivamento, baixa, confecção de certidões, remessa dos autos a outras unidades/órgãos etc (enfim, para melhor organização dos trabalhos próprios da Secretaria), o que resultou na redução do acervo em tramitação no último ano em mais de 3.500 proc. (de 5.526 para 2.037).

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O teletrabalho tem impactado positivamente na redução do acervo do Gabinete e no cumprimento das metas, sendo digno de registro que, atualmente, por determinação do Desembargador, todos os processos que chegam na unidade, desde que prontos para julgamento, são incluídos em pauta. Isso porque os que já estavam conclusos até abril de 2023 já foram pautados para julgamento. Oficialmente, dos 17 servidores do Gabinete, estão em teletrabalho integral três servidores, que residem fora do Estado. Os demais, exceto os 2 agentes de segurança, estão em regime híbrido de trabalho. Vale ressaltar que, além dos 3 servidores que estão em teletrabalho integral, o Desembargador está cogitando a possibilidade de oficializar o teletrabalho em favor de 2 servidores que se enquadram na regra do art. 2º da Resolução CNJ n. 481; e em favor de mais 2 servidores, diante da excelência dos trabalhos por eles desempenhados no período de pandemia, com o aumento contínuo e expressivo da produtividade dos mesmos, sem perder a qualidade das minutas elaboradas, permissão esta que estaria dentro do percentual previsto no art. 1º da Resolução CNJ n. 481.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0804172-02.2018.4.05.8000	5/5/2020	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Embargos de declaração incluídos na pauta de 7/6/2023.		
0807772-87.2021.4.05.8400	13/8/2022	198 - Apelação Cível
Julgado em sessão ampliada em 6/2/2023. Designado para lavrar o acórdão o Des. Convocado Bruno Carrá (pendência do Gab. Des. Federal Manoel Erhardt).		
0806926-66.2018.4.05.8500	13/8/2020	417 - Apelação Criminal
Processo incluído na pauta de 23/5/2023.		

0802010-82.2019.4.05.8102	2/7/2022	198 - Apelação Cível
Decisão proferida em 17/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0800166-84.2016.4.05.8302	11/7/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Julgado em 11/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0805415-39.2022.4.05.8000	13/8/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Julgado em 18/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª turma.		
0812269-90.2022.4.05.0000	21/10/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Julgado por decisão monocrática em 27/4/2023, controlando prazo na secretaria da 2ª turma.		
0812969-89.2017.4.05.8100	3/10/2018	417 - Apelação Criminal
Processo incluído na pauta de 23/5/2023.		
0809798-04.2022.4.05.0000	26/8/2022	12394 - Revisão Criminal
Julgado em 19/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Seção.		
0003886-02.2010.4.05.8400	27/6/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Julgado em 25/4/2023 (com exercício de juízo de retratação). Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0011182-98.2007.4.05.8200	8/7/2010	198 - Apelação Cível
Julgado em 25/4/2023 (com exercício de juízo de retratação). Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0811729-08.2021.4.05.8300	30/8/2021	426 - Recurso em Sentido Estrito
Julgado em 25/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª turma.		
0001203-19.2010.4.05.8100	15/2/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Julgado em 25/4/2023 (exercício de juízo de retratação). Processo na fase controlando prazo, na secretaria da 2ª turma.		
0800212-06.2023.4.05.0000	13/1/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Julgado em 18/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0801901-85.2023.4.05.0000	23/2/2023	12394 - Revisão Criminal
Decisão determinando a redistribuição do processo, nos termos do art. 625 do CPP, proferida em 12/5/2023.		
0800214-73.2023.4.05.0000	13/1/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Julgado em 25/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0003371-82.2010.4.05.8103	6/7/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Processo julgado em 9/5/2023 (eventual juízo de retratação).		
0000745-93.2010.4.05.8102	18/1/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Processo julgado em 9/5/2023, com exercício do juízo de retratação.		
0803137-09.2022.4.05.0000	17/3/2022	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Despacho proferido em 2/5/2023, controlando prazo na secretaria da 2ª Seção.		

0008809-98.2010.4.05.8100	14/2/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Embargos de declaração incluídos na pauta de 6/6/2023.		
0006808-19.2005.4.05.8100	12/5/2010	198 - Apelação Cível
Embargos de declaração julgados em 11/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0000056-18.2011.4.05.8101	23/3/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Embargos de declaração rejeitados, por determinação do ST, em 25/4/2023. Processo na Secretaria da 2ª Turma para controle de prazo.		
0813071-25.2021.4.05.0000	8/11/2021	120 - Mandado de Segurança Cível
Decisão de indeferimento da inicial proferida em 12/5/2023.		
0812399-35.2019.4.05.8100	2/4/2020	198 - Apelação Cível
Julgado em 25/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0800803-63.2019.4.05.8000	16/7/2020	198 - Apelação Cível
Julgado em 25/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0813808-28.2021.4.05.0000	25/11/2021	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Baixa Definitiva ao arquivo, em 27/4/2023.		
0812262-19.2020.4.05.8100	7/7/2021	198 - Apelação Cível
Baixa Definitiva com remessa em 14/4/2023.		
0810048-37.2022.4.05.0000	1º/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Baixa Definitiva arquivo, em 20/4/2023.		
0000043-33.2015.4.05.0000	13/1/2015	1233 - Efeito Suspensivo
Arquivado em 14/4/2023.		
0814569-88.2021.4.05.8300	10/10/2022	417 - Apelação Criminal
Baixa Definitiva com remessa em 20/4/2023.		
0807628-64.2019.4.05.0000	19/6/2019	202 - Agravo de Instrumento
Julgado em 18/4/2023 (não exercido o juízo de retratação). Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0010731-54.2013.4.05.8300	2/5/2018	417 - Apelação Criminal
Embargos de declaração incluídos na pauta de 6/6/2023.		
0804677-25.2016.4.05.8400	17/11/2020	198 - Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 23/5/2023.		
0808298-90.2021.4.05.8000	1º/12/2021	198 - Apelação Cível
Embargos de declaração julgados em 18/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0804709-28.2019.4.05.8302	19/5/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Julgado em 25/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0000410-80.2010.4.05.8100	12/7/2019	198 - Apelação Cível

Julgado em 25/4/2023. Processo na fase de controle de prazo, na secretaria da 2ª Turma.		
0801395-54.2017.4.05.8202	15/7/2020	198 - Apelação Cível
Processo incluído na pauta de 23/5/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 38 processos selecionados, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

0010731-54.2013.4.05.8300

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 13/6/2023, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro.

Em relação ao gerenciamento do acervo de processos do Gabinete, relatou-se que, quanto aos conclusos, por determinação do Desembargador, os processos que chegam na unidade, desde que prontos para julgamento, são imediatamente incluídos em pauta, considerando que o Gabinete conta com reduzido acervo (a unidade fechou o mês de maio/2023 com 416 processos conclusos, tendo sido reduzido o acervo assumido em abril/2019 em mais de 4.000 processos conclusos, de 4.576 para 416). Pode-se dizer que todos os processos que se encontram conclusos no Gabinete estão incluídos em pauta e que a unidade atualmente vem trabalhando apenas com processos novos, que chegam da distribuição (à exceção dos processos que retornam do STJ para rejuízo de embargos de declaração e dos processos que retornam da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação). Quanto aos processos em tramitação na Secretaria da 2ª Turma, informou-se que o Desembargador, enquanto Presidente da unidade, entabulou tratativas junto à Presidência do TRF5 para a realização de mutirão para dar andamento aos processos que ali se encontravam, em sua grande maioria já julgados, mas que aguardavam ser impulsionados para arquivamento, baixa, confecção de certidões, remessa dos autos a outras unidades/órgãos, etc., o que resultou na redução do acervo em tramitação no último ano em mais de 3.700 processos (de 5.432 para 1.710).

Ainda com relação à gestão do acervo de processos, apontou-se a apelação cível como principal classe processual do Gabinete, contando 784 processos em tramitação, que correspondem a 51,24% do acervo, tendo sido distribuídos no mês anterior 142 processos. Informou-se, ainda, que há na unidade, em tramitação, 374 agravos de instrumento (24,44%), dos quais 112 processos foram distribuídos no mês anterior ao da inspeção.

Há metas coletivas e individuais (no mínimo, meta coletiva de 100 minutas de voto por semana, referente ao primeiro julgamento; e, no mínimo, meta individual de 10 minutas de voto por semana, concernente ao 1º julgamento). No entanto, atualmente, com a redução do acervo dos processos conclusos no Gabinete, a meta é julgar tudo o que chega imediatamente, não só em relação aos processos que aguardam o julgamento pelo Colegiado, mas também quanto aos processos conclusos para decisão e despacho.

Registrou-se que os dados estatísticos disponibilizados pelo Tribunal foram e são essenciais para a gestão dos processos, contribuindo, sobremaneira, com a redução do acervo do Gabinete. No entanto, para que o BI seja aproveitado em plenitude, é necessário conhecimento das disponibilidades contidas no sistema, com vistas à extração de dados que auxiliem na triagem dos processos. Para tanto, salientou-se que seria de suma importância que houvesse treinamento do operador do sistema, para obtenção do detalhamento das informações ali oferecidas.

Relativamente aos processos incluídos em metas do CNJ, repisou-se que todos os que chegam ao Gabinete, desde que prontos para julgamento, são incluídos imediatamente em pauta, inclusive os de metas, de modo que não há processos conclusos de metas pendentes de inclusão em pauta na unidade.

Quanto aos processos com pedidos de tutelas de urgência, destacou-se que são imediatamente julgados.

Há priorização dos julgamentos de embargos de declaração e agravos internos, na linha da gestão adotada pelo Gabinete.

No tocante à administração qualitativa do acervo em relação aos temas, reiterou-se que os processos são imediatamente incluídos em pauta, independentemente do tema a que se referem.

O atendimento ao público externo do Gabinete é feito tanto presencialmente como por telefone ou e-mail.

Foi relatado que o teletrabalho impactou e impacta positivamente na redução/manutenção do acervo do Gabinete. Oficialmente, dos 17 servidores do Gabinete, atualmente, estão em teletrabalho integral 3 servidores, que residem fora do Estado. Os demais, exceto os 2 agentes de segurança, estão em regime híbrido de trabalho. Informou-se que, além dos 3 servidores que estão em teletrabalho integral, o Desembargador está cogitando a possibilidade de oficializar o teletrabalho em favor de 2 servidores que se enquadram na regra do art. 2º da Resolução CNJ 481; e em favor de mais 2 servidores, diante da excelência dos trabalhos por eles desempenhados no período de pandemia, com o aumento contínuo e expressivo da produtividade, sem perder a qualidade das minutas elaboradas, permissão esta que estaria dentro do percentual previsto no art. 1º da Resolução CNJ 481.

Quanto às boas práticas e/ou inovações relevantes no trabalho do Gabinete, foram citados: o teletrabalho, que tem favorecido o incremento da produtividade; a preservação

do bom ambiente de trabalho; premiações; controle de produtividade; boa triagem; utilização do BI como ferramenta para incremento da produtividade; a elaboração dos votos e decisões nos processos mais antigos pelo próprio Desembargador desde que assumiu o acervo em abril/2019 até os dias atuais, resultando na confecção de 1.168 minutas (em 2019, 49 minutas; em 2020, 26 minutas; em 2021, 342 minutas; em 2022, 635 minutas; e, em 2023, 116 minutas). Como ação relevante, conforme antes já assinalado, apontou-se o mutirão levado a efeito pelo Desembargador enquanto Presidente da 2ª Turma, que resultou em expressiva diminuição do acervo de processos em tramitação naquela unidade.

No que pertine a dificuldades e/ou pontos a serem aprimorados para a melhor realização dos trabalhos, narrou-se que o Gabinete enfrentou algumas dificuldades desde que o magistrado assumiu o novo acervo em abril/2019, mas que, em esforço conjunto e a partir das boas práticas, atualmente, tem-se como meta manter o ritmo, para que naturalmente o acervo seja ainda mais reduzido, e continuar acompanhando o andamento dos trabalhos da Secretaria da 2ª Turma.

A unidade procura incorporar na gestão o cumprimento das recomendações de inspeções pretéritas e assimilar como suporte para melhoria das atividades, tendo sido registrado que tais recomendações servem de bússola e são de suma importância para o aprimoramento e excelência das atividades desempenhadas no âmbito do Gabinete.

Sobre adaptações e novos padrões de gestão assimilados após o cenário da pandemia, no que diz respeito à condução da equipe de trabalho e à governança do acervo, frisou-se que o teletrabalho impactou positivamente na redução do acervo do gabinete, de modo que, atualmente, dentro do que é permitido pela Resolução CNJ 481, ele vem sendo incorporado como novo modelo de gestão da unidade.

Acerca da saúde dos servidores no pós-pandemia, informou-se que não há notícia de problemas com os servidores do Gabinete, pelo menos até o momento, inexistindo registro de pedido de licença para tratamento de saúde. Relatou-se que, durante a pandemia, um dos servidores do Gabinete contraiu a covid-19, chegando a passar vários meses de licença, diante da situação de grave risco de morte por que passou. Informou-se, todavia, que, atualmente, encontra-se ele praticamente recuperado e exercendo, de forma satisfatória, as suas atividades no Gabinete.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 3.497 para 432).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.443 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 432.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 320, na última inspeção, para 156, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 8 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Turma, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da Unidade:

- a) cumprir a recomendação do item 9;
- b) continuar priorizando o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ;
- c) julgar os embargos de declaração no prazo de 45 dias, contados da conclusão no gabinete;
- d) manter o método de trabalho, digno de nota; e
- e) priorizar os processos pendentes da autoinspeção e da inspeção anterior.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Plenário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (cível e criminal); - Primeira Seção do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (cível e criminal); - Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (cível e criminal); - Conselho da Administração do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

1.3 Tempo de exercício na unidade

22 anos. Posse como Desembargador Federal do TRF5 em abril 2001.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Marcos Aurélio do Nascimento Netto - Assessor de Desembargador Federal

2.2 Quadro de Pessoal

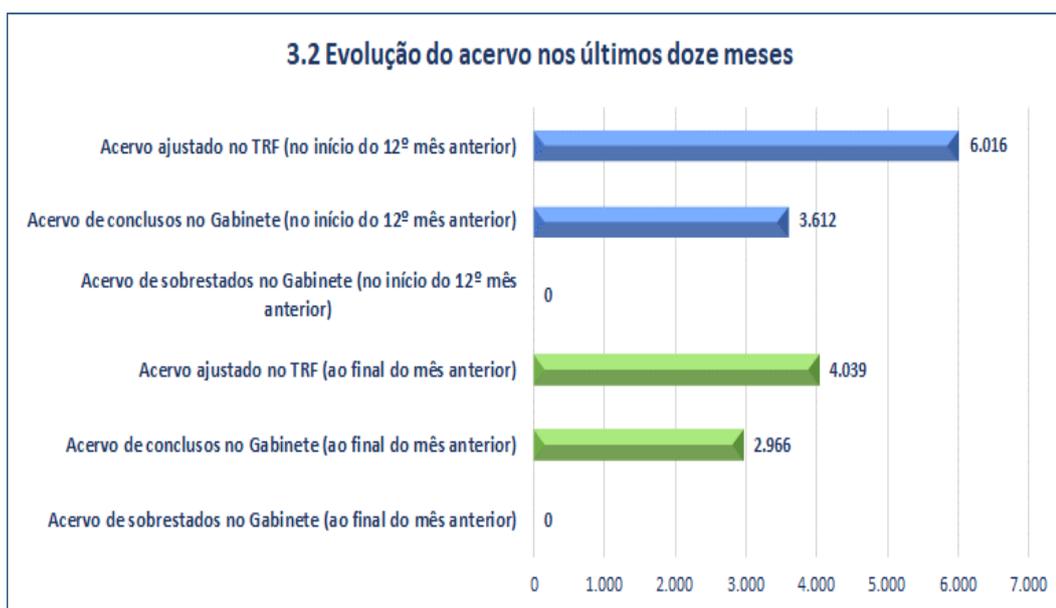
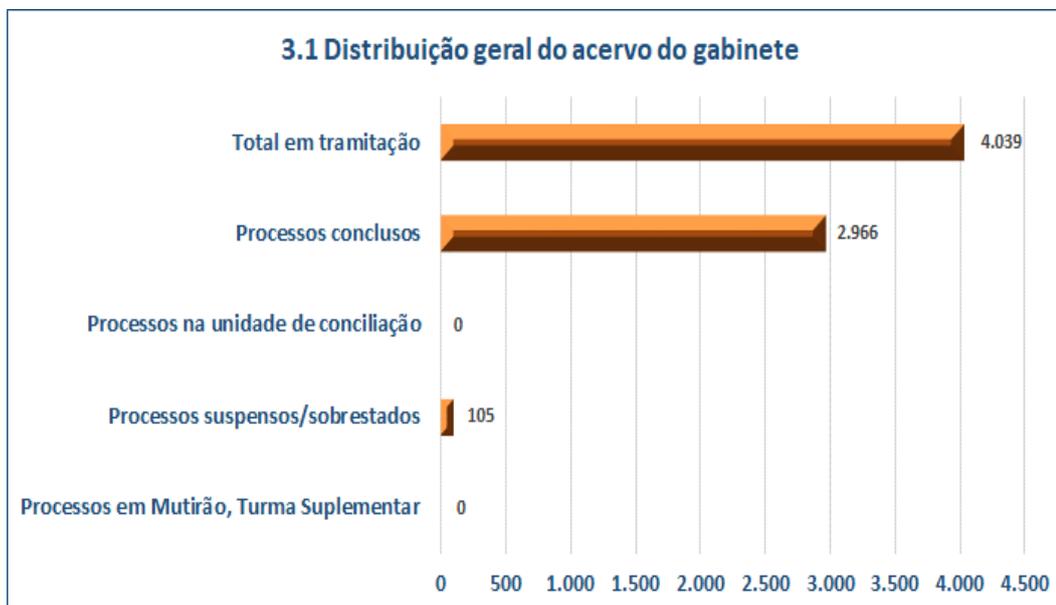
Servidores efetivos	15 (Judiciário Federal); 2 (Estado de Pernambuco)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-6	1
FC-5	6
FC-4	5
FC-3	0
FC-2	1 (vago)

FC-1	0
------	---

3. DADOS ESTATÍSTICOS

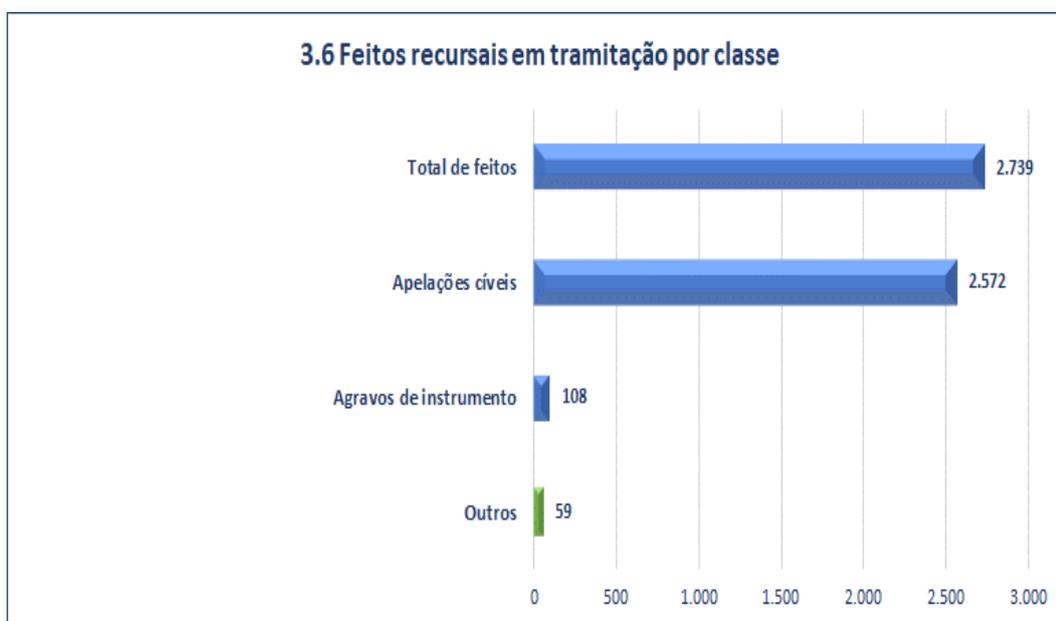


3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Dados do mutirão que ocorreu entre novembro/2021 e outubro/2022 informados na Autoinspeção 2022. Após esse período, houve julgamento de 7 processos pelos juízes auxiliares.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete	Situação informada acima.

(informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	
--	--

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	33
Mandados de segurança	5
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	1
Reclamações	1
Ações rescisórias	5

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.739
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	7
Recursos em ações de improbidade administrativa	70
Recursos em ações civis públicas	69
Recursos em ações de desapropriação	34
Recursos em ações com preferência legal	493

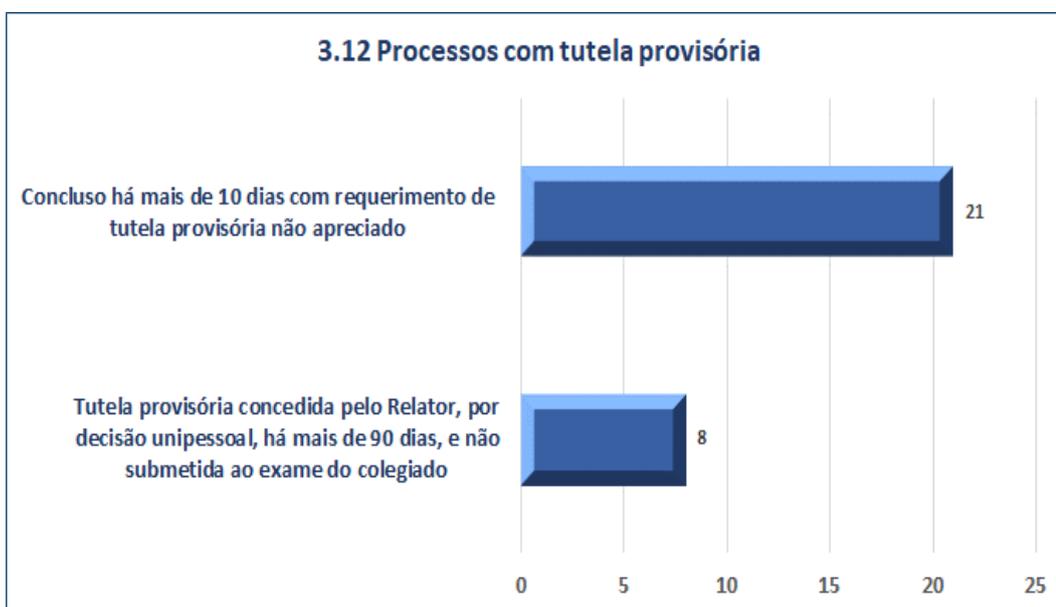
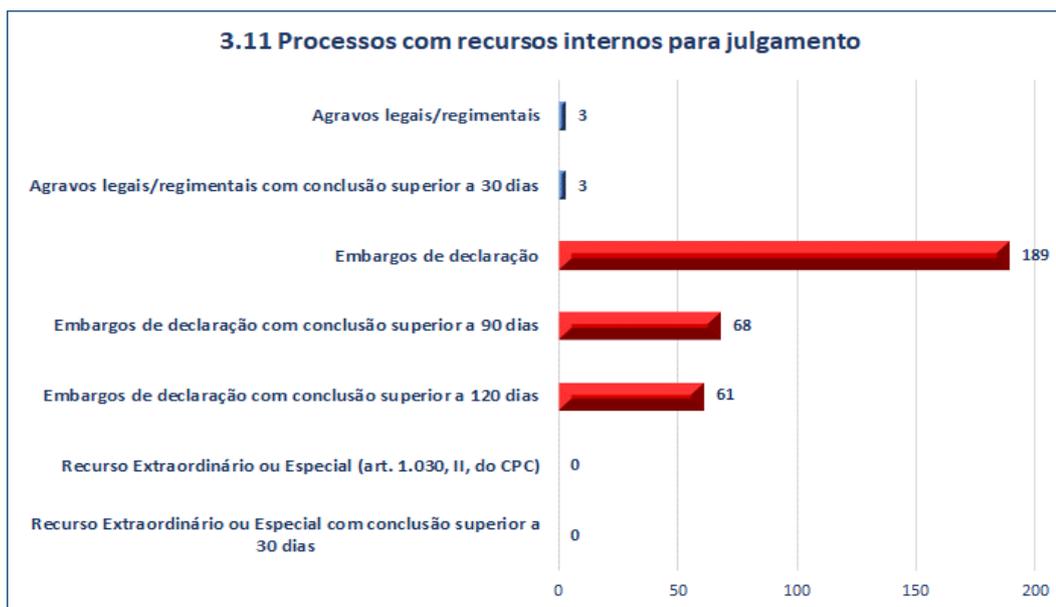


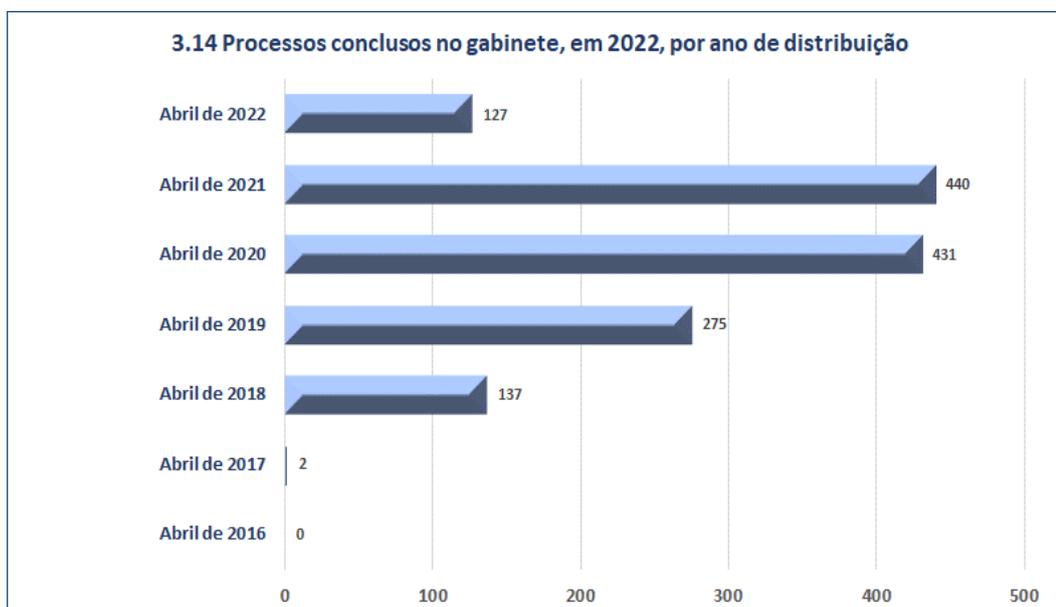
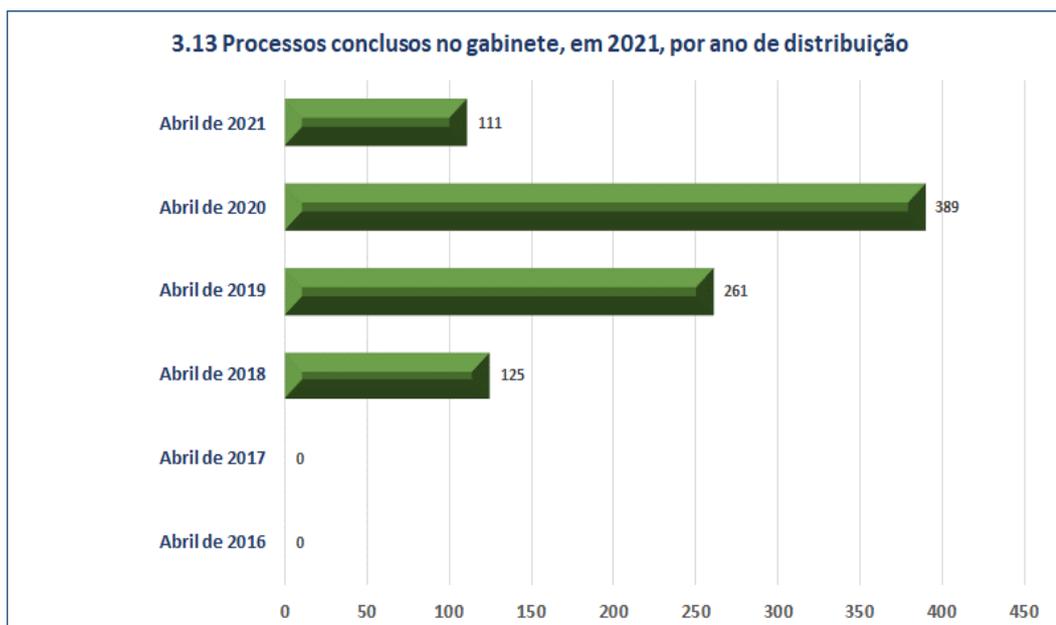
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	12
Ações penais	1
Inquéritos	0
Habeas corpus	4
Revisões Criminais	4

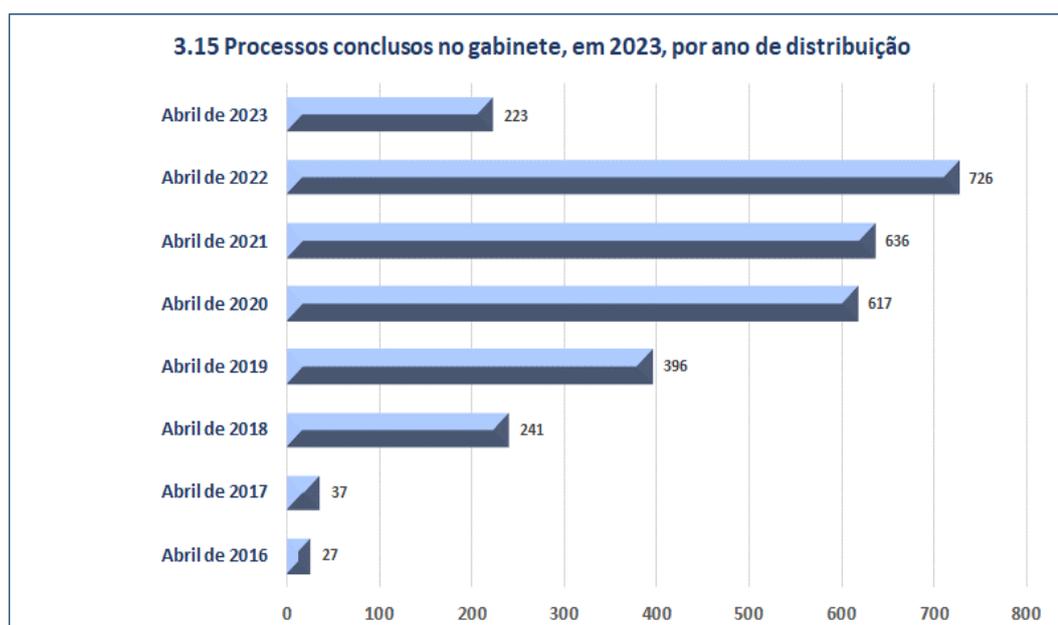
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	182
Apelações	174
Recursos em Sentido Estrito	4
Recursos em Habeas Corpus	4
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	3

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	2
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	Não se aplica
Por IAC	Não se aplica
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Não se aplica
Por Recurso Especial	Não se aplica
Por Recurso Extraordinário	Não se aplica

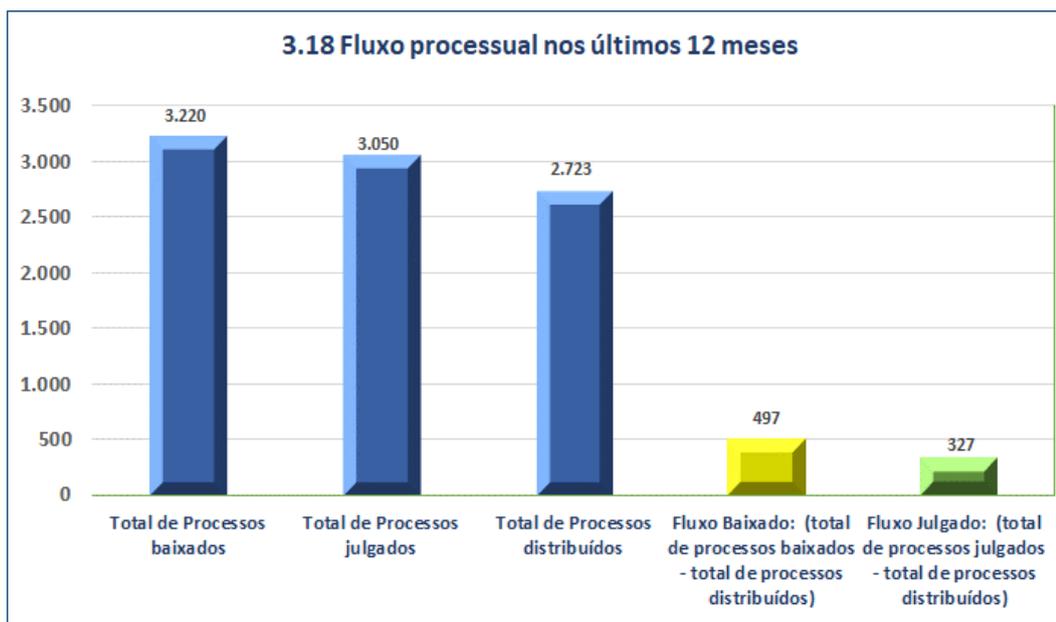




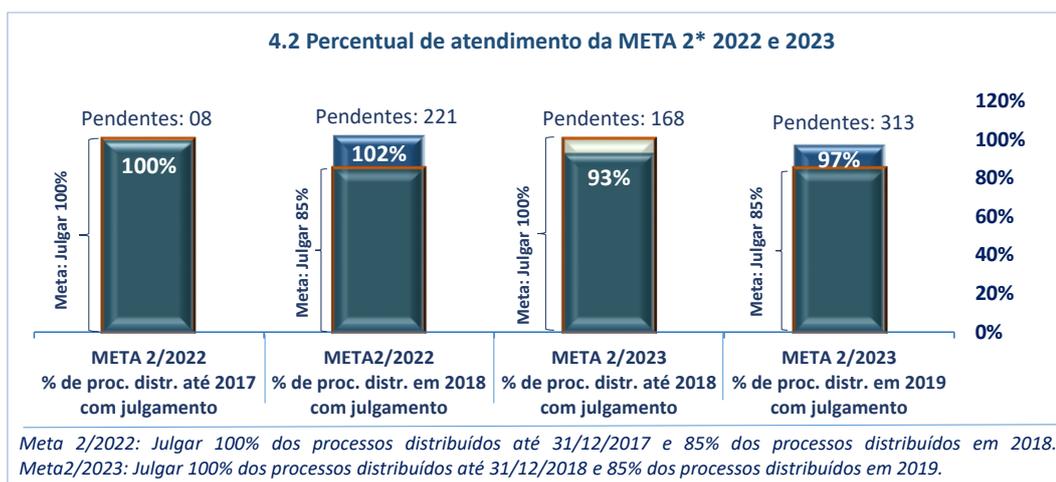
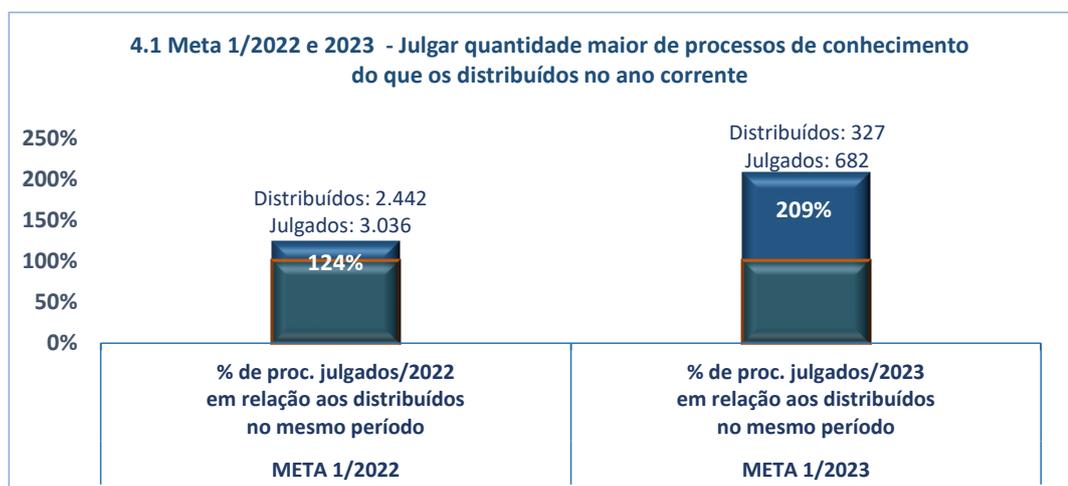


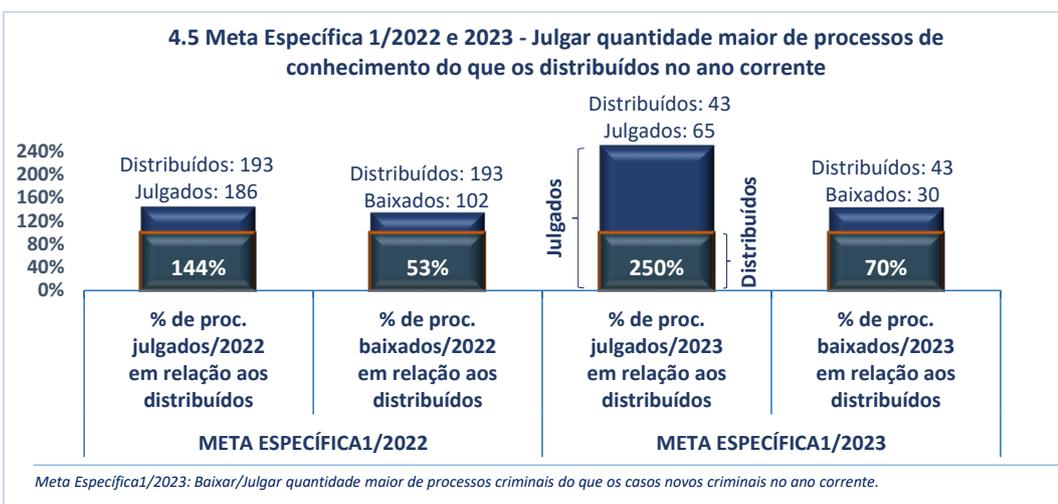
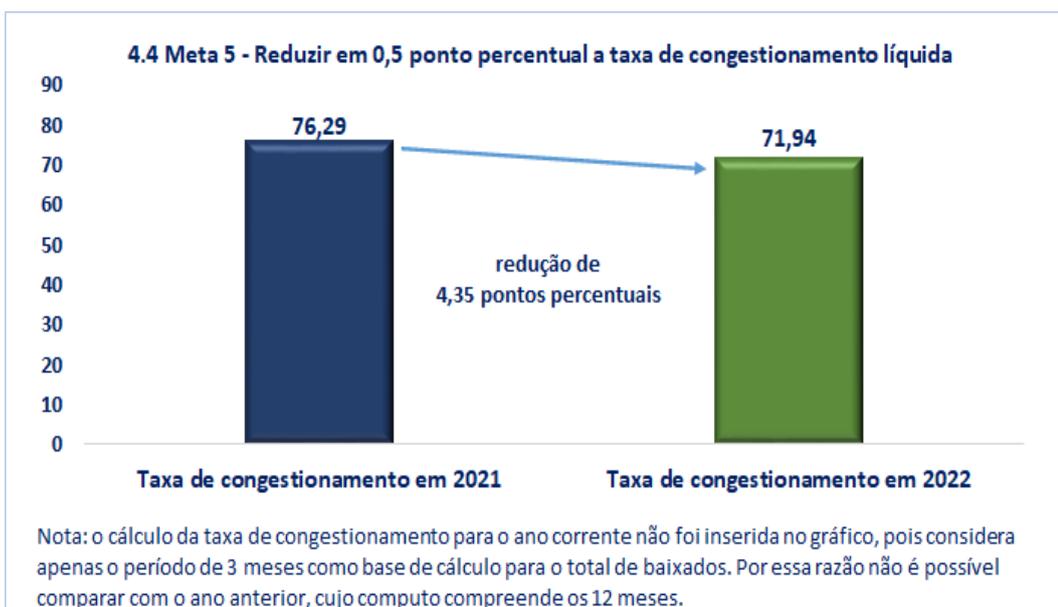
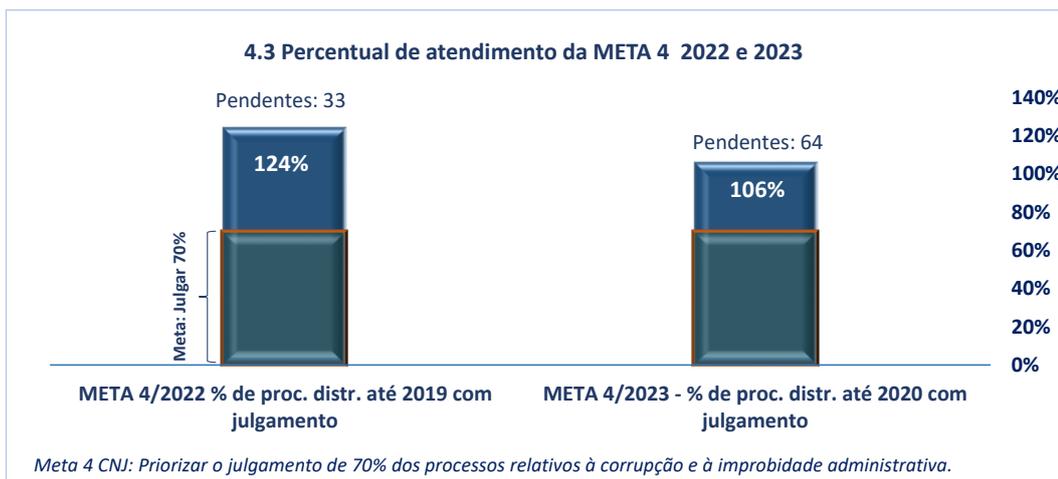
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

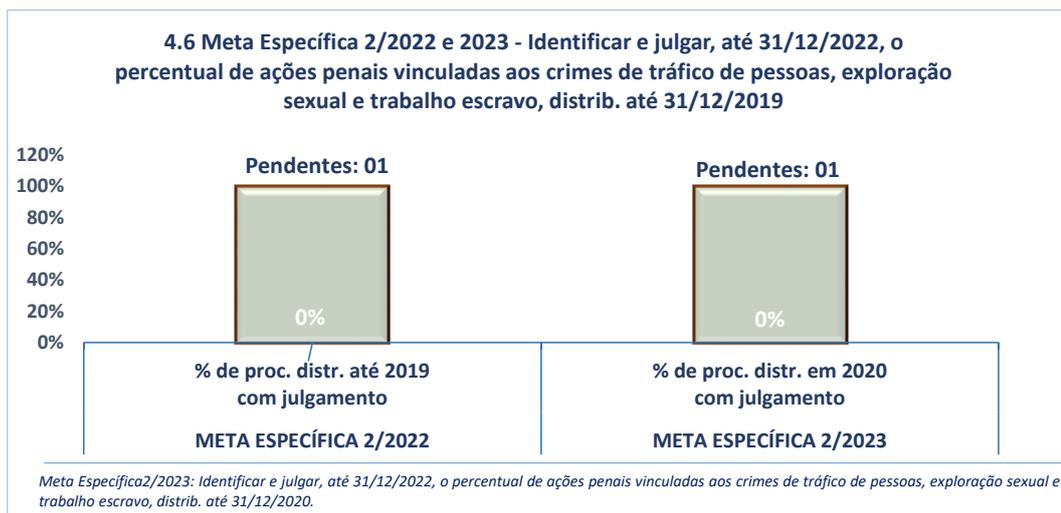
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

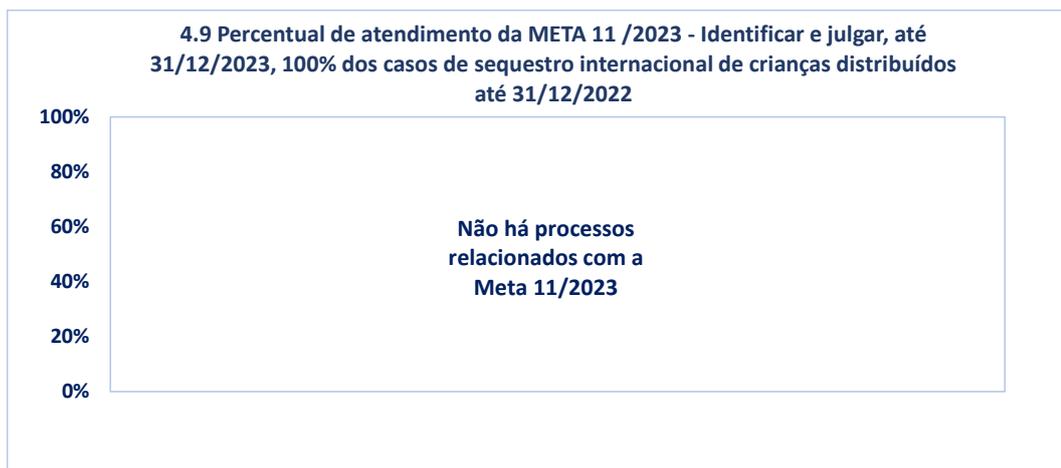
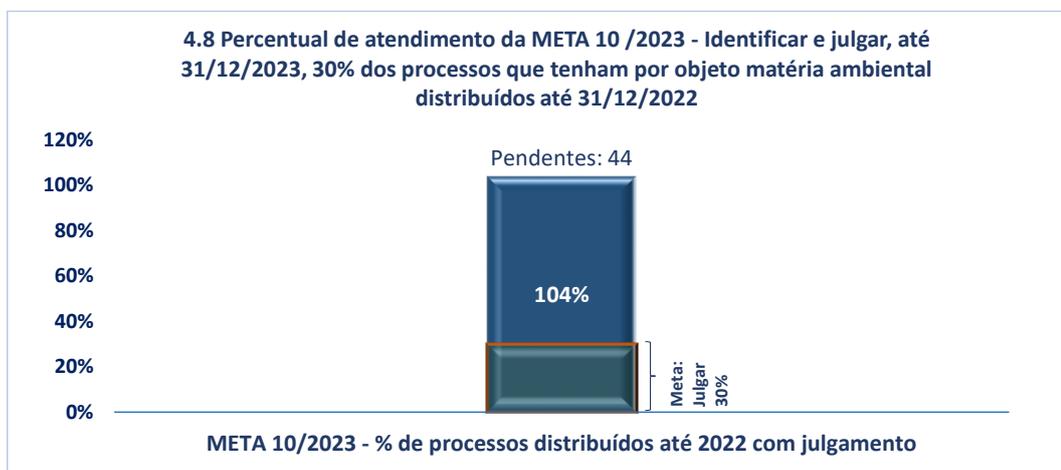






4.7 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. Foram estabelecidas metas individuais para aumentar produtividade de julgamento e diminuir o acervo de processos.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Não há processos sobrestados no Gabinete.

5.3 Boas práticas e inovações

A minudência de análise do conteúdo de cada processo.

5.4 Dificuldades

O gabinete perdeu 2 servidoras, que se aposentaram, e o quadro não foi repostado, bem assim, os 6 estagiários (atualmente só conta com 2), em função do contingenciamento.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Não há servidores em teletrabalho.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não houve encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0801579-98.2017.4.05.8302	22/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento da sessão virtual de 23/5		
0800091-79.2015.4.05.8205	12/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023		
0800095-24.2017.4.05.8504	12/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 6/6/2023		
0803208-41.2016.4.05.8400	12/3/2018	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 6/6/2023		
0807110-29.2016.4.05.8100	12/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 6/6/2023		
0804345-15.2017.4.05.8500	21/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento da sessão virtual de 6/6		
0000386-95.2014.4.05.8202	8/5/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho em 8/5/23 (intimar réu para apresentar contrarrazões)		
0000199-33.2013.4.05.8102	21/5/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho em 8/5/23 (intimar os réus pessoalmente para constituir novo advogado)		
0803663-84.2017.4.05.8201	12/3/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho em 8/5/23 (intimar para apresentar razões de apelo)		
0812339-78.2018.4.05.8300	3/4/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Vista à Procuradoria Regional da República, para parecer, em 26/4/23		
0801816-70.2021.4.05.0000	22/2/2021	12134 – Tutela Cautelar antecedente
Observação/Providência: Julgado agravo interno prejudicado em face do julgamento da apelação		
0802821-30.2021.4.05.0000	15/3/2021	12134 - Tutela Cautelar antecedente
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023		
0802284-68.2020.4.05.0000	9/3/2020	12357 – Pedido de Efeito Suspensivo à apelação
Observação/Providência: Reiterado despacho certificando trânsito em julgado, com baixa na distribuição		
0812010-32.2021.4.05.0000	10/10/2021	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Foi dada decisão e o processo se encontra na Segunda Turma.		
0812015-54.2021.4.05.0000	10/10/2021	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Decisão indeferindo a inicial por inadequação da via eleita. Extinção do feito.		
0800533-51.2020.4.05.8308	17/6/2020	12081 – Incidente de Suspeição Cível
Observação/Providência: Despacho encaminhando para o Ministério Público para emissão de novo parecer e, após retorno, será incluído em pauta.		
0804574-22.2021.4.05.0000	27/4/2021	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Decisão reconhecendo a preclusão e inadequação da via eleita. Extinção do feito.		
0003410-16.2009.4.05.8200	10/2/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo já transitado em julgado. Remetido à secretaria processante para arquivamento.		
0805846-62.2021.4.05.8500	13/12/2021	318 – Exceção de Suspeição

Observação/Providência: Incluído na pauta de 30/5/23		
0800774-25.2015.4.05.8300	20/7/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo colocado em pauta para a sessão virtual do dia 13/6/2013		
0019010-67.2001.4.05.8100	4/8/2005	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento da sessão virtual de 13/6		
0000823-98.2012.4.05.8302	29/7/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023.		
0030457-63.2005.4.05.0000	6/9/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo colocado em pauta para a sessão ordinária do dia 13/6/2023.		
0001385-21.2016.4.05.9999	21/7/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo colocado em pauta para a sessão do dia 13/6/2023.		
0809352-98.2022.4.05.0000	17/8/2022	1710 Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Vista à Procuradoria Regional da República, para parecer, em 25/4/23		
0809685-84.2021.4.05.0000	19/8/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Liminar indeferida em 11/5/23		
0812557-72.2021.4.05.0000	25/10/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Liminar indeferida em 11/5/23		
0801500-80.2021.4.05.8302	26/8/2021	272 – Representação Criminal/Notícia de Crime
Observação/Providência: Decisão terminativa em 11/5/23		
0810620-90.2022.4.05.0000	16/9/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Liminar indeferida em 11/5/23		
0801658-78.2022.4.05.0000	15/2/2022	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 28/6/23.		
0012805-52.2011.4.05.8300	17/2/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento da sessão virtual de 6/6		
0810290-93.2022.4.05.0000	8/9/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Decisão terminativa em 9/5/23		
0007955-31.2001.4.05.8000	27/6/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023.		
0000152-76.2015.4.05.8106	19/4/2017	283 – Ação Penal – Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Julgado em 10/5/23		
0011184-79.2009.4.05.8400	26/6/2014	421 – Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Embargos de Declaração incluídos na pauta de 14/6/23		

0808308-44.2022.4.05.0000	25/7/2022	307 – Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta de 30/5/23		
0022165-78.2001.4.05.8100	30/4/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Redistribuído para o Pleno		
0015901-74.2003.4.05.8100	23/8/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023		
0812656-31.2017.4.05.8100	28/7/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Publicado em 2/5/2023 - inconsistência do PJe		
0800104-78.2020.4.05.8504	19/5/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com problema de funcionamento no PJe; aguardando correção para disponibilização.		
0814804-31.2018.4.05.0000	10/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 28/2/2023 (juízo de retratação); encontra-se na Secretaria da Turma.		
0810005-03.2022.4.05.0000	31/8/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 28/2/2023; encontra-se na Secretaria da Turma.		
0802589-39.2015.4.05.8500	18/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Publicado em 24/4/2023, inconsistência do PJe		
0805989-11.2019.4.05.0000	21/5/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 23/5/2023		
0807533-63.2021.4.05.0000	28/6/2021	12134 – Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento da sessão virtual de 13/6		
0804327-80.2017.4.05.0000	18/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 18/4/2023 (agravo interno); encontra-se na Secretaria da Turma.		
0808625-07.2018.4.05.8302	21/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 13/6/2023.		
0804978-26.2017.4.05.8500	31/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento da sessão virtual de 13/6		
0811823-76.2018.4.05.8100	6/2/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023		
0814001-32.2017.4.05.8100	20/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023		
0800429-70.2017.4.05.8403	20/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023		
0007626-87.2013.4.05.8100	23/10/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 6/6/2023		

0813587-45.2021.4.05.0000	22/11/2021	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 13/6/2023		
0800080-51.2018.4.05.8300	16/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho dando ciência de substabelecimento de advogado em substituição sem reserva de poderes. Após, será incluído em pauta.		
0815989-70.2019.4.05.0000	12/12/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 4/8/20, encaminhado para Secretaria em 18/9/20, só retornando com conclusão ao gabinete em 11/2/23, quando determinou-se a intimação pessoal do agravante para regularizar sua representação processual.		
0004426-50.2010.4.05.8400	30/3/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento da sessão virtual de 13/6		
0812836-24.2020.4.05.8300	7/12/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 16/5/2023		
0803199-63.2017.4.05.8200	16/4/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta de julgamento de 16/5/2023		
0800094-69.2017.4.05.8203	2/10/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de declaração incluídos na pauta de 6/6/23		
0810984-28.2021.4.05.8300	26/7/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado. Foram apresentados embargos de declaração. Incluído na pauta de julgamento do dia 13/6.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 66 processos selecionados, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0805585-84.2017.4.05.8000	0803081-23.2018.4.05.8501	0800157-13.2016.4.05.8403
0805781-40.2020.4.05.8100	0000397-81.2009.8.02.0044	0805163-59.2020.4.05.8500
0800533-51.2020.4.05.8308	0805846-62.2021.4.05.8500	0004426-50.2010.4.05.8400
0801658-78.2022.4.05.0000	0812339-78.2018.4.05.8300	0811823-76.2018.4.05.8100
0800091-79.2015.4.05.8205	0800095-24.2017.4.05.8504	0803208-41.2016.4.05.8400
0807110-29.2016.4.05.8100	0804345-15.2017.4.05.8500	0802821-30.2021.4.05.0000
0800774-25.2015.4.05.8300	0019010-67.2001.4.05.8100	0000823-98.2012.4.05.8302
0030457-63.2005.4.05.0000	0001385-21.2016.4.05.9999	0012805-52.2011.4.05.8300
0007955-31.2001.4.05.8000	0015901-74.2003.4.05.8100	0808625-07.2018.4.05.8302
0804978-26.2017.4.05.8500	0814001-32.2017.4.05.8100	0800429-70.2017.4.05.8403
0007626-87.2013.4.05.8100	0813587-45.2021.4.05.0000	0810984-28.2021.4.05.8300

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

0800080-51.2018.4.05.8300	0800094-69.2017.4.05.8203	0011184-79.2009.4.05.8400
---------------------------	---------------------------	---------------------------

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 14/6/2023, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima.

O gerenciamento do acervo de processos do Gabinete é feito por meio de triagem, tão logo são recebidos da distribuição, de modo a identificar as matérias tratadas, com o encaminhamento ao grupo de trabalho respectivo. O Gabinete trabalha com divisão interna dos servidores em cinco grupos principais, cada um coordenado por um dos ocupantes dos cargos de direção (CJs), que cuidam de determinadas matérias ou espécies recursais, a exemplo de Tributário, Previdenciário, Administrativo, Penal e Agravos de Instrumento. Ademais, no âmbito de cada grupo é feita uma nova triagem, de modo a identificar quais são as prioridades legais, os processos incluídos em metas do CNJ, os casos sobre os quais já existem precedentes, sobretudo os oriundos de julgamentos de recursos repetitivos ou de repercussão geral.

Ainda com relação à gestão do acervo, foi informada a existência de 451 agravos de instrumento em tramitação na unidade, o que corresponde a 11,25% do acervo total, e 78 conclusos no Gabinete, tendo sido 62 distribuídos no mês anterior. Apontaram-se os processos de aposentadoria por tempo de contribuição comum, especial, por idade, urbana e rural como de maior volume no Gabinete, contando o acervo com 186 processos, que correspondem a 4,6% do acervo total e 6,8% do total de conclusos, tendo sido distribuídos 4 processos no mês anterior. Além disso, indicou-se a classe apelação criminal com 164 processos na unidade, tendo sido 6 processos distribuídos no mês anterior, correspondente a 4,09% do acervo total e 6,04% do total de conclusos.

Há o estabelecimento de metas coletivas e individuais de produtividade.

Informou-se que os dados estatísticos disponibilizados pelo setor responsável do Tribunal são suficientes/úteis para o controle do acervo e da produtividade. Afirmou-se que, nada obstante, o Gabinete produz sua própria estatística mensal, identificando o número de processos distribuídos e julgados por cada grupo. Nela também são computados os processos que retornam para juízo de retratação, aqueles que voltam das Cortes Superiores para novo julgamento e, ainda, o contingente de embargos de declaração.

Os processos incluídos em metas do CNJ são identificados desde a triagem inicial, quando recebidos da distribuição, bem assim quando ingressam no respectivo grupo interno, de modo que sejam priorizados.

Os processos com pedidos de tutelas de urgência são tratados com prioridade, sobretudo os agravos de instrumento, cuja submissão ao Desembargador é imediata, para a prolação da decisão de recebimento do recurso, com a atribuição ou não efeito suspensivo/suspensivo ativo. Como relatado, tal tratamento alcança também os demais pedidos de tutela de urgência, seja nos mandados de segurança de competência

originária, nas ações rescisórias, nos processos penais e mesmo nos pedidos de efeito suspensivo formulados em apelações.

Há priorização dos julgamentos de embargos de declaração, tendo sido relatado que atualmente está em curso um esforço concentrado no Gabinete com vistas a zerar o acervo desses recursos. Quanto aos agravos internos, também há priorização, mas, conforme o caso, podem não ser eles objeto de apreciação, por economia processual, em razão do julgamento do próprio processo de que se originam, o que os torna prejudicados.

Sobre a administração qualitativa do acervo em relação aos temas, como registrado anteriormente, a triagem dupla dos processos, quando recebidos da distribuição e quando recebidos no grupo interno correspondente, permite essa administração qualitativa.

O atendimento ao público externo é feito tanto presencialmente quanto por telefone, inclusive com ligações diretas ao Desembargador. Ademais, os advogados, se preferirem, podem agendar data e horário.

Não há servidores em teletrabalho no Gabinete.

A título de boas práticas e/ou inovações relevantes no trabalho do Gabinete, foram apontadas a análise criteriosa e minudente de cada processo, além da triagem por matéria, o estabelecimento de metas de produtividade, tanto individuais como por grupo, e o acompanhamento semanal do número de processos julgados, bem assim a estatística mensal do Gabinete, onde são identificados os julgamentos dos grupos e sua respectiva produtividade.

Sobre dificuldades e/ou pontos a serem aprimorados para a melhor realização dos trabalhos, foram citados o aprimoramento da triagem e do gerenciamento do acervo quanto ao cumprimento das metas.

Como informado, a unidade procura incorporar na gestão o cumprimento das recomendações de inspeções pretéritas e assimilar como suporte para melhoria das atividades.

Narrou-se que, após o cenário da pandemia, foram incorporados novos padrões de gestão, tais como o abandono do uso do papel (quase total), a maior utilização do *whatsapp* para a comunicação interna dos grupos e do gabinete como um todo, bem assim o aperfeiçoamento da triagem dos processos no PJe, de modo que pastas e subpastas foram criadas, facilitando o gerenciamento do acervo.

Foi relatado que a saúde dos servidores no pós-pandemia é, no geral, boa, afóra os naturais problemas decorrentes da idade.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 3.700 para 2.966).

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.612 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.966.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 284, na última inspeção, para 189, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 25 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Turma, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece atenção, por ser muito superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) priorizar o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ;
- c) julgar os embargos de declaração no prazo de 45 dias, contados da conclusão no gabinete;
- d) aprimorar o método de trabalho do Gabinete, com vistas à obtenção de uma redução mais consistente do acervo processual e à diminuição do tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, que atualmente é superior à média da Turma julgadora, conquanto constatada uma redução do acervo e do tempo de tramitação mais recentemente; e
- e) priorizar os processos pendentes da autoinspeção e da inspeção anterior.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Edilson Nobre

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

2ª Turma, 2ª Seção, Pleno e Conselho de Administração

1.3 Tempo de exercício na unidade

A partir de 4/4/2023 (Término do mandato na Presidência, quando recebeu o acervo dos processos do gabinete do Desembargador Federal Leonardo Carvalho, na 2ª Turma e do Desembargador Federal Fernando Braga, na 2ª Seção e no Pleno)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Mariângela de Barros Luz, Chefe da Gabinete

2.2 Quadro de Pessoal

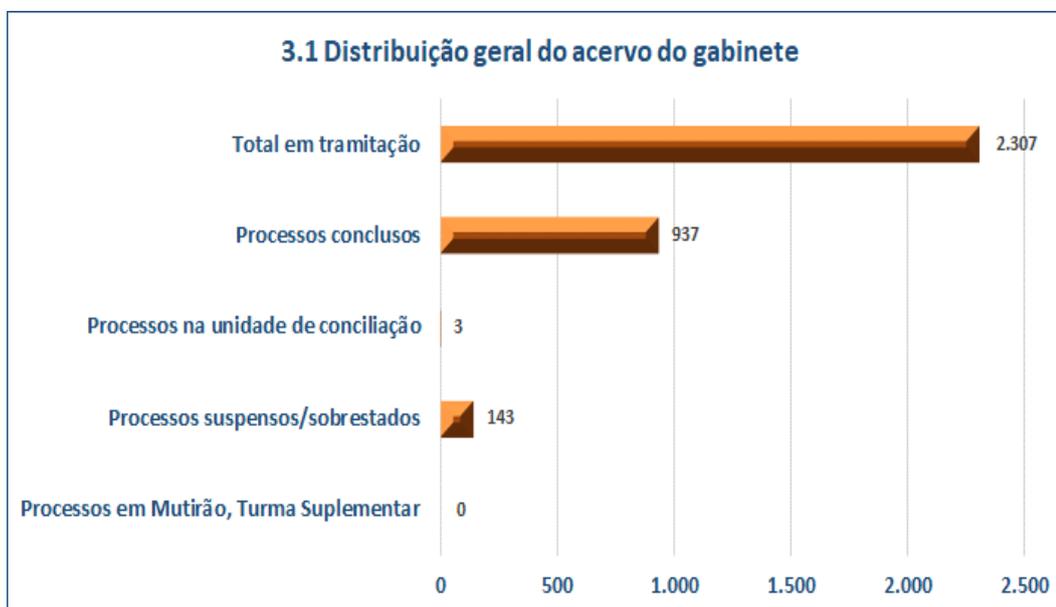
Servidores efetivos	18 (incluídos os requisitados da Justiça Federal e de outros órgãos)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	2

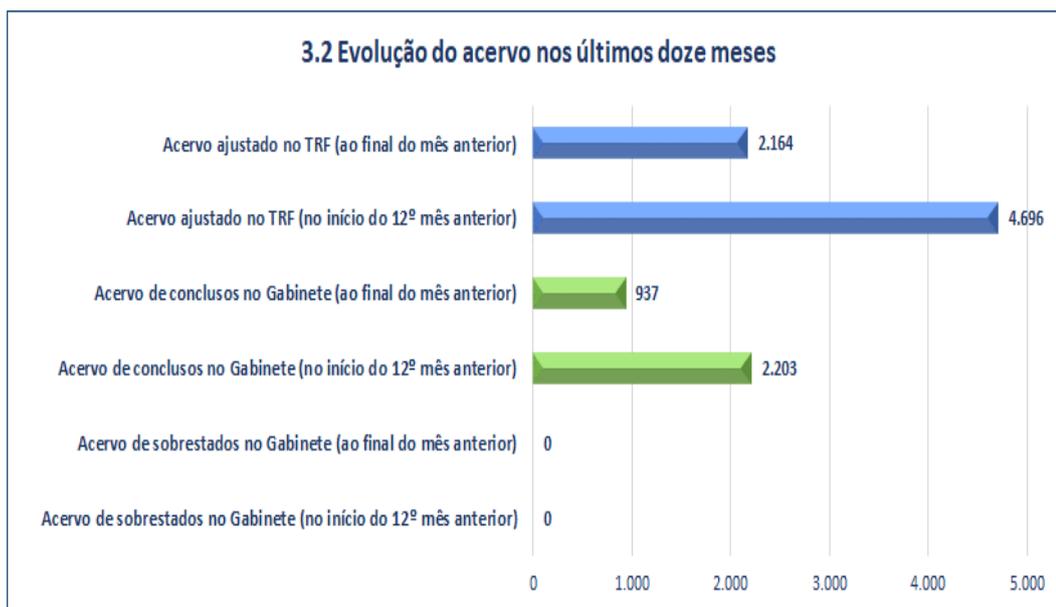
2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1 - Assessor de juiz - Cláudia Virginia Medeiros Lopes
CJ-2	2 - Assessor Judiciário - José Darlan Costa Pereira e Chefe de Gabinete - Mariângela de Barros Luz
CJ-1	2 - Diretor de Divisão Judiciária - Iran Lira da Silva e Divisão Especial para pesquisa, Coleta e Classificação de Assuntos Jurisprudenciais e doutrinários - Louise Caroline Oliveira Barbosa
FC-6	2 - Diretora do Núcleo de Causas Cíveis - Maria Madalena Salsa Aguiar e Diretor do Núcleo de Causas Penais - Hugo Siqueira de Souza
FC-5	6 - Supervisor de apoio Especial - Alberto Pinto Lopes; Supervisor de organização e acompanhamento das sessões - Maria de Fátima Viana

	Cavalcanti; Supervisor de processamento de causas previdenciárias - Benigna Palmeira; Supervisor de processamento de causas tributárias - FC5 - Josefina Baier Nunes; Supervisor de Processamento de MS, HC, HD Outros Feitos - FC5 - Nádia Nobre Formiga; Supervisor de processamento de Agravo - Rodrigo Torres Pereira de Sousa
FC-4	4 - Supervisor assistente de apoio especial - Josimar José Lopes da Silva, Supervisor assistente de organização e acompanhamento das sessões - Francisca Maria de Oliveira Alves, Supervisor assistente de causas administrativas - Matheus Targino e Silva, Supervisor assistente de processamento de Agravo - Maria das Graças Ribeiro
FC-3	0
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS





3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	N/A

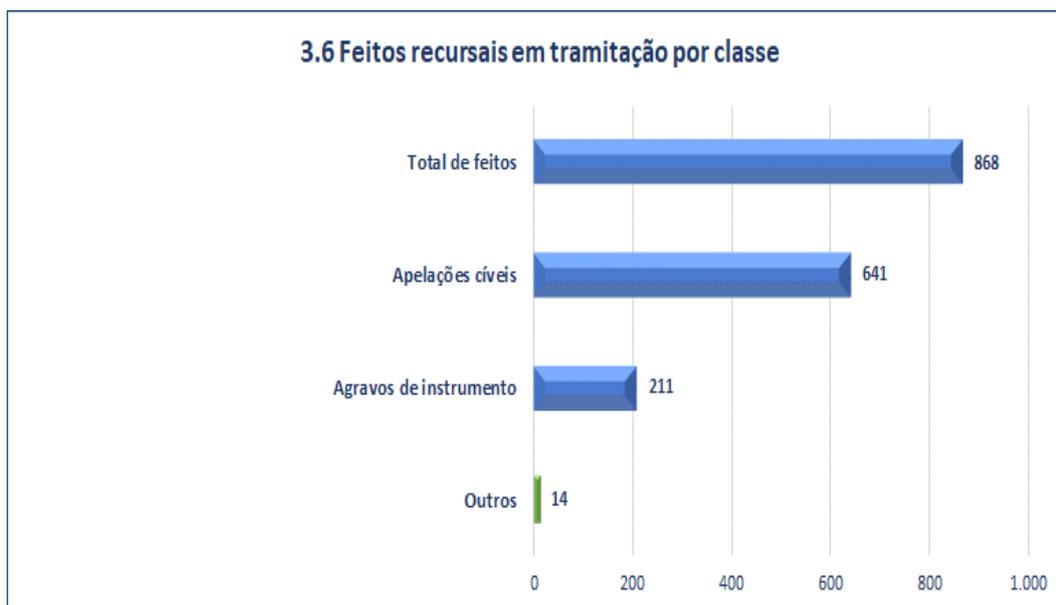
3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	22
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	0
Reclamações	1
Ações rescisórias	18

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Total de feitos recursais cíveis	868
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	5
Recursos em ações de improbidade administrativa	77
Recursos em ações civis públicas	32
Recursos em ações de desapropriação	5

Recursos em ações com preferência legal	139
---	-----

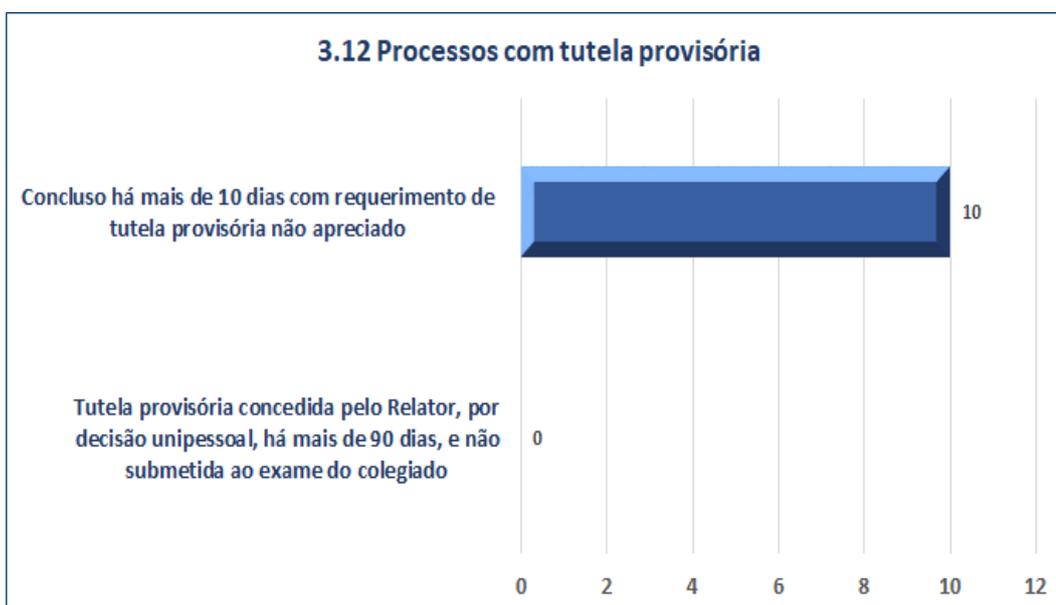
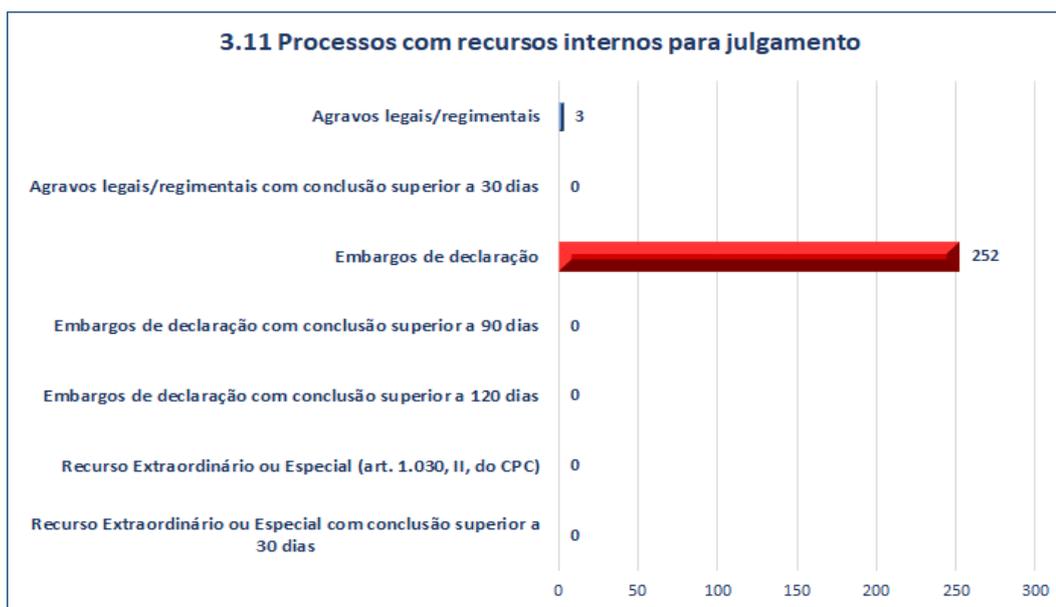


3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	19
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	5
Revisões Criminais	1

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	30
Apelações	27
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2 (agravo em execução penal)
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

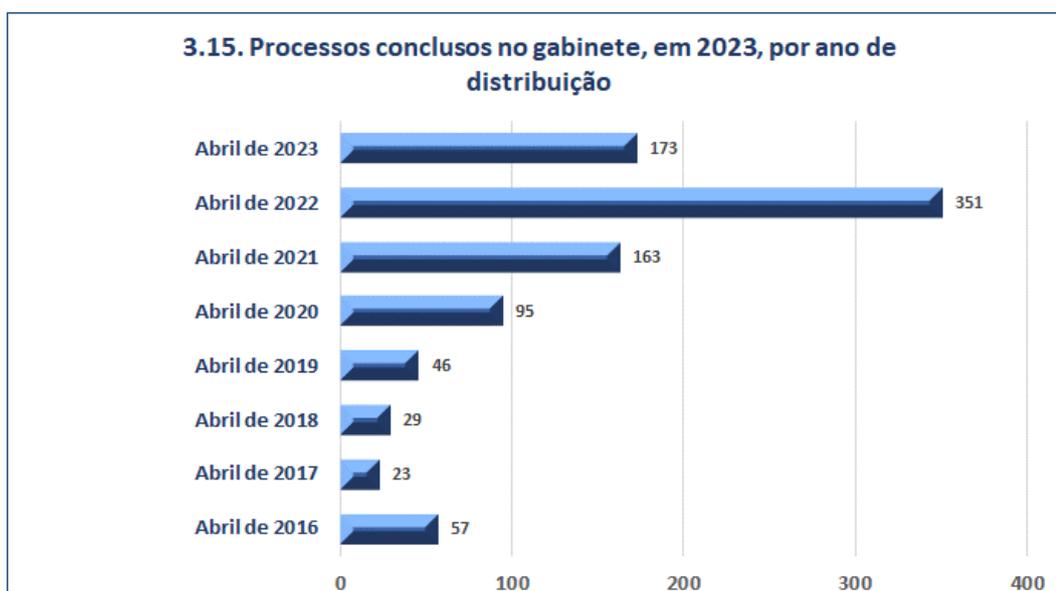
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



3.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2021	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2020	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2019	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2018	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2017	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2016	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23

3.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2022	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2021	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2020	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2019	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23

Abril de 2018	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2017	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23
Abril de 2016	Não se aplica, pois os processos somente foram distribuídos ao gabinete do Des. Edilson Nobre a partir de abril/23, quer por distribuição ou por sucessão, tendo em vista o término do mandato na presidência em 3/4/23



3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

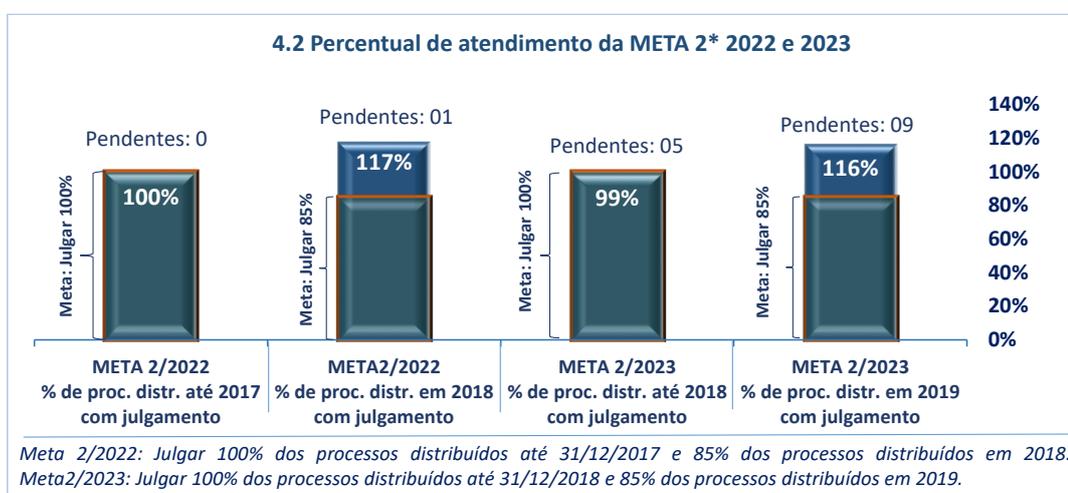
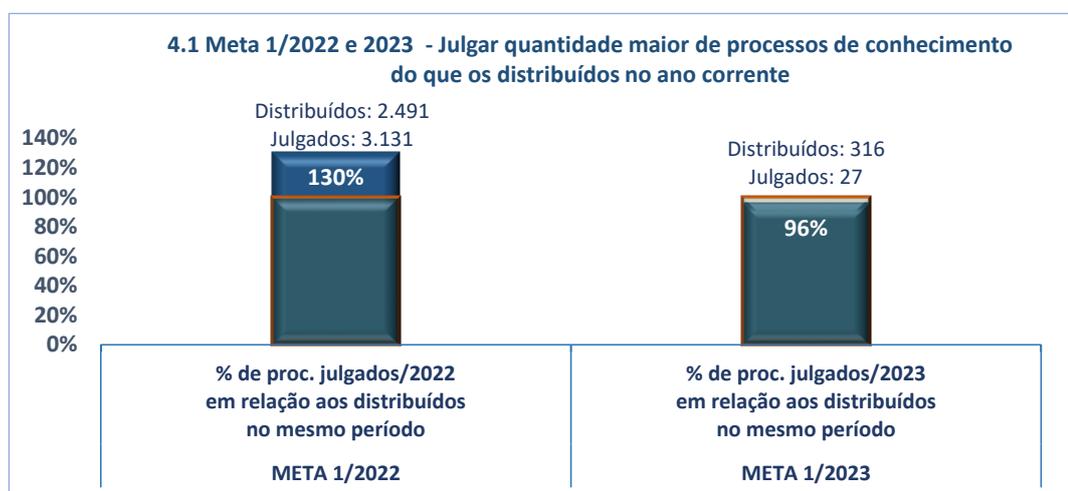
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0

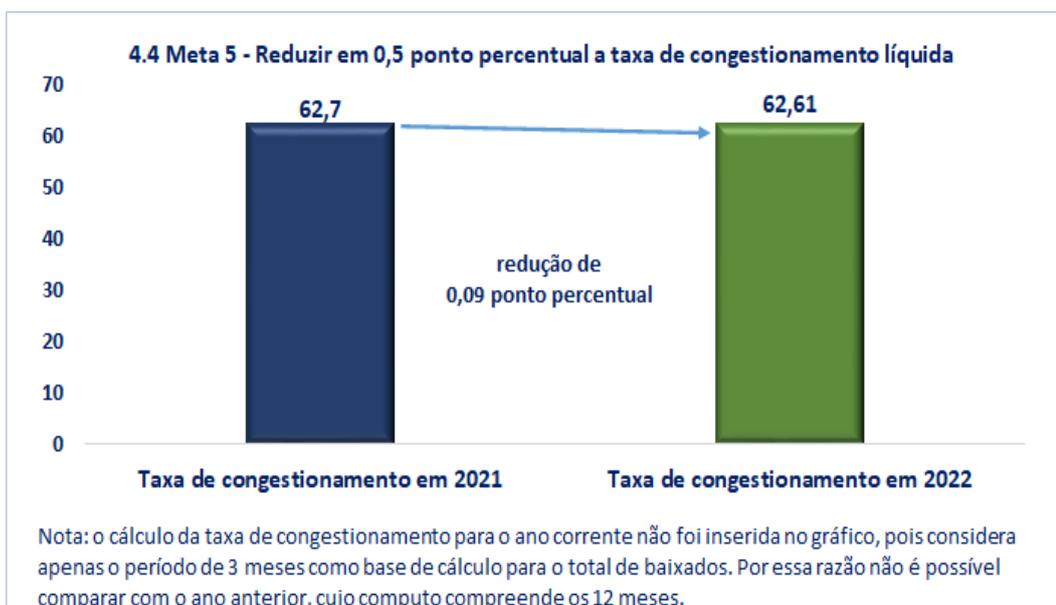
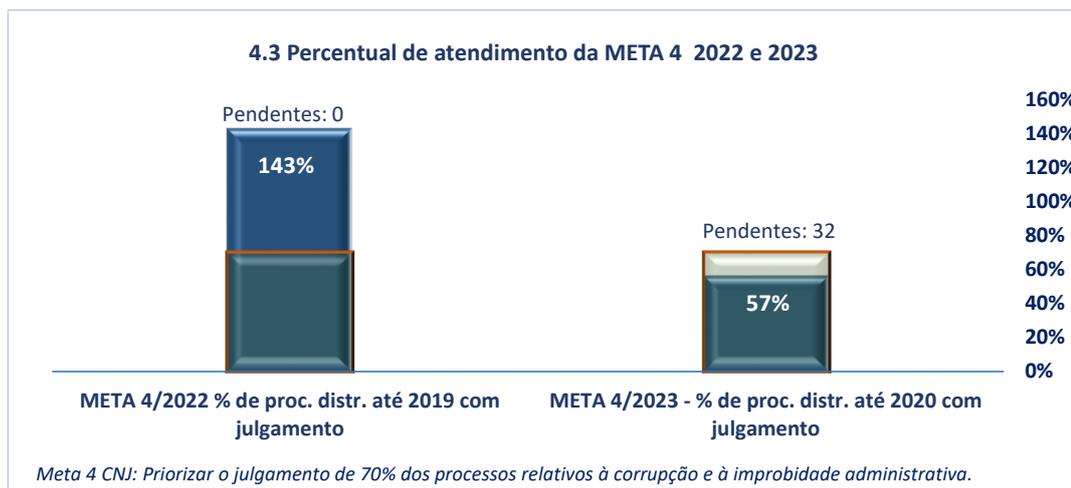
Recebidos para declaração de voto	0
-----------------------------------	---

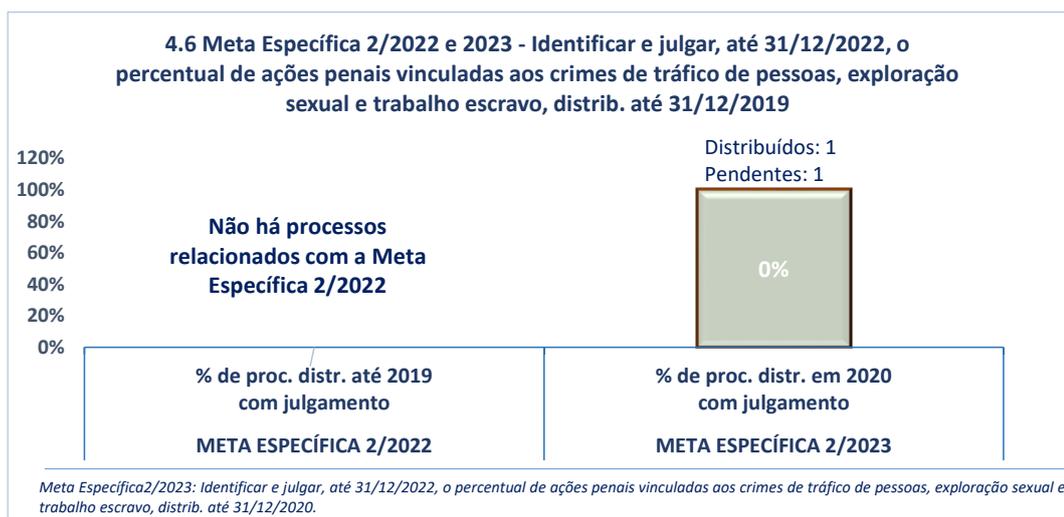
3.18 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	1.146 (Lembrando que a contagem dos processos só ocorreram a partir de 4/4/2023, quando Des. Edilson saiu da Presidência)
Total de Processos julgados	18 (Lembrando que a contagem dos processos só ocorreram a partir de 4/4/2023, quando Des. Edilson saiu da Presidência)
Total de Processos baixados	30 (Lembrando que a contagem dos processos só ocorreram a partir de 4/4/2023, quando Des. Edilson saiu da Presidência)

4. METAS

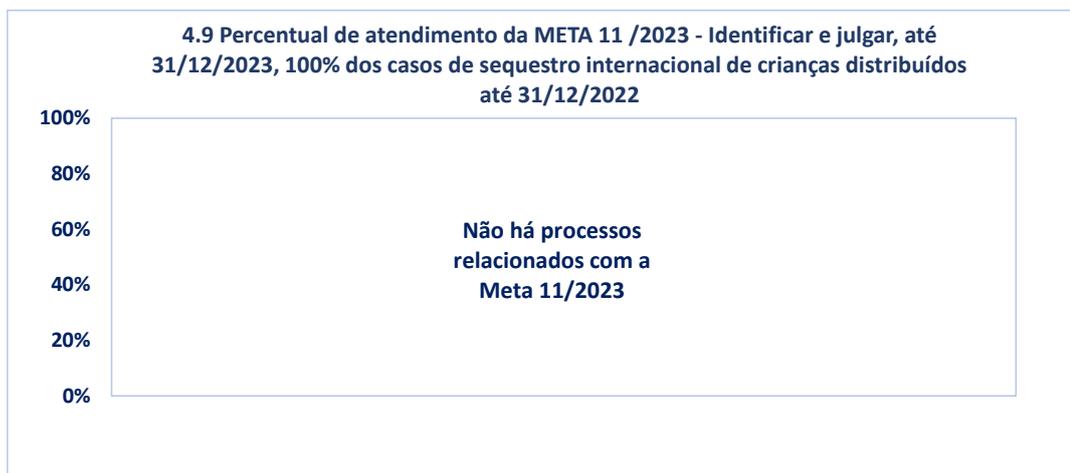
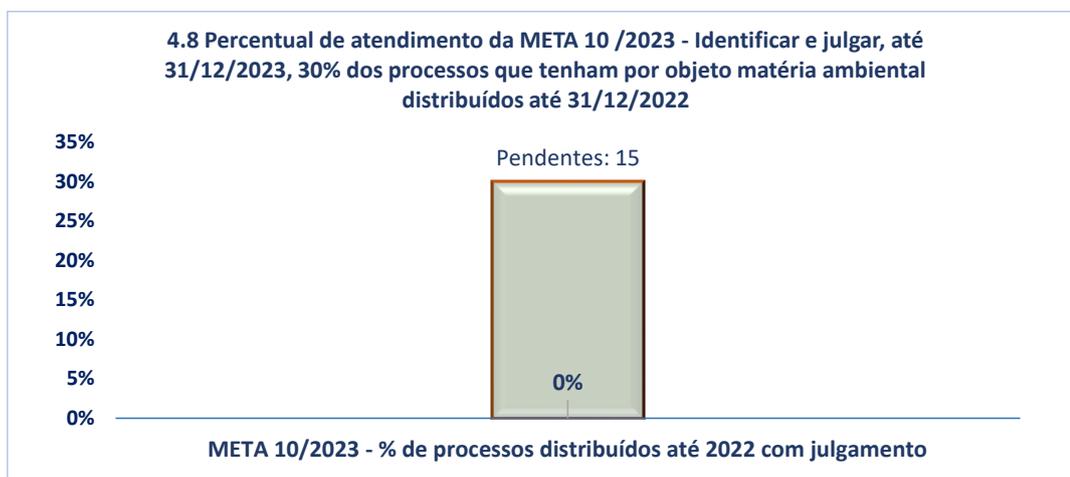






4.7 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O controle do acervo, assim como a distribuição das atividades e coordenação dos trabalhos é realizada pela Assessoria do Desembargador. No momento, ainda estamos iniciando o trabalho no Gabinete, sendo que, em razão dos prazos para inclusão de processos em pauta, a sessão do dia 16/6/2023 foi a primeira em que foi possível incluirmos processos para julgamento, após o Desembargador Edilson Nobre assumir o gabinete. Ademais, continuamos a receber processos por redistribuição, de forma que ainda não nos foi possível ter um dimensionamento quantitativo e qualitativo do acervo, a fim de traçarmos as estratégias de gestão.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os processos em que há determinação, pelo relator de representativo de controvérsia no STF ou STJ, de suspensão na fase em que se encontram, ficam sobrestados na secretaria. Quando julgado o representativo (ou revogada a ordem de suspensão pelo STF/STJ), solicitamos o envio dos processos ao gabinete.

5.3 Boas práticas e inovações

Consideramos boa prática do Gabinete, já utilizada com êxito quando o Desembargador Edilson Nobre compunha a 4ª Turma, a análise cuidadosa dos processos na triagem, de modo que aqueles que podem ser julgados por decisão (art. 932, CPC), ou que precisam de algum despacho, já são de logo minutados, sendo inseridos em pauta apenas aqueles que estão prontos para julgamento. Outra boa prática adotada no Gabinete é a existência de um setor específico para agravos de instrumento, o que permite um controle melhor desses recursos. Outra boa prática, talvez a mais importante para o trabalho que sempre desenvolvemos, é o acesso direto ao Desembargador a todos os servidores, sem necessidade de intermediação da Assessora ou Chefe de Gabinete.

5.4 Dificuldades

As dificuldades enfrentadas no momento referem-se a readaptação da equipe ao trabalho no Gabinete, em razão do hiato dos 2 anos em que o Desembargador esteve na Presidência do Tribunal, bem como ao controle do acervo, uma vez não ter havido tempo ainda para uma apropriação de todo o acervo recebido e que continua a chegar por redistribuição.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, conforme o processo SEI do teletrabalho 0005957-49.2023.4.05.7000, do total de 18 servidores: 3 exercem trabalho presencial integral, 12, trabalho híbrido e 3 estão fora da contagem por estarem contemplados na Resolução 343/2020, com as alterações da Resolução n. 481/2022, observando-se o limite diário de 30% de servidores em teletrabalho.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Foram encaminhados 3 processos para conciliação: 0800346-74.2019.4.05.8309, 0800619-24.2017.4.05.8309 e 0800678-12.2017.4.05.8309. Tal providência decorreu de sugestão da Rede de Inteligência na Nota Técnica 001/2023, de 13 de março de 2023.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0004523-14.2009.4.05.8100	8/11/2013	198 - Apelação Cível
Observação: Processo em análise de gabinete da Vice-Presidência		
0801211-75.2015.4.05.8200	2/3/2021	198 - Apelação Cível
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0800795-67.2016.4.05.8202	29/7/2021	198 - Apelação Cível
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0810279-30.2021.4.05.8300	1º/9/2021	198 - Apelação Cível
Observação: Processo da Vice-Presidência		
0802034-06.2016.4.05.8300	15/2/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação: Processo da DREEO (tarefa: controlar prazo)		
0810585-17.2021.4.05.8100	11/11/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação: Processo da Vice-Presidência		
0002612-75.2011.4.05.8300	26/3/2019	206 - Agravo Regimental Cível
Observação: Processo em controle de prazo na Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários (DREEO)		
0802692-81.2021.4.05.8000	30/9/2021	198 - Apelação Cível
Observação: Processo da DREEO (tarefa: controlar prazo)		
0801365-98.2021.4.05.8001	26/10/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação: Processo na DREEO (tarefa: controlar prazo)		
0814640-32.2017.4.05.8300	13/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação: Processo da DREEO (tarefa: preparar envio para STJ)		
0803074-57.2015.4.05.8300	7/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação: Processo da Vice-Presidência		
0800094-79.2011.4.05.8300	21/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação: Processo no Gabinete da Vice-Presidência		
0801155-29.2017.4.05.8311	27/11/2018	206 - Agravo Regimental Cível
Observação: Processo da Presidência (Pleno)		
0806464-77.2020.4.05.8100	10/11/2021	417 - Apelação Criminal
Observação: Processo da DREEO (tarefa: controlar prazo de contrarrazões)		
0806678-27.2018.4.05.8201	9/5/2019	417 - Apelação Criminal
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0004536-23.2003.4.05.8100	24/11/2005	198 - Apelação Cível
Observação: Processo no gabinete da Vice-Presidência		
0005239-22.2015.4.05.8200	24/4/2020	417 - Apelação Criminal
Observação: Processo enviado para o STJ pela DREEO		
0807114-09.2022.4.05.0000	28/6/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação: Processo da DREEO (tarefa: controlar prazo)		
0805773-79.2021.4.05.0000	20/5/2021	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0017368-70.2003.4.05.8300	29/9/2004	198 - Apelação Cível
Observação: Processo no Gabinete da Vice-Presidência		
0005085-54.2013.4.05.8400	20/3/2020	417 - Apelação Criminal
Observação: Processo em controle de prazo na DREEO		
0800147-17.2021.4.05.8201	19/9/2021	417 - Apelação Criminal
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0811521-92.2021.4.05.0000	28/9/2021	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0100793-87.2008.4.05.0000	10/11/2008	208 - Embargos Infringentes
Observação: Processo na DREEO (tarefa: controle de prazos)		
0806271-44.2022.4.05.0000	8/6/2022	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação: Processo em análise		
0006197-67.2013.4.05.8300	3/3/2016	417 - Apelação Criminal
Observação: Pautado para sessão ordinária de 6/6		
0002307-32.2013.4.05.8103	12/6/2014	199 - Remessa Necessária Cível
Observação: Processo da Relatoria de Des. Alexandre Luna		
0818204-07.2021.4.05.8000	30/11/2021	12081 - Incidente de Suspeição Cível
Observação: Processo em análise		
0809598-65.2020.4.05.0000	10/8/2020	1710 - Mandado de Segurança Criminal

Observação: Pautado para sessão ordinária de 30/5/23		
0022234-92.2001.4.05.8300	24/9/2002	198 - Apelação Cível
Observação: Pautado para sessão ordinária de 6/6/2023		
0012145-68.2005.4.05.8300	27/11/2006	198 - Apelação Cível
Observação: Embargos de declaração de julgamento em turma ampliada Providência: preparar minuta e inserir em pauta de turma ampliada		
0003281-58.2011.4.05.8000	14/3/2017	417 - Apelação Criminal
Observação: Pautado para sessão ordinária de 30/5		
0018081-79.2002.4.05.8300	1º/3/2005	198 - Apelação Cível
Observação: O processo está sendo julgado na sessão virtual que se encerra no dia 16/5/2023 - 2ª Turma		
0805212-21.2022.4.05.0000	12/5/2022	1733 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Observação: Processo da relatoria de Des. Alexandre Luna		
0805061-55.2022.4.05.0000	9/5/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação: Incluído na pauta de 7/6 (2ª Seção)		
0804494-58.2021.4.05.0000	24/4/2021	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação: Incluído na pauta do dia 24/5 (Pleno)		
0804750-64.2022.4.05.0000	28/4/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação: Julgado por decisão (perda de objeto)		
0811065-92.2021.4.05.8100	14/7/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação: Pautado para 6/6		
0814345-08.2020.4.05.8100	16/6/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação: Pautado para sessão ordinária de 6/6		
0804162-28.2020.4.05.0000	22/4/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação: Pautado para sessão virtual do dia 23/5/2023		
0807857-87.2020.4.05.0000	2/7/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação: Julgado por decisão: AGTR não conhecido (processo em controle de prazo, na Secretaria)		
0811986-04.2021.4.05.0000	8/10/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação: Inserido na pauta da sessão virtual de 30/5		
0800820-03.2018.4.05.8302	3/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação: Processo da Vice-Presidência (tarefa: analisar sobrestamento 0 NURER)		
0811325-81.2021.4.05.8000	28/10/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação: Processo da Vice-Presidência (sobrestamento-NURER)		
0003836-38.2003.4.05.8200	22/10/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação: Enviados para o STJ via GPE (DREEO)		

0801261-35.2014.4.05.8201	23/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação: Processo sobrestado da Vice-Presidência (tafefa: sobrestamento NURER)		
0006566-77.2012.4.05.8500	18/3/2015	198 - Apelação Cível
Observação: Processo na DREEO (na tarefa: Ajustar dados para remeter ao STJ)		
0056939-77.2007.4.05.0000	6/8/2007	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação: Processo no Gabinete da Vice-Presidência		
0801645-45.2023.4.05.0000	15/2/2023	11555 - Suspensão de Liminar e de Sentença
Observação: Processo com baixa definitiva		
0802162-14.2016.4.05.8401	30/3/2020	279 - Inquérito Policial
Observação: Os autos tramitam em ambiente de inquérito (não temos acesso). Segundo a Secretaria, em 16/2/2018 foram encaminhados para o TRF5 pelo 1º Grau. Foi distribuído para Des. Carlos Rebêlo, que determinou a tramitação direta. Por erro do sistema, foi gerada uma redistribuição. Solicitamos providências à Diretoria Judiciária.		
0000015-17.2017.4.05.8109	5/10/2020	279 - Inquérito Policial
Observação: Inquérito que tramita em "ambiente de inquérito", ao qual não temos acesso. Em consulta à Secretaria do Plenário, nos foi informado que existe uma petição de arquivamento do MPF, datada de 2020, mas não encaminhada ao Tribunal. Solicitamos providências à Diretoria Judiciária.		
0800078-03.2021.4.05.8001	2/5/2022	417 - Apelação Criminal
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0800136-44.2019.4.05.8205	26/7/2019	417 - Apelação Criminal
Observação: Processo na DREEO (tarefa: controlar prazo de contrarrazões)		
0800772-45.2023.4.05.0000	29/1/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0800240-74.2016.4.05.8000	20/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação: Pautado para sessão virtual de 30/5/2023		
0812964-15.2018.4.05.8300	25/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação: Processo em julgamento na sessão virtual que se encerra no dia 16/5		
0801504-92.2017.4.05.8000	3/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação: O processo está sendo julgado na sessão virtual que se encerra no dia 16/5/2023		
0806760-43.2018.4.05.8400	27/10/2020	206 - Agravo Regimental Cível
Observação: Processo da Vice-Presidência (tarefa: analisar sobrestamento - NURER)		
0807587-97.2019.4.05.0000	18/6/2019	206 - Agravo Regimental Cível
Observação: Processo enviado ao STJ (pela DREEO)		
0805311-59.2020.4.05.0000	19/5/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação: Processo da DREEO		
0011690-15.2005.4.05.8200	25/6/2020	198 - Apelação Cível
Observação: Processo na DREEO (tarefa: controle de prazos)		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 54 processos selecionados, todos eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0818204-07.2021.4.05.8000	0811986-04.2021.4.05.0000	0812342-33.2020.4.05.0000
0804704-12.2021.4.05.0000	0812102-10.2019.4.05.8300	0809213-49.2022.4.05.0000
0803609-50.2019.4.05.8201	0809240-03.2020.4.05.0000	0800226-07.2018.4.05.8102
0808028-62.2018.4.05.8100	0801090-71.2020.4.05.8103	0002929-58.2006.4.05.8200
0022165-78.2001.4.05.8100	0804113-41.2019.4.05.8400	0802582-06.2017.4.05.8200
0802225-91.2020.4.05.8500	0807232-53.2020.4.05.0000	0801657-36.2019.4.05.8201
0006197-67.2013.4.05.8300	0022234-92.2001.4.05.8300	0814345-08.2020.4.05.8100
0022270-57.1998.4.05.8101	0004417-09.2010.4.05.8200	

b) Incluir em julgamento em até 60 dias (processos com embargos de declaração há mais de 45 dias):

0012145-68.2005.4.05.8300	0804494-58.2021.4.05.0000	0000486-16.2010.4.05.8000
0000553-89.2012.4.05.8200	0000220-75.2010.4.05.8502	

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 15/6/2023, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior.

O controle do acervo de processos do Gabinete, a distribuição das atividades e a coordenação dos trabalhos são realizados pela Assessoria do Desembargador. Destacou-se que o trabalho no Gabinete ainda está no seu início, visto que o Desembargador recebeu o acervo por redistribuição em 3/4/2023, sendo que, em razão dos prazos para inclusão de processos em pauta, a sessão do dia 16/6/2023 foi a primeira em que foi possível incluir processos para julgamento, após o magistrado assumir a unidade. Relatou-se que o Gabinete continua a receber processos por redistribuição, de forma que ainda não foi possível ter um dimensionamento quantitativo e qualitativo do acervo, a fim de se estabelecer uma estratégia de gestão.

Ainda com relação à gestão do acervo, informou-se o recebimento de 86 processos de improbidade administrativa no mês de maio/2023, estando atualmente em análise na unidade 55 processos e 6 incluídos em pauta de julgamento.

Afirmou-se que há o estabelecimento de meta coletiva de produtividade, consistente no julgamento de processos em quantidade maior do que a distribuição mensal.

Afirmou-se que os dados estatísticos disponibilizados pelo setor responsável do Tribunal são suficientes/úteis para o controle do acervo e da produtividade do Gabinete, porque orientam a identificação dos processos que devem ser priorizados, a exemplo dos incluídos em metas.

Os processos incluídos em metas do CNJ são analisados com prioridade.

Os pedidos de tutela de urgência em agravo de instrumento são analisados pela Divisão de Agravo, enquanto as urgências em processos criminais são analisadas pelo Núcleo Penal. Os demais pedidos de urgência são analisados pela Assessoria do Desembargador. Narrou-se que todos pedidos de tutela de urgência são examinados de forma prioritária.

Há priorização dos julgamentos de embargos de declaração e agravos internos.

Sobre a administração qualitativa do acervo em relação aos temas, foi relatado que a triagem e a distribuição dos processos entre os servidores são realizadas pela Assessoria do Desembargador, levando em consideração as matérias, o que permite o agrupamento dos processos por temas.

O atendimento ao público externo é feito presencialmente e também por meio de telefone, e-mail ou videoconferência.

Há 3 servidores em teletrabalho integral no Gabinete (Resolução CNJ 343/2020), 3 em trabalho exclusivamente presencial e os demais em trabalho híbrido, tendo sido salientado que é observado o percentual mínimo de servidores em atividade presencial previsto na Resolução CNJ n. 481/2022.

Sobre boas práticas e/ou inovações relevantes no trabalho do Gabinete, citou-se a análise cuidadosa dos processos na triagem, de modo que aqueles que podem ser julgados por decisão (art. 932, CPC) ou que precisam de algum despacho já são de logo movimentados, com a inclusão em pauta de julgamento colegiado apenas daqueles que estão prontos para julgamento. Outra boa prática adotada é a existência de um setor específico para agravos de instrumento, o que permite um controle melhor desses recursos. Outra boa prática indicada é o acesso direto ao Desembargador franqueado a todos os servidores, sem necessidade de intermediação da Assessora ou do Chefe de Gabinete.

A título de dificuldades para a melhor realização dos trabalhos foi apontada a necessidade de readaptação da equipe ao trabalho de gabinete, em razão do hiato de dois anos em que o Desembargador esteve na Presidência do Tribunal, bem como aquela referente ao controle do acervo de processos, já que não houve tempo ainda para uma apropriação de todo o acervo recebido e que continua a chegar por redistribuição.

A unidade procura incorporar na gestão o cumprimento das recomendações de inspeções pretéritas e assimilar como suporte para melhoria das atividades, tendo sido salientado que, nas últimas inspeções, não foram dirigidas recomendações ao Gabinete.

Frisou-se que o acervo assumido não é elevado, porém, foi recebido um grande número de processos com embargos de declaração e processos para adequação (art. 1.040 do CPC), os quais estão sendo julgados prioritariamente.

Ao questionamento acerca de que, passado período de adaptação, já seria possível visualizar os resultados do plano de gestão inicialmente assumido, a resposta foi

negativa, considerando que, além dos processos novos, a unidade ainda está recebendo processos por redistribuição, uma vez que esta é realizada apenas no momento da conclusão (em relação aos processos que estavam com prazos para as partes, por exemplo). Em razão disso, a unidade sempre retorna ao julgamento de embargos de declaração ainda do acervo recebido do Desembargador anterior, por se tratar de processos mais antigos.

Ao questionamento acerca de que, a partir da composição da equipe de trabalho, as atividades no Gabinete já adquiriram a estabilidade necessária para pôr em prática um plano de gestão com resultados a longo prazo, a resposta também foi negativa, considerando que a equipe está há apenas dois meses na unidade.

Relatou-se que a expectativa do Desembargador é de redução contínua do acervo, com julgamento dos processos mais antigos e dos incluídos em metas, até o final do ano.

Sobre adaptações e novos padrões de gestão assimilados, após o cenário da pandemia, no que diz respeito à condução da equipe de trabalho e à governança do acervo, narrou-se que a principal adaptação diz com a adoção do trabalho híbrido. Informou-se que, antes da pandemia, não havia nenhum servidor em teletrabalho. Porém, a necessidade de adoção de tal modalidade, em decorrência da contingência do distanciamento social, mostrou resultados bastante positivos, razão da opção atual pelo trabalho híbrido para a maioria dos servidores.

No que concerne à saúde dos servidores no pós-pandemia, afirmou-se que, nesse particular, não houve repercussão relevante para a realização dos trabalhos.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 2.467 para 937.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.203 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 937.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 661, na última inspeção, para 252, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 11 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 2ª Turma, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da Unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9;
- b) priorizar o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ;
- c) julgar os embargos de declaração no prazo de 45 dias, contados da conclusão no gabinete;
- d) manter o método de trabalho, que tem resultado na redução do acervo; e
- e) priorizar os processos pendentes da autoinspeção e da inspeção anterior.

GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI GURGEL DE SOUZA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Cid Marconi

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Terceira Turma - Terceira Seção - Conselho de Administração - Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde abril de 2019

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Maria de Fátima Sarinho Maciel

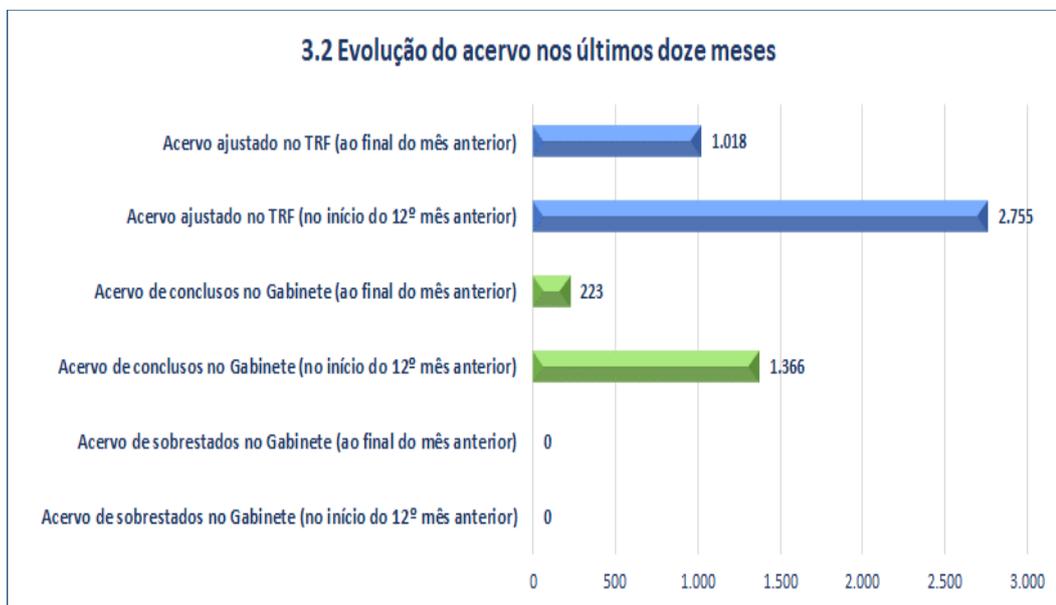
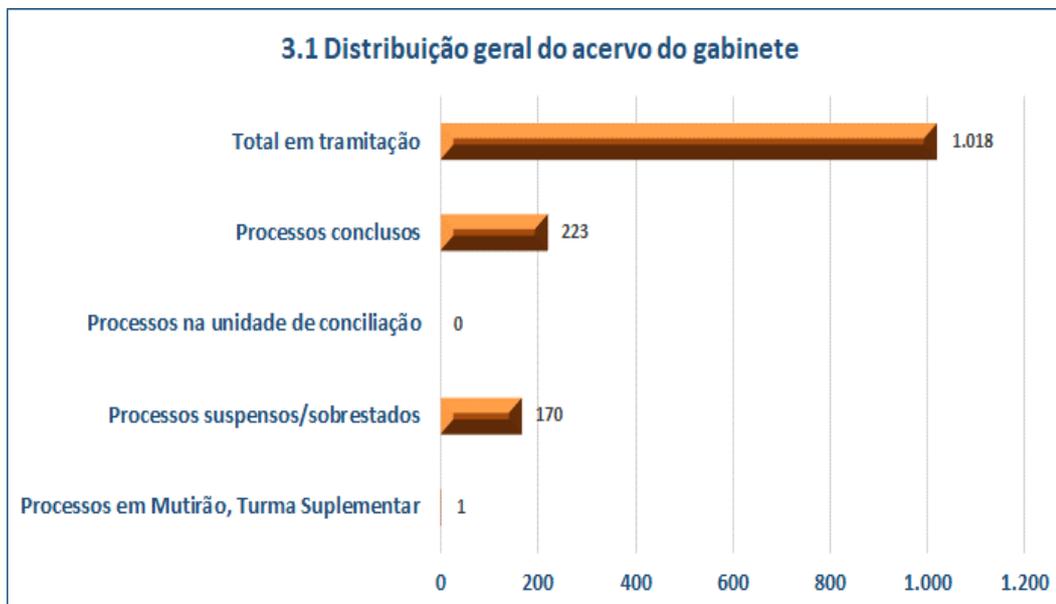
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	18
Estagiários	1
Servidores sem vínculo	0

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-6	1
FC-3	0
FC-2	1
FC-1	0
FC-5	6
FC-4	5

3. DADOS ESTATÍSTICOS



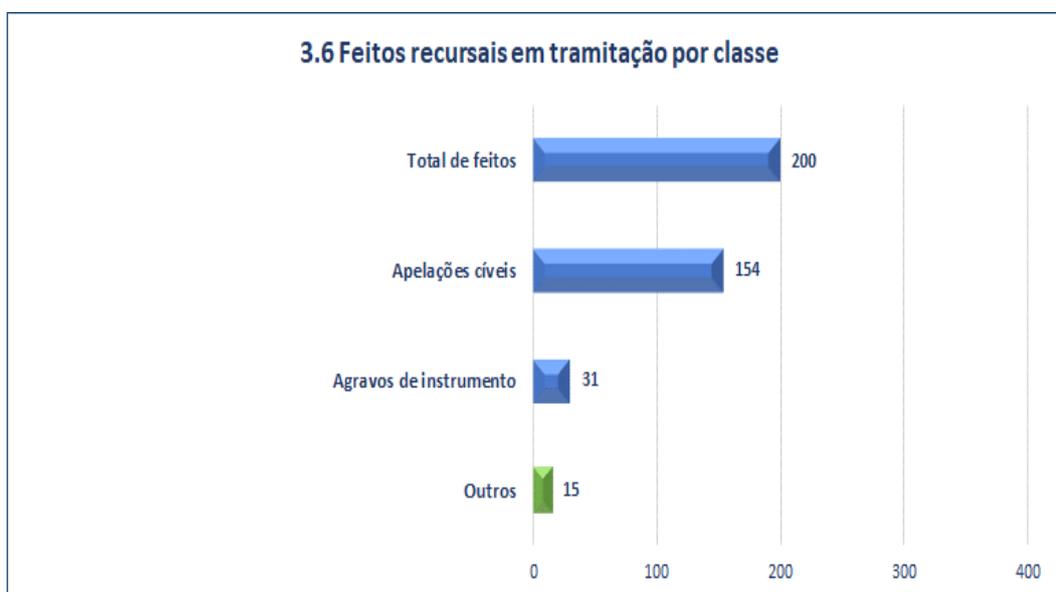
3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	sim
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Arthur Napoleão Teixeira Filho - 3 / Isabelle Marne Cavalcanti de Oliveira Lima - 6 / Arnaldo Pereira de Andrade Segundo - 6

	/Fernando Escrivani Stefaniu - 4 / Bernardo Monteiro Ferraz - 1
--	--

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	14
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	0
Ações rescisórias	11

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	200
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	5
Recursos em ações civis públicas	5
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	42

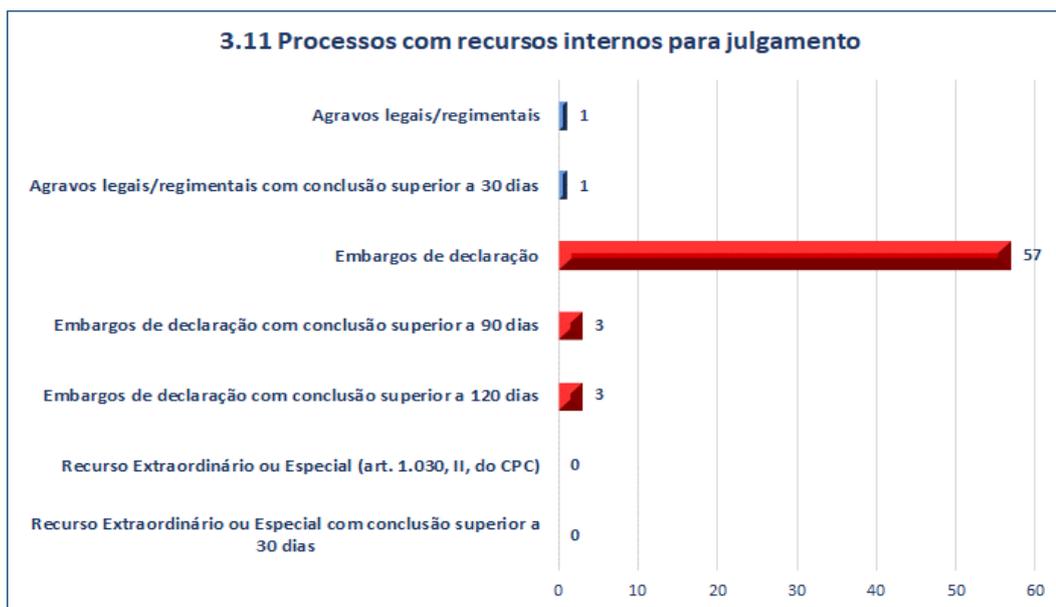


3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	4
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões Criminais	4

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	5
Apelações	5
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



3.12 Processos com tutela provisória

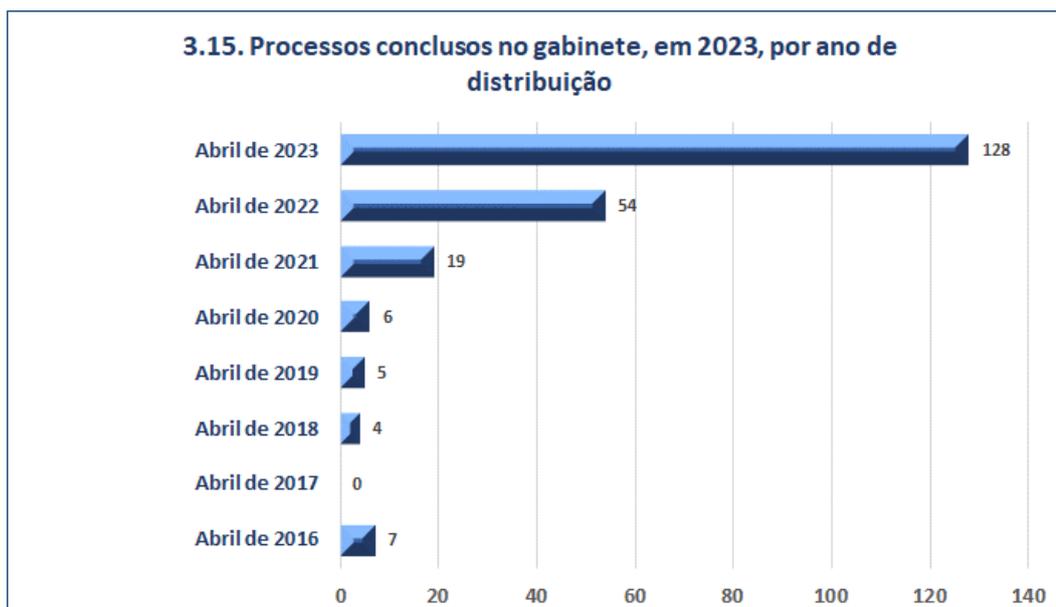
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	0

3.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

3.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

Abril de 2022	0
Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

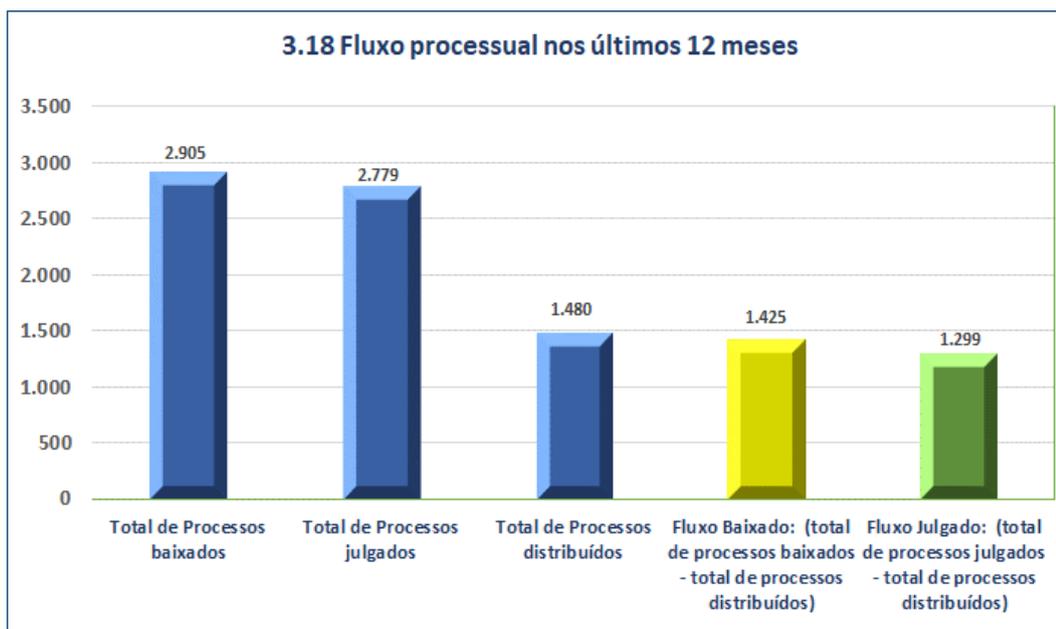


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

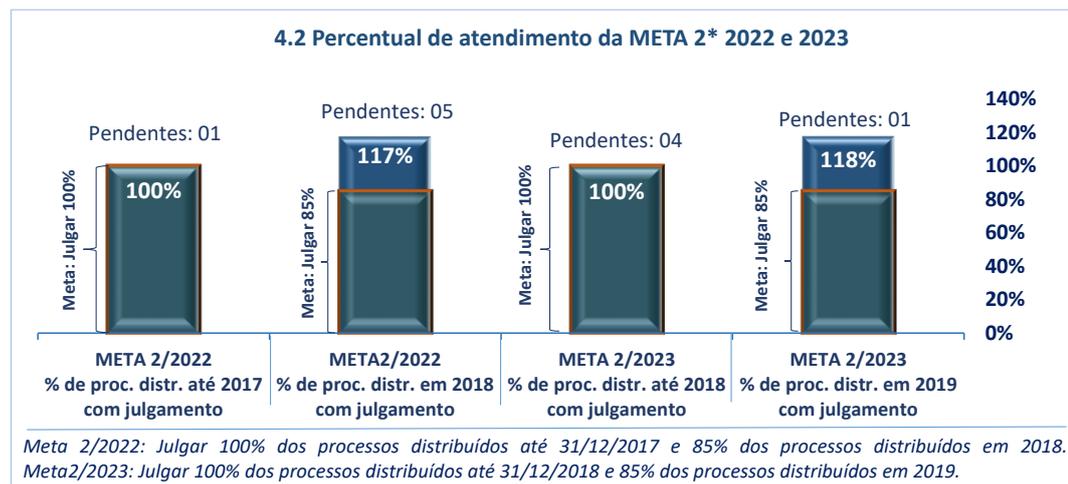
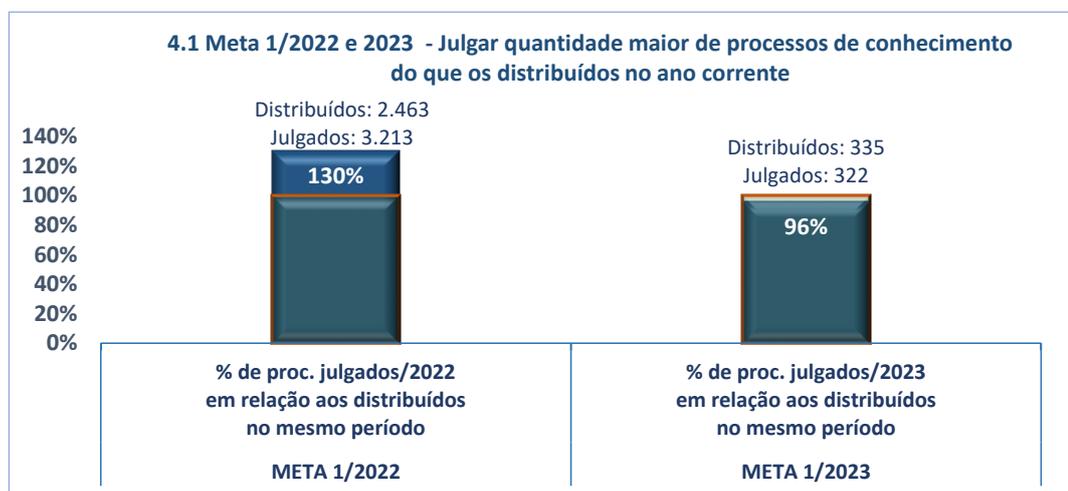
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

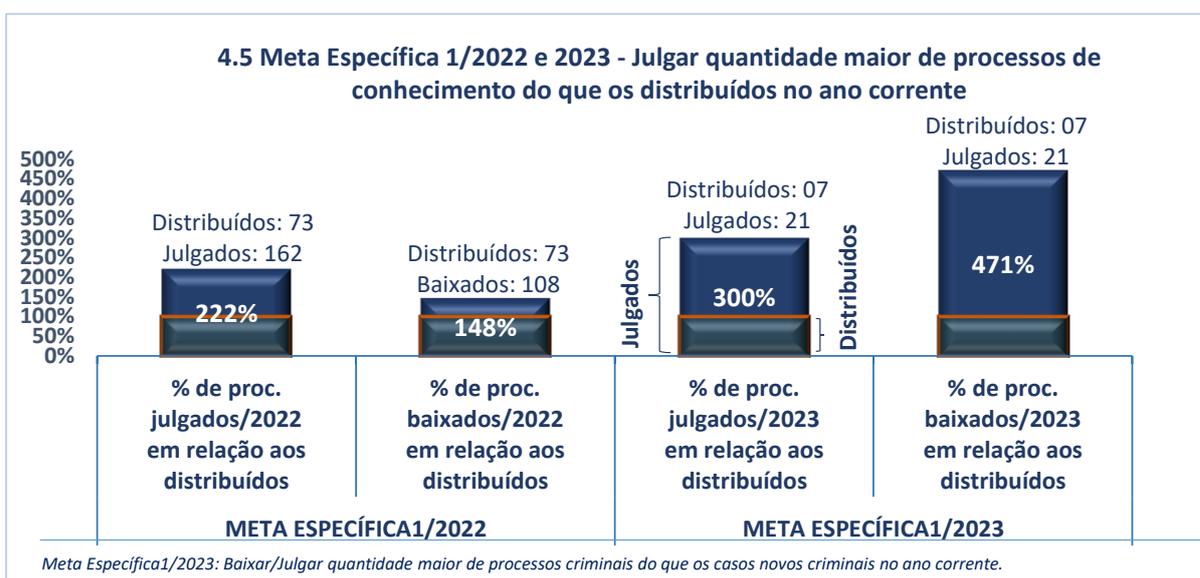
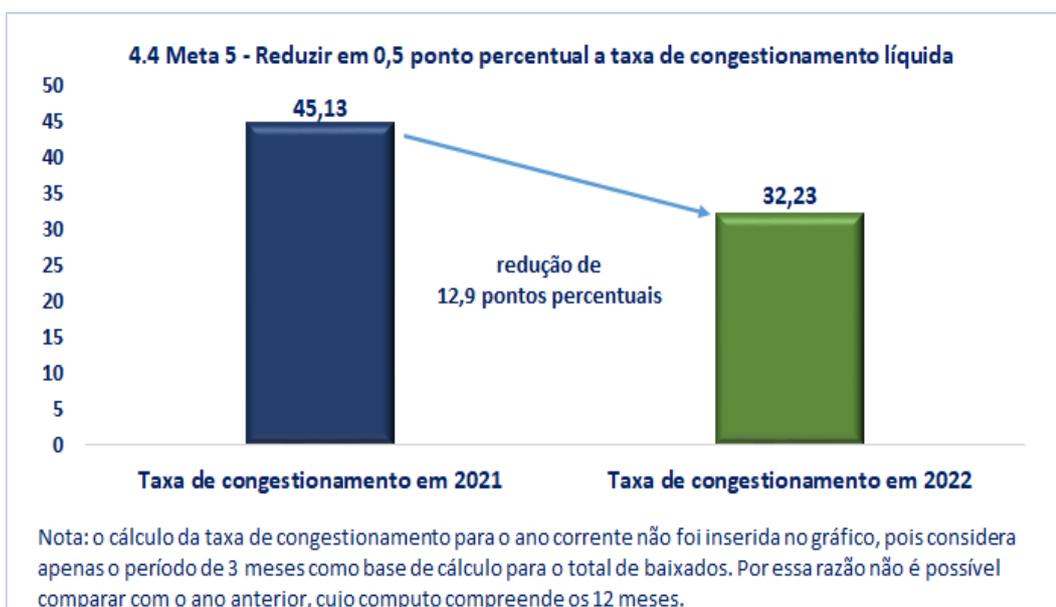
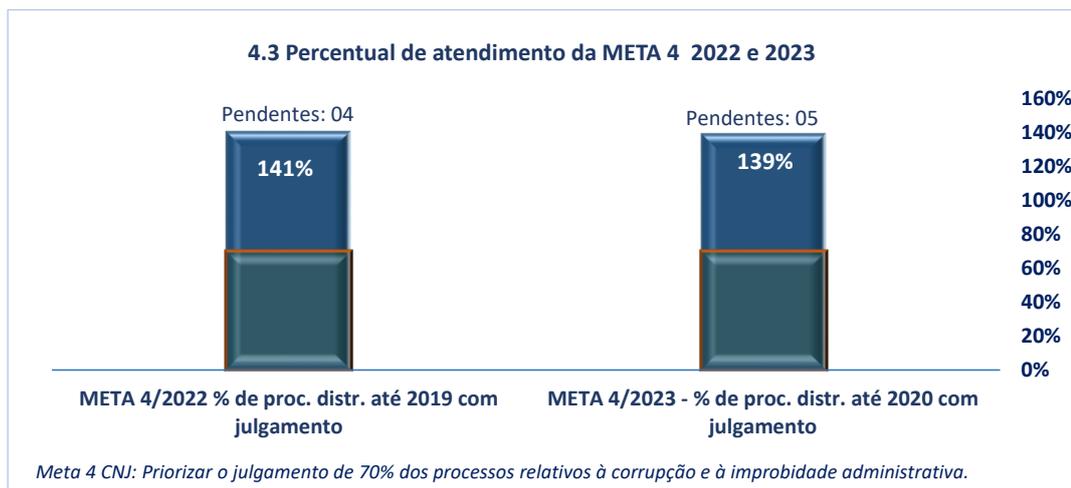
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS





4.6 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

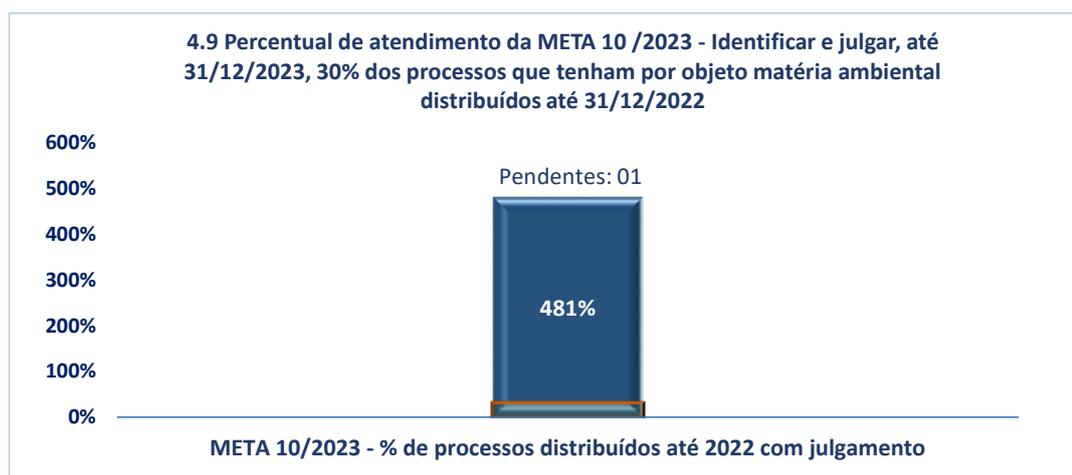
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

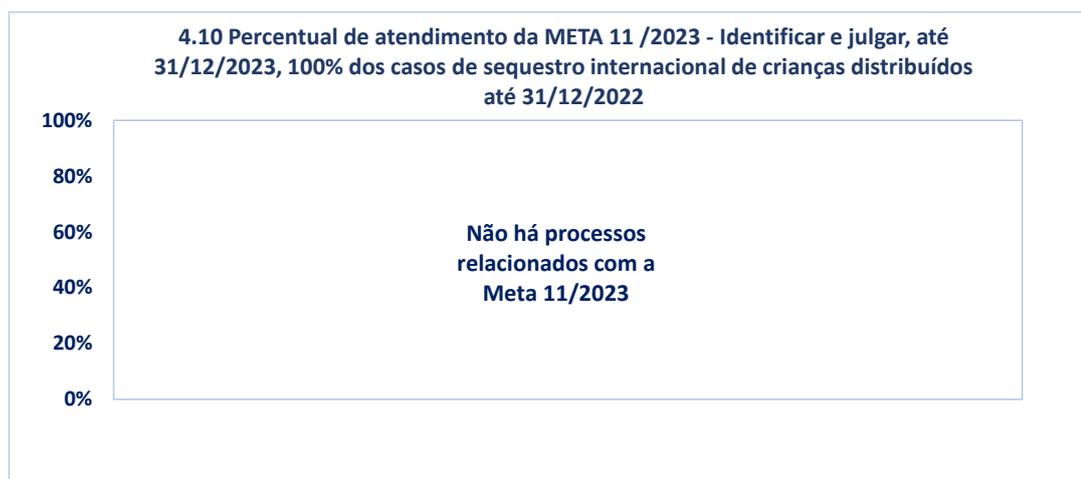
4.7 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

4.8 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete.





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, o planejamento das atividades do Gabinete é realizado de acordo com os cronogramas de julgamentos da Terceira Turma, Terceira Seção e do Pleno, observando as datas-limite para inclusão dos processos em pauta, com estipulação de metas e definição de prioridades. O controle de produtividade é realizado pela chefia de gabinete no momento da confecção da lista de julgamento. Há constante reavaliação das necessidades e dos resultados alcançados, objetivando proceder a ajustes nos processos de trabalho, com vistas ao alcance de metas gerais estabelecidas pelo CNJ e pelo próprio Gabinete. São realizadas reuniões com toda a equipe, com a presença do Desembargador, para reavaliação do cronograma de trabalho. Há acompanhamento das prioridades legais e dos processos constantes das metas do CNJ. Atualmente, todos os processos que chegam ao gabinete, são imediatamente colocados em pauta ou despachados.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle de sobrestamento é delegado à Subsecretaria da 3ª Turma, que fica responsável pela verificação do andamento processual do feito paradigma, cujo julgamento implica a automática conclusão dos feitos sobrestados. São sobrestados os feitos em que há coincidência temática com os paradigmas submetidos à sistemática dos recursos repetitivos e de repercussão geral, quando há determinação do Relator, na forma do art. 1.037, II do CPC; e também em cumprimento a determinações específicas, nos casos de reclamações e ações rescisórias, exemplificativamente.

5.3 Boas práticas e inovações

Realização de mutirões com a equipe, quando verificado aumento no acervo ou em face de alguma necessidade específica; verificação das caixas dos servidores, objetivando agilizar os processos que estão sem movimentação; estabelecimento de metas de produtividade para aos servidores.

5.4 Dificuldades

Constante instabilidade no PJe, dificultando o trabalho do gabinete.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. O gabinete tem observado o que estabelece a Resolução.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim, o Tribunal conta com o Gabinete de Conciliação, para onde são encaminhados os feitos com potencial de conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0812914-11.2021.4.05.8000	25/5/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para a Sessão de 18/5/2023		
0809375-78.2021.4.05.0000	12/8/2021	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Juntada a resposta do BACEN - Vista ao MPF e à Polícia Federal - Secretaria com prazo para manifestação de ambos		
0006365-58.2011.4.05.8100	4/6/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 11/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0800244-88.2019.4.05.8103	7/10/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 13/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0806507-82.2018.4.05.8100	19/12/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 13/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0806779-64.2018.4.05.8201	25/3/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado 13/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0802078-86.2015.4.05.8000	3/6/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 13/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0010884-82.2016.4.05.8300	4/8/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 13/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0806454-33.2020.4.05.8100	15/12/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 13/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		

0000336-96.2010.4.05.8400	13/8/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Julgado 13/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0801875-58.2021.4.05.0000	23/2/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Pautado para a Sessão de 24/5/2023		
0800206-56.2017.4.05.8003	22/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 20/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0800276-48.2018.4.05.8000	1/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 20/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0002791-20.2013.4.05.8500	4/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 20/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0015652-60.2002.4.05.8100	3/8/2005	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado 20/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0005066-17.2009.4.05.8100	17/5/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado 20/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0001169-50.2015.4.05.8300	20/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 27/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0001210-55.2008.4.05.8302	9/3/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado 27/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0012562-68.2007.4.05.8100	22/10/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado 27/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0000202-23.2006.4.05.8202	30/1/2007	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautado para a Sessão de 25/5/2023		
0804565-29.2015.4.05.8000	21/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para a Sessão de 11/5/2023		
0002246-51.2002.4.05.8300	21/2/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão 3/5/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0004430-62.2011.4.05.8300	26/4/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado 4/5/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0800356-53.2016.4.05.8300	20/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 13/12/2022 - voto condutor Des. Fernando Braga - ED encaminhado ao gabinete do Des. Alexandre por sucessão		
0800428-12.2017.4.05.8201	19/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 11/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0801764-74.2021.4.05.0000	21/2/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Com pedido de vista pelo Des. Rodrigo Tenório na sessão de 26/4/2023		
0804792-16.2022.4.05.0000	29/4/2022	12394 - Revisão Criminal

Observação/Providência: Com pedido de vista pelo Des. Alexandre Luna na sessão de 26/4/2023		
0807556-82.2014.4.05.8300	109/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 2016 e sobrestado na SREEO		
0806100-92.2017.4.05.8300	28/2/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 2018 e sobrestado na SREEO		
0800165-61.2014.4.05.8402	24/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 2015 e sobrestado na SREEO		
0808039-96.2015.4.05.8100	17/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 2017 e sobrestado na SREEO		
0800231-41.2014.4.05.8402	17/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 2016 e sobrestado na SREEO		
0803393-93.2015.4.05.0000	8/7/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 2015 e sobrestado na SREEO		
0804776-38.2017.4.05.0000	31/5/2017	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 2017 e sobrestado na SREEO		
0812683-88.2022.4.05.0000	1/11/2022	12135 – Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Pautado para a Sessão de 25/5/2023		
0800322-73.2019.4.05.8203	16/12/2019	279 – Inquérito Policial
Observação/Providência: Devolvido à autoridade policial em 2020 - ambiente de inquéritos (tramitação direta MPF e polícia federal)		
0805972-85.2020.4.05.8100	3/9/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado na Secretaria da Turma - Tema 1.079/STJ		
0807650-04.2021.4.05.8100	24/1/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão em 19/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0801874-33.2020.4.05.8302	24/3/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado 24/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		
0801254-49.2019.4.05.8401	18/1/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado 20/4/2023 - Secretaria - controlar prazos		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 41 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) incluir em julgamento em até 90 dias: 0801875-58.2021.4.05.0000 (revisão criminal, incluída e retirada de pauta anterior);

b) caso não julgado na pauta de 28/6/2023, na qual está pautado, incluir em julgamento, em até 90 dias: 0801764-74.2021.4.05.0000 (revisão criminal);

c) ante a decisão prolatada em 7/6/2020, adotar medidas para impulsionar o feito: 0800322-73.2019.4.05.8203 (inquérito policial).

Os demais processos encontram-se regularizados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza e pela Chefe de Gabinete, Maria de Fátima Sarinho Maciel.

O Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza exerceu a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, durante biênio iniciado em 2017 e terminado em abril de 2019, quando assumiu o atual Gabinete.

É elogiável o método de organização do Gabinete e a diligência do Desembargador, tudo demonstrado na redução drástica de acervo, até a ótima situação atual. A produtividade do gabinete, comparativamente para com os demais de igual competência, é muito positiva e deve ser destacada.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF5 aprovou a Emenda Regimental n. 04/2022 e editou a Resolução n. 8/2022 que dispuseram sobre aspectos operacionais relativos à implantação das novas Turmas (5ª, 6ª e 7ª) e à criação de três Seções. Cada Seção é composta por sete Desembargadores Federais: a 1ª Seção é composta pelos Desembargadores mais antigos de cada uma das sete Turmas, a 2ª Seção é formada pelos que os seguem em antiguidade e a 3ª Seção pelos membros mais recentes de cada Turma.

Em 14/9/2022, foi editada a Resolução n. 17/2022 que equacionou a distribuição de processos para os nove novos gabinetes a partir de 19/9/2022. Determinou-se que, até 31/3/2023, os processos novos seriam distribuídos exclusivamente aos Desembargadores integrantes das novas Turmas, ressalvados os feitos preventos para os demais Desembargadores.

Na entrevista, a Chefe de Gabinete pontuou que a equipe da unidade trabalha em conjunto há muitos anos, está bem integrada entre si e com o Desembargador. Informou que o Gabinete também estabelece metas internas e incentivos à produtividade dos servidores. A distribuição interna busca conjugar as potencialidades de cada servidor com a especialização de matérias. O controle dos processos é diário, com vistas à redução do acervo.

A Chefe de Gabinete destacou que as estatísticas revelam o constante decréscimo do acervo, e tal situação se reflete no alcance da Meta 1. Haverá momento em que não será possível julgar mais que o recebido, já que todos os recebidos são julgados. Afirma que as demais metas foram alcançadas com êxito pelo Gabinete.

Destacou que o controle dos processos suspensos é delegado à Subsecretaria da 3ª Turma, que acompanha o andamento processual do feito paradigma, cujo julgamento acarreta a reativação e conclusão do feito para regular prosseguimento.

Dentre as dificuldades apontadas pelo órgão, a Chefe de Gabinete salienta a constante instabilidade e falhas no sistema informatizado do Tribunal (PJe), os quais impactam na dinâmica da unidade e retardam o processamento dos feitos. Como exemplo, relatou que o processo pode “sumir” do sistema nos casos de retirada do feito da pauta virtual.

A equipe do gabinete ressaltou, ainda, que um dos servidores do Gabinete pediu a aposentadoria, mas será difícil lotar novo servidor na unidade, tendo em vista a limitação do quadro de servidores do TRF5, bem como os limites normativos de requisição de servidores às seções judiciárias e demais órgãos e entidades.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior houve diminuição do montante de processos conclusos de 1.448 para 223. Isso resulta do trabalho e também foi facilitado pelas alterações regimentais promovidas a partir da Lei n. 14.253/2021.

Considerando o período de doze meses anteriores à presente inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.755 feitos em tramitação, e no mês anterior à inspeção eram 1.018.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 287, na última inspeção, para 57, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Conforme dados da Estatística, a Meta 1 foi atingida no ano anterior e deve ser atingida ao final do presente ano. A Meta 2 também, nos seus dois indicativos - 100% e 117% (itens 4.1 e 4.2 do relatório/2023).

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, no gabinete, é de 10 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 3ª Turma, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador melhor que a média da Turma.

O número de feitos em tramitação no gabinete, no momento apurado durante a inspeção, era de 420, contra a média de 848 da 3ª Turma. Deve ser ressaltado que a média do gabinete é melhor do que a da Turma e melhor do que a média do TRF5. A aferição é no sentido de que a média será melhorada ainda mais, diante da diligência habitual do Desembargador e de sua equipe.

A taxa de congestionamento líquida teve diminuição de 12,9 pontos percentuais (item 4.4 do relatório/2023), ou seja, houve redução maior do que 0,5 ponto percentual indicado na Meta 5.

Assim, são louváveis o histórico da equipe e o comprometimento com a organização e planos para manutenção do reduzido acervo.

Por fim, no que tange à recomendação da Inspeção CJF/2021 quanto aos processos que pendiam de andamento, ela foi cumprida e as pendências apontadas foram resolvidas.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9; e
- b) manter as metas voltadas ao cumprimento do acervo, como tem sido feito, bem como o adequado método de trabalho e as boas práticas da equipe, dignos de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira.

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Terceira Turma, 1ª Seção, Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 4/4/2017

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Bruno Monteiro Esteves - Chefe de Gabinete.

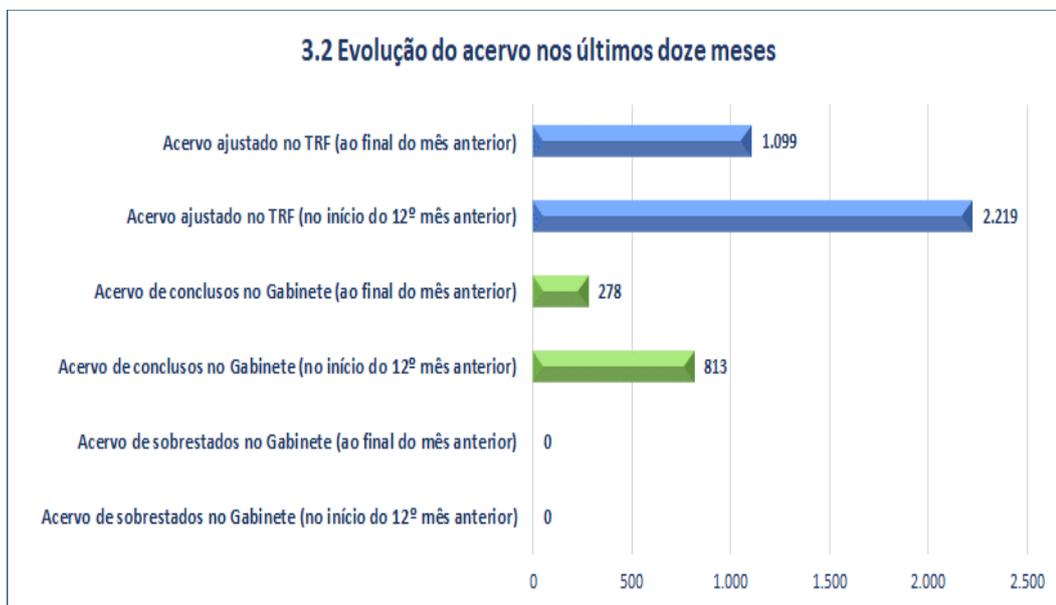
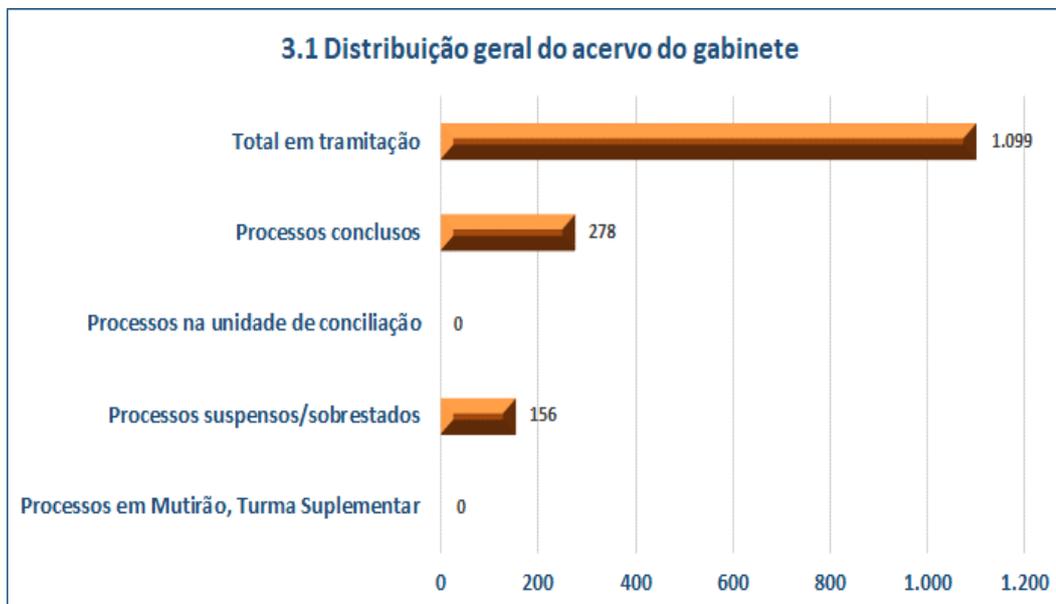
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	1

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-6	1
FC-5	4
FC-4	4
FC-3	0
FC-2	1
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

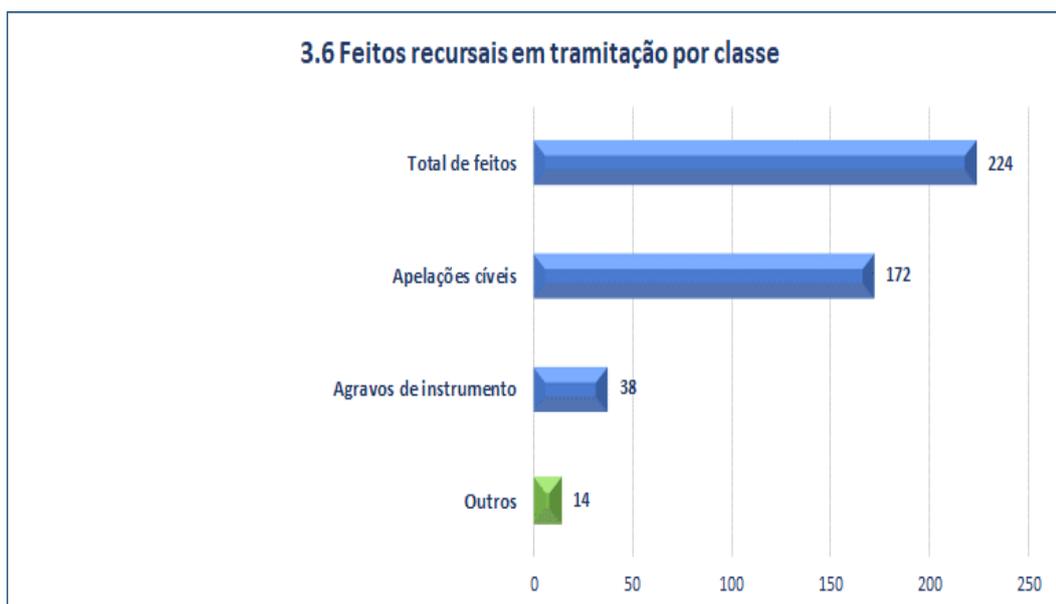


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Questão prejudicada

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	15
Mandados de segurança	0
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	13

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	224
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	12
Recursos em ações civis públicas	5
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	42



3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	0

Inquéritos	0
Habeas corpus	1
Revisões Criminais	0

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

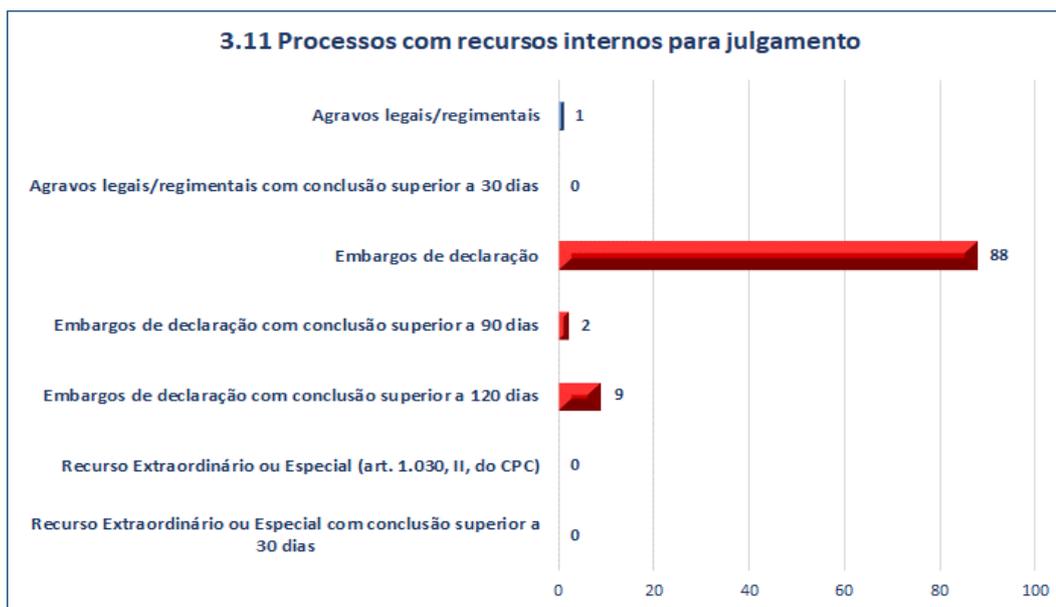
Total de feitos recursais criminais	38
Apelações	38
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete

Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



3.12 Processos com tutela provisória

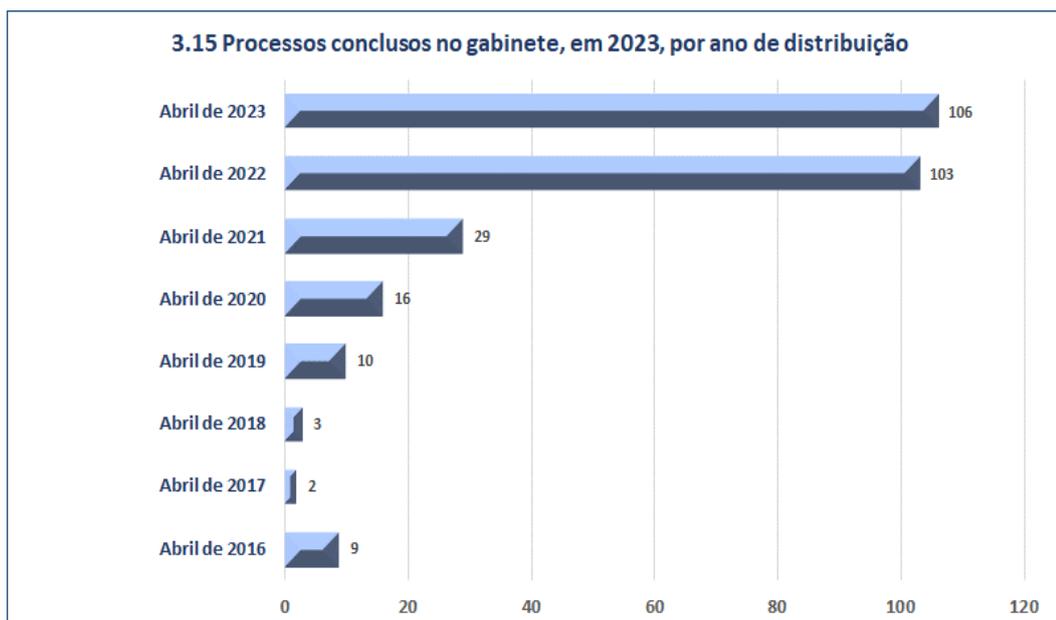
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	4

3.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

3.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

Abril de 2022	0
Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

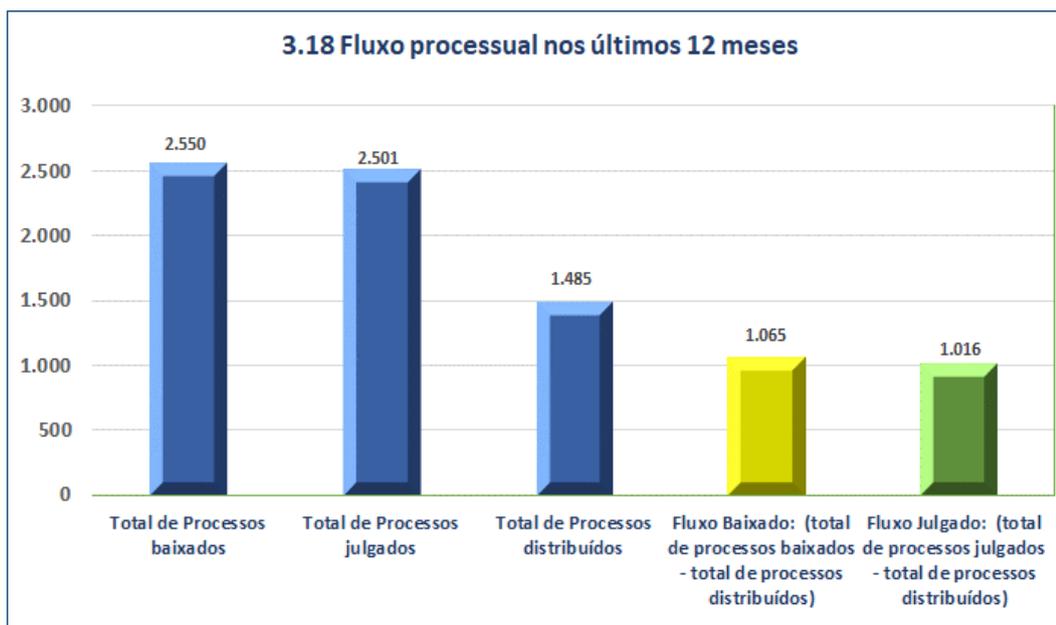


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

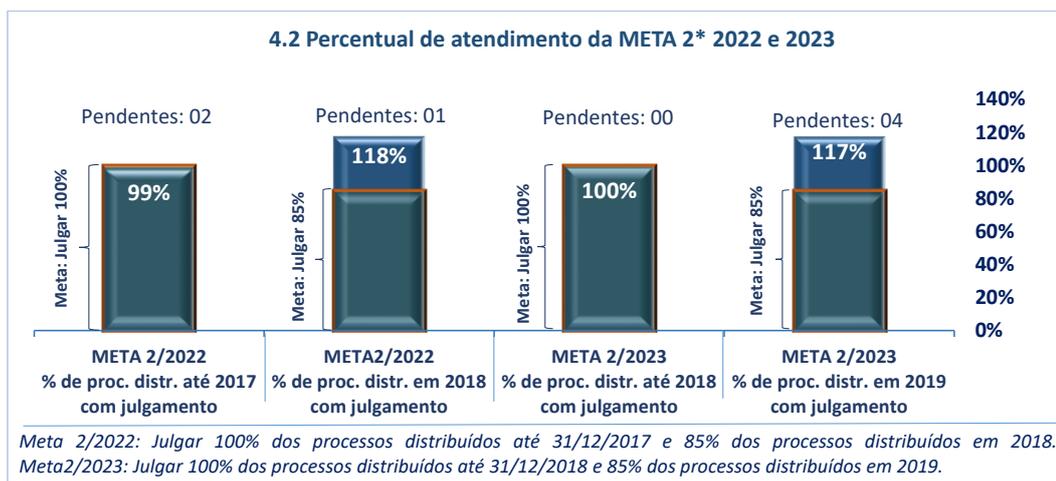
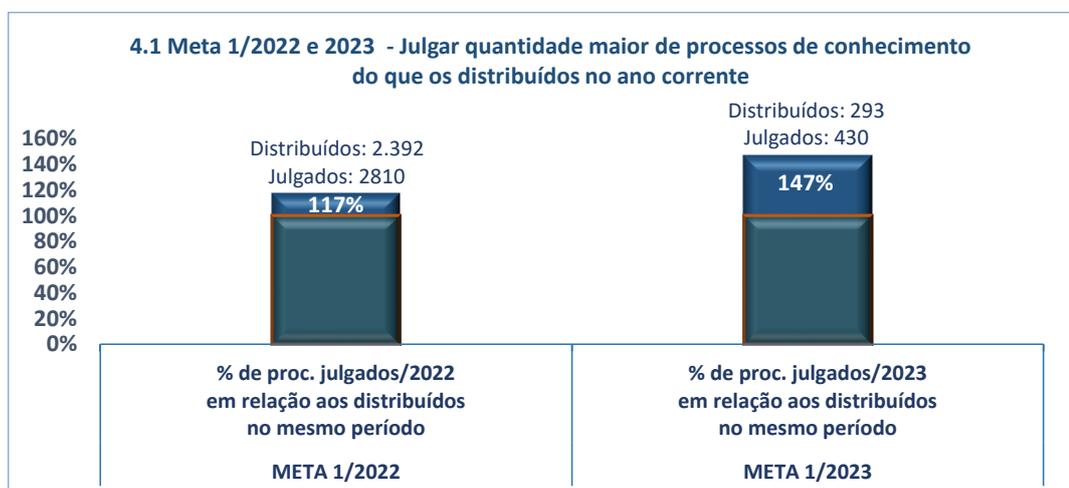
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	1
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

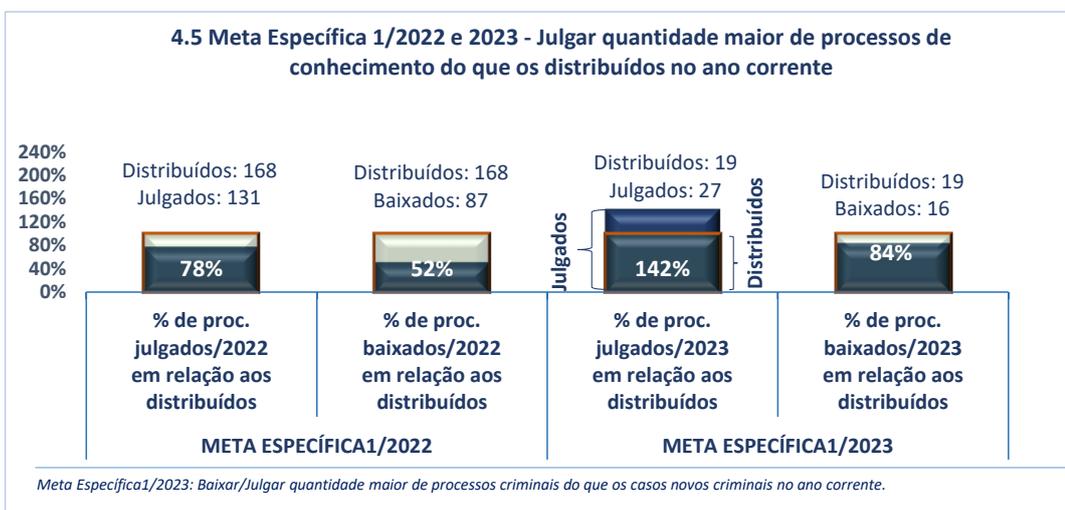
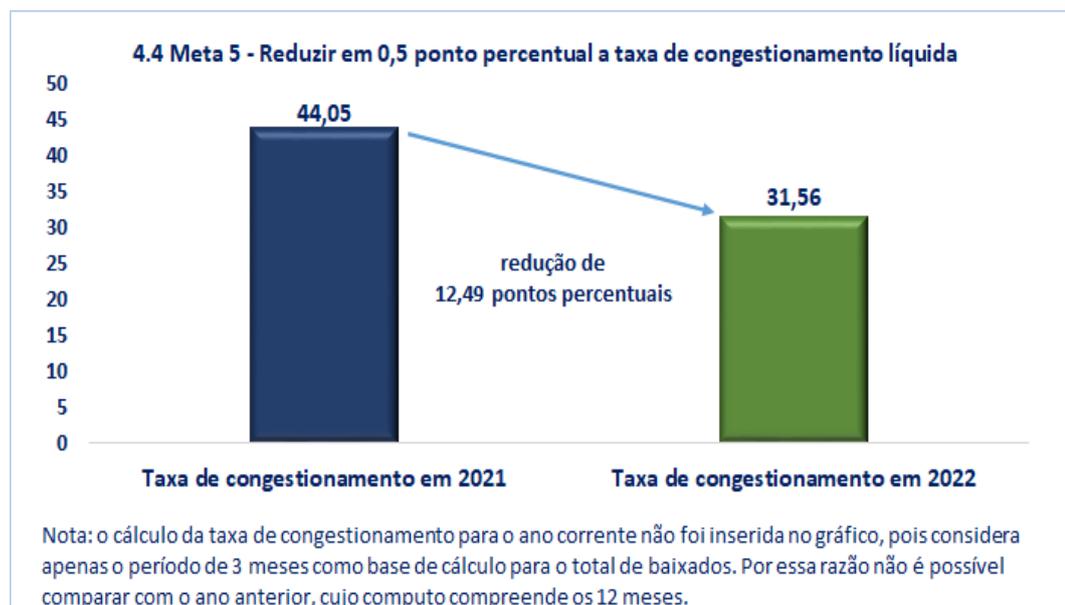
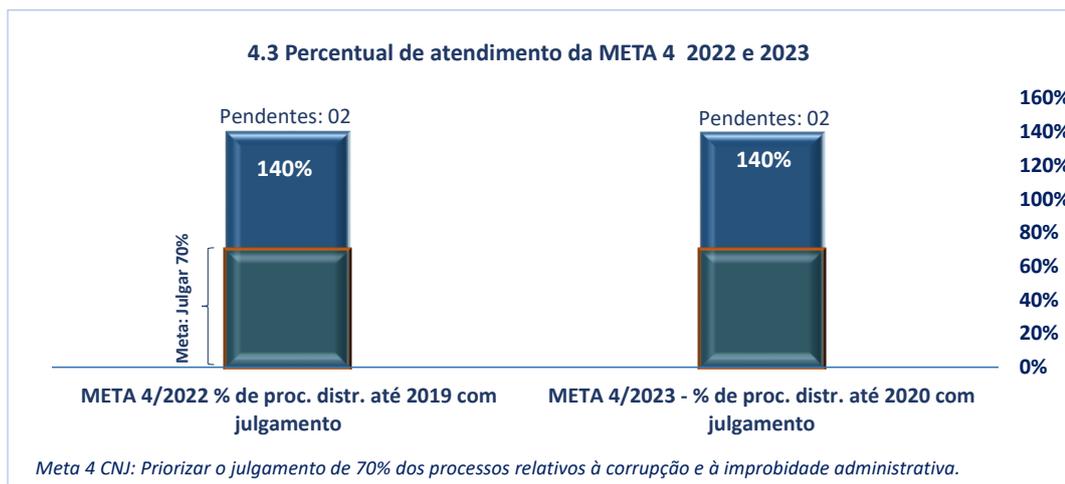
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

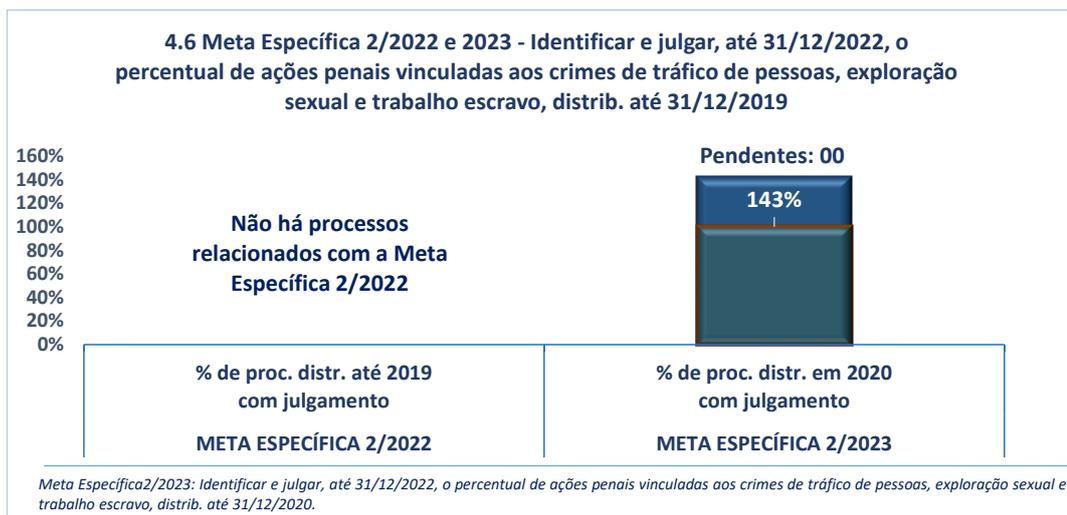
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

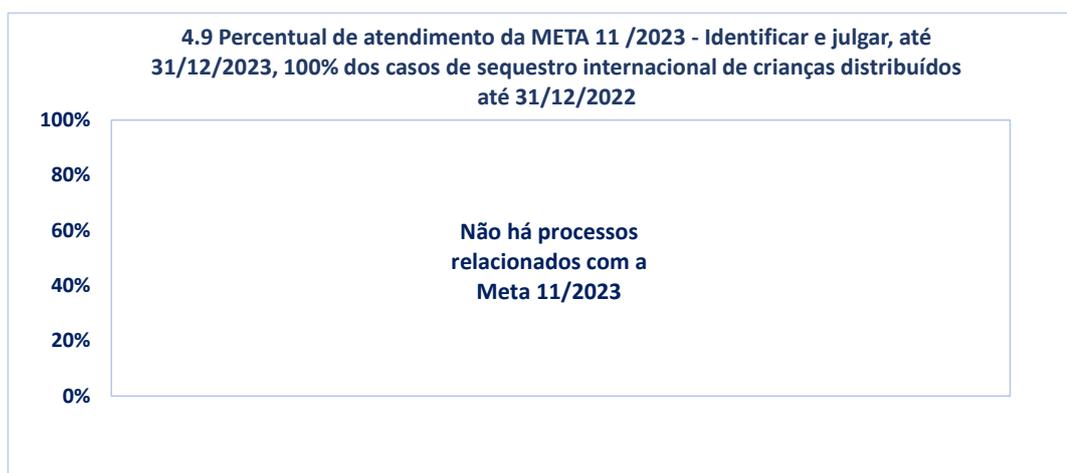
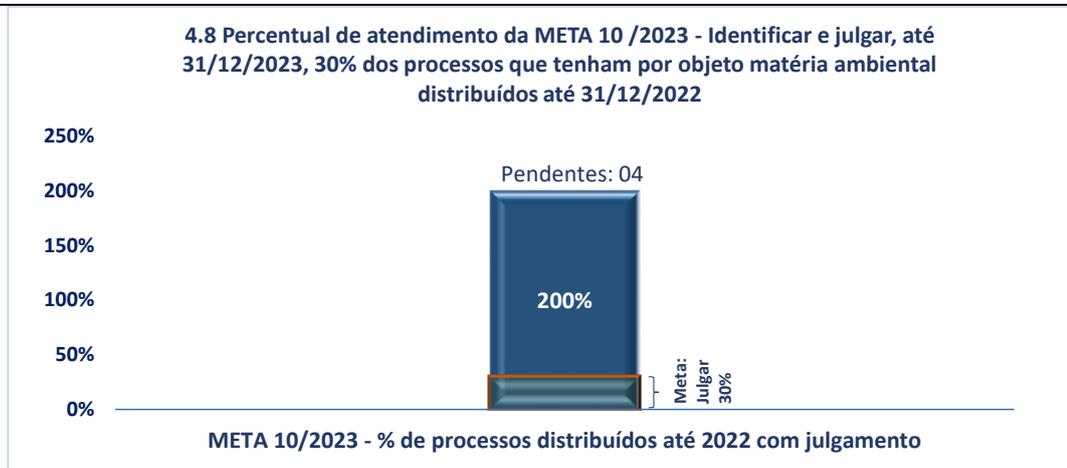






4.7 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O gabinete não possui um plano de gestão propriamente dito, mas promove a sua organização de modo a alcançar as metas traçadas pelo CNJ. A distribuição das atividades se dá de forma equitativa, dentro da especialização de cada setor, levando-se em consideração, quando possível, as aptidões de cada servidor e a complexidade de cada matéria. Quanto ao controle do acervo, com exceção dos processos urgentes e com prioridades legais, os feitos são pautados para julgamento em ordem cronológica. O próprio sistema eletrônico dispõe os processos mais antigos na primeira página da consulta, possibilitando o melhor controle dos mais antigos. Ademais consultamos periodicamente os dados do “BI” para identificar os processos pendentes para cumprimento das metas do CNJ, bem como mantemos na chefia de gabinete um arquivo com as informações dos processos inspecionados e autoinspecionados que possuam recomendação a ser cumprida.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Os processos são encaminhados para a secretaria determinando-se o sobrestamento até o julgamento do respectivo paradigma, devendo a secretaria realizar o acompanhamento mensal do andamento do paradigma, promovendo a conclusão do presente feito quando do seu julgamento.

5.3 Boas práticas e inovações

Como boa prática no gabinete, destaca-se que todos os provimentos judiciais realizados no gabinete são gravados em diretórios separados por matéria e por servidor responsável, para que seja facilitada a consulta e seja possível a identificação dos entendimentos mais recentes do desembargador acerca de todas as matérias. Ademais, a utilização de tabela alimentada pelos processos distribuídos, permite o controle sobre a ordem cronológica dos processos e as prioridades legais.

5.4 Dificuldades

O gabinete se encontra desfalcado em relação ao quantitativo de servidores dos últimos anos em razão de duas aposentadorias e duas saídas de servidores para outros gabinetes.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Dos 15 servidores do gabinete, apenas um se encontra em teletrabalho, não se atingindo, portanto, o limite de 30% determinado pela norma em questão. Noutro aspecto, estão sendo alcançados bons resultados com aumento de produtividade e

assunção pelo servidor de processos de maior complexidade para o exercício do trabalho de assessoramento.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sempre que há pedido por parte do Gabinete de Conciliação, caso tenhamos algum processo correspondente ao tema apontado concluso para julgamento, encaminhamos para tentativa de conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0800556-15.2020.4.05.8205	29/6/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 15/6/2023.		
0000191-71.2000.8.15.0351	1º/8/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Lavrar acórdão - Processo julgado na sessão de 9/5.		
0800236-91.2022.4.05.8205	16/8/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 15/6/2023.		
0800756-22.2020.4.05.8205	22/7/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 15/6/2023.		
0800806-53.2017.4.05.8205	18/7/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Em secretaria. Despacho proferido intimando a parte ré para constituir novo advogado, diante da renúncia do anterior.		
0001978-74.2016.4.05.0000	17/11/2016	12085 - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 14/6/2023.		
0000873-90.2013.4.05.8205	3/8/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar. Pautado para a sessão de 15/6/2023.		
0018576-08.1900.4.05.8201	26/10/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 15/6/2023.		
0001812-98.2007.4.05.8102	23/5/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar. Pautado para a sessão de 15/6/2023.		
0800981-47.2017.4.05.8205	6/7/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 15/6/2023.		
0003700-15.2010.4.05.8000	21/2/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardar transcurso de prazo para recurso. Processo julgado na sessão de 9/2/2023. Acórdão lavrado apenas em 6/5 em face de problemas no PJe que careceram de suporte técnico.		

0813995-02.2022.4.05.0000	6/12/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para sessão de 25/5/2023.		
0800266-05.2017.4.05.8205	4/2/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Despacho proferido intimando um dos réus para apresentar razões de apelação e o MPF para contrarrazões - Aguardar retorno da Secretaria para encaminhar o feito ao revisor.		
0800307-11.2022.4.05.8103	10/10/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 25/5/2023.		
0001785-46.2011.4.05.8500	12/6/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardar transcurso de prazo para recurso - Julgado na sessão de 11/4/2023.		
0805335-90.2018.4.05.8202	23/6/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Lavrar acórdão. Processo julgado na sessão de 11/5/2023.		
0802934-04.2021.4.05.8400	7/2/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardar transcurso de prazo para recurso. Processo julgado em 27/4/2023.		
0000045-55.2017.4.05.8108	21/7/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Lavrar acórdão - Processo julgado na sessão de 11/5/2023		
0011622-69.2008.4.05.8100	23/11/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardar transcurso de prazo para recurso. Processo julgado na sessão de 27/4/2023.		
0002314-74.2011.4.05.8400	23/3/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 25/5/2023.		
0004940-83.2003.4.05.8000	3/9/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Deferido o pedido de desistência do recurso em 25/4. Pedido de reconsideração para que a apelação seja declarada prejudicada e não admitido o pedido como desistência. Manifestação recebida como embargos de declaração em 4/5. Intimada a parte contrária. Aguarda retorno.		
0809282-52.2020.4.05.0000	2/8/2020	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Tutela cautelar antecedente em ação rescisória com decisão liminar proferida em 16/2/2023. Aguarda retorno da Secretaria da 1ª Seção para apreciação de embargos de declaração bem como de aditamento ao pedido inicial para processamento da ação rescisória.		
0814354-49.2022.4.05.0000	14/12/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão exarada em 2/3/2023. Aguarda retorno da Secretaria da Terceira Turma para apreciação de agravo interno.		
0800645-78.2021.4.05.0000	26/1/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado na Secretaria da Terceira Turma - Tema 1150 (RESPs 1.895.936/TO e 1.895.941/TO).		
0800001-26.2019.4.05.8304	4/6/2020	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo sobrestado na Secretaria da 3ª Turma - Reclamação 41730 - PE (2021/0130760-9).		
0805662-48.2017.4.05.8500	23/3/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Lavrar acórdão. Processo julgado na sessão de 11/5/2023.		
0806321-57.2017.4.05.8500	6/5/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Lavrar acórdão. Processo julgado na sessão de 11/5/2023.		
0808002-03.2019.4.05.8400	5/11/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado na Secretaria da Terceira Turma - ADI5090		
0800253-64.2021.4.05.8302	23/7/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Lavrar acórdão. Processo julgado em 11/5/2023.		
0810602-69.2020.4.05.8300	5/2/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando transcurso de prazo para recurso. Processo julgado na sessão de 4/5/2023.		
0804208-46.2022.4.05.0000	8/4/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 25/5/2023.		
0802629-06.2019.4.05.8201	9/2/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgar. Processo pautado para a sessão de 25/5/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 37 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) ante a retirada do feito da pauta de 25/5/2023, incluir em julgamento em até 90 dias: 0800307-11.2022.4.05.8103;

b) caso não julgado na sessão do Pleno de 14/6/2023, no qual pautado, incluir em julgamento em até 90 dias: 0001978-74.2016.4.05.0000;

c) caso não julgado na pauta de 15/6/2023, incluir em julgamento em até 90 dias:

0000873-90.2013.4.05.8205	0800556-15.2020.4.05.8205	0800236-91.2022.4.05.8205
0800756-22.2020.4.05.8205	0018576-08.1900.4.05.8201	0001812-98.2007.4.05.8102
0800981-47.2017.4.05.8205		

d) caso não julgado na pauta de 22/6/2023, incluir em julgamento em até 90 dias: 0800642-88.2017.4.05.8205;

e) incluir em julgamento em até 90 dias:

0000347-42.2016.4.05.8101	0805334-34.2022.4.05.0000	0800986-69.2017.4.05.8205
0800645-78.2021.4.05.0000	0808002-03.2019.4.05.8400	0002314-74.2011.4.05.8400
0800001-26.2019.4.05.8304		

Os demais processos encontram-se regularizados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Rogério de Meneses F. Moreira e pelo Chefe de Gabinete Bruno Monteiro Esteves.

O Desembargador Federal Rogério de Meneses F. Moreira exerceu a Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região durante biênio iniciado em 2015 e terminado em abril de 2017, quando assumiu o atual Gabinete.

É elogiável o método de organização do Gabinete e a diligência do Desembargador, que consegue manter o reduzido acervo. A produtividade comparativa do gabinete, para com os demais de igual competência, é positiva e deve ser destacada.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF5 aprovou a Emenda Regimental n. 04/2022 e editou a Resolução n. 8/2022 que dispuseram sobre aspectos operacionais relativos à implantação das novas Turmas (5ª, 6ª e 7ª) e à criação de três Seções. Cada Seção é composta por sete Desembargadores Federais: a 1ª Seção é composta pelos Desembargadores mais antigos de cada uma das sete Turmas, a 2ª Seção é formada pelos que os seguem em antiguidade e a 3ª Seção pelos membros mais recentes de cada Turma.

Em 14/9/2022, foi editada a Resolução n. 17/2022, que equacionou a distribuição de processos para os nove novos gabinetes a partir de 19/9/2022. Determinou-se que, até 31/3/2023, os processos novos seriam distribuídos exclusivamente aos desembargadores integrantes das novas turmas, ressalvados os feitos preventos para os demais desembargadores.

Na entrevista, o Chefe de Gabinete pontuou que a redução do número total de processos conclusos de 898 (em 2021) para 278 (em 2023) foi impulsionada, além do trabalho, pela ausência de distribuição de novos feitos no período de 19/9/2022 até 31/3/2023, conforme definido pela Resolução n. 17/2022.

Afirmou que a redução do quadro de servidores (de 18, em 2021, para 15, em 2023) foi equilibrada pela diminuição da distribuição de novos processos, atualmente com média de 140 feitos. Assim, o baixo número de servidores compromete, mas não impede o êxito na manutenção do acervo reduzido.

O Chefe de Gabinete destacou que as estatísticas revelam o constante decréscimo do acervo, e tal situação se reflete no alcance da Meta 1. Haverá momento em que não será possível julgar mais que o recebido, já que todos os recebidos são julgados. Afirma que as demais metas foram alcançadas com êxito pelo Gabinete.

O atendimento aos advogados é realizado pelo Desembargador Federal presencialmente ou de forma remota (pelo aplicativo “Zoom”), conforme escolhido pelo próprio advogado.

Destacou-se que o controle dos processos suspensos é delegado à Subsecretaria da 3ª Turma, que acompanha o andamento processual do feito paradigma, cujo julgamento acarreta a reativação e conclusão do feito para regular prosseguimento.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 898 para 278. Além do trabalho bem desempenhado, parte resulta das alterações regimentais promovidas a partir da Lei n. 14.253/2021.

Considerando o período de doze meses anteriores à presente inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 2.219 feitos em tramitação, e no mês anterior à inspeção eram 1.099.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 195, na última inspeção, para 88, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Conforme dados da Estatística, a Meta 1 foi atingida no ano anterior e deve ser atingida ao final do presente ano. A Meta 2 também, nos seus dois indicativos - 99% e 118% (itens 4.1 e 4.2 do relatório/2023).

Em relação aos últimos doze meses, houve evolução em relação à produtividade do gabinete.

O tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, no gabinete, é de 11 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 3ª Turma, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador melhor que a média da Turma.

O número de feitos em tramitação no gabinete, no momento apurado durante a inspeção, era de 461, contra a média de 848 da 3ª Turma. Deve ser ressaltado que a média do gabinete é melhor do que a média da Turma e melhor do que a média do TRF5. A aferição é no sentido de que a média será melhorada ainda mais, diante da diligência habitual do Desembargador e de sua equipe.

A taxa de congestionamento líquida teve diminuição de 12,49 pontos percentuais (item 4.4 do relatório/2023), ou seja, houve redução maior do que 0,5 ponto percentual indicado na Meta 5.

Assim, são louváveis o histórico da equipe e o comprometimento com a organização e planos para redução do acervo.

Por fim, no que tange à recomendação da Inspeção C/JF/2021 quanto aos processos que pendiam de andamento, ela foi cumprida e as pendências apontadas foram resolvidas.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 9; e
- b) manter as metas voltadas à diminuição do acervo, como tem sido feito, bem como o adequado método de trabalho e as boas práticas da equipe dignos de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ALEXANDRE COSTA DE LUNA FREIRE

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

3ª Turma, 2ª Seção (em caráter temporário pela composição da mesa diretora anterior), 3ª Seção e Pleno.

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 4/4/2023, com a assunção do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e fim do mandato do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Milton José da Silva Barros - Assessor de Desembargador (CJ-3).

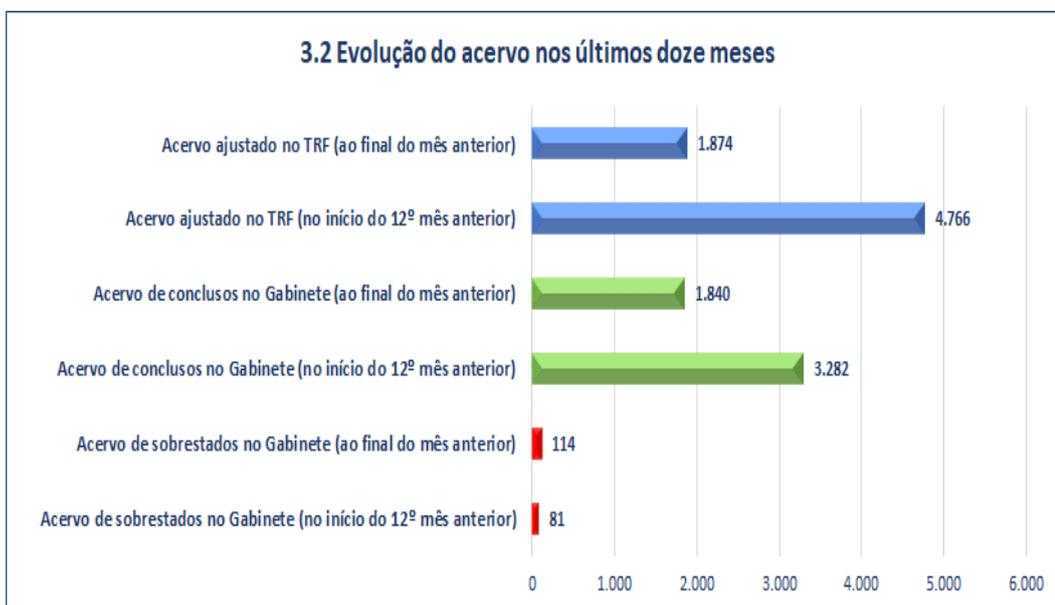
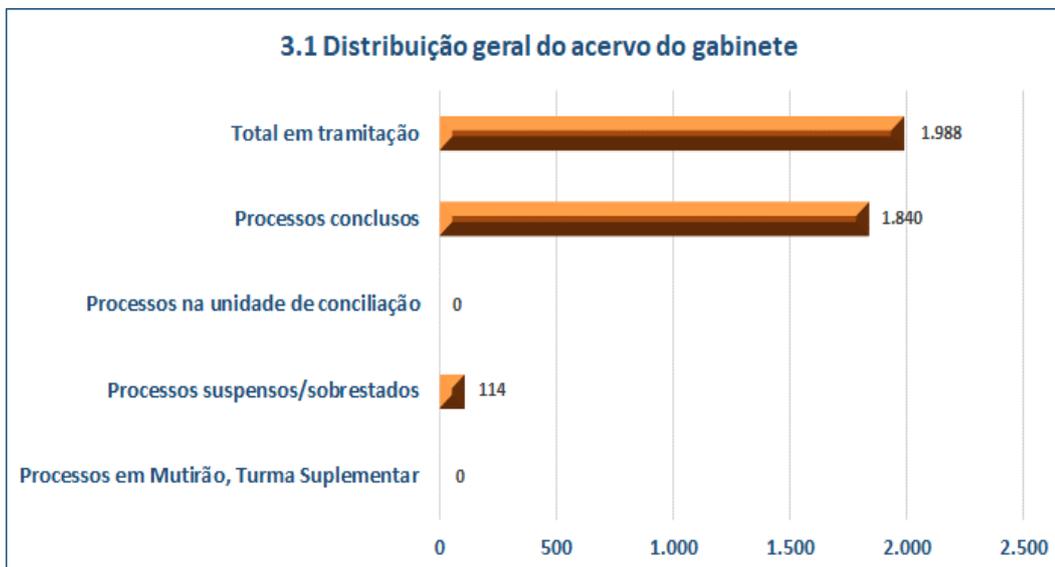
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	5
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-6	2
FC-5	6
FC-4	4
FC-3	0
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não. Acervo recebido em 4/4/2023. Nesse período não houve mutirão ou outra forma de auxílio.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica.

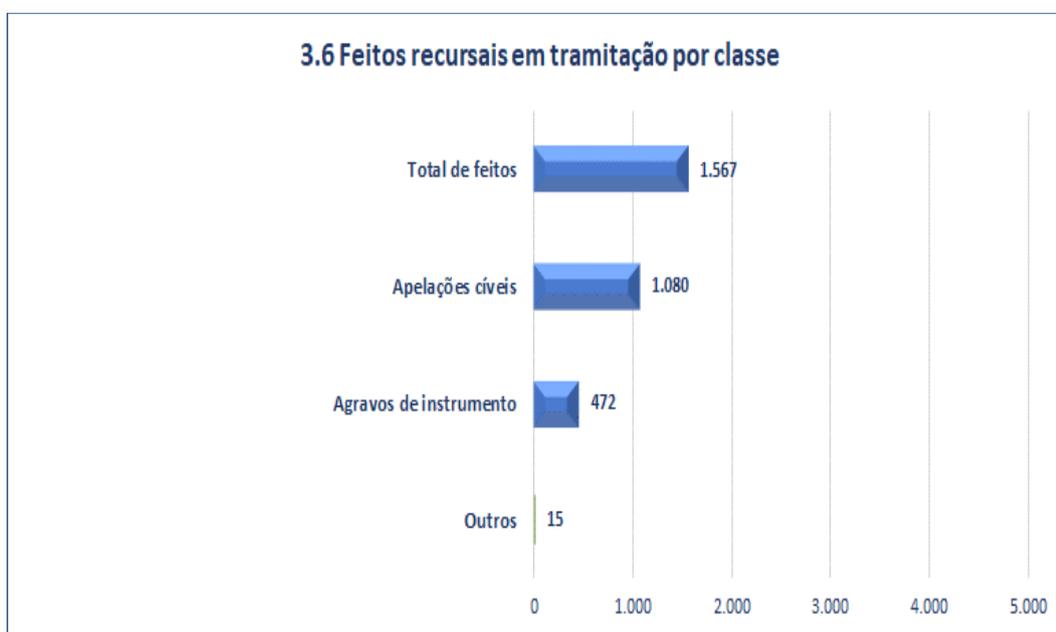
3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	61
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	1
Ações rescisórias	48

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Total de feitos recursais cíveis	1.567
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	5
Recursos em ações de improbidade administrativa	80
Recursos em ações civis públicas	86
Recursos em ações de desapropriação	16
Recursos em ações com preferência legal	297

3.6 Feitos recursais em tramitação por classe



3.7 Feitos originários criminais em tramitação

Total de feitos originários criminais	7
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	2
Revisões Criminais	3

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

Total de feitos recursais criminais	206
Apelações	201

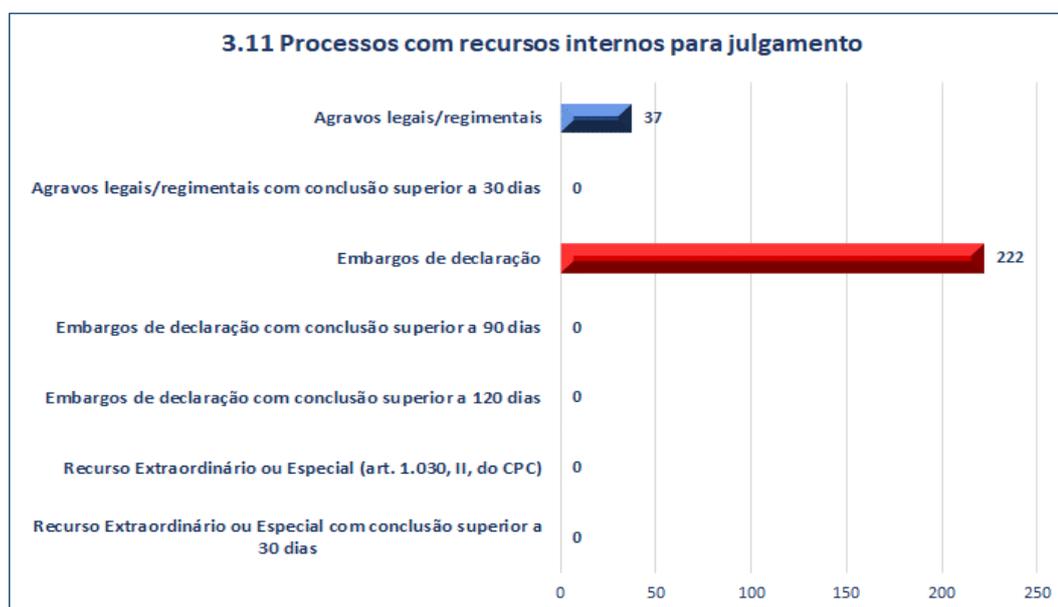
Recursos em Sentido Estrito	2
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	1

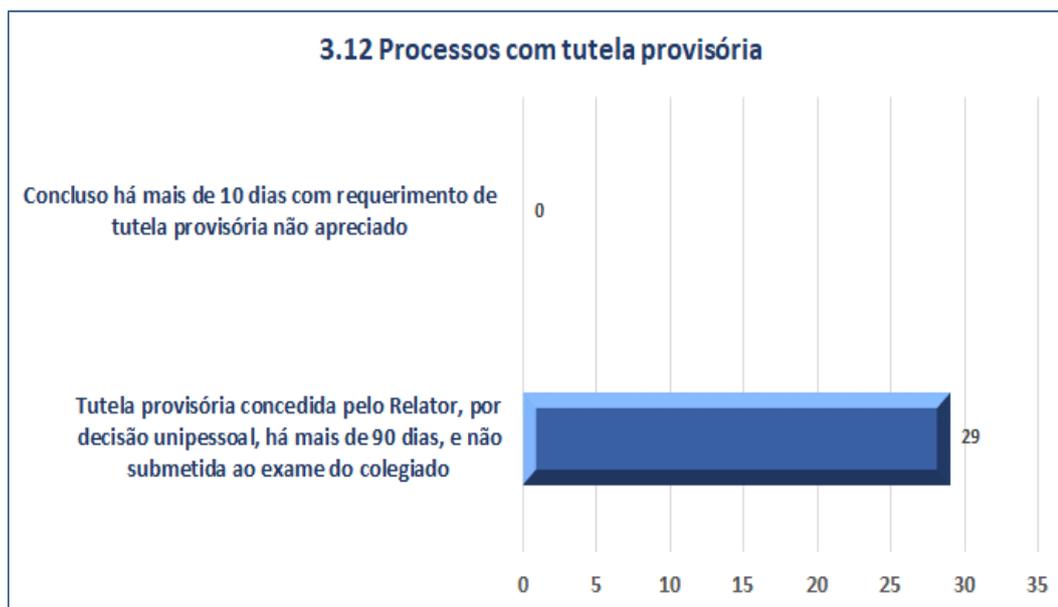
3.9 Feitos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	2
Apelações	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete

Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





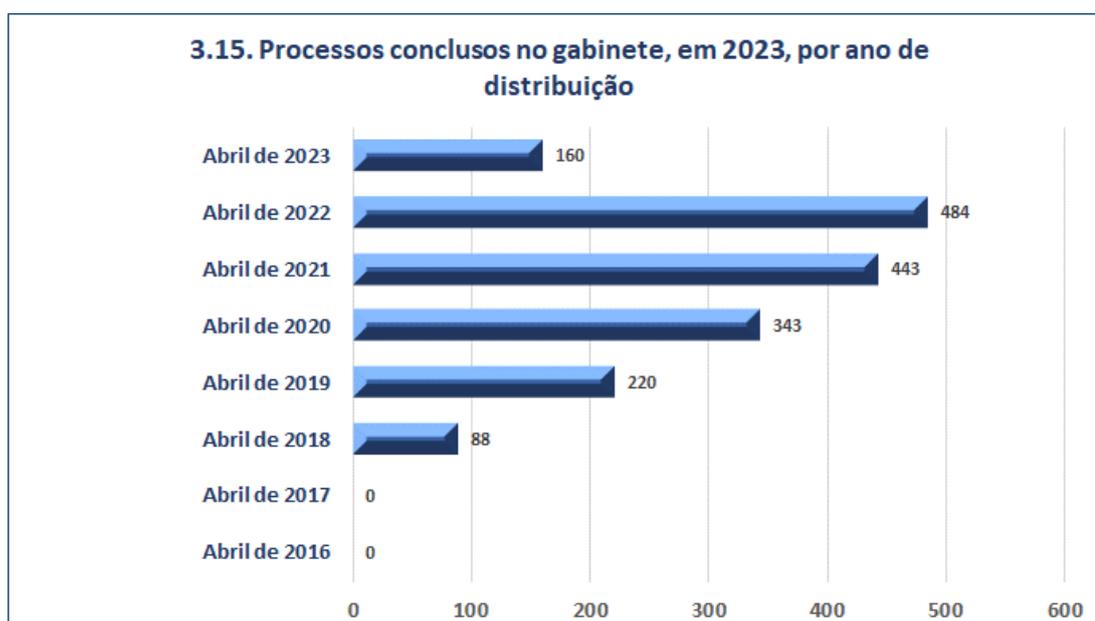
3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

Abril de 2021	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2020	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2019	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2018	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2017	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2016	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

Abril de 2022	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª
---------------	--

	Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2021	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2020	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2019	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2018	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2017	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).
Abril de 2016	Não se aplica. Acervo recebido em 4/4/2023 (Investidura do Desembargador Federal Fernando Braga na Presidência do TRF-5ª Região e encerramento do exercício do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire na Vice-Presidência).

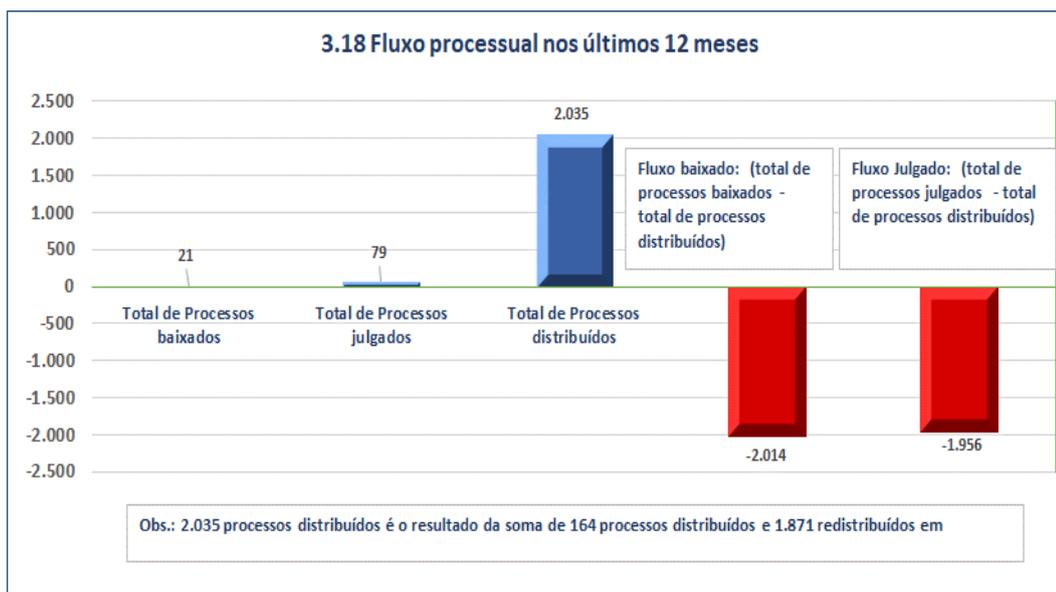


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

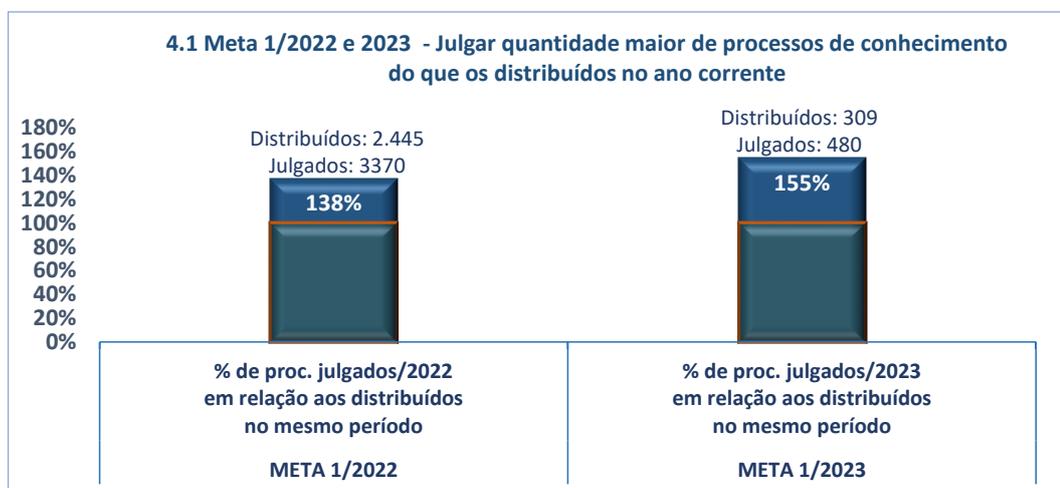
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0

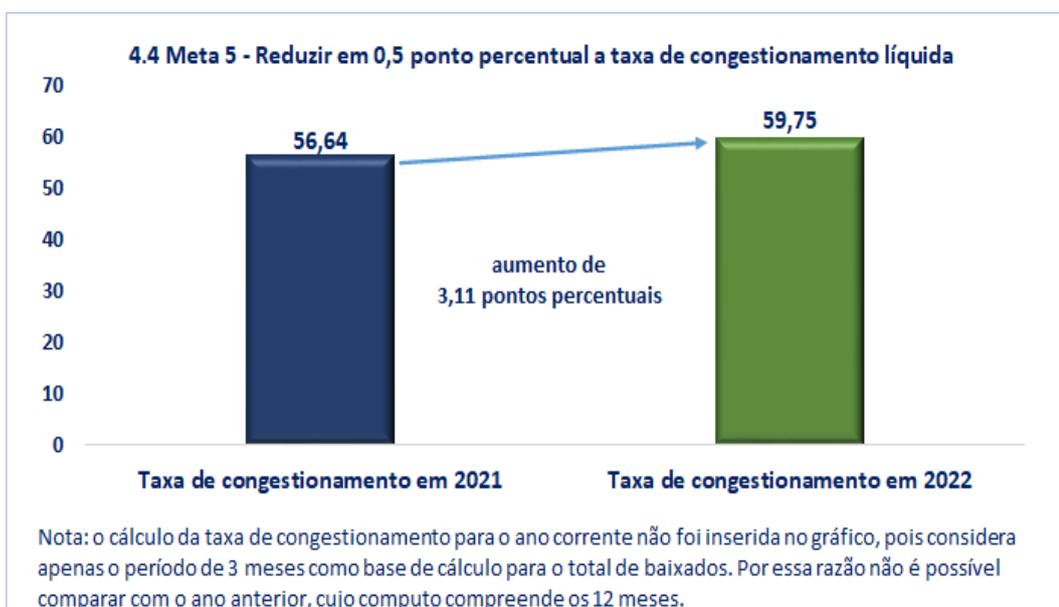
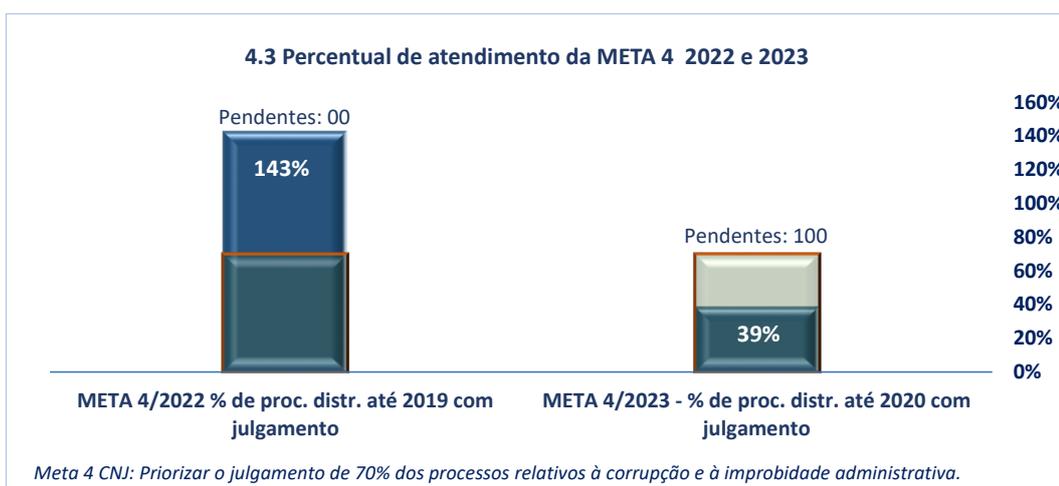
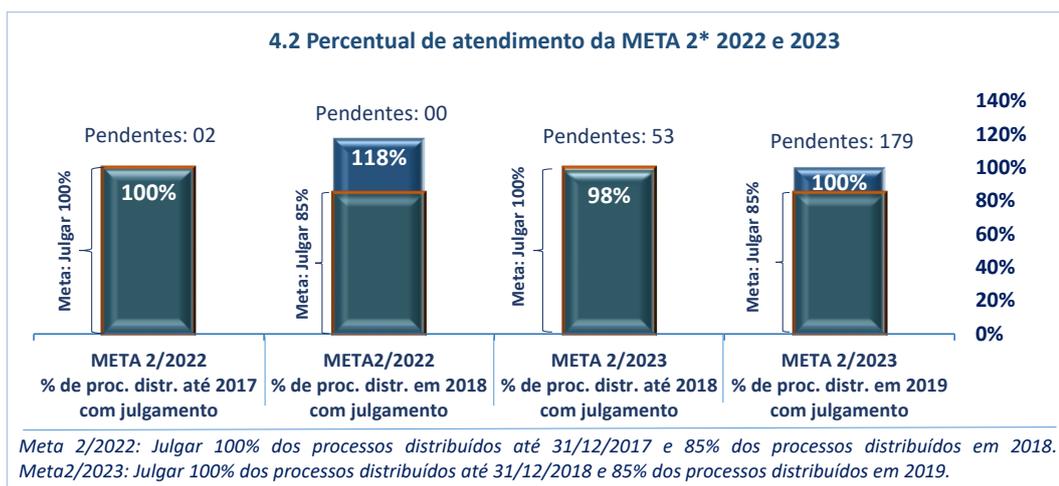
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

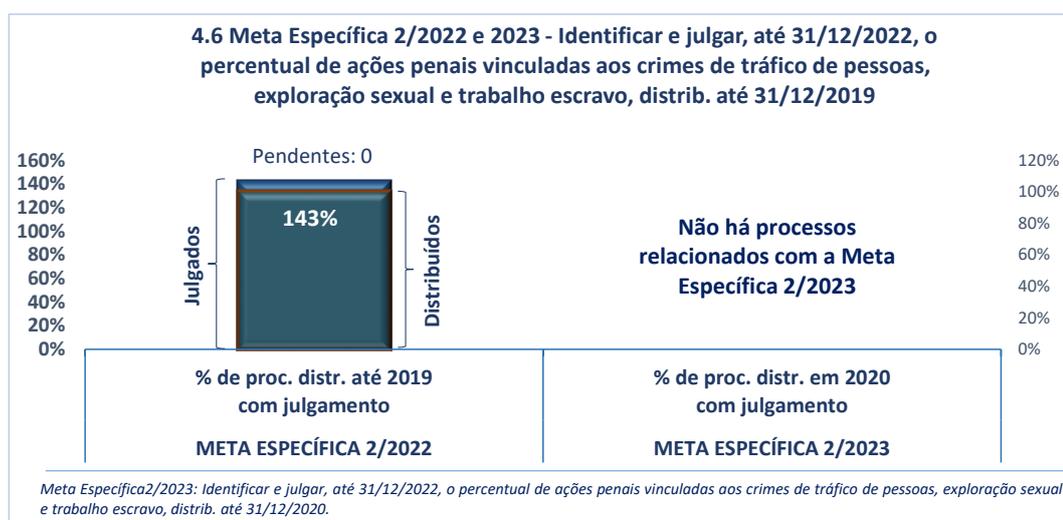
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

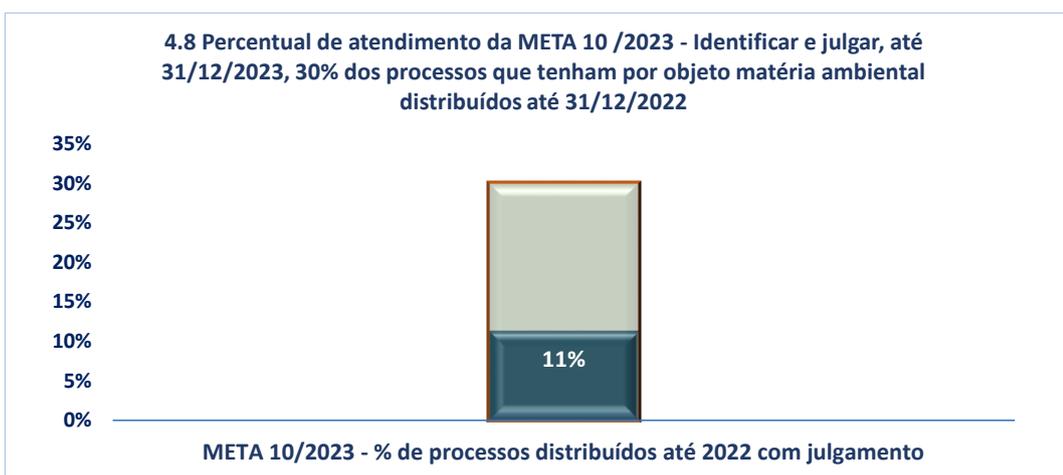


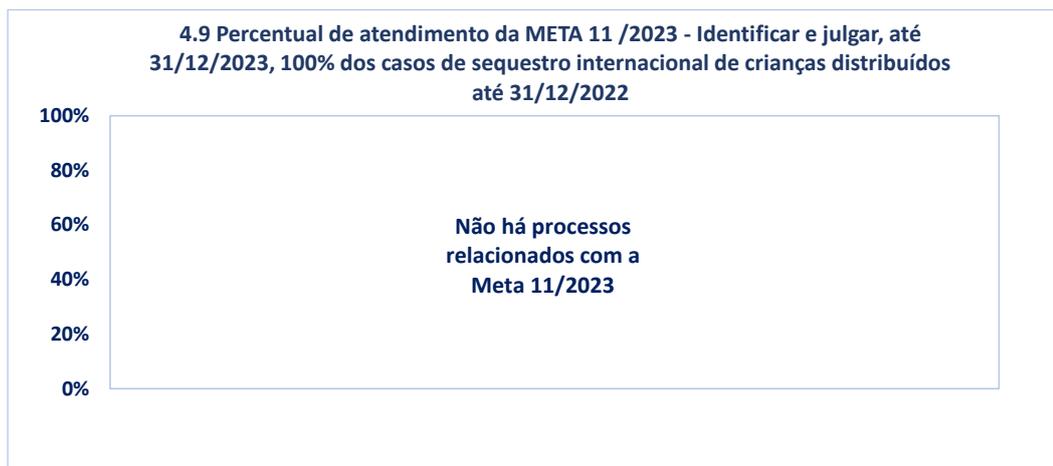




4.7 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não se aplica.





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, o Gabinete é gerido pelo próprio Desembargador com designações de tarefas conforme a necessidade e habilidades/características individuais na estruturação dos grupos de atividades e resultados.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle dos feitos sobrestados é realizado pela Secretaria.

5.3 Boas práticas e inovações

Como exemplo de boas práticas e inovações, cita-se a utilização do Whatsapp para comunicação do Desembargador com todo o Gabinete, com ênfase no envio de atualizações legislativas e jurisprudenciais. Semanalmente, têm sido criadas novas formas de comunicações eletrônicas internas para agilizar a transmissão, difusão e conteúdo eletrônico. Elaboração de novos modelos/padrões para a realização das Sessões Internas Virtuais e Presenciais, agilizando os julgamentos. Quanto à Justiça Eletrônica implantou-se o sistema do teleatendimento de advogados por e-mail e pelo Zoom em sala virtual, para atendimento e memoriais das sessões das Turmas, Turmas Ampliadas, Seção e do Pleno; visando a implantação da Inovação nos termos da Constituição Federal, buscando agilização no Acesso à Justiça como a Porta de Saída.

5.4 Dificuldades

Necessidade de ações para favorecer e preservar a saúde dos servidores em seu ambiente de trabalho, através de utilização de equipamentos e ferramentas ergonômicas, favorecendo o desempenho das atividades, sem risco de gerar danos a sua saúde física e mental, como dorsalgias, lesões e desconforto muscular. Necessidade de melhoria da infraestrutura de rede de computadores, com a finalidade de dar mais velocidade no processamento dos dados pelos sistemas processuais, evitando desperdício de tempo em execuções de tarefas cotidianas.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim. Realizado quando há solicitação pelas partes ou pelo Gabinete de Conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0018293-66.2005.4.05.0000	28/6/2005	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0011028-27.2014.4.05.8300	11/9/2018	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0817952-97.2018.4.05.8100	16/8/2019	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0800014-84.2012.4.05.8202	13/2/2014	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Autos enviados ao STJ.		
0005268-05.2013.4.05.0000	23/5/2013	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0000953-22.2011.4.05.8400	12/3/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0814758-26.2017.4.05.8100	8/5/2019	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0802612-71.2013.4.05.8300	17/11/2014	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0800859-88.2013.4.05.8200	26/1/2015	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0807818-95.2015.4.05.8300	19/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0011044-67.2012.4.05.8100	17/10/2016	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão da 2ª Seção do dia 19/4/2023. Pendente de lavratura de Acórdão.		
0000196-17.2014.4.05.8305	11/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou da Vice-Presidência em 2/4/2023 para análise de Juízo de Retratação. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0800060-52.2016.4.05.8002	1º/8/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração pendentes de julgamento desde 30/1/2023. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0000051-86.2017.4.05.8003	1º/3/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de Declaração pendentes de julgamento desde 22/6/2022. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		

0024837-02.2007.4.05.0000	3/3/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de Declaração em Apelação Criminal pendentes de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0001976-19.2014.4.05.8102	22/2/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de Declaração em Apelação Criminal pendentes de julgamento desde 19/7/2022. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0000237-19.2016.4.05.8400	1º/4/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de Declaração pendentes de julgamento desde 18/7/2022. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0000629-31.2017.4.05.8300	13/11/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de Declaração pendentes de julgamento desde 22/7/2022. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0006504-26.2010.4.05.8300	2/9/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração pendentes de julgamento desde 22/9/2022. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0001534-42.2008.4.05.8400	4/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação pendente de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0008294-25.2008.4.05.8200	21/9/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Impedimento do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire. Processo passou para a relatoria do Desembargador Federal Rogério Fialho e está pautado para a sessão de julgamento do dia 25/5/2023.		
0004139-87.2010.4.05.8400	21/7/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de Declaração em Apelação Criminal pendentes de julgamento desde 21/3/2023. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0003904-92.2002.4.05.8500	1º/12/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou da Vice-Presidência em 7/10/2019 para análise de Juízo de Retratação. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0005589-16.2006.4.05.8300	24/8/2006	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Apelação Cível e Remessa Necessária pendentes de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0046507-14.1998.4.05.0000	6/11/1998	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou da Presidência em 12/6/2021 para análise de Juízo de Retratação. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0007029-40.2007.4.05.8000	1º/8/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de Declaração pendentes de julgamento desde 14/3/2023. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0003914-73.2001.4.05.8500	10/6/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação pendente de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0003484-61.2011.4.05.0000	14/2/2011	47 - Ação Rescisória
Observação/Providência: Ação Rescisória pendente de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0014496-77.2006.4.05.8300	10/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou da Vice-Presidência em 7/2/2023 para análise de Juízo de Retratação. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0008472-31.2004.4.05.8000	7/12/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação Cível pendente de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		

0014979-04.2001.4.05.8100	18/6/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou da Vice-Presidência em 21/7/2021 para análise de Juízo de Retratação. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0802005-87.2017.4.05.0000	9/3/2017	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0805470-65.2021.4.05.0000	14/5/2021	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Agravo Interno e Apelação pendentes de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0800003-31.2021.4.05.8302	11/6/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Agravo Interno e Apelação Cível pendentes de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0009465-50.2013.4.05.8100	13/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo Interno e Apelação Cível pendentes de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0807340-64.2018.4.05.8306	2/12/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação Cível pendente de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0811565-14.2021.4.05.0000	29/9/2021	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Agravo Interno pendente de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0015579-60.2010.4.05.0000	16/12/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima.		
0802803-53.2014.4.05.0000	21/7/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo retornou da Presidência em 7/7/2022 para análise de Juízo de Retratação. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0805947-25.2020.4.05.0000	27/5/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo Interno e Agravo de Instrumento pendentes de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0804612-34.2021.4.05.0000	27/4/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo Interno e Agravo de Instrumento pendentes de julgamento. Processo em análise para elaboração da minuta e inclusão em pauta.		
0805773-92.2018.4.05.8404	6/8/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Certidão de trânsito em julgado no dia 17/4/2023.		
0000610-56.2007.4.05.8500	27/1/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários-NPA.		
0002018-04.2010.4.05.8201	19/11/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários com Agravo em RE e Agravo em REsp.		
0003240-57.2012.4.05.8000	5/3/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários-NPA.		
0001488-11.2012.4.05.8401	21/11/2017	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários - NPA.		
0002540-09.2011.4.05.8100	16/5/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários - NPA.		
0014228-52.2010.4.05.0000	25/8/2010	1233 - Efeito Suspensivo

Observação/Providência: Relator: Desembargador Federal Leonardo Carvalho.		
0000033-23.2014.4.05.0000	8/1/2014	1233 - Efeito Suspensivo
Observação/Providência: Processo está na Divisão da 2ª Turma.		
0800001-19.2013.4.05.0000	8/1/2013	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0000370-75.2015.4.05.0000	4/2/2015	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0000909-70.2017.4.05.0000	11/7/2017	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0008375-23.2014.4.05.0000	19/9/2014	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0001448-70.2016.4.05.0000	4/8/2016	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0000820-47.2017.4.05.0000	6/6/2017	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0000072-83.2008.4.05.8001	12/2/2009	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria do Plenário.		
0000669-18.2016.4.05.0000	7/4/2016	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0804503-83.2022.4.05.0000	19/4/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão da 2ª Seção do dia 19/4/2023.		
0000660-56.2016.4.05.0000/01	22/11/2016	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0801543-33.2017.4.05.0000	21/2/2017	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0005408-37.2009.4.05.8000/03	24/5/2018	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários -NPA.		
0003387-95.2015.4.05.9999/02	28/5/2018	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0810297-27.2018.4.05.0000	9/7/2018	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Processo está sob a relatoria da Vice-Presidência.		
0000500-31.2016.4.05.0000/03	2/4/2019	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo está na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários.		
0807865-98.2019.4.05.0000	26/6/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão não conhecendo do Agravo de Instrumento, em razão da perda do objeto, proferida em 2/5/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação a esses processos, recomenda-se:

a) incluir em julgamento, em até 90 dias:

0001534-42.2008.4.05.8400	0005589-16.2006.4.05.8300	0003914-73.2001.4.05.8500
0003484-61.2011.4.05.0000	0008472-31.2004.4.05.8000	0805470-65.2021.4.05.0000
0800003-31.2021.4.05.8302	0009465-50.2013.4.05.8100	0807340-64.2018.4.05.8306
0811565-14.2021.4.05.0000	0804612-34.2021.4.05.0000	0800226-29.2019.4.05.0000
0803229-89.2019.4.05.0000	0805300-48.2018.4.05.8100	0809973-30.2017.4.05.8000
0814199-46.2022.4.05.0000	0803766-83.2015.4.05.8000	0807289-55.2019.4.05.8100
0809589-69.2021.4.05.0000	0803648-12.2019.4.05.0000	0800235-14.2019.4.05.8205
0805159-45.2019.4.05.0000	0800769-07.2018.4.05.8200	0009419-95.2012.4.05.8100
0808227-52.2021.4.05.8400		

b) incluir em julgamento, em até 60 dias:

0000051-86.2017.4.05.8003	0024837-02.2007.4.05.0000	0001976-19.2014.4.05.8102
0000237-19.2016.4.05.8400	0000629-31.2017.4.05.8300	0004139-87.2010.4.05.8400
0007029-40.2007.4.05.8000	0803172-37.2020.4.05.0000	0808290-77.2021.4.05.8400
0800243-86.2022.4.05.8204	0000957-25.2012.4.05.8400	

c) os processos n. 0000196-17.2014.4.05.8305, 0800060-52.2016.4.05.8002 e 0008294-25.2008.4.05.8200 foram incluídos na pauta de 15/6/2023. Caso não sejam apreciados, reincluir em julgamento em até 90 dias;

d) ante decisão da Vice-Presidência, incluir em julgamento em até 90 dias: 0003904-92.2002.4.05.8500, 0046507-14.1998.4.05.0000, 0014496-77.2006.4.05.8300, 0014979-04.2001.4.05.8100, 0802803-53.2014.4.05.0000;

e) após a regularização da representação processual, incluir em julgamento em até 90 dias: 0815519-39.2019.4.05.0000;

f) ante juntada de parecer do MPF, julgar o HC em 30 dias: 0800422-26.2022.4.05.8105; e

g) ante decisão do STJ, incluir em julgamento em até 60 dias: 0800880-03.2014.4.05.8500.

Os demais processos encontram-se regularizados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Desembargador Federal Alexandre Luna Freire, pelo Chefe de Gabinete, Milton José da Silva Barros, e pela Assessora Priscila.

O encontro ocorreu no salão de acesso ao Plenário, já que o Desembargador Luna apontou estar sem gabinete pronto, em virtude de obras.

O Desembargador Federal Alexandre Luna Freire exerceu a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região durante biênio iniciado em 2021 e terminado em abril de 2023, e a equipe ainda está em período de adaptação.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF5 aprovou a Emenda Regimental n. 04/2022 e editou a Resolução n. 8/2022 que dispuseram sobre aspectos operacionais relativos à implantação das novas Turmas (5ª, 6ª e 7ª) e à criação de três Seções. Cada Seção é composta por sete Desembargadores Federais: a 1ª Seção é composta pelos Desembargadores mais antigos de cada uma das sete Turmas, a 2ª Seção é formada pelos que os seguem em antiguidade e a 3ª Seção pelos membros mais recentes de cada Turma.

Em 14/9/2022, foi editada a Resolução n. 17/2022 que equacionou a distribuição de processos para os nove novos gabinetes a partir de 19/9/2022. Determinou-se que, até 31/3/2023, os processos novos seriam distribuídos exclusivamente aos desembargadores integrantes das novas turmas, ressalvados os feitos preventos para os demais desembargadores.

Na entrevista, a equipe do Gabinete relatou que tem priorizado a organização do acervo com a triagem dos processos e tem dado primazia a feitos mais antigos. A unidade reconhece que deve se esforçar para diminuir o volume do acervo. Dentre as dificuldades relacionadas, afirma que, apesar de terem 17 servidores e 2 estagiários em seus quadros, o acervo é alto e há necessidade de mais servidores para melhorar a estatística.

Informou-se que, diante das obras realizadas no Gabinete desde abril de 2023, a equipe está em trabalho remoto e seus integrantes comparecem ao Tribunal apenas na semana na qual ocorre a sessão de julgamento presencial. Antes da obra, foi apontado que se observou o percentual previsto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 481/2022.

Em razão da obra, o atendimento aos advogados é realizado preferencialmente por meio da plataforma Zoom e, na semana da sessão, o atendimento é presencial.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior houve diminuição do montante de processos conclusos de 3.554 para 1.840. Parte resulta das alterações regimentais promovidas a partir da Lei n. 14.253/2021.

O Gabinete, até 4/4/2023, era ocupado por outro magistrado, pois o Desembargador Alexandre Luna exercia a Vice-Presidência. O acervo já era grande, mas vinha em diminuição, especialmente a partir de monitoramento fixado pelo CNJ.

Considerando o período de doze meses anteriores à presente inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.766 feitos em tramitação, e no mês anterior à inspeção eram 1.874.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 641, na última inspeção, para 222, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Houve aumento do total de tutelas provisórias concedidas pelo Relator, por decisão unipessoal, e não submetidas ao exame do colegiado há mais de 90 dias (de 23 para 29). E o número total de processos conclusos para voto-vista, há mais de 30 dias, manteve-se em 3.

Conforme dados da Estatística, a Meta 1 foi atingida no ano anterior e – se o ritmo for mantido – deve ser atingida ao final do presente ano. A Meta 2 também nos seus dois indicativos - 100% e 118% (itens 4.1 e 4.2 do relatório/2023).

O tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, no gabinete, é de 22 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 3ª Turma, equivale a 14 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo bem superior à média da Turma.

O número de feitos em tramitação no gabinete, no momento apurado durante a inspeção, era de 1.664, contra a média de 848 da 3ª Turma. A média do gabinete, portanto, é mais alta em relação à da 3ª Turma. E a média pode e deve ser melhorada para aproximar-se à dos outros gabinetes da 3ª Turma, e a aferição é de que isso pode ser feito, aplicada a diligência do Desembargador e de sua equipe, que não deve se escusar de pedir ajuda (por mutirão), se necessário.

A taxa de congestionamento líquida teve aumento de 3,11 pontos percentuais (item 4.4 do relatório/2023), ou seja, não se atingiu a redução de 0,5 ponto percentual indicado na Meta 5.

Com a recente assunção do Gabinete, não é possível aferir a evolução da produtividade da equipe. Porém, nas entrevistas foi reiterado o comprometimento com a organização e planos para redução do acervo.

O gabinete anterior do Desembargador Alexandre Luna, antes da assunção da Vice-Presidência, sofreu um pouco com acúmulo de feitos e foi colocado em monitoramento pelo CNJ. Depois, o Desembargador Luna assumiu a Vice-Presidência e houve sucesso no trato do acervo, inclusive diante da ajuda da Presidência.

Agora, ao reassumir gabinete de órgão fracionário, a equipe deve estar atenta para a diminuição do acervo, para o anterior plano de gestão, indicado no parágrafo seguinte, e se for o caso deve até pedir ajuda e mutirão, de modo a evitar o monitoramento.

Por fim, no que tange à recomendação da Inspeção CJF/2021, a equipe antecedente (vinculada ao Gabinete do Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno, anterior titular do órgão) informou, por meio do Ofício n. 0315198, que em relação aos processos inspecionados, as recomendações foram cumpridas e as pendências apontadas foram resolvidas. No que tange ao plano de gestão do acervo, a equipe anterior adotou as seguintes medidas: (i) distribuição de processos aos servidores considerando a respectiva formação, o grau de complexidade da demanda e a afinidade com a matéria; (ii) organização dos servidores em grupos de trabalho; (iii)

designação de 15 (quinze) servidores para a execução de atividades-fim; (iv) estabelecimento de meta individual de produção semanal de 12 (doze) processos para os servidores, a maioria, atualmente, em regime de teletrabalho ordinário; (v) triagem diária dos processos que chegam ao Gabinete, organizando-os em diretórios/pastas segundo o ramo do Direito e classes processuais; (vi) acompanhamento do desempenho dos servidores por meio de análise das planilhas semanais de produção, enviadas por e-mail, as quais são utilizadas para a elaboração das listas de processos que serão levados a julgamento nas sessões; (vii) realização de reuniões para acompanhamento das metas estabelecidas e eventual ajuste das rotinas de trabalho, bem como para que os servidores possam apresentar sugestões e dar o feedback acerca das medidas e rotinas implementadas pela chefia; (viii) consulta periódica ao Portal de Business Intelligence desta Corte Regional, a fim de otimizar os índices de batimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativas a este ano e aos próximos; (ix) separação de processos que envolvam casos similares e posterior encaminhamento aos respectivos setores para elaboração das minutas de decisão (voto); e (x) adoção de uma rotina mensal de verificação dos processos que estão na Secretaria, de modo a identificar os processos que deveriam retornar ao Gabinete ou ser baixados à origem.

Embora genérico, o anterior gabinete estava em processo de boa diminuição de acervo.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) cumprir as recomendações do item 9;

b) priorizar o julgamento de embargos de declaração e dos processos com tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado;

c) dar atenção para plano de gestão, e elaborá-lo, em 120 dias, de forma mais específica que o elaborado pelo gabinete anterior, de modo a que seja contínua a redução de acervo ou, no mínimo, a que se interrompa o crescimento do número de processos conclusos, problema anterior ao ingresso do atual titular, mas que vinha sendo enfrentado. Se for o caso, o órgão deve pedir ajuda e mutirão à Presidência, de modo a impedir maior gargalo.

d) o ritmo de julgamento deve procurar se aproximar das médias dos demais gabinetes da 3ª Turma; e

e) manter a boa vontade indicada nas entrevistas, as boas práticas da equipe, e focar na redução do acervo.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL VLADIMIR SOUZA CARVALHO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Quarta Turma, Pleno e Segunda Seção

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde 31 de março de 2021

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Rondon Velôso da Silva - Analista Judiciário - Assessor

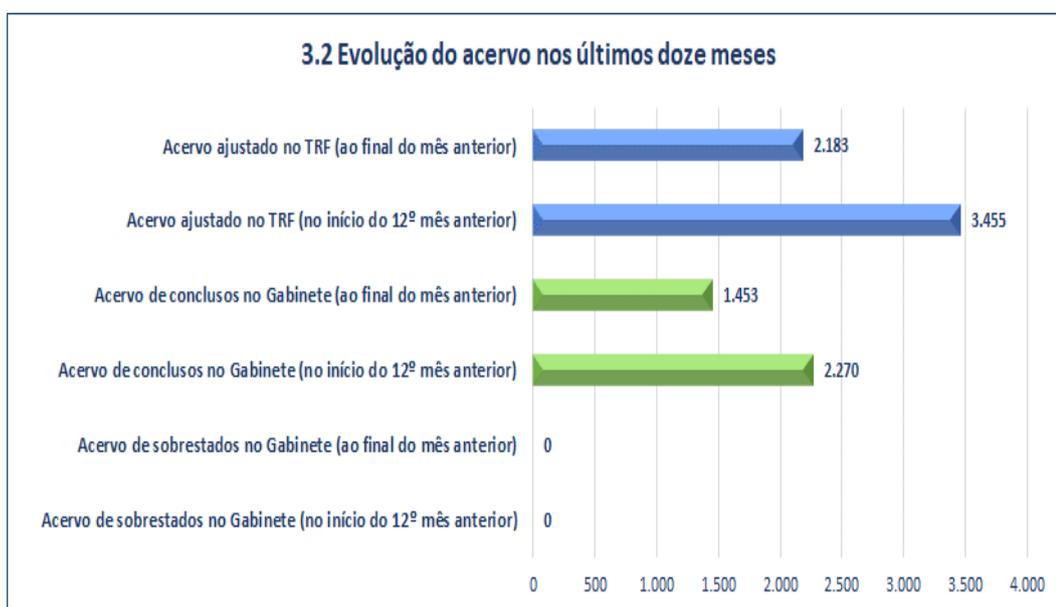
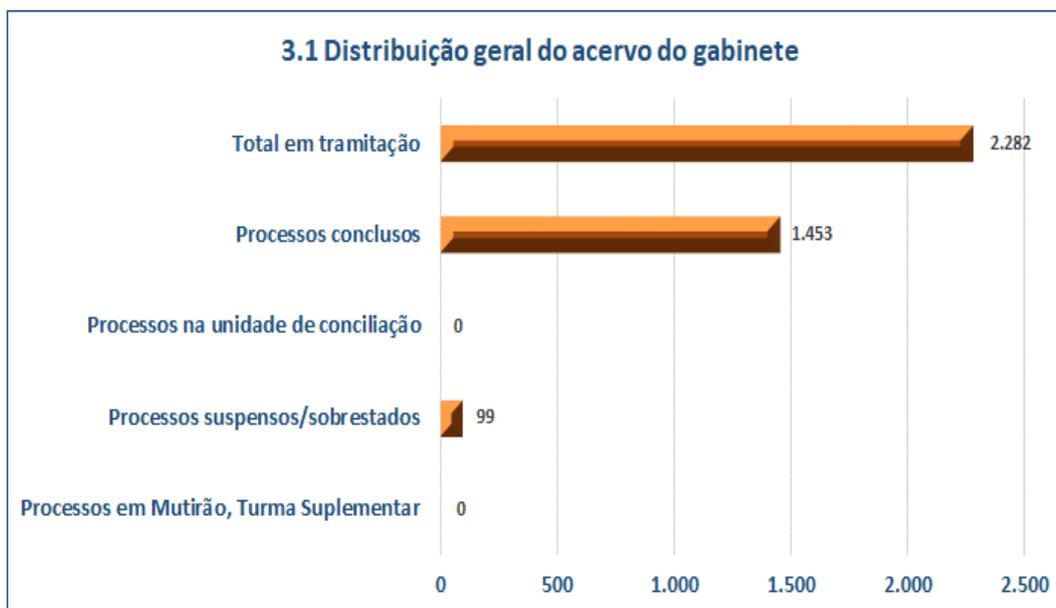
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	1
FC-6	2
FC-5	6
FC-4	4

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

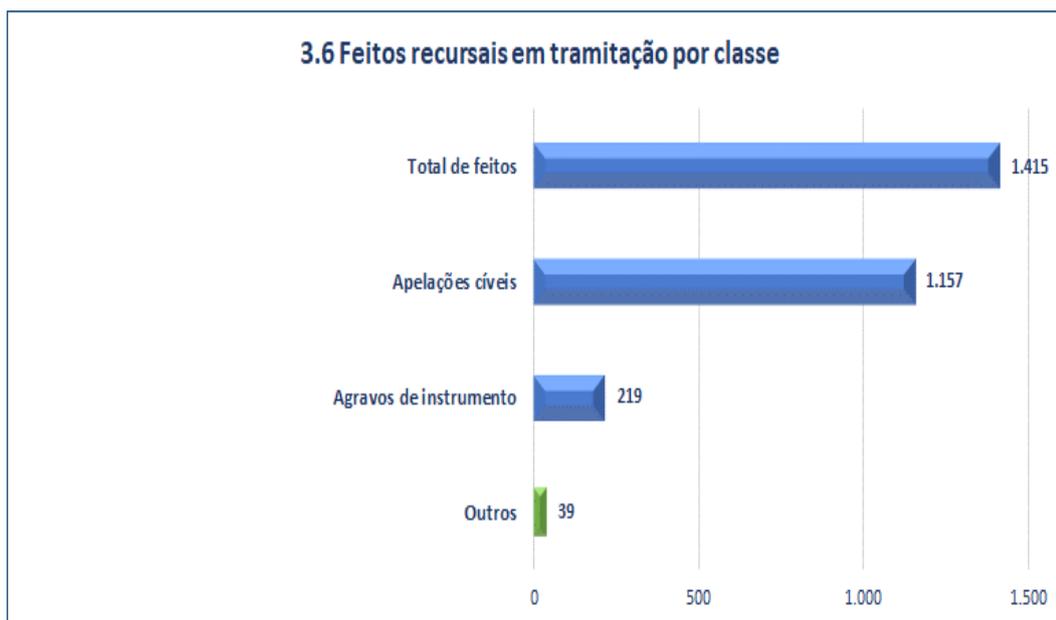
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	25
------------------------------------	----

Mandados de segurança	1
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	1
Ações rescisórias	10

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.415
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	7
Recursos em ações de improbidade administrativa	16
Recursos em ações civis públicas	46
Recursos em ações de desapropriação	5
Recursos em ações com preferência legal	220



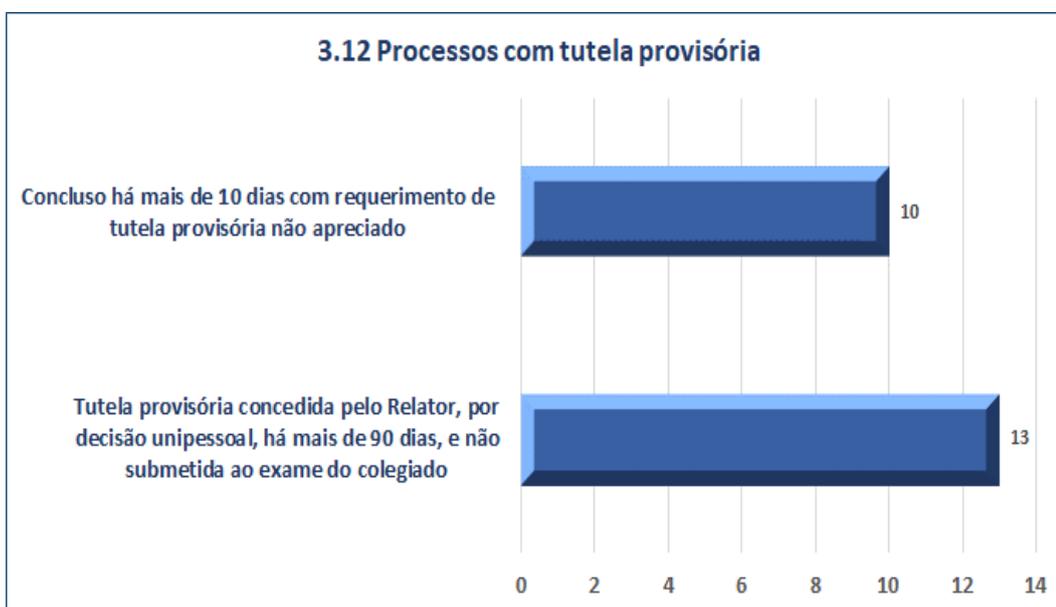
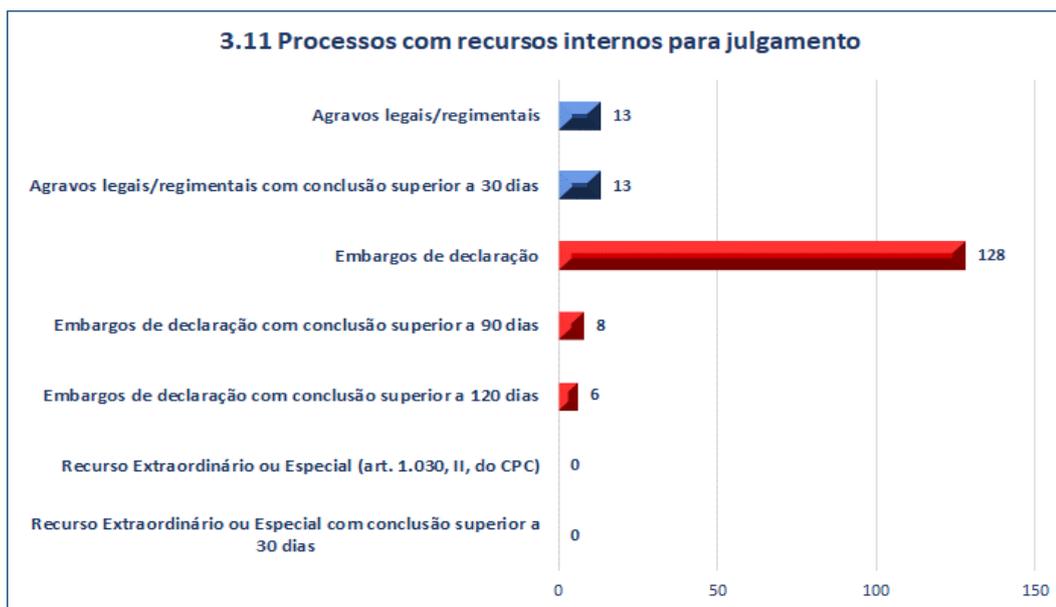
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	1

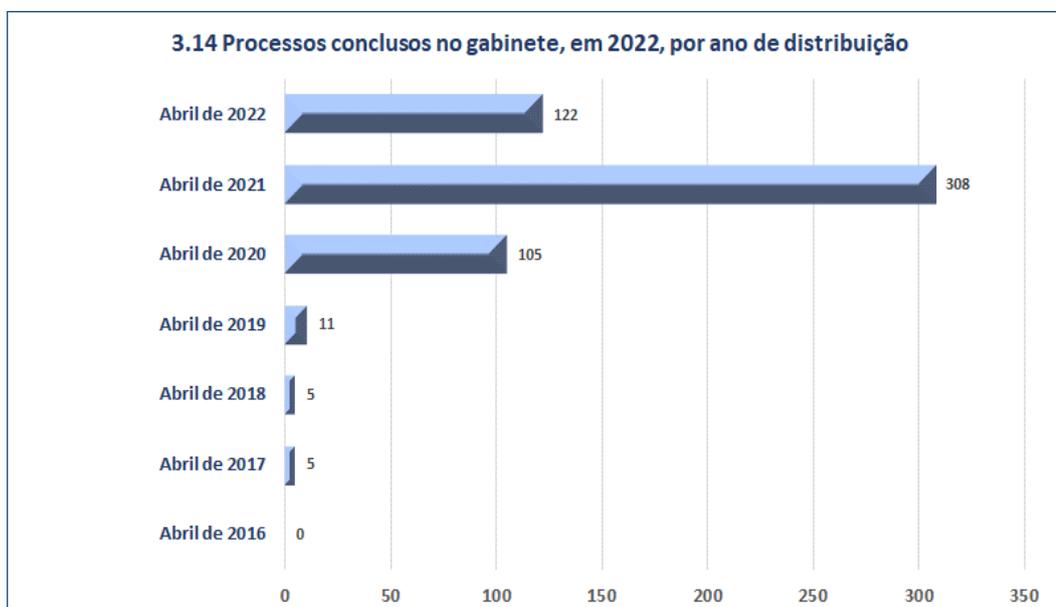
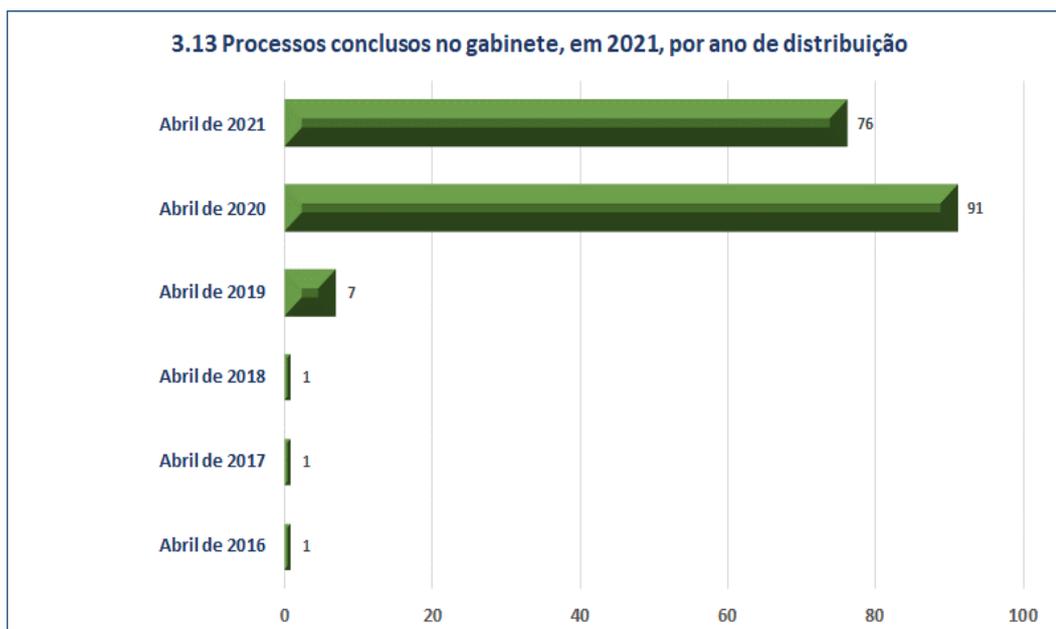
Revisões Criminais	0
--------------------	---

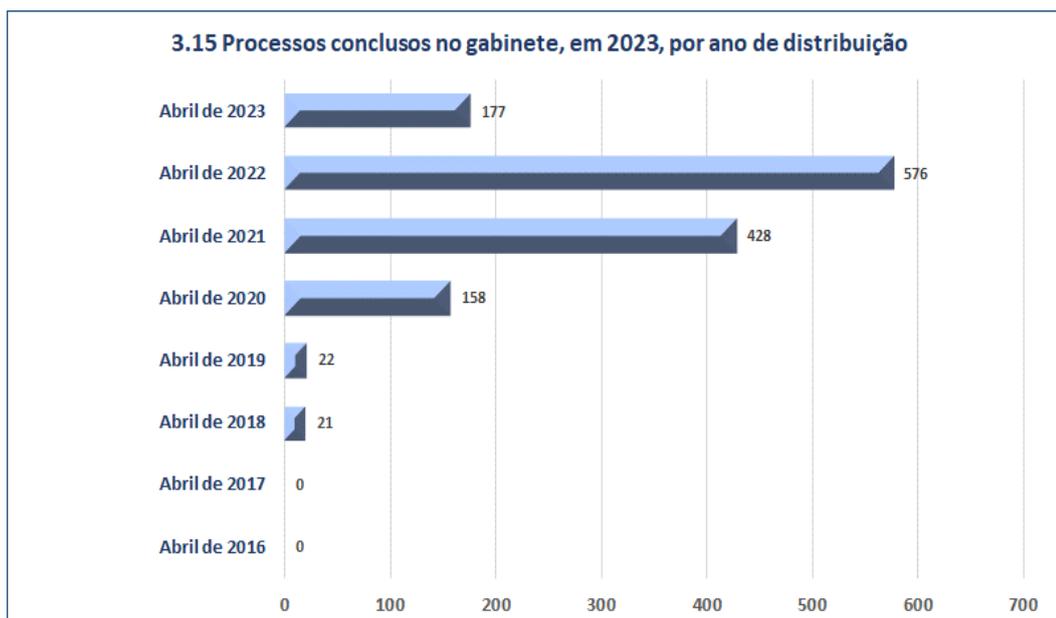
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	12
Apelações	11
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	0
Habeas Corpus	
Ações penais	0
Inquéritos	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

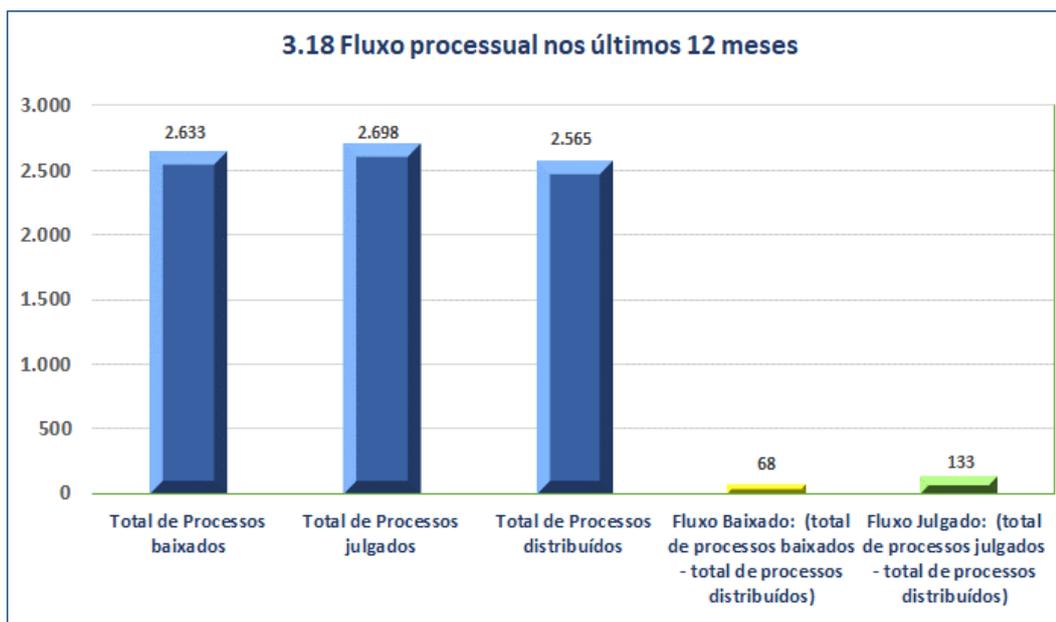




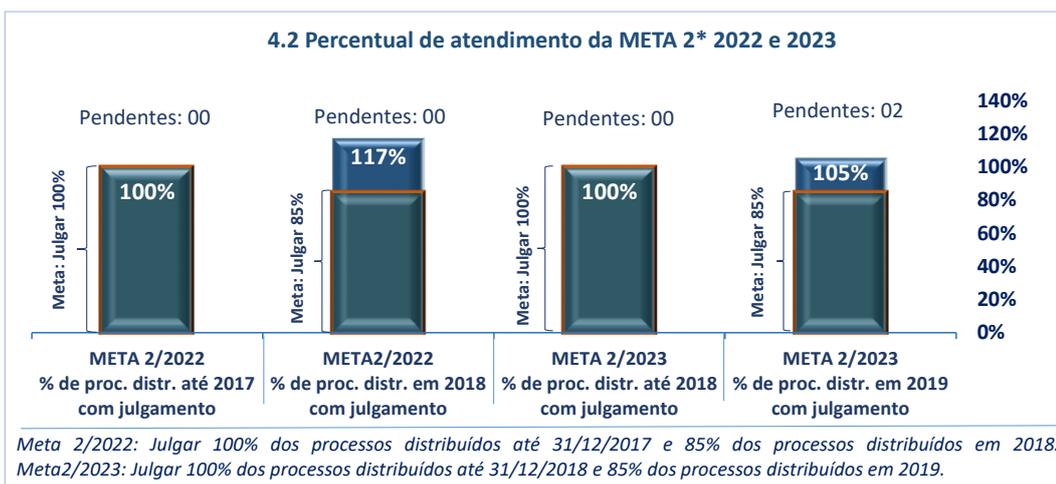
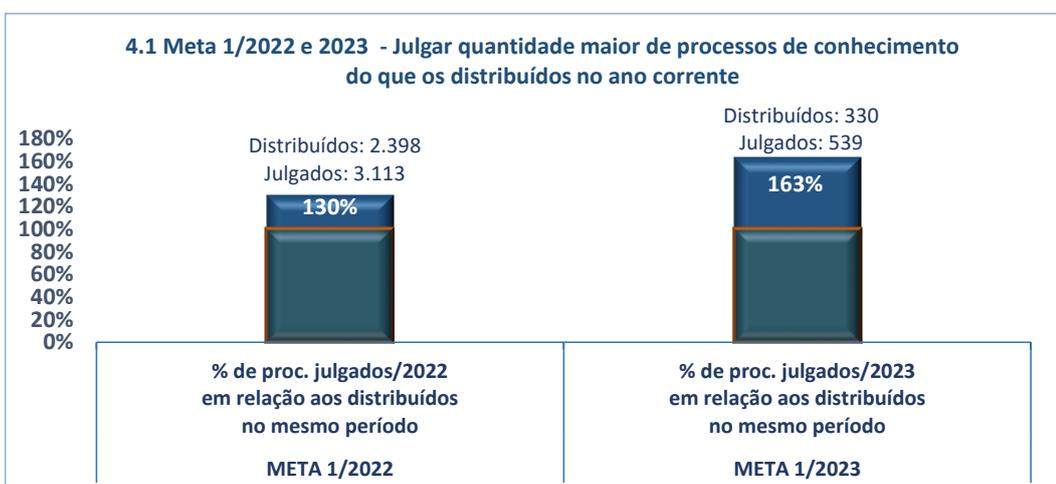


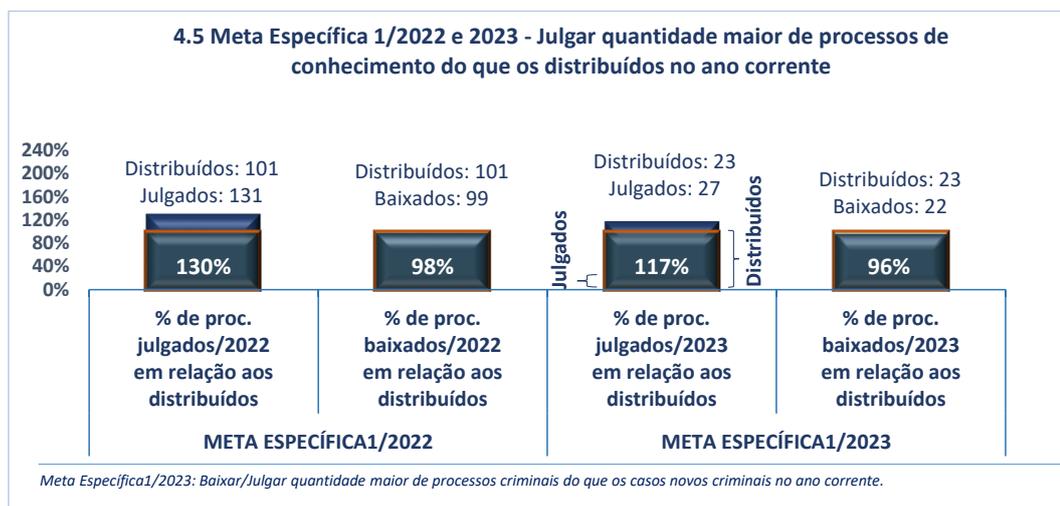
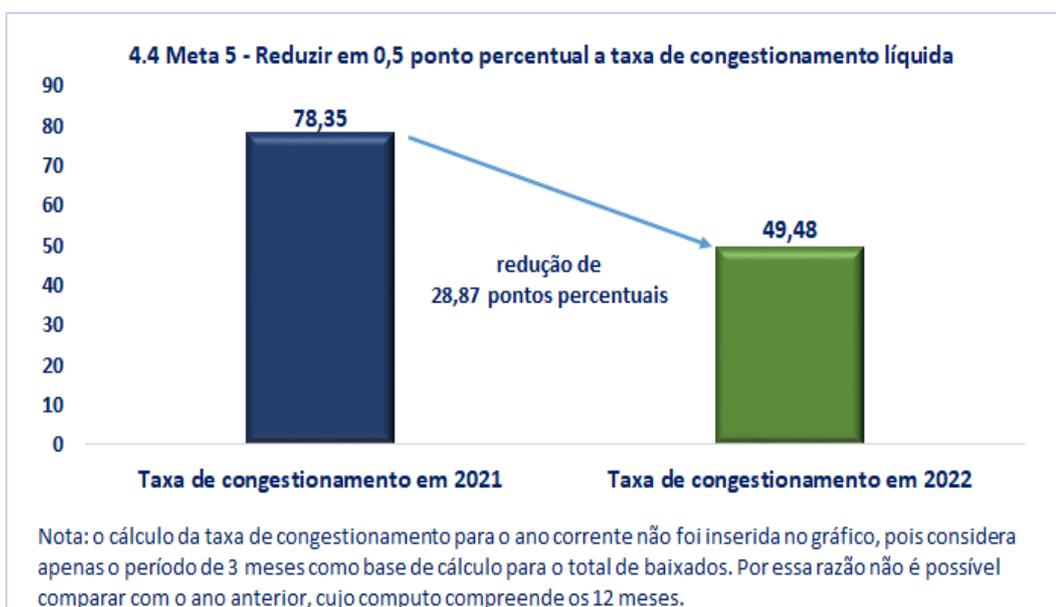
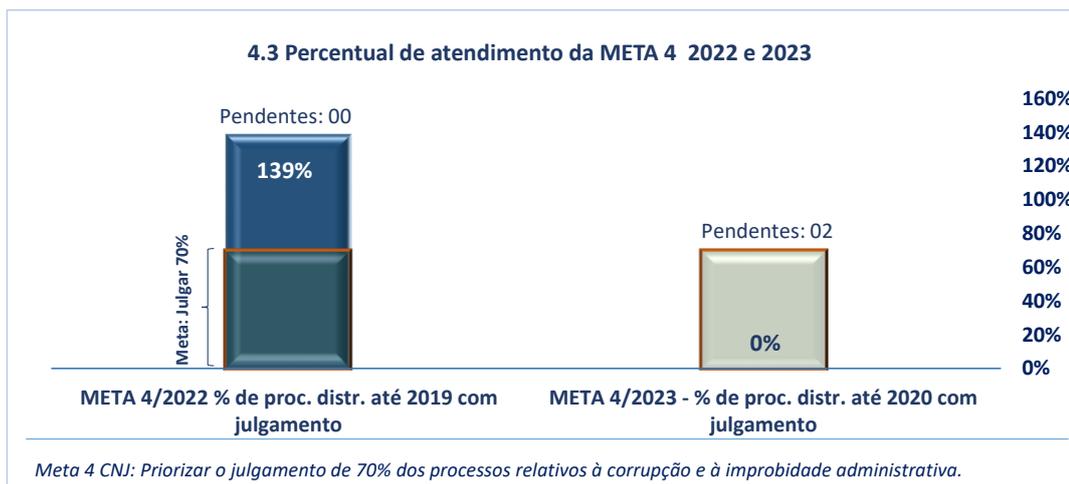
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	2

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	1



4. METAS





4.6 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

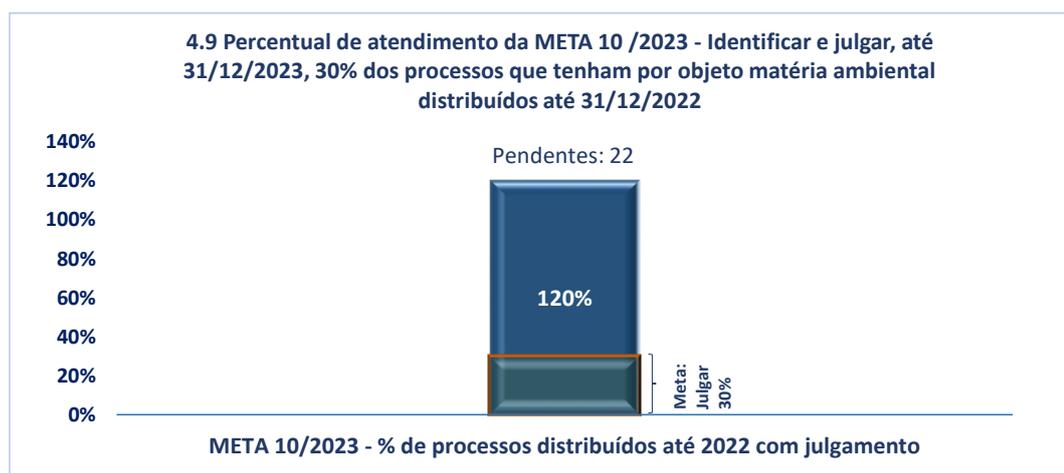
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

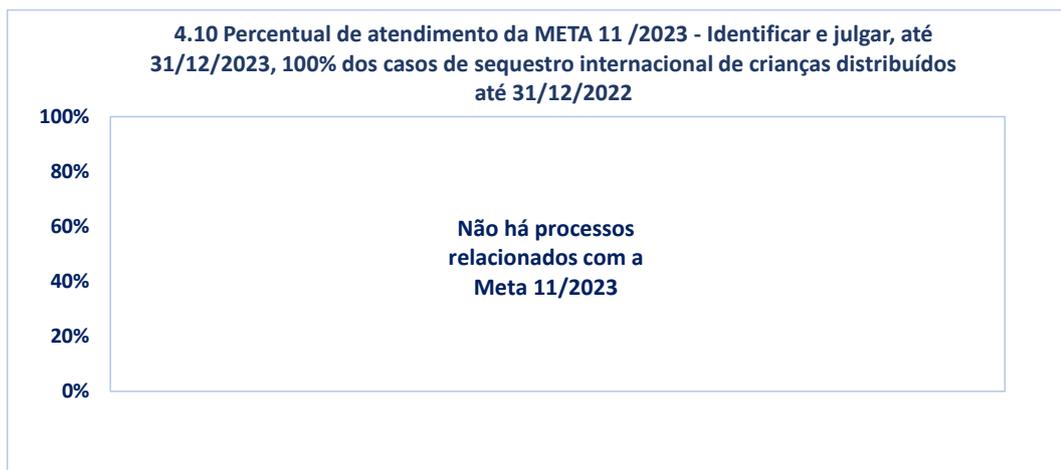
4.7 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

4.8 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete.





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Acompanhamos mensalmente as estatísticas do TRF e analisamos se houve cumprimento das metas fixadas pelo CNJ, concentrando nossos esforços na redução contínua do acervo. O gabinete segue investindo numa triagem criteriosa dos processos recebidos da distribuição ou secretaria, de modo a despachar rapidamente aqueles que precisam de alguma diligência, ou decidindo monocraticamente nas hipóteses do art. 932, do CPC, evitando que tais processos se acumulem no acervo. Os demais processos entram na programação das pautas, divididos por setores (criminal, agravo de instrumento, tributário, administrativo...), de modo a otimizar o trabalho. Verificamos que o acervo de processos vem diminuindo, mas nossa meta é acelerar a velocidade de redução do acervo e a diminuição do tempo de permanência de processos conclusos para julgamento no gabinete.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Identificada a necessidade de sobrestamento do feito é inserido um despacho esclarecendo a situação e determinando que o processo fique sobrestado na Secretaria da Turma, onde se pesquisa de forma contínua o andamento do julgamento dos temas afetados e de julgamentos específicos nos tribunais superiores. Pelo aplicativo de BI do TRF é possível verificar quais processos estão sobrestados e qual a razão.

5.3 Boas práticas e inovações

Analisamos as estatísticas com os resultados obtidos em relação às metas fixadas pelo CNJ/CJF, realizando, inclusive, mutirões internos para cumprimento de metas e prazos fixados para a análise dos recursos quando necessário. Utilizamos a ferramenta de BI para gestão do acervo. Utilizamos uma ferramenta desenvolvida no TRF (JULIA) que auxilia na pesquisa de jurisprudências dos colegiados do TRF5. Agrupamento de processos similares para melhorar a performance na elaboração de minutas.

5.4 Dificuldades

As principais dificuldades são: Carência de servidores do quadro de pessoal para trabalho de assessoria, havendo atualmente lacunas no gabinete. Eventuais inconsistências e lentidão no Sistema Processual.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

No momento, não há servidores em regime de teletrabalho no gabinete.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Nenhum processo do gabinete foi encaminhado para a unidade de conciliação do Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000179-50.2008.4.05.9999	5/3/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0800437-36.2020.4.05.8308	24/3/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0816883-41.2020.4.05.8300	24/3/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0809118-44.2019.4.05.8400	6/8/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0810028-44.2018.4.05.8000	20/7/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0815902-17.2017.4.05.8300	21/10/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0806749-28.2015.4.05.8300	11/1/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0811295-87.2019.4.05.8300	4/12/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0803406-28.2018.4.05.8200	17/2/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		

0804449-36.2019.4.05.8500	21/12/2020	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado por decisão em 2/5/2022.		
0805423-22.2018.4.05.8205	2/10/2020	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0808343-72.2020.4.05.0000	13/7/2020	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão apreciando o pedido de efeito suspensivo proferida em 5/5/2023		
0806629-95.2018.4.05.8100	2/2/2021	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0008997-19.2009.4.05.8200	11/1/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0000774-57.2012.4.05.8302	17/9/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0803160-86.2021.4.05.0000	22/3/2021	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0000595-50.2012.4.05.8100	25/11/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 13/6/2023.		
0809517-82.2021.4.05.0000	16/8/2021	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Tutela cautelar apreciada por decisão em 2/5/2023.		
0810480-90.2021.4.05.0000	8/9/2021	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão apreciando o pedido de efeito suspensivo no dia 3/5/2023.		
0800118-33.2013.4.05.8302	27/1/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0002062-06.2008.4.05.8100	18/6/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 2/5/2023 para o particular constituir novo advogado.		
0800802-61.2013.4.05.8300	24/9/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0012198-91.2010.4.05.8100	27/7/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado no TRF. Encaminhado à Presidência para dar andamento ao recurso especial.		
0012659-34.2008.4.05.8100	28/9/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0017526-86.2007.4.05.8300	21/10/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		

0005459-32.2011.4.05.8500	7/2/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0003268-96.2006.4.05.8400	11/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo encaminhado ao MPF para opinativo.		
0009332-76.2011.4.05.8100	3/5/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0006971-97.2013.4.05.8300	13/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0018948-28.2009.4.05.8300	8/9/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0801127-36.2013.4.05.8300	19/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0021729-91.2007.4.05.8300	24/9/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0001975-04.2009.4.05.8201	3/3/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0007803-70.2007.4.05.8000	4/5/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023		
0000494-25.2008.4.05.8303	3/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0800678-98.2015.4.05.8400	1º/10/2015	1689 - Embargos de Declaração Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0014280-24.2003.4.05.8300	28/5/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0006540-73.2007.4.05.8300	25/6/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inserido na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0009573-04.2003.4.05.8400	27/12/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0800323-24.2022.4.05.0000	17/1/2022	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Pedido de informações na representação criminal ofertada pelo Ministério Público Federal - 0800222-74.2021.4.05.8001 que está em segredo de justiça		
0802364-95.2021.4.05.0000	5/3/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 8/3/2023.		
0814459-26.2022.4.05.0000	17/12/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 18/4/2023.		
0813046-75.2022.4.05.0000	9/11/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 25/4/2023.		

0803801-11.2020.4.05.0000	14/4/2020	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0804566-02.2020.4.05.8400	30/4/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0805354-43.2020.4.05.8100	18/2/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0800439-67.2019.4.05.8105	26/4/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0803450-04.2021.4.05.0000	29/3/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0809399-09.2021.4.05.0000	12/8/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferido despacho para intimar a parte agravada por oficial de justiça, uma vez que a intimação postal restou infrutífera e a parte não se encontra representada na origem.		
0804238-81.2022.4.05.0000	9/4/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0811926-36.2018.4.05.0000	6/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inserido na sessão de julgamento do dia 2/5/2023.		
0810136-46.2020.4.05.0000	21/8/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando retorno, após proferida decisão requerendo acesso ao processo originário do agravo de instrumento em razão da existência de peças sigilosas no feito de origem.		
0814957-93.2020.4.05.0000	7/12/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inserido na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0804255-54.2021.4.05.0000	19/4/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0800068-61.2018.4.05.8001	9/11/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0809599-79.2020.4.05.8300	28/10/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 20/6/2023.		
0805340-44.2015.4.05.8000	3/7/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0804779-35.2020.4.05.8100	15/3/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0800320-39.2020.4.05.8504	28/5/2021	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0807223-91.2020.4.05.0000	19/6/2020	12375 - Reclamação

Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0804461-81.2022.4.05.8100	3/3/2023	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 6/6/2023.		
0808717-25.2019.4.05.0000	9/7/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na sessão de julgamento do dia 20/6/2023.		
0815489-67.2020.4.05.0000	18/12/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração já julgados por decisão em 11/11/2022 (doc id 4050000.34829642).		
0814399-08.2019.4.05.8100	21/12/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgado por decisão no dia 18/4/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 65 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fase processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

As pontuais pendências identificadas na amostra foram solucionadas ainda no decorrer da inspeção, de modo que não há recomendações à unidade quanto ao acervo da amostragem.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada, em 13/6/2023, pelo Juiz Federal Gilton Batista Brito, convocado para atuar no gabinete durante o período de férias do Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho.

A unidade demonstra domínio das ferramentas à disposição para análise e gestão do acervo, e bom gerenciamento de força de trabalho (em que pese a dificuldade relativa à falta de servidores para desempenho de trabalho de assessoria narrada), esforço que merece destaque.

Em consulta pela equipe de inspeção, apontou-se que, após o período de pandemia, foi internalizada parte dos métodos e ferramentas de trabalho de gestão e atuação à distância. Assim, o compartilhamento em nuvem de informações e documentos relevantes ao grupo de trabalho, bem como o uso de canais eletrônicos de comunicação para distribuição de tarefas e reuniões de gestão, foram incorporados de maneira permanente ao sistema de funcionamento do gabinete.

Assinalou-se, ainda, a preocupação com a saúde física e mental do grupo de trabalho, pós-pandemia, de modo que a percepção da unidade é de que no momento percebe-se recorrência maior de problemas de saúde na equipe, dado que merece maior acompanhamento no próximo período.

Ofertado espaço para considerações pela unidade inspecionada, narrou-se crônica dificuldade de reposição de quadro de pessoal, sendo observada maior resistência de outros órgãos na cessão de servidores.

No exame dos dados estatísticos do gabinete, observa-se que, em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos, de 1.850 para 1.453.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior havia 2.270 feitos, e no mês anterior à inspeção atingiu-se o montante de 1.453 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 233, na última inspeção, para 128, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. O quantitativo de agravos internos, por igual, percebeu decréscimo no último período, de 67 para 13 feitos.

Estes dados devem ser vistos em contexto com a criação e instalação de novos gabinetes de Desembargadores Federais e turmas de julgamento no âmbito da 5ª Região. O nivelamento dos acervos foi promovido por interrupção temporária de distribuição às unidades jurisdicionais já existentes (e não por redistribuição de processos anteriormente distribuídos aos gabinetes novos), de modo que a redução dos estoques processuais é significativa, em proporção, ao empenho da equipe para aproveitamento da oportunidade de produtividade ocorrida, a merecer reconhecimento e valorização.

Neste aspecto, em relação aos últimos doze meses, a produtividade da unidade em primeiro julgamento foi de 2.698 feitos, superando a distribuição no mesmo intervalo (2.565 processos). Houve, no mesmo interregno, 2.633 baixas. O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 14 meses, correspondendo à média geral da 4ª Turma.

Os dados colhidos mostram comprometimento com o cumprimento de metas do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, com índices de atendimento integral em todos os casos. Como consequência natural, o perfil etário do acervo atual (de 2.282 processos) é elogiável, com cerca de 96,8% dos processos conclusos correspondendo a feitos distribuídos posteriormente a abril de 2020.

A partir de tais elementos de análise, projeta-se que a manutenção da sistemática de trabalho atual tende a produzir resultados ainda melhores no próximo período de avaliação.

11. RECOMENDAÇÕES

No contexto da análise realizada, segundo os parâmetros fixados, não existe recomendação específica a ser dada, estimulando-se, contudo, a unidade a manter os esforços de organização da equipe e bons resultados de trabalho.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Quarta Turma, Primeira Seção e Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

Desde de agosto de 2007

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Tereza Neuman Lima Uchoa, Chefe de Gabinete

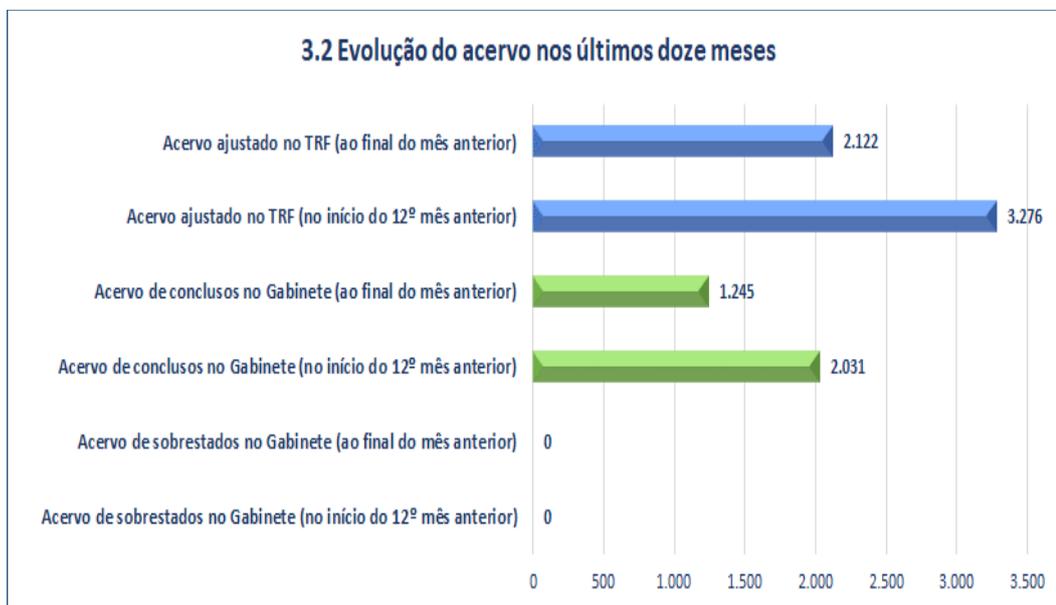
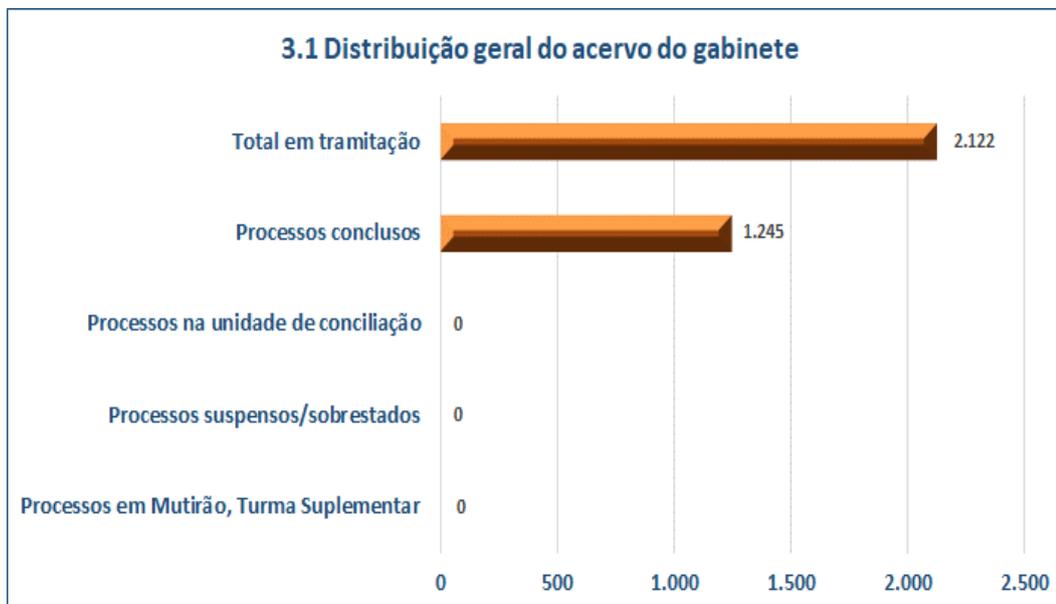
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	3
Estagiários	1

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-5	7
FC-4	6

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

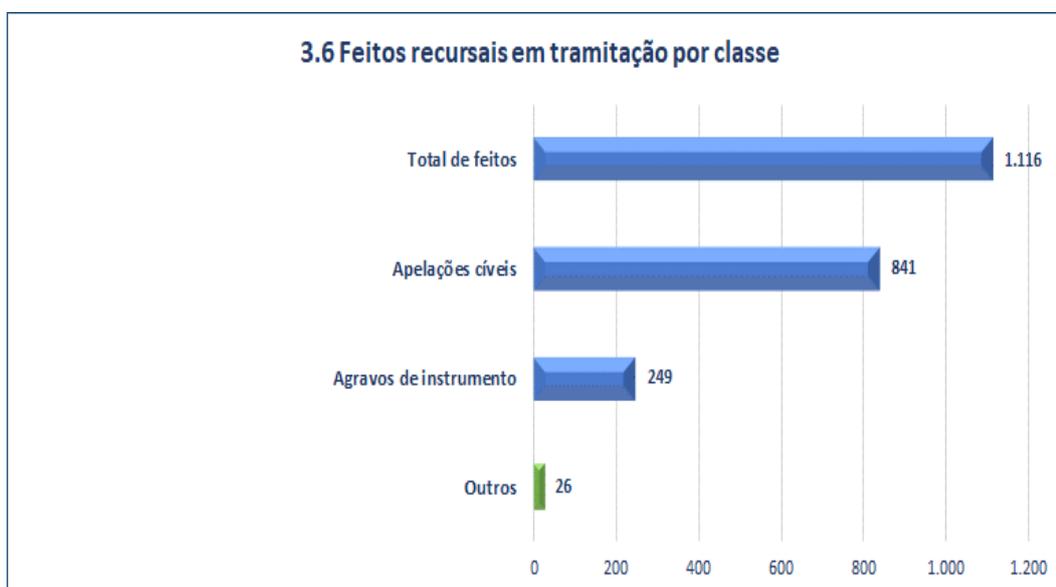
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)

Auxílio se deu em Processo de improbidade e Apelação Criminal de competência da Quarta Turma. Especificamente relataram processos do Gabinete do Desembargador Federal Manoel Erhardt: Bernardo Monteiro Ferraz com 4 (quatro) processos; Marcos Antonio Maciel Saraiva com 2 (dois) processos; Rafael Chalegre do Rêgo Barros com 4 (quatro) processos; Roberta

	Walmsley Soares Carneiro Porto de Barros com 6 (seis) processos.
--	--

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	39
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	1
Reclamações	2
Ações rescisórias	26

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.116
Recursos em mandados de segurança coletivos	4
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	31
Recursos em ações civis públicas	60
Recursos em ações de desapropriação	10
Recursos em ações com preferência legal	203

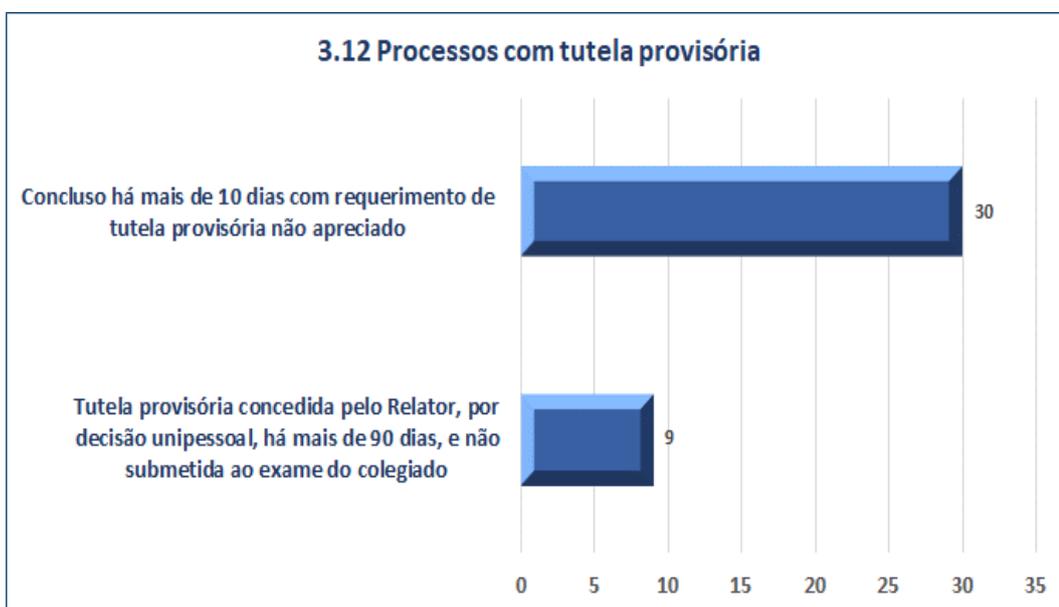
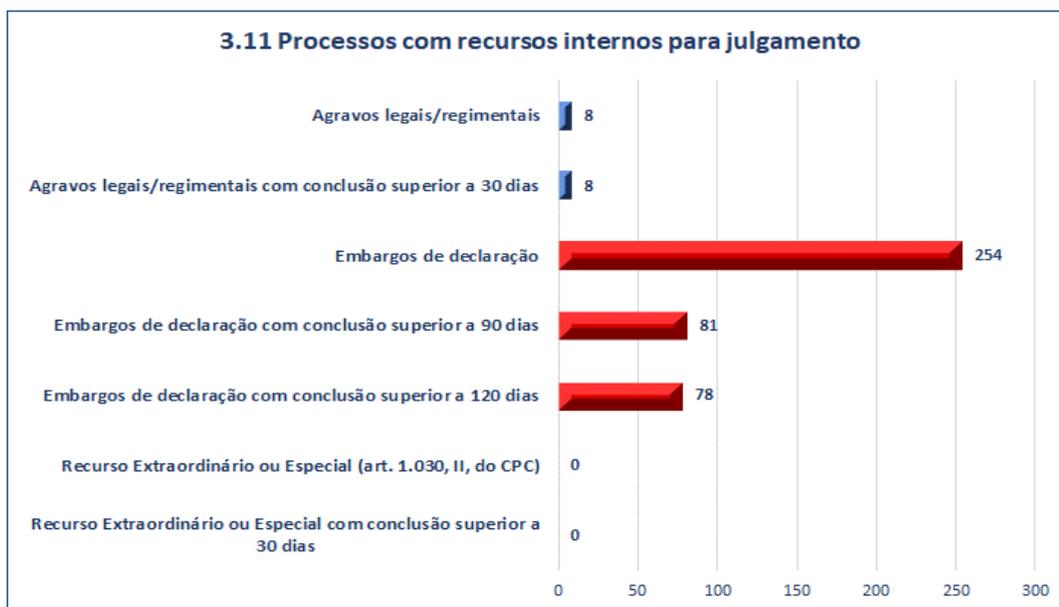


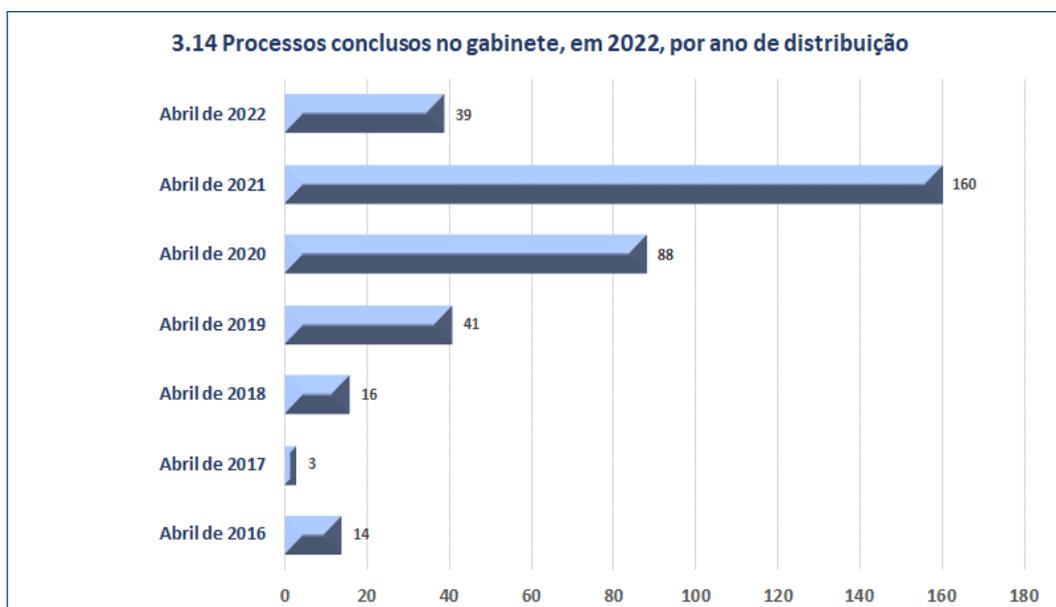
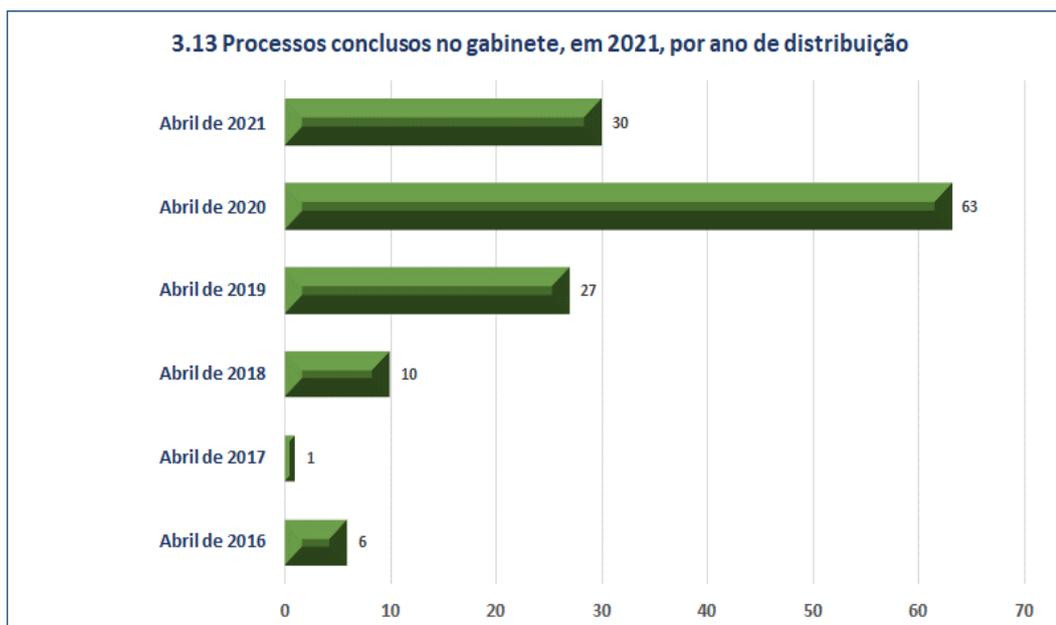
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	23
Ações penais	1
Inquéritos	3
Habeas corpus	9
Revisões Criminais	4

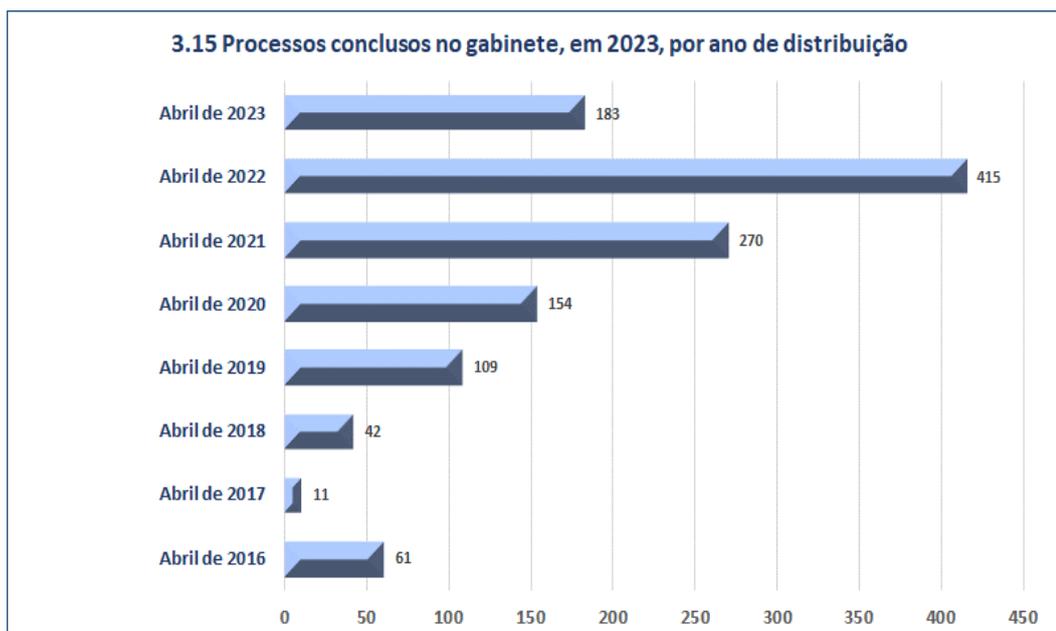
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	67
Apelações	64
Recursos em Sentido Estrito	1
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	2

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	8
Apelações	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	3

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

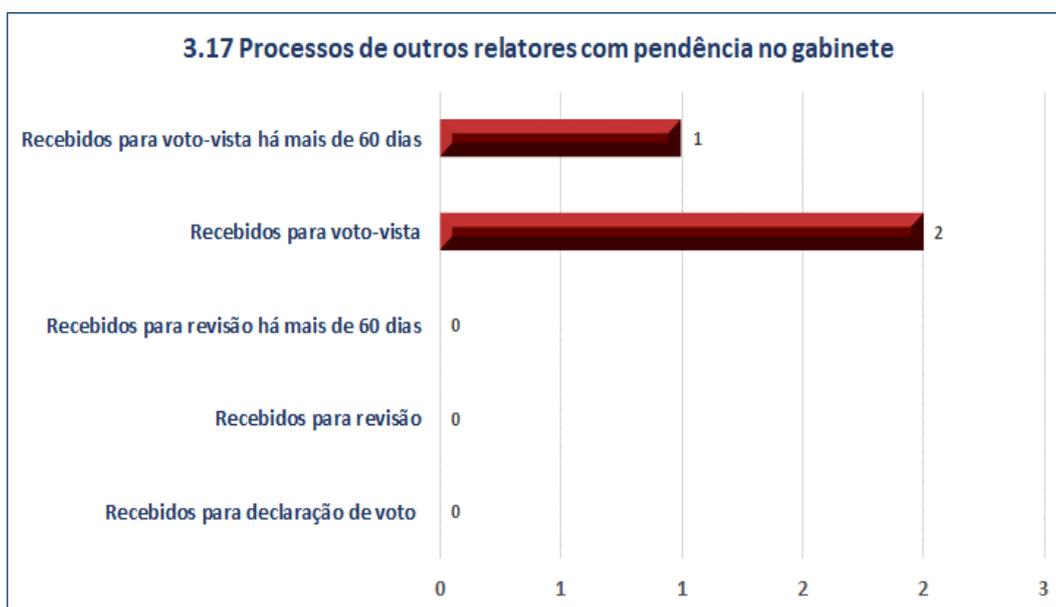


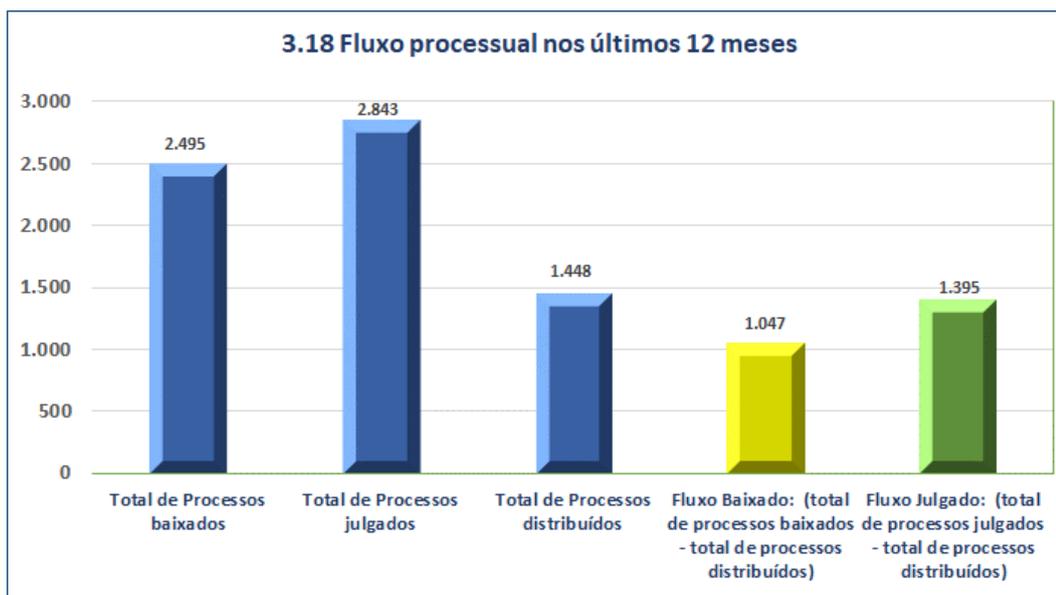




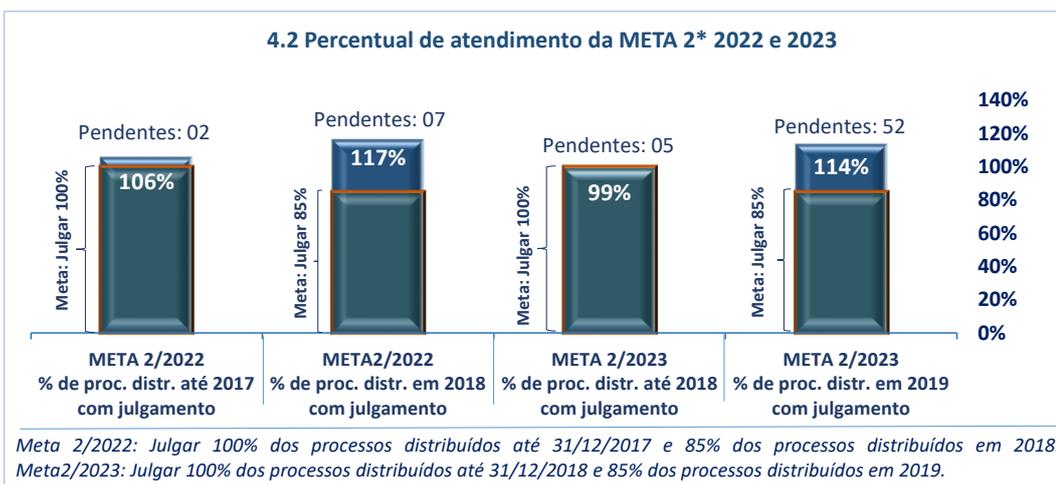
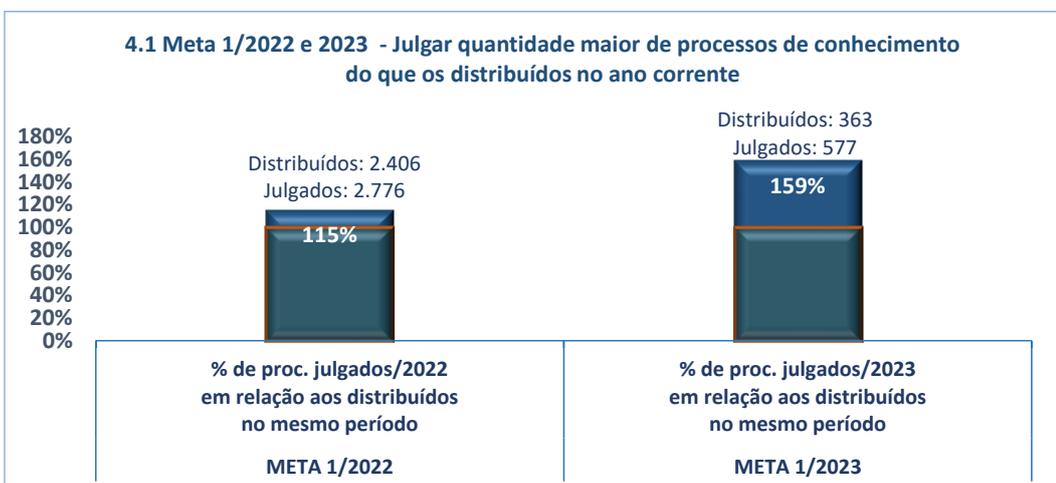
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

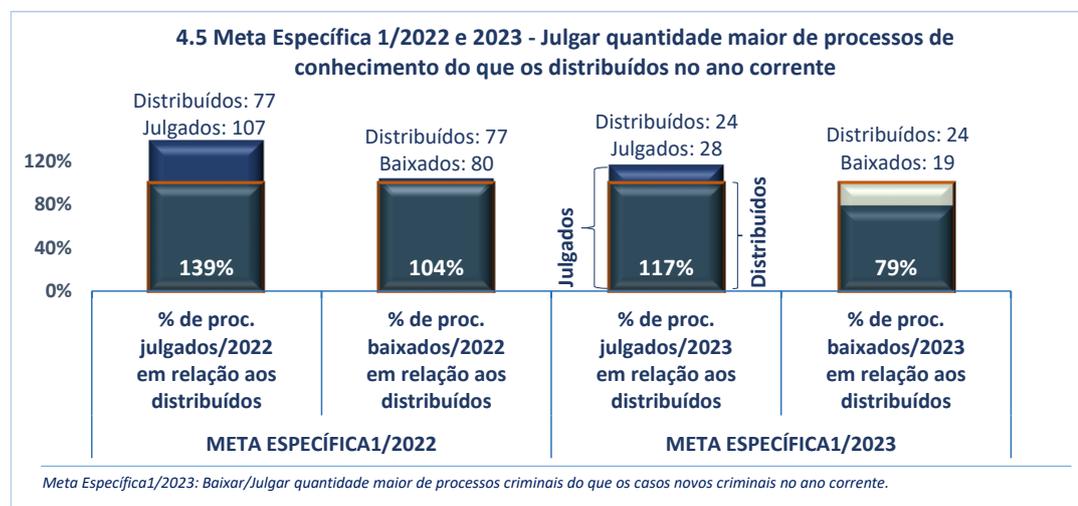
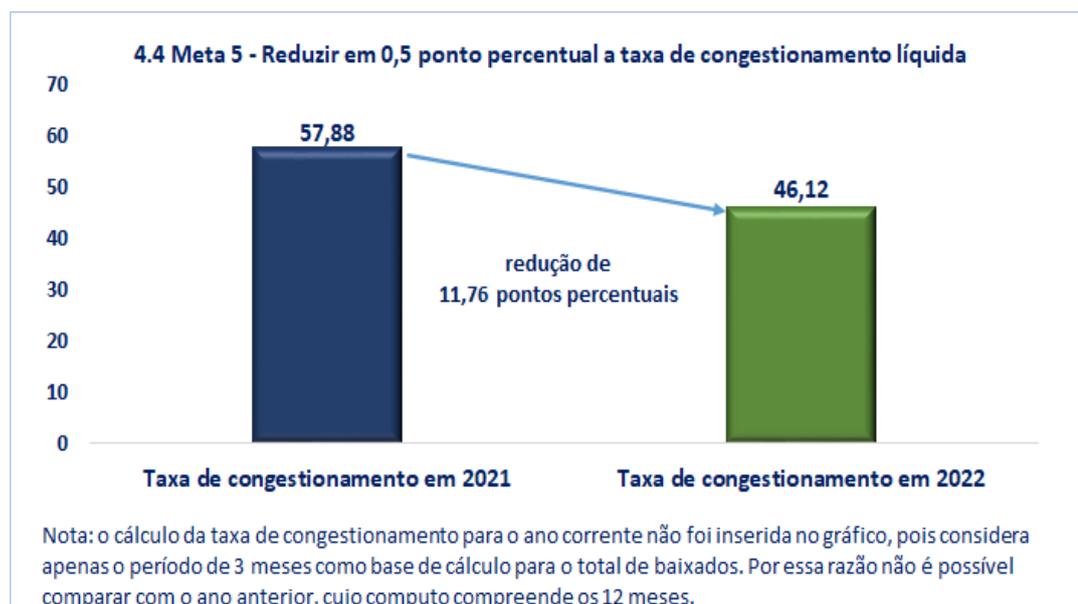
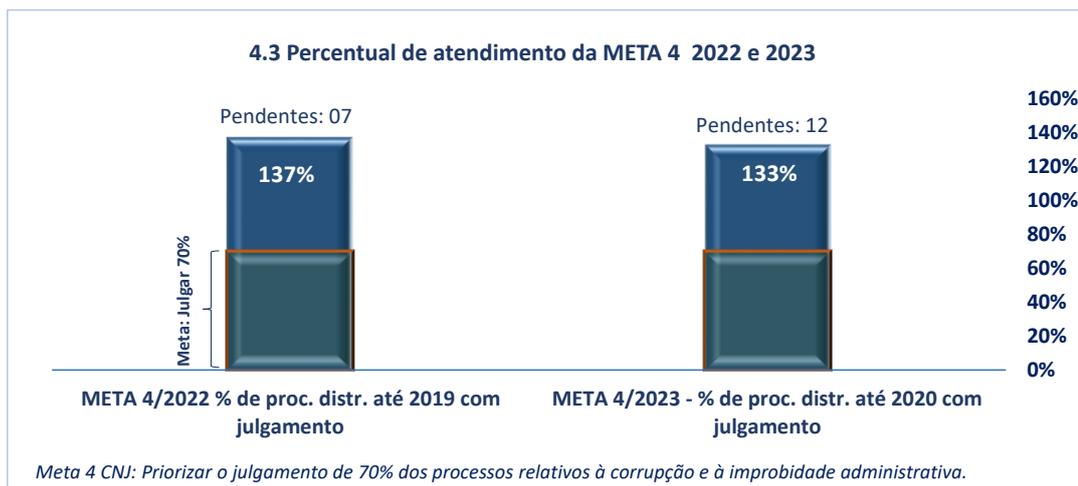
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	1





4. METAS





4.6 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

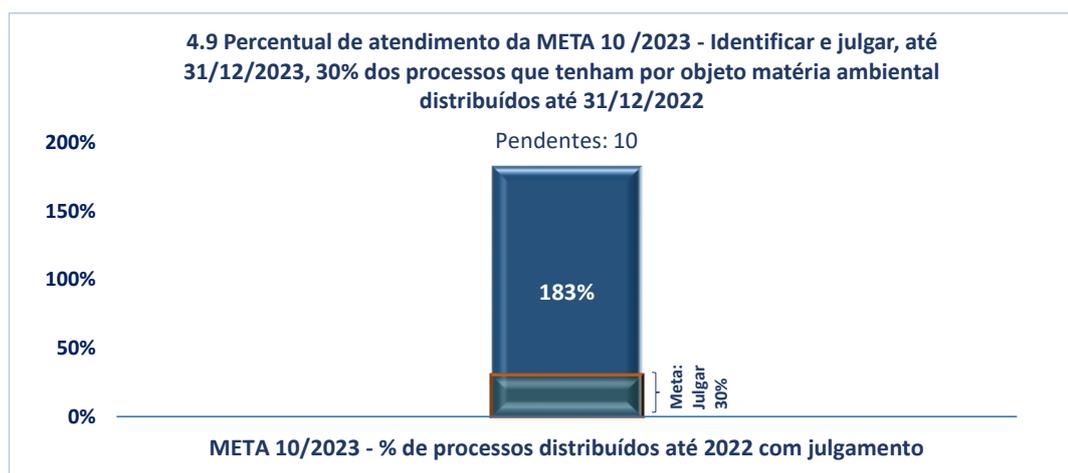
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não aplicável

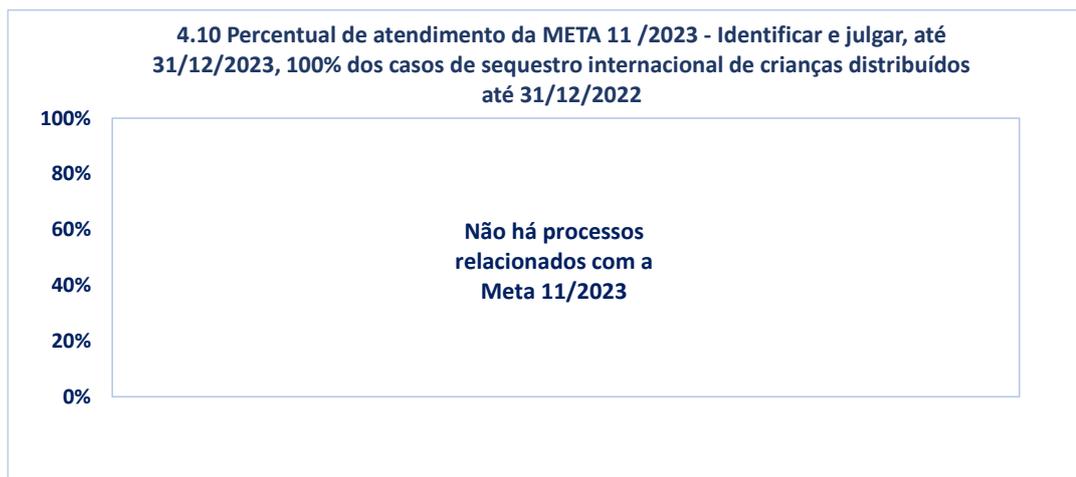
4.7 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não aplicável

4.8 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Não há um plano de gestão escrito. Contudo, o Desembargador estabelece diretrizes que são constantemente repassadas aos servidores. Dentre elas, destacam-se: o julgamento de processos em quantidade superior àqueles distribuídos (Meta 1 do CNJ); acompanhamento diário das tutelas de urgência e processos com réus presos; cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ; observâncias das prioridades legais; análise e julgamento com a maior brevidade possível dos embargos de declaração e agravos internos. O acervo do gabinete é integralmente eletrônico e os processos são divididos em 5 (cinco) grandes grupos: Administrativo, Previdenciário, Execução, Tributário e Penal. Há subdivisões dos grupos com maior especificidade de matéria. Também existem as caixas de cada servidor, em que são colocados processos pré-selecionados de acordo com a matéria. O servidor é responsável por monitorar a pasta com processos sob sua responsabilidade, com a supervisão dos coordenadores de cada grupo. Frequentemente são realizadas reuniões com a equipe para análise do desempenho do gabinete, bem ainda a divulgação do nível de cumprimento das metas e a necessidade de eventuais ajustes a fim de otimizar os esforços para o atingimento das diretrizes estabelecidas.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Nos casos em que o tribunal é oficiado pelos tribunais superiores para sobrestar a tramitação de processos, é proferido despacho pelo relator suspendendo a tramitação e encaminhando o feito à secretaria até que venha ordem de dessobrestamento.

5.3 Boas práticas e inovações

Utilização de unidade de armazenamento virtual para compartilhamento das minutas de voto elaboradas, disponibilizando aos servidores extenso acervo; Constante aprimoramento das minutas, especialmente para que estejam alinhadas com a jurisprudência dos Tribunais Superiores; Comunicação aos servidores de forma

imediate das teses firmadas no âmbito das sessões ampliadas; Realização de reuniões com a equipe para análise do desempenho do gabinete; Acompanhamento mensal do cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

5.4 Dificuldades

Até a ampliação do tribunal, com a criação de 9 (nove) gabinetes, efetivada em setembro de 2022, a quantidade de processos distribuídos era desproporcional, dificultando o cumprimento das metas do CNJ.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não houve encaminhamento no último ano

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0803525-59.2018.4.05.8500	27/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0803257-10.2015.4.05.8500	31/01/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0019728-65.2009.4.05.8300	19/5/2010	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0807628-98.2016.4.05.8300	1º/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0806298-32.2017.4.05.8300	9/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0802290-18.2017.4.05.8201	6/8/2019	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0809633-34.2018.4.05.8200	27/8/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0802277-29.2016.4.05.8500	26/8/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0812153-80.2017.4.05.8400	14/4/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0808004-07.2018.4.05.8400	17/6/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento presencial prevista para 23/5/2023.		
0007202-32.2010.4.05.8300	27/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800333-53.2015.4.05.8103	9/9/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0001402-74.2011.4.05.8401	14/8/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0002284-11.2003.4.05.8500	31/10/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0801831-11.2020.4.05.8201	13/4/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0802258-20.2020.4.05.8100	28/5/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0001663-11.2007.4.05.8100	17/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0801295-82.2020.4.05.8400	7/10/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0802931-47.2019.4.05.8100	3/2/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		

0007736-14.2012.4.05.8200	3/3/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0017831-93.2004.4.05.8100	12/11/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo na Secretaria da 4ª Turma para cumprir despacho (proferido em 28/4/2023).		
0814568-74.2021.4.05.0000	15/12/2021	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo julgado por decisão monocrática proferida em 5/5/2023.		
0800103-27.2014.4.05.8400	30/5/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800008-59.2012.4.05.8305	25/10/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0801978-31.2022.4.05.0000	17/3/2022	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0018374-34.2011.4.05.8300	5/6/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0010572-58.2006.4.05.8300	7/5/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0007861-79.2012.4.05.8200	22/8/2014	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0000168-22.2022.4.05.9840	26/8/2022	12081 - Incidente de Suspeição Cível
Providência: Processo julgado por decisão monocrática em 3/5/2023 (publicada em 4/5).		
0022433-80.2004.4.05.0000	10/8/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0809673-70.2021.4.05.0000	19/8/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento presencial prevista para 28/6/2023.		
0802753-80.2021.4.05.0000	12/3/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 24/5/2023.		
0804501-16.2022.4.05.0000	19/4/2022	12394 - Revisão Criminal

Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento presencial prevista para 24/5/2023.		
0806184-88.2022.4.05.0000	6/6/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento presencial prevista para 24/5/2023.		
0809695-94.2022.4.05.0000	25/8/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Decisão proferida em 9/5/2023 indeferindo o pedido de instauração de Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva,		
0800460-69.2023.4.05.0000	21/1/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em sessão presencial do dia 9/5/2023.		
0005109-19.2012.4.05.8400	4/9/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800011-02.2021.4.05.8401	6/7/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com acórdão lavrado e publicado em 15/4/2023.		
0801642-33.2020.4.05.8201	14/6/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com acórdão lavrado e publicado em 15/4/2023.		
0002811-54.2012.4.05.8400	8/7/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com acórdão lavrado e publicado em 15/4/2023.		
0817722-50.2021.4.05.8100	1º/6/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com acórdão lavrado e publicado em 21/4/2023.		
0821350-18.2019.4.05.8100	23/4/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0805680-03.2020.4.05.8100	10/8/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0814281-43.2021.4.05.8300	4/2/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0812704-69.2019.4.05.0000	24/9/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0809456-61.2020.4.05.0000	5/8/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0814940-57.2020.4.05.0000	7/12/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		

0801974-28.2021.4.05.0000	25/2/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0811858-18.2020.4.05.0000	28/9/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0801247-69.2021.4.05.0000	9/2/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0809240-66.2021.4.05.0000	8/8/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800550-20.2020.4.05.8201	2/3/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0809376-47.2020.4.05.8100	17/5/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800249-88.2020.4.05.8002	8/9/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 4/5/20223 com vistas dos autos à Procuradoria Regional da República para ofertar parecer. Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800503-85.2021.4.05.8500	6/7/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800672-02.2021.4.05.8200	17/9/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0813914-92.2018.4.05.0000	18/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado por decisão monocrática proferida em 5/5/2023.		
0000517-67.2016.4.05.0000	14/3/2016	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento presencial prevista para 14/6/2023.		
0800716-30.2021.4.05.8100	29/3/2022	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Processo incluído em mesa na sessão de julgamento presencial prevista para 24/5/2023.		
0809753-81.2021.4.05.8100	15/3/2022	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Processo incluído em mesa na sessão de julgamento presencial prevista para 24/5/2023.		
0809713-52.2021.4.05.0000	12/8/2022	279 - Inquérito Policial

Observação/Providência: Processo incluído em mesa na sessão de julgamento presencial prevista para 24/5/2023.		
0809076-04.2021.4.05.0000	10/8/2022	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: foi proferida decisão, em 11/5/2023, suscitando conflito negativo de competência.		
0800197-03.2022.4.05.8203	22/8/2022	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Processo incluído em mesa na sessão de julgamento presencial prevista para 24/5/2023.		
0802650-50.2017.4.05.8201	4/6/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento prevista para 24/5/2023.		
0807884-07.2017.4.05.8300	13/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800073-86.2019.4.05.8312	6/11/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0812365-13.2019.4.05.0000	16/9/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado por decisão monocrática em 9/5/2023.		
0807112-16.2018.4.05.8201	2/8/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0806107-50.2020.4.05.0000	30/5/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0801538-45.2019.4.05.8308	13/12/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		
0800985-56.2020.4.05.0000	5/2/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em sessão de julgamento virtual prevista para 6/6/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 72 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fase processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

As pontuais pendências identificadas na amostra foram solucionadas ainda no decorrer da inspeção, de modo que não há recomendações à unidade quanto ao acervo da amostragem.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada, em 14/6/2023, pelo Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt.

O gabinete demonstra domínio das ferramentas à disposição para análise e gestão do acervo, e bom gerenciamento da força de trabalho (dividida em grupos e subgrupos temáticos, favorecendo especialização e maior celeridade na redação de minutas), esforço que merece destaque.

Consultada pela equipe de inspeção, a unidade apontou que, após o período de pandemia, foi internalizada parte dos métodos e ferramentas de trabalho de gestão e atuação à distância. Assim, foi incorporado permanentemente o sistema de metas de produtividade, bem como a comunicação da equipe por aplicativos de mensagem e videoconferência, além de atendimento virtual dos advogados.

Assinalou-se, ainda, a preocupação inicial da equipe com o retorno dos trabalhos presenciais, sendo que grande parte dos servidores contraiu o coronavírus. Presentemente, segundo o informado, o grupo de trabalho apresenta bom estado emocional, sem notícia de intercorrências neste aspecto.

No exame dos dados estatísticos da unidade, observa-se que, em comparação à inspeção anterior, houve substancial diminuição do montante de processos conclusos, de 2.000 para 1.245.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior havia 2.031 feitos, e no mês anterior à inspeção atingiu-se o montante de 1.245 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 419, na última inspeção, para 254, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. O quantitativo de agravos internos, por igual, percebeu decréscimo no último período, de 73 para 8 feitos.

Estes dados devem ser vistos em contexto com a criação e instalação de novos gabinetes de desembargadores federais e turmas de julgamento no âmbito da 5ª Região. O nivelamento dos acervos foi promovido por interrupção temporária de distribuição às unidades jurisdicionais já existentes (e não por redistribuição de processos anteriormente distribuídos aos gabinetes novos), de modo que a redução dos estoques processuais é significativa, em proporção ao empenho da equipe para aproveitamento da oportunidade de produtividade ocorrida, a merecer reconhecimento e valorização.

Neste aspecto, em relação aos últimos doze meses, a produtividade da unidade em primeiro julgamento foi de 2.843 feitos, superando a distribuição no mesmo intervalo (1.448 processos). Houve, no mesmo período, 2.495 baixas. O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 15 meses, contra 14 meses na média geral da Turma.

Os dados colhidos mostram comprometimento com o cumprimento de metas do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, com índices de atendimento integral ou próximo em todos os casos. Como consequência natural, o perfil etário do acervo atual (de 2.122 processos) é elogiável, com cerca de 82,08% de processos conclusos correspondendo a feitos distribuídos posteriormente a abril de 2020.

A partir de tais elementos de análise, projeta-se que a manutenção da sistemática de trabalho atual tende a produzir resultados ainda melhores no próximo período de avaliação.

11. RECOMENDAÇÕES

No contexto da análise realizada segundo os parâmetros fixados, não existe recomendação específica a ser dada, estimulando-se, contudo, a unidade a manter os esforços de organização da equipe e bons resultados de trabalho.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Pleno, Terceira Seção, e Quarta Turma - artigos 6º a 10 do Regimento Interno TRF5 - 2022

1.3 Tempo de exercício na unidade

7 anos e 5 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Solígia Torres de Araújo

2.2 Quadro de Pessoal

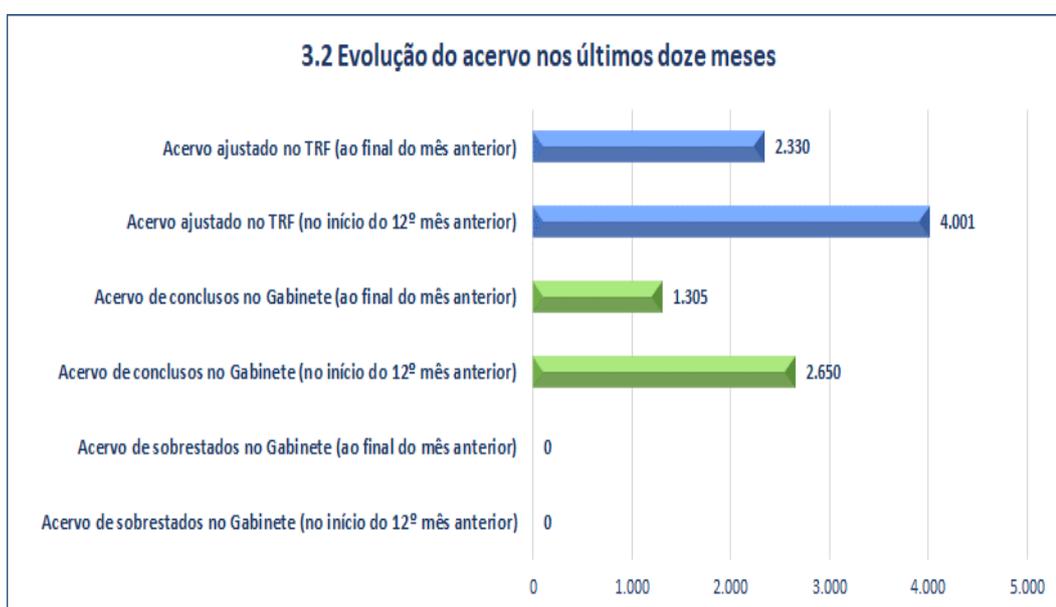
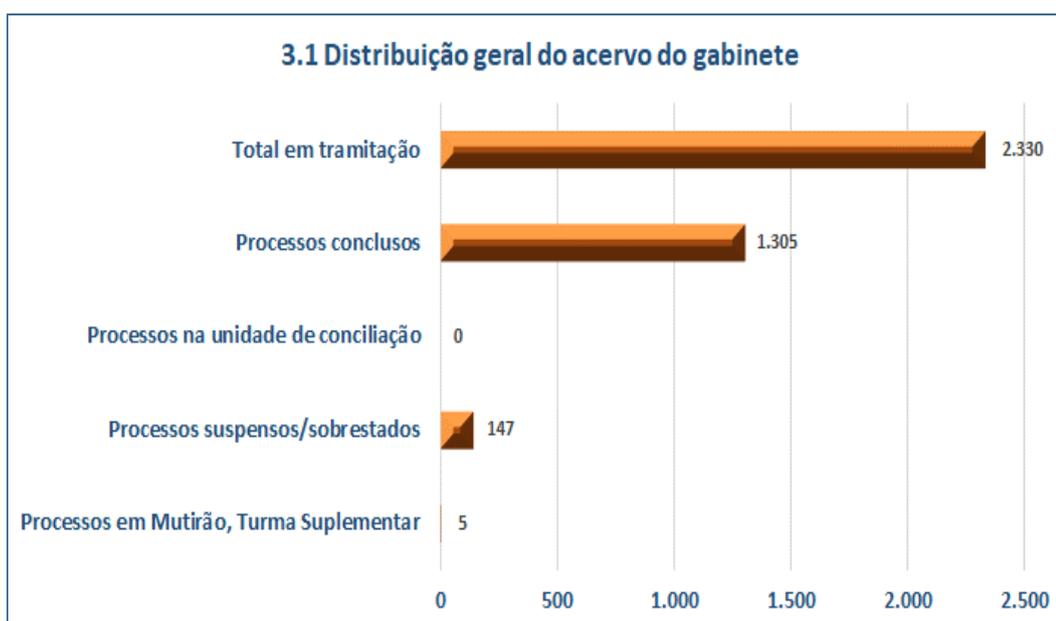
Servidores efetivos	1) André de Lyra Pinto; 2) Marcos José Claudino; 3) Nicole Anlicoara; 4) Verônica de Lima Falcão - Requisitados: 5) Ana Patrícia Farinha Fonseca; 6) Cláudia Aguiar Gomes; 7) Diego Rodrigues Clementino; 8) Laysa Lopes Andrade Lima; 9) Luciana Agra Bezerra Pinto; 10) Marcelo Cintra Barros; 11) Maria Evelyne Dias Câmara; 12) Nielson Andrade; 13) Vera Brito Cal Muinhos; 14) Wander Magalhães Barros
Servidores sem vínculo	1) Solígia Torres de Araújo (servidora aposentada)
Estagiários	1) Lorena Torres dos Santos Cabral; 2) Victoria Araujo de Santana

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-6	4

FC-5	5
FC-4	2
FC-3	0
FC-2	0
FC-1	0

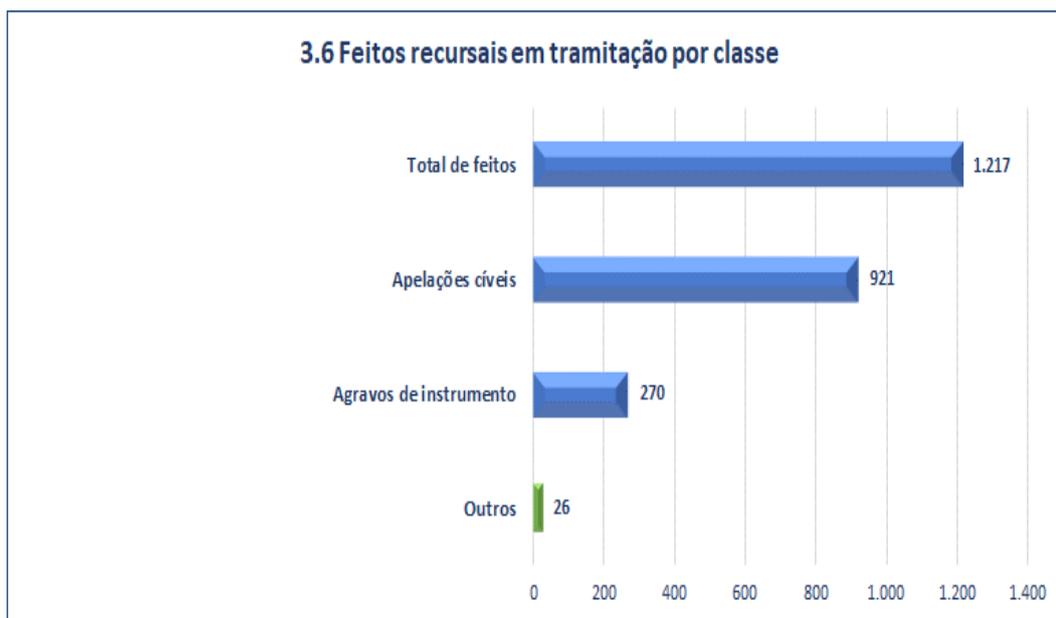
3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	sim
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	julgados apenas 7 processos (residuais) por juízes auxiliares, após o período oficial do mutirão (novembro/21 a outubro/22), informado na autoinspeção

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	22
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	0
Ações rescisórias	17

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Recursos em mandados de segurança coletivos	3
Recursos em ações populares	4
Recursos em ações de improbidade administrativa	98
Recursos em ações civis públicas	51
Recursos em ações de desapropriação	10
Recursos em ações com preferência legal	2
Total de feitos recursais cíveis	1.217

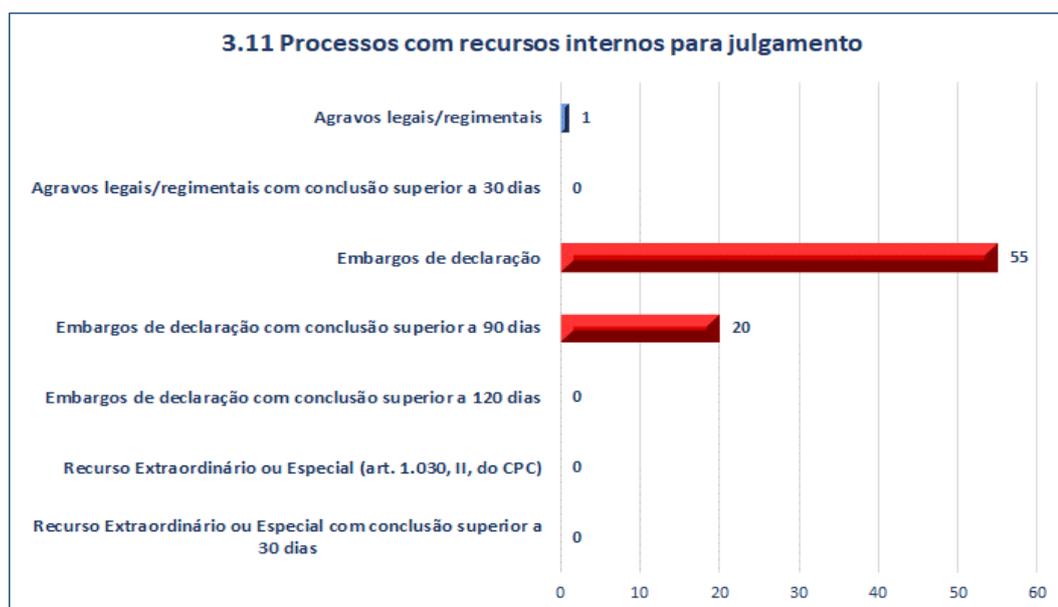


3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	5
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	1
Revisões Criminais	3

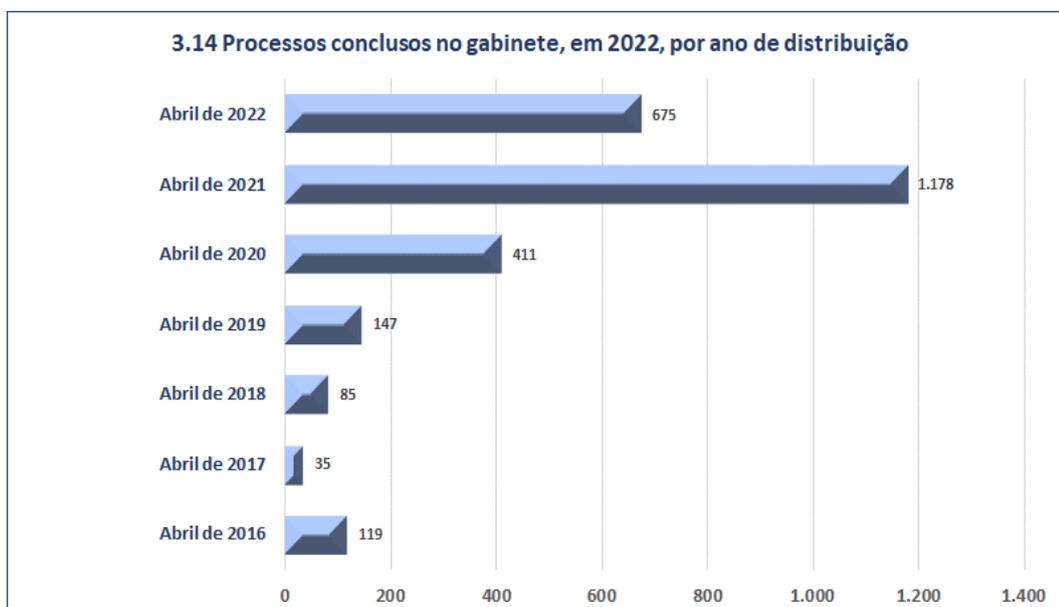
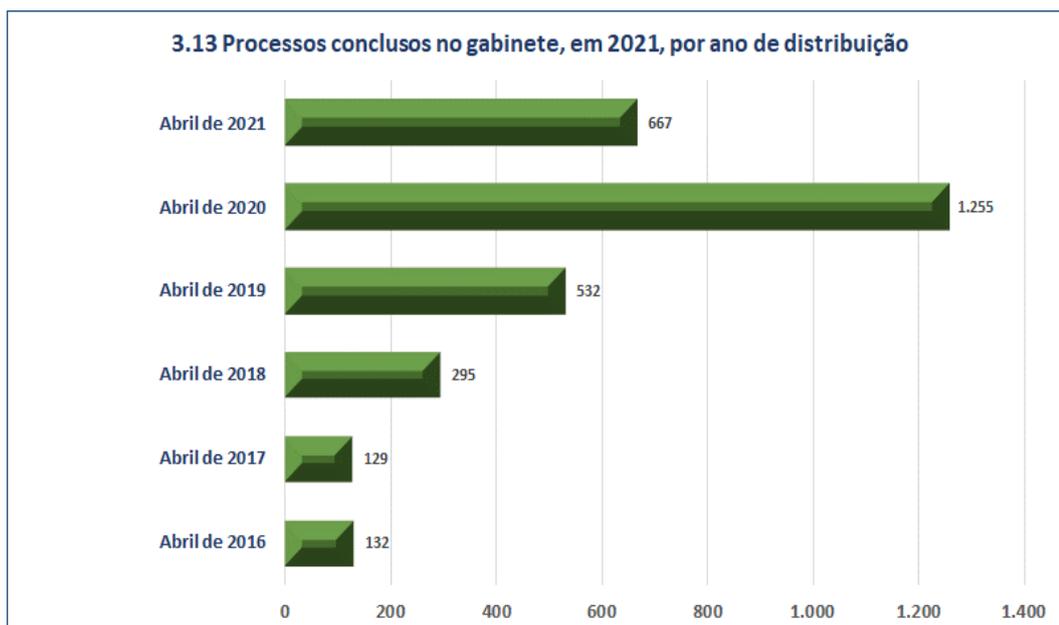
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	62
Apelações	60
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

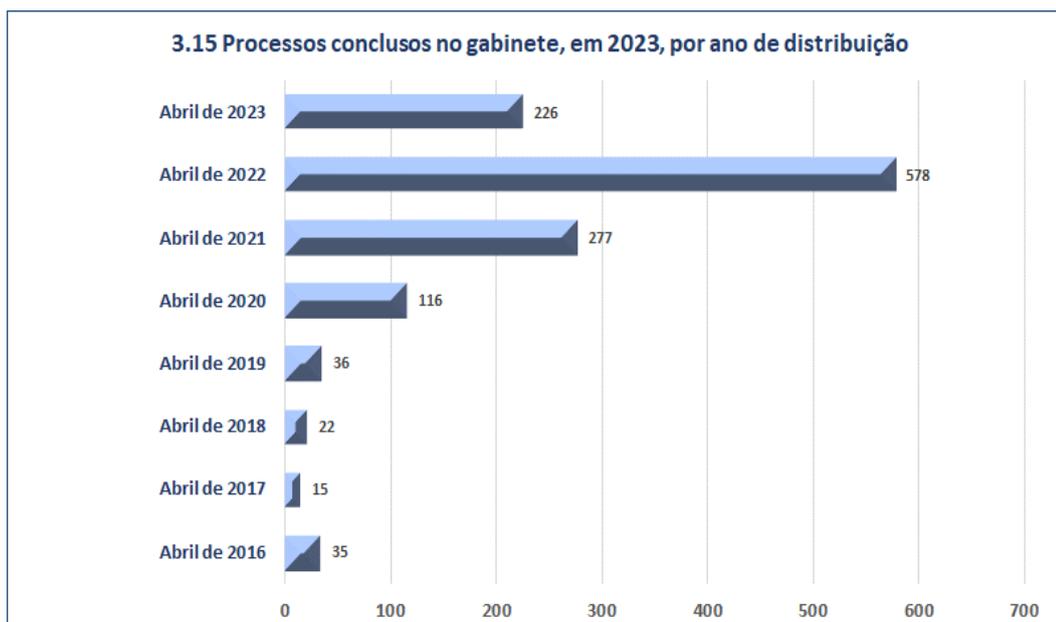
3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



3.12 Processos com tutela provisória	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetida a exame do colegiado	56



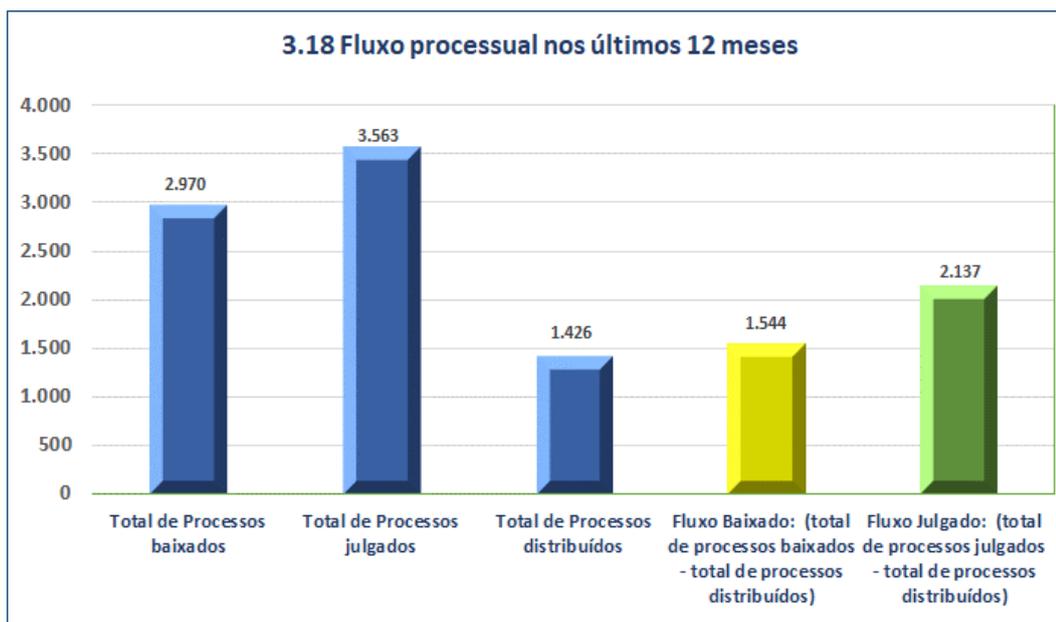


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

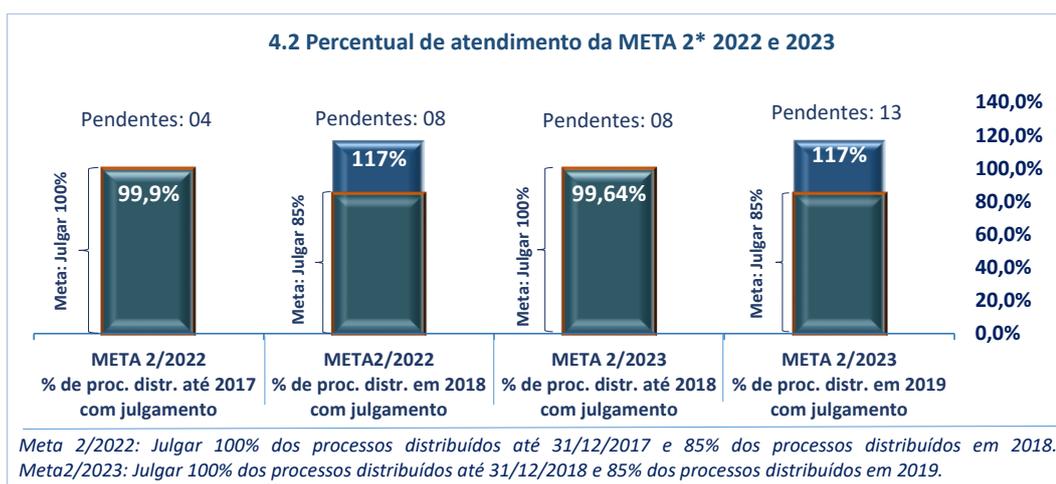
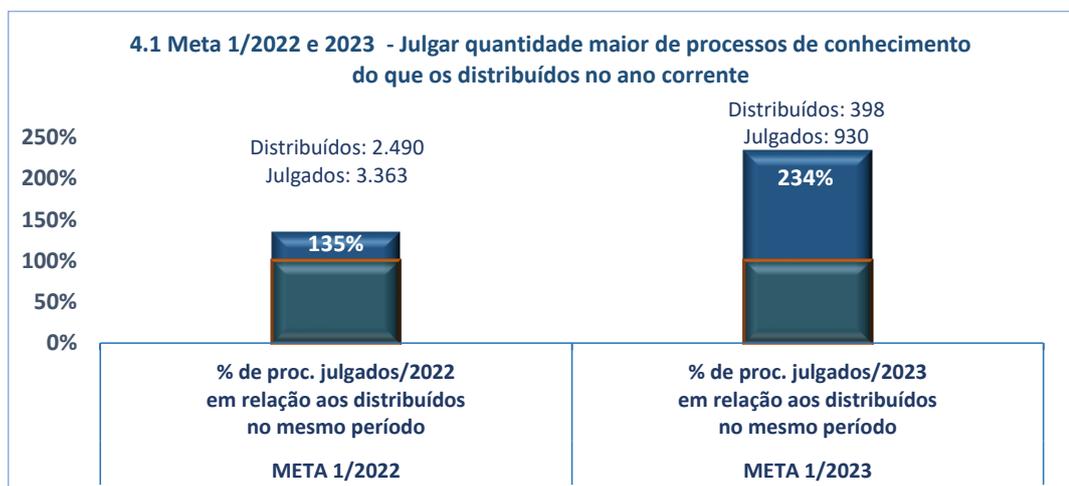
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

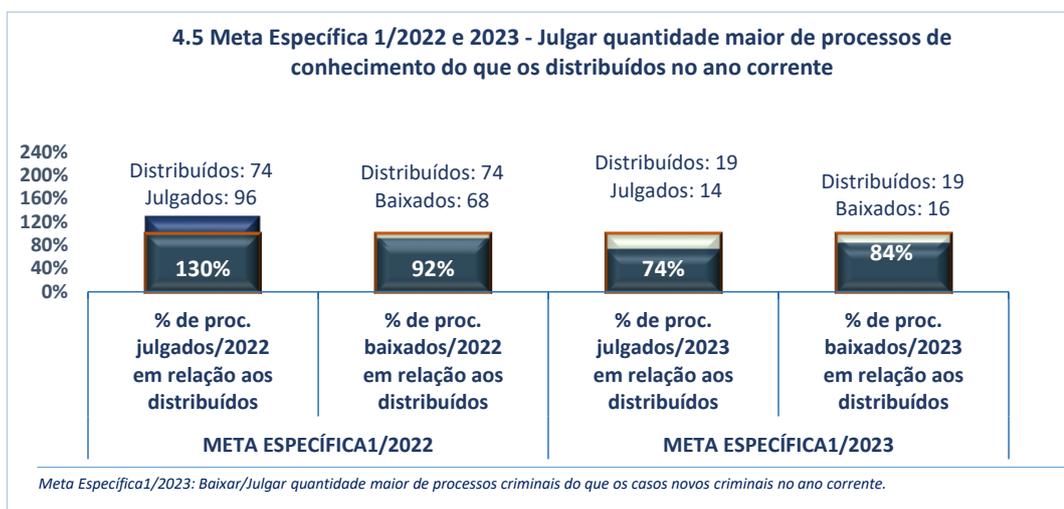
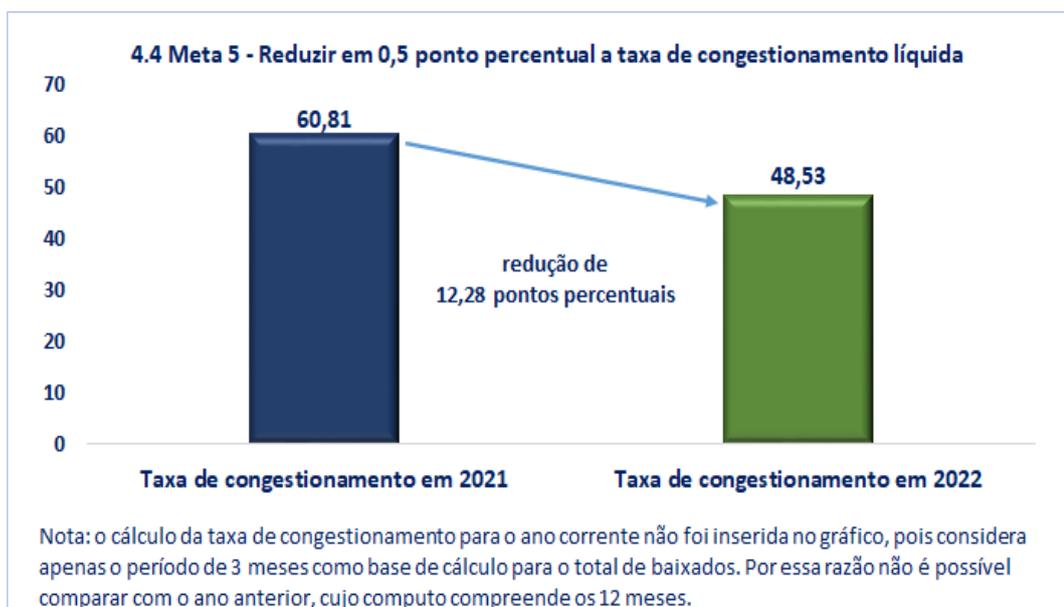
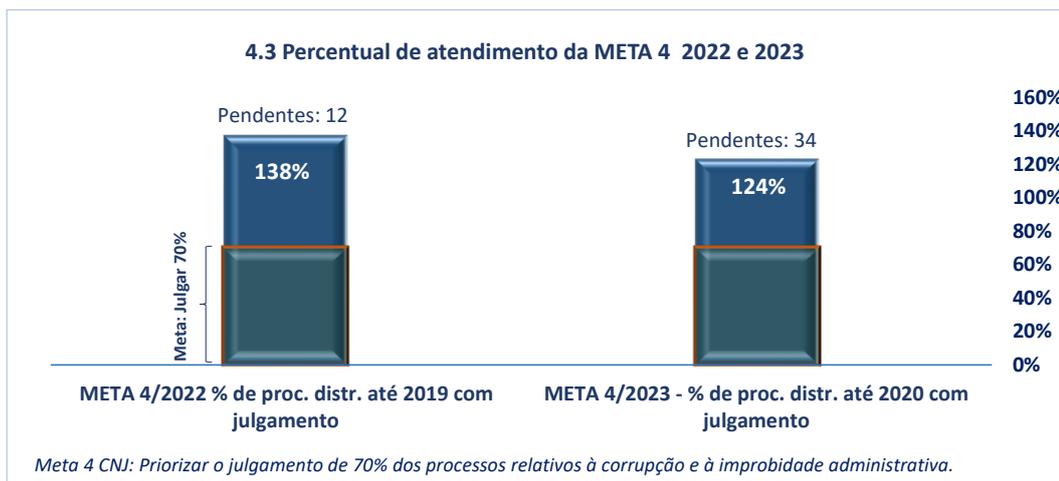
3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

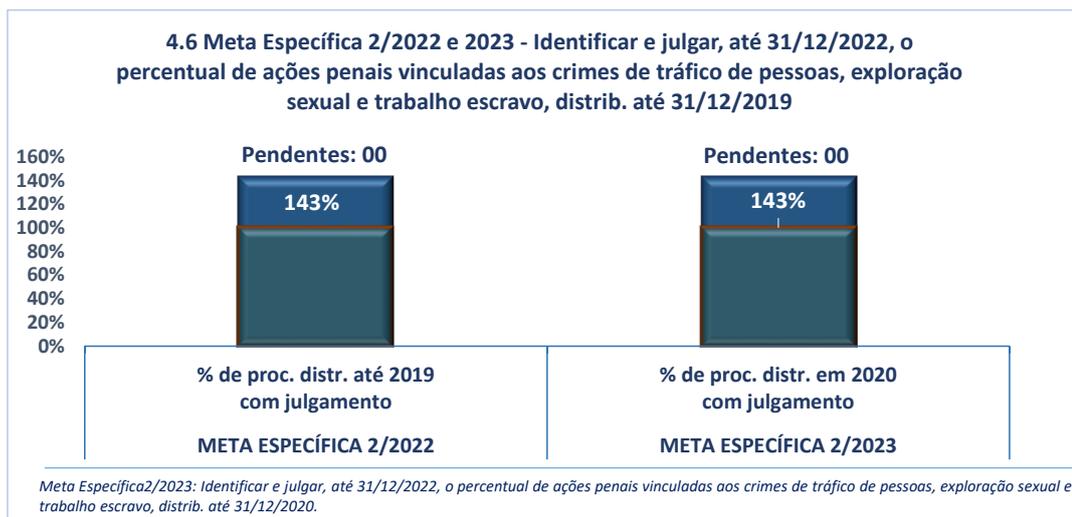
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

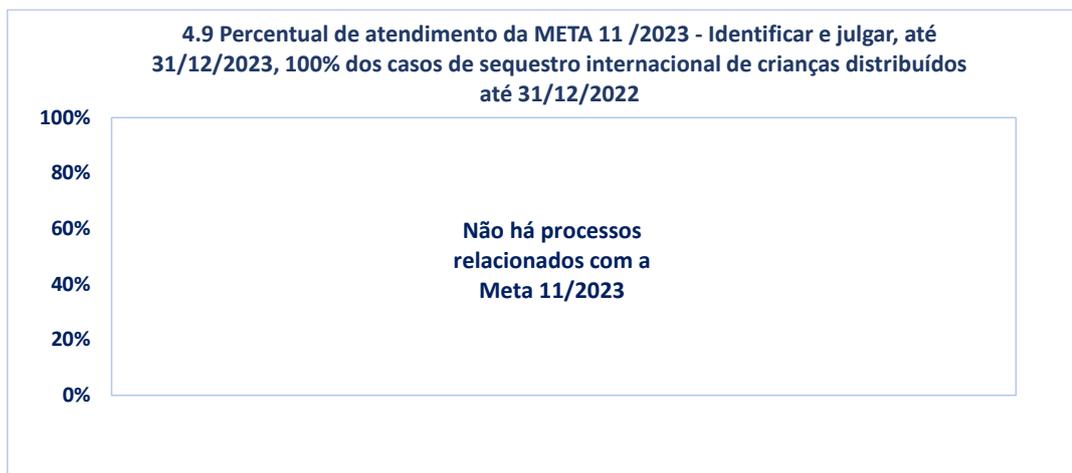
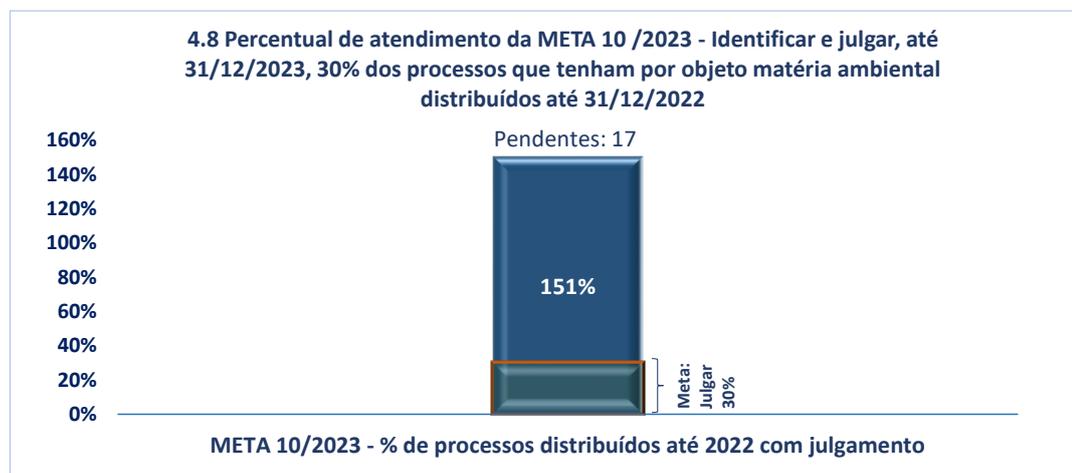






4.7 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

A equipe de trabalho é dividida em grupos por matérias de Direito e liminares, com fixação de metas semanais, por pauta, estabelecidas pelo magistrado. A triagem é feita de modo a subdividir os processos por assunto dentro de cada matéria, a fim de facilitar a montagem em bloco das pautas para inclusão em sessões de julgamento. Na oportunidade da triagem também são logo minutados despachos de mero expediente e decisões monocráticas de matéria repetitiva, sem repasse. Além do servidor da área de segurança e transporte, apenas uma servidora da equipe não exerce atividade-fim, respondendo pelo atendimento ao público, elaboração e distribuição de listas etc. Os processos de meta do CNJ, agravo interno, prioridades legais e em retorno para adequação são identificados em pastas próprias e priorizados. O acompanhamento do fluxo processual do gabinete é feito mediante relatórios do Portal Business Intelligence. O gabinete atualmente funciona de forma presencial, com apenas 2 servidores fazendo teletrabalho em tempo integral.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Não há processos sobrestados no gabinete. Determinado o sobrestamento, este é feito e monitorado pela secretaria da Turma.

5.3 Boas práticas e inovações

Através da extração de relatórios pelo B.I. e levantamento direto das tarefas do sistema, é possível tratar processos em bloco, pela matéria ou priorizar processos com prioridades legais, de meta do CNJ ou com conclusão mais antiga. Há compartilhamento prévio de acesso aos votos, por meio da ferramenta de votação antecipada do PJe e troca de listas entre os gabinetes, tornando as sessões de julgamento mais ágeis. Para uniformização do acervo de dados é utilizado o programa JULIA de pesquisa de jurisprudência.

5.4 Dificuldades

A dificuldade experimentada recentemente foi a disponibilização de 3 servidores, em esforço conjunto de todos os gabinetes antigos, para composição dos gabinetes recém-criados.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, atualmente a equipe conta com 15 servidores, sendo que apenas 2 fazem teletrabalho em tempo integral. Um terceiro servidor se vale do benefício de que trata o art. 2º da Resolução n. 481/CNJ, por ter filho com necessidades especiais,

trabalhando presencialmente apenas um dia na semana. Um quarto servidor não utiliza o teletrabalho e trabalha presencialmente toda a semana. Todos os demais obedecem a escala de trabalho semanal de modo a cumprir o mínimo de 70% do efetivo no trabalho presencial, devidamente informada à Presidência da Corte, em cumprimento à Resolução (Processo Sei n. 0002215-16.2023.4.05.7000).

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

O magistrado costuma determinar a remessa ao gabinete de conciliação em casos pontuais onde as partes sinalizam nos autos a possibilidade de acordo. Regra geral, há inclusão direta em pauta de julgamento.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0800944-60.2018.4.05.0000	5/2/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		
0001087-38.2018.8.25.0050	22/4/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		
0806442-85.2017.4.05.8500	10/6/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 6/6/2023.		
0815764-79.2019.4.05.8300	12/6/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando fechamento de pauta para 11/7/2023.		
0000145-29.2016.4.05.8501	25/9/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo será remetido ao revisor. Previsão para pauta em 25/7/2023.		
0800056-46.2020.4.05.8302	27/8/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para 6/6/2023.		
0801216-33.2020.4.05.8100	15/12/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo aguardando fechamento de pauta para 11/7/2023.		
0009314-67.2007.4.05.8400	29/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando fechamento de pauta para 11/7/2023.		
0004532-73.2009.4.05.8100	11/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 6/6/2023.		
0001528-22.2009.4.05.8102	25/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 6/6/2023.		
0000456-25.2013.4.05.8404	7/8/2017	417 - Apelação Criminal

Observação/Providência: Processo no controle de prazo, para o MPF se manifestar sobre pedido de desistência de recurso.		
0013202-37.2008.4.05.8100	10/1/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo encaminhado para revisão. Previsão de pauta para 11/7/2023.		
0800497-11.2017.4.05.8309	15/1/2020	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		
0800513-06.2019.4.05.8402	26/4/2021	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo aguardando fechamento de pauta para 11/7/2023.		
0001215-38.2007.4.05.8100	1º/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		
0000029-60.2015.4.05.8403	20/5/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 6/6/2023.		
0001091-21.2008.4.05.8100	23/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		
0006508-30.2005.4.05.8400	5/9/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		
0001024-24.2011.4.05.8400	2/5/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com despacho determinando sobrestamento, em face de regularidade de parcelamento tributário.		
0800299-59.2023.4.05.0000	17/1/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Decisão monocrática de extinção sem resolução do mérito, em 12/5/2023.		
0002301-55.2009.4.05.8300	22/1/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 18/4/2023. No prazo para contrarrazões de ED.		
0008036-35.2010.4.05.8300	14/3/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 18/4/2023. No prazo para contrarrazões de ED.		
0000002-90.2020.4.05.0000	15/1/2020	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo julgado no mérito em 3/8/2022. Primeiros ED julgados em 7/12/2022 e segundos ED julgados em 12/4/2023.		
0006471-52.2009.4.05.8500	12/1/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 9/5/2023.		
0015956-88.2004.4.05.8100	1º/9/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 31/1/2023. Concluso para regularização na autuação, em face da extinção da Funasa (MP 1.156/2023).		
0805918-04.2022.4.05.0000	30/5/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: O processo esteve pautado para 15/2/2023, mas foi convertido em diligência para correta instrução do feito, com prazo renovado para tanto. No momento, o processo encontra-se em controle de prazo.		

0809193-58.2022.4.05.0000	15/8/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo julgado no mérito em 22/3/2023. Pautado para 21/6/2023 para julgamento de ED.		
0808134-28.2021.4.05.8000	11/8/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado na Turma, aguardando julgamento do REsp 1.905.870/PR (Tema 1.079).		
0809696-16.2021.4.05.0000	19/8/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 10/5/2023, após voto-vista de outra relatoria.		
0812541-21.2021.4.05.0000	24/10/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão liminar proferida em 26/10/2021. Processo pautado para 20/6/2023.		
0800072-06.2022.4.05.0000	30/5/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão liminar proferida em 11/1/2022. Processo aguardando fechamento de pauta para 11/7/2023.		
0809005-65.2022.4.05.0000	9/8/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão liminar proferida em 15/8/2022. Processo pautado para 20/6/2023.		
0806060-76.2020.4.05.0000	29/5/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando fechamento de pauta para 11/7/2023.		
0810887-04.2018.4.05.0000	12/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 6/6/2023.		
0809866-76.2019.4.05.8400	23/6/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando fechamento de pauta para 11/7/2023.		
0800928-89.2019.4.05.8401	16/6/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando fechamento de pauta para 11/7/2023.		
0001255-33.2015.4.05.8102	22/8/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		
0001201-05.2017.4.05.8100	30/3/2020	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: Processo se encontrava arquivado desde 25/6/2018 e reativado e distribuído ao gabinete em 30/3/2020, mas ainda não houve qualquer conclusão até a presente data, encontrando-se em tramitação no ambiente de inquéritos.		
0814471-11.2020.4.05.0000	23/5/2022	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: Processo encontrava-se sobrestado, no aguardo de eventual homologação de arquivamento pela instância de revisão do MPF, de acordo com o art. 28 do CPP. Proferido despacho, em 12/5/2023, determinando vistas à PRR 5ª Região para informar.		
0806511-20.2017.4.05.8500	14/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 13/6/2023, para voto-vista.		
0008389-03.2009.4.05.8400	25/8/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 23/5/2023 para voto-vista.		

0812315-05.2017.4.05.8100	11/3/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 23/5/2023, para voto-vista.		
0800162-90.2015.4.05.8202	9/2/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 23/5/2023, para voto-vista.		
0001021-38.2012.4.05.8205	25/2/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 23/5/2023, para voto-vista.		
0810869-75.2021.4.05.0000	15/9/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 16/5/2023.		
0812676-33.2021.4.05.0000	27/10/2021	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para 23/5/2023.		
0800050-63.2016.4.05.8404	2/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 16/5/2023.		
0801915-79.2018.8.15.0211	25/12/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		
0000129-07.2013.4.05.8202	13/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para 16/5/2023.		
0000010-65.2016.4.05.8000	15/7/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo pautado para 20/6/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 53 processos selecionados, todos eletrônicos, foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fase processuais, metas, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

As pontuais pendências identificadas na amostra foram solucionadas ainda no decorrer da inspeção, de modo que não há recomendações à unidade quanto ao acervo da amostragem.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada, em 14/6/2023, pelo Juiz Federal André Carvalho Monteiro, convocado para atuar no gabinete durante o período de férias do Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto.

A unidade demonstra domínio das ferramentas à disposição para análise e gestão do acervo, e bom gerenciamento da equipe de colaboradores (fazendo uso de grupos e subgrupos de especialização, com distribuição de carga de trabalho em blocos de assuntos similares para cada pauta, permitindo ganhos de celeridade em escala), esforço que merece destaque.

Em consulta pela equipe de inspeção, apontou-se que, após o período de pandemia, foi internalizada parte dos métodos e ferramentas de trabalho de gerenciamento e atuação à distância. Assim, mesmo com o funcionamento presencial do gabinete, foram mantidos canais eletrônicos amplos de comunicação (celular funcional, aplicativos de mensagens, e-mail, despachos por videoconferência), bem como a prática de reuniões virtuais de gestão, que foram avaliadas como eficazes, oportunizando a congregação de todos os membros da equipe.

Assinalou-se, ainda, a preocupação com a saúde física e mental do grupo de trabalho, pós-pandemia, sem notícia de intercorrências neste aspecto.

No exame dos dados estatísticos da unidade, observa-se que, em comparação à inspeção anterior, houve substancial diminuição do montante de processos conclusos, de 2.957 para 1.305.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior havia 2.650 feitos, e no mês anterior à inspeção atingiu-se o montante de 1.305 processos.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 91, na última inspeção, para 55, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. O quantitativo de agravos internos, por igual, percebeu decréscimo no último período, de 43 para 1 feito.

Estes dados devem ser vistos em contexto com a criação e instalação de novos gabinetes de Desembargadores Federais e turmas de julgamento no âmbito da 5ª Região. O nivelamento dos acervos foi promovido por interrupção temporária de distribuição às unidades jurisdicionais já existentes (e não por redistribuição de processos anteriormente distribuídos aos gabinetes novos), de modo que a redução dos estoques processuais é significativa, em proporção, ao empenho da equipe para aproveitamento da oportunidade de produtividade ocorrida, a merecer reconhecimento e valorização.

Neste aspecto, em relação aos últimos doze meses, a produtividade da unidade em primeiro julgamento foi de 3.563 feitos, superando a distribuição no mesmo período (1.426 processos). Houve, no mesmo interregno, 2.970 baixas. O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 13 meses, contra 14 meses na média geral da Turma.

Os dados colhidos mostram comprometimento com o cumprimento de metas do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, com índices de atendimento integral ou próximo em todos os casos. Como consequência natural, o perfil etário do acervo atual (de 2.330 processos) é elogiável, com cerca de 91,72% de processos conclusos correspondendo a feitos distribuídos posteriormente a abril de 2020.

A partir de tais elementos de análise, projeta-se que a manutenção da sistemática de trabalho atual tende a produzir resultados ainda melhores no próximo período de avaliação.

11. RECOMENDAÇÕES

No contexto da análise realizada segundo os parâmetros fixados, não existe recomendação específica a ser dada, estimulando-se, contudo, a unidade a manter os esforços de organização da equipe e bons resultados de trabalho.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

5ª Turma/2ª Seção/Conselho de Administração/Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

Em exercício na unidade desde 16/9/2022 (data da posse como desembargadora)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Andresa Karla de Melo Mafra (Assessora da Desembargadora)

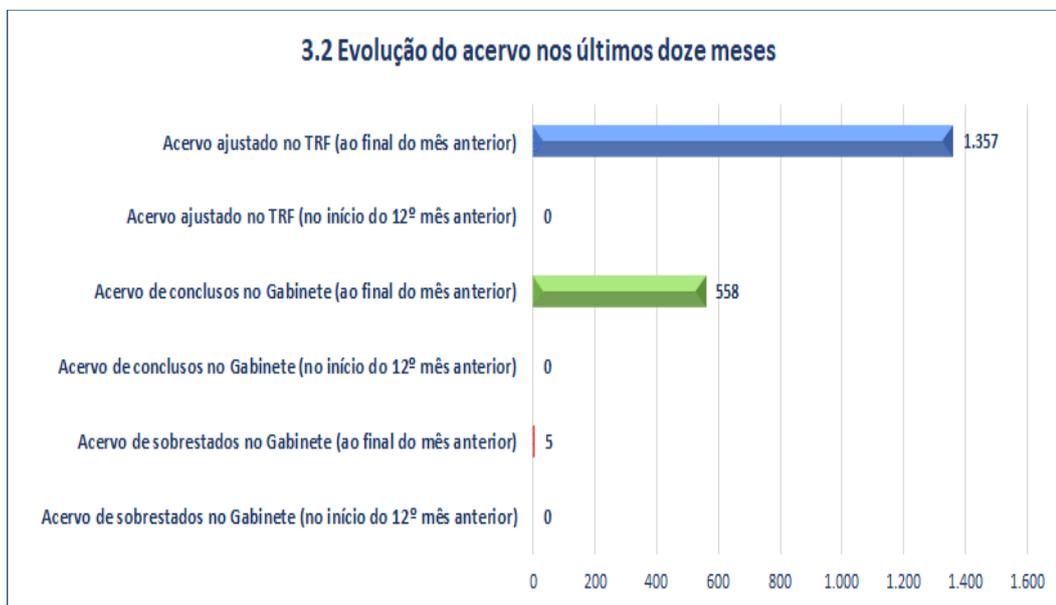
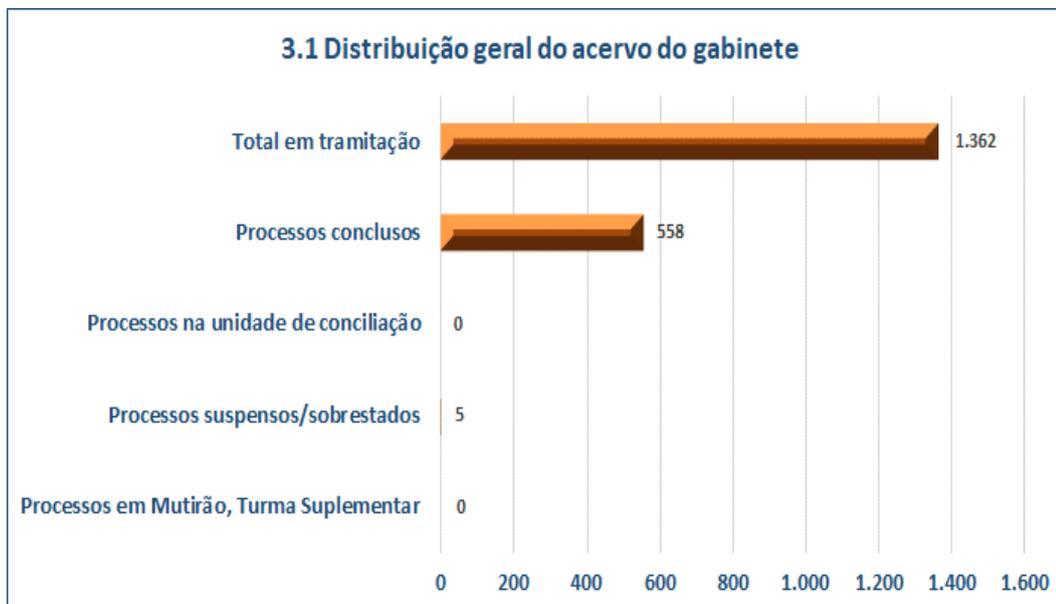
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Andresa Karla de Melo Mafra
CJ-2	Luciana de Medeiros Fernandes e Alexandre Farias Rodrigues de Sena
CJ-1	Danielle Vieira de Lima Galindo
FC-5	Bruno Fernando Santos Lemos e Yasmin Barreto Belian
FC-4	Hugo Gabriel Pinto Pires e Risocleide Pereira Bezerra Rodrigues
FC-3	Eduardo Soares da Silva

3. DADOS ESTATÍSTICOS

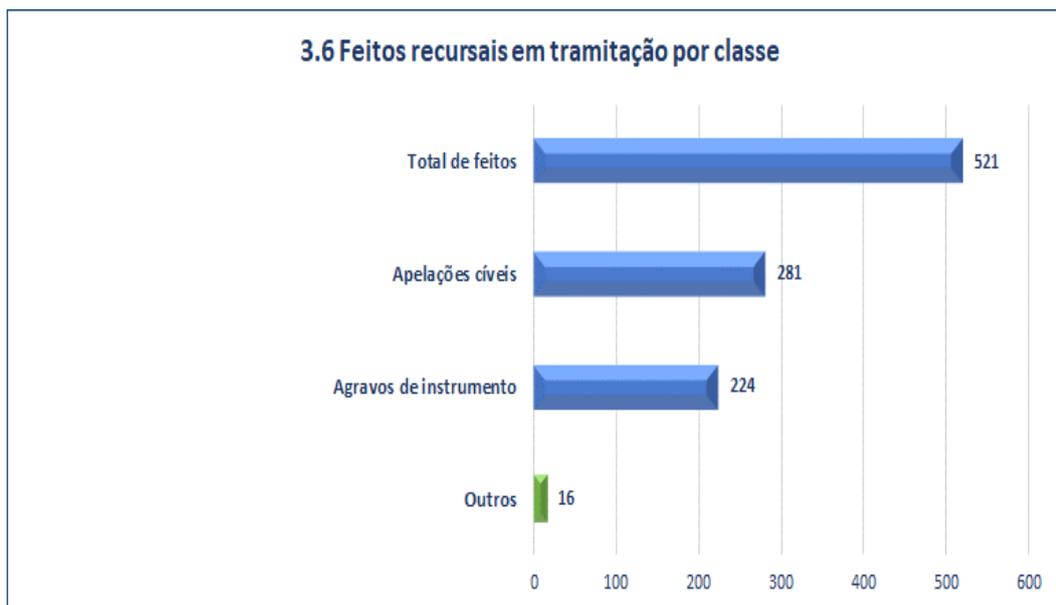


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não houve mutirão

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	13
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	1
Reclamações	0
Ações rescisórias	9

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	525
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações civis públicas	10
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	4
Recursos em ações com preferência legal	137
Recursos em ações populares	0



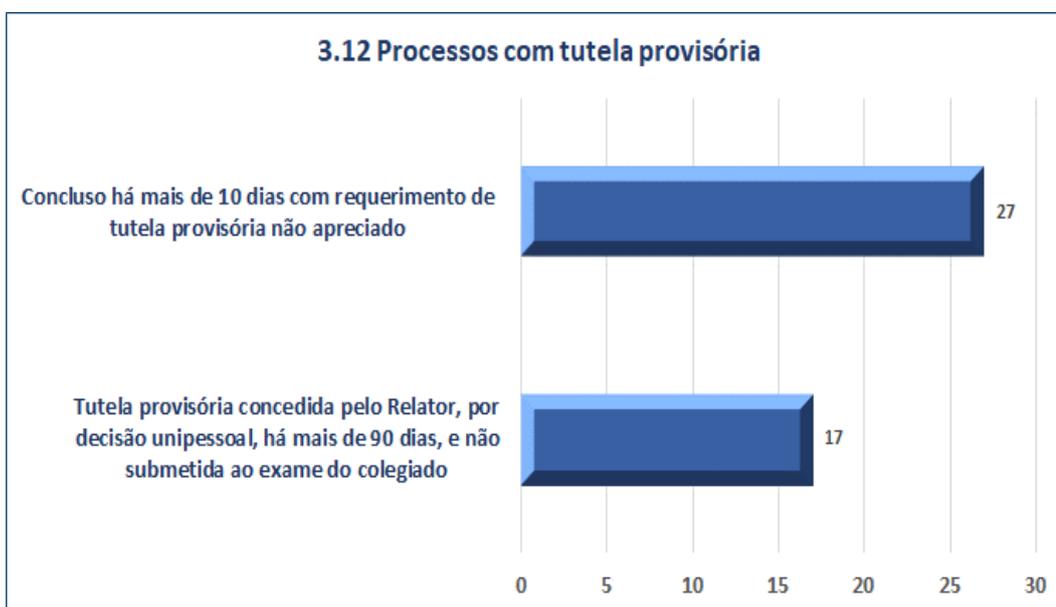
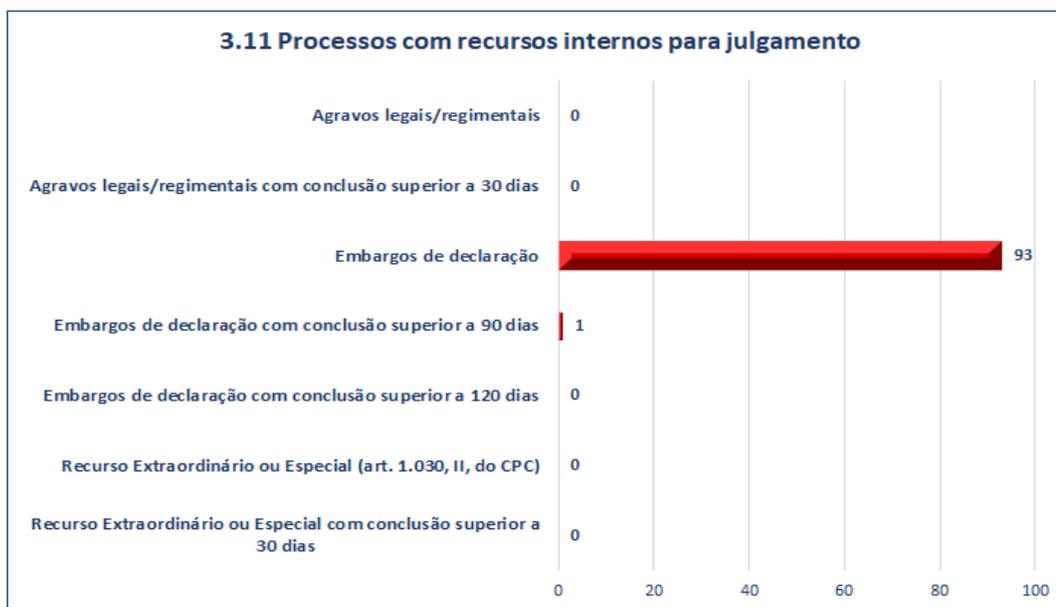
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	5
Ações penais	0

Inquéritos	1
Habeas corpus	0
Revisões Criminais	2

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	19
Apelações	17
Recursos em Sentido Estrito	2
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	3
Apelações	1
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0
Ações penais	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	Prejudicado
Por IAC	Prejudicado
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Prejudicado
Por Recurso Especial	Prejudicado
Por Recurso Extraordinário	Prejudicado



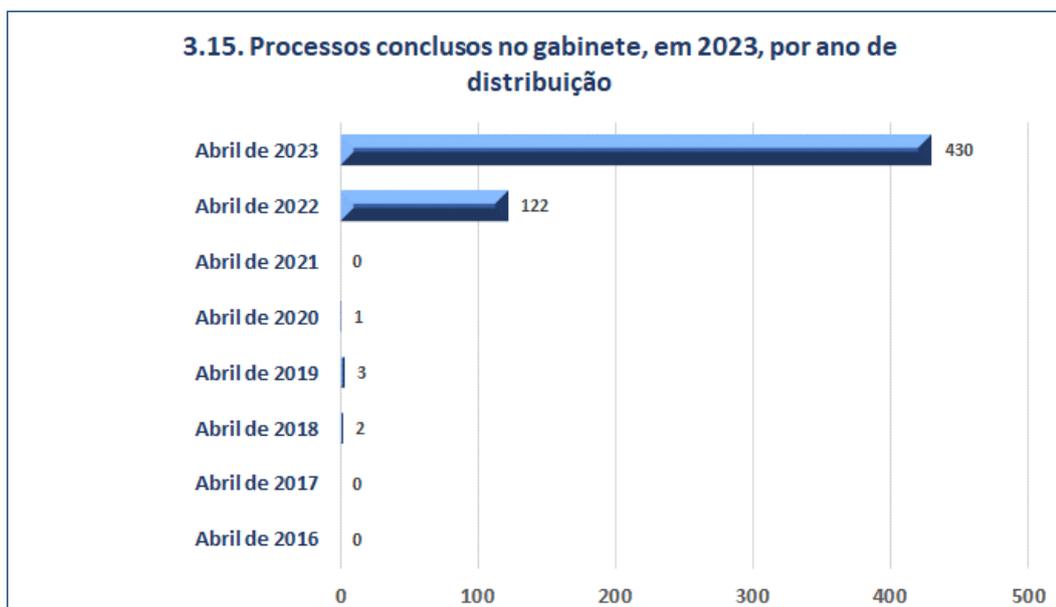
3.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

3.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

Abril de 2022	0
---------------	---

Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

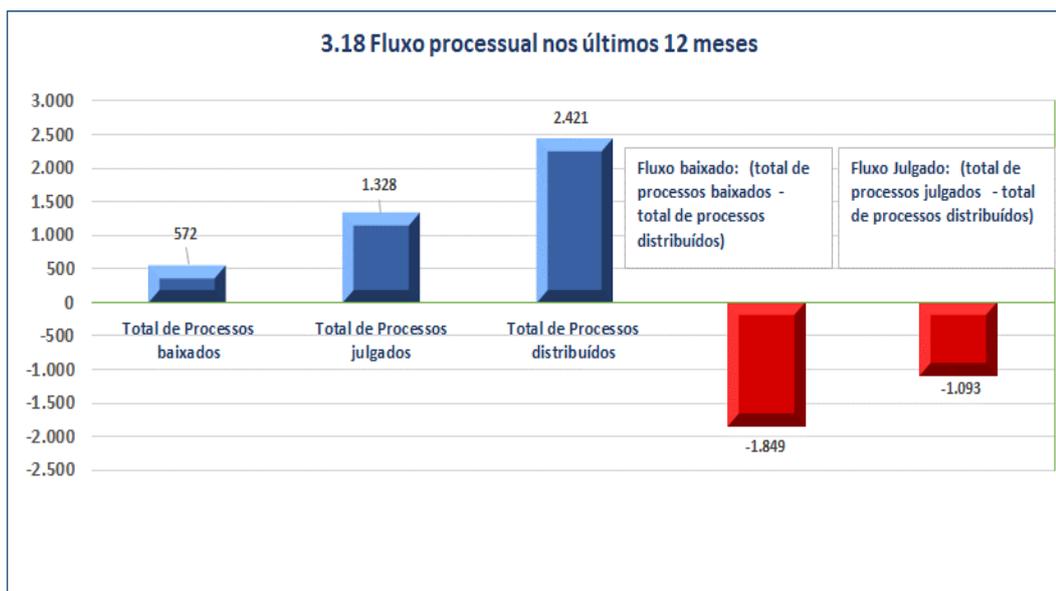


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

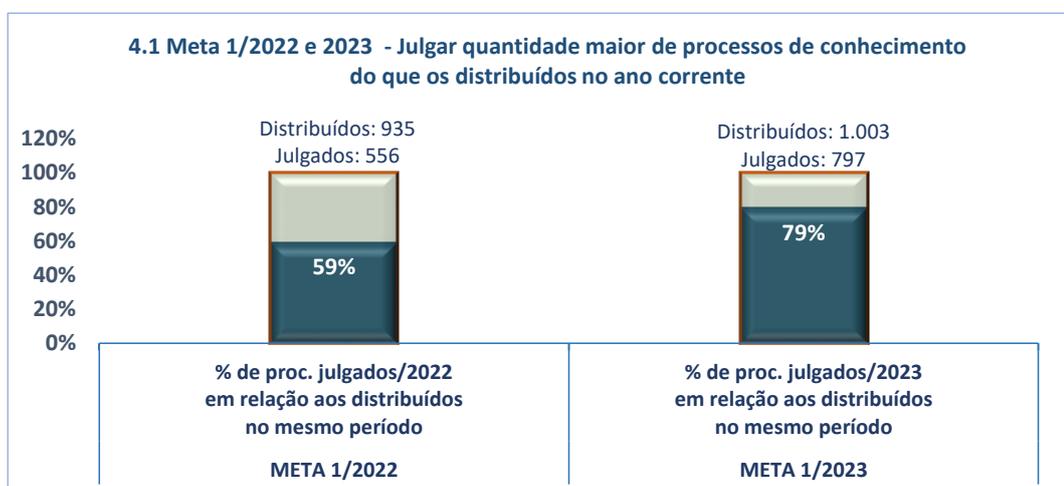
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	3

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	5
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao Gabinete.
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao Gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao Gabinete.

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao Gabinete.
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao Gabinete.

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao Gabinete.
------------------------------------	----------------------------

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao Gabinete.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao Gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao Gabinete.

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao Gabinete.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao Gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao Gabinete.

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

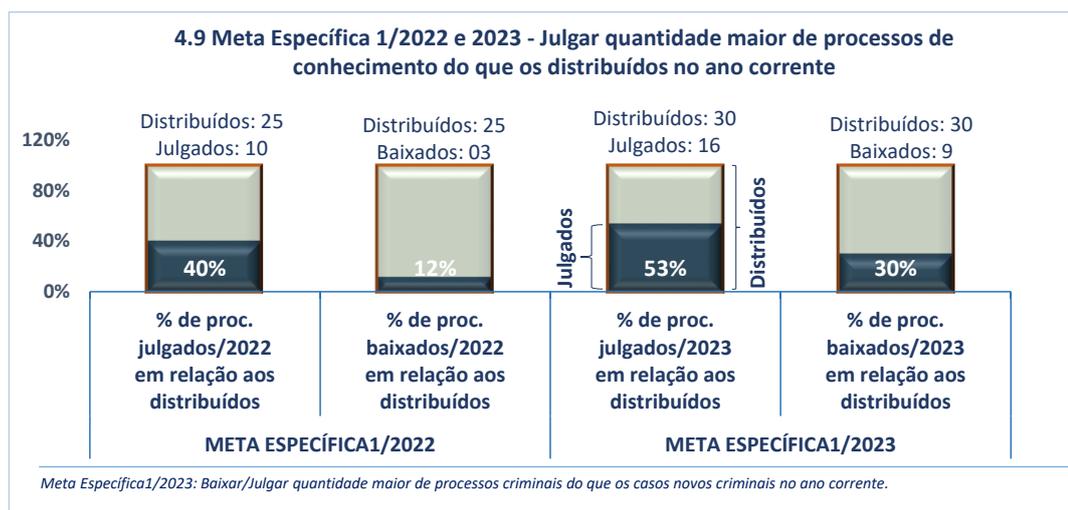
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao Gabinete.
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao Gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao Gabinete.

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao Gabinete.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao Gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao Gabinete.

4.8 META 5/2023 CNJ - Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022

Taxa de congestionamento no 2º ano anterior	0
Taxa de congestionamento no ano anterior	0
Taxa de congestionamento no ano corrente	69,08%



4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

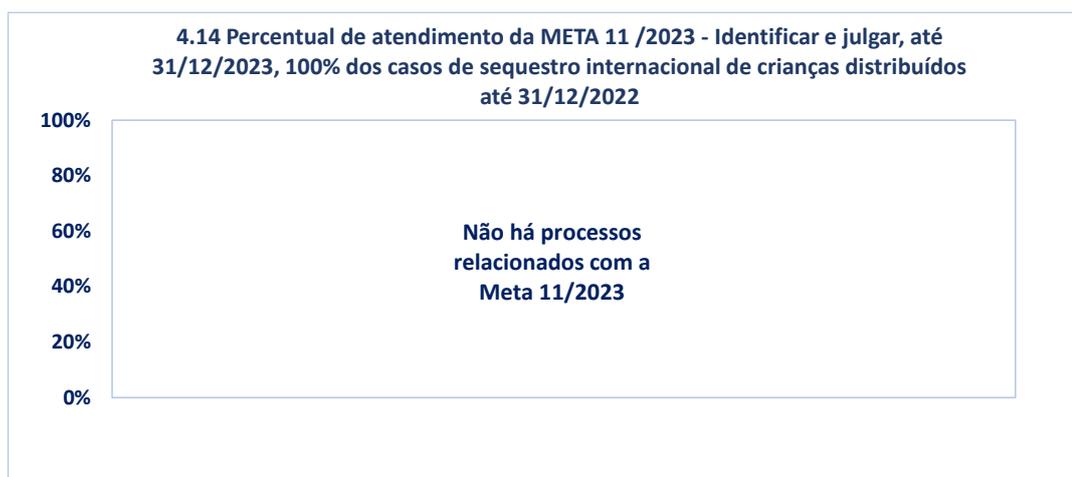
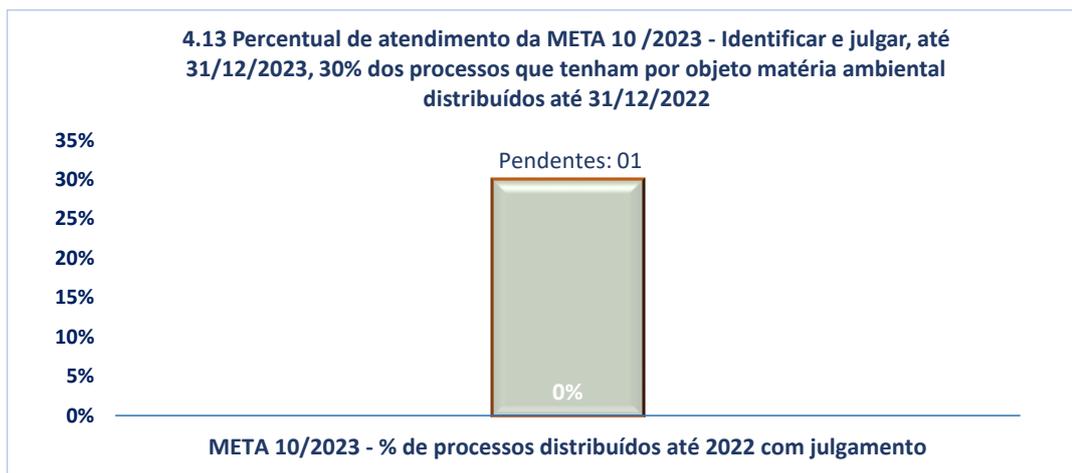
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao Gabinete.
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao Gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao Gabinete.

4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao Gabinete.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao Gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao Gabinete.

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por Gabinete.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Plano de Gestão cadastrado no SEI, sob o n. 0006065-78.2023.4.05.7000, no qual restam definidos os macrodesafios, os objetivos estratégicos e as metas do Gabinete. A distribuição das atividades e os processos de trabalho estão definidos no referido plano.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle quantitativo dos processos sobrestados é feito através de dados estatísticos do TRF, extraídos do Portal Business Intelligence. O controle qualitativo (para examinar os motivos do sobrestamento) é realizado no próprio sistema PJe, que tem tarefa de sobrestamento, inclusive, com a indicação do motivo do sobrestamento, notadamente com a vinculação de temas submetidos a rito de recurso repetitivo ou com repercussão geral.

5.3 Boas práticas e inovações

1. Utilização de várias ferramentas do Microsoft Office 365, a saber: - Teams, para reuniões de videoconferência, envio de mensagens institucionais, envio e compartilhamento de arquivos, discussões e destaques sobre processos da Turma; - One Drive, para compartilhamento de arquivos, com possibilidade de edição simultânea por vários usuários; - Booking, para agendamentos; - Planner, para agenda compartilhada. 2. O agendamento de advogados é realizado pela ferramenta Booking, através da qual os próprios advogados visualizam os horários disponíveis e selecionam aquele de sua preferência, recebendo, automaticamente, por e-mail, o link para a reunião agendada; 3. Elaboração de um "Manual" do gabinete, com dicas sobre gramática, redação, elaboração de ementas etc. 4. Realização de reuniões semanais (reuniões "pré-sessão") com os demais membros da Quinta Turma. Das referidas reuniões, também participam servidores da Assessoria e da Secretaria da Turma. 5. Ambientação do gabinete com cores, favorecendo o bem-estar, o conforto e a disposição dos servidores. 6. Adoção de estratégias para agilização do trâmite dos processos na Secretaria. 7. Busca ativa de processos em trâmite na Secretaria, para conclusão. 8. Utilização de planilhas (de edição compartilhada) no Excel para acompanhamento da elaboração dos votos, de produtividade e dos pedidos de retirada de pauta virtual. 9. Realização alternada de sessões presenciais e virtuais. 10. Fixação de metas individuais, sem prejuízo da possibilidade de flexibilização ou de redistribuição nas hipóteses de maior complexidade.

5.4 Dificuldades

O gabinete, tal como os demais oito novos gabinetes instalados com a ampliação do tribunal, ficou recebendo toda a distribuição dos processos novos (salvo aqueles em que houvesse prevenção) de 19/9/2022 a 2/4/2023, o que dificultou o cumprimento da Meta 1 do CNJ e acarretou o acúmulo de agravos com pedido de liminar. Acresça-se que o reduzido número de cargos e funções vinculados ao gabinete (em comparação com os gabinetes mais antigos), além dos limites à requisição de servidores de outros órgãos, dificultou a formação da equipe, que, inicialmente, era formada por apenas 5 servidores. O quadro atual foi atingido em 7 de março de 2023.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. O gabinete adotou as medidas necessárias para se adequar à Resolução n. 481/CNJ, notadamente no que se refere à quantidade de servidores em regime de teletrabalho. Para atender ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do quadro permanente do Gabinete, reduziu-se o número de dias de teletrabalho por servidor para até, no máximo, dois dias por semana. Há apenas uma servidora em teletrabalho em tempo integral (servidora não residente na cidade sede do Tribunal).

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não há nenhum processo encaminhado para conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000283-57.2015.4.05.8201	9/1/2023	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de sobrestamento dos autos (Tema 1039 do STJ) proferida em 2/5/2023.		
0809682-84.2018.4.05.8100	20/9/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho de certificação de trânsito em julgado assinado pela Secretaria em 2/5/2023.		
0805976-36.2022.4.05.8300	5/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 16/12/2022. Despacho para manifestação acerca da proposta de acordo assinado em 2/5/2023.		
0808197-10.2022.4.05.8100	28/10/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 29/5/2023.		
0804747-32.2022.4.05.8400	28/1/2023	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo ficou sem movimentação por problema no sistema. Depois de realizados chamados ao serviço de suporte, o problema foi resolvido. Feito incluído na pauta para julgamento de 5/6/2023.		
0812965-25.2017.4.05.8400	14/12/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em pauta de julgamento a ser realizado em 12/6/2023.		
0818018-34.2019.4.05.8200	30/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão terminativa proferida em 28/4/2023.		
0810219-84.2021.4.05.8000	7/12/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 29/5/2023.		
0808771-92.2020.4.05.8200	26/10/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos declaratórios julgados em 17/4/2023.		
0800311-82.2021.4.05.8200	16/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos declaratórios julgados pela 5ª Turma em 22/4/2023.		
0813166-68.2022.4.05.8100	24/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 17/4/2023 e acórdão publicado em 22/4/2023.		
0810391-87.2021.4.05.8400	19/10/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 24/4/2023 e acórdão lavrado em 2/5/2023.		
0808546-29.2021.4.05.8300	10/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento de 15/5/2023.		
0809650-40.2022.4.05.8100	28/9/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 27/10/2023, com certificação do trânsito em julgado em 2/5/2023.		
0808168-39.2022.4.05.8300	26/9/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 28/10/2022, com certificação de trânsito em julgado em 2/5/2023.		
0809843-80.2021.4.05.8200	14/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 27/3/2023 e acórdão publicado em 22/4/2023.		
0811572-19.2022.4.05.8100	3/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 27/3/2023 e acórdão publicado em 22/4/2023.		
0822289-09.2021.4.05.8300	24/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 27/3/2023 e acórdão publicado em 22/4/2023.		
0810894-14.2016.4.05.8100	6/10/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 12/12/2022, com trânsito em julgado em 17/4/2023.		
0811673-09.2022.4.05.0000	7/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despacho de conversão em diligência proferido em 2/5/2023.		
0803277-36.2021.4.05.8000	28/9/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Ação Civil Pública analisada em 19/12/2022, para baixa em diligência. Trânsito em julgado da aludida decisão em 14/4/2023.		
0801346-40.2022.4.05.8201	19/9/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento em 8/5/2023.		
0805520-77.2022.4.05.8400	17/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Voto-vista incluído e levado o processo para ser julgado em 22/5/2023.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 23 processos selecionados, todos eram eletrônicos.

Em relação ao processo listado, recomenda-se incluir em julgamento em até 30 dias (processo com pedido de vista há mais de 60 dias):

0805520-77.2022.4.05.8400

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 13/6/2023, na unidade inspecionada, pela Desembargadora Joana Carolina Lins Pereira e pelas servidoras Andresa Karla de Melo Mafra e Luciana de Medeiros Fernandes.

Durante a entrevista, a Desembargadora e as servidoras apresentaram um panorama geral sobre a estruturação dos novos gabinetes instalados com a ampliação do Tribunal, abordando, especialmente: a formação do acervo; o plano de gestão da unidade para o ano de 2023; os fluxos internos de trabalho; as metas buscadas pela unidade e as rotinas de gestão que vêm sendo implantadas a fim de atingi-las.

O quadro de pessoal da unidade é formado por 11 servidores, número que somente foi atingido em março de 2023, e é inferior ao dos gabinetes antigos (em torno de 18).

Além disso, nos primeiros meses após a instalação, a estrutura da unidade, em relação aos cargos em comissão, contava com uma CJ-3, uma CJ-2 e duas CJ-1. Somente em abril de 2023, após a redistribuição de cargos em comissão, em decorrência da aposentadoria do Desembargador Federal Carlos Rebêlo, a estrutura de CJs passou a ser idêntica a dos gabinetes antigos (uma CJ-3, duas CJ-2 e uma CJ-1).

Desde sua instalação, em 16/9/2022, e até março de 2023, a unidade (assim como os demais gabinetes criados com a ampliação) recebeu toda a distribuição de processos novos no Tribunal. A partir de abril de 2023, os processos novos passaram a ser distribuídos entre todos os gabinetes, novos e antigos.

No mês de dezembro de 2022, o número de processos julgados (236) superou o número de processos recebidos (234), situação que se repetiu em 2023, nos meses de abril (205 recebidos e 244 julgados) e maio (254 recebidos e 305 julgados), conforme dados estatísticos informados pela unidade.

Esse fato merece destaque porque indica que a prática das ações descritas no plano de gestão vem produzindo resultados, em que pese tratar-se de gabinete com quadro de servidores reduzido, em comparação com o quadro de servidores dos gabinetes antigos.

Dentre as ações que vêm sendo executadas pela unidade, a equipe da Corregedoria destaca as seguintes:

a) A elaboração de um plano de gestão detalhado, disponível no SEI, contendo a descrição da missão, visão, valores, macrodesafios e objetivos estratégicos da unidade, mais as metas internas; essa prática, além de revelar a transparência da gestão, constitui importante ferramenta para promover o comprometimento dos servidores e o aprimoramento da produtividade;

b) A promoção do bem-estar, conforto e disposição dos servidores, mediante a ambientação do gabinete, tornando-o aprazível, como forma, inclusive, de estimular o trabalho presencial (o gabinete adota o sistema de trabalho remoto em rodízio, contando apenas com uma servidora em teletrabalho integral);

c) A elaboração de um manual de boas práticas, disponível ao quadro de pessoal, contendo orientações referentes à elaboração e redação de minutas e à utilização de ferramentas e tarefas do PJe, o que demonstra a busca pela disseminação de informações visando à uniformização de rotinas;

d) A busca ativa de processos em tramitação na Secretaria, visando a evitar a paralisação injustificada dos feitos;

e) A realização de reuniões semanais, às segundas-feiras, anteriormente ao início das sessões de julgamento, com a participação dos demais integrantes da Turma e suas respectivas assessorias, para elaboração do roteiro da sessão, com destaques e apontamentos dos julgadores, como o auxílio de ferramentas tecnológicas do Microsoft Teams;

f) A priorização das ações civis públicas e demais ações coletivas, inclusive com orientação específica dirigida à Divisão de Processamento da 5ª Turma.

11. OBSERVAÇÕES

Trata-se de unidade criada em 16/9/2022 com a ampliação do Tribunal, de modo que, sendo esta sua primeira inspeção, não há que se falar na comparação do acervo atual com o existente em inspeção anterior.

O acervo ajustado no TRF, ao final do mês de abril de 2023, era de 1.357 processos, dos quais 558 referem-se ao acervo de processos conclusos no gabinete.

Pelas mesmas razões anteriormente expostas, não há base para comparação dos acervos ajustados e de processos conclusos atuais com os de inspeção anterior, para fins de verificação de aumento ou diminuição de produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 2 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 5ª Turma, equivale a 3 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo inferior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir a recomendação do item 9;

b) Manter as boas práticas e inovações descritas no item 5.3 e destacadas pela equipe da Corregedoria no item 10;

c) Incrementar o número de processos criminais julgados, atingindo a Meta Específica 1/2023.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Desembargador Federal Francisco Alves dos Santos Júnior

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

5ª Turma/1ª Seção/ Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

8 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Cleia Lucena de Melo - Chefe de Gabinete - MAT 5752

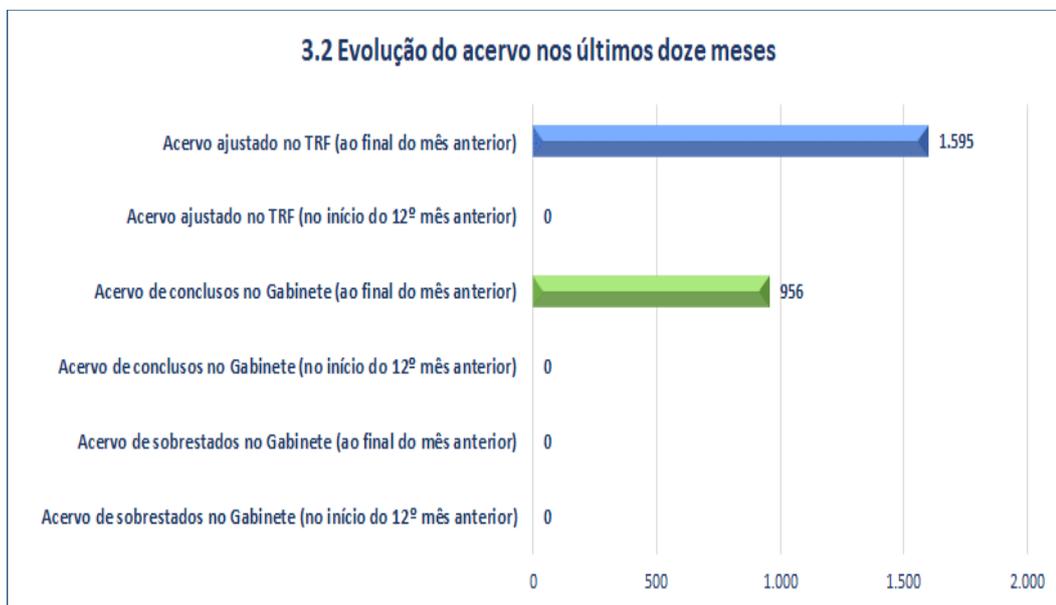
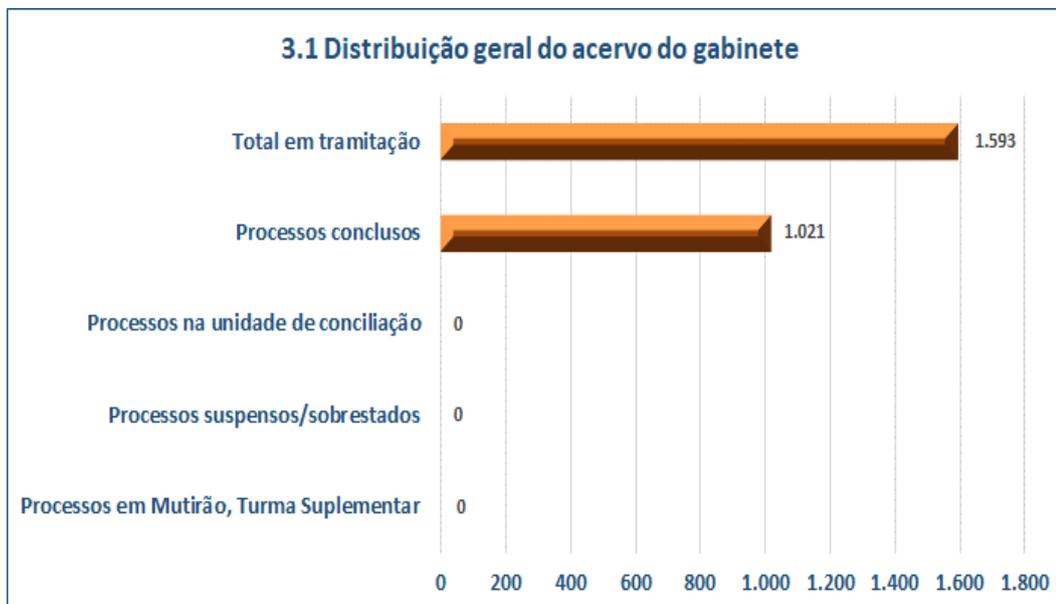
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	2
FC-4	3
FC-3	1
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

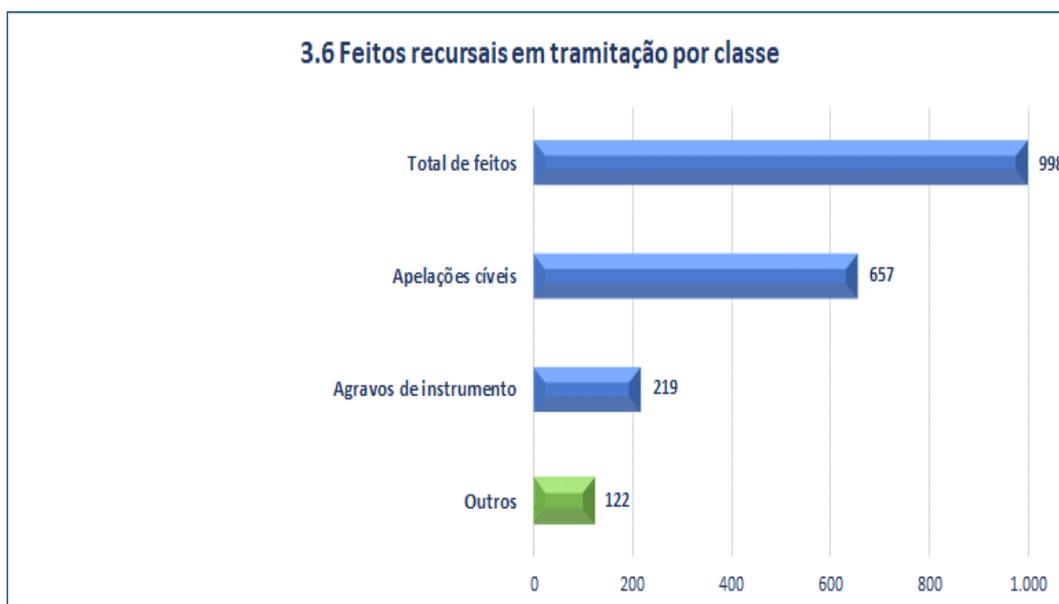


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	23
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	0
Ações rescisórias	9

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	991
Recursos em mandados de segurança coletivos	5
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	9
Recursos em ações civis públicas	12
Recursos em ações de desapropriação	6
Recursos em ações com preferência legal	208



3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	8
Ações penais	0

Inquéritos	0
Habeas corpus	4
Revisões Criminais	4

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

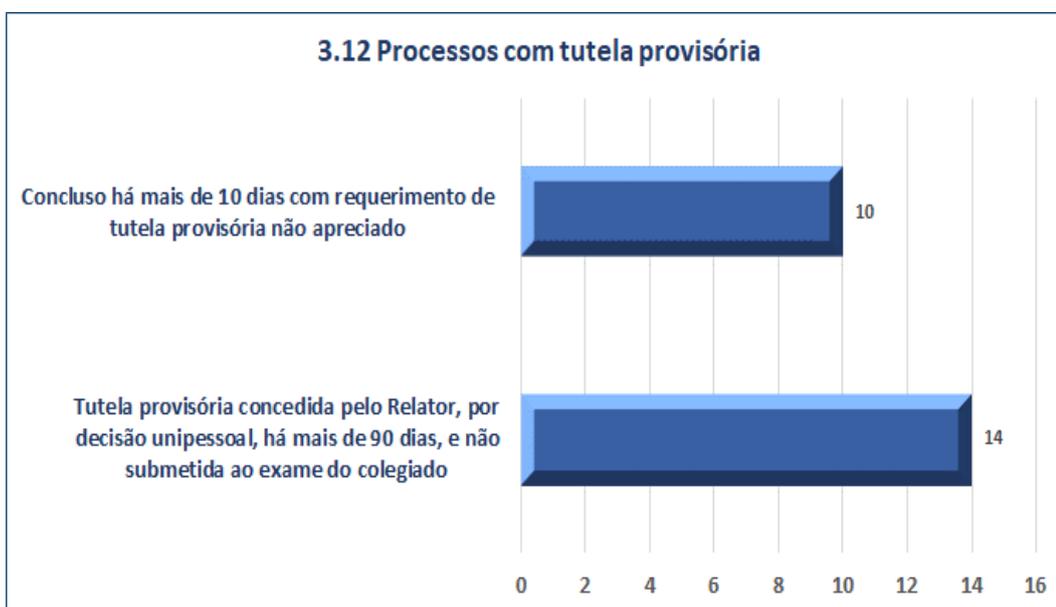
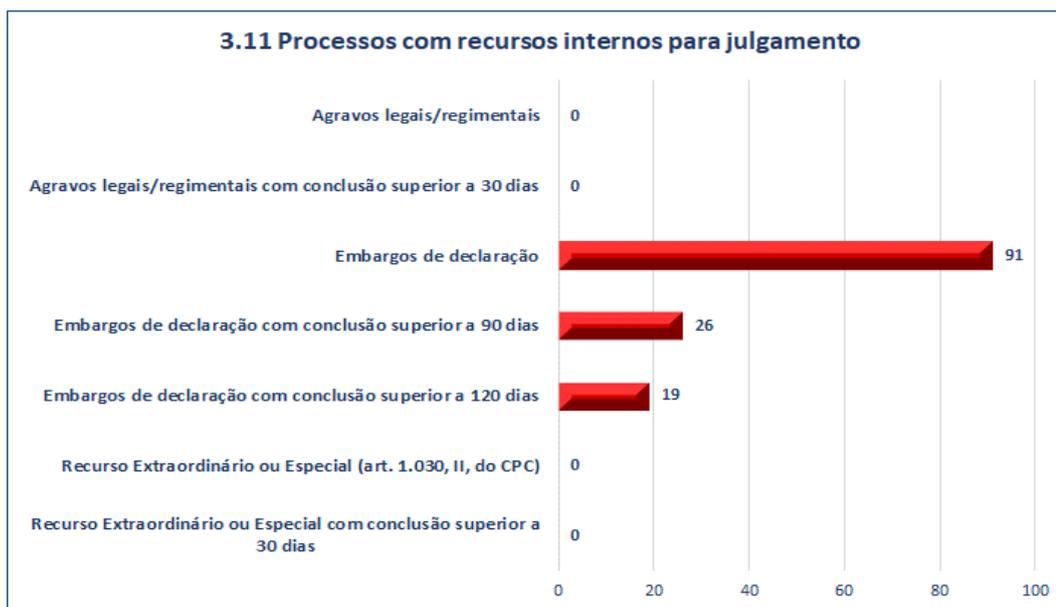
Total de feitos recursais criminais	22
Apelações	18
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	3

3.9 Feitos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	3
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	1

3.10 Processos sobrestados no Gabinete

Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



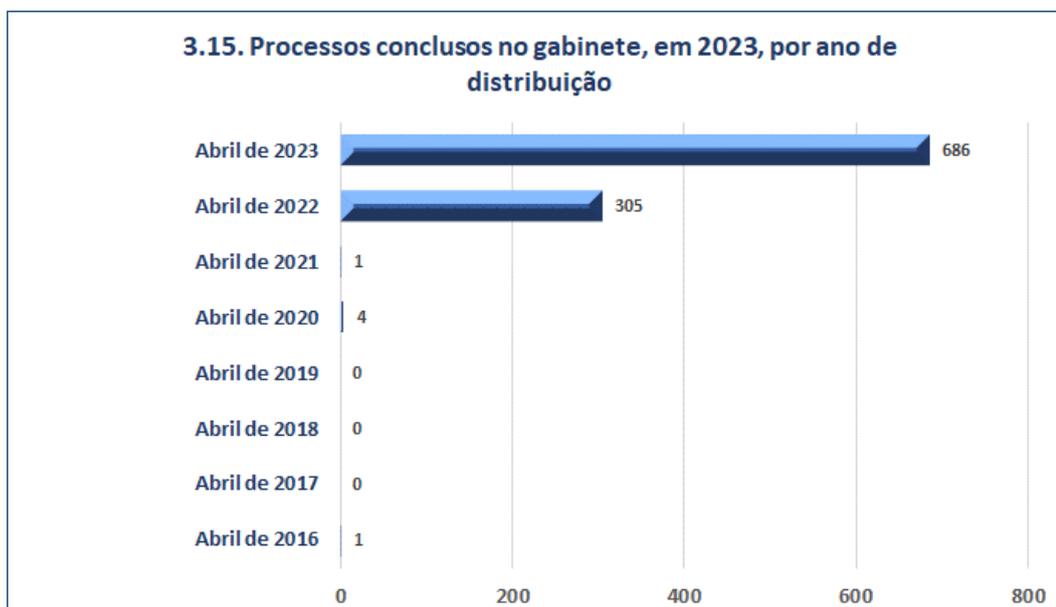
3.13 Processos conclusos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

Abril de 2021	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2020	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2019	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2018	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2017	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2016	0 - Gabinete criado em 16/9/2022

3.14 Processos conclusos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

Abril de 2022	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
---------------	----------------------------------

Abril de 2021	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2020	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2019	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2018	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2017	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2016	0 - Gabinete criado em 16/9/2022

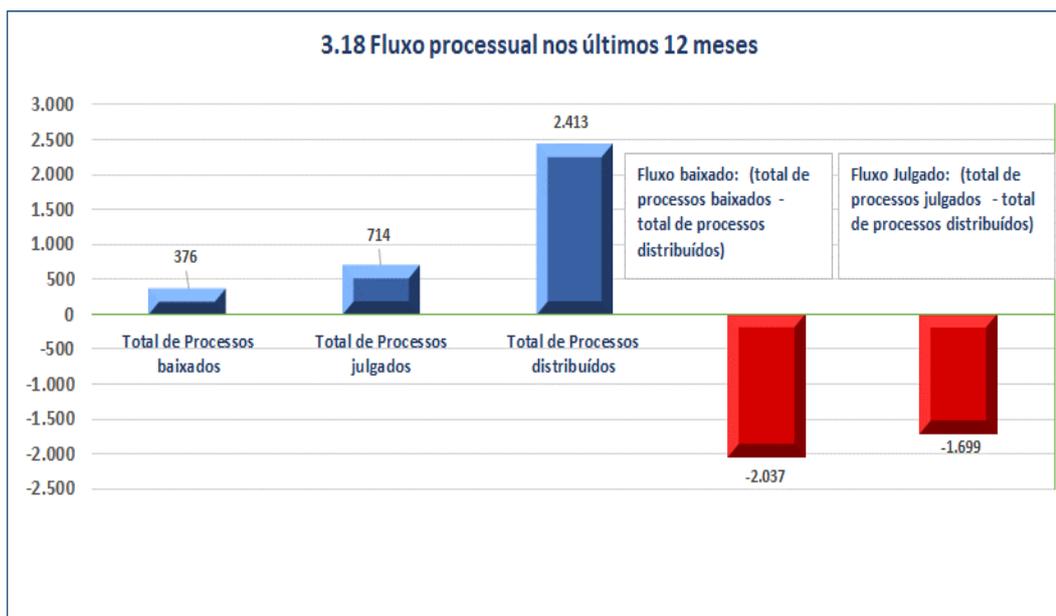


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

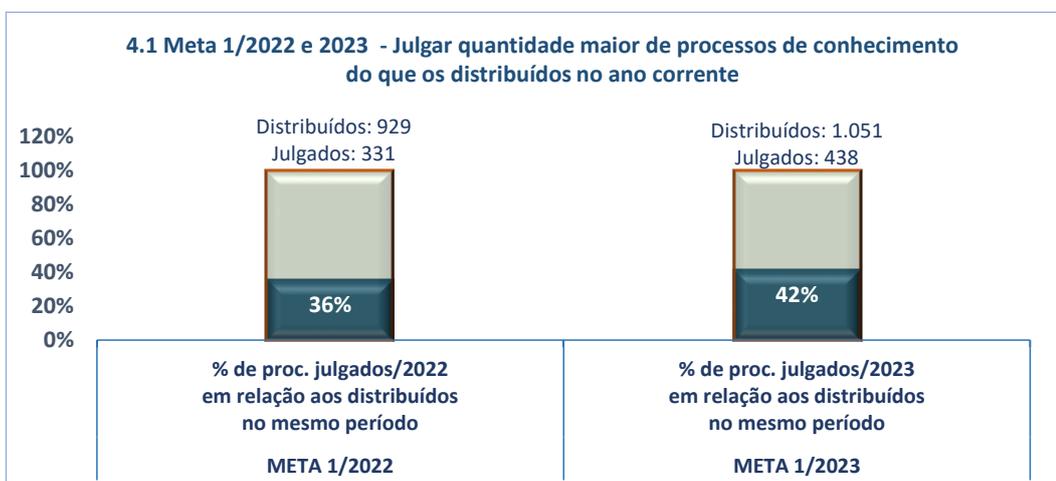
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Gabinete criado em 16/9/2022

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
--	---

Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete criado em 16/9/2022

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100 % dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete criado em 16/9/2022

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019

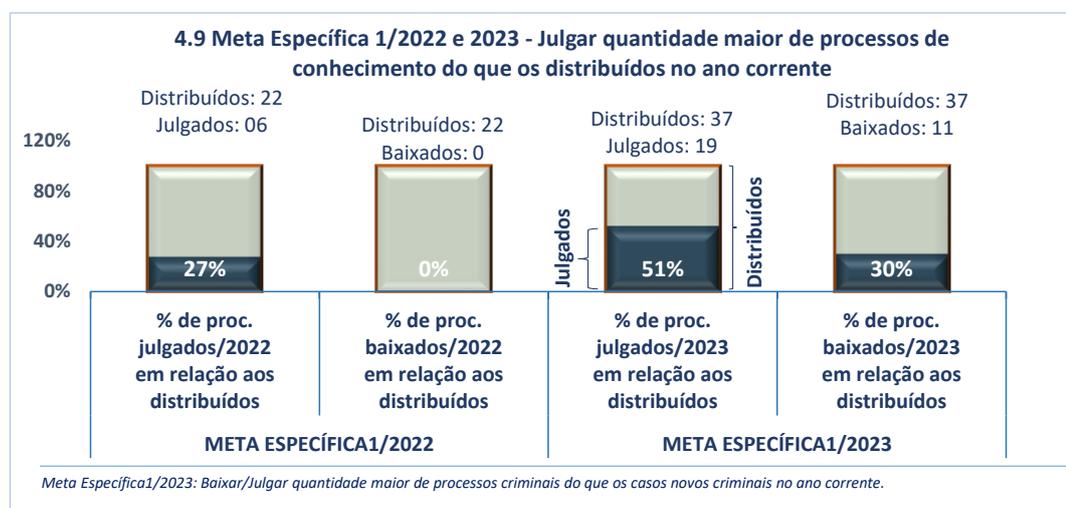
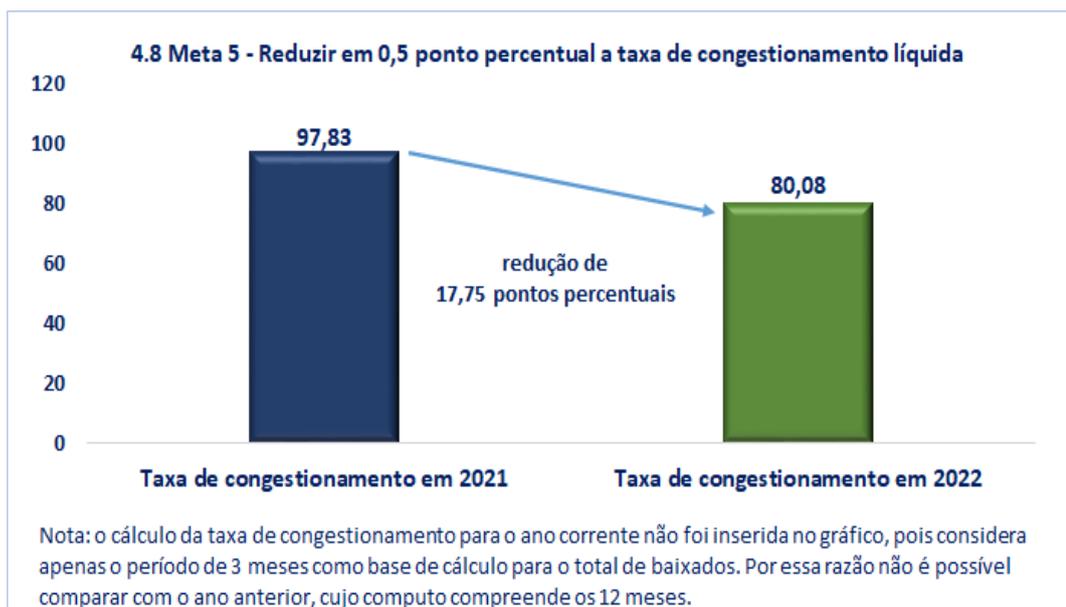
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete criado em 16/9/2022

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete criado em 16/9/2022

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Gabinete criado em 16/9/2022



4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

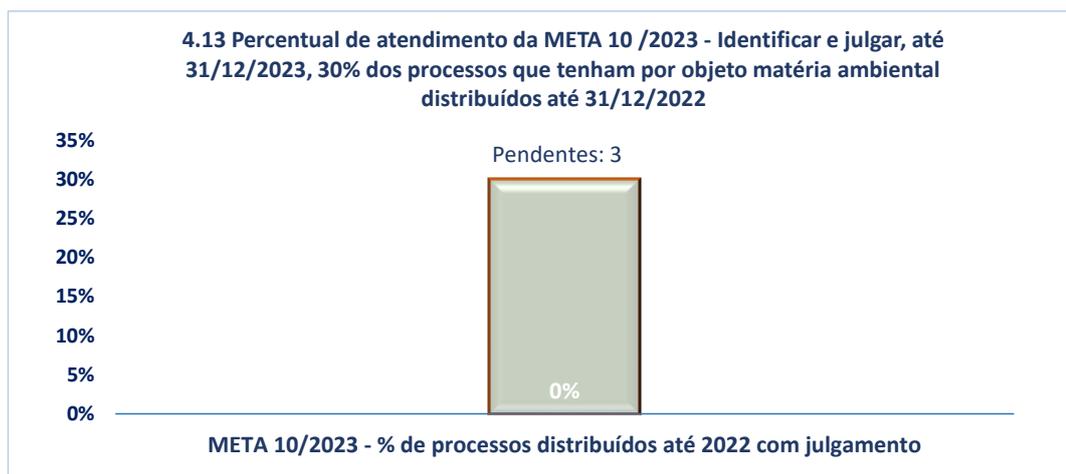
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Gabinete criado em 16/9/2022

4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Gabinete criado em 16/9/2022

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não é possível separar por gabinete.



4.14 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	0 - Gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes no mês anterior	0
Percentual de cumprimento da meta	Não se aplica

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O controle do acervo é realizado com o acompanhamento das estatísticas mensais, através do B.I., que ajuda na definição de estratégias e metas internas, visando o cumprimento das metas nacionais. A divisão do trabalho entre os assessores é feita pela chefe de gabinete que faz a distribuição dos processos nas pautas semanais de julgamento, de acordo com a matéria de cada assessor. Também são distribuídos os

processos com pedidos de liminares e tutela, observando-se inclusive as prioridades de lei e a ordem cronológica de chegada dos processos.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle do sobrestamento é realizado pela secretaria da turma.

5.3 Boas práticas e inovações

Divisão de matéria por assessor, observando a especialidade de cada um, visando uma maior produtividade e aumento na qualidade do trabalho.

5.4 Dificuldades

Os gabinetes novos, como este, contam com número muito pequeno e diferente de assessores. Alguns dos novos com 12 servidores e outros com 9, quando deveria, ao menos, haver isonomia entre os novos (ex: todos com 12 servidores). Os gabinetes mais antigos chegam a contar com 19 assessores, o que faz com que a produção seja melhor, não deixando justa a comparação de produtividade entre os gabinetes. Sugere-se a realização de concurso público e a nomeação de servidores; ou, ainda, o remanejamento entre os gabinetes para equalizar o quadro, ficando cada um com 15 servidores.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Ainda não ocorreu oportunidade.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0006854-28.2007.4.05.8200	21/8/2020	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Aguardando julgamento - 1ª seção - pauta do dia 28/6/2023		
0800818-82.2022.4.05.8305	5/10/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 26/6		
0813464-42.2022.4.05.8300	4/11/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 26/6/2023		

0819248-05.2019.4.05.8300	8/11/2022	198 - Apelação Cível
Despachado para inclusão em pauta.		
0818520-27.2020.4.05.8300	5/11/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 8/5/2023		
0800190-24.2021.4.05.8501	10/11/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 12/6/2023		
0800477-95.2022.4.05.8001	10/11/2022	198 - Apelação Cível
Homologada a desistência em 30/4		
0808953-98.2022.4.05.8300	16/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Aguardando julgamento - pauta do dia 15/5/2023		
0819905-53.2019.4.05.8200	17/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Aguardando julgamento - pauta do dia 12/6/2023		
0806769-09.2021.4.05.8300	22/11/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando decurso de prazo - contrarrazões do INSS - prazo até 2/6/2023		
0001671-02.2009.4.05.8202	21/1/2010	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 12/6/2023		
0804696-40.2016.4.05.8300	7/8/2020	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 12/6/2023		
0802351-09.2013.4.05.8300	23/4/2020	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 19/6		
0014849-96.2010.4.05.8100	17/11/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Priorizar despacho/decisão.		
0800818-77.2020.4.05.8103	26/9/2022	198 - Apelação Cível
Julgado - interposto RESP		
0814750-55.2022.4.05.8300	3/10/2022	120 - Mandado de Segurança Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 19/6/2023		
0811515-51.2022.4.05.0000	4/10/2022	12394 - Revisão Criminal
Aguardando julgamento - pauta do dia 28/6/2023 - 1ª seção		
0812870-96.2022.4.05.0000	4/11/2022	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Aguardando julgamento - pauta do dia 29/5/2023		
0815127-44.2022.4.05.8100	9/1/2023	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 22/5/2023		
0814322-10.2021.4.05.8300	23/11/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando julgamento - pauta do dia 5/6/2023		
0800704-75.2019.4.05.8103	7/12/2022	198 - Apelação Cível
Vista ao MPF (prazo)		

0810676-26.2022.4.05.0000	19/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Baixa definitiva		
0814275-70.2022.4.05.0000	13/12/2022	12394 - Revisão Criminal
Aguardando julgamento - pauta do dia 28/6/2023 - 1ª seção		
0818049-92.2021.4.05.8100	8/11/2022	417 - Apelação Criminal
Julgado - transitou em julgado.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 27 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Encaminhar o processo para realização da intimação das partes acerca do julgamento do processo em até 10 dias:

0812870-96.2022.4.05.0000

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0800333-12.2018.4.05.8309	0802423-09.2021.4.05.8302	0800818-82.2022.4.05.8305
0806769-09.2021.4.05.8300	0814750-55.2022.4.05.8300	0811515-51.2022.4.05.0000
0800704-75.2019.4.05.8103	0814275-70.2022.4.05.0000	0813464-42.2022.4.05.8300

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 13/6/2023, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Francisco Alves dos Santos Júnior e pelas servidoras Rossana Maria Cavalcanti Reis da Rocha Marques e Cleia Lucena de Melo.

Trata-se de unidade nova, criada com a ampliação do Tribunal.

A unidade inspecionada, inicialmente, mencionou a alegria de compor a nova estrutura do Tribunal Regional da 5ª Região.

Em seguida, a unidade inspecionada destacou alguns aspectos quanto à sua própria estrutura. Apontou que, conjuntamente com os demais gabinetes da 5ª Turma, possui um quadro de pessoal com menor número de servidores em relação aos gabinetes dos Desembargadores mais antigos no Tribunal. Destacou, ainda, que sua quantidade de cargos e funções comissionadas também é menor. Além disso, mencionou que foi destinado para a estrutura da unidade um novo cargo comissionado (CJ-2) oriundo do gabinete do Desembargador Federal Carlos Rebêlo.

Logo após, a unidade mencionou a forma como foi composto seu acervo, explicitando que, por algum tempo, apenas os novos gabinetes criados com a ampliação receberam todos os processos distribuídos no Tribunal. Mencionou, ademais, que a distribuição passou a abranger todos os gabinetes, novos e já existentes, a partir de abril de 2023. Mesmo assim, considera que, atualmente, a distribuição de processos novos ao seu gabinete excede a distribuição feita aos gabinetes mais antigos.

Em seguida, o gabinete passou a ressaltar as estratégias adotadas para redução do acervo.

No que diz respeito à quantidade de agravos de instrumento, que é expressiva, os entrevistados compartilharam uma mudança recente na forma de encaminhamento das minutas de decisões e de votos. A análise, se for o caso, passará a centrar-se apenas na presença do *fumus boni iuris*, de forma a abreviar o tempo destinado ao exame de cada processo, quando o aludido requisito não se fizer presente.

Os entrevistados apontaram que a maior quantidade de processos da unidade e também das preferências legais é da matéria previdenciária. Apontaram, também, que as minutas de despachos/decisões e de votos dessa matéria são gerenciadas por um dos assessores, auxiliado pelos três estagiários que compõem a equipe.

Uma das boas práticas desenvolvidas na unidade consiste em concentrar seus esforços na resolução das pendências existentes após a sessão de julgamento, de modo a não prolongar o tempo para anexação dos documentos (relatório, votos e ementa) no PJe, sendo, por conseguinte, mais célere o ato de intimação das partes.

Outra boa prática ressaltada pelos entrevistados diz respeito à sua produtividade, que vem aumentando com o decorrer do tempo, inclusive já havendo uma expressiva quantidade de minutas de votos já conferidas, aguardando sua inclusão em pauta.

Também como boa prática adotada pelo órgão, os entrevistados referem a constante troca de experiências com os demais gabinetes, de modo a absorver as boas práticas das outras unidades, como forma de aprendizado e melhoria do próprio fluxo de trabalho.

Refere-se, além disso, que a comunicação acerca das orientações para elaboração das minutas de decisões e votos dentro da própria unidade é clara e ágil, divulgando-se os novos entendimentos do Desembargador e da Turma, por exemplo, tão logo encerradas as sessões de julgamento, no grupo de *Whatsapp* do gabinete.

Por fim, a unidade cita a especialização dos servidores por matéria como uma das formas de dinamizar a velocidade de redução de seu acervo, quantitativa e qualitativamente, a fim de melhor prestar a jurisdição.

11. OBSERVAÇÕES

Trata-se de unidade criada em 16/9/2022 com a ampliação do Tribunal, de modo que, sendo esta sua primeira inspeção, não há falar na comparação do acervo atual com o existente em inspeção anterior.

O acervo ajustado no TRF, ao final de mês de abril de 2023, era de 1.595 processos, dos quais 956 referem-se ao acervo de processos conclusos no gabinete.

Pelas mesmas razões anteriormente expostas, não há base para comparação do acervo ajustado e do acervo de processos conclusos, para fins de verificação de aumento ou diminuição de produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 3 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 5ª Turma, equivale a 3 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo idêntico à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9;
- b) Diligenciar junto ao setor competente com vistas ao esclarecimento e à eventual resolução do problema relativo à maior distribuição de processos para a unidade, em relação a outros gabinetes do Tribunal;
- c) Reduzir o acervo dos embargos de declaração, especialmente aqueles com conclusão superior a 30 dias;
- d) Envidar esforços para aumentar a quantidade de apelações cíveis e agravos de instrumento julgados, de modo a alcançar (e manter) a Meta 1/2023;
- e) Incrementar o número de processos criminais julgados, atingindo a Meta Específica 1/2023.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete da Desembargadora Federal Cibele Benevides Guedes da Fonseca

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

5ª Turma, 3ª Seção, Conselho de Administração e Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

De 23/11/2022 (data da posse) a 30/4/2023 (último dia do mês anterior ao período da autoinspeção): 5 (cinco) meses e 7 (sete) dias

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Yang Faber Pinheiro Chaves de Freitas, mat. 5753 - Assessor de desembargadora

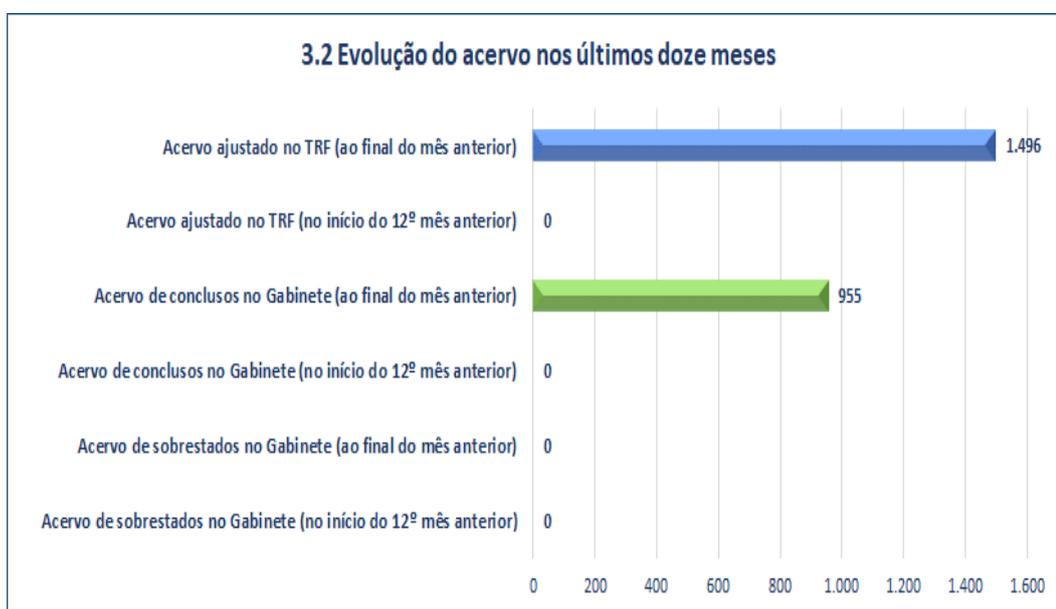
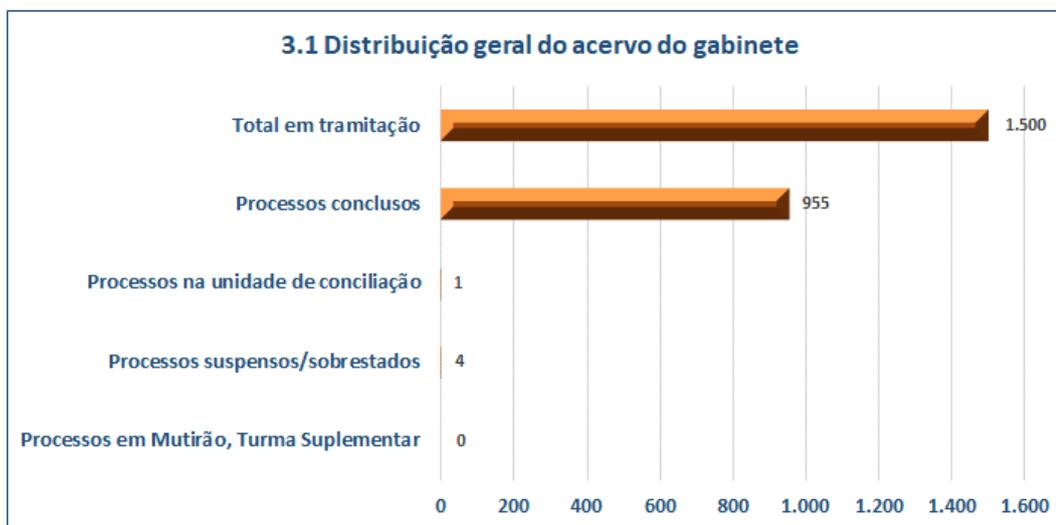
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	2
FC-6	0
FC-5	2
FC-4	2
FC-3	1
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

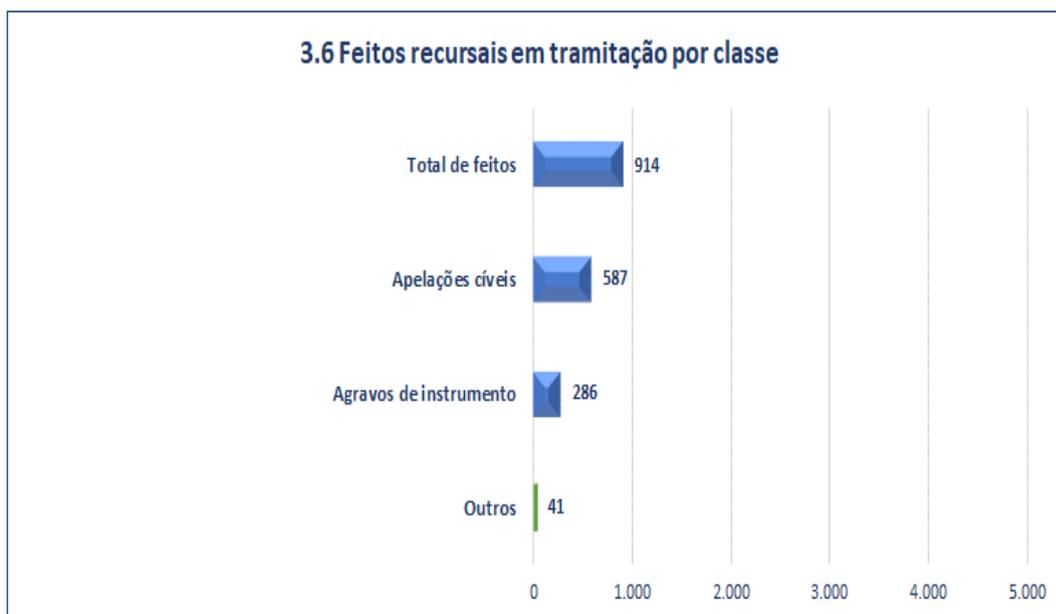
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	14
Mandados de segurança	1

IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	4
Reclamações	0
Ações rescisórias	5

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	928
Recursos em mandados de segurança coletivos	5
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	2
Recursos em ações civis públicas	10
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	12

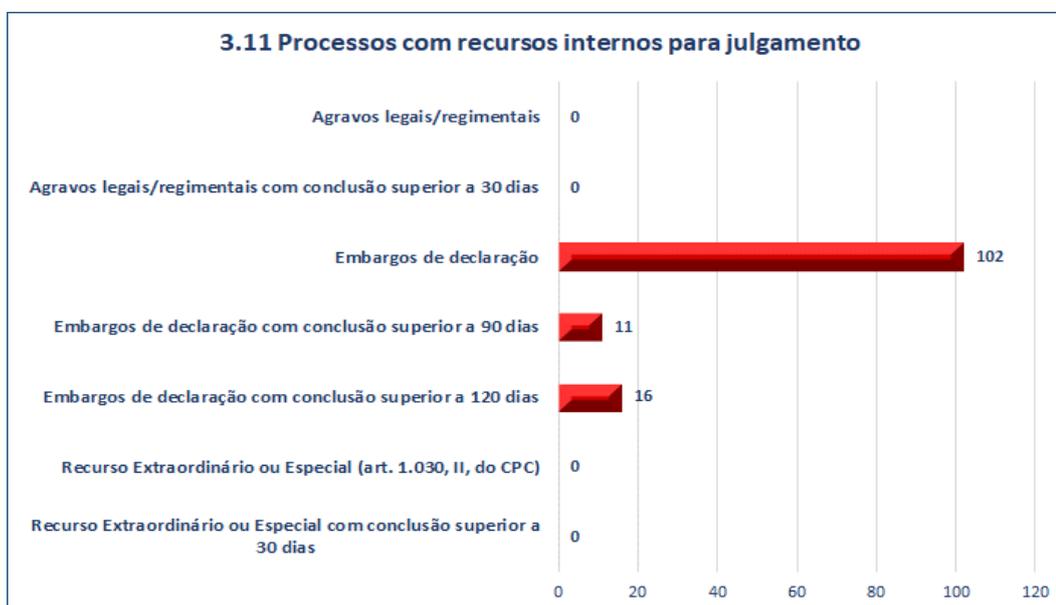


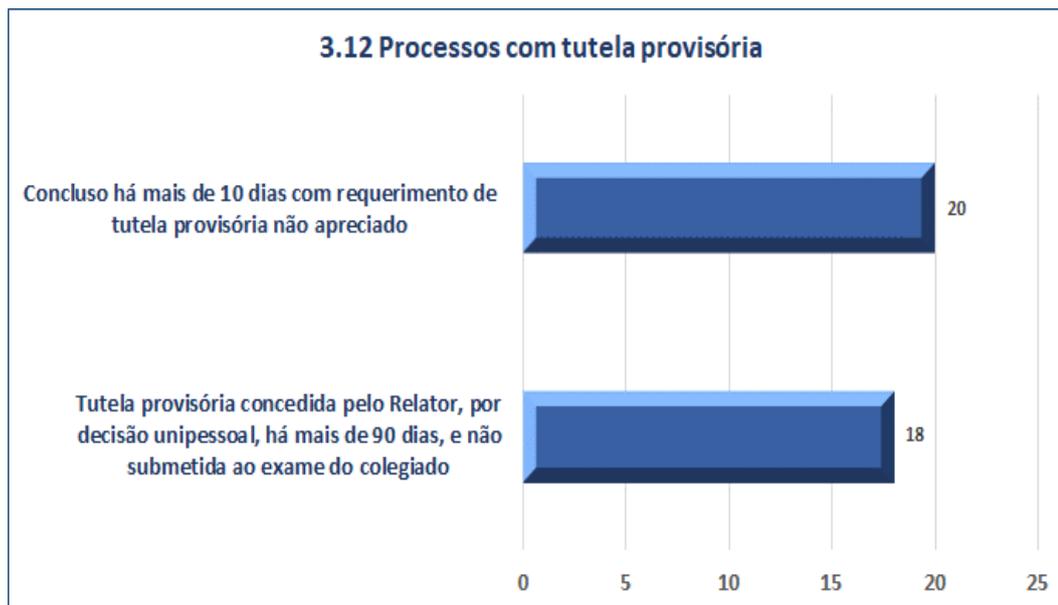
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	4
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	2
Revisões Criminais	1

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	23
Apelações	21
Recursos em Sentido Estrito	1
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	1

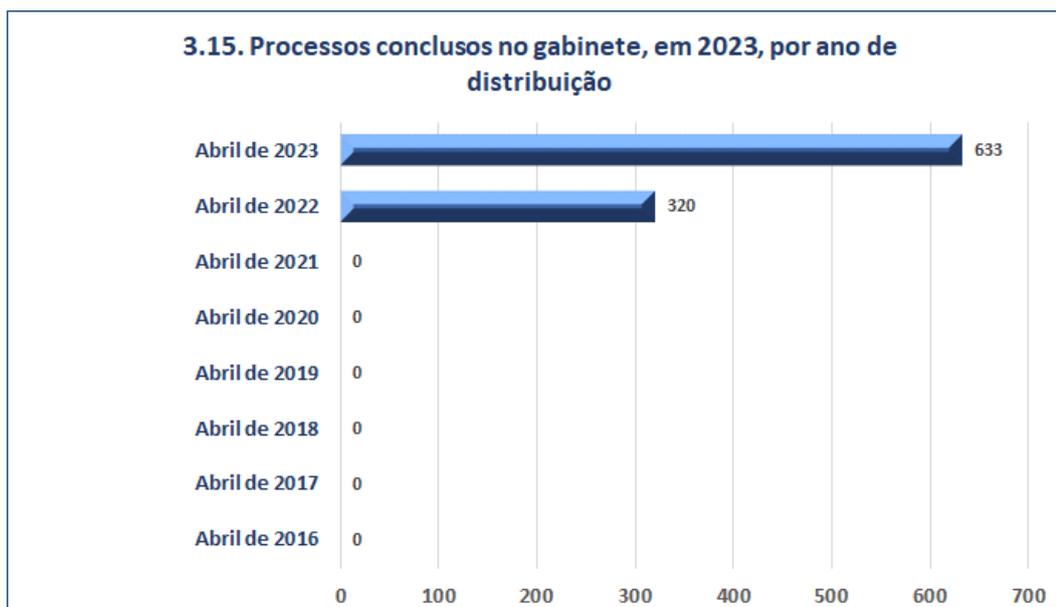
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2021	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2020	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2019	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2018	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2017	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2016	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2021	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2020	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2019	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2018	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2017	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2016	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

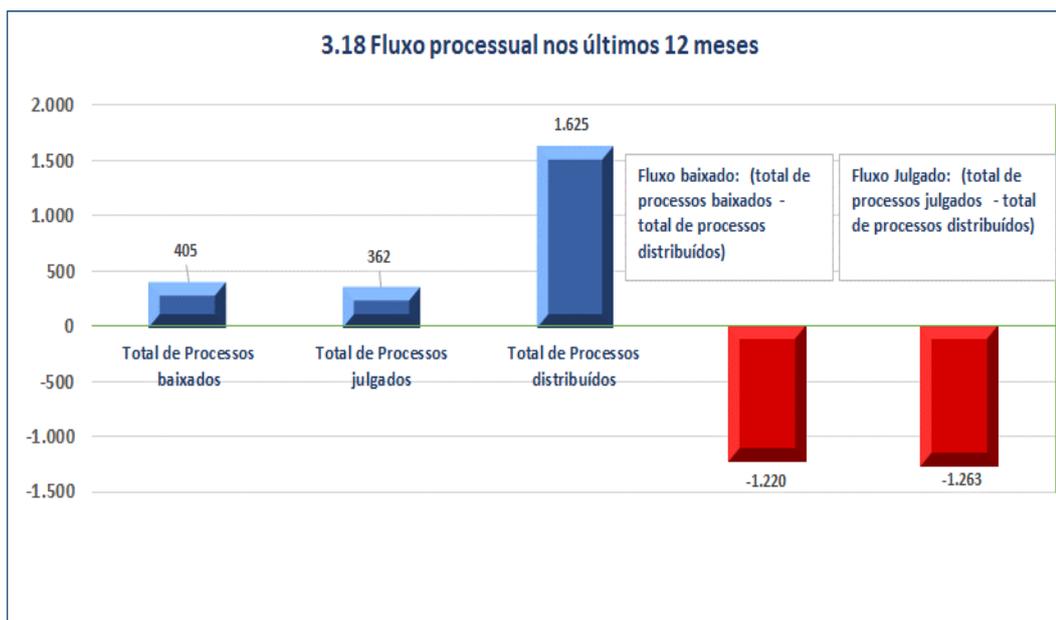


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

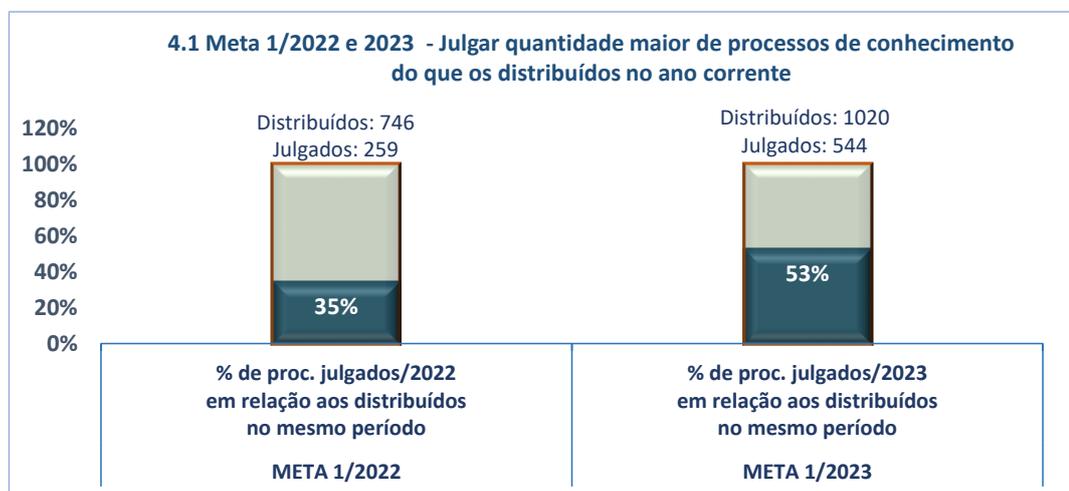
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100 % dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019

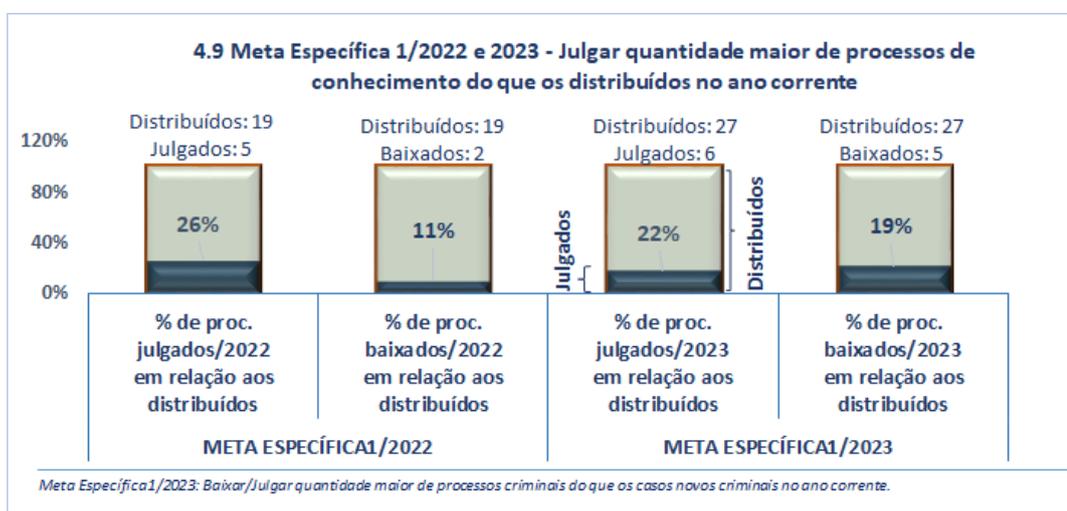
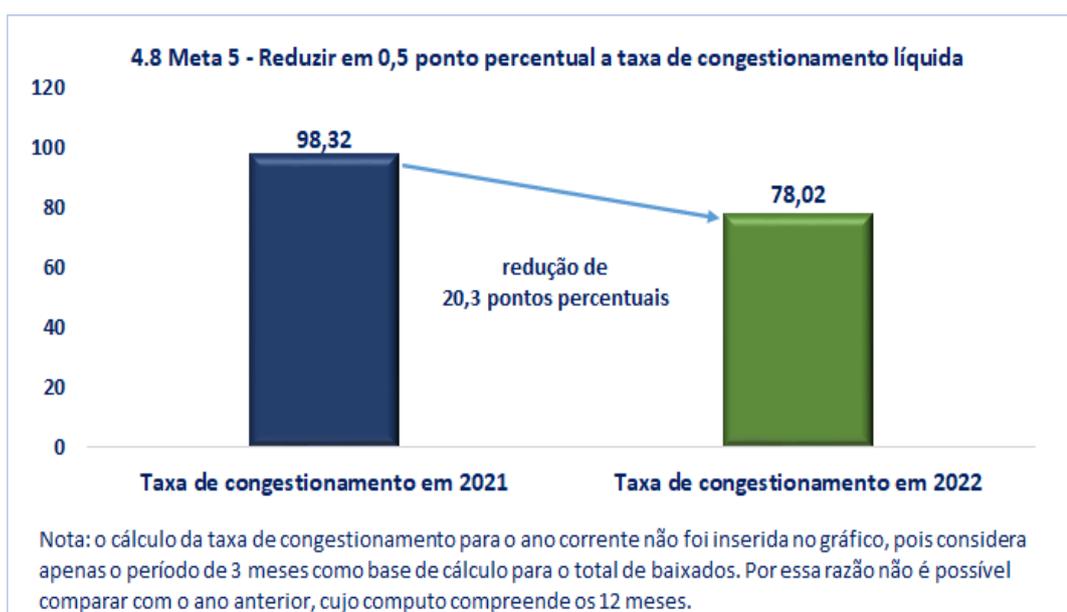
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022



4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

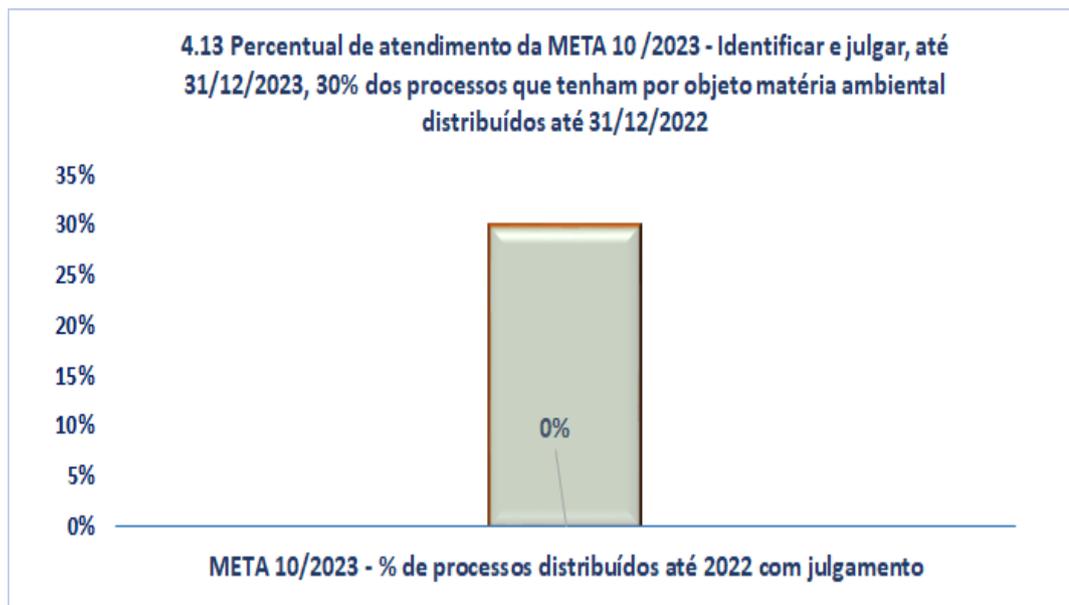
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

O Gabinete está em contato com a rede de inovação da 5ª Região (Ato TRF5 n. 156/2021) para cumprir a Meta 9, visando, em especial, o acompanhamento da Meta 5 da agenda 2030 da ONU, relativa à implementação da igualdade de gênero. Todo o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, como instituição, busca desenvolver uma gestão ágil e inovadora. Assim, os projetos de inovação implantados pelo Tribunal são bem-vindos neste Gabinete e são implantados assim que possível. Ademais, em atenção à Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 395/2021, este gabinete tem disseminado entre os integrantes da equipe a cultura da inovação, mediante a máxima utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis: 1 - Realização da organização das sessões da Quinta Turma pelo aplicativo Teams, inclusive com a discussão dos destaques; 2 - Pesquisa de precedentes do TRF5 no ambiente Julia; 3 - Armazenamento de modelos de minutas em nuvem, com o uso do Teams; 4 - Organização da equipe e documentação da informação a respeito de processos e procedimentos do Gabinete no aplicativo Teams; 5 - Estímulo ao uso de aplicativos de reuniões por videoconferência (Zoom e Teams); 6 - Atendimento aos advogados de forma tradicional (presencial), mas também telepresencial (por meio do aplicativo Zoom e do Teams); 7 - análise estatística pelo Portal BI - Business Intelligence.



4.14 META 11 CNJ/2023 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022

Pendentes em 31/12/2021 - Processos distribuídos, no período de referência, e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no mês anterior	0
Percentual de cumprimento da meta	Nunca recebemos distribuição com a temática de sequestro internacional de crianças, mas há um olhar atento a todos os processos envolvendo crianças e adolescentes.

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O Gabinete conta com um plano de gestão sistematizado e eficaz, não obstante o baixo número de servidores, quando comparado aos gabinetes mais antigos do TRF5. Temos por meta primária julgar sempre uma quantidade de processos maior do que a que entra no Gabinete no mês anterior. Procuramos também assegurar, por meio da cobrança de uma meta individual dos servidores e de uma meta global do gabinete, ambas de periodicidade mensal, que sejam julgados entre 40 e 50 processos por sessão da 5ª Turma. Nos casos do Pleno e da 3ª Seção, temos um gerenciamento individualizado e pautamos à medida que vão ficando prontos os votos. Nós organizamos o Gabinete em três Setores: 1) Setor de Gestão Operacional (voltado ao acompanhamento das demandas administrativas e impulsionamento processual); 2)

Setor de Inteligência Jurídica (responsável pelo acompanhamento das sessões, análise processual e redação de minutas); e, 3) Setor de Gestão Tática (acompanha a estratégia para atingimento de metas e objetivos do gabinete). O controle do acervo é realizado mensalmente com estudo das tarefas do Painel do Usuário no Sistema PJe e análise de todo conteúdo estatístico disponibilizado pelo Tribunal e pelo BI - Business Intelligence. Hoje nossa maior dificuldade vem sendo a gestão do acervo dos agravos, mas ela se justifica pela pequena quantidade de servidores que temos. O quantitativo de servidores aqui tratado se refere a abril de 2023, quando tínhamos apenas 9 servidores no Gabinete, dos quais 3 não eram formados em Direito. No mês de maio de 2023, recebemos dois novos servidores, de tal forma que hoje contamos com 11 pessoas. No entanto, desse total, 4 não são graduadas em Direito, de modo que não auxiliam na elaboração de votos e decisões. No que concerne os agravos, temos como política não permitir que as decisões liminares se acumulem. As atividades e os processos de trabalho deste gabinete são definidos: trabalhamos com cinco eixos de atuação no Setor de Inteligência Jurídica (administrativo, penal e improbidade, civil, previdenciário e tributário). A distribuição das atividades não é estática, exatamente pelo reduzido número de servidores com os quais contamos, mas, com criatividade, temos nos adaptado, conforme a necessidade se apresenta.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle dos processos sobrestados é feito diretamente pela Secretaria Processante da 5ª Turma, contando com apoio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC e da Rede de Inteligência do Tribunal, com a publicação de notas técnicas de gestão de precedentes, com particular atenção dada pela rede ao tratamento dos processos sobrestados pela sistemática dos recursos repetitivos e repercussão geral, após o julgamento dos recursos representativos das controvérsias.

5.3 Boas práticas e inovações

O Gabinete foi criado e instalado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região em setembro de 2022, em função do que dispõe a Lei n. 14.253/2021. Durante o processo de criação, foi convocado o Juiz Federal Marco Bruno Miranda Clementino, que atuou como Desembargador Federal Convocado para a implantação da unidade. A atual titular, Cibele Benevides Guedes da Fonseca, tomou posse somente em 23 novembro de 2022. Como já tratado no tópico 4.12, em atenção à Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 395/2021, este gabinete tem disseminado entre os integrantes da equipe a cultura da inovação, mediante a máxima utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis: 1 - Realização da organização das sessões da Quinta Turma pelo aplicativo TEAMS, inclusive com a discussão dos destaques; 2 - Pesquisa de precedentes do TRF5 no ambiente Julia; 3 - Armazenamento de modelos de minutas em nuvem, com o uso do Teams; 4 - Organização da equipe e documentação da informação a respeito de processos e procedimentos do Gabinete no aplicativo Teams; 5 - Estímulo ao uso de aplicativos de reuniões por videoconferência (Zoom e Teams); 6 - Atendimento aos advogados de forma tradicional (presencial), mas também telepresencial (por meio do aplicativo Zoom e do Teams); e, 7 - análise estatística pelo Portal BI-Business Intelligence; 8 Realização de reuniões com a equipe para disseminar o conteúdo do Protocolo sob perspectiva de

gênero do CNJ, para que se treine o olhar para os julgamentos envolvendo a temática. Uma das mais significativas e inovadoras de nossas práticas consistiu em trabalhar entre os meses de setembro de 2022 e março de 2023 com uma assessoria unificada com a do Desembargador Federal Leonardo Resende Martins. No começo de suas atividades, a assessoria era ainda mais reduzida que hoje. Em razão disso, criamos o que chamamos de INOVA GAB, uma assessoria unificada para atender dois desembargadores até que formássemos a equipe definitiva. Os trabalhos eram realizados com reuniões periódicas de alinhamento da equipe, privilegiando boas técnicas de gestão de acervo e permitindo o gerenciamento de contingências até que fosse formada a equipe dos dois gabinetes. A independência de cada um dos órgãos julgadores era assegurada por meio de constante interação dos servidores com os desembargadores envolvidos. Com o provimento da vaga do Quinto Constitucional e a chegada da ex-membro do Ministério Público Federal, agora Desembargadora Federal Cibele Benevides, procedemos à separação das equipes, inclusive de forma física, e iniciamos o gerenciamento das nossas atividades autônomas. Nesse processo, como já mencionado acima, participaram ativamente o Desembargador Federal convocado Marco Bruno Miranda Clementino e o Desembargador Federal Leonardo Resende, tendo ambos de ser creditados como os gestores excelentes e inovadores que são. Destaca-se, por fim, a reunião de equipe feita para sensibilização dos servidores a respeito da aplicação do protocolo de julgamento sob perspectiva de gênero, do CNJ.

5.4 Dificuldades

Definitivamente a maior dificuldade encontrada até agora foi a baixa quantidade de servidores na assessoria. Conforme mencionado no item anterior, atuamos com assessoria unificada até o mês de abril de 2023. No início de suas atividades, esse Gabinete unificado contava com apenas com 3 servidores até outubro/2022, o que originou a ideia inovadora de criação do gabinete conjunto intitulado INOVAGAB. As dificuldades com a formação da equipe ainda perduram. Atualmente, vencendo as dificuldades impostas pelas circunstâncias de um gabinete recém-criado, esta unidade está no firme propósito de se destacar com seu trabalho eficiente e de qualidade. Recebemos 2 servidores somente no mês de maio de 2023, sendo 1 (um) deles não formado em direito, sendo o quadro mencionado acima vigente até abril de 2023. Além disso, a pequena quantidade de cargos comissionados com direito ao pagamento de auxílio moradia impede (um CJ3 e um CJ2), aliada às restrições regulatórias, que consigamos trazer pessoas de fora do quadro para compor a assessoria. Outro fator agravante é a imensa quantidade de servidores do próprio TRF5 que não se interessa por atuar em assessoria de gabinete. O atual estado de cobrança de trabalho presencial, em virtude da regulamentação do teletrabalho pelo CNJ, dificulta conseguirmos servidores de outros estados para ocupar as funções comissionadas que o Gabinete possui. Isso, aliado ao fato de que temos funções comissionadas de baixo valor quando se considera o nível de responsabilidade envolvido na assessoria de um desembargador (FC4 e FC5), forma uma situação de muita dificuldade para preenchimento da assessoria. Por fim, as regulações do próprio tribunal (o Conselho de Administração proíbe que seja requisitado pessoal da SJPE em percentual superior a 5%), agravam as dificuldades de atrair pessoal especializado.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual de servidores em teletrabalho nesta unidade está dentro do limite de 30% do seu quadro permanente, conforme definido pela Resolução n. 481/2022 do CNJ, que devem apresentar produtividade igual ou superior à do trabalho presencial. Anote-se que a produtividade da equipe quando em teletrabalho tem se mostrado substancialmente mais elevada.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Encaminhamos o Processo n. 0811812-51.20214.05.8000 para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0800165-89.2022.4.05.8302	4/10/2022	417 – Apelação Criminal
Observação/Providência: relatório em elaboração para ser encaminhado para o Revisor, com o objetivo de pautar ainda no mês de junho.		
0800129-41.2022.4.05.8401	23/10/2022	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0811453-11.2022.4.05.0000	3/10/2022	202 – Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0811447-04.2022.4.05.0000	3/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0803356-94.2021.4.05.8200	26/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0801998-94.2021.4.05.8103	26/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0820815-71.2019.4.05.8300	13/10/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: relatório em elaboração para ser encaminhado para o Revisor, com o objetivo de pautar ainda no mês de junho.		

0805569-17.2019.4.05.8500	11/10/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: relatório em elaboração para ser encaminhado para o Revisor, com o objetivo de pautar ainda no mês de junho.		
0800110-81.2021.4.05.8203	11/10/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: relatório em elaboração para ser encaminhado para o Revisor, com o objetivo de pautar ainda no mês de junho.		
0800090-29.2022.4.05.8309	9/11/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento no dia 26 de junho de 2023.		
0806834-04.2021.4.05.8300	23/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0810884-39.2022.4.05.8300	25/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0802956-46.2022.4.05.8200	30/11/2022	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0100715-56.2017.8.20.0120	18/10/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com chamado aberto no suporte do PJe por inconsistência sistêmica - Foi incluído em sessão, mas a cópia que deveria ser criada para o fluxo não foi disponibilizada, de sorte que não conseguimos incluir em sessão. Chamado#: 2023051111001067 - Estado: aguardando atendimento		
0803389-59.2022.4.05.8100	13/12/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0814874-56.2022.4.05.8100	15/12/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão que não conheceu da remessa necessária em 14 de abril de 2023.		
0002497-70.2010.4.05.8500	24/1/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em pauta para Julgamento na Sessão de 26 de junho.		
0814273-03.2022.4.05.0000	13/12/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: pautada para julgamento no dia 24/5/2023 - Processo da 3ª Seção.		
0014844-61.2007.4.05.8300	24/07/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na Sessão de 8 de maio de 2023.		
0813879-93.2022.4.05.0000	1/12/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: aguardando cumprimento de despacho		
0801295-57.2023.4.05.0000	9/2/2023	307 – Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 8/5/2023		
0811982-30.2022.4.05.0000	15/10/2022	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Rubens Canuto		
0811573-54.2022.4.05.0000	5/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Francisco Alves		
0812019-57.2022.4.05.0000	17/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Leonardo Resende		
0811043-50.2022.4.05.0000	26/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Rubens Canuto		
0814323-92.2021.4.05.8300	16/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento de 5/6/2023		
0800125-92.2022.4.05.8404	15/2/2023	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0802550-50.2023.4.05.0000	7/3/2023	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Redigir decisão liminar.		
0811197-68.2022.4.05.0000	28/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo que transitou em julgado em 8 de maio de 2023.		
0800381-84.2021.4.05.8205	18/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 27 de fevereiro de 2023.		
0802265-57.2023.4.05.0000	2/3/2023	120 – Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Fazer despacho inicial.		
0809170-69.2021.4.05.8400	16/1/2023	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: despachar impedimento da Desembargadora Federal Cibele Benevides		
0803654-86.2021.4.05.8200	23/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista elaborado.		
0811264-33.2022.4.05.0000	29/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0815233-49.2021.4.05.8000	16/2/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Roberto Wanderley		
0800494-28.2022.4.05.8100	8/6/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 26 de junho de 2023.		
0819394-75.2021.4.05.8300	8/8/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Alexandre Luna Freire		
0812444-73.2018.4.05.8100	6/12/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Roberto Wanderley		

0818150-14.2021.4.05.8300	20/6/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Roberto Wanderley		
0808567-39.2022.4.05.0000	29/7/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Francisco Roberto Machado		
0003476-84.2009.4.05.8300	1º/9/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Paulo Roberto		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 46 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar em até 60 dias os embargos de declaração (conclusos há 45 dias):

0815233-49.2021.4.05.8000	0800494-28.2022.4.05.8100	0812444-73.2018.4.05.8100
0818150-14.2021.4.05.8300		

b) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0100715-56.2017.8.20.0120

c) Julgar em até 30 dias (processo com pedido de vista há mais de 90 dias):

0803654-86.2021.4.05.8200

d) Julgar em até 90 dias (processo retirado de pauta há mais de 100 dias):

0100715-56.2017.8.20.0120

e) Examinar o pedido de tutela em até 30 dias (pedido de tutela formulado há mais de 100 dias):

0811982-30.2022.4.05.0000

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 15/6/2023, na unidade inspecionada, pela Desembargadora Federal Cibele Benevides Guedes da Fonseca e pelos servidores Yang Faber Pinheiro Chaves de Freitas, Máira Arcoverde Barreto Pinto, Joanna Cabral de Queiroga Cavalcanti da Fonte, Sarah Mendonça Guedes e Pollyana Santos Queiroga.

Trata-se de unidade nova, criada em 16/9/2022 com a ampliação do Tribunal. Desde então até 22/11/2022, o gabinete foi titularizado pelo Juiz Federal Convocado Marco Bruno Miranda Clementino.

Os entrevistados relataram a experiência vivenciada no início das atividades da unidade, que foi adotada em razão do reduzido quadro de pessoal, composto de apenas três servidores quando da instalação do gabinete.

Essa experiência traduziu-se numa das boas práticas da unidade.

Foi criado um gabinete denominado INOVAGAB, que consistia em um grupo de servidores, que assessoravam dois dos novos Desembargadores Federais nomeados com a ampliação do Tribunal (Leonardo Resende Martins e Cibele Benevides Guedes da Fonseca).

A equipe do INOVAGAB trabalhou de modo unificado até que fossem formadas as equipes de tais gabinetes, o que ocorreu em março de 2023.

A partir dessa prática, extraiu-se uma parceria de auxílio mútuo entre os dois gabinetes que se mantém, inclusive, atualmente, em que pese se trate de Desembargadores Federais que vieram a ser lotados em Turmas diferentes.

Outra boa prática apurada pela equipe da Corregedoria consiste no constante acompanhamento pela unidade inspecionada da Meta da agenda 2.030 da ONU, relativa à implementação da igualdade de gênero.

Verificou-se que esse olhar refinado é dirigido não apenas às causas de natureza Previdenciária e Assistencial, mas também àquelas causas de natureza Tributária e Administrativa, sendo citados casos concretos em que essa política foi passível de ser processada, bem como algumas situações em que sua realização não foi possível de ser efetivada.

A unidade inspecionada mencionou que persegue como meta coletiva o aumento constante de sua produção e de sua produtividade e que vem logrando êxito em alcançar esse intento.

A unidade inspecionada mencionou, ademais, que há a preocupação e a concentração de esforços para que os processos de matéria Administrativa tenham um incremento no número de feitos julgados, considerando-se tratar-se da matéria em que há o maior número de processos distribuídos.

A equipe da Corregedoria constatou a alegria e o comprometimento da equipe inspecionada, colaborando de forma contundente na prestação jurisdicional, mesmo com seu quadro de pessoal deficitário, quando comparado ao de outros gabinetes.

11. OBSERVAÇÕES

Trata-se de unidade criada em 16/9/2022 com a ampliação do Tribunal, havendo a atual titular tomado posse em 23/11/2022, de modo que, sendo esta sua primeira inspeção, não há que se falar na comparação do acervo atual com o existente em inspeção anterior.

O acervo ajustado no TRF, ao final de mês de abril de 2023, era de 1.496 processos, dos quais 955 referem-se ao acervo de processos conclusos no gabinete.

Pelas mesmas razões anteriormente expostas, não há base para comparação dos acervos ajustados de processos conclusos atuais com os da inspeção anterior, para fins de verificação de aumento ou diminuição de produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 3 meses, enquanto esse mesmo tempo, na 5ª Turma, equivale a 3 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo idêntico à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9.
- b) Reduzir o acervo dos embargos de declaração, especialmente aqueles com conclusão superior a 30 dias;
- c) Envidar esforços para aumentar a quantidade de apelações cíveis e agravos de instrumento julgados, de modo a alcançar (e manter) a Meta 1/2023;
- d) Incrementar o número de processos criminais julgados, atingindo a Meta Específica 1/2023;
- e) Apreciar, no prazo máximo de 30 dias, as liminares em agravo de instrumento e mandados de segurança originários; e
- f) Triar os processos da unidade de modo a apurar aqueles com preferências legais, conferindo-lhes tratamento prioritário.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO JOSÉ VASQUES DE MORAES

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Sebastião José Vasques de Moraes

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

6ª Turma/1ª Seção/Pleno/Conselho de Administração

1.3 Tempo de exercício na unidade

8 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Henrique de Melo Silva, Chefe de Gabinete, mat. 1323.

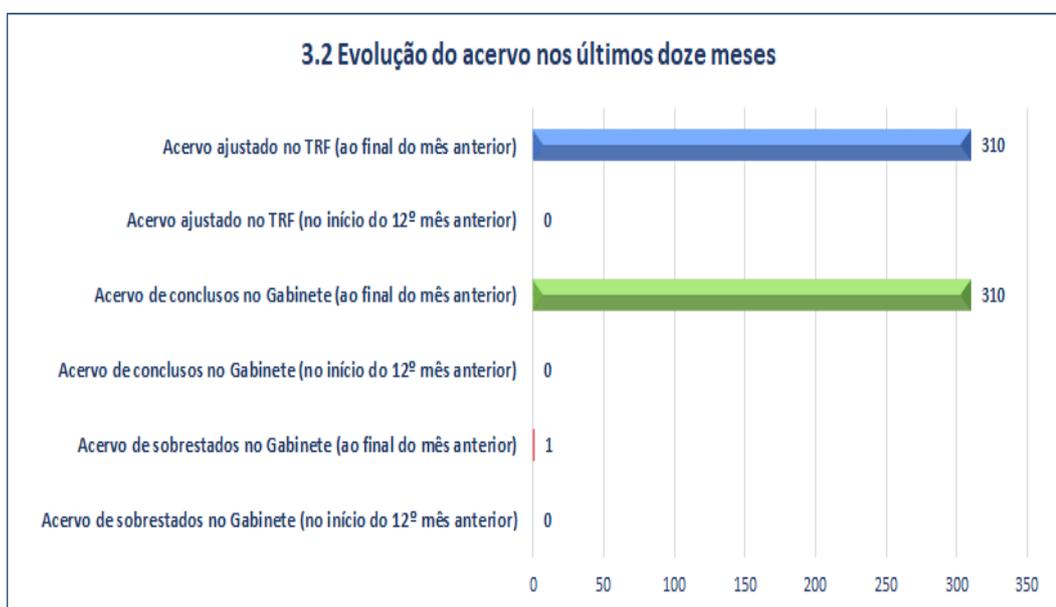
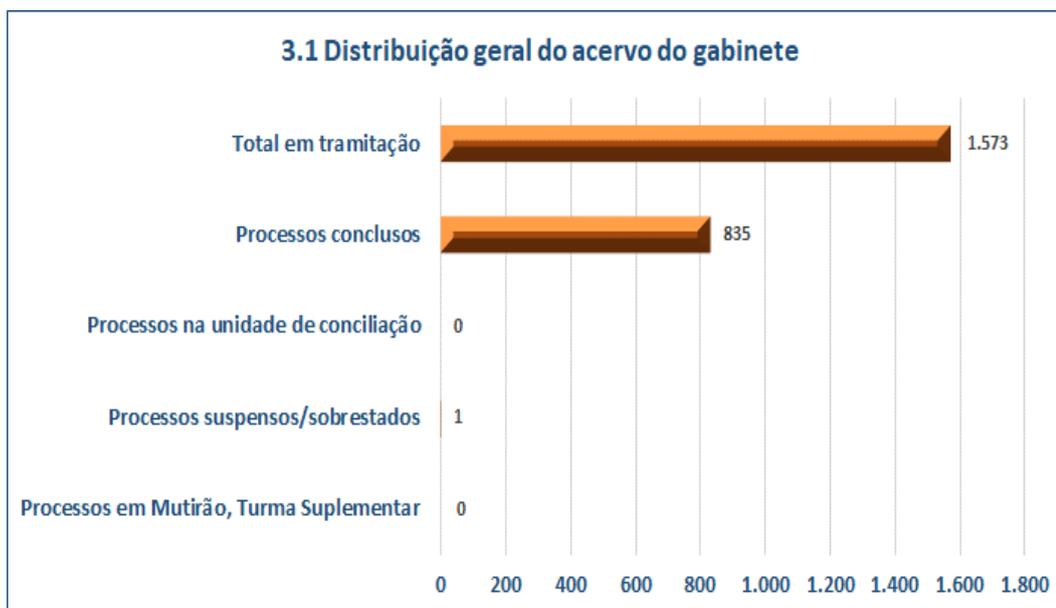
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	2
FC-4	2
FC-3	0
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

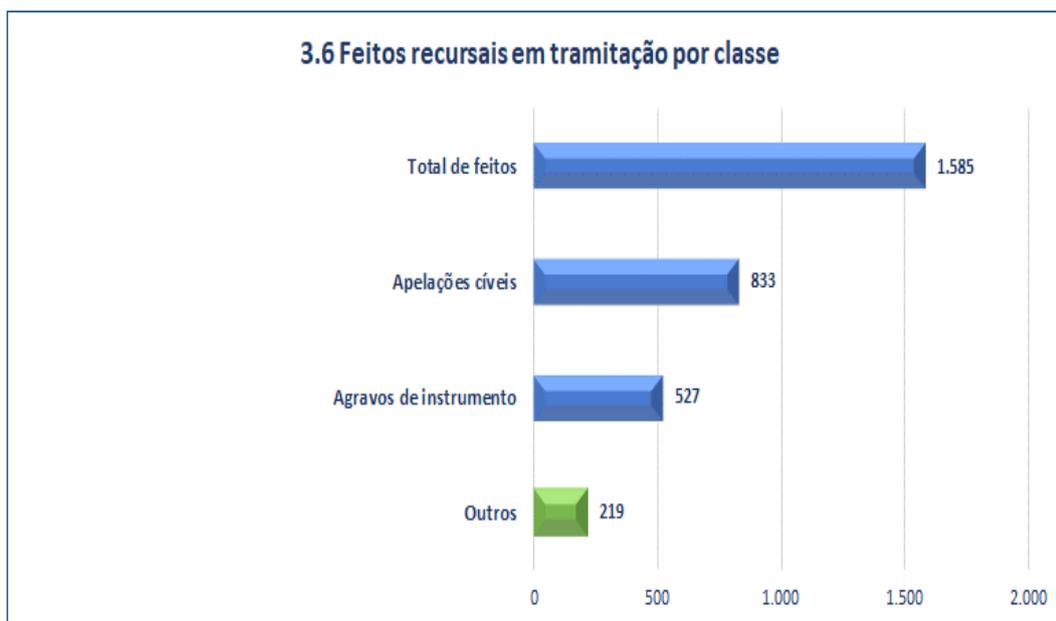
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Mandados de segurança	3
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	3
Reclamações	0
Ações rescisórias	12
Total de feitos originários cíveis	12

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Recursos em mandados de segurança coletivos	6
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	7
Recursos em ações civis públicas	27
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	350
Total de feitos recursais cíveis	798

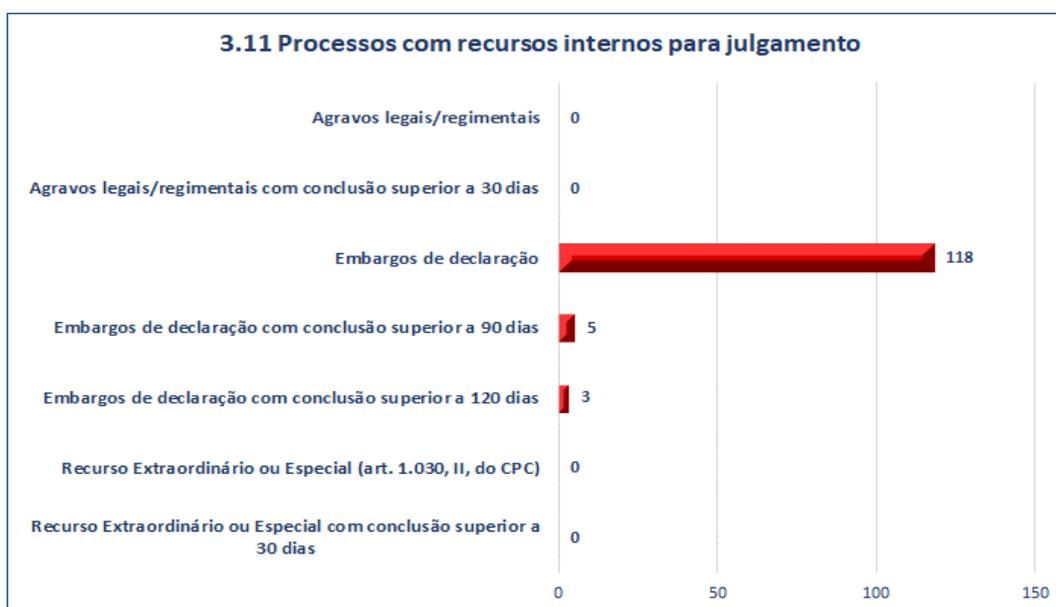


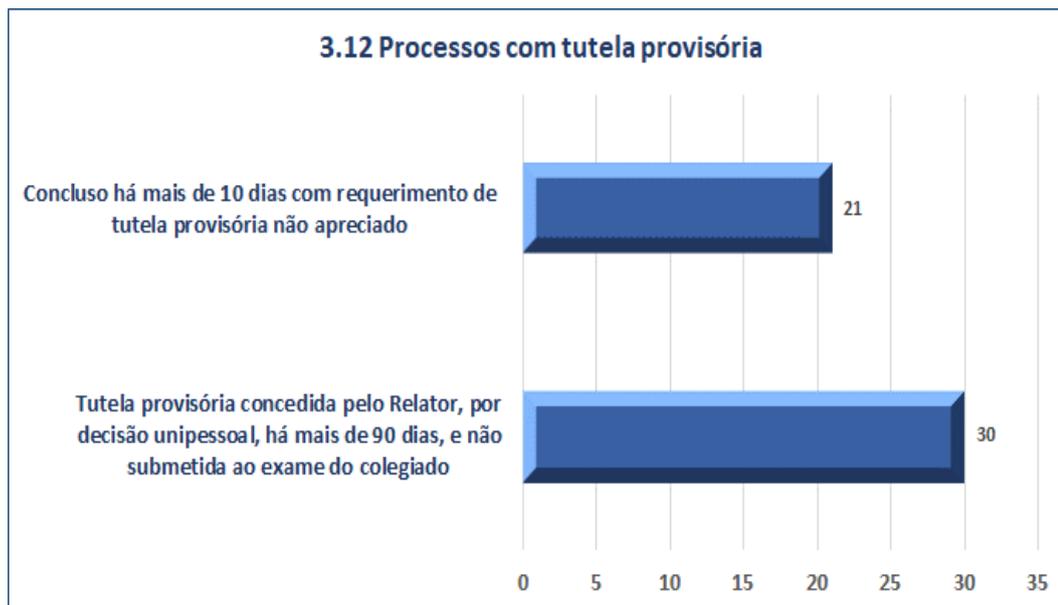
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	32
Ações penais	0
Inquéritos	4
Habeas corpus	14
Revisões Criminais	4

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	34
Apelações	28
Recursos em Sentido Estrito	2
Recursos em Habeas Corpus	14
Recursos em Mandado de Segurança	2
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	11
Apelações	2
Ações penais	0
Inquéritos	4
Habeas Corpus	14

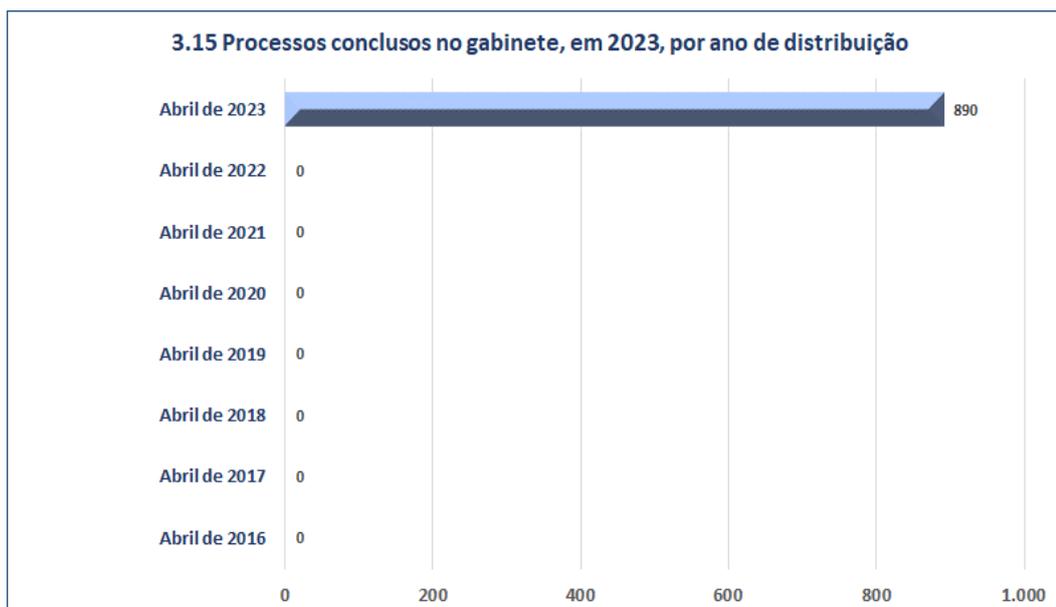
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2021	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2020	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2019	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2018	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2017	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2016	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2021	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2020	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2019	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2018	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2017	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2016	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

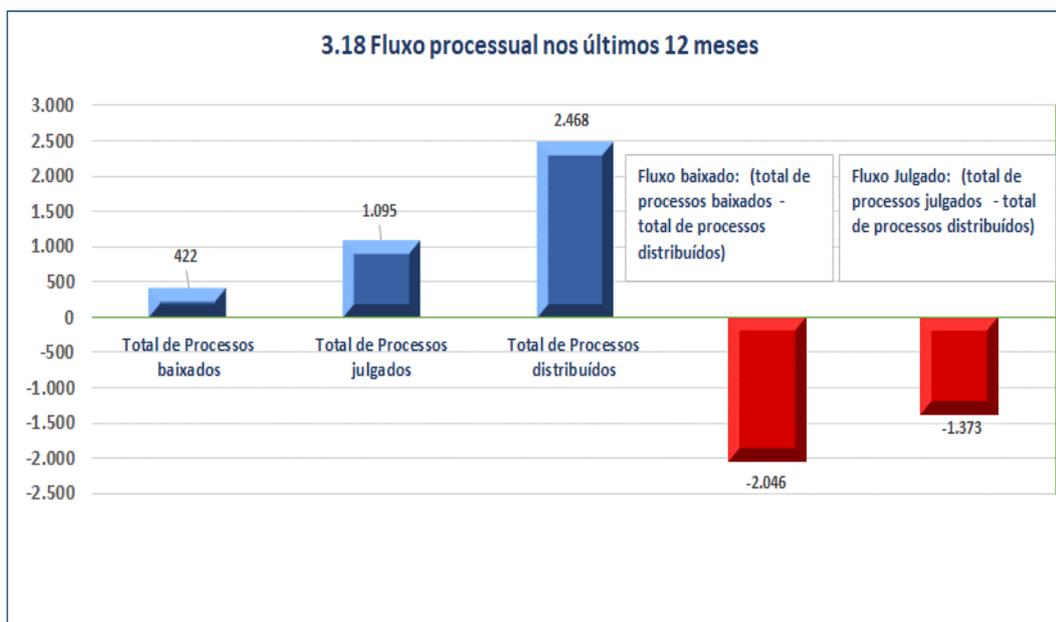


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

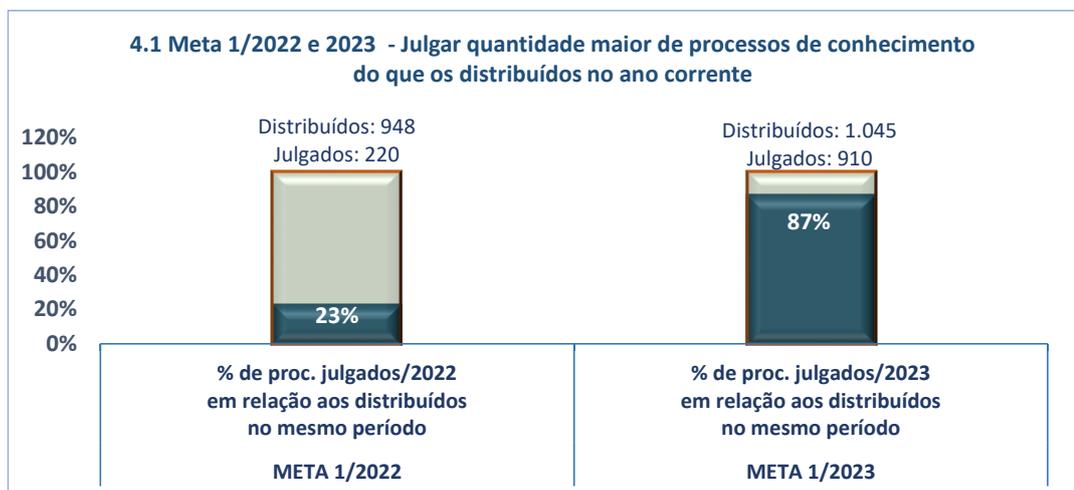
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	1



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019

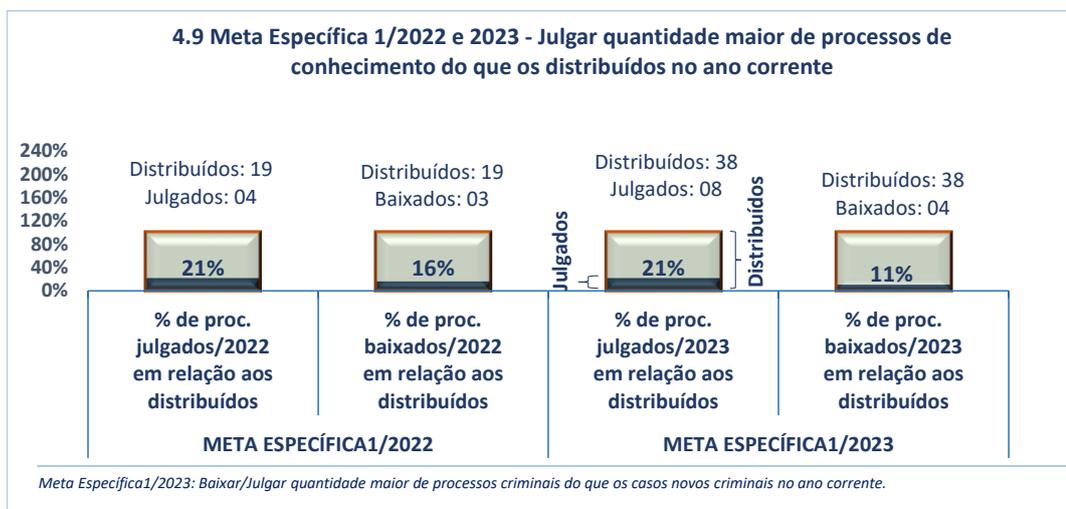
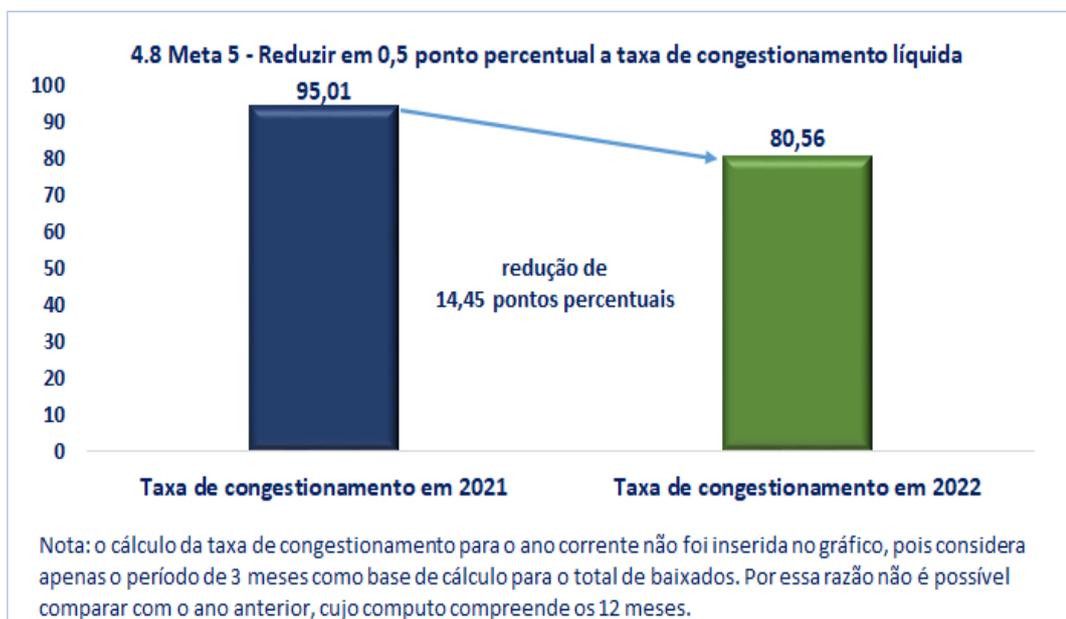
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022



4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não
Pendentes em 31/12/2022	Não

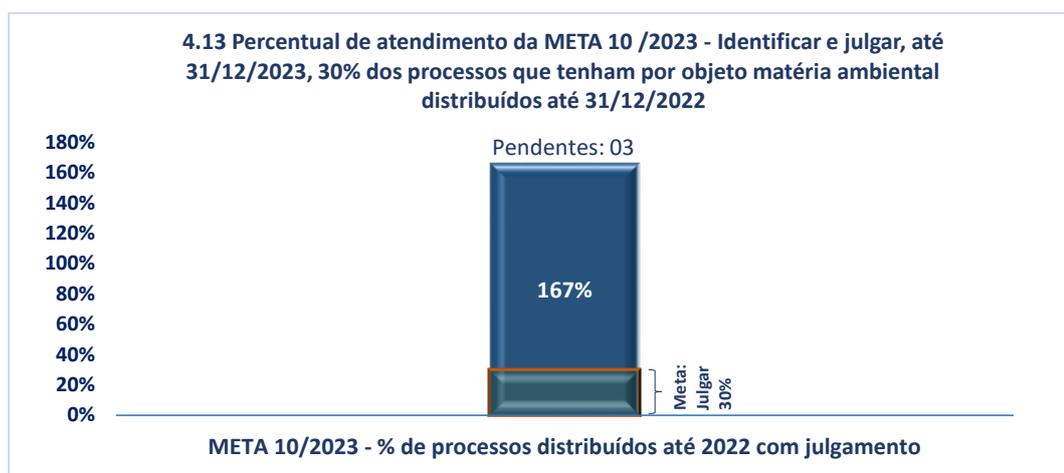
Porcentagem de atendimento da meta	Não
------------------------------------	-----

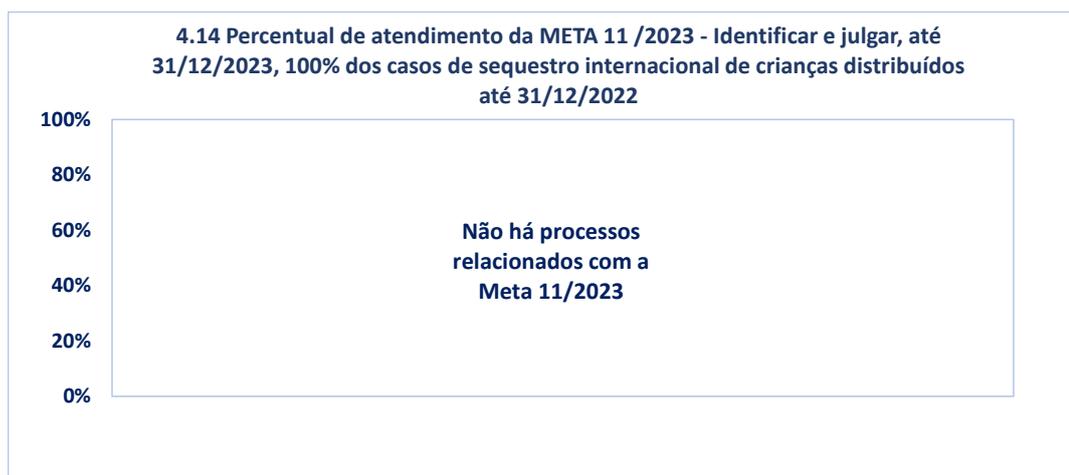
4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não havia recebido processo com a matéria.

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Em atenção a Resolução CNJ n. 395/2021, este gabinete tem disseminado entre os integrantes da equipe a cultura da inovação, mediante a máxima utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis: 1. Realização da organização das sessões da Sexta Turma pelo aplicativo TEAMS, inclusive com a discussão dos destaques; 2. Organização da equipe, informações processuais e procedimentos do Gabinete no aplicativo Teams; 3. Estímulo ao uso de aplicativos de reuniões por videoconferência (Zoom e Teams); 4. Atendimento aos advogados de forma tradicional (presencial), mas também telepresencial (por meio do aplicativo Zoom e do Teams), o que facilita, consideravelmente, essa comunicação





5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O Gabinete conta com um plano de gestão sistematizado e eficaz, não obstante o baixo número de servidores, quando comparado aos gabinetes mais antigos do TRF5. Temos por meta primária julgar sempre uma quantidade de processos maior do que a que entra no Gabinete no mês anterior. Procuramos também assegurar, por meio da cobrança de uma meta individual dos servidores e de uma meta global do gabinete, ambas de periodicidade mensal, que sejam julgados entre 60/70 processos por sessão da 6ª Turma de Julgamento. Hoje nossa maior dificuldade vem sendo a gestão do acervo dos agravos, mas ela se justifica pela pequena quantidade de servidores que temos. Dos 10 servidores do Gabinete, apenas um deles não minuta (motorista). As atividades e os processos de trabalho deste gabinete são definidos: trabalhamos com cinco eixos de atuação no Setor de Inteligência Jurídica (administrativo, penal e improbidade, civil, previdenciário e tributário). Participamos também do Conselho de Administração.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle dos processos sobrestados é feito diretamente pela Secretaria Processante da 6ª Turma, contando com apoio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC e da Rede de Inteligência do Tribunal.

5.3 Boas práticas e inovações

Apesar da recente criação deste Gabinete, temos adotado algumas posturas voltadas para otimização processual. 1. Realização da organização das sessões da Sexta Turma pelo aplicativo TEAMS, inclusive com a discussão dos destaques; 2. Organização da equipe, informações processuais e procedimentos do Gabinete no aplicativo Teams; 3. Estímulo ao uso de aplicativos de reuniões por videoconferência (Zoom e Teams); 4. Atendimento aos advogados de forma tradicional (presencial), mas também telepresencial (por meio do aplicativo Zoom e do Teams), o que facilita, consideravelmente, essa comunicação.

5.4 Dificuldades

Definitivamente a maior dificuldade encontrada até agora foi a baixa quantidade de servidores na assessoria, sobretudo, para minutas de decisões e votos. Vale ressaltar que o atual estado de cobrança de trabalho presencial, em virtude da regulamentação do teletrabalho pelo CNJ, dificulta atrairmos servidores de outros estados para ocupar as funções comissionadas do Gabinete.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, o Gabinete tem respeitado rigorosamente o percentual de 30% (trinta por cento) do quadro, no tocante regime de teletrabalho. Atualmente, dos 10 servidores do quadro do nosso Gabinete, apenas dois laboram nesse tipo de regime. Portanto, o percentual de servidores em teletrabalho nesta unidade está dentro do limite de 30% do seu quadro permanente, conforme definido pela Resolução n. 481/2022 do CNJ, que devem apresentar produtividade igual ou superior à do trabalho presencial.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Até o dado momento, o Gabinete não encaminhou nenhum processo para o Núcleo de Conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0803291-72.2021.4.05.8500	17/11/2022	417 - Apelação Criminal
Pautado para sessão do dia 30/5/23.		
0802766-65.2022.4.05.8400	19/12/2022	198 - Apelação Cível
Pautado para a sessão do dia 16/5/2023.		
0000421-98.2013.4.05.8102	5/10/2022	417 - Apelação Criminal
Processo submetido para Revisão. Em seguida será pautado para o mês de junho.		
0806579-80.2020.4.05.8300	16/11/2022	417 - Apelação Criminal
Parecer do MPF apresentado em 9/5/23. Após escolha do revisor, a previsão é que esse processo seja encaminhado para sessão no mês de julho.		
0800528-13.2021.4.05.8205	4/10/2022	198 - Apelação Cível
Pautado para a sessão do dia 20/6/23.		
0800899-60.2019.4.05.8200	25/1/2023	417 - Apelação Criminal

Processo pautado para sessão do dia 27/6/2023.		
0804673-75.2022.4.05.8400	28/11/2022	417 - Apelação Criminal
Processo será submetido a escolha do revisor. Após isso, a previsão é que esse processo seja pautado entre junho e julho.		
0800069-87.2021.4.05.8503	28/11/2022	198 - Apelação Cível
Pautado para a sessão do dia 25/7/2023.		
0804218-22.2022.4.05.8300	28/9/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Pautado para sessão do dia 16/5/23.		
0814456-71.2022.4.05.0000	16/12/2022	12394 - Revisão Criminal
Parecer do MPF apresentado em 20/3/23. Submeter processo para Revisão. Ato contínuo, previsão de pauta ainda para o mês de julho.		
0003639-82.2009.4.05.8100	12/11/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Processo pautado para a sessão de 20/6/2023.		
0810992-39.2022.4.05.0000	26/9/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo julgado na pauta virtual do dia 11/4/23.		
0800199-07.2023.4.05.0000	13/1/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Pautado para a sessão do dia 25/7/2023.		
0810464-52.2022.4.05.8100	19/1/2023	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Processo pautado para sessão do dia 23/5/2023.		
0801167-37.2023.4.05.0000	7/2/2023	120 - Mandado de Segurança Cível
Em 8/5/23, a 3ª Vara SJPE devolveu o processo com as informações. Processo será pautado para o mês de junho.		
0801340-61.2023.4.05.0000	10/2/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Pautado para a Sessão do dia 25/7/23.		
0800482-19.2019.4.05.8100	20/10/2022	198 - Apelação Cível
Pautado para a sessão do dia 25/7/2023.		
0813628-75.2022.4.05.0000	25/11/2022	202 - Agravo de Instrumento
Processo pautado para sessão do dia 4/7/2023.		
0800582-97.2021.4.05.8101	24/2/2023	198 - Apelação Cível
Pautado para a sessão do dia 23/5/2023.		
0801902-70.2023.4.05.0000	24/2/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Pautado para a Sessão do dia 25/7/2023.		
0801341-46.2023.4.05.0000	10/2/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Em 10/5/23, a 13ª vara da SJAL prestou as informações de HC. Pautar para julgamento.		
0802078-49.2023.4.05.0000	27/2/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Pautado para a sessão do dia 18/7/2023.		
0802986-09.2023.4.05.0000	15/3/2023	413 - Agravo de Execução Penal

Parecer do MPF apresentado em 11/5/23. Pautar para julgamento.		
0802960-11.2023.4.05.0000	15/3/2023	12394 - Revisão Criminal
Juntada de Parecer do MPF na data de 28/4/23. Processo será submetido a revisão e pautado para o mês de julho.		
0816775-59.2022.4.05.8100	15/3/2023	417 - Apelação Criminal
Juntada de Parecer do MPF na data de 10/5/23. Processo será submetido a revisão e pautado para o mês de julho.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Todos os 31 processos selecionados são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0813628-75.2022.4.05.0000	0800482-19.2019.4.05.8100	0801902-70.2023.4.05.0000
0802078-49.2023.4.05.0000		

b) Incluir em julgamento em até 60 dias:

0800199-07.2023.4.05.0000

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade inspecionada com muita cordialidade pelo Desembargador Federal Sebastião José Vasques de Moraes, pelo Assessor de Desembargador Jamesson Alves Bezerra e pelo Chefe de Gabinete Henrique de Melo Silva.

Esta é a primeira inspeção realizada no Gabinete do Desembargador Federal Sebastião José Vasques, que passou a integrar a Corte em setembro de 2022 com ampliação da composição do TRF5 por meio da Lei n. 14.253/2021.

O Desembargador Federal Sebastião José Vasques relatou que no início enfrentou o desafio de formar sua equipe, pois, tendo em vista que a Lei n. 14.253/2021 não criou novos cargos e funções, a Resolução Pleno n. 8, de 1º de junho de 2022 do TRF5, ao contrário dos gabinetes já existentes que contavam com 18 servidores, dotou a estrutura dos novos gabinetes com apenas 8 servidores. Informou que os assessores Jamesson e Henrique já compunham a sua equipe na Seção Judiciária de Alagoas.

Depois de um período de adaptação e estabilização da distribuição, que com a ampliação acima relatada foi direcionada apenas aos novos gabinetes, e com a adoção pela unidade de estratégias eficientes de gestão, controle do acervo, triagem minuciosa dos processos, distribuição de tarefas de acordo com as competências individuais de cada servidor, bem como o monitoramento constante das metas coletivas e individuais, a alocação de um servidor para cuidar das liminares e demais questões urgentes, e a implantação de reuniões de trabalho mensais, bem como depois da realização das

sessões para uniformização de procedimentos, o gabinete passou a apresentar resultados estatísticos bastante expressivos.

A gestão do gabinete é feita ainda com a utilização de ferramentas de tecnologia, tais como o sistema B.I., que contribui para mapeamento de movimentação de processos e controle de prazos, onde é apresentado um painel chamado de Gestão na Ponta dos Dedos, contendo todas as informações do PJe, das metas, dos recursos julgados e distribuídos, bem como a utilização de forma muito eficiente do SharePoint para compartilhamento de modelos, orientações, procedimentos etc entre todos os servidores do gabinete.

O Desembargador Federal Sebastião José Vasques ressaltou que a equipe faz um acompanhamento constante dos Temas e das matérias submetidas a julgamento repetitivo, evitando incluir em pauta de julgamento os casos que podem ser julgados monocraticamente, o que muito contribuiu e contribui para uma eficiente redução do acervo e do prazo médio entre a conclusão e o julgamento dos processos. Atualmente esse tempo está em torno de 3 meses.

Em conclusão, foi constatado que as estratégias de gestão adotadas pela unidade estão refletindo muito positivamente na produtividade, resultando em um maior número de processos julgados frente aos distribuídos. Nos meses de março, abril e maio, a unidade conseguiu, respectivamente, atingir a 3ª, 2ª e 3ª posição em produtividade em relação a todos os gabinetes do TRF5, não obstante a quantidade inferior de servidores lotados.

11. OBSERVAÇÕES

Primeira inspeção realizada na unidade jurisdicional.

O tempo médio praticado entre a distribuição e o primeiro julgamento, tanto na unidade inspecionada como na 6ª Turma, é de 3 meses.

12. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendação específica a ser feita, salvo apenas que seja mantido o alto padrão de eficiência e produtividade constatado pela equipe da inspeção.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO RESENDE MARTINS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Leonardo Resende Martins

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

6ª Turma, 2ª Seção e Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

De 16/9/2022 (data da posse) a 30/4/2023 (último dia do mês anterior ao período da autoinspeção): 7 (sete) meses e 14 (quatorze) dias

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Jean Kelber Bezerra de Medeiros, Chefe de Gabinete, mat. 5751

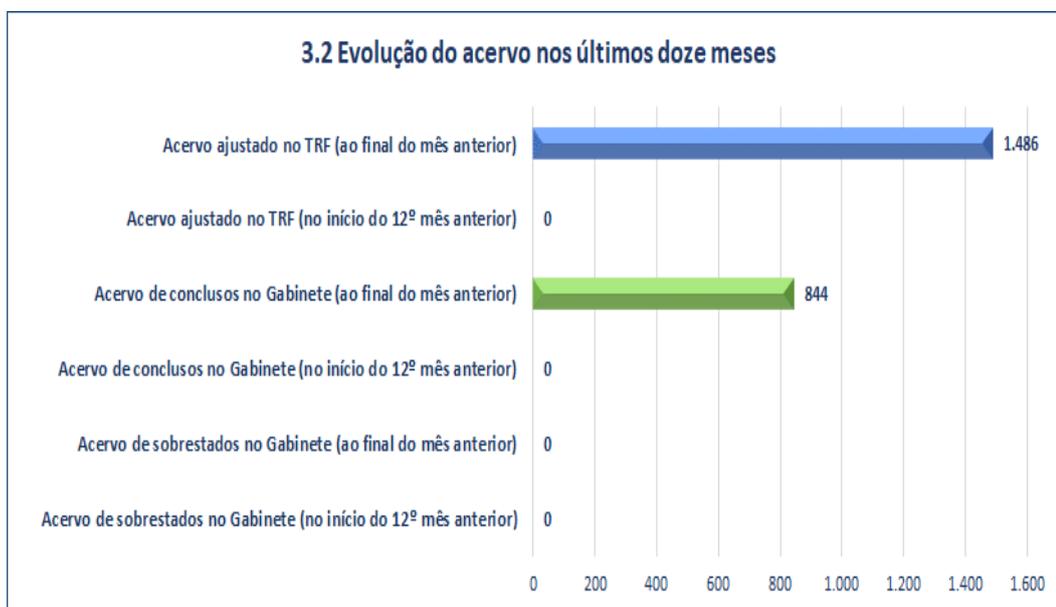
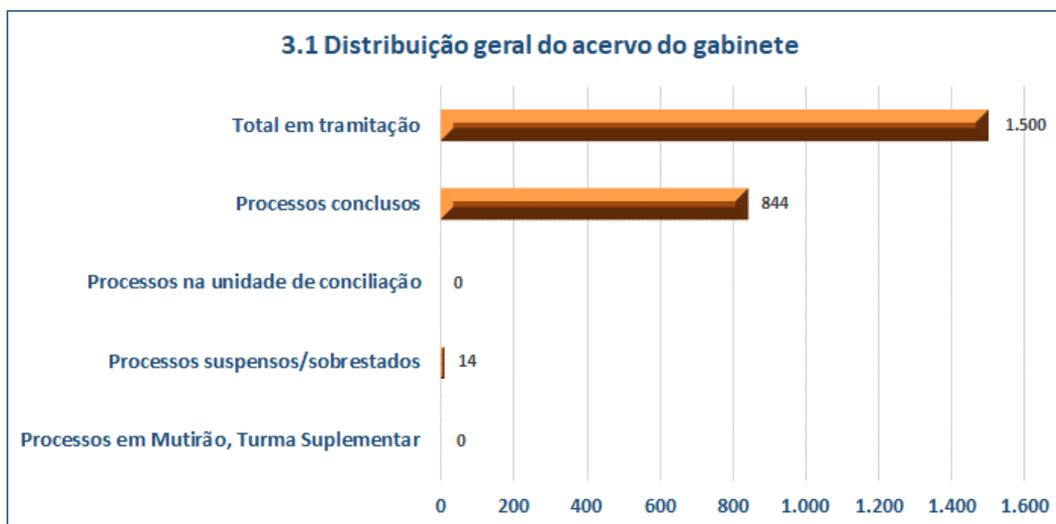
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	1
FC-6	0
FC-5	2
FC-4	3
FC-3	1
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

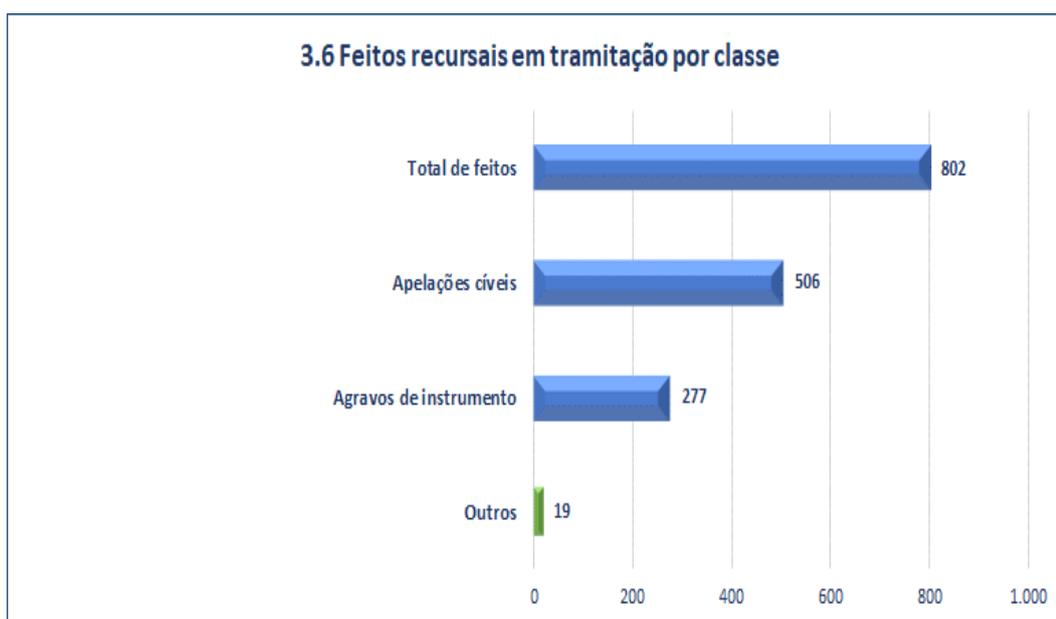
3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	14
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0

Conflitos de competência	4
Reclamações	0
Ações rescisórias	5

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Total de feitos recursais cíveis	802
Recursos em mandados de segurança coletivos	3
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	2
Recursos em ações civis públicas	9
Recursos em ações de desapropriação	3
Recursos em ações com preferência legal	171



3.7 Feitos originários criminais em tramitação

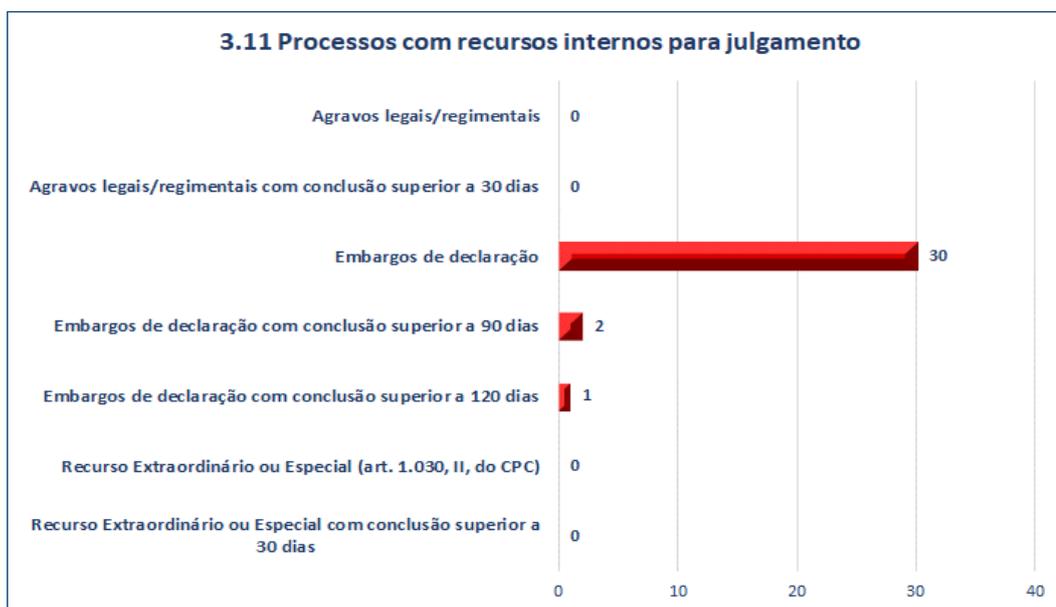
Total de feitos originários criminais	4
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas corpus	0
Revisões Criminais	2

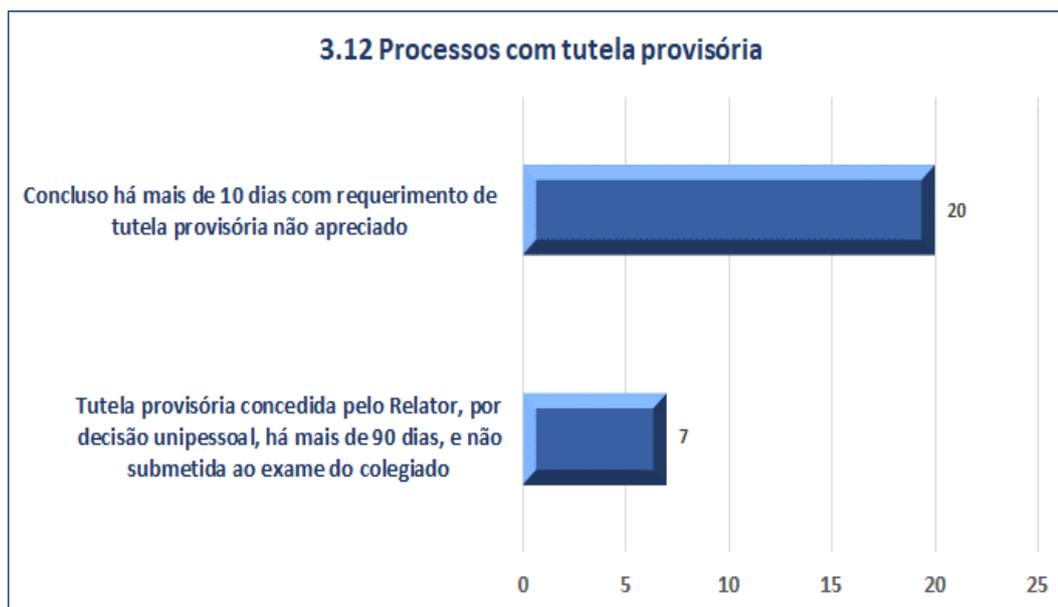
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

Total de feitos recursais criminais	24
Apelações	22
Recursos em Sentido Estrito	2
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



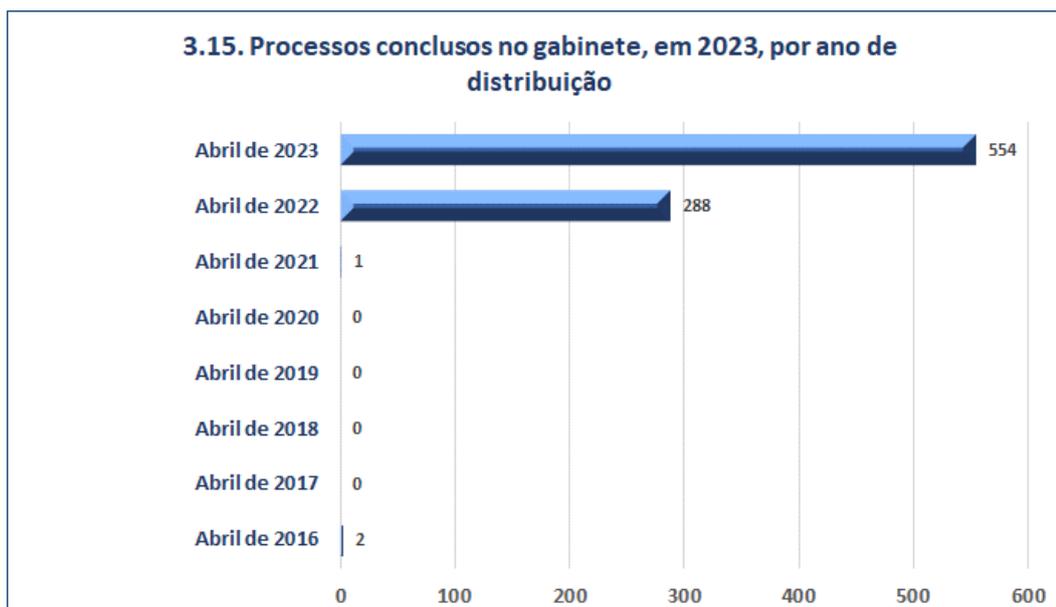


3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

Abril de 2021	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2020	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2019	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2018	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2017	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2016	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

Abril de 2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2021	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2020	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2019	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2018	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2017	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Abril de 2016	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

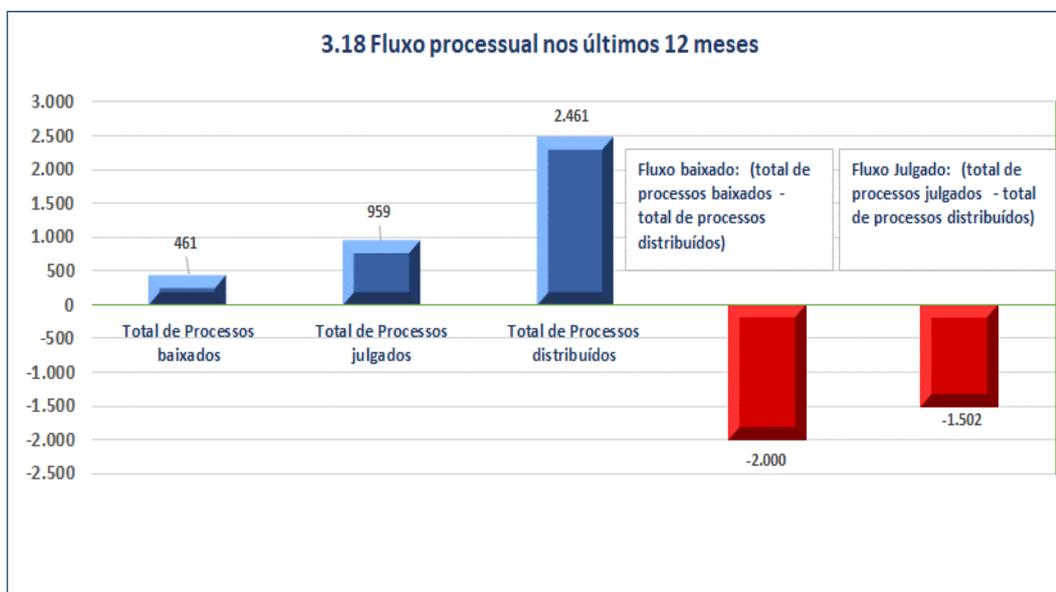


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

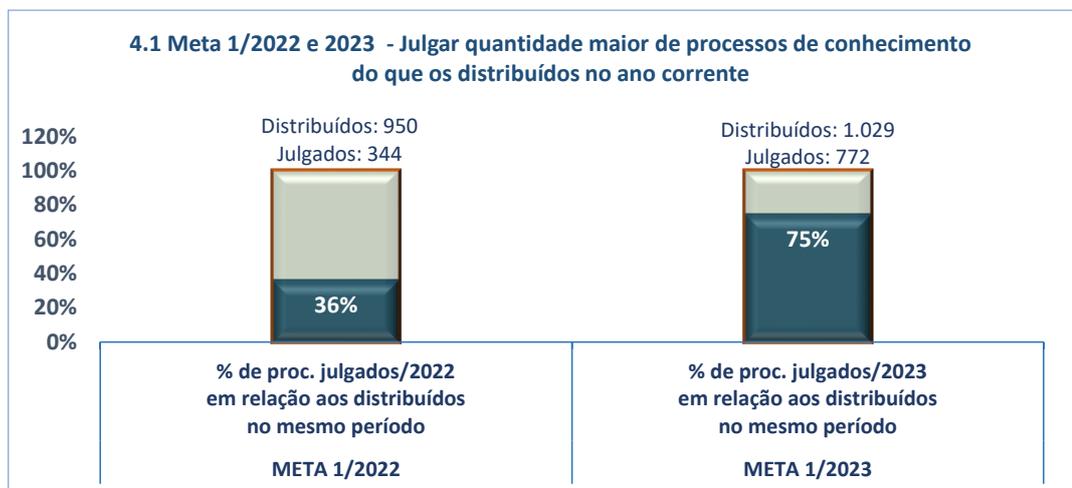
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

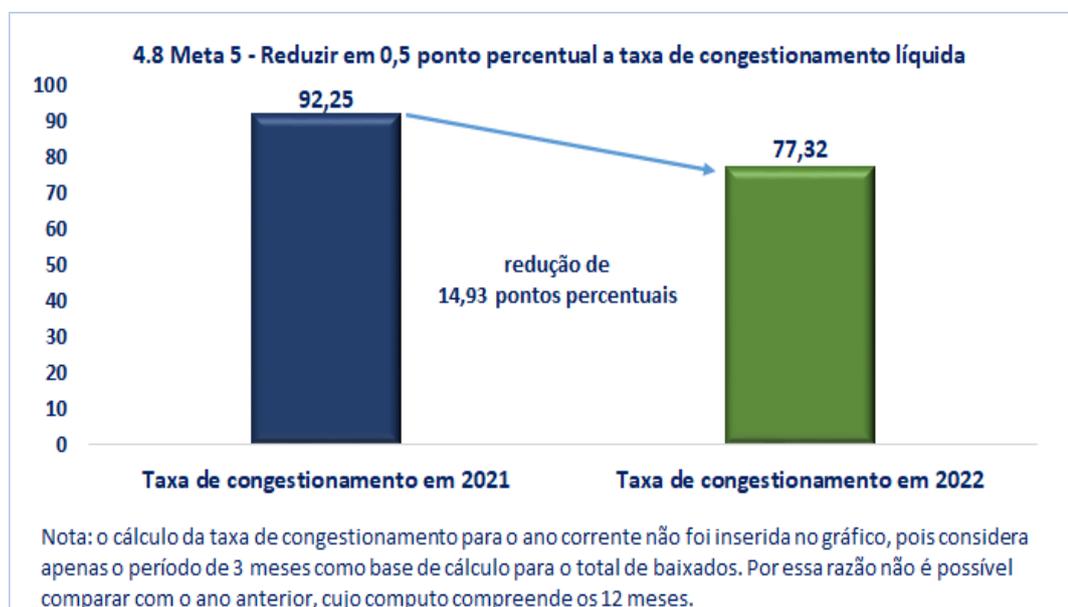
4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100 % dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

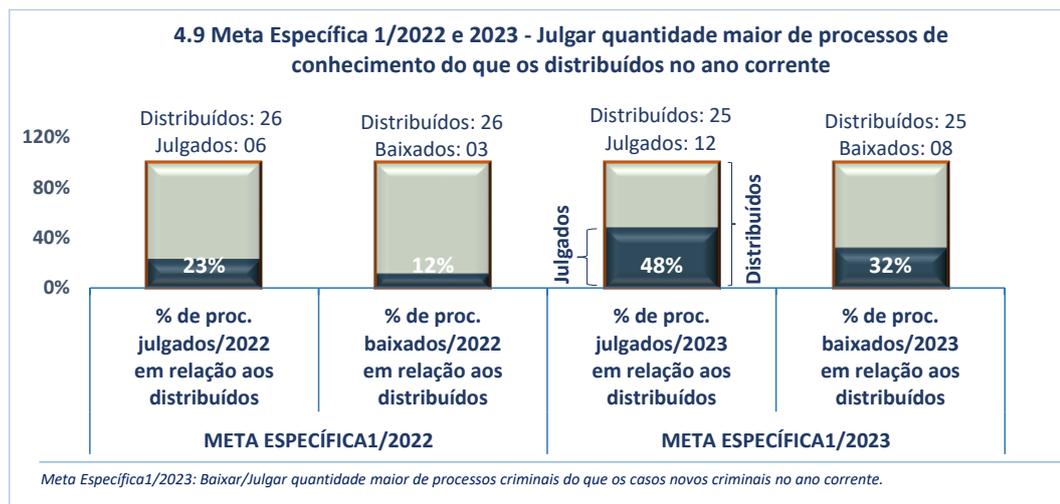
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022





4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

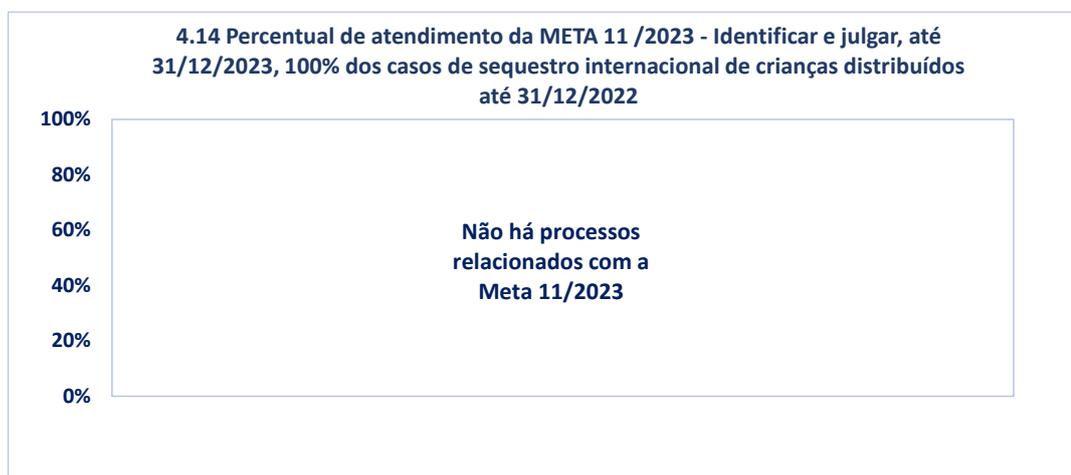
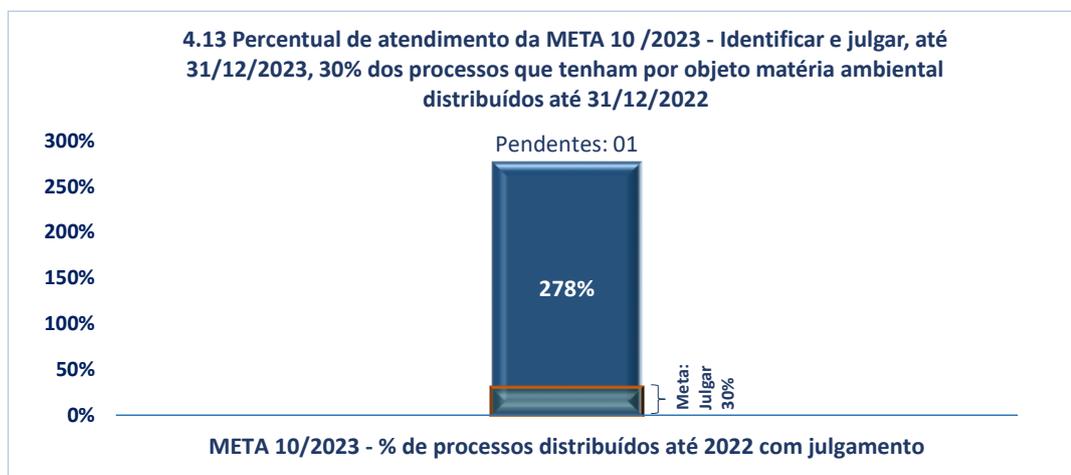
4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao gabinete, criado no ano de 2022

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não se aplica especificamente aos gabinetes, mas ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região como instituição. Todos os projetos de inovação implantados pelo Tribunal são bem-vindos neste gabinete e são implantados imediatamente, buscando, sempre que possível, aprimorar a prestação jurisdicional e posicionar o usuário como peça central na execução do serviço público. Ademais, em atenção à Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 395/2021, este gabinete tem disseminado entre os integrantes da equipe a cultura da inovação,

mediante a máxima utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis (pesquisa de precedentes do TRF5 no “Julia”; armazenamento de modelos de minutas em nuvem, com o uso do “Teams”; organização da força de trabalho em equipes criadas no “Teams”; uso de aplicativos de reuniões por videoconferência; análise estatística pelo Portal BI - Business Intelligence), otimizando seus processos de trabalho e elevando a eficiência, eficácia e efetividade do serviço prestado.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O controle do acervo é realizado mensalmente com estudo das tarefas do Painel do Usuário no Sistema PJe e análise de todo conteúdo estatístico disponibilizado pelo Tribunal e pelo BI *Business Intelligence*. As atividades e os processos de trabalho deste gabinete são bem definidos, divulgado nas plataformas tecnológicas utilizadas pelo gabinete para interação da equipe e, sempre que necessário, atualizados.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle dos processos sobrestados é feito diretamente pela Secretaria Processante da 6ª Turma, da 2ª Seção e do Pleno, contando com apoio do Núcleo de

Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC e da Rede de Inteligência do Tribunal, com a publicação de notas técnicas de gestão de precedentes, com particular atenção dada pela Rede ao tratamento dos processos sobrestados pela sistemática dos recursos repetitivos e repercussão geral, após o julgamento dos recursos representativos das controvérsias.

5.3 Boas práticas e inovações

O gabinete do Desembargador Federal Leonardo Resende Martins é uma unidade recém-criada e instalada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, tendo o magistrado tomado posse em 16 de setembro de 2022, em decorrência da Lei n. 14.253/2021. Como já tratado no tópico 4.12, em atenção à Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 395/2021, este gabinete tem disseminado entre os integrantes da equipe a cultura da inovação, mediante a máxima utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis (pesquisa de precedentes do TRF5 no Julia; armazenamento de modelos de minutas em nuvem, com o uso do Teams; organização da força de trabalho em equipes criadas no Teams; uso de aplicativos de reuniões por videoconferência; análise estatística pelo Portal BI "Business Intelligence"), otimizando seus processos de trabalho e elevando a eficiência, eficácia e efetividade do serviço prestado. O gabinete, ainda, com a análise cuidadosa da sua estatística, relacionando-a com os números do tribunal, estabelece metas de produtividade, com acompanhamento dos números e motivação das pessoas para alcançar as metas propostas, sempre priorizando a qualidade da prestação do serviço e a saúde da nossa equipe. Não se poderia, por fim, destacar que quando da criação do gabinete, em meio à dificuldade na formação da equipe, a alternativa encontrada foi reunir em um só gabinete os servidores desta unidade com os servidores lotados no gabinete que se encontrava vago, aguardando a nomeação do membro do Ministério Público Federal, o qual estava sob a condução do Desembargador Federal convocado Marco Bruno Miranda Clementino e, na sequência, com a nomeação da Desembargadora titular Cibele Benevides. Tal solução recebeu o título informal de "Inovagab" e trouxe vantagens significativas de ganho de produtividade nesse início de atividades.

5.4 Dificuldades

Conforme tratado no tópico anterior (5.3), a maior dificuldade encontrada foi a grande carência de servidores para compor a equipe de trabalho na unidade, contando o gabinete com apenas com 3 servidores até outubro/2022, o que originou a ideia inovadora de criação do gabinete conjunto intitulado "Inovagab". As dificuldades com a formação da equipe ainda perduraram até o início deste ano de 2023. Atualmente, vencendo as dificuldades impostas pelas circunstâncias de um gabinete recém-criado, esta unidade está no firme propósito de se destacar com seu trabalho eficiente e de qualidade.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

O percentual de servidores em teletrabalho nesta unidade está dentro do limite de 30% do seu quadro permanente, conforme definido pela Resolução n. 481/2022 do CNJ,

que devem apresentar produtividade igual ou superior a do trabalho presencial. Anote-se que a produtividade da equipe quando em teletrabalho tem se mostrado substancialmente mais elevada.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Este gabinete ainda não teve a oportunidade de encaminhar processos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, estando, contudo, sempre atento às possibilidades de resolução das demandas por meio da conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0800294-19.2021.4.05.8306	28/9/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 6/6/23.		
0804552-45.2020.4.05.8100	14/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0810357-24.2021.4.05.8300	16/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0819078-62.2021.4.05.8300	18/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0810182-21.2021.4.05.8400	17/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/05/23.		
0811408-07.2022.4.05.0000	3/10/2022	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo já julgado em 4/5/23.		
0811171-70.2022.4.05.0000	28/9/2022	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Decisão de 1º/5/23 solicita ao Juízo suscitante que apresente o inteiro teor da ação cautelar originária (0800636-42.2021.4.05.8205), além de requisitar aos Juízos suscitante e suscitado que forneçam quaisquer outros elementos. Processo em diligência na Secretaria da 2ª Seção.		
0802038-61.2021.4.05.8302	24/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0813534-14.2021.4.05.8100	26/9/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0802219-56.2021.4.05.8401	28/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0854727-92.2020.8.15.2001	9/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0800805-96.2021.4.05.8312	9/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0004250-04.2016.8.17.2480	10/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0050811-29.2020.8.06.0160	11/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 23/5/23.		
0801791-16.2021.4.05.8000	12/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Decisão de sobrestamento em 28/4/2023.		
0803399-85.2022.4.05.8300	20/11/2022	199 - Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 16/5/23.		
0801086-82.2021.4.05.8302	22/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/05/23.		
0809676-81.2021.4.05.8000	1º/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 23/5/23.		
0800419-53.2022.4.05.8402	7/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		
0004893-38.2010.4.05.8300	31/7/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado em 2/5/23.		
0814367-48.2022.4.05.0000	15/12/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Despacho de 19/4/23 determinou que a Secretaria da 2ª Seção diligenciasse por todos os meios disponíveis para se obter cópia integral da Execução Penal da 1ª Vara Mista da Comarca de Cajazeiras/PB (9000072-34.2020.8.15.0131 - SEEU). Processo em diligência na Secretaria.		
0814647-19.2022.4.05.0000	25/12/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo já julgado em 3/5/23.		
0811807-36.2022.4.05.0000	11/10/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 6/6/23.		
0814277-40.2022.4.05.0000	13/12/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 16/5/23.		
0801655-89.2023.4.05.0000	15/2/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo já julgado em 18/4/23.		
0810686-70.2022.4.05.0000	19/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 6/6/23.		
0812710-71.2022.4.05.0000	1º/11/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 6/6/23.		
0800626-52.2022.4.05.8305	7/12/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando Julgamento. Processo pautado para 30/5/23.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 32 (trinta e dois) processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se a inclusão em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias): 0812517-56.2022.4.05.0000.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida no dia 14/6/2023, na unidade inspecionada, com muita cordialidade pelo Desembargador Federal Leonardo Resende Martins, pelo Assessor de Gabinete Gustavo, pelo Chefe de Gabinete Jean Kelber e demais membros da equipe.

Esta é a primeira inspeção realizada no Gabinete do Desembargador Federal Leonardo Resende Martins, que passou a integrar a Corte em setembro de 2022 com ampliação da composição do TRF5, por meio da Lei n. 14.253/2021.

O Desembargador Federal Leonardo Resende Martins relatou que no início, em razão das dificuldades relacionadas à formação da equipe, reuniu seus poucos servidores com outros lotados no gabinete que estava vago, aguardando a nomeação de membro do Ministério Público Federal, o que denominou de INOVAGAB, com resultados práticos expressivos, o que gerou um incremento na produtividade.

Após o período de adaptação, com estabilização da distribuição e a formação completa da equipe dos novos gabinetes, passou-se à adoção de estratégias eficientes de gestão, controle do acervo, triagem minuciosa dos processos, distribuição de tarefas de acordo com as competências individuais de cada servidor, bem como o monitoramento constante das metas coletivas e individuais, e a implantação de reuniões de trabalho mensais, cujo resultado foi a apresentação de dados estatísticos bastante expressivos.

Ressaltou que, com a complementação do número de cargos do gabinete, as metas de produtividade estabelecidas estão sendo atendidas e são aferidas permanentemente por meio de conferência das minutas e consulta ao sistema. Estimou que já no mês de setembro/2023 haverá uma redução do acervo dos processos em tramitação.

A gestão do gabinete é feita ainda com a utilização de ferramentas de tecnologia, tais como o sistema B.I., que contribui para mapeamento de movimentação de processos e controle de prazos, bem como o armazenamento de modelos de minutas em nuvem e com o uso do Teams por todos os servidores do gabinete.

Informou que a análise dos processos, com réu preso, é feita com prioridade.

Verificou-se que os servidores se encontram em bom estado de saúde no pós-pandemia. O Desembargador Federal Leonardo Resende Martins lembrou que, na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará, da qual é proveniente, 3 (três) excelentes servidores tiveram graves problemas psicológicos em razão da perda de familiares, ocasionada pelo Coronavírus (Covid19).

Em conclusão, foi constatado que as estratégias de gestão adotadas pelo Gabinete estão se refletindo positivamente na produtividade, resultando em um maior número de processos julgados frente aos distribuídos. No mês de maio/2023 a unidade conseguiu atingir a 1ª posição em produtividade no Tribunal, com 280 (duzentos e oitenta) processos julgados em sessão, não obstante a quantidade inferior de servidores lotados.

11. OBSERVAÇÕES

Primeira inspeção realizada na unidade jurisdicional.

Apesar de o Gabinete contar com 11 servidores e 2 estagiários, quase metade do número de servidores dos Gabinetes mais antigos do TRF5, ainda assim, no mês de maio/2023, a unidade conseguiu atingir a 1ª (primeira) posição em produtividade em relação ao demais gabinetes do TRF5, o que demonstra uma eficiente gestão processual, sem a ocorrência de problemas específicos a serem apontados.

O tempo médio praticado entre a distribuição e o primeiro julgamento, tanto na unidade inspecionada como na 6ª Turma, é de 3 meses.

12. RECOMENDAÇÕES

Como medida a ser adotada para o aprimoramento da unidade, indica-se o cumprimento da recomendação do item 9.

Manter o método de trabalho digno de elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gab 23 – Desembargador Federal Rodrigo Tenório

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

6ª Turma

1.3 Tempo de exercício na unidade

9 meses. Tomou posse em 16/9/2022 em nova vaga criada no âmbito do TRF da 5ª Região.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Thyago Tenório Correia de Ataíde Cavalcanti

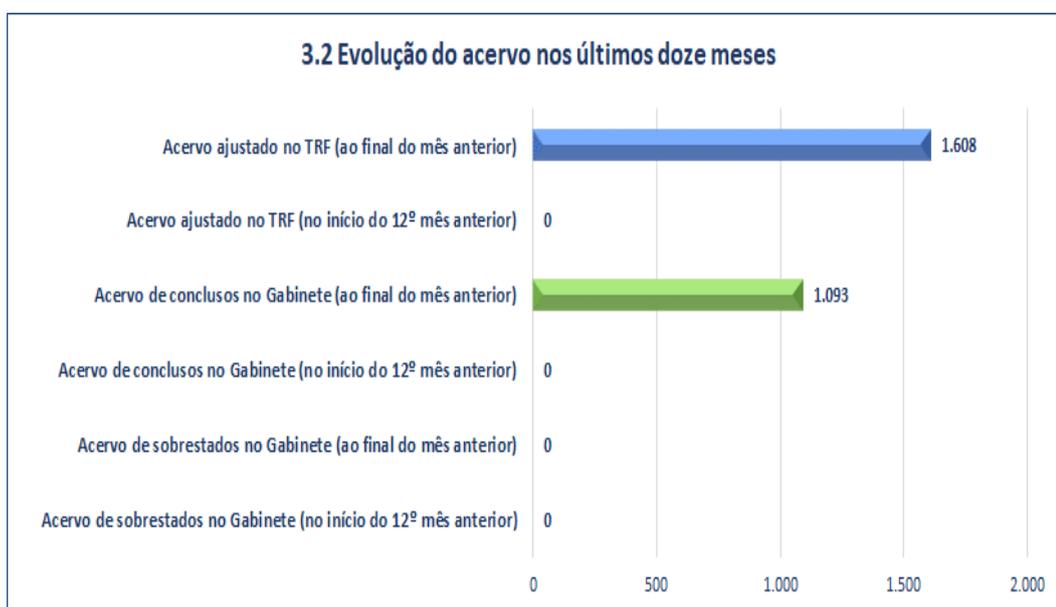
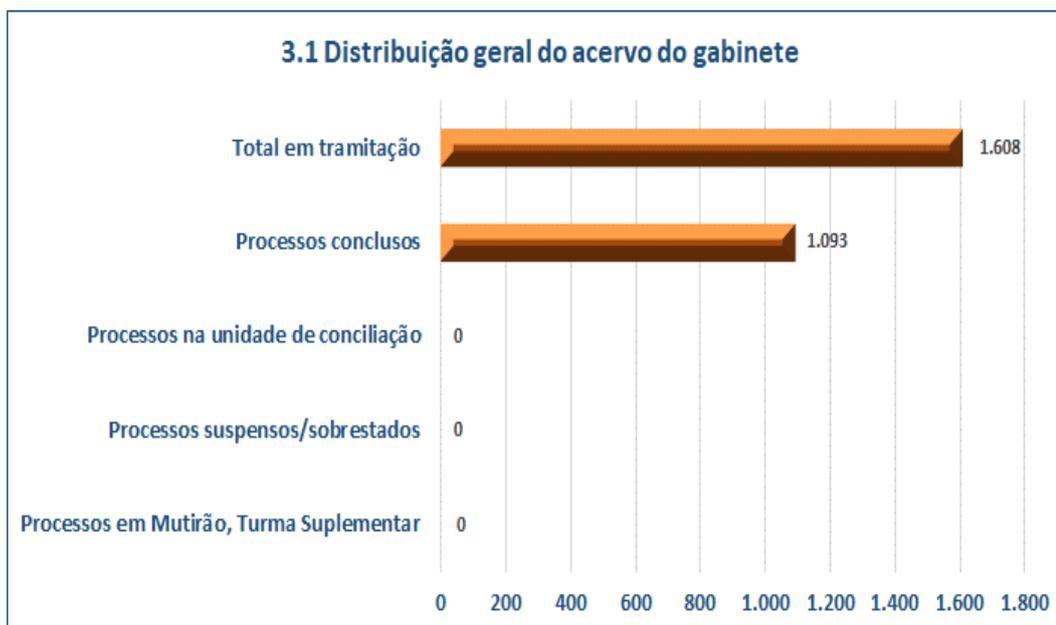
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	Marianne Galvão Marangon (mat 5471); Fernanda Moreira D'Oliveira Guimarães Vieira (mat 5476); Clauder José de Oliveira Esteves (mat 1340); Camilla de Souza Padilha Feitosa (mat 1343); Thyago Tenório Correia de Ataíde Cavalcanti (mat 5770); José Roberto Lopes Teixeira (mat 3692); Clarissa Capela Gomes (mat 5716); José Ricardo Figueiredo Valença (mat 5782); Arlindo Leandro Fernandes Nascimento (mat 1367).
Servidores sem vínculo	Patricia Serafim Recena (mat 1322)
Estagiários	Débora Barbosa Nunes da Silva (mat 11462); Matias Oliveira Bezerra (mat 11469); Élide Ácsa de Sousa Silva (mat 11484).

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	Thyago Tenório Correia de Ataíde Cavalcanti
CJ-2	Patrícia Recena Serafim
CJ-1	Marianne Marangon; Fernanda Oliveira
FC-5	José Ricardo Figueiredo Valença; Clarissa Capela Gomes
FC-4	Clauder José de Oliveira Esteves; José Roberto Lopes Teixeira

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

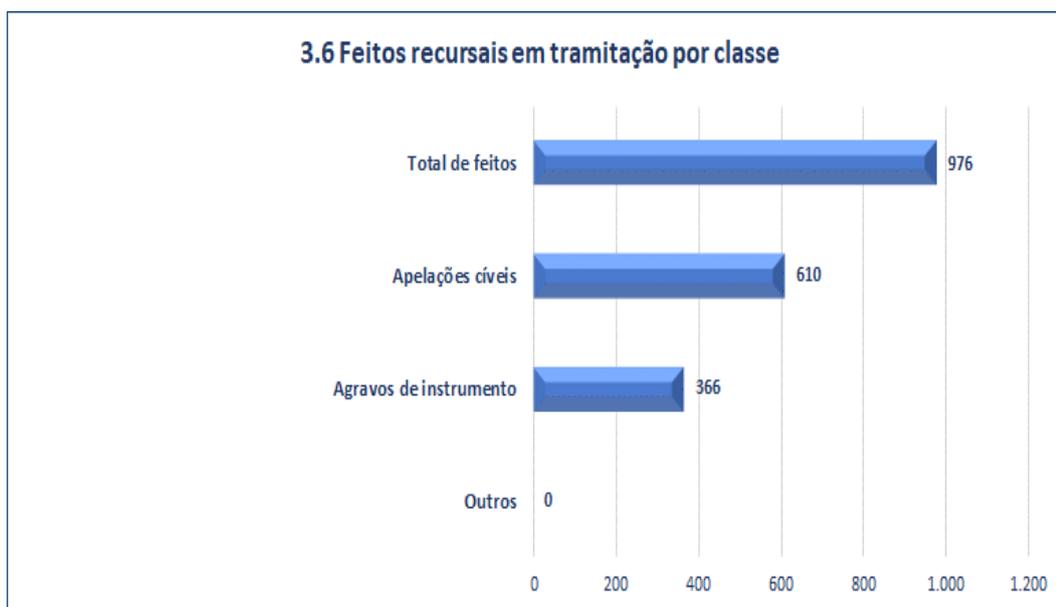
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	11
Mandados de segurança	0
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	7

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	976
Recursos em mandados de segurança coletivos	2
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	1
Recursos em ações civis públicas	3
Recursos em ações de desapropriação	2
Recursos em ações com preferência legal	276

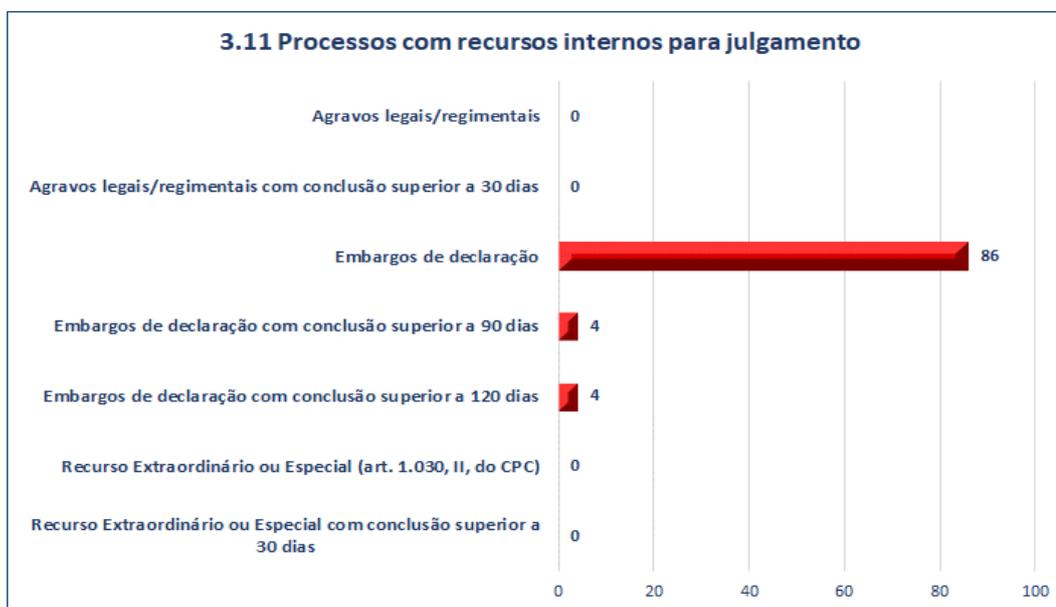


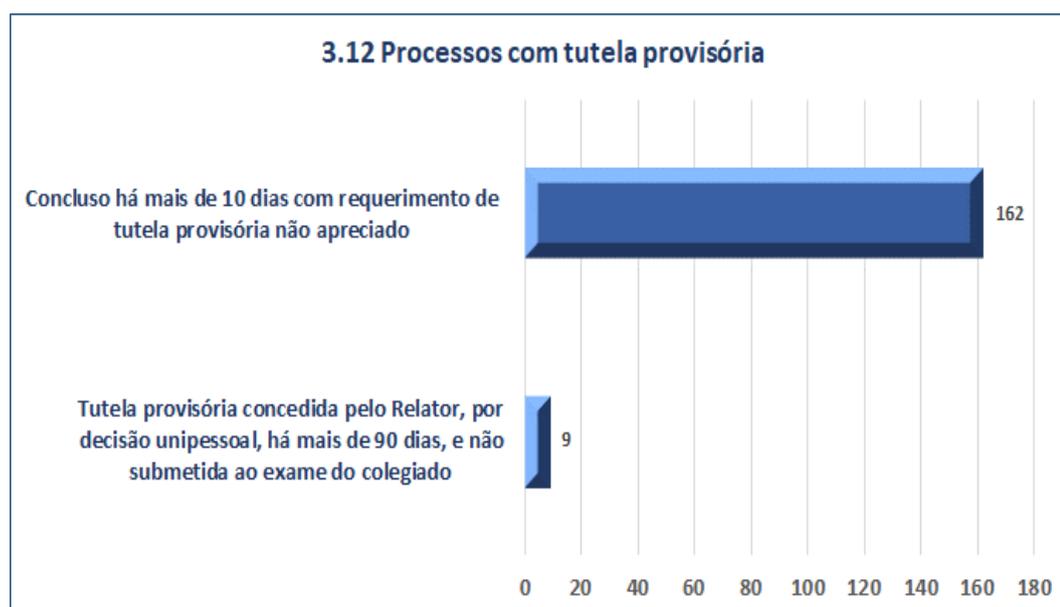
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	2
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões Criminais	1

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	20
Apelações	15
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	3

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

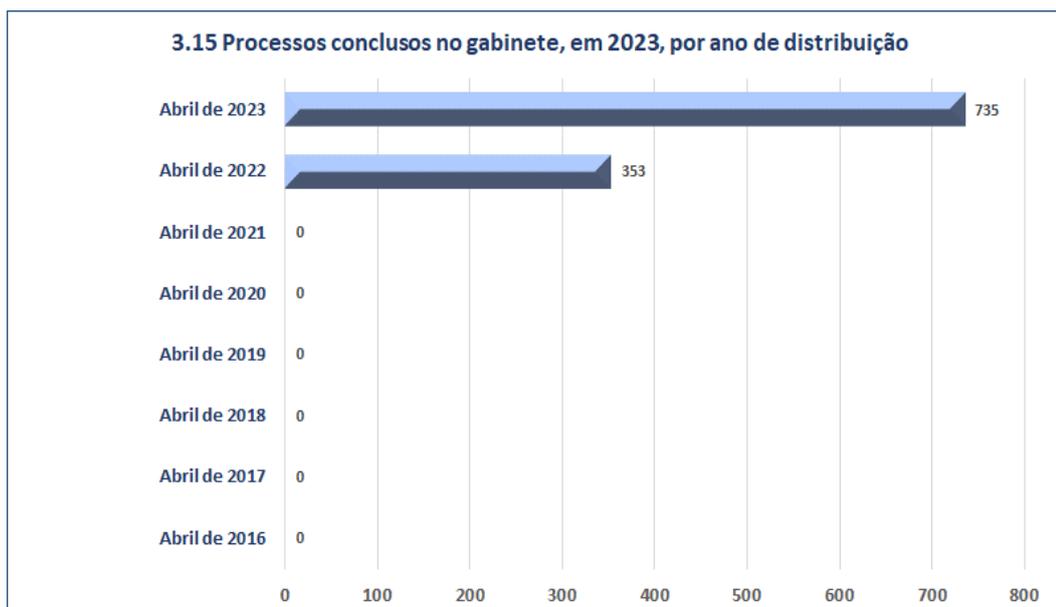
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





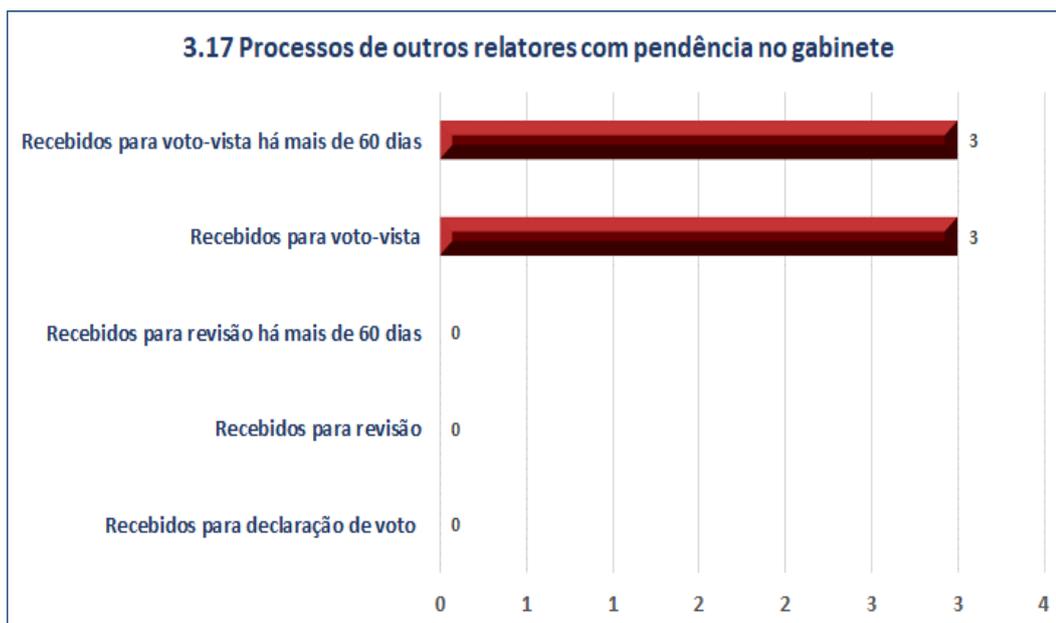
3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0

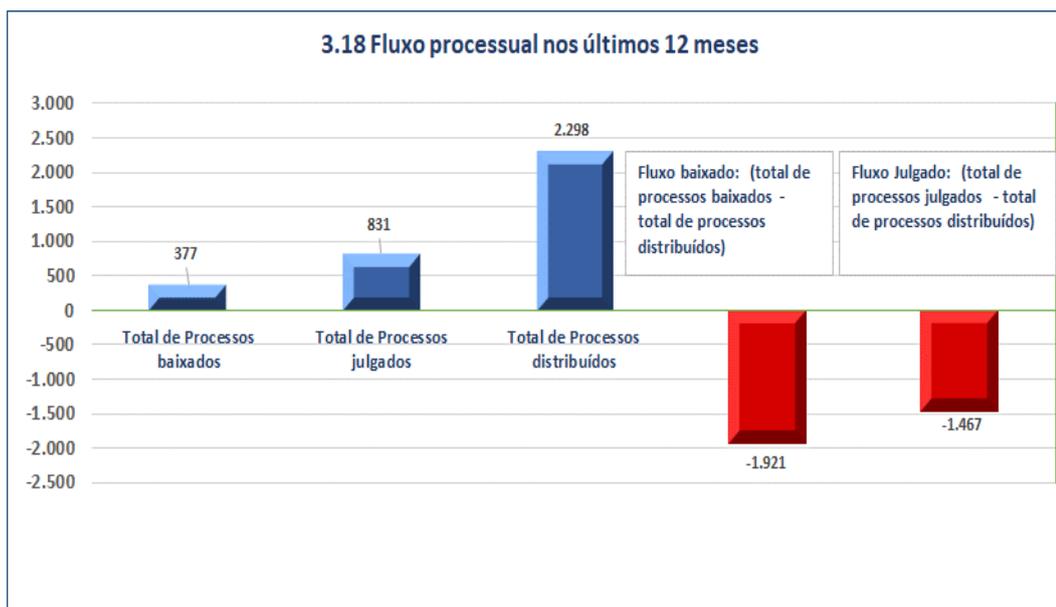
3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2022	0
Abril de 2021	0
Abril de 2020	0
Abril de 2019	0
Abril de 2018	0
Abril de 2017	0
Abril de 2016	0



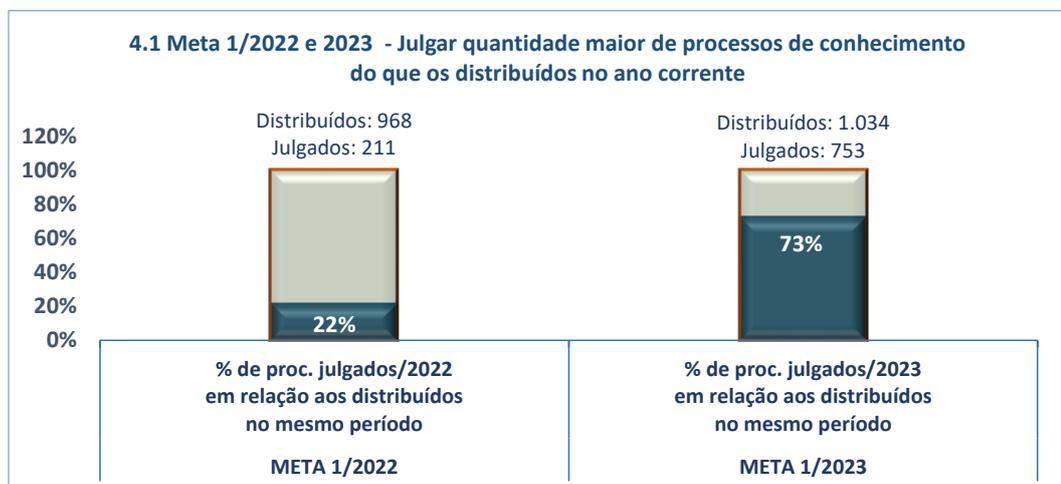
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	1





4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019

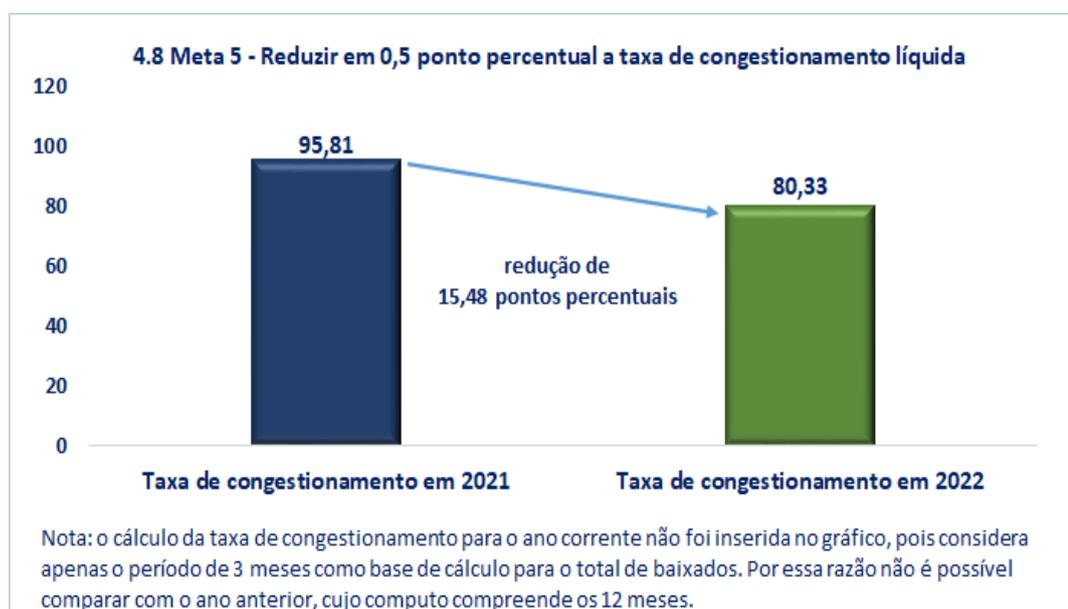
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

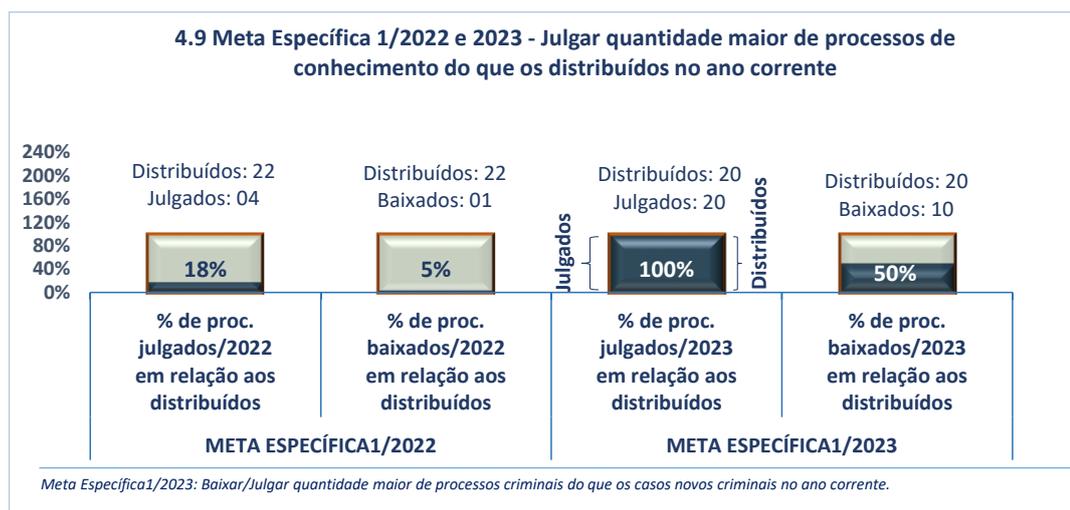
4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado





4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019

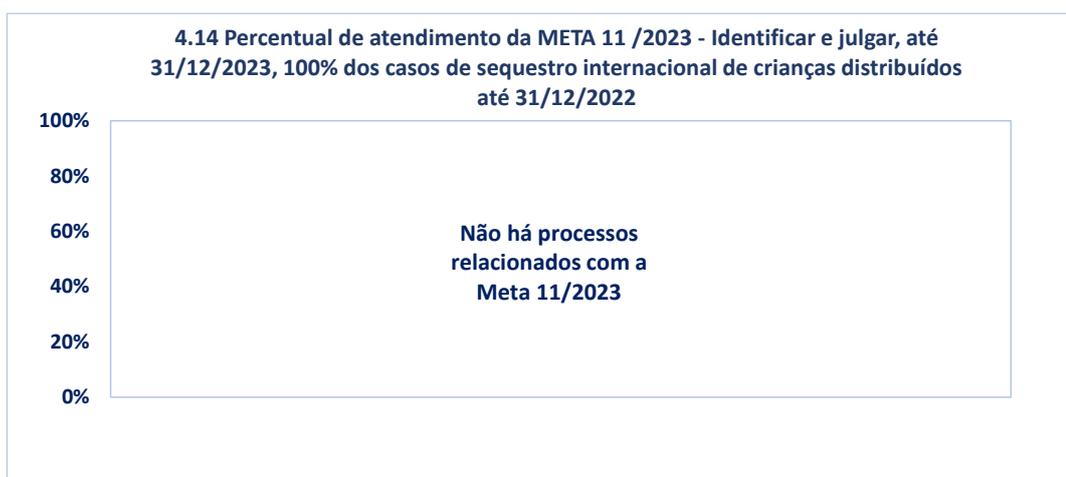
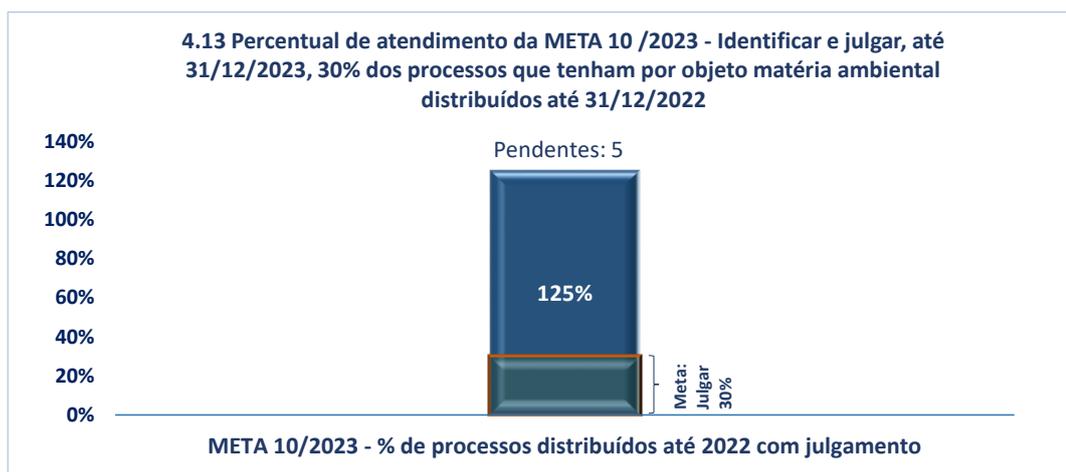
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2022	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020

Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

No momento, o foco do gabinete é, diante da parca mão de obra disponível, reduzir o acervo da melhor maneira possível. Qualquer projeto a ser implantado terá que respeitar esse norte.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, estão como apontados no plano de gestão.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle se faz na triagem ou na análise para inserção em pauta. Checam-se as planilhas com os feitos sobrestados elaboradas pelo STJ e pelo STF. Após a decisão determinando o sobrestamento, a Secretaria é informada. Há no PJe uma tarefa específica para acompanhar o sobrestamento em consonância com a postura dos tribunais superiores. A Presidência também encaminha as decisões para encerrar o sobrestamento dos processos via e-mail. Tanto o desembargador quanto os assessores observam as decisões dos Tribunais Superiores relativas à suspensão nacional dos feitos.

5.3 Boas práticas e inovações

Não há nada que considere relevante.

5.4 Dificuldades

O pequeno número de assessores ante a quantidade de processos distribuídos. Observo que entre setembro de 2022 e 31 de março de 2023 concentrou-se a distribuição de todos os processos nos 8 novos desembargadores, dentre os quais me incluo. Em dezembro, com a chegada de mais uma colega, a distribuição passou a ser realizada entre os 9 mais modernos. A distribuição entre 21 desembargadores - são liberados dela o Presidente, a Vice-Presidente e o Corregedor - só se deu a partir de 1º de abril de 2023. Já nesse mês, o número de julgamentos neste gabinete superou a número de processos distribuídos. Deve-se reconhecer o imenso esforço das presidências passada e atual para reduzir o desequilíbrio de força de trabalho entre gabinetes novos e antigos. Aqueles possuem, aproximadamente, a metade dos servidores desses além de número reduzido de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas. Atualmente, há uma FC4 disponível no gabinete, em virtude da dificuldade de se atrair servidores qualificados para exercê-la. Destaque-se, ainda, que o Tribunal possui o mesmo número de servidores desde a sua inauguração.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Não há servidor, neste momento de feitura do questionário, em regime de teletrabalho. Em breve, estabeleceremos, em rodízio, a possibilidade de cada servidor realizar um dia de teletrabalho por semana, obedecidas as regras da Resolução n. 481/CNJ.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Não houve, até este momento, a observância de processo que poderia ser encaminhado à conciliação.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0801114-28.2022.4.05.8201	4/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 6/6/2023		
0814713-96.2020.4.05.8300	13/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo tem previsão de pauta para 13/6/2023.		
0807961-65.2021.4.05.8400	14/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 6/6/2023.		
0802712-61.2020.4.05.8500	18/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 6/6/2023.		
0809366-32.2022.4.05.8100	19/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 30/5/2023.		
0807245-81.2020.4.05.8300	8/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 6/6/2023.		
0806070-81.2022.4.05.8300	4/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 30/5/2023.		

0812963-59.2022.4.05.0000	8/11/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O processo está pautado para julgamento e 23/5/2023.		
0807309-41.2022.4.05.8100	5/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 6/6/2023.		
0803567-78.2022.4.05.8400	10/11/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 30/5/2023.		
0811701-24.2022.4.05.8100	14/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 6/6/2023.		
0802874-06.2022.4.05.8300	17/11/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Informação: O processo está pautado para julgamento em 30/5/2023.		
0008691-79.2011.4.05.8200	12/12/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Informação: Processo pautado para julgamento em 23/5/2023		
0800620-79.2021.4.05.8402	10/11/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Informação: O processo foi julgado em 20/4/2023.		
0002817-50.2010.4.05.8200	11/7/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Informação: Processo pautado para julgamento em 30/5/2023		
0000289-95.2014.4.05.8202	17/10/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Informação: julgado em 26/4/2023. A Terceira Seção, por unanimidade, negou provimento aos embargos infringentes e de nulidade, nos termos do voto do relator, em 26/4/2023.		
0812240-40.2022.4.05.0000	20/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A liminar será apreciada conforme a possibilidade. Observo que o gabinete possui um número limitado de servidores, assim como, até 31/3/2023, desde a minha posse (set/22), houve distribuição de processos somente para 9 Desembargadores, o que elevou demais o trabalho.		
0812254-24.2022.4.05.0000	21/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A liminar será apreciada conforme a possibilidade. Observo que o gabinete possui um número limitado de servidores, assim como, até 31/3/2023, desde a minha posse (set/22), houve distribuição de processos somente para 9 Desembargadores, gerando sobrecarga de trabalho.		
0812447-39.2022.4.05.0000	25/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A liminar será apreciada conforme a possibilidade. Observo que o gabinete possui um número limitado de servidores, assim como, até 31/3/2023, desde a minha posse (set/22), houve distribuição de processos somente para 9 Desembargadores, gerando sobrecarga de trabalho.		
0812208-35.2022.4.05.0000	20/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: A liminar foi apreciada. Após, determinei a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões, assim como, logo após, ser dada vista ao MPF para poder pautar o agravo.		
0813287-49.2022.4.05.0000	16/11/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O pedido cautelar será apreciado em conjunto ao Agravo 0813490-11.2022.4.05.0000. O gabinete possui um número limitado de servidores, assim como, até 31/3/2023, desde a minha posse (set/22), houve distribuição de processos somente para 9 Desembargadores, gerando sobrecarga.		
0813490-11.2022.4.05.0000	23/11/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O pedido cautelar será apreciado em conjunto ao Agravo 0813287-49.2022.4.05.0000. O gabinete possui um número limitado de servidores, assim como, até 31/3/2023, desde a minha posse (set/22), houve distribuição de processos somente para 9 Desembargadores, gerando sobrecarga.		
0814080-85.2022.4.05.0000	7/12/2022	12134 - Tutela Cautelar Antecedente

Observação/Providência: Há o agravo 0811791-82.2022.4.05.8400 que perdeu o objeto e já transitou. Existe a apelação 0807666-91.2022.4.05.8400, que será julgada em 23/5/2023. Com o julgamento, provavelmente o agravo 0814080-85.2022.4.05.0000 perderá o objeto. Após a data informada, haverá decisão nos autos.

0004979-86.2022.4.05.8300	30/9/2022	198 - Apelação Cível
---------------------------	-----------	----------------------

Observação/Providência: Pedido de vista em 14/2/2023. Informação: processo estava afetado pelo Tema Repetitivo 1.160 (REsp 1986304 que teve Julgamento 24/04/2023). Imediatamente após o julgamento o processo foi pautado para 23/5/2023.

0810770-71.2022.4.05.0000	20/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
---------------------------	-----------	-----------------------------

Observação/Providência: Houve o indeferimento da antecipação de tutela recursal do agravo em 26/6/2022. Em 4/10/2022, foram opostos embargos de declaração de tal decisão, e, em 22/11/2022, foram interpostas as contrarrazões de agravo de instrumento pela União. Mérito do agravo pautado p/ 6/6/23.

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 33 (trinta e três) processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) analisar pedido de liminar, no prazo de 30 (trinta) dias: 0812240-40.2022.4.05.0000

b) incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0810718-75.2022.4.05.0000	0810785-40.2022.4.05.0000	0810906-68.2022.4.05.0000
0811254-86.2022.4.05.0000	0811519-88.2022.4.05.0000	0811543-19.2022.4.05.0000
0811842-93.2022.4.05.0000	0811864-54.2022.4.05.0000	

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida no dia 15/6/2023, na unidade inspecionada, com muita cordialidade pelo Desembargador Federal Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva, pelo Assessor de Gabinete Thyago Tenório Correia de Ataíde Cavalcanti, pela Chefe de Gabinete Patrícia Recena Serafim e demais membros da equipe.

Esta é a primeira inspeção realizada no Gabinete do Desembargador Federal Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva, que passou a integrar a corte em setembro de 2022, com a ampliação da composição do TRF5, levada a efeito pela Lei n. 14.253/2021.

O Desembargador Federal Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva relatou que no início, em razão das dificuldades relacionadas à formação da equipe, trabalhou com poucos servidores. Informou que a distribuição dos processos no TRF5 concentrou-se nos novos gabinetes, sendo normalizada apenas em abril de 2023, o que gerou enorme esforço para análise de um grande volume de pedidos de tutela antecipada recursal. Destacou também que os novos gabinetes têm quase a metade no número de servidores que compõem os gabinetes antigos.

Após o período de adaptação, com estabilização da distribuição e a formação quase completa da equipe dos novos gabinetes (restando 1 (um) cargo a ser preenchido), passou-se à adoção de estratégias eficientes de gestão, controle do acervo, triagem minuciosa dos processos, distribuição de tarefas de acordo com as

competências individuais de cada servidor, bem como o monitoramento constante das metas coletivas e individuais, a alocação de um servidor para cuidar das liminares e demais questões urgentes e a implantação de reuniões de trabalho mensais, medidas que geraram resultados estatísticos bastante expressivos. Destacou que a análise dos processos de réu preso é feita com prioridade.

Em conclusão, foi constatado que as estratégias de gestão adotadas pelo Gabinete estão refletindo positivamente na produtividade, resultando em um maior número de processos julgados frente aos distribuídos. No mês de maio/2023 a unidade conseguiu atingir a 9ª (nona) posição em produtividade, com 201 (duzentos e um) processos julgados em sessão, em relação ao demais gabinetes do TRF5 (total de 24), não obstante a quantidade inferior de servidores lotados.

Verificou-se que os servidores se encontram em bom estado de saúde no pós-pandemia.

Indagados pela equipe de inspeção sobre a existência de sugestões, reclamações ou reivindicações a serem apresentadas à Corregedoria-Geral, o Desembargador Federal Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva sugeriu ao CJF a criação de um Banco de Boas Práticas acessível a todos os magistrados e assessores. Os servidores do gabinete solicitaram também a realização de cursos específicos e o oferecimento de um maior número de vagas naqueles que são oferecidos pelo CJF.

Os servidores elogiaram o recente curso de Direito Previdenciário oferecido pelo CJF, enfatizando a excelência temática e a didática dos palestrantes.

11. OBSERVAÇÕES

Primeira inspeção realizada na unidade jurisdicional.

Apesar de o Gabinete contar com 10 servidores e 3 estagiários, quase metade do número de servidores dos gabinetes mais antigos do TRF5, ainda assim, no mês de maio/2023, a unidade conseguiu atingir a 9ª (nona) posição em produtividade, com 201 (duzentos e um) processos julgados em sessão, em relação ao demais gabinetes do TRF5 (total de 24).

O tempo médio praticado entre a distribuição e o primeiro julgamento, tanto na unidade inspecionada como na 6ª Turma, é de 3 meses.

12. RECOMENDAÇÕES

Como medida que pode ser adotada para o aprimoramento da unidade, indica-se o cumprimento das recomendações do item 9.

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO ROBERTO MACHADO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete Desembargador Federal Roberto Machado

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Sétima Turma (a partir de 17/4/23); /1ª Seção/Conselho de Administração (a partir de 9/5/23)/ Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

Atuou na 1ª Turma de 2017 a 16/4/2023. No dia 17/4/23, permutou para 7ª Turma, levando todo o acervo de processos.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Ricardo de Menezes Araújo - Assessor do Desembargador

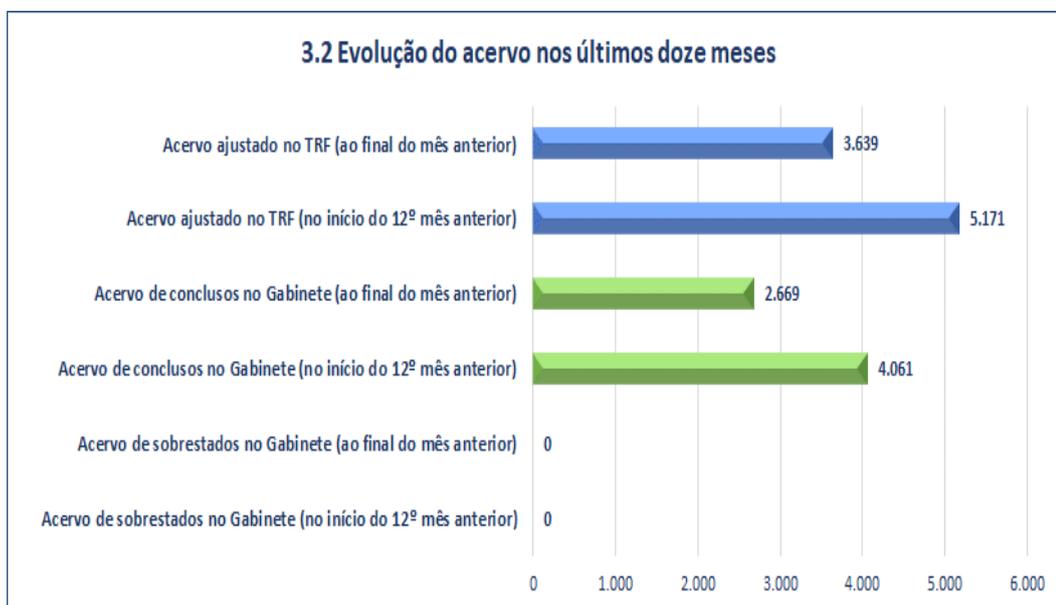
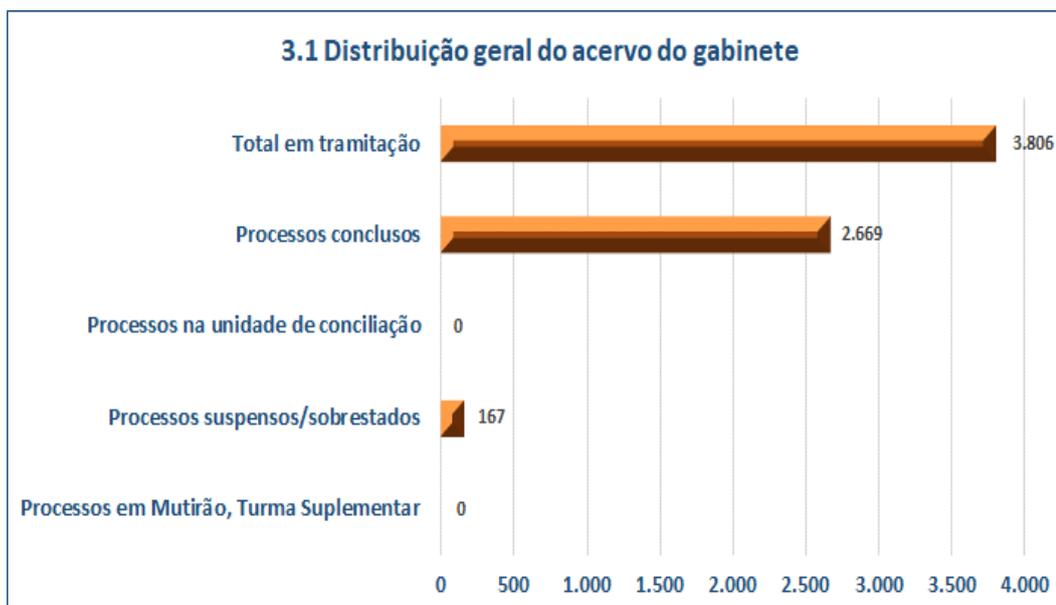
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	2

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	2
CJ-1	2
FC-6	2
FC-5	5
FC-4	3
FC-3	0
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

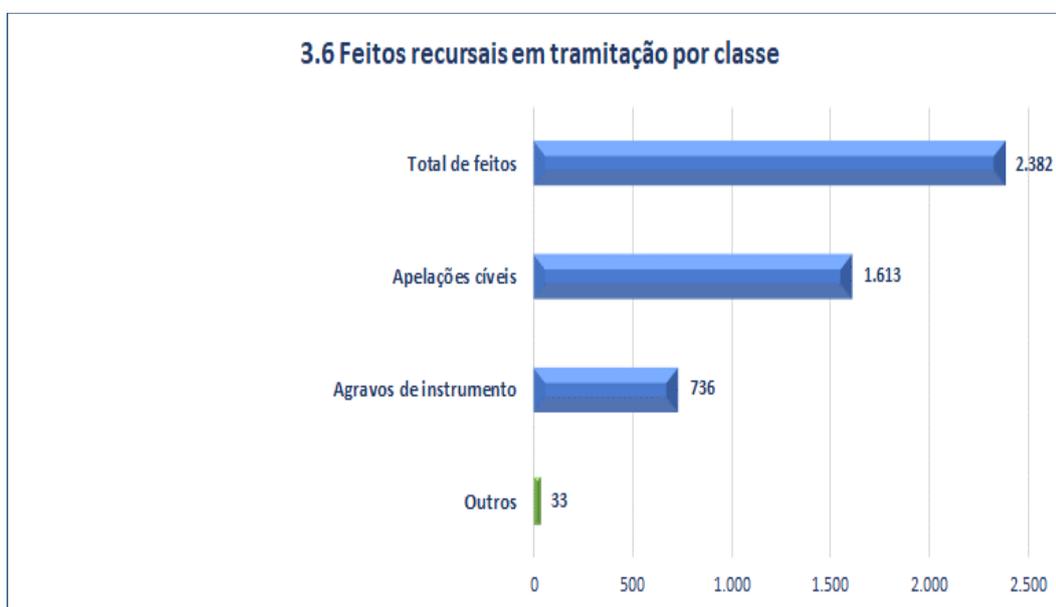


3.3 Ações para evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Arthur Napoleão - 36, Isabelle Lima - 13, Marcos Saraiva - 24, Lauro Bandeira - 4, Lucas Aragão - 28.

3.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	34
Mandados de segurança	6
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	14

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.383
Recursos em mandados de segurança coletivos	5
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	88
Recursos em ações civis públicas	79
Recursos em ações de desapropriação	9
Recursos em ações com preferência legal	437



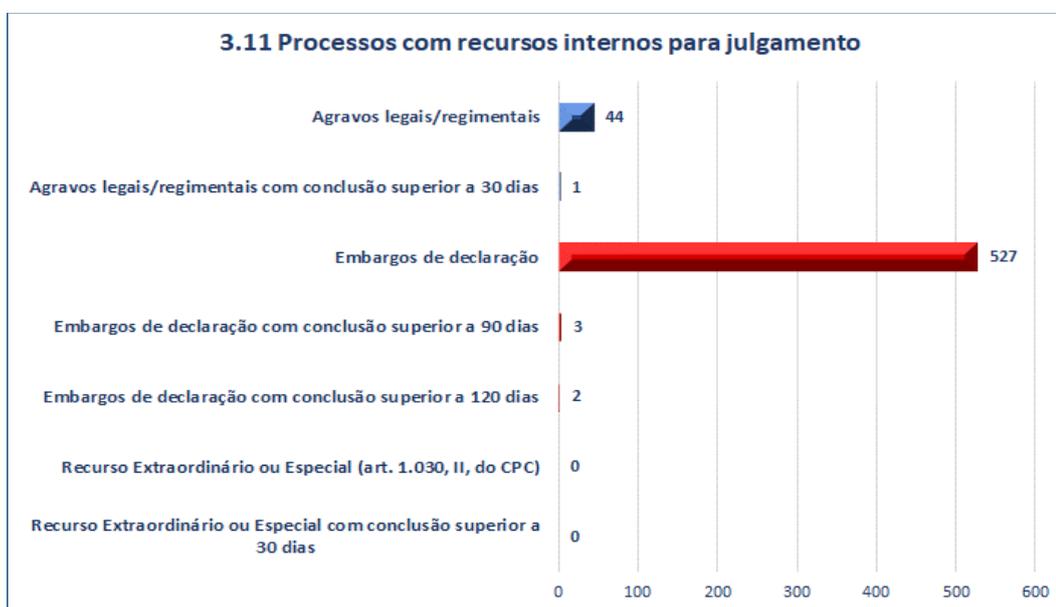
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	14
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas corpus	4
Revisões Criminais	0

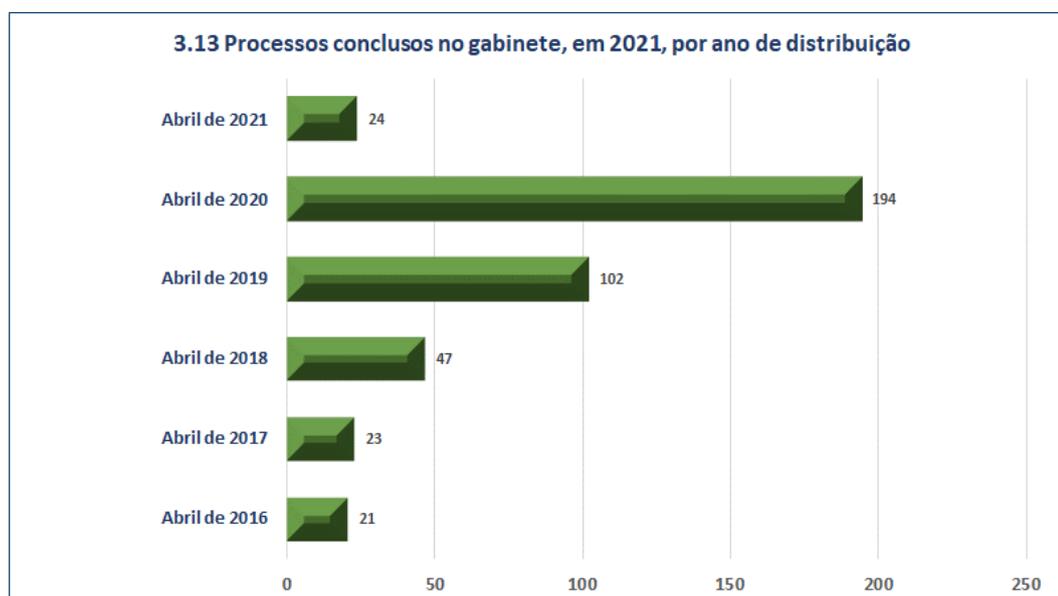
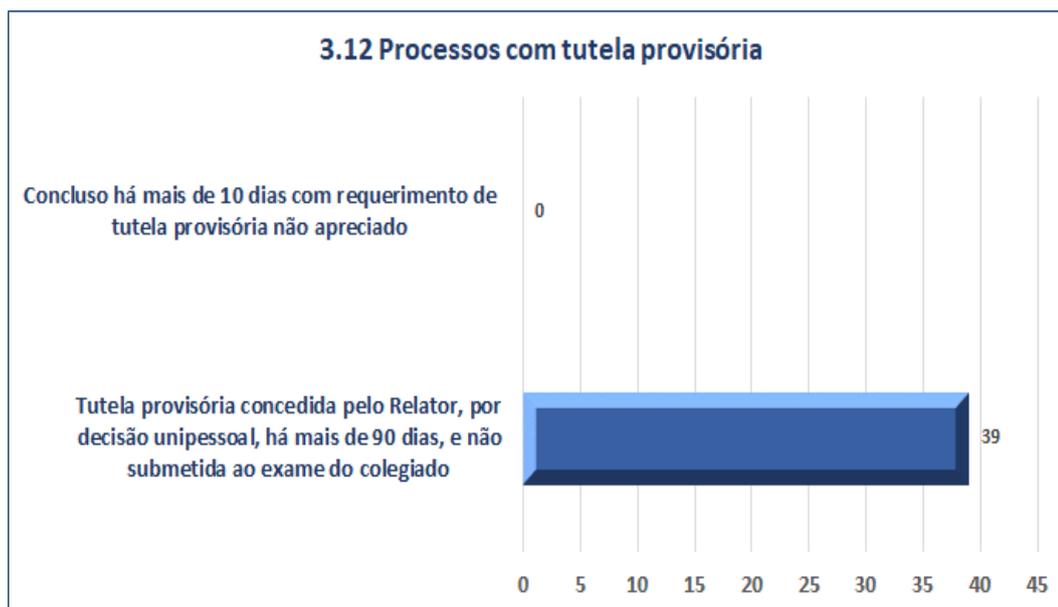
3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	238
Apelações	217
Recursos em Sentido Estrito	11

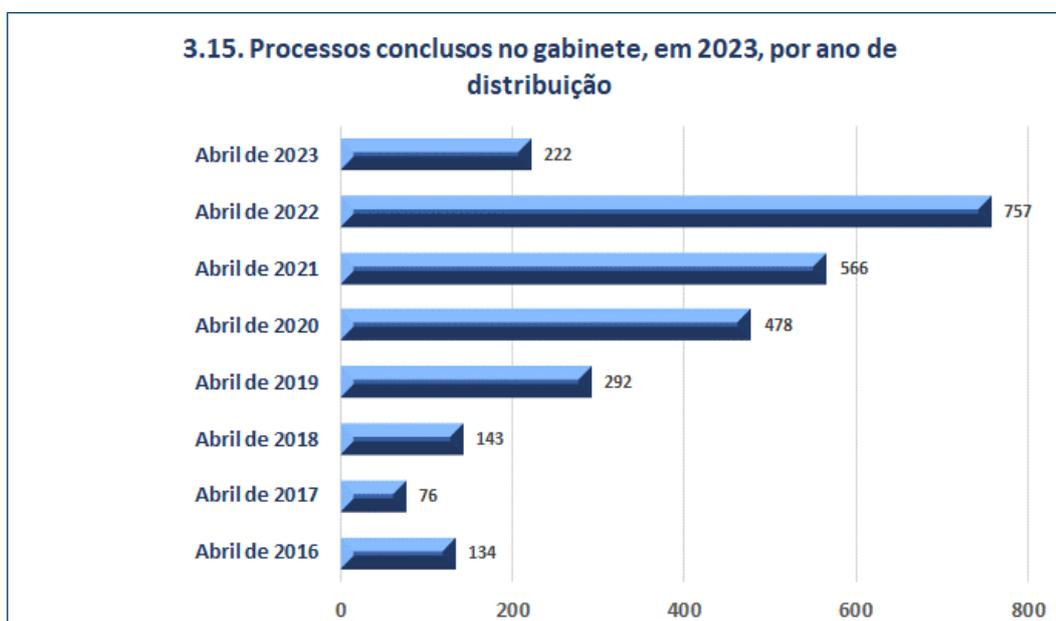
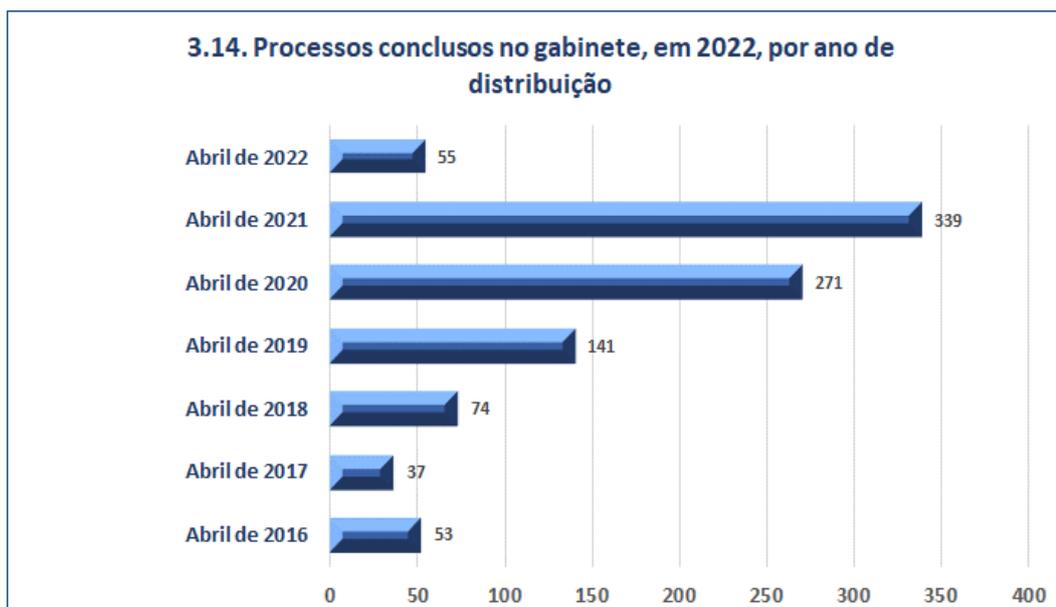
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	3

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	3
Apelações	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	1

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

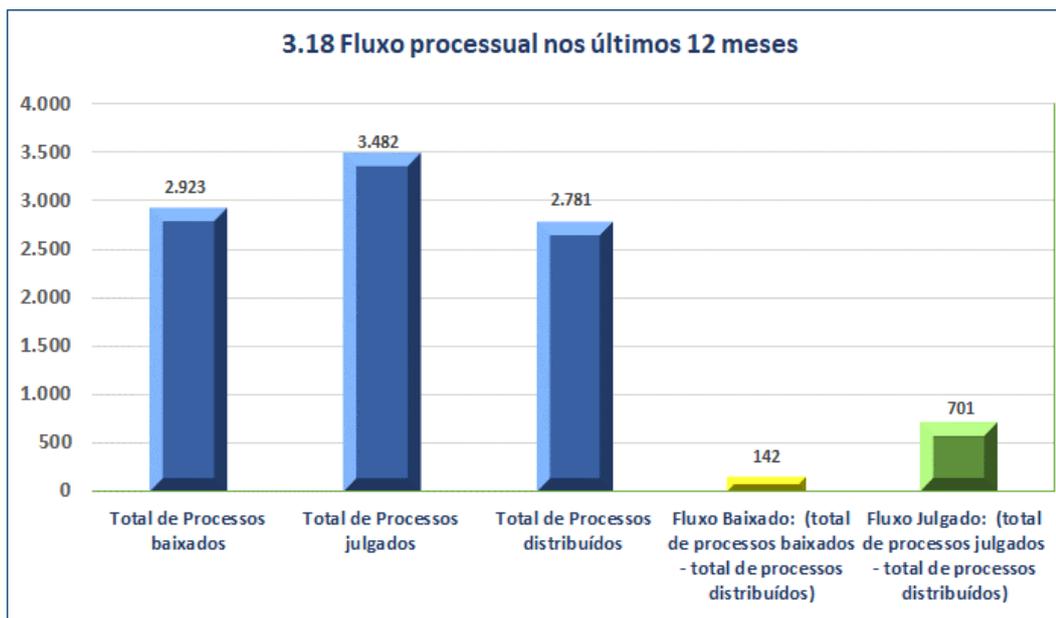




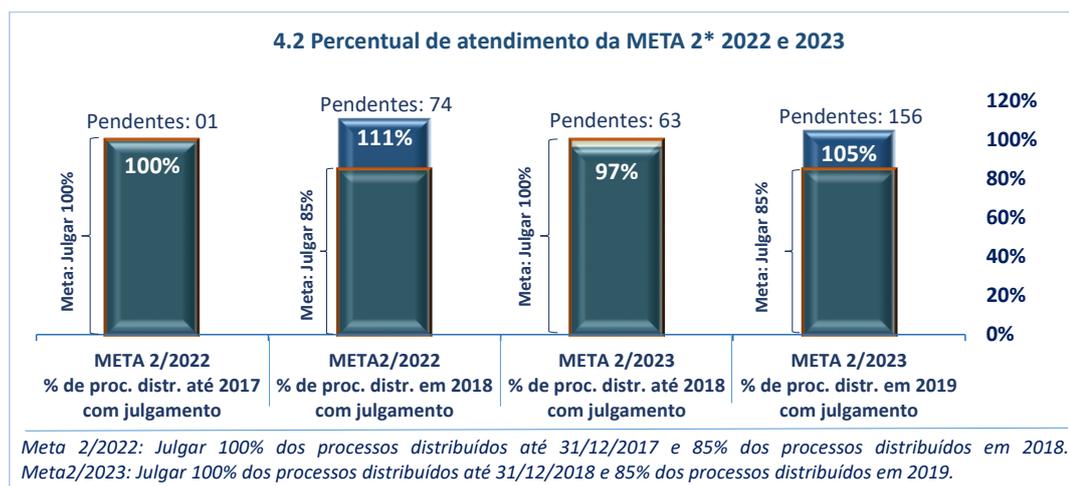
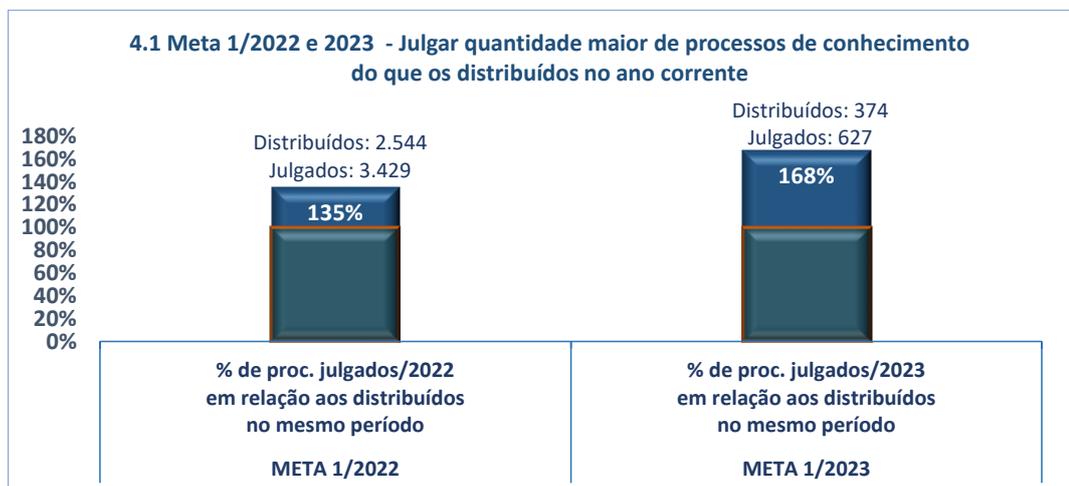


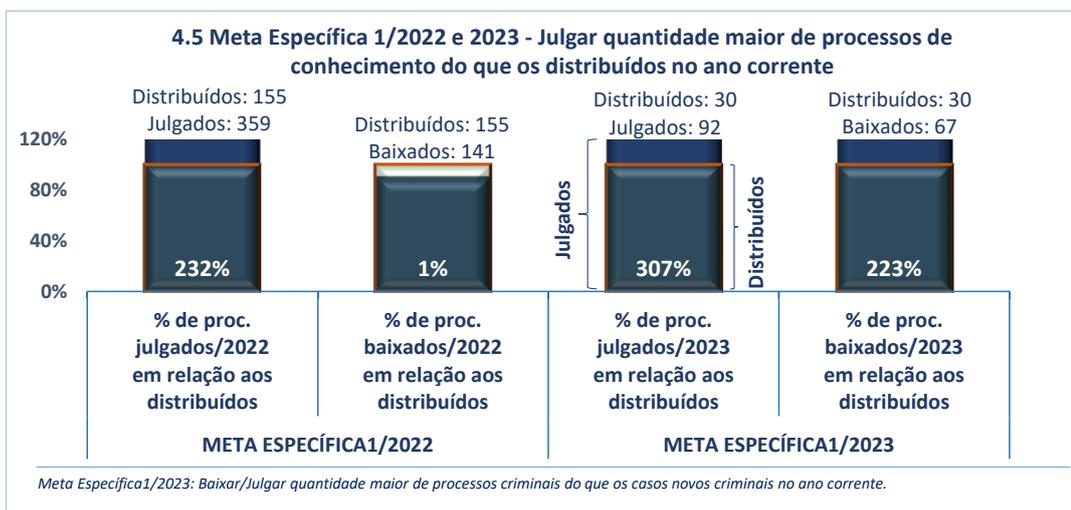
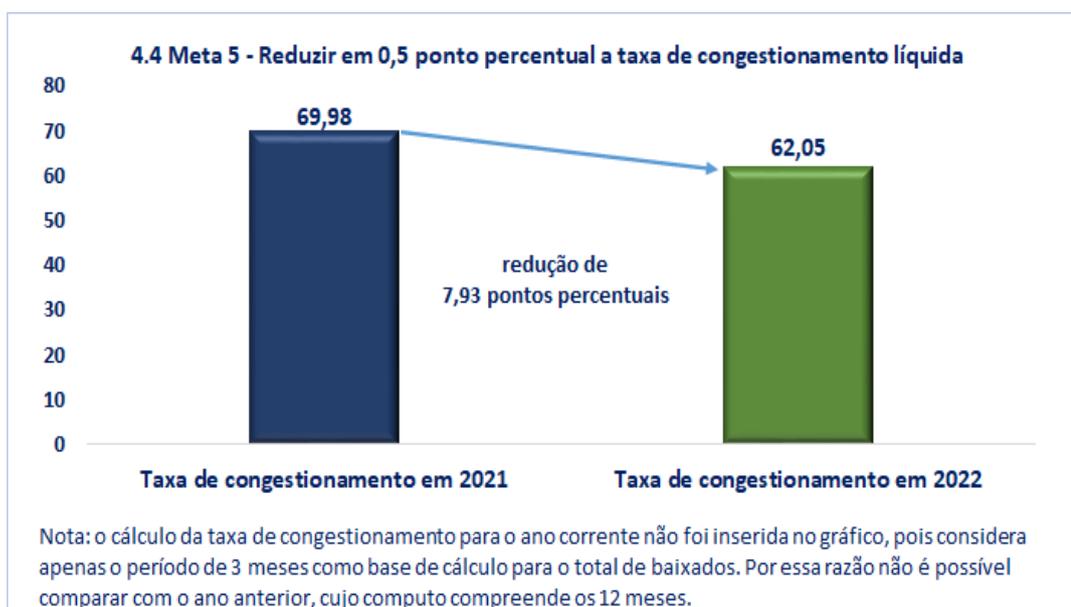
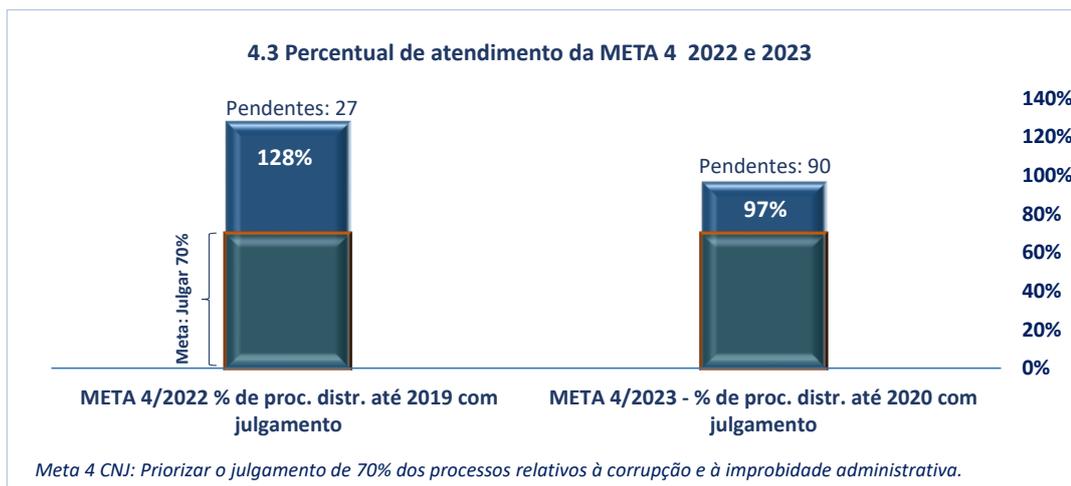
3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos	
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	5

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS

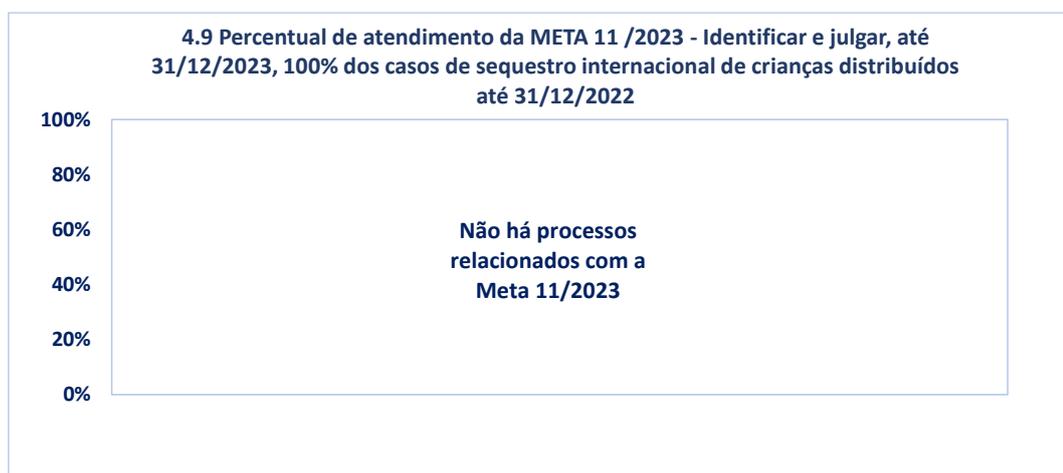
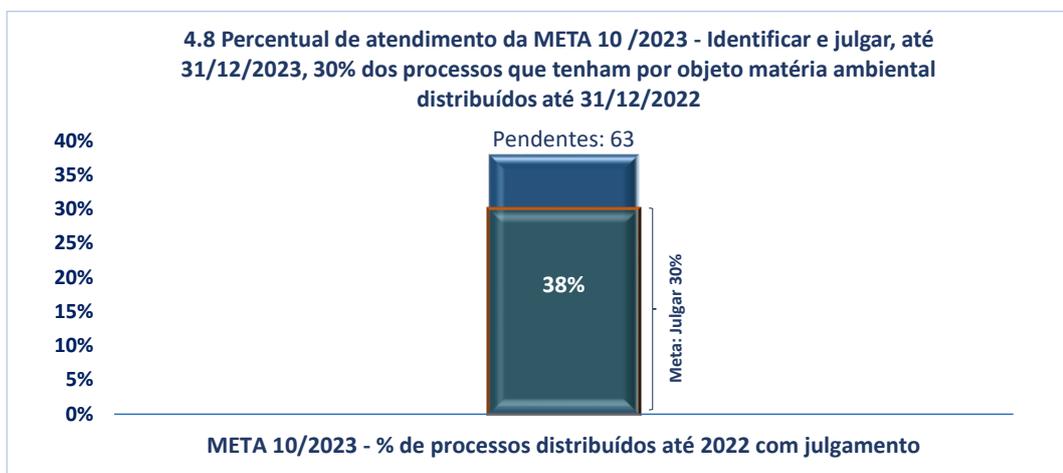






4.7 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030

Não se aplica aos gabinetes.



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O controle do acervo começa pela triagem dos processos. Os casos urgentes são imediatamente despachados. Os demais feitos são distribuídos aos servidores responsáveis pelas respectivas matérias. O processo de trabalho envolve uma rotina previamente estabelecida que finda com o julgamento do feito.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Há uma rotina estabelecida pelo gabinete de identificação dos processos, em que há determinação expressa dos Tribunais Superiores de suspensão/sobrestamento. Após a triagem e identificação, esses processos são separados em pasta específica no PJe do gabinete, para a remessa imediata à Secretaria da Turma, setor responsável pelo sobrestamento e acompanhamento.

5.3 Boas práticas e inovações

O gabinete estabeleceu novas orientações e políticas de gestão, para melhor organização e incremento da produtividade. Dentre as estratégias estabelecidas houve um reforço adicional às rotinas de trabalho existentes, a criação de um “Pautão” mensal para inclusão de processos contendo as matérias simples, repetitivas e remessa necessária, inclusive com o aumento de meta individual e coletiva de produtividade. O relatório extraído do sistema *Business Intelligence* é também utilizado para conhecimento e tomada de decisão com vistas ao direcionamento dos trabalhos e alcance das metas estabelecidas, dentre elas, a redução do acervo. Também são realizadas reuniões periódicas com a equipe para apresentação dos resultados obtidos, bem como para discussão sobre a fixação de metas, as dificuldades vivenciadas e as formas de aperfeiçoamento das rotinas existentes. Além disso, é realizado um mutirão periódico específico para julgamento de determinadas matérias. O último mutirão foi realizado para a redução dos embargos de declaração.

5.4 Dificuldades

Um dos maiores desafios é a redução do acervo processual, mesmo com as estratégias utilizadas.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Em atendimento a Resolução n. 481 do CNJ, todos os servidores lotados na Unidade retornaram ao trabalho presencial, com exceção apenas de um servidor, que continua em regime de teletrabalho. A meta de produtividade está sendo observada.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Sim. São encaminhados processos para o Núcleo de Conciliação, a cargo do Des. Corregedor, com vistas à solução rápida dos conflitos.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0805271-83.2018.4.05.8201	27/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		
0800494-10.2017.4.05.8001	25/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 20/6/23. Em dia.		
0812874-07.2018.4.05.8300	7/2/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		
0800512-80.2017.4.05.8405	17/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0002498-79.2015.4.05.8500	29/1/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0800217-57.2018.4.05.8001	2/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 30/5/23. Em dia.		
0800165-84.2016.4.05.8404	13/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0800138-42.2018.4.05.8401	30/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0803650-85.2017.4.05.8201	14/3/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0001563-41.2016.4.05.8100	5/4/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0805549-35.2019.4.05.8400	21/2/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 30/5/23.		
0006631-03.2006.4.05.8300	27/5/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0002279-37.2008.4.05.8201	26/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despachado em 4/5/23.		
0802342-38.2013.4.05.8400	21/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 23/5/23. Em dia.		
0800222-56.2012.4.05.8400	26/9/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despachado em 10/5/23. Em dia.		
0003472-27.2007.4.05.8200	10/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0055062-68.2008.4.05.0000	29/5/2019	12357 Pedido Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/5/23.		
0012801-34.2005.4.05.8200	30/10/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0007200-37.2011.4.05.8200	30/7/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		

0813596-41.2020.4.05.0000	6/11/2020	12357 - Pedido Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0800816-79.2014.4.05.0000	1º/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Despachado em 10/5/23.		
0807179-04.2020.4.05.8300	1º/5/2020	12081 - Incidente de Suspeição Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/5/23. Em dia.		
0800700-23.2014.4.05.8100	14/5/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		
0804995-06.2014.4.05.8100	21/11/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0013153-75.2008.4.05.8300	8/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0801890-55.2013.4.05.8100	5/8/2013	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/5/23. Em dia.		
0802391-11.2015.4.05.8400	8/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0007153-49.2014.4.05.8300	2/12/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0808736-60.2021.4.05.0000	27/7/2021	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/5/23.		
0803069-16.2021.4.05.8400	28/6/2021	427 - Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta de 20/6/23. Em dia.		
0803822-19.2015.4.05.8000	11/10/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0809806-78.2020.4.05.8300	17/7/2020	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído na pauta de 20/6/23.		
0818400-81.2020.4.05.8300	30/11/2020	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Incluído na pauta de 20/6/23.		
0812535-05.2019.4.05.8400	8/11/2021	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0812841-80.2021.4.05.0000	1º/11/2021	12134 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Despachado em 3/5/23. Arquivamento com baixa.		
0800204-62.2017.4.05.8205	11/10/2019	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Incluído na pauta de 28/6/23.		
0815220-28.2020.4.05.0000	14/12/2020	272 - Representação Criminal/Notícia de Crime
Observação/Providência: Proferida Decisão. Declínio de competência.		
0814172-34.2020.4.05.0000	18/11/2020	309 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: Baixa definitiva com remessa. Em dia.		
0814101-21.2016.4.05.8100	30/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0813975-45.2021.4.05.0000	30/11/2021	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		
0801173-44.2023.4.05.0000	7/2/2023	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Despachado em 10/5/23. Em dia.		
0815715-43.2018.4.05.0000	5/11/2018	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0814277-45.2019.4.05.0000	30/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0816163-79.2019.4.05.0000	17/12/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despachado em 3/5/23. Em dia.		
0808233-10.2019.4.05.0000	1º/7/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0802474-65.2019.4.05.0000	6/3/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		
0805469-51.2019.4.05.0000	10/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão proferida em 9/5/23.		
0814693-13.2019.4.05.0000	11/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		
0815253-86.2018.4.05.0000	23/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despachado em 9/5/23.		
0814186-09.2018.4.05.8400	24/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		
0803087-30.2018.4.05.8501	5/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0005140-95.2014.4.05.8100	15/10/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despachado em 3/5/23.		
0815432-20.2018.4.05.0000	26/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0800305-53.2018.4.05.8500	24/9/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		
0804293-70.2022.4.05.8200	1º/9/2022	309 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: Despachado em 10/5/23.		
0805891-55.2021.4.05.0000	10/1/2023	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: Despachado em 10/5/23. Em dia.		
0802834-92.2022.4.05.0000	11/3/2022	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Realizar efetivo julgamento.		
0806421-35.2016.4.05.0000	5/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão proferida em 12/5/23. Em dia.		
0803633-14.2017.4.05.0000	27/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 30/5/23.		
0805065-68.2017.4.05.0000	7/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0800051-20.2017.4.05.8305	15/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23.		
0802751-52.2017.4.05.0000	31/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 13/6/23. Em dia.		
0806942-43.2017.4.05.0000	24/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 30/5/23. Em dia.		
0801699-21.2017.4.05.0000	2/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de 6/6/23. Em dia.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 64 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em julgamento em até 90 dias (processos conclusos há mais de 100 dias):

0800816-79.2014.4.05.0000	0802834-92.2022.4.05.0000	0818400-81.2020.4.05.8300
0005140-95.2014.4.05.8100	0003472-27.2007.4.05.8200	0006631-03.2006.4.05.8300

b) Incluir em julgamento em até 30 dias (processos com pedido de vista há mais de 60 dias):

0800204-62.2017.4.05.8205

c) Regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

0800512-80.2017.4.05.8405

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida na unidade no dia 12/6/2023, às 15h, pelo Desembargador Federal Francisco Roberto Machado, servidores Ricardo de Menezes Araújo (Assessor) e Petruska do Rego Barros Távora (Chefe de Gabinete), de forma presencial.

Inicialmente destacou o Desembargador Federal que todo seu acervo foi transferido da 1ª Turma para a 7ª Turma no momento de sua remoção, ocorrida recentemente em 17/4/2023.

Destacou que os processos são pautados e posteriormente são elaboradas as minutas de voto.

Os assessores, coordenados pelo servidor Ricardo de Menezes, produzem as minutas de voto e quando não conseguem produzir a tempo da conferência e aprovação pelo Desembargador, os processos não são levados a julgamento e são certificados pela Divisão da 7ª Turma como “adiado para a próxima pauta”.

A unidade ficou sem distribuição de novos processos por seis meses diante da criação de 3 novas turmas julgadoras, viabilizando a redução do acervo. A distribuição de processos novos voltou a ocorrer em abril/2023.

Atualmente a unidade possui 15 servidores efetivos (1 em teletrabalho e 14 em trabalho híbrido) e 2 estagiários. Cada servidor trabalha de forma presencial 3 vezes por semana.

O Desembargador Federal Francisco Roberto Machado informou que ficou 4 anos sem assessor especialista na área criminal, o que gerou aumento do volume no acervo desses processos, mas estão trabalhando para reduzir o volume de processos criminais com a chegada de nova servidora.

O Desembargador Federal, com auxílio do assessor Ricardo de Menezes, estabelece as metas do gabinete, define a pauta dos processos e indica aos servidores os feitos em que serão produzidas as minutas.

Foram identificados 5 processos pautados em 2019/2020 mas sem julgamento até o momento. Tais processos foram pautados novamente no mês de maio/junho de 2023.

O Acervo de 5.171 (maio/2022) foi reduzido para 3.639 (mês de maio/2023), bem como a quantidade de processos conclusos foi reduzido de 4.061 (maio/2022) para 2.669 (maio/2023).

O Desembargador Federal estabeleceu como prioridade a redução do acervo, e informou que conseguiu cumprir as metas do CNJ com serviço extraordinário aos sábados, domingos e no recesso judiciário de dezembro/2022.

Destacou-se, na entrevista, que a pandemia trouxe a oportunidade de realizar pautas volumosas e que o serviço da assessoria ganhou velocidade e quantidade. São realizadas reuniões mensais frequentes para alinhamento das metas.

O Desembargador Federal ainda não traçou plano de gestão para redução dos 39 processos com tutela provisória concedida pelo relator, sem apreciação do colegiado, bem como para redução dos 527 Embargos de Declaração pendentes de análise.

Os processos sobrestados ficam sob o controle da secretaria da 7ª Turma, que envia novamente para o gabinete quando comunicado o julgamento de algum Tema Repetitivo/Repercussão Geral.

O Desembargador participa das sessões ampliadas da 5ª, 6ª e 7ª Turma.

Vários processos antes de competência do Plenário foram redistribuídos para as Seções criadas na reestruturação do TRF5.

Os processos de Metas 2, 4 e 12 são etiquetados e comunicados ao servidor responsável pelo feito e os relatórios BI são frequentemente consultados para gestão do acervo.

Na oportunidade o Desembargador Federal informou que todas recomendações anteriores do CJF são acompanhadas com prioridade.

Atualmente não há processos pendentes de julgamento em mutirão anteriormente designado, exceto os embargos declaratórios que surgiram após o retorno dos processos para o gabinete e que serão julgados pela 7ª Turma.

Quanto aos processos pautados em 2019 e não julgados até o presente momento, ficou esclarecido que não tiveram prosseguimento do julgamento porque ficaram sem controle em razão de não terem permanecido na tarefa de adiados no PJe.

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos de 3.349 para 2.669.

Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.061 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 3.639.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 696, na última inspeção, para 527, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Nos últimos doze meses houve evolução da produtividade do gabinete.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 21 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 7ª Turma, equivale a 8 meses. Trata-se de indicador que merece destaque sendo superior à média da Turma.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 9;
- b) Priorizar a redução do acervo de 527 embargos de declaração pendentes de análise;
- c) Priorizar o julgamento dos 39 processos com tutela provisória concedida pelo relator e não levada ao julgamento pelo colegiado;
- d) Diminuir o tempo médio de julgamento dos processos que atualmente é de 21 meses através da priorização do julgamento de processos mais antigos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Frederico Wildson da Silva Dantas

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

Pleno/Segunda Seção/Sétima Turma

1.3 Tempo de exercício na unidade

7 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Vanessa Pereira de Figueiredo e Melo - Assessora de Desembargador

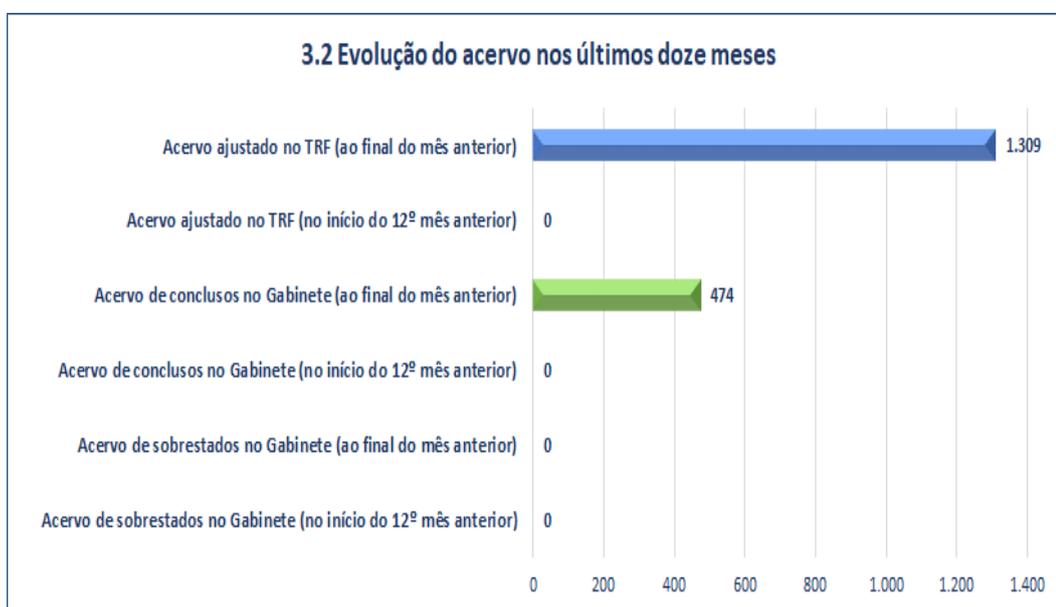
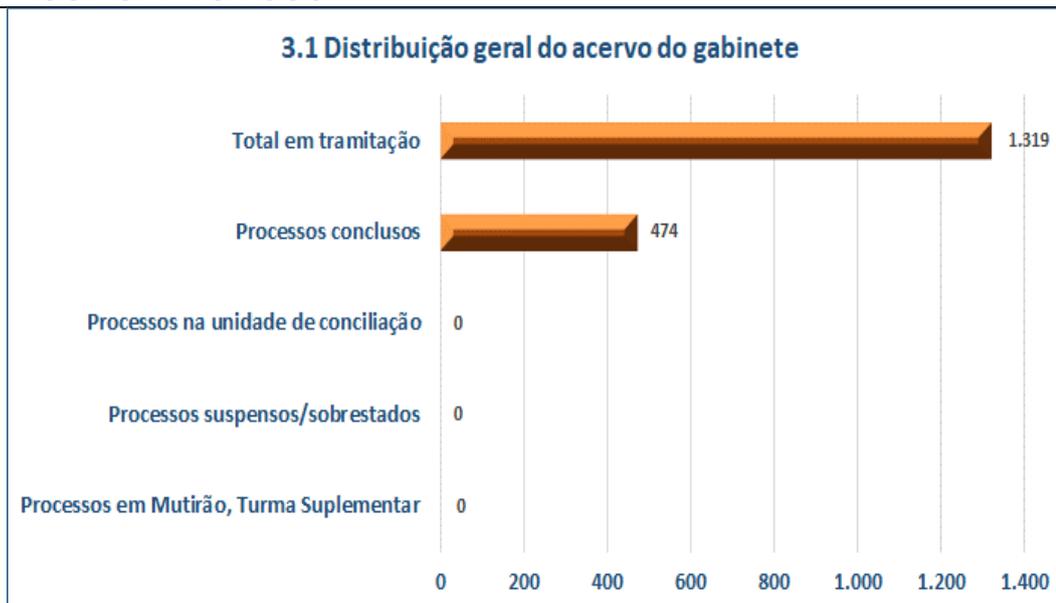
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	1
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	2
FC-6	0
FC-5	2
FC-4	3
FC-3	1
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

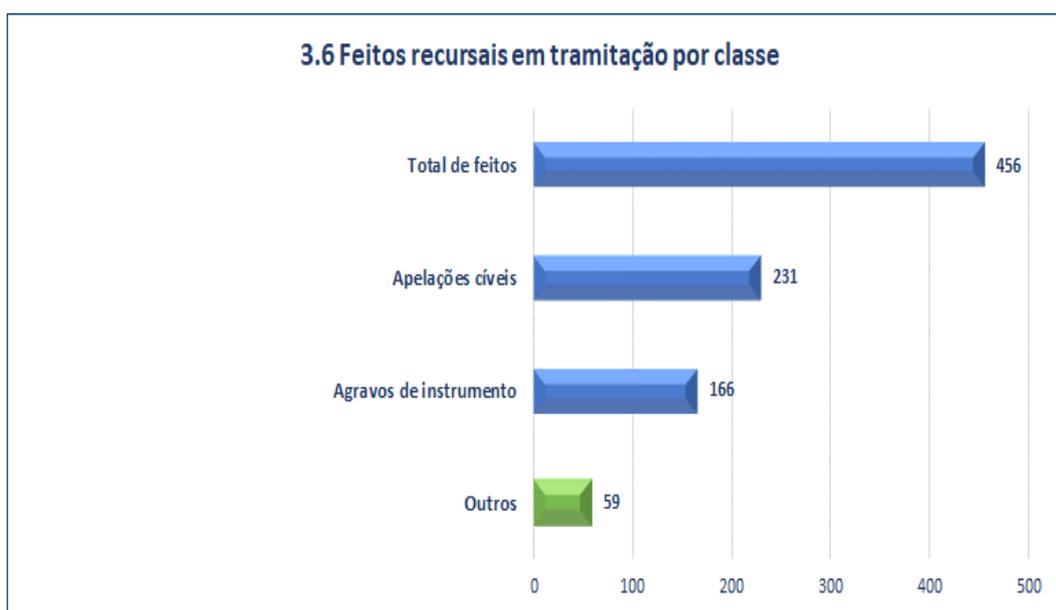
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	5
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0

Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	1

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	451
Recursos em mandados de segurança coletivos	2
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	2
Recursos em ações civis públicas	4
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	92

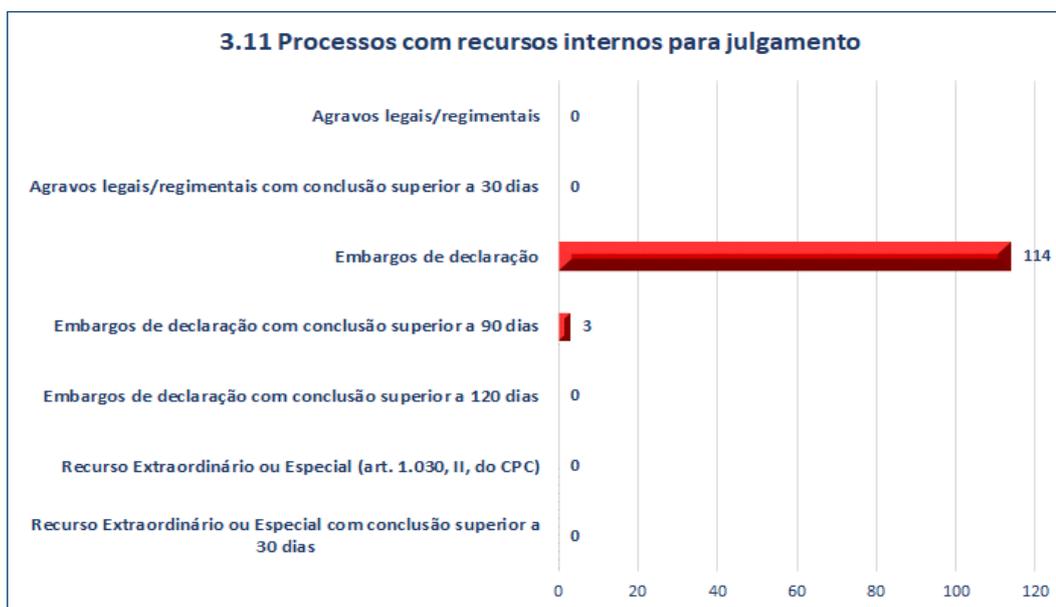


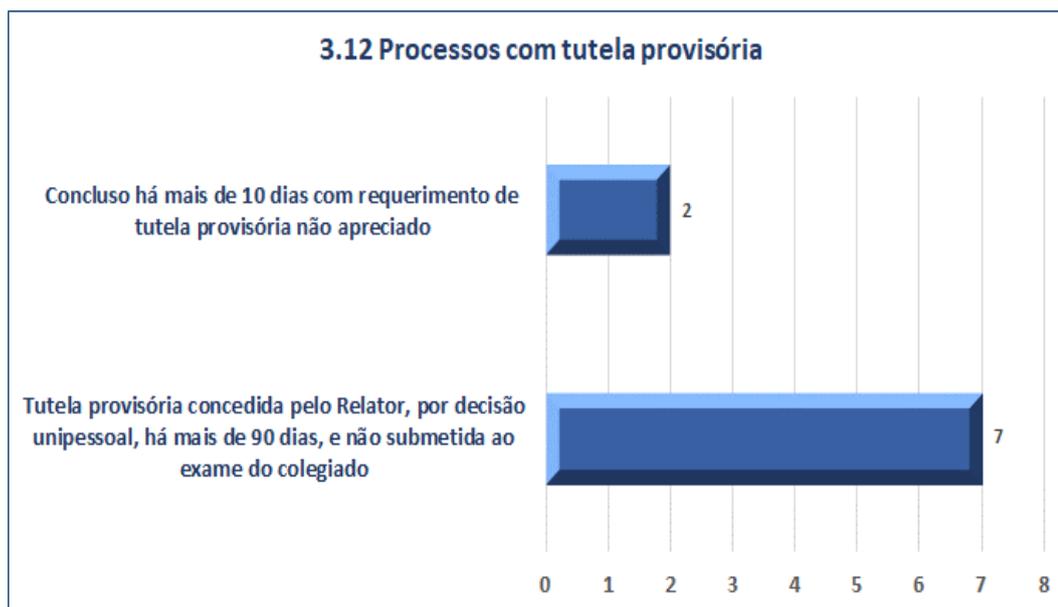
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	5
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	1
Revisões Criminais	2

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	13
Apelações	12
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	6
Apelações	5
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	0

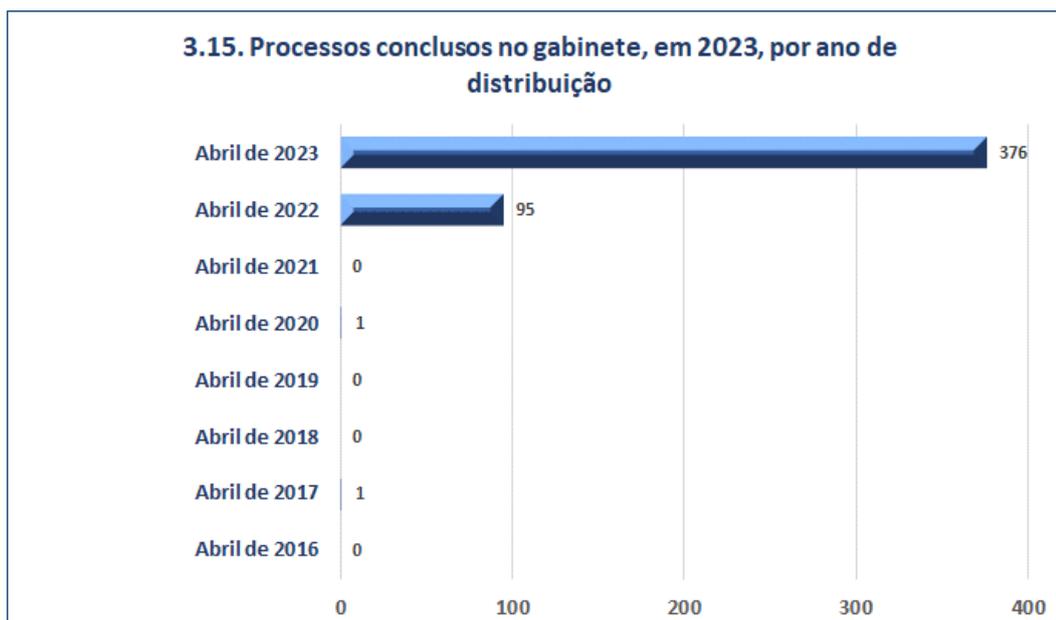
3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0





3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2021	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2020	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2019	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2018	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2017	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2016	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição	
Abril de 2022	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2021	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2020	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2019	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2018	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2017	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Abril de 2016	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

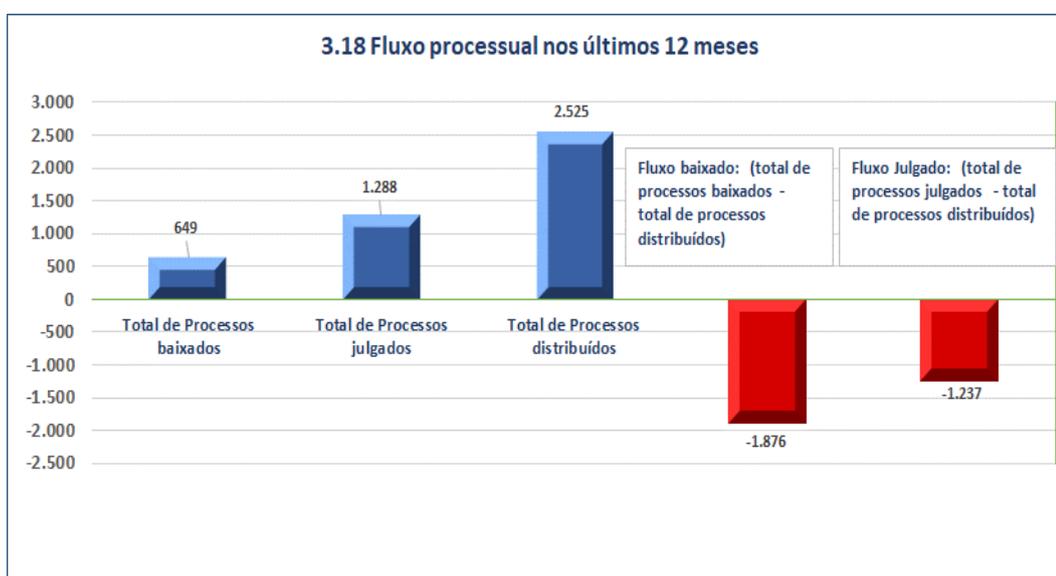


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

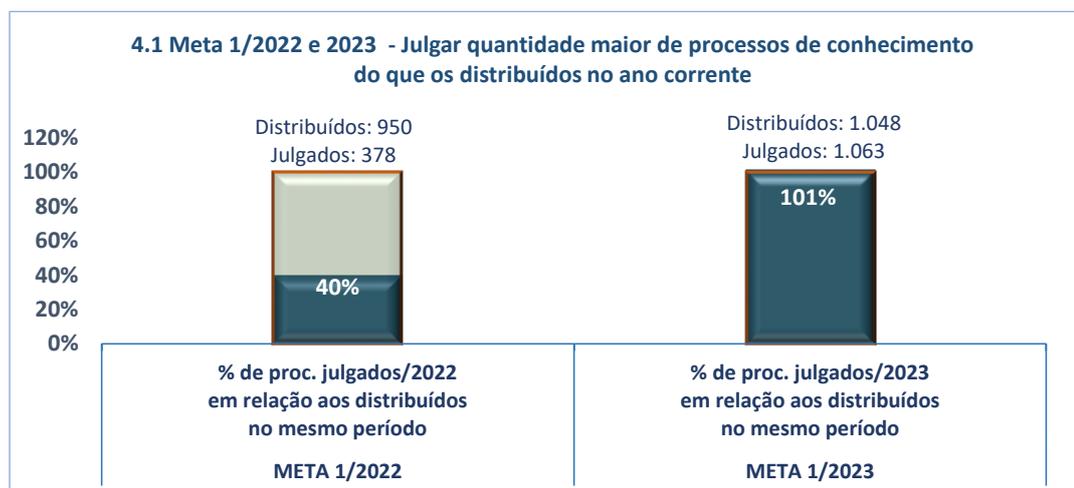
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	0

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

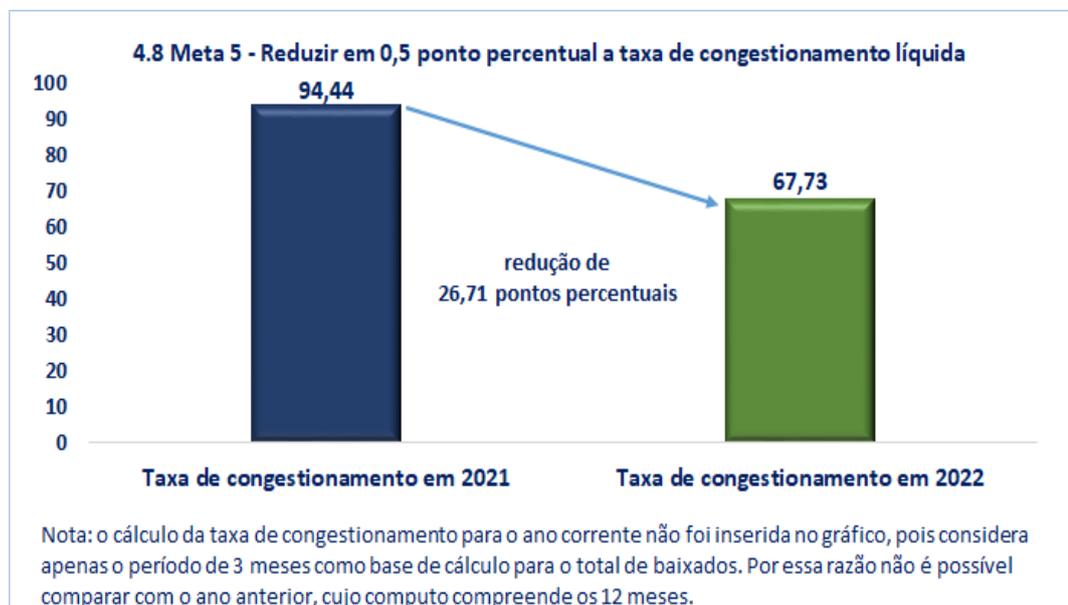
4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

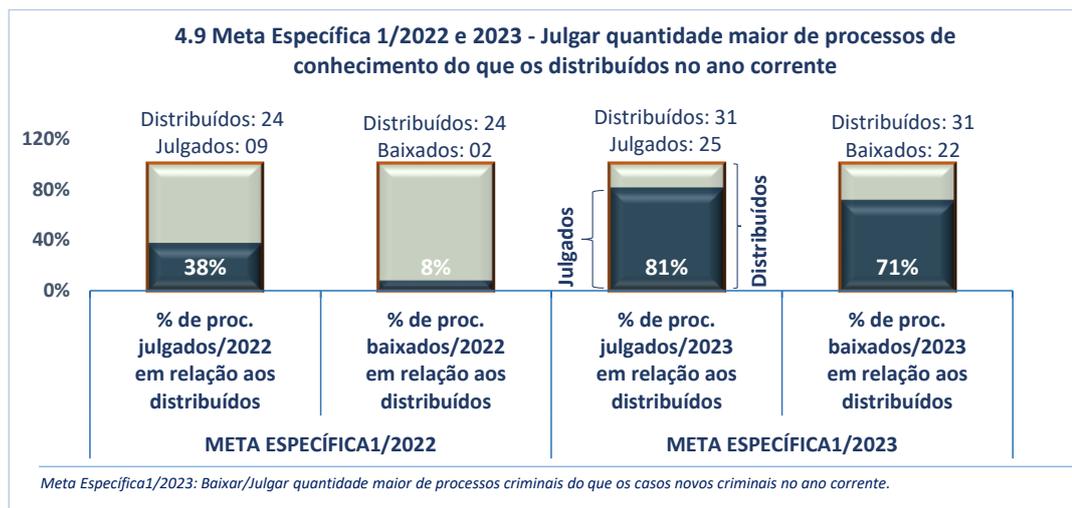
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

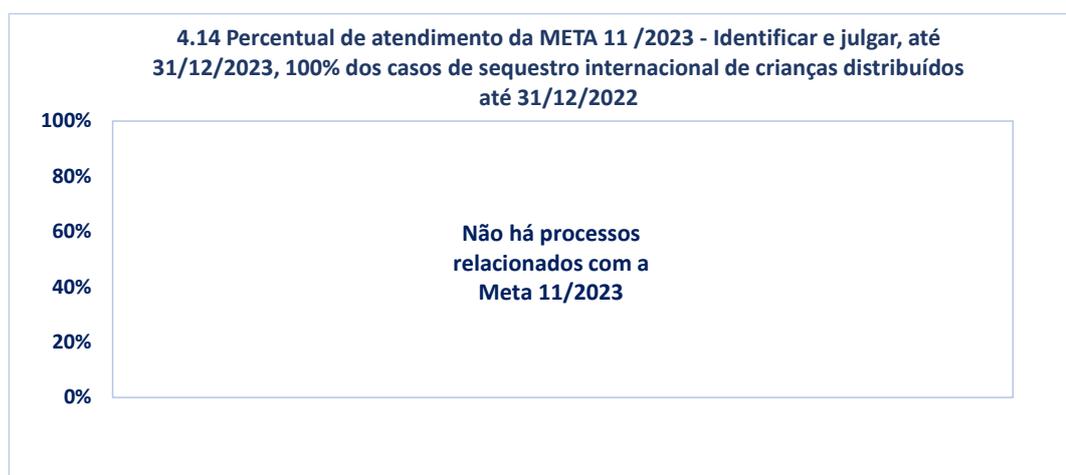
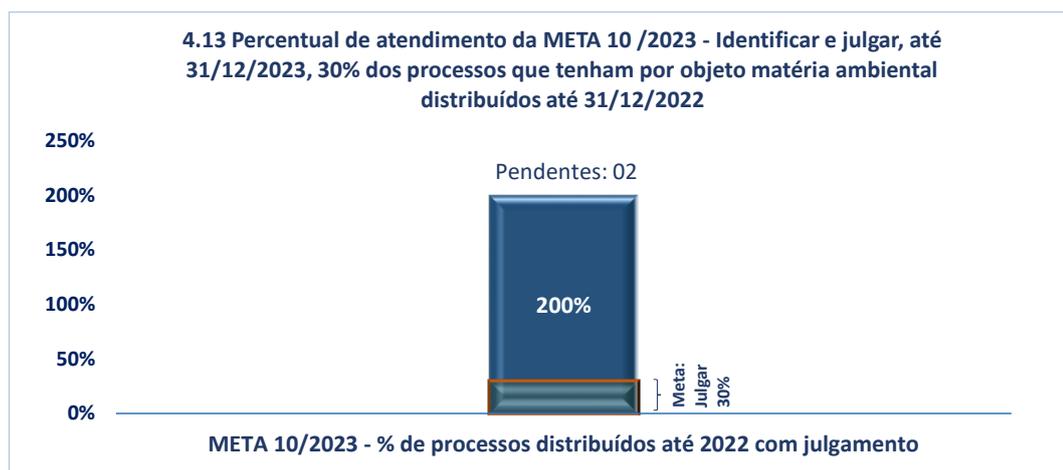




4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica. Gabinete instalado em setembro/2022.

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030	
Não é possível separar por gabinete.	



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

A equipe é dividida em grupos de trabalho (administrativo/tributário, penal/ações coletivas, previdenciário/SFH/saúde e agravo de instrumento). Procura-se incluir em pauta todos os processos conclusos para julgamento, tão logo recebidos da distribuição. Os pedidos de liminar são examinados, em regra, no prazo máximo de 5 dias. Na hipótese de adiamento do julgamento, os processos são julgados na sessão seguinte.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

Acompanhamento pela assessoria dos boletins encaminhados por e-mail pelo Núcleo de Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas do TRF5, que são compartilhados com todos os servidores. É feito, ainda, o acompanhamento das notas técnicas elaboradas pela Rede de Inteligência da Justiça Federal da 5ª Região, reunidas no Processo Administrativo SEI n. 0010201-89.2021.4.05.7000.

5.3 Boas práticas e inovações

- 1) Os processos são distribuídos entre os servidores por matéria e por assunto, de acordo com a maior afinidade de cada um.
- 2) Diariamente são realizadas reuniões entre o Desembargador e os servidores para discussão dos feitos e esclarecimento de dúvidas, sendo cada minuta elaborada somente após prévia orientação, evitando retrabalho.
- 3) Os servidores que trabalham com a confecção de minutas de decisões/votos não assumem nenhuma tarefa administrativa, a fim de que permaneçam concentrados na atividade-fim.

5.4 Dificuldades

- 1) O reduzido quantitativo de servidores e a falta de treinamento para os que ingressam na Corte sem prévia experiência na elaboração de minutas.
- 2) Maioria dos técnicos judiciários não têm formação jurídica, sendo difícil a adaptação à rotina de trabalho de um gabinete. Atualmente, a unidade possui um analista judiciário a menos na equipe, não havendo previsão de reposição, o que deverá acontecer somente diante de novas nomeações.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. Dos 11 servidores do gabinete, 3 estão em teletrabalho.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Ainda não houve.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0802248-21.2023.4.05.0000	1º/3/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Tendo havido oposição ao julgamento virtual, foi excluído o feito da sessão virtual do dia 16/5/23, ficando adiado o julgamento para a sessão ordinária subsequente (23/5/23).		
0803289-23.2023.4.05.0000	22/3/2023	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferida decisão extinguindo o feito, sem resolução do mérito, em 11/5/2023.		
0811643-71.2022.4.05.0000	7/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado. Certificado o trânsito em julgado em 8/5/2023. Agravo de Instrumento baixado.		
0802010-02.2023.4.05.0000	27/2/2023	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão virtual de 23/5/23.		
0801413-33.2023.4.05.0000	11/2/2023	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo pautado para julgamento na sessão virtual de 30/5/2023.

9. PROCESSOS INSPECIONADOS

Dos 28 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0001010-92.2010.4.05.8200	13/7/2012	198- Apelação Cível
0002924-46.2014.4.05.8300	29/3/2017	198- Apelação Cível
0013811-30.2002.4.05.8100	11/9/2020	198- Apelação Cível
0800204-89.2022.4.05.8204	9/12/2022	199 – Remessa Necessária Cível
0800230-93.2022.4.05.8202	11/11/2022	198- Apelação Cível
0801140-97.2020.4.05.8200	22/11/2022	198- Apelação Cível
0801413-33.2023.4.05.0000	11/2/2023	202 - Agravo de Instrumento
0801492-21.2021.4.05.8200	22/11/2022	198- Apelação Cível
0801643-69.2021.4.05.8302	17/11/2022	417 - Apelação Criminal
0802010-02.2023.4.05.0000	27/2/2023	202 - Agravo de Instrumento
0802248-21.2023.4.05.0000	1º/3/2023	307 - Habeas Corpus Criminal
0803289-23.2023.4.05.0000	22/3/2023	120 - Mandado de Segurança Cível
0805239-67.2021.4.05.8300	14/11/2022	1728- Apelação/Remessa Necessária
0807769-06.2019.4.05.8400	13/12/2022	417 - Apelação Criminal
0808768-78.2022.4.05.8100	15/11/2022	198 - Apelação Cível
0808881-14.2022.4.05.8300	8/11/2022	198 - Apelação Cível
0810265-55.2021.4.05.8200	18/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
0811643-71.2022.4.05.0000	7/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
0811721-24.2022.4.05.8000	28/11/2022	198 - Apelação Cível
0812442-64.2022.4.05.8100	23/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
0813132-46.2022.4.05.0000	11/11/2022	12394 - Revisão Criminal
0813194-07.2020.4.05.8100	29/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
0813765-57.2022.4.05.0000	29/11/2022	202 - Agravo de Instrumento
0813881-63.2022.4.05.0000	1º/12/2022	202 - Agravo de Instrumento
0814012-38.2022.4.05.0000	6/12/2022	12394 - Revisão Criminal
0814033-14.2022.4.05.0000	7/12/2022	202 - Agravo de Instrumento
0814095-54.2022.4.05.0000	8/12/2022	12394 - Revisão Criminal
0814105-98.2022.4.05.0000	8/12/2022	202 - Agravo De Instrumento

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida presencialmente na unidade inspecionada no dia 15/6/2023 às 10h, pelo Desembargador Frederico Wildson e pela servidora Vanessa.

O Gabinete foi criado em setembro/2022. Quatro servidores são originários da Seção Judiciária de Alagoas, origem do Desembargador, para não desfalcar a primeira

instância. Atualmente o Gabinete possui 11 servidores e 3 estagiários. Os gabinetes foram criados com poucas vagas e foram aumentando o quantitativo progressivamente, com a renovação do quadro nas aposentadorias de servidores, oportunidade que a direção do Tribunal foi redistribuindo as vagas para os gabinetes novos. Já houve caso de servidora que não se adaptou ao trabalho no gabinete e preferiu ir para outra área.

A chefe de Gabinete realiza o gerenciamento da parte administrativa com duas pessoas sem formação jurídica. Oito assessores fazem as minutas para aprovação do Desembargador.

O Magistrado relatou que não teve dificuldade em adaptar a equipe às tarefas de segundo grau tendo em vista que já tinha experiência com a dinâmica do TRF5, adquirida nas mais de 20 convocações dos últimos anos. O treinamento da equipe ocorreu rapidamente.

O Desembargador relatou que distribui os processos em 3 temas gerais: Direito Social (maior volume), Penal/Ação Civil Pública, e Agravo de Instrumento/acompanhamento das sessões/voto-vista/voto-divergente.

Cada assessor estuda os processos recebidos e com o Desembargador discutem e recebem orientação de cada processo pautado.

Há a rotina de pautar todos os processos que chegam conclusos para posteriormente redigir a minuta. Geralmente as minutas ficam prontas uma semana antes da sessão. O Desembargador costuma atender os advogados na semana anterior ao julgamento do processo pautado.

A unidade recebe a média de 240 processos por mês, cerca de 70 processos semanalmente.

As sessões de julgamento são realizadas semanalmente, na modalidade virtual, e quinzenalmente, as presenciais.

O Desembargador participa da 3ª Seção que é formada pelos desembargadores mais novos em cada turma.

Os embargos de declaração são minutados pelos servidores que estudaram o processo e, se estiverem em férias, o processo é repassado a outro servidor para a devida prioridade.

A chefe de gabinete esclareceu que os 114 embargos declaratórios constantes do relatório estavam na secretaria em prazo automático para contrarrazões.

O Desembargador esclareceu que orienta a secretaria a não processar agravo interno (dar vista para contrarrazões), porque todos os processos que chegam já são pautados.

Ficou esclarecido que os processos não pautados estavam com diligência pendente de intimação dos agravados.

11. OBSERVAÇÕES

Prejudicada comparação com a inspeção anterior, tendo em vista tratar-se de unidade criada em setembro/2022.

O gabinete está entre os mais produtivos em comparação aos demais, com tempo médio de 2 meses de tramitação. Trata-se de indicador que merece destaque e elogio.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- Manter a sistemática de trabalho atual, aprimorando-o continuamente, de acordo com a evolução das necessidades.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO AUGUSTO NUNES COUTINHO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete do Desembargador Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho

1.2 Órgão de atuação (Turma/Seção/Órgão Especial/Conselho de administração/Pleno)

7ª Turma, 3ª Seção e Pleno

1.3 Tempo de exercício na unidade

7 meses

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Marta Jussara Vila-Nova Alves de Lima - Chefe de Gabinete - CJ2, Matrícula 5763

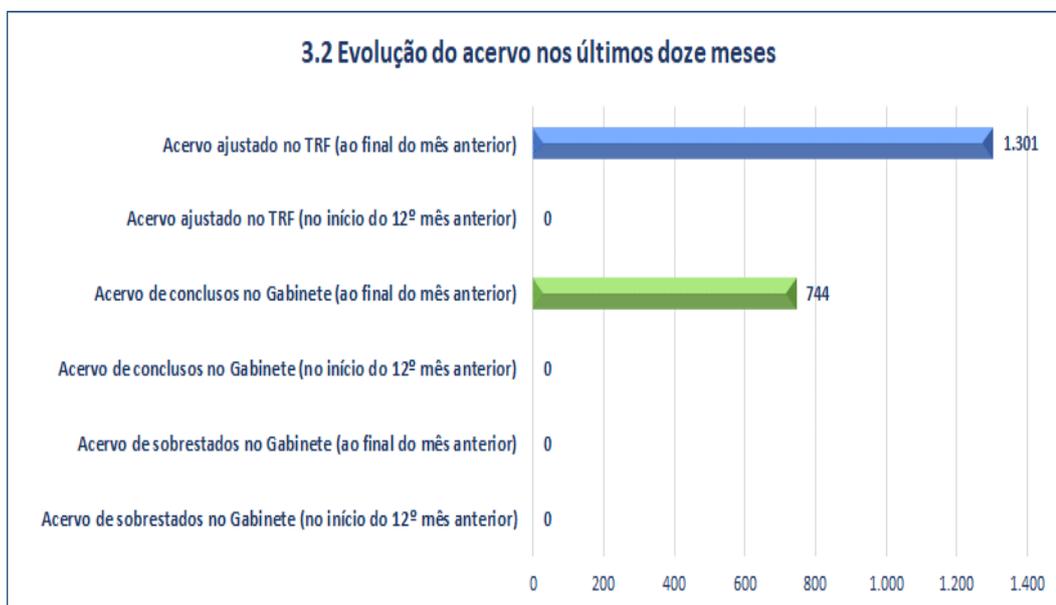
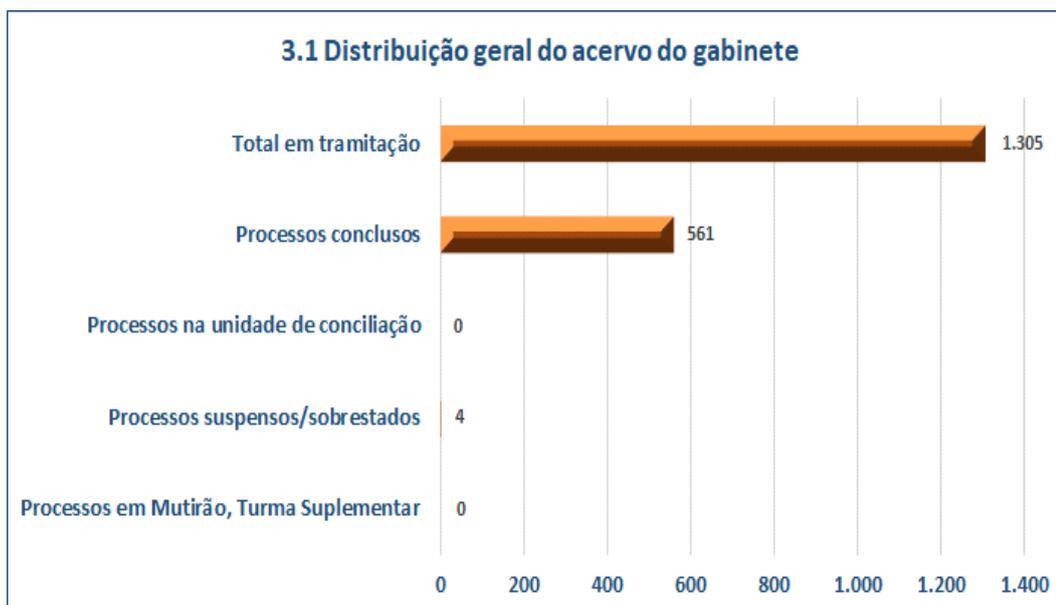
2.2 Quadro de Pessoal

Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	3

2.3 Cargos e Funções Comissionadas

CJ-3	1
CJ-2	1
CJ-1	2
FC-6	0
FC-5	2
FC-4	3
FC-3	0
FC-2	0
FC-1	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Ações para evolução do acervo

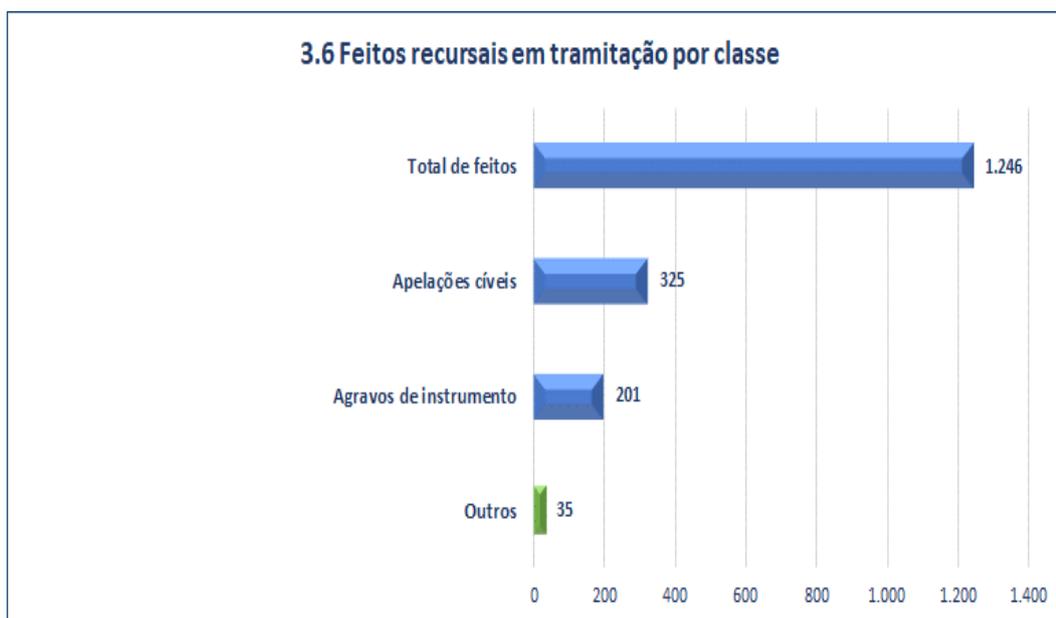
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica

3.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	14
Mandados de segurança	2
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	5
Reclamações	0
Ações rescisórias	7

3.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.246
Recursos em mandados de segurança coletivos	3
Recursos em ações populares	3
Recursos em ações de improbidade administrativa	10
Recursos em ações civis públicas	21
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	301

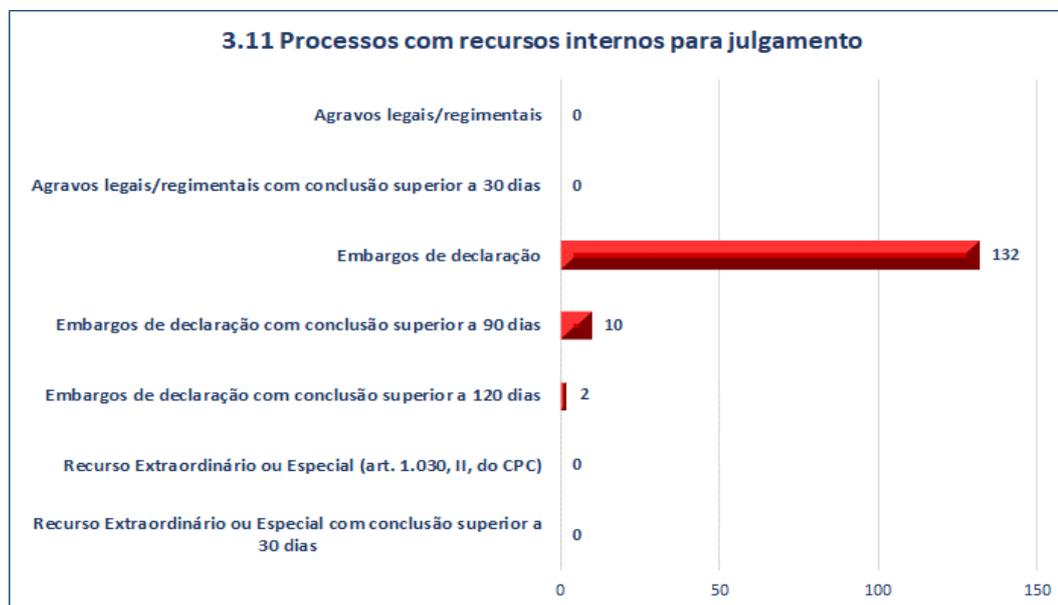


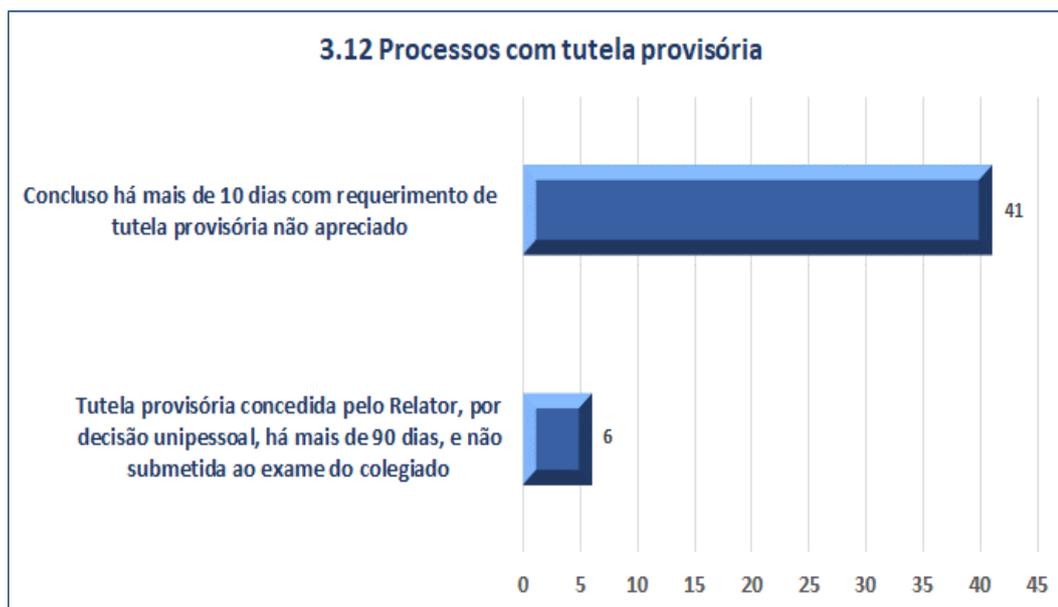
3.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	3
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	1
Revisões Criminais	1

3.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	13
Apelações	12
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em Habeas Corpus	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

3.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	3
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas Corpus	1

3.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0



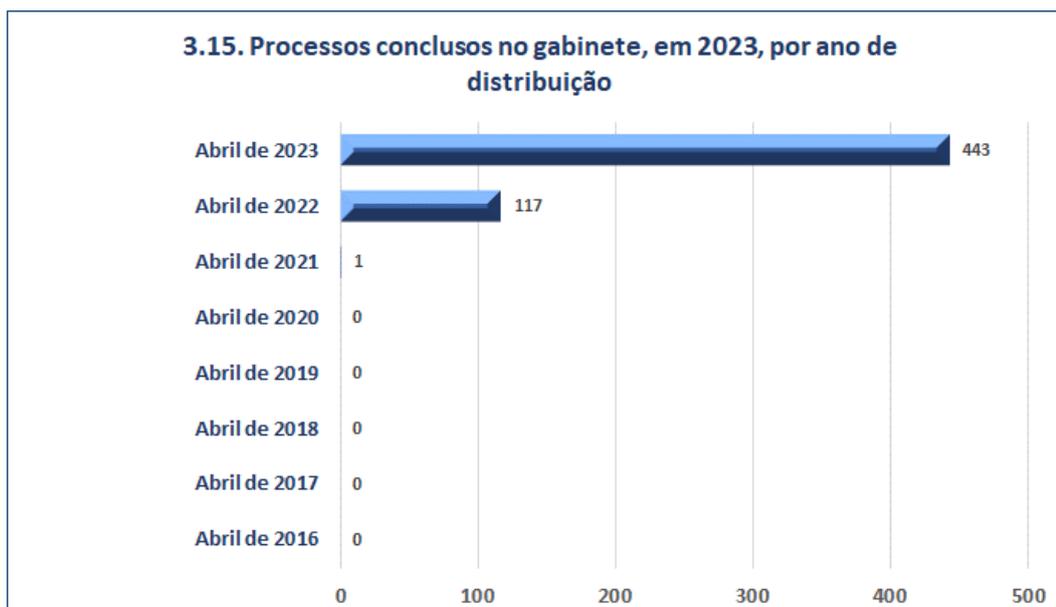


3.13 Processos concluídos no gabinete, há 24 meses, por ano de distribuição

Abril de 2021	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2020	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2019	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2018	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2017	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2016	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

3.14 Processos concluídos no gabinete, há 12 meses, por ano de distribuição

Abril de 2022	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2021	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2020	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2019	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2018	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2017	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Abril de 2016	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

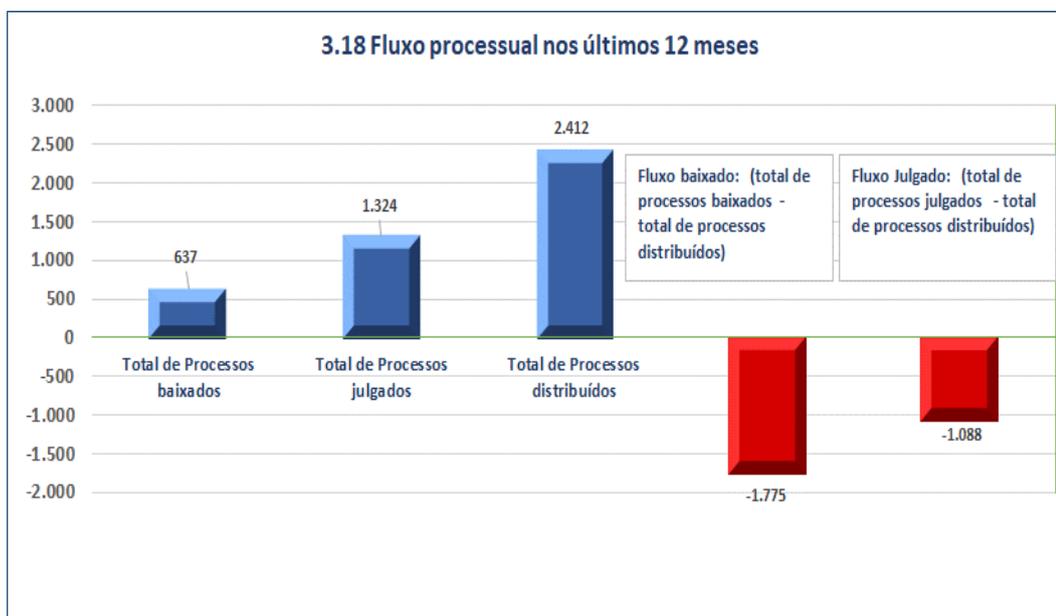


3.16 Processos do gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

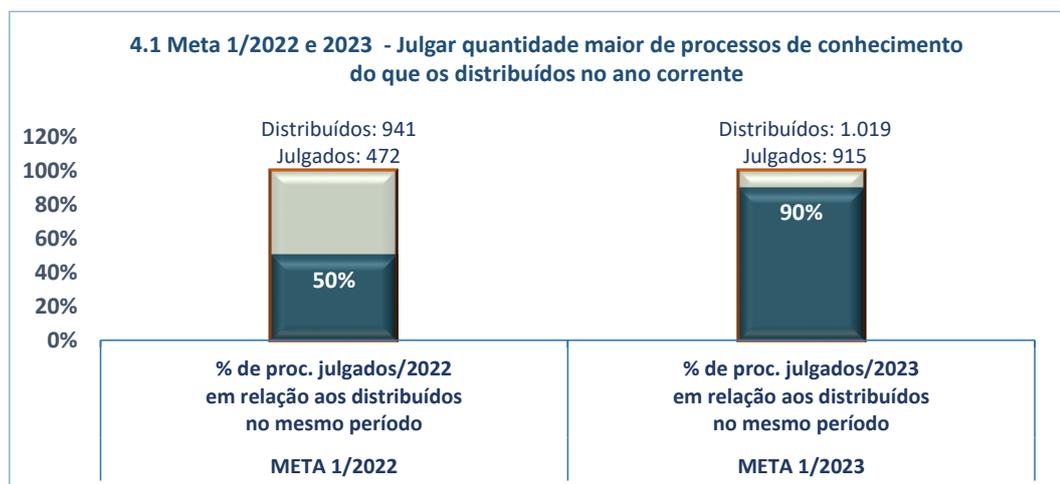
Remetidos para revisão	0
Remetidos para voto-vista	0
Remetidos para revisão há mais de 60 dias	0
Remetidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Remetidos para declaração de voto	1

3.17 Processos de outros relatores com pendência no gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para revisão há mais de 60 dias	0
Recebidos para voto-vista há mais de 60 dias	0
Recebidos para declaração de voto	0



4. METAS



4.2 META 2/2022 CNJ - Julgar 100% dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

4.3 META 2/2022 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2018

Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

4.4 META 2/2023 CNJ - Julgar 100 % dos processos mais antigos distribuídos até 31/12/2018

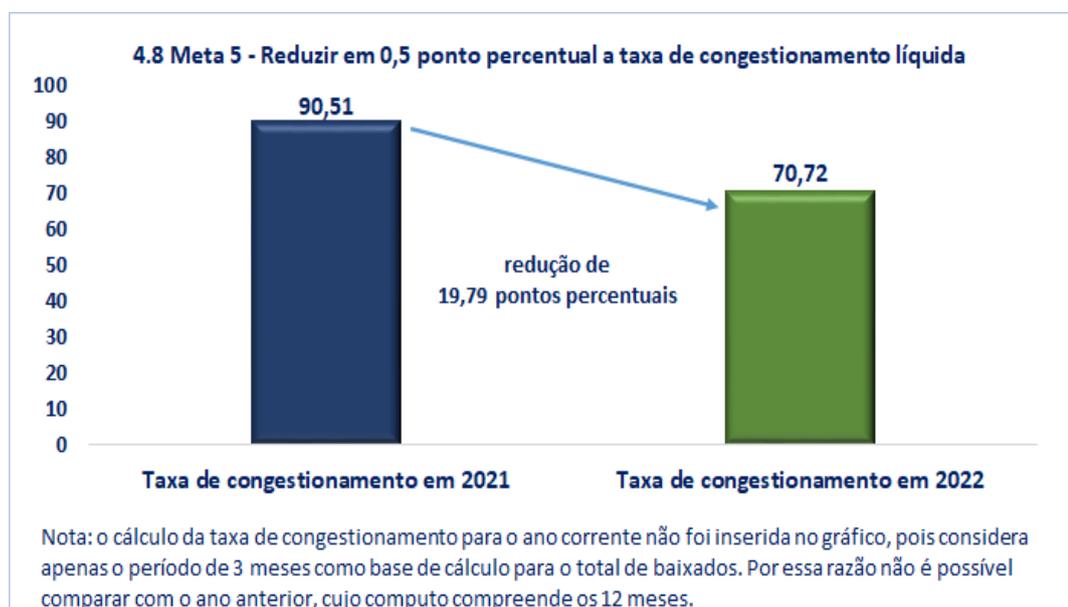
Pendentes em 31/12/2018 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

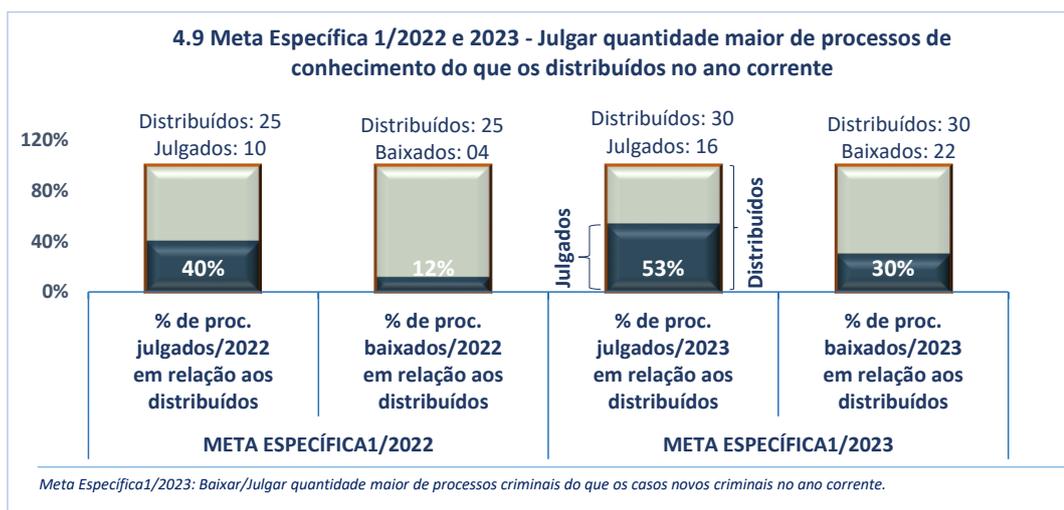
4.5 META 2/2023 CNJ - Julgar 85% dos processos mais antigos distribuídos entre 1º/1 e 31/12/2019

Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

4.6 META 4/2022 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos a corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

4.7 META 4/2023 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e ações de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

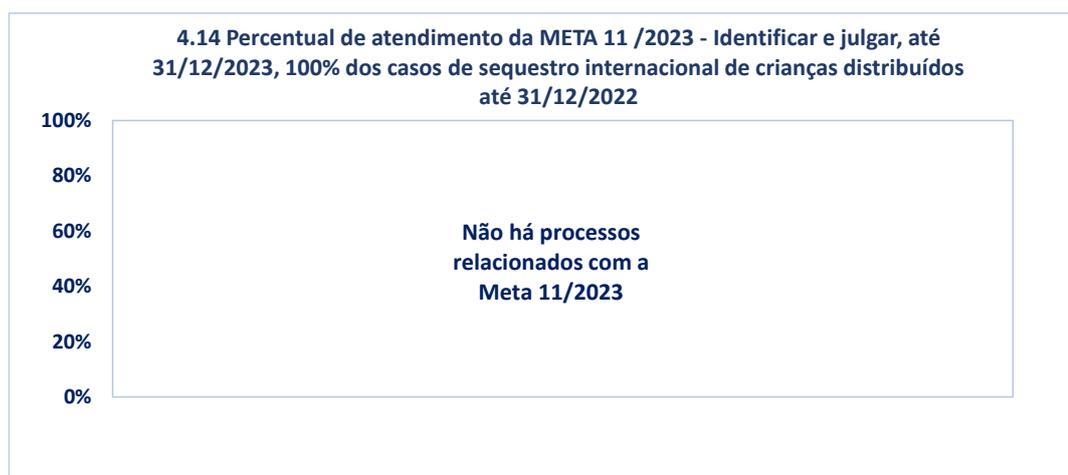
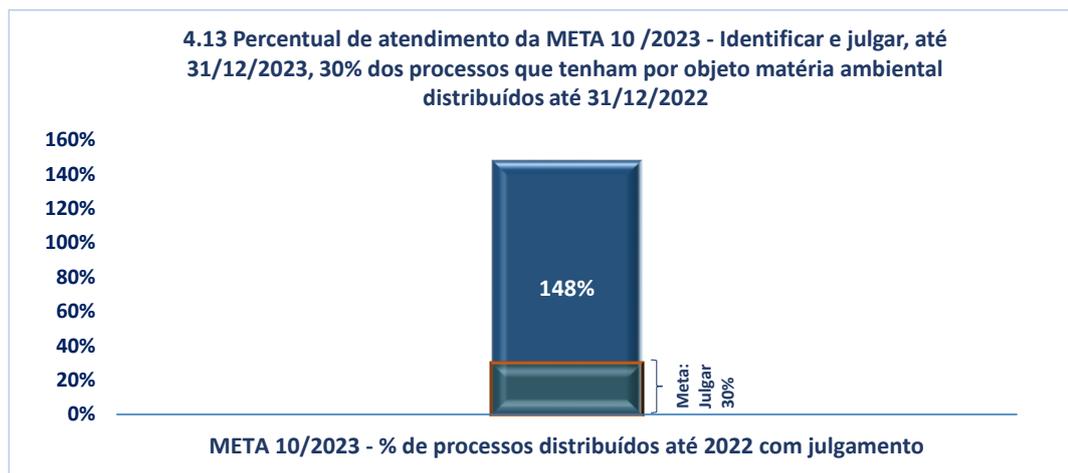




4.10 META ESPECÍFICA 2/2022 - Identificar e julgar, até 31/12/2022, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2019	
Pendentes em 31/12/2019 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes em 31/12/2022	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

4.11 META ESPECÍFICA 2/2023 - Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, o percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, distrib. até 31/12/2020	
Pendentes em 31/12/2020 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, gabinete criado em 16/9/2022

4.12 META 9/2023 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030	
Não é possível separar por gabinete.	



5. PLANO DE GESTÃO

5.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

O controle do acervo é acompanhado semanalmente. A distribuição de atividades dentro da equipe leva em consideração as classes e assuntos de acordo com as tabelas do CNJ. A definição das metas é estabelecida de acordo com a quantidade e natureza dos feitos distribuídos. O acervo, a média dos processos distribuídos mensalmente, bem como a natureza das ações conforme as metas do CNJ são balizas que orientam o número de feitos que o gabinete inclui em pauta semanalmente.

5.2 Como ocorre o controle do sobrestamento?

O controle dos processos sobrestados é realizado por meio do portal *Business Intelligence*, bem como por consulta aos paradigmas junto aos tribunais superiores.

5.3 Boas práticas e inovações

São utilizados os aplicativos do Office 365 da Microsoft buscando conferir mais eficiência à rotina diária. A comunicação da unidade é realizada por meio do Teams e utilizado para conversas dentro do TRF5. Semanalmente são postadas informações para disseminar boas práticas quanto ao uso do PJe e análise dos processos. A troca

de arquivos entre os assessores é realizada pelo Teams. O gabinete ainda instituiu o uso do Booking como o aplicativo para agendar o atendimento remoto dos advogados, oportunizando que o próprio advogado preencha as informações que o identificam e tenha acesso rapidamente ao link da reunião com o desembargador.

5.4 Dificuldades

Treinamento dos novos servidores para elaboração de minutas de votos e decisões.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim. É realizado rodízio entre os servidores observando-se a meta de produtividade e o percentual de até 30% do quadro permanente de servidores no gabinete.

7. META 3 CNJ

7.1 Há encaminhamento de feitos para a unidade de conciliação do Tribunal?

Ainda não houve encaminhamento de feito para a unidade de conciliação do Tribunal.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0811206-30.2022.4.05.0000	28/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0811395-08.2022.4.05.0000	3/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0811876-68.2022.4.05.0000	13/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0809901-83.2021.4.05.8200	8/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0802350-88.2022.4.05.8500	29/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em pauta para 6/6/2023		
0814490-46.2022.4.05.0000	19/12/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em pauta para 13/6/2023		
0814545-94.2022.4.05.0000	20/12/2022	12394 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Retornou da Secretaria, pauta provável em 21/6/2023		
0800816-19.2020.4.05.8100	21/10/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em pauta para 6/6/2023		
0804298-13.2022.4.05.8000	8/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em pauta para 23/5/2023		
0824243-90.2021.4.05.8300	21/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em pauta para 30/5/2023		
0810956-94.2022.4.05.0000	24/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em pauta para 30/5/2023		
0005820-81.2022.4.05.8300	17/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em pauta para 13/6/2023		
0009786-95.2007.4.05.8100	28/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Encaminhar para Gabinete de Conciliação do TRF5		

0813376-72.2022.4.05.0000	18/11/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0800454-10.2022.4.05.8500	19/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0813099-06.2022.4.05.8100	23/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0821204-85.2021.4.05.8300	2/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0805123-45.2022.4.05.8100	5/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgados em 9/5/2023		
0805084-46.2021.4.05.8500	28/9/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Em pauta para 16/5/2023		
0803958-51.2022.4.05.8200	11/10/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em pauta 23/5/2023		
0800444-75.2022.4.05.8302	9/12/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautado para sessão de 23/5/2023		
0801806-39.2022.4.05.8100	20/12/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em pauta para 6/6/2023		
0811114-52.2022.4.05.0000	27/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em pauta para 30/5/2023		
0800213-67.2021.4.05.8501	13/10/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Em pauta para 13/6/2023		
0811333-65.2022.4.05.0000	30/9/2022	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em pauta para 6/6/2023		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 25 processos selecionados, todos são eletrônicos.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida presencialmente na unidade inspecionada no dia 14/6/2023 às 10h, pelo Desembargador Leonardo Augusto Nunes Coutinho e pelos servidores Marta e Martin.

O Gabinete foi criado em setembro/2022 com 6 assessores que já trabalhavam com o Desembargador na Vara de Juizado Especial Federal de origem. O Desembargador relatou que não teve dificuldade em adaptar a equipe às tarefas de segundo grau tendo em vista as sucessivas convocações dos últimos anos. O treinamento da equipe ocorreu rapidamente.

Cada assessor é responsável por minutar processos de determinados assuntos. A equipe tem como rotina pautar todos processos que chegam conclusos no gabinete, para procederem à produção da minuta posteriormente. Foi dado como exemplo que os processos pautados em 15/6/2023 serão julgados em 11/7/2023, o que restringe a interposição de agravos internos quanto às decisões monocráticas proferidas assim que o recurso chega ao Gabinete.

São realizadas sessões de julgamento semanais na modalidade virtual, e quinzenalmente as presenciais.

Plano de gestão apresentado:

- dividem os assuntos e atribui a cada servidor;
- realizam reuniões semanais individuais com o Desembargador;
- cada setor temático analisa as liminares e embargos declaratórios dos processos respectivos;
- embargos de declaração são priorizados em pautas temáticas.

A chefe de gabinete esclareceu que os 10 processos que constaram parados há mais de 90 dias, bem como os 2 parados há mais de 120 dias, foram todos julgados na última pauta.

Quanto aos embargos declaratórios constantes do relatório os mesmos ficam na secretaria em prazo automático para contrarrazões. Esses embargos são julgados tão logo é feita a conclusão.

Tem ocorrido treinamento dos servidores por iniciativa do TRF5, inclusive para matérias penais.

São pautados, em média, 55 a 60 processos semanalmente.

A partir de 1º/4/2023 o Gabinete passou a receber a distribuição de forma igualitária com todos gabinetes novos e antigos. Isso porque não houve redistribuição de processos antigos para os gabinetes novos quando da criação dos novos gabinetes e a distribuição foi inteiramente direcionada aos novos gabinetes até 31/3/2023.

Em 31/5/2023 estava zerada a lista de liminares pendentes de análise.

O Desembargador esclareceu que o regime de trabalho de todos servidores são híbridos, exceto os 3 novos servidores que foram empossados recentemente que possuem impedimento para teletrabalho.

11. OBSERVAÇÕES

Prejudicada comparação com a inspeção anterior, tendo em vista tratar-se de unidade criada em setembro/2022.

O gabinete está entre os mais produtivos em comparação aos demais, com tempo médio de tramitação de 2 meses. Trata-se de indicador que merece destaque e elogio.

12. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- Manter a sistemática de trabalho atual, aprimorando-o continuamente de acordo com a evolução das necessidades.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

DIRETORIA JUDICIÁRIA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Diretoria Judiciária

1.2 Competência

Coordena, supervisiona e fiscaliza a execução dos serviços administrativos judiciários das unidades subordinadas, no que tange à regularidade dos atos processuais e ao cumprimento das normas e diretrizes da administração superior. Coordena atividades cartorárias e de apoio administrativo às sessões dos órgãos julgadores. Promove uniformização de procedimentos das Divisões das Turmas, Diretoria do Plenário, Divisões das Seções, Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários e Diretoria de Informações e Distribuição. Promove aperfeiçoamento dos sistemas informatizados utilizados pela Diretoria. Propõe objetivos e metas da Diretoria do Tribunal para os anos subsequentes, zelando pelo cumprimento das metas estabelecidas. Cumpre despachos em processos judiciais direcionados à Diretoria bem como presta informações determinadas pelos juízes. Coordena levantamento de dados administrativos para confecção das estatísticas e indicadores de desempenho, inclusive os encaminhados semestralmente ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Justiça Federal.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Valfrido Batista Santiago Júnior - Diretor Judiciário

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	12
---------------------	----

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

A unidade mantém um controle satisfatório de materiais bem como uma equitativa distribuição de atividades dentro dos processos de trabalho.

3.2 Quais as unidades vinculadas à Secretaria Judiciária?

Diretoria de Informações e Distribuição; Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários; Diretoria do Plenário; Divisões de Processamento das Causas de Competência das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Turmas.

3.3 Boas práticas e inovações

A unidade está desenvolvendo, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação, ferramentas tecnológicas para possibilitar atendimento mais rápido e eficaz ao jurisdicionado, mediante utilização de Inteligência Artificial.

3.4 Dificuldades

O quantitativo reduzido de servidores.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor Valfrido e pela Diretora-Geral Telma, às 10h do dia 13/3/2023, de forma presencial, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

Inicialmente, esclareceu a Diretora-Geral que a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas possuem cada uma Divisão de Processamento com a seguinte estrutura: Núcleo de Processamento de Feitos, Seção de Análise de Petição e Controle de Prazo, Seção de Processamento de Decisões e Medidas urgentes de Feitos da Turma, Seção de Apoio Administrativo e Setor de Processamento de Baixas Definitivas e de Diligências de Feitos da Turma. A 5ª, 6ª e 7ª Turmas possuem cada uma também uma Divisão de Processamento com estrutura reduzida e diferenciada, em razão da menor quantidade de processos: Núcleo de Processamento de Feitos, Seção de Análise de Petição e Controle de Prazo, e Seção de Elaboração de Atas e Pautas.

A Diretora esclareceu que quando houver a equalização dos processos entre os gabinetes, as estruturas de todas as secretarias de Turmas serão iguais. O Tribunal irá reformular a estrutura das divisões de processamento adequando às novas realidades quando surgirem.

Na oportunidade, o Diretor Valfrido esclareceu que o TRF5 adotada como sistema de processamento dos feitos judiciais no 1º e 2º graus o PJe1x (nativo). O PJe 2x (Nacional) está sendo utilizado somente no âmbito dos Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais e no “Justiça 4.0” que possuem menor quantidade de processos em relação às varas comuns e Tribunal, como piloto para implantação em todo o TRF5. Destacou que o TRF5 não fez migração dos processos que tramitam no antigo sistema Creta nos juizados especiais, sendo que tais processos são tramitados e finalizados no próprio Creta. Os processos novos são distribuídos no PJe Nacional.

Quanto ao aspecto tecnológico há percepção pelo Tribunal que a arquitetura do PJe Nacional (chamado PJe 2x no TRF5) é melhor do que o PJe nativo. O PJe nativo (PJe 1x) possui mais automação principalmente quanto às ferramentas de julgamento

colegiado, sendo tecnicamente inviável a migração deste para o PJe Nacional enquanto não incorporado na versão nacional estas funcionalidades, que estão sendo executadas pelo Conselho Nacional de Justiça, em fase de homologação de versão nova.

O diretor informou que a 1ª sessão de julgamento da Turma Recursal em que será testada a versão do PJe Nacional ocorrerá na próxima semana. Quando as funcionalidades do julgamento colegiado estiverem operando com as mesmas facilidades do PJe nativo será divulgado um cronograma de implantação definitivo para todos os procedimentos/classes processuais.

Sobre a definição das tarefas de cada servidor na unidade, considerando que a atividade da diretoria tem perfil técnico de interação de atividades de informática e secretaria judiciária, todos trabalham nos projetos de melhoramento e expansão dos sistemas utilizados.

Há dificuldade de implantar no sistema atual as frequentes mudanças de assuntos e tipos de documentos novos frequentemente estabelecidos e alterados pelo CNJ. A solução utilizada para contornar a referida dificuldade é a criação de “robôs” eletrônicos no PJe nativo para adaptar as novas determinações. Tais robôs eletrônicos são desenvolvidos pelos residentes de T.I. atuantes no setor próprio do tribunal.

Cada Seção Judiciária hospeda em seus equipamentos o PJe de sua área de atuação, sendo todas com as mesmas versões. Quando da implantação do PJe Nacional para todas as classes e procedimentos da 1ª e 2ª Instâncias a hospedagem se dará inteiramente no tribunal.

Foi apresentado o Sistema Júlia que substituiu o antigo sistema de consulta de jurisprudência e serve como ferramenta alternativa e eficiente para triagem de processos. O Sistema Júlia identifica todos os acórdãos produzidos por todos os desembargadores e as sentenças e decisões produzidas pelos juízes federais vinculados ao TRF5, bem como pesquisa o teor das petições produzidas pelos advogados. Tal funcionalidade facilita o agrupamento de processos para triagem adotando-se os parâmetros que melhor se adequar à realidade do gabinete.

O Diretor da unidade informou que há frequentes investimentos para aprimorar o Sistema Júlia.

A Assessora de Gabinete Nicole demonstrou a funcionalidade do referido programa e ressaltou a grande vantagem do Sistema Júlia de ter conexão com o processo encontrado na busca, sendo fácil acessá-lo para avaliar os detalhes do paradigma a ser escolhido.

6. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Manter a boa prática dos frequentes investimentos no aprimoramento do Sistema Júlia, que tem se mostrado como importante ferramenta de aumento de produtividade;

b) Estabelecer um cronograma de implantação do PJe Nacional, contemplando a suas diversas fases;

c) Manter a boa prática de existência de seção própria para Análise de Prevenção de Feitos em Segredo de Justiça destacada dentro do Núcleo de Apoio Administrativo, que pode servir de modelo para os demais tribunais.

DIRETORIA DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS, ESPECIAIS E ORDINÁRIOS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários - DREEO

1.2 Competência

Dar cumprimento às decisões proferidas pela Vice-Presidência do TRF5 em recursos extraordinários, especiais e ordinários e de seus eventuais incidentes, realizando ações típicas de secretaria; auxiliar no gerenciamento dos processos sobrestados pela sistemática da Repercussão Geral/Recursos Repetitivos que estejam localizados na DREEO; receber as peças de julgamento oriundas dos tribunais superiores (STJ e STF) e encaminhá-las às Seções Judiciárias e comarcas ou anexá-las aos processos que se encontram na DREEO, realizando o devido encaminhamento; apoiar o intercâmbio de informações com a Assessoria da Vice-Presidência, em especial, quando da mudança da mesa diretora, no que tange à admissibilidade dos recursos, conformidade com os julgados dos tribunais superiores, decisões de sobrestamento, entre outros; coordenar e organizar as atividades administrativas e operacionais da unidade.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Sandra Régia C. Valença Bouwman - matrícula 677

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	27 (servidores efetivos) + 4 (servidores requisitados)
Estagiários	3 (estagiários nível superior) + 1 (tercerizado)

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	Intimação das decisões realizada no momento da assinatura - processos eletrônicos.
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	Processos eletrônicos sem pendência
Análise/triagem	Processos eletrônicos sem pendência
Extraviados/por restaurar	Processos eletrônicos sem pendência
Conclusão	Processos eletrônicos sem pendência

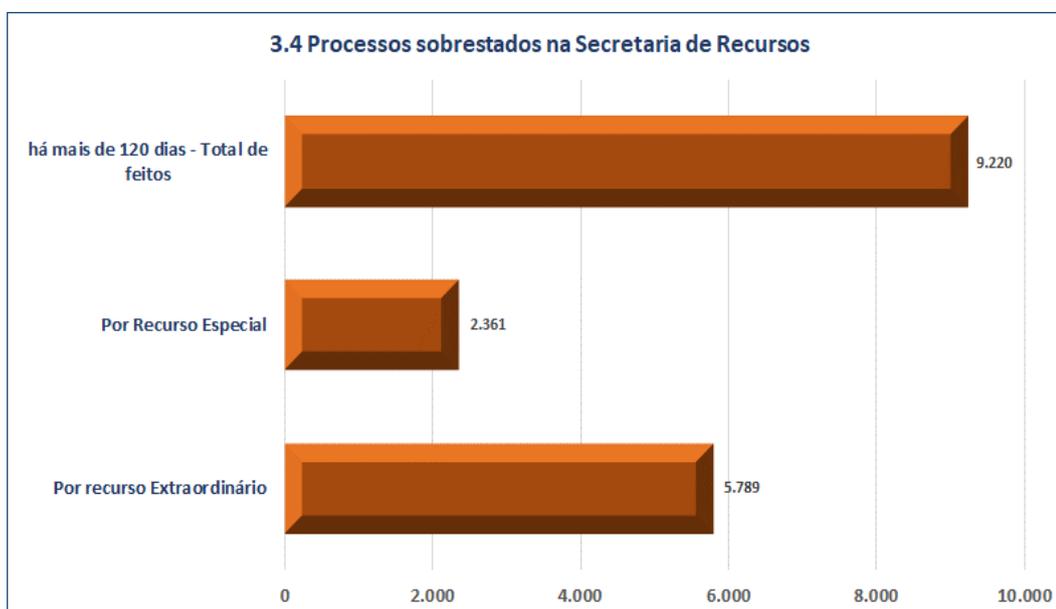
Em carga com prazo vencido	Não se aplica aos processos eletrônicos
----------------------------	---

3.2 Fluxo de publicação de decisões

Total de publicações	Intimações realizadas no momento da assinatura nos processos eletrônicos
----------------------	--

3.3 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

Há mais de 60 dias	Processos físicos finalizando procedimento de migração para o PJe
Há mais de 90 dias	Processos físicos finalizando procedimento de migração para o PJe
Há mais de 120 dias	Processos físicos finalizando procedimento de migração para o PJe



4. PLANO DE GESTÃO

4.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

A DREEO está vinculada a Diretoria Judiciária do TRF5. Atualmente é formada pelo Núcleo Permanente de Assessoramento (NPA), Núcleo Cível, Núcleo Penal, Setor de Atendimento e Apoio, Setor de baixa das decisões dos tribunais superiores e Setor de digitalização/envio/reenvio ao STJ/STF. O NPA, além de gerenciar os processos sobrestados, atua na admissibilidade inicial de recursos da DREEO, auxiliando às atividades de assessoria da Vice-Presidência; trata-se de um setor estratégico, em especial quando ocorre a mudança de Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria a

cada 2 anos. As atividades cartorárias estão distribuídas entre os servidores, de acordo com os Estados/Seções Judiciárias que compõem a 5ª Região.

4.2 Especificar se há controle de acervo, movimentações, metas, prioridades legais e de processos remetidos a outros setores/órgãos.

Além das marcações existentes no sistema PJe, utilizamos o sistema *Business Intelligence* - BI, sendo possível realizar o gerenciamento do acervo por diversos critérios.

4.3 Como ocorre o atendimento a partes e advogados?

Atualmente, além do atendimento presencial, a Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários atende pelos canais: telefones 81-34259016, 81-34259015, 81-34259044, 81-34259029 e 81-34259009; e-mail recursos@trf5.jus.br; e balcão virtual: <https://us02web.zoom.us/j/81728172611?pwd=eTVjREJnOCtpVHI5UVBwZEVReWluQT09>

4.4 Como se dá a priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa?

Não se aplica para SREEO. As questões relacionadas aos julgamentos colegiados são tratadas nas Turmas e Pleno.

4.5 Como é realizado o controle periódico de processos sem movimentação?

Através dos relatórios do sistema *Business Intelligence* - BI é possível identificar quais processos se encontram paralisados nas tarefas e assim dar-lhes o devido andamento.

4.6 Como é feito o controle de prazo para julgamento de feitos?

Em relação aos despachos/decisões proferidos nos processos da DREEO, os prazos são controlados por tarefas específicas do sistema PJe.

4.7 Como ocorre a dinâmica dos atos relativos às sessões (inclusão de processo em pauta, remessa de autos ao Gabinete e à sessão etc.)?

Não se aplica para SREEO. As questões relacionadas aos julgamentos colegiados são tratadas nas Turmas e Pleno.

4.8 Boas práticas e inovações

- Desenvolvimento de automação (em fase de teste) para a atividade de juntada de peças de julgamento do STJ. - Há previsão para criação de outras automações que irão auxiliar na juntada de peças do STF e reenvio dos processos aos Tribunais Superiores. - Melhoria no conhecimento e utilização dos sistemas BI - *Business Intelligence* e TEAMS; ferramentas importantes para o gerenciamento, organização e comunicação da unidade. - Reavaliação de procedimentos da secretaria: criação e envio de link para acesso aos processos; elaboração, conferência, assinatura e envio

de carta de ordem pelo sistema SEI; inclusão de modelos de certidões, expedientes no sistema PJe.

4.9 Dificuldades

- Aumento das atividades (com a criação de novas turmas e gabinete) x quadro reduzido de servidores (secretaria e assessoria NPA).
- Dificuldade para integração entre os sistemas do STJ/STF com TRF5 para envio/reenvio e recebimento de processos.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, conforme registros no sistema SEI.

6. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0002597-48.2014.4.05.9999	23/7/2014	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Expediente (código de rastreabilidade:405202311565442) enviado à 2ª Vara Cível e Criminal de Propriá/SE solicitando informações.		
0002090-53.2015.4.05.9999	22/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Fase atualizada no sistema processo físico - ESPARTA		
0005562-21.2010.4.05.8000	12/1/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em tramitação no STJ sob o número REsp n. 1718352 / AL. Solicitamos a atualização no sistema processo físico ESPARTA.		
0809937-58.2017.4.05.8300	25/10/2017	1728 – Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 592616 (Tema 118)		
0801719-46.2014.4.05.8300	29/8/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0802105-31.2013.4.05.8100	30/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0802117-45.2013.4.05.8100	8/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0802841-49.2013.4.05.8100	29/4/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0801926-97.2013.4.05.8100	30/11/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0800045-33.2014.4.05.8300	2/12/2014	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 592616 (Tema 118)		
0802817-03.2013.4.05.8300	30/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0802134-81.2013.4.05.8100	9/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0802126-07.2013.4.05.8100	22/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0801919-08.2013.4.05.8100	11/7/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0801600-67.2014.4.05.8500	9/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 599658 (Tema 630)		
0802155-48.2013.4.05.8200	13/3/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 592616 (Tema 118)		
0803412-20.2013.4.05.8100	14/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 10/5/2023		
0802839-61.2013.4.05.8300	16/12/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0802704-67.2013.4.05.8100	6/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0800190-10.2014.4.05.8100	22/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0800821-04.2012.4.05.8300	1/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0802818-85.2013.4.05.8300	12/11/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 639856 (Tema 616)		
0802228-56.2014.4.05.8500	26/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 609517 (Tema 936)		
0803525-44.2013.4.05.8400	18/8/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 566471 (Tema 06)		
0801198-60.2016.4.05.8000	25/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 592616 (Tema 118)		
0800131-20.2013.4.05.8500	6/9/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/5/2023		
0805066-53.2015.4.05.8300	10/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 592616 (Tema 118)		
0000947-30.2002.4.05.8400	26/10/2004	241 – Petição Cível

Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 736090 (Tema 863)		
0007207-79.2009.4.05.8400	22/6/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 699535 (Tema 632)		
0025704-63.2003.4.05.8300	10/1/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/5/2023		
0012015-73.2008.4.05.8300	3/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico finalizando procedimento de migração PJe (aguardando publicação edital) - sobrestado pelo RE 592616 (Tema 118)		
0002022-24.2008.4.05.8100	8/10/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico finalizando procedimento de migração PJe (aguardando publicação edital) - sobrestado pelo RE 592616 (Tema 118)		
0018686-15.2008.4.05.8300	22/9/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico finalizando procedimento de migração PJe (aguardando publicação edital) - sobrestado pelo RE 630852 (Tema 381)		
0011932-12.2007.4.05.8100	15/6/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 566471 (Tema 06)		
0019428-16.2003.4.05.8300	21/5/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico finalizando procedimento de migração PJe (aguardando publicação edital) - sobrestado pelo RE 660968 (Tema 441)		
0003392-65.2004.4.05.8201	11/10/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 566471 (Tema 06)		
0023617-03.2004.4.05.8300	20/11/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 10/5/2023		
0002050-87.2002.4.05.8201	10/8/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 566471 (Tema 06)		
0005656-31.2004.4.05.8500	15/9/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 566471 (Tema 06)		
0009298-78.2000.4.05.8200	2/6/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em tramitação no STJ sob o número AREsp n. 259361/PB. Solicitamos atualização no sistema processo físico ESPARTA.		
0053864-45.1998.4.05.0000	21/12/1998	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado pelo RE 626307 (Tema 264)		

7. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 41 processos selecionados, todos eram eletrônicos.

Em relação aos feitos inspecionados, recomenda-se verificar junto ao juízo de primeiro grau o andamento da digitalização integral dos autos físicos (diligência determinada em 25/6/2020), relativamente ao seguinte processo:

0806044-25.2018.4.05.8300

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Elise Avesque Frota, pela Diretora Sandra Régia Cordeiro Valença Bouwman e pelas servidoras Maria Clara, Gabriela e Luana.

As atividades desenvolvidas pela unidade consistem, principalmente, no cumprimento das decisões proferidas pela Vice-Presidência nos feitos em fase de recurso para os Tribunais Superiores; no encaminhamento dos feitos que retornam desses Tribunais, com a juntada, inclusive, das peças do julgamento perante o STJ/STF; e no auxílio ao gerenciamento dos processos sobrestados pela sistemática dos recursos repetitivos.

A unidade é vinculada à Diretoria Judiciária, conta com quadro próprio de servidores e está organizada em 6 setores (Núcleo Permanente de Assessoramento – NPA, Núcleo Cível, Núcleo Penal, Setor de Atendimento e Apoio, Setor de Baixa das Decisões dos Tribunais Superiores e Setor de Digitalização/envio/reenvio ao STJ/STF).

Dentre esses setores, destaca-se o Núcleo Permanente de Assessoramento – NPA, o qual é subdividido nas seguintes seções: Seção de Admissibilidade de Processos de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas; Seção de Admissibilidade de Processos do Ceará, Paraíba e Sergipe; e Seção de Análise e de Processamento de Feitos Sobrestados.

Em regra, a equipe de trabalho do NPA não é modificada a cada mudança de gestão do Tribunal. Sua existência visa a dar continuidade ao trabalho realizado pela unidade, independentemente de alterações na equipe de trabalho do gabinete da Vice-Presidência, tratando-se, portanto, de setor estratégico na estrutura da unidade.

A unidade vinha realizando mutirões aos sábados para digitalização de processos físicos, ao menos até a inspeção anterior (2021).

Atualmente, outrossim, os mutirões são realizados com as assessorias dos gabinetes, visando ao compartilhamento de informações quanto à aplicação de temas de repercussão geral e de recursos especiais repetitivos.

A unidade informou que conta com, aproximadamente, 100 processos físicos ainda em tramitação.

No que diz respeito aos reflexos decorrentes da recente ampliação do Tribunal, a unidade destacou a maior celeridade dos julgamentos, o que acarretou em maior volume de feitos em fase de recurso para os Tribunais Superiores. O aumento da demanda não veio acompanhado de alteração no número de servidores. Nada obstante, pela amostragem de processos selecionados para inspeção, observa-se que essa demanda tem sido absorvida com êxito pela unidade, uma vez que não se verificaram atrasos no processamento dos feitos.

A unidade também destacou o crescimento do número de matérias afetadas à sistemática dos recursos repetitivos, com ordem de suspensão nacional, implicando em maior número de feitos sobrestados (atualmente, em torno de 10.000).

O controle do sobrestamento dos feitos é realizado com auxílio de notas técnicas divulgadas pela rede de inteligência do NUGEP – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

A unidade apontou a ausência de interoperabilidade entre o PJe e os sistemas processuais dos Tribunais Superiores para o envio e recebimento de processos. Trata-se de aspecto com relevantes reflexos nas rotinas de trabalho, pois exige a juntada, no PJe, das peças do julgamento perante esses Tribunais, antes do encaminhamento ao primeiro grau. Essa tarefa é realizada a cada processo e, nos feitos oriundos do STJ, vinha sendo realizada manualmente. Há cerca de 1 mês, passou a ser automatizada, com o auxílio de um “robô”. Trata-se de inovação que merece destaque pela equipe da Corregedoria, pois dá maior celeridade ao procedimento de baixa, contornando a lacuna de interoperabilidade dos sistemas.

Outras boas práticas da unidade, que igualmente merecem destaque, incluem a padronização de procedimentos, mediante inclusão, no PJe, de modelos de certidões e expedientes; a utilização de ferramentas do Microsoft Teams no gerenciamento, organização e comunicação interna; a utilização do sistema SEI para elaboração, conferência, assinatura e envio de cartas de ordem; a reavaliação periódica dos procedimentos de secretaria; a criação e envio de link às Comarcas da Justiça Estadual, para acesso aos feitos.

9. RECOMENDAÇÕES

A unidade executa suas atribuições com presteza e excelência, não se fazendo necessário apontar recomendação específica além daquela indicada no item 7.

Sugere-se a manutenção das boas práticas descritas no item 4.8, visando ao constante aprimoramento da unidade, especialmente:

- a) o funcionamento do Núcleo Permanente de Assessoramento – NPA;
- b) o compartilhamento de informações sobre aplicação de temas de recursos repetitivos;
- c) a automação de tarefas no processamento de feitos que retornam do STJ, ampliando-a para os feitos que retornam do STF; e
- d) a iniciativa de busca de outras inovações tecnológicas visando ao aumento da celeridade no processamento dos feitos.

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE AÇÕES COLETIVAS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

NUGEPNAC

1.2 Competência

I - assessorar a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC) do Tribunal Regional Federal da 5ª Região; II - manter no Portal do Tribunal na internet dados atualizados de seus integrantes, tais como nome, telefone e endereço eletrônico, com a principal finalidade de permitir a integração entre os tribunais do país e a interlocução com o Conselho Nacional de Justiça, bem como enviar esses dados ao Supremo Tribunal Federal e ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do Conselho Nacional de Justiça sempre que houver alteração em sua composição; III - acompanhar os processos com recursos submetidos à sistemática de repercussão geral e de recursos especiais repetitivos, bem como aqueles submetidos ao rito dos incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em todas as suas fases, para fins de cadastro no PJe e divulgação aos setores interessados na Justiça Federal da 5ª Região; IV - gerenciar e unificar os procedimentos administrativos decorrentes da aplicação das teses firmadas pelos Tribunais Superiores em precedentes qualificados; V - minutar notas técnicas da Governança do Dessobrestamento e de Gestão de Precedentes Qualificados e submetê-las à aprovação da Presidência ou pela Vice-Presidência, conforme art. 17, inciso XVI, alínea g, do Regimento Interno do TRF5; VI - elaborar e divulgar, mensalmente, o Boletim de Demandas Repetitivas; VII - auxiliar na gestão do acervo de recursos excepcionais sobrestados no TRF5; VIII - consolidar dados estatísticos e gerenciais relacionados aos recursos excepcionais sobrestados no TRF5; IX - manter atualizadas, no Portal do TRF5, as informações sobre os processos com recursos excepcionais sobrestados no âmbito dessa Corte Regional; X - Identificar, com o uso de ferramentas de jurimetria, matérias com potencial de repetitividade, a fim de prestar tais informações, quando convenientes ou solicitadas, à Presidência ou Vice-Presidência dessa Corte Regional, fomentando, quando for o caso, a instauração de incidentes de resolução de demandas repetitivas, além de incentivar o envio de representativos de controvérsia às Cortes Superiores ou subsidiar o trabalho de afetação de recursos ao rito dos repetitivos pelo STJ ou de análise de repercussão geral pelo STF; XI - notificar os Gabinetes e as Turmas Recursais que integram a 5ª Região a respeito de matérias com potencial efeito multiplicador; XII - acompanhar a tramitação dos recursos admitidos ou selecionados pelo TRF5 como representativos da controvérsia, para fins de cadastro no PJe e divulgação aos setores interessados na Justiça Federal da 5ª Região; XIII - participar de eventos ou projetos relativos à apresentação ou ao compartilhamento de boas práticas e que sejam organizados ou promovidos pelos NUGEPs do STF ou do STJ; XIV - auxiliar a Diretoria de Tecnologia da Informação na alimentação do Banco Nacional de Precedentes (BNP), observando as respectivas orientações vigentes do CNJ; XV - realizar estudos e levantamento de dados que subsidiem as políticas

administrativas, judiciais e de formação relacionadas às ações coletivas e aos métodos de solução consensual de conflitos coletivos, nos termos do art. 4º da Resolução CNJ 339/2020; XVI - informar ao Conselho Nacional de Justiça os dados e informações solicitadas, no âmbito do TRF5, acerca da sistemática dos precedentes qualificados e das ações coletivas; XVII - atualizar o Cadastro Nacional de Ações Coletivas do Conselho Nacional de Justiça, nos termos dos arts. 4º e 6º da Resolução CNJ 339/2020.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Danielle Gomes Albuquerque de Aguiar - técnico judiciário

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	Alena Pessoa Cantarelli, Catherine Marie Louise Tuboly Péricard, Simone Carvalho de Albuquerque Barros e Roberto Rodrigues
---------------------	--

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

sim.

3.2 Como é feito o cadastro dos julgados?

É feita uma triagem diária dos precedentes qualificados julgados, afetados, publicados ou com trânsito em julgado, bem assim dos representativos da controvérsia enviados pelo TRF5, os quais são cadastrados no PJe e formalmente divulgados através dos boletins de demandas repetitivas, publicados mensalmente, mensagens enviadas em grupos de whatsapp e também por e-mail.

3.3 Como ocorre a atualização da jurisprudência?

Através do sistema de inteligência artificial JULIA.

3.4 Como se dá o acompanhamento e o gerenciamento da tramitação dos representativos de controvérsia encaminhados aos tribunais superiores?

Quando da triagem dos recursos recebidos pela Diretoria de Recursos para admissibilidade, são selecionados os recursos com matéria semelhantes, os quais são lançados no robô que identifica os demais processos com a mesma temática, de acordo com o inteiro teor do julgado. Admitido o representativo da controvérsia pela Vice-Presidente, é elaborada uma decisão e enviado ao Tribunal Superior. E-mails são enviados para o NUGEP do STJ/STF comunicando o envio do RRC. Os processos são cadastrados no push e realizada uma checagem semanal no site do STF e STJ.

3.5 Qual o procedimento adotado em relação às repercussões gerais, aos Incidentes de Assunção de Competências - IAC e Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR?

Infelizmente, o TRF5 não adota a cultura de admissão de IRDR e de julgamento por IAC. Em relação às repercussões gerais, quando um tema é afetado, os processos são sobrestados até que seja firmada a tese, nesse momento é publicada a nota técnica da governança do dessobrestamento que orienta todo o TRF5 a respeito do julgamento do precedente qualificado, indicando modelos de despachos e decisões a serem adotados e o momento do levantamento do dessobrestamento.

3.6 Há integração deste Núcleo com o NUGEP dos demais TRFs e dos tribunais superiores?

Sim, tem se buscado um diálogo constante com os demais NUGEPS por meio da participação da Diretora do NUGEPNAC nas sextas inteligentes, dos grupos de whatsapp, tendo sido inclusive realizada visita técnica, com duração de uma semana, pela referida Diretora e pela Assessora Especial da Presidência, à Secretaria Geral de Precedentes do STJ e do STF, no ano de 2022.

3.7 Como ocorre o auxílio aos órgãos julgadores na gestão dos processos sobrestados?

Diariamente, são enviados os precedentes qualificados a todos os gabinetes dos Tribunais, tendo sido, inclusive, desenvolvido site do NUGEPNAC do TRF com a indicação dos temas e grupos de representativos e dos processos sobrestados.

3.8 Boas práticas e inovações

Uma das primeiras medidas foi a realização de reunião por videoconferência (relembrando que 2021 ainda trabalhávamos em regime especial, em face do distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19) com membros da Secretaria de Precedentes do STF e NUGEPNAC do STJ, de modo a criar canais que facilitassem o entendimento e a comunicação. Da diretriz de integração regional, resultou a criação das Redes de Inovação e de Inteligência, sendo que esta última, que é composta por um magistrado representante de cada Seção Judiciária, além de outros membros, tem atividade intrinsecamente relacionada com a gestão de precedentes, tanto que passou a ser integrada pela Diretora do NUGEPNAC. Grande parte das controvérsias enviadas eram inadmitidas, em sua maioria, em decorrência de vício de ausência de prequestionamento ou devido à reduzida quantidade de demandas repetitivas indicadas. Constatadas tais deficiências, o NUGEPNAC passou a analisar com maior acurácia os recursos selecionados como representativos da controvérsia e a fornecer mais dados a respeito do quantitativo de processos envolvendo a temática sugerida. Paralelamente, iniciou-se um maior diálogo com os NUGEPs do STF e STJ, com vistas à maior admissão dos grupos enviados, o que tem se mostrado bastante positivo. O TRF5, em parceria com o Laboratório de Inovação da Seção Judiciária de Sergipe, formalizou parceria com a Universidade Federal da Campina Grande (UFCG) com o objetivo de desenvolver ferramenta de inteligência artificial destinada a

classificar e agrupar automaticamente os processos de acordo com as matérias abordadas nos respectivos recursos, identificar processos com recursos cujas matérias já tenham sido enfrentadas e decididas pelos tribunais superiores de maneira vinculante e/ou ajudar na identificação de processos com recursos que tratam de matérias repetitivas e potencialmente qualificáveis como representativos de controvérsia. Adoção das notas técnicas de dessobrestamento para orientar a análise e elaboração das minutas de dessobrestamento, quando julgado o paradigma, contendo, inclusive, os respectivos modelos de despachos e decisões a serem usados, servindo, ainda, para nortear as decisões em processos conclusos para admissibilidade de recursos extraordinários e especiais. O Nugepnac também passou a minutar as notas técnicas de precedentes qualificados, assinados pela Presidência, para aqueles casos em que não existiam processos sobrestados por uma tese firmada pelos tribunais superiores em julgamentos qualificados, mas que necessitavam, diante da relevância do assunto, de maiores orientações na análise da admissibilidade/conformidade de recursos especiais e extraordinários. Foi criado, no início da gestão, em aplicativo de mensagens, grupo de discussão com as turmas recursais da 5ª Região para divulgação das práticas adotadas pelo TRF5 no que se refere à gestão de precedentes e do acervo de processos sobrestados. Também foi realizada pesquisa junto às turmas recursais acerca dos procedimentos por elas utilizados. Posteriormente, foi realizada, em 8/3/2023, reunião com os membros das turmas recursais de toda a Justiça Federal da 5ª Região, diretoria do NUGEPNAC e juízes auxiliares e assessores da Presidência. Outra medida foi a reformulação e modernização do sítio do NUGEPNAC na página do TRF5. Nele, é possível a qualquer usuário da internet o acesso aos boletins mensais de demandas repetitivas, às notas técnicas da governança do dessobrestamento e de gestão de precedentes qualificados, aos precedentes qualificados firmados na Corte (IRDR e IAC), aos grupos de representativos enviados para afetação, bem assim aos temas e controvérsias do STF e STJ. Pode-se, também, enviar sugestões de temas para afetação, seja por grupo de representativo.

3.9 Dificuldades

Necessidade de notificação ao NUGEP do CNJ a respeito da existência de processos com possibilidade de gestão perante as empresas públicas e privadas, bem como agências reguladoras de serviços públicos (art. 7º, X, da Resolução CNJ n. 235/2016) e de implementação de sistemas e protocolos voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional nas ações coletivas, bem assim de cadastros próprios de processos coletivos, a serem disponibilizados em portais na internet, com informações atualizadas e de interesse público (art. 4º, III e 8º, da Resolução CNJ n. 235/2016). Destaca-se, também, a necessidade da integração do NUGEPNAC com a Comissão Gestora de Precedentes (COGEPAC), a fim de que, junto com a Rede de Inteligência, dentre outras medidas, seja possível aprimorar a admissão dos IRDRs no TRF5 e o envio de sugestões de representativos da controvérsia que auxiliem na formação de precedentes nas cortes superiores, consolidando, portanto, uma cultura de precedentes com vistas à previsibilidade dos julgamentos.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Danielle Gomes Albuquerque de Aguiar, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor:

Informou-se que há cinco servidores lotados no Núcleo e afirmou-se que há necessidade de incremento da estrutura atual, notadamente para auxílio na confecção das Notas Técnicas da Governança do Dessobrestamento, bem assim para auxiliar na análise dos recursos para envio como representativos de controvérsias para os Tribunais Superiores.

Relatou-se que o NUGEPNAC produz informação diária acerca dos precedentes qualificados julgados, afetados, publicados ou com trânsito em julgado, bem assim da situação dos representativos de controvérsias enviados pelo TRF5, tendo sido, inclusive, desenvolvido um sítio eletrônico com a indicação dos temas e grupos de representativos e dos processos sobrestados. Foi informado também que o NUGEPNAC elabora as Notas Técnicas de Governança do Sobrestamento, que têm o papel de orientar os magistrados da 5ª Região no momento de retirar a suspensão dos processos e aplicar as teses estabelecidas pelas Cortes Superiores, contendo ainda modelos para despachos e decisões a serem utilizados pela equipe responsável pelo exame de admissibilidade de recursos excepcionais no Tribunal. O Núcleo também elabora as notas técnicas de gestão de precedentes, as quais objetivam, a partir do estudo das teses firmadas pelos Tribunais Superiores em julgamentos qualificados, estabelecer a orientação a ser seguida na análise da admissibilidade/conformidade de recursos especiais e extraordinários, também com modelos de despachos e decisões.

Sobre boas práticas e/ou inovações relevantes no trabalho do Núcleo, narrou-se que uma das primeiras medidas foi a realização de reuniões por videoconferência com membros da Secretaria de Precedentes do STF e NUGEPNAC do STJ, de modo a criar canais que facilitem o entendimento e a comunicação. Informou-se que da diretriz de integração regional resultou na criação das Redes de Inovação e de Inteligência, sendo que esta última, que é composta por um magistrado representante de cada Seção Judiciária, além de outros membros, tem atividade relacionada com a gestão de precedentes, tanto que passou a ser integrada pela Diretora do NUGEPNAC. Foi informado que grande parte das controvérsias enviadas era inadmitida em decorrência de vício de ausência de prequestionamento ou devido à reduzida quantidade de demandas repetitivas indicadas. Registrou-se que, constatadas tais deficiências, o NUGEPNAC passou a analisar com maior acurácia os recursos selecionados como

representativos da controvérsia e a fornecer mais dados a respeito do quantitativo de processos envolvendo a temática sugerida. Paralelamente, iniciou-se um maior diálogo com os NUGEPs do STF e do STJ, com vistas a uma maior admissão dos grupos enviados, o que tem se mostrado bastante positivo. Frisou-se que o TRF5, em parceria com o Laboratório de Inovação da Seção Judiciária de Sergipe, formalizou parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com o objetivo de desenvolver ferramenta de inteligência artificial destinada a classificar e agrupar automaticamente os processos de acordo com as matérias abordadas nos respectivos recursos, identificar processos com recursos cujas matérias já tenham sido enfrentadas e decididas pelos Tribunais Superiores de maneira vinculante e/ou ajudar na identificação de processos com recursos que tratam de matérias repetitivas e potencialmente qualificáveis como representativos de controvérsia. Salientou-se que o NUGEPNAC é responsável pela elaboração das notas técnicas de dessobrestamento, cujo escopo é orientar a análise e elaboração das minutas de dessobrestamento pela Vice-Presidência, quando julgado o paradigma, contendo, inclusive, os respectivos modelos de despachos e decisões a serem usados, servindo, ainda, para nortear futuras decisões em processos conclusos para admissibilidade de recursos extraordinários e especiais. Informou-se acerca da criação, em aplicativo de mensagens, de grupo de discussão com as Turmas Recursais da 5ª Região para divulgação das práticas adotadas pelo TRF5 no que se refere à gestão de precedentes e do acervo de processos sobrestados. A propósito, foi realizada pesquisa junto às Turmas Recursais acerca dos procedimentos por elas utilizados e, posteriormente, foi realizada reunião com os membros das Turmas Recursais de toda a Justiça Federal da 5ª Região, Diretoria do NUGEPNAC e juízes auxiliares e assessores da Presidência, visando à realização de ajustes nesses procedimentos. Outra medida foi a reformulação e modernização do sítio eletrônico do NUGEPNAC na página do TRF5, tendo sido destacado que nele é possível a qualquer usuário da *internet* o acesso aos boletins mensais de demandas repetitivas, às notas técnicas da governança do dessobrestamento e de gestão de precedentes qualificados, aos precedentes qualificados firmados na Corte (IRDR e IAC), aos grupos de representativos enviados para afetação, bem assim aos temas e controvérsias no âmbito do STF e STJ. Pode-se também enviar sugestões de temas para afetação. Relatou-se que o NUGEPNAC elaborou, juntamente com o Juiz Auxiliar da Presidência (biênio 2021-2023), a Nota Técnica da rede de inteligência a respeito do modelo de gestão de precedentes para o TRF5. Narrou-se que a Unidade participou da elaboração do Ato da Presidência n. 258/2023, que dispôs sobre as atribuições do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e renomeou os setores da Unidade.

Quanto a dificuldades e/ou pontos a serem aprimorados para a melhor realização dos trabalhos, apontou-se a necessidade de notificação ao NUGEP do CNJ a respeito da existência de processos com possibilidade de gestão perante as empresas públicas e privadas, bem como agências reguladoras de serviços públicos (art. 7º, X, da Resolução CNJ n. 235/2016) e de implementação de sistemas e protocolos voltados ao

aprimoramento da prestação jurisdicional nas ações coletivas, bem assim de cadastros próprios de processos coletivos, a serem disponibilizados em portais na internet, com informações atualizadas e de interesse público (arts. 4º, III, e 8º da Resolução CNJ n. 235/2016). Destacou-se também a necessidade da integração do NUGEPNAC à Comissão Gestora de Precedentes (COGEPAC), a fim de que, junto com a Rede de Inteligência, dentre outras medidas, seja possível aprimorar a admissão dos IRDRs no Tribunal e o envio de sugestões de representativos de controvérsias que auxiliem na formação de precedentes nas Cortes Superiores.

Relatou-se que o NUGEPNAC, além de participação ativa nas reuniões do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, da Rede de Inteligência da Justiça Federal da 5ª Região, participa semanalmente de reuniões dos NUGEPs/NUGEPNACs de todo o Judiciário Federal (“sextas inteligentes”). Nesse ponto, destacaram-se as visitas técnicas realizadas pela Diretora do NUGEPNAC e pela Assessora da Presidência às Secretarias de Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, que, a par de possibilitarem uma maior interlocução entre as Unidades, tornaram possível a aprendizagem do método de trabalho aplicado pelo STF na gestão de precedentes. Citou-se que foi realizado, em março de 2023, um curso de capacitação intitulado “Teoria e Prática dos Precedentes Judiciais no Brasil”, ministrado pelo Assessor-Chefe do NUGEPNAC daquela Corte. A capacitação teve como público-alvo os servidores do TRF5, prioritariamente da Diretoria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários (DREEO), das Assessorias Jurídicas e dos Gabinetes dos Desembargadores Federais, tendo contado com o total de 42 inscritos. Também foi realizado, em março de 2023, o Seminário de Precedentes Judiciais e Segurança Jurídica, evento que reuniu magistrados, magistradas, advogados da União, servidores e servidoras da Justiça Federal da 5ª Região.

Por fim, informou-se, em atendimento à recomendação feita na inspeção anterior, que, durante o período da presente inspeção, foi formalizado contato com a Secretaria da TNU, com o objetivo de replicar no site do NUGEPNAC, por meio de links, as informações de julgamentos oriundos daquele órgão, incluindo os processos com tese fixada.

6. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da Unidade:

- a) envidar esforços junto ao setor responsável do Tribunal com vistas à criação de funcionalidade no Sistema PJe que permita a identificação, no cadastro processual, de temas tratados nos processos, com viabilidade de atualização das informações referentes a sobrestamento ou dessobrestamento de processos, realização de julgamentos de recursos geradores de precedentes qualificados etc.; e
- b) manter o bom trabalho desenvolvido pelo Núcleo, digno de elogio.

DIRETORIA DO PLENÁRIO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Diretoria do Plenário

1.2 Competência

Dar apoio ao Pleno, às Seções (1ª, 2ª e 3ª), à Vice-Presidência e ao Gabinete de Conciliação; executar as tarefas de organização de pautas de julgamento e secretariar as Sessões de Julgamentos (Pleno e Seções); cumprir as decisões prolatadas nos processos de competência do Pleno/Seções, da Vice-Presidência e do Gabinete de Conciliação.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno

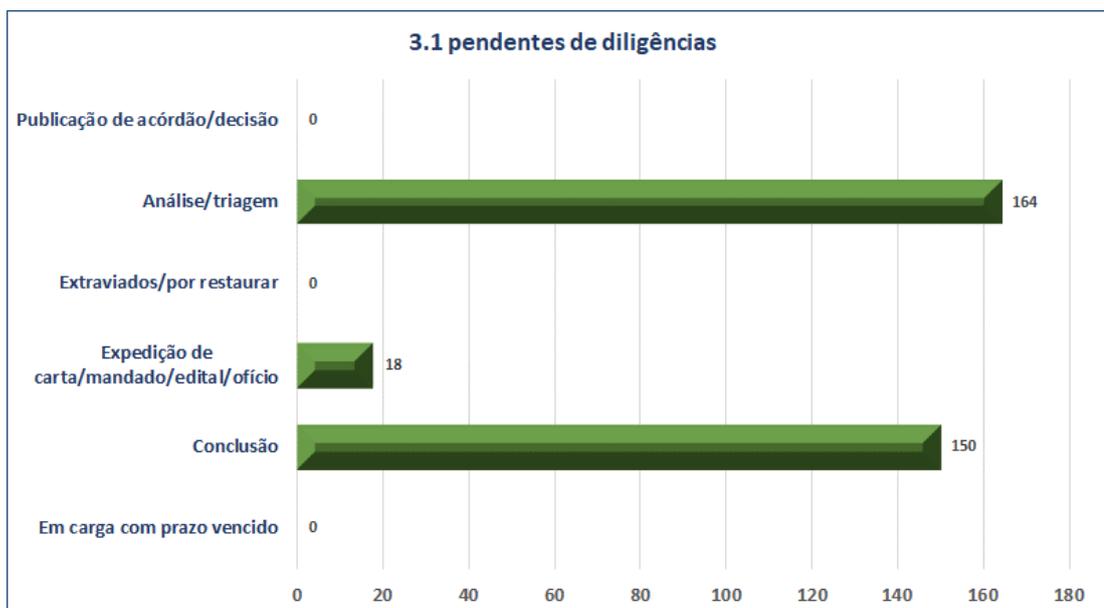
2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Lisiane Rodrigues Cavalcanti, Diretora da Diretoria do Plenário.

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	7 servidores que compartilham as atividades das 1ª, 2ª, 3ª Seções e Diretoria do Plenário
Servidores sem vínculo	Não há
Estagiários	Não há

3. DADOS ESTATÍSTICOS

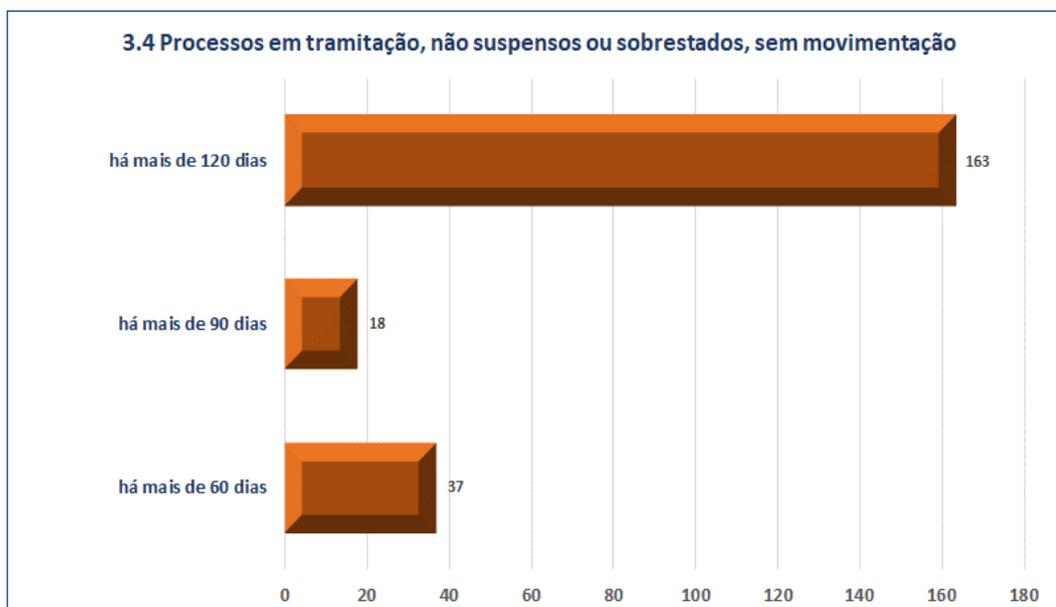


3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade

Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	2
Total	15
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	Nenhum

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	Não se aplica
Média de dias do julgamento à publicação	Não se aplica
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	Não se aplica
Pendentes de publicação	Não se aplica
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Não se aplica



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

As ausências de membros do colegiado em Sessões de julgamento do Pleno foram todas por motivos justificados.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

36 Sessões do Pleno realizadas nos últimos 12 meses.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Tendo em vista a recente reestruturação da Secretaria e criação de suas Seções, bem como a alteração e incorporação de atividades, o plano de gestão formal ainda não foi definido; foram estabelecidas previamente as diretrizes para execução das tarefas, que são atribuídas e acompanhadas por cada servidor.

4.2 Boas práticas e inovações

a) Estímulo ao trabalho em equipe, objetivando o conhecimento dos fluxos das atividades entre todos os servidores da secretaria, bem como a discussão e compartilhamento das decisões sobre os procedimentos adotados para a realização das tarefas com o grupo de trabalho; b) Utilização da ferramenta teams (Microsoft) para comunicação, organização, armazenamento e compartilhamento das informações entre os grupos.

4.3 Dificuldades

Com o aumento significativo das sessões de julgamento realizadas (virtuais e presenciais, que podem ser simultâneas) do Pleno e das três seções, como também a partir do incremento dos procedimentos a serem adotados antes, durante e depois das realizações das sessões de julgamento de cada uma dessas secretarias, o número de servidores é inferior ao número ideal para a estruturação das secretarias das seções.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Controla-se pela ferramenta disponível do sistema do PJe na tarefa: "CONTROLAR PRAZOS".

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

O controle é feito pelos gabinetes.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

Duas sessões mensais do Pleno (uma virtual e uma presencial).

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Quanto à organização das Sessões, começa a partir do preparo de um cronograma de inclusão em pauta que é distribuído para os gabinetes, com as datas do prazo de inclusão dos processos. Após esse procedimento, a secretaria é responsável pelo fechamento do expediente, efetivando as intimações das partes. Em caso de sessão presencial, para o dia da realização, são elaboradas as seguintes relações: a) pedidos de preferência (com e sem sustentação oral), organizada através da ordem dos pedidos requeridos por e-mail; b) relação com os processos em pauta, processos em mesa, organizados pela antiguidade dos relatores, acompanhado das planilhas de pedidos de vista, indicando os votos já proferidos e c) composição da sessão, pela ordem de antiguidade, com base nas informações dos afastamentos. Também é gerado link de acesso, via zoom, para encaminhamento para partes e advogados que solicitam o acompanhamento remoto da sessão. Todas essas informações serão encaminhadas via e-mail e Microsoft teams aos participantes, inclusive aos setores administrativos responsáveis pela organização da estrutura (Tecnologia da Informação, Comunicação, Áudio e Vídeo) e gabinetes. A Secretaria é responsável em acompanhar e assessorar a Presidência da Corte durante os julgamentos, bem como, após a sessão realizada, informar o resultado no sistema PJe.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, conforme consta no Plano de Trabalho deferido pela Diretoria-Geral nos autos do processo administrativo n. 0002145-96.2023.4.05.7000, de acordo com a Resolução n. 481/2022 do CNJ e a Resolução do Pleno TRF5 n. 1/2023.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento às partes e aos advogados é feito de forma: presencial, pelo balcão virtual através da plataforma Zoom, por telefone e por e-mail.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0805956-26.2016.4.05.0000	18/8/2016	206 – Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Arquivado na 1ª Instância na SJ/PE (PJe 0804142-08.2016.4.05.8300)		
0800152-26.2013.4.05.8102	19/7/2019	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Tramitando no Gabinete SREEO Vice-Presidência (Processo suspenso/sobrestado pela ADI 5090-DF)		
0800157-48.2013.4.05.8102	19/7/2019	206 - Agravo Regimental Cível
Observação/Providência: Tramitando no Gabinete SREEO Vice-Presidência (Processo suspenso pela ADI 5090-DF)		
0808490-35.2019.4.05.0000	4/7/2019	11955 – Cautelar Inominada Criminal
Observação/Providência: Ambiente de Inquérito. Tramitação direta MPF/DPF		
0800528-24.2020.4.05.0000	23/1/2020	272 – Representação Criminal/Notícia de Crime
Observação/Providência: - Ambiente de inquéritos. Tramitação direta MPF/DPF		
0100742-76.2008.4.05.0000	6/11/2008	156 – Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Aguardando desfecho no Cumprimento de Sentença 0090704-05.2008.4.05.0000.		
0005129-87.2012.4.05.0000	2/5/2012	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Deferido o pedido de sobrestamento dos autos formulado pela Parte.		
0003401-74.2013.4.05.0000	11/4/2013	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Fazer Ofício para DER/SE.		
0801381-72.2016.4.05.0000	3/3/2016	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Aguardando intimação do Executado.		
0806200-52.2016.4.05.0000	29/8/2016	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: Aguardando manifestação do Executado.		
0807576-73.2016.4.05.0000	18/10/2016	156 - Cumprimento de Sentença

Observação/Providência: Extrair cópia integral. Remeter ao Juízo de origem para execução (art. 311, parágrafo único do R.I.). Em seguida, arquivar.		
0800591-88.2016.4.05.0000	27/1/2016	12078 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública
Observação/Providência: Fazer Ofício para o Município de Itacuruba/PE.		
0001256-40.2016.4.05.0000	11/7/2016	46 – Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Aguardando o desfecho dos Embargos à Execução 0024807-35.2005.4.05.0000		
0800020-38.2019.4.05.8205	26/7/2019	421 – Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Concluso para julgamento		
0000002-27.2019.4.05.0000	11/1/2019	428 – Revisão Criminal
Observação/Providência: Tramitando no Gabinete SREEO Vice-Presidência.		
0807620-19.2021.4.05.0000	30/6/2021	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Arquivado em 5/5/2023		
0806886-05.2020.4.05.0000	15/6/2020	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Tramitando no Gabinete SREEO Vice-Presidência		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Todos os 17 processos selecionados são eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

a) Cumprimento de determinação

0003401-74.2013.4.05.0000

A Diretoria do Plenário administra a realização de 2 sessões por semana, sendo uma presencial e outra virtual, com a média de 7 a 8 por sessões por mês, tendo havido, entre junho/2022 e junho/2023, 36 ordinárias do pleno. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Diretoria e nos órgãos que integram a unidade e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Diretoria é baixo, pois, dos 17 processos inspecionados, apenas 1 se encontrava com atraso na tramitação.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Lisiane Rodrigues Cavalcanti, e pelo Diretor da Divisão das Seções, Jorge Cabral Chaves, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelos Setores, informando que, em razão do pequeno número de servidores, a solução encontrada foi a realização de um compartilhamento de estrutura física e de trabalho entre a Diretoria do Plenário e a Divisão das Sessões, de

forma que houvesse mútuo auxílio para cumprimento das tarefas atribuídas a ambos os setores.

Disseram que a tecnologia muito auxiliou, tanto no período de pandemia como no atual momento, e que as plataformas Zoom, Teams e WhatsApp ajudam na comunicação e são muito eficientes no trabalho de compartilhamento da estrutura entre as equipes dos dois setores.

Informaram que, mesmo com o compartilhamento da estrutura entre os setores, a atual equipe, composta por 7 servidores, está muito sobrecarregada, sendo de extrema necessidade o incremento da força de trabalho, pois as grandes operações criminais são uma constante e demandam muito esforço e trabalho da equipe, impactando negativamente no desenvolvimento das demais atividades.

Relataram, por escrito, sobre a dificuldade no procedimento de controle e acompanhamento de processos criminais remetidos em caráter de baixa por incompetência e tramitação direta entre o MPF e a DPF, a saber:

“Processos criminais TRF5: baixa de processos penais por incompetência entre Tribunal e Seções Judiciárias / Envio para Tramitação Direta (Res 63/2009).

BAIXA POR INCOMPETÊNCIA

- 1. Desembargador Federal ou juiz de 1º grau proferem decisão determinando a baixa por incompetência;*
- 2. Partes são intimadas da referida baixa via Pje;*
- 3. Efetua-se a "Baixa por incompetência" pelo pje e o procedimento (inquérito, representação criminal, petição criminal ou pedido de quebra de sigilo bancário ou fiscal) deve ser remetido.*

Observações gerais:

Por diversas vezes, após o procedimento adotado, fomos contactados pelo Ministério Público Federal (MPF), pelo Departamento de Polícia Federal da unidade federativa específica (DPF), ou mesmo pelos Diretores de Varas Federais sob a alegação de que o processo não haveria sido remetido para a Vara, mas possivelmente para o ambiente de inquéritos do 1º grau (em virtude da classe) e mesmo assim não haveria visibilidade daquele procedimento oriundo da 2ª instância para DPF e MPF que atuam naquele juízo (principalmente porque a maioria dessas classes são segredo de justiça). Foi constatado, após a abertura de solicitação ao suporte do pje, que, embora os referidos órgãos tenham acesso ao ambiente, não teriam a visibilidade em seus perfis.

Foi-nos relatado, pelas varas da 1ª instância que a remessa por incompetência utilizando o comando específico para esse procedimento no pje (tanto das varas para TRF5 ou das varas para este Tribunal), em alguns casos, remeteria os autos para um repositório sem acesso para a maioria dos perfis, e por isso, esta secretaria passou a remetê-los para o 1º grau pelo comando "remessa simples".

Devido a essas características de acesso e visibilidade nos processos penais nesses ambientes, este Núcleo optou, quando há necessidade de baixa por incompetência de feitos penais que são segredo de justiça (principalmente de operações em curso), encaminhar e-mail ou efetuar contato telefônico (principalmente ao DPF da unidade) para fins de acompanhamento na 1ª instância. Da mesma forma, algumas Varas Federais estão acompanhando o envio de seus procedimentos para o TRF5.

TRAMITAÇÃO DIRETA

Pasta criada na estrutura das secretarias, semelhante ao ambiente de inquéritos, onde permanecem para continuidade de diligências processos que já foram autuados no TRF5.

- 1. Desembargador Federal determina a tramitação direta. O processo não volta ao ambiente de inquéritos (este ambiente é apenas para processos não distribuídos). Ele permanece numa pasta intitulada "TRAMITAÇÃO DIRETA", vinculada à Secretaria específica, onde pode ser movimentado pelo servidor a pedido, mas é ambiente reservado ao MPF e DPF;*
- 2. Partes são intimadas da referida decisão (em geral MPF e DPF);*
- 3. É elaborado pela secretaria Ato ordinatório para MPF solicitando, de ordem, que notifique a DPF acerca do envio do procedimento para o ambiente de TRAMITAÇÃO DIRETA. Não existe notificação automática informando a disponibilização do processo neste ambiente.*

Observações gerais:

O envio dos autos para a pasta de TRAMITAÇÃO DIRETA não notifica a DPF da chegada destes autos e sua disponibilização naquele repositório. Somente o MPF consegue notificar a DPF. É necessário que a Secretaria, mesmo após intimado o parquet da decisão que determinou o envio, seja provocado a notificar a DPF que deverá continuar as investigações.

Não dispomos de informação acerca de processamento de feitos, em tramitação direta, na 1ª instância."

10. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendação específica a ser feita, salvo apenas a descrita no item 8 acima, devendo ser mantido o ótimo trabalho desenvolvido pelos servidores e servidoras das unidades, que atuam de forma compartilhada.

Com relação à dificuldade no procedimento de controle e acompanhamento de processos criminais remetidos em caráter de baixa por incompetência e tramitação direta entre o MPF e a DPF, recomenda-se que seja dado conhecimento à Presidência do TRF5 para adoção de providências administrativas visando a uma possível solução.

DIVISÃO DAS SEÇÕES

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Divisão das Seções (1ª, 2ª e 3ª Seções)

1.2 Competência

Executar as tarefas de organização de pautas de julgamento e secretariar as sessões de julgamentos (1ª, 2ª e 3ª Seções); cumprir as decisões prolatadas nos processos de competência das Seções.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargadores Federais: Paulo Roberto de Oliveira Lima (1ª Seção); Edilson Pereira Nobre Júnior (2ª Seção) e Cid Marconi Gurgel de Souza (3ª Seção).

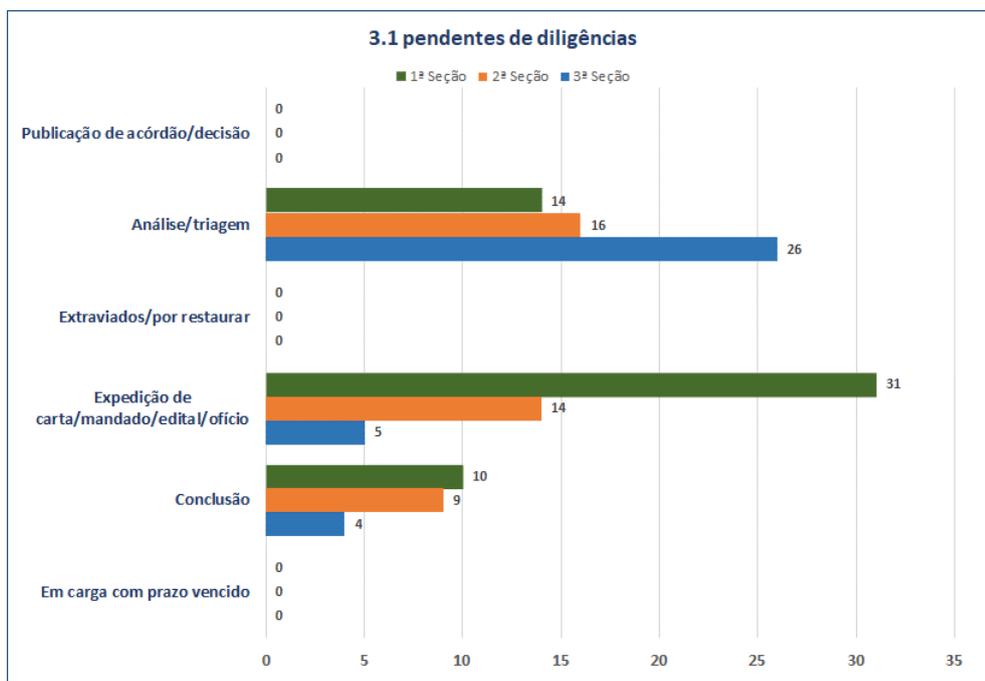
2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Jorge Cabral Chaves, Diretor de Divisão das Seções

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	3 servidores na estrutura das 1ª, 2ª e 3ª Seções, com auxílio dos demais servidores da Diretoria do Plenário
Estagiários	Não tem
Servidores sem vínculo	Não tem

3. DADOS ESTATÍSTICOS

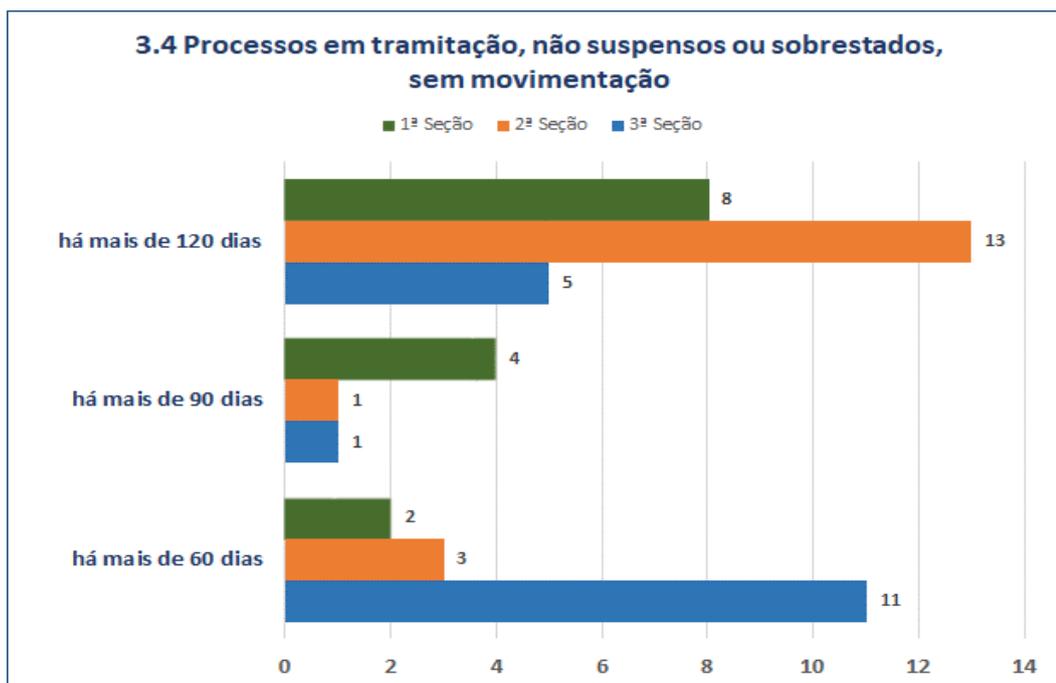


3.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade

Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	Nenhum
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	Nenhum
Total	Nenhum

3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Pendentes de publicação	Não se aplica
Média de dias do julgamento à publicação	Não se aplica
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	Não se aplica
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Não se aplica
Total de publicações nos últimos 12 meses	Não se aplica



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

As ausências de membros em sessões de julgamento foram todas justificadas.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

No período de outubro/2022 a abril/2023: 1ª Seção: 6; 2ª Seção: 14; 3ª Seção: 10

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Não há plano de gestão formal. Há, previamente, diretrizes para execução de tarefas repassadas para cada servidor.

4.2 Boas práticas e inovações

Diante das dificuldades, principalmente quanto ao déficit de recursos humanos, foram feitas readaptações para que os servidores tivessem condições de exercer várias funções dentro da Diretoria do Plenário. Com essa prática dos servidores exercendo multitarefas, tem como resultado prepará-los para eventuais impedimentos (férias, licenças etc.) dos demais colegas, sem sofrer interrupção das atividades.

4.3 Dificuldades

As Seções (1ª, 2ª e 3ª) fazem parte da estrutura organizacional da Diretoria do Plenário que tem seu quadro funcional composto por 10 servidores. Essa estrutura, é a mesma

da antiga Subsecretaria do Plenário que, tinha como órgão julgador o Pleno, composto por 15 Desembargadores. Com a ampliação dos Desembargadores componentes do TRF5 de 15 para 24, foram criadas as 3 Seções, que com os mesmos 10 servidores, acumulam os serviços dos 4 Órgãos julgadores. Independente da estrutura, utilizamos todos os servidores, de modo a aproveitar ao máximo a eficiência do Setor.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Como são em processos eletrônicos, ao fim do prazo estipulado, os processos voltam a ter o andamento devido. O controle é realizado pelas ferramentas disponíveis no PJe.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

O controle é feito pelo próprio Gabinete.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

1ª Seção: 1 Sessão por mês; 2ª Seção: não houve periodicidade uniforme: out/22: 2, nov/22: 4, dez/22: 1, fev/23: 2, mar/23: 3 e abr/23: 2; 3ª Seção: não houve periodicidade uniforme: out/22: 1, nov/22: 2, dez/22: 1, fev/23: 2, mar/23: 2 e abr/23: 2.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Quanto à organização das sessões, começa a partir do preparo de um cronograma de inclusão em pauta que é distribuído para os gabinetes, com as datas do prazo de inclusão dos processos. Após esse procedimento, a secretaria é responsável pelo fechamento do expediente, efetivando as intimações das partes. Em caso de sessão presencial, para o dia da realização, são elaboradas as seguintes relações: a) pedidos de preferência (com e sem sustentação oral), organizada através da ordem dos pedidos requeridos por e-mail; b) relação com os processos em pauta, processos em mesa, organizados pela antiguidade dos relatores, acompanhado das planilhas de pedidos de vista, indicando os votos já proferidos e c) composição da sessão, pela ordem de antiguidade, com base nas informações dos afastamentos. Também é gerado link de acesso, via zoom, para encaminhamento para partes e advogados que solicitam o acompanhamento remoto da sessão. Todas essas informações serão encaminhadas via e-mail e Microsoft Teams aos participantes, inclusive aos setores administrativos responsáveis pela organização da estrutura (Tecnologia da Informação, Comunicação, Áudio e Vídeo) e gabinetes. A Secretaria é responsável em acompanhar e assessorar a Presidência da Corte durante os julgamentos, bem como, após a sessão realizada, informar o resultado no sistema PJe.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim, conforme consta no Plano de Trabalho deferido pela Diretoria-Geral nos autos do processo administrativo n. 0002145-96.2023.4.05.7000, de acordo com a Resolução n. 481/2022 do CNJ e a Resolução do Pleno TRF5 n. 1/2023.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento às partes e aos advogados é feito de forma: presencial, pelo balcão virtual através da plataforma Zoom, por telefone e por e-mail.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0810324-68.2020.4.05.8300	31/8/2020	421 – Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Aguardando Revisão (1ª Seção).		
0807216-31.2022.4.05.0000	29/6/2022	272 – Representação Criminal/Notícia de Crime
Observação/Providência: Vinculada ao INQ 0810018-36.2021.4.05.0000, aguardando fim das diligências no DPF (3ª Seção).		
0806749-52.2022.4.05.0000	20/6/2022	1727 – Petição Criminal
Observação/Providência: Sobrestado aguardando informação de pedido de arquivamento - 4ª Câmara CCR MPF (3ª Seção).		
0800019-53.2019.4.05.8205	14/8/2019	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Aguardando revisão (3ª Seção)		
0808613-62.2021.4.05.0000	23/7/2021	309 – Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: Referente ao inquérito 0803651-93.2021.4.05.0000, que se encontra em ambiente de Inquérito. Decisão determinando sobrestamento até deslinde do inquérito (3ª Seção).		
0809544-31.2022.4.05.0000	22/8/2022	221 – Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 5/5/2023 (3ª Seção).		
0809089-03.2021.4.05.0000	4/8/2021	310 – Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Decisão determinando sobrestamento até deslinde do inquérito 0803651-93.2021.4.05.0000 em ambiente de inquéritos (3ª Seção).		
0806097-35.2022.4.05.0000	3/6/2022	319 – Exceção de Incompetência de Juízo
Observação/Providência: Arquivado em 5/5/2023. (3ª Seção)		
0813023-32.2022.4.05.0000	9/11/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 18/4/2023 (1ª Seção).		

0801971-39.2022.4.05.0000	23/2/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 18/4/2023 (1ª Seção)		
0810926-59.2022.4.05.0000	23/9/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 18/4/2023 (1ª Seção)		
0801199-32.2022.4.05.8001	7/12/2022	1727 - Petição Criminal
Observação/Providência: Reiteração de ofício para 8ª Vara-AL em 24/4/2023 (1ª Seção).		
0810584-48.2022.4.05.0000	15/9/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 18/4/2023 (1ª Seção)		
0808972-75.2022.4.05.0000	9/8/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 18/4/2023 (1ª Seção)		
0809115-64.2022.4.05.0000	12/8/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 18/4/2023 (1ª Seção)		
0801690-49.2023.4.05.0000	16/2/2023	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Concluso em 27/4/2023 (2ª Seção).		
0813022-47.2022.4.05.0000	9/11/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 28/4/2023 (3ª Seção)		
0813871-19.2022.4.05.0000	1/12/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 28/4/2023 (2ª Seção)		
0813453-81.2022.4.05.0000	22/11/2022	221 - Conflito de Competência Cível
Observação/Providência: Arquivado em 28/4/2023 (2ª Seção)		
0816330-96.2019.4.05.0000	25/12/2019	283 – Ação Penal – Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Concluso em 5/5/2023 (3ª Seção).		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 20 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos feitos, não houve recomendação específica.

A Divisão das Seções administra a realização de 2 sessões por semana, sendo uma presencial e outra virtual, e uma média de 7 a 8 por sessões por mês, tendo havido, entre junho/2022 a junho/2023, 30 sessões ordinárias, sendo: 6 da 1ª Seção; 14 da 2ª Seção; e 10 da 3ª Seção e nenhuma extraordinária.

Considerado o volume de processos em tramitação na Divisão e nos órgãos que integram a unidade e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Divisão é baixo, pois, dos 20 processos inspecionados, apenas 1 se encontrava com atraso na tramitação.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor da Divisão das Seções, Jorge Cabral Chaves e pela Diretora Lisiane Rodrigues Cavalcanti, que discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelos Setores, informando que, em razão do pequeno número de servidores, a solução encontrada foi a realização de um compartilhamento de estrutura física e de trabalho entre a Diretoria do Plenário e a Divisão das Sessões, de forma que houvesse mútuo auxílio para cumprimento das tarefas atribuídas a ambos os setores.

Disseram que a tecnologia muito auxiliou, tanto no período de pandemia como no atual momento, e que as plataformas Zoom, Teams e WhatsApp ajudam na comunicação e são muito eficientes no trabalho de compartilhamento da estrutura entre as equipes dos dois setores.

Informaram que, mesmo com o compartilhamento da estrutura entre os setores, a atual equipe, composta por 7 servidores, está muito sobrecarregada, sendo de extrema necessidade o incremento da força de trabalho, pois as grandes operações criminais são uma constante e demandam muito esforço e trabalho da equipe, impactando negativamente no desenvolvimento das demais atividades.

Relataram, por escrito, sobre a dificuldade no procedimento de controle e acompanhamento de processos criminais remetidos em caráter de baixa por incompetência e tramitação direta entre o MPF e a DPF, a saber:

“Processos criminais TRF5: baixa de processos penais por incompetência entre Tribunal e Seções Judiciárias / Envio para Tramitação Direta (Res 63/2009).

BAIXA POR INCOMPETÊNCIA

- 1. Desembargador Federal ou juiz de 1º grau proferem decisão determinando a baixa por incompetência;*
- 2. Partes são intimadas da referida baixa via Pje;*
- 3. Efetua-se a "Baixa por incompetência" pelo pje e o procedimento (inquérito, representação criminal, petição criminal ou pedido de quebra de sigilo bancário ou fiscal) deve ser remetido.*

Observações gerais:

Por diversas vezes, após o procedimento adotado, fomos contactados pelo Ministério Público Federal (MPF), pelo Departamento de Polícia Federal da unidade federativa específica (DPF), ou mesmo pelos Diretores de Varas Federais sob a alegação de que o processo não haveria sido remetido para a Vara, mas possivelmente para o ambiente de inquéritos do 1º grau (em virtude da classe) e mesmo assim não haveria visibilidade daquele procedimento oriundo da 2ª instância para DPF e MPF que atuam naquele juízo (principalmente porque a maioria dessas classes são segredo de justiça). Foi constatado, após a abertura de solicitação ao suporte do pje, que, embora os referidos órgãos tenham acesso ao ambiente, não teriam a visibilidade em seus perfis.

Foi-nos relatado, pelas varas da 1ª instância que a remessa por incompetência utilizando o comando específico para esse procedimento no pje (tanto das varas

para TRF5 ou das varas para este Tribunal), em alguns casos, remeteria os autos para um repositório sem acesso para a maioria dos perfis, e por isso, esta secretaria passou a remetê-los para o 1º grau pelo comando "remessa simples".

Devido a essas características de acesso e visibilidade nos processos penais nesses ambientes, este Núcleo optou, quando há necessidade de baixa por incompetência de feitos penais que são segredo de justiça (principalmente de operações em curso), encaminhar e-mail ou efetuar contato telefônico (principalmente ao DPF da unidade) para fins de acompanhamento na 1ª instância. Da mesma forma, algumas Varas Federais estão acompanhando o envio de seus procedimentos para o TRF5.

TRAMITAÇÃO DIRETA

Pasta criada na estrutura das secretarias, semelhante ao ambiente de inquéritos, onde permanecem para continuidade de diligências processos que já foram autuados no TRF5.

1. Desembargador Federal determina a tramitação direta. O processo não volta ao ambiente de inquéritos (este ambiente é apenas para processos não distribuídos). Ele permanece numa pasta intitulada "TRAMITAÇÃO DIRETA", vinculada à Secretaria específica, onde pode ser movimentado pelo servidor a pedido, mas é ambiente reservado ao MPF e DPF;
2. Partes são intimadas da referida decisão (em geral MPF e DPF);
3. É elaborado pela secretaria Ato ordinatório para MPF solicitando, de ordem, que notifique a DPF acerca do envio do procedimento para o ambiente de TRAMITAÇÃO DIRETA. Não existe notificação automática informando a disponibilização do processo neste ambiente.

Observações gerais:

O envio dos autos para a pasta de TRAMITAÇÃO DIRETA não notifica a DPF da chegada destes autos e sua disponibilização naquele repositório. Somente o MPF consegue notificar a DPF. É necessário que a Secretaria, mesmo após intimado o parquet da decisão que determinou o envio, seja provocado a notificar a DPF que deverá continuar as investigações.

Não dispomos de informação acerca de processamento de feitos, em tramitação direta, na 1ª instância."

10. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendação específica a ser feita, devendo ser mantido o ótimo trabalho desenvolvido pelos servidores e servidoras das unidades, que atuam de forma compartilhada.

Com relação à dificuldade no procedimento de controle e acompanhamento de processos criminais remetidos em caráter de baixa por incompetência e tramitação direta entre o MPF e a DPF, recomenda-se que seja dado conhecimento à Presidência do TRF5 para adoção de providências administrativas visando a uma possível solução.

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 1ª TURMA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Divisão da Primeira Turma

1.2 Competência

Processamento e cumprimento de decisões e acórdãos dos Desembargadores Federais componentes da Primeira Turma.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Élio Wanderley Siqueira Filho

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Andréa Carvalho de Mello Rêgo, Diretora de Divisão

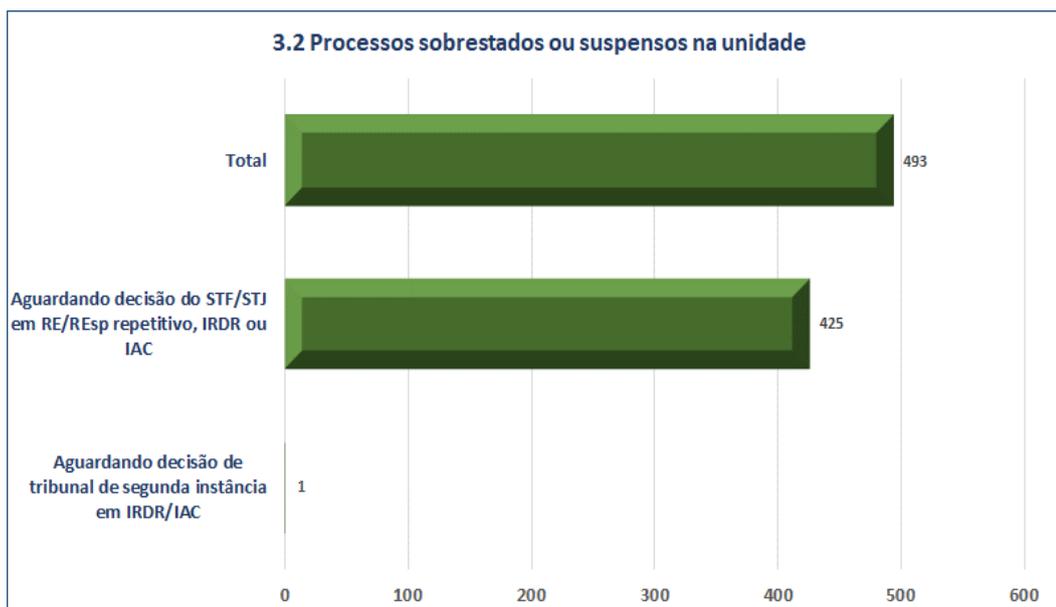
2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	8
Estagiários	1

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

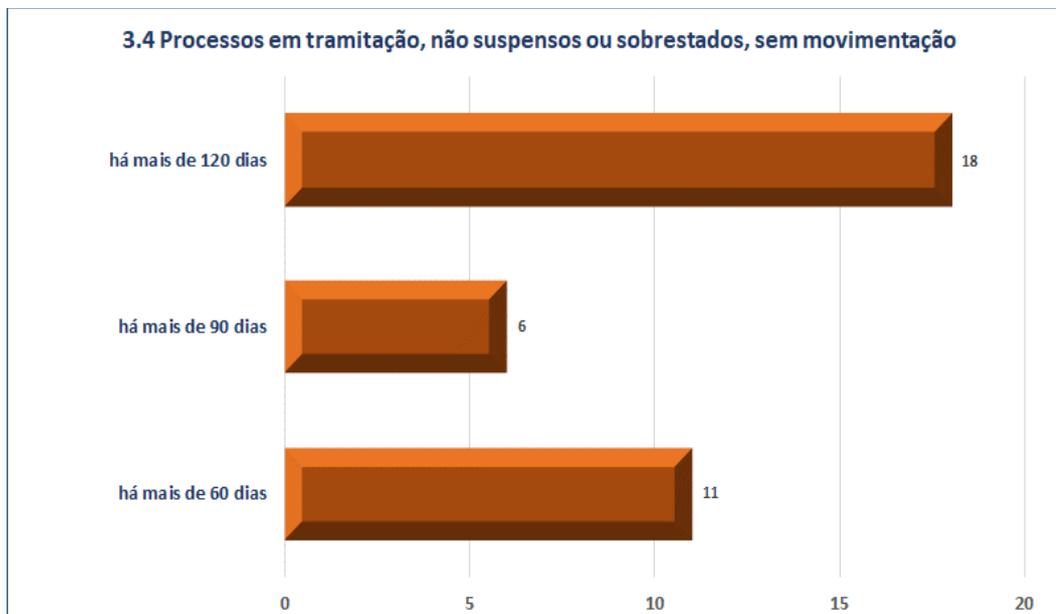
Publicação de acórdão/decisão	Desde a edição do Ato n. 112/2020, de 20/3/2020, os processos físicos têm sido migrados para o PJe, onde atualmente tramitam praticamente todos, neste Regional.
Análise/triagem	Não se aplica
Extraviados/por restaurar	0
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Conclusão	0
Em carga com prazo vencido	0



3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	Desde a edição do Ato n. 112/2020, de 20/3/2020, os processos físicos têm sido migrados para o PJe, onde atualmente tramitam praticamente todos, neste Regional.
Média de dias do julgamento à publicação	No PJe é a assinatura do acórdão pelo relator que faz disparar a intimação das partes, dando-lhes acesso ao inteiro teor do julgado. Do julgamento até o referido ato os autos se encontram nos respectivos gabinetes. Sendo assim, os gabinetes é que dispõem de tal informação.
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	No PJe é a assinatura do acórdão pelo relator que faz disparar a intimação das partes, dando-lhes acesso ao inteiro teor do julgado. Do julgamento até o referido ato os autos se encontram nos respectivos gabinetes. Sendo assim, os gabinetes é que dispõem de tal informação.
Pendentes de publicação	No PJe é a assinatura do acórdão pelo relator que faz disparar a intimação das partes, dando-lhes acesso ao inteiro teor do julgado. Do julgamento até o referido ato os autos se encontram nos respectivos gabinetes. Sendo assim, os gabinetes é que dispõem de tal informação.
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	No PJe é a assinatura do acórdão pelo relator que faz disparar a intimação das partes, dando-lhes acesso ao inteiro teor do julgado. Do julgamento até o referido ato os

autos se encontram nos respectivos gabinetes. Sendo assim, os gabinetes é que dispõem de tal informação.



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

Ausente o Desembargador Federal Roberto Wanderley das sessões telepresencial de 26/5/2022 e da ampliada de 31/5/2022 por motivo de licença médica. Ausente, ainda, o mesmo desembargador federal na sessão ampliada de 8/11/2022 e na sessão presencial de 10/11/2022 em compensação a dias trabalhados no plantão judicial. Ausente, por fim, o Desembargador Federal Carlos Rêbello Júnior na sessão telepresencial de 28/7/2022 por motivo de licença médica.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

43 sessões virtuais, 23 sessões (tele) presenciais e 11 sessões ampliadas.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Os trabalhos na 1ª Turma seguem um eixo central fundado na atribuição por servidor de ênfase em determinadas tarefas. Todos são estimulados e orientados a desempenhar todas as rotinas próprias da Divisão. Trabalhamos, basicamente, a partir de uma divisão por equipes de apoio a cada gabinete. Cada equipe é composta por 2 servidores, que são constantemente acompanhados a fim de se modificar eventuais atribuições para que o potencial de cada um seja melhor aproveitado. E há uma servidora dedicada às rotinas relacionadas ao fechamento das pautas e apoio às sessões e informações dos julgamentos ali ocorridos. Ressalte-se, ainda, que ante o surgimento de novas necessidades, procuramos direcionar as novas tarefas de acordo com o perfil de cada servidor, com a melhor resposta que pode ser dada aos desafios

surgidos. Para o cumprimento de tal mister, entendemos que a familiaridade, o bom relacionamento e a atenção a todos os colaboradores é de suma importância. Acreditamos que este é um importante lastro para que o resultado apareça na forma de uma prestação jurisdicional célere e de qualidade.

4.2 Boas práticas e inovações

Nossa equipe é constantemente estimulada a aprender com os novos desafios e a prestar ótimo atendimento ao jurisdicionado. A base para alcançar esse nível de comprometimento é um ambiente aberto ao diálogo, onde a escuta é muito valorizada, assim como a observação atenta aos potenciais revelados por cada colaborador. Nesse diapasão, procuramos apresentar sempre as melhores ferramentas de trabalho com vistas a subsidiar o crescimento de todos. À guisa de exemplo, hoje todos estão perfeitamente ambientados ao sistema zoom (onde acontecem as sessões telepresenciais e são feitos, também, o atendimento do balcão virtual), assim como ao Microsoft Teams, ferramenta que muito nos tem auxiliado na nossa comunicação interna.

4.3 Dificuldades

Com a ampliação deste TRF, que recebeu 9 novos desembargadores e 3 novas secretarias de Turma em setembro/22, a nossa Divisão perdeu 3 servidores, reduzindo nosso efetivo de 12 para 9 pessoas. E em janeiro deste ano perdemos outra colaboradora, que ficou lotada na 6ª Turma. Ou seja, hoje a Divisão da 1ª Turma conta com 8 servidores e em vários momentos esse contingente se revela insuficiente. Notadamente, porque mesmo depois do retorno ao trabalho presencial alguns novos hábitos de trabalho se consolidaram, como as trocas de mensagens por ambientes virtuais, como o Whatsapp, em que o respeito ao horário do expediente muitas vezes se dilui.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Hoje, com o trâmite praticamente exclusivo de processos eletrônicos, o próprio sistema PJe já redireciona os processos cujo prazo para manifestação dos entes públicos se esgota. Como as intimações das partes no PJe se dá com a inserção do prazo para manifestação no sistema, assim que este finda os processos são remanejados para, por exemplo, pastas de "Expedientes com manifestação" ou "Expedientes sem manifestação". Daí a secretaria já os impulsiona à etapa processual seguinte.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

No sistema PJe, com o qual trabalhamos, as pastas com os processos pendentes de declaração de voto ou de apresentação de voto-vista se localizam nos gabinetes. Sendo assim, são os gabinetes que têm acesso rápido e de fácil visibilidade para os processos em uma dessas situações.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

As sessões virtuais ocorrem semanalmente, as (tele)presenciais são quinzenais e as sessões ampliadas ocorrem mensalmente, até o presente momento.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Os gabinetes inserem no PJe os processos que vão pautar para a(s) respectiva(s) sessão(ões) e a secretaria se encarrega de fechar a(s) pauta(s) nas datas previamente agendadas e compartilhadas com os gabinetes. Quando a secretaria fecha a(s) pauta(s) o PJe faz disparar em cada processo uma certidão dando conta da data, horário e modalidade da sessão para a qual foi pautado(s) o(s) processo(s).

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento às partes e advogados pelas secretarias de Turma é feito nas dependências do Tribunal, no 4º andar do edifício-sede, como também por meio dos telefones/ramais da 1ª Turma, por meio de e-mails e, por fim, através do balcão virtual, todos em base diária.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0004104-49.2011.4.05.9999	14/4/2021	1728 - Apelação/Remessa necessária
Observação/Providência: Em 14/4/2021 o feito foi devolvido fisicamente pela Comarca, recebido pela Distribuição e autuado por equívoco no PJe como processo novo com o n. de origem (0001032-43.2009.8.06.0176). Atualmente está tramitando no STJ, após remessa feita pela SREEO.		
0001112-71.2018.4.05.9999	6/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 8/2/2019 os autos baixaram em diligência para realização de perícia médica. Em 13/5/2021 a Comarca foi oficiada para que prestasse informações: o processo segue tramitando e a perícia médica ainda não foi concluída. Esta Divisão reiterará por novas informações.		
0000330-30.2019.4.05.9999	15/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi baixado em diligência à Comarca e lá houve a prolação de nova sentença - extinguindo o feito sem resolução do mérito. No Juízo de origem transitou em julgado e os autos foram arquivados definitivamente. Esta Divisão atualizará o banco de dados.		
0002330-37.2018.4.05.9999	19/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo baixou em diligência à Comarca de origem em 20/9/2019. Após consulta ao sítio eletrônico do TJCE constatou-se a prolação de nova sentença e o trânsito em julgado da mesma. Os autos já se encontram arquivados. Esta Divisão atualizará sua base de dados.		
0003010-71.2008.4.05.9999	5/10/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos chegaram da Contadoria desta Corte em 8/5/2023. A Divisão concluirá para o relator tão logo reste apreciado pelo Pleno a redistribuição do acervo afeto ao desembargador emérito Carlos Rebelo.		
0000089-32.2020.8.17.2440	2/12/2020	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Na Contadoria desta Corte para elaborar cálculos desde 3/6/22. Esta secretaria solicitará ao contador sejam ultimadas as providências para a finalização dos cálculos solicitados pelo relator.		
0810830-96.2019.4.05.8100	1º/10/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na Diretoria Judiciária, no setor da Contadoria. Esta secretaria solicitará ao contador que sejam ultimadas as providências para a confecção dos cálculos.		
0810628-29.2018.4.05.8400	2/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo na Diretoria Judiciária, no setor de Contadoria. Esta secretaria solicitará ao contador sejam ultimadas as providências para a finalização dos cálculos solicitados pelo relator.		
0800227-32.2017.4.05.8003	12/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: processo no setor de Contadoria desta Corte desde 9/6/22. Esta secretaria solicitará ao contador sejam ultimadas as providências para a finalização dos cálculos solicitados pelo relator.		
0801712-60.2019.4.05.8500	3/12/2019	1728 - Apelação/Remessa necessária
Observação/Providência: Na Contadoria desta Corte para elaborar cálculos desde 15/6/22. Solicitar ao contador providenciar a finalização dos cálculos.		
0807938-30.2018.4.05.8302	26/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: No setor da Contadoria. Contatar aquele setor com vistas a ultimar a confecção dos cálculos determinada pelo relator.		
0005253-49.2014.4.05.8100	28/6/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo reativado por força de retorno do STJ em 28/6/2022. Em 2/8/2022 o setor de Distribuição lançou a informação "Sucessão ao Desembargador Federal Relator; REsp provido", porém a localização do feito segue na Distribuição. Esta Divisão diligenciará junto àquele setor.		
0013946-90.2012.4.05.8100	23/7/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Em 8/5/2023 esta Divisão reiterou Ofício à Fazenda Nacional (CEMANJUD) para que informe sobre a regularidade do parcelamento do crédito.		
0805679-18.2020.4.05.8100	9/11/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos chegaram da Contadoria em 4/5/2023 e esta secretaria intimou as partes dos cálculos em 5/5/2023.		
0801956-26.2013.4.05.8200	9/1/2015	1728 - Apelação/Remessa necessária
Observação/Providência: A secretaria certificou a tempestividade dos embargos declaratórios, bem como das contrarrazões aos mesmos em 3/5/2023 e concluiu o processo ao gabinete do relator.		
0800413-32.2022.4.05.0000	19/1/2022	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Já há certidão de trânsito em Julgado nos autos. Comunicar à Comarca o acórdão e arquivar o processo.		
0001139-20.2019.4.05.9999	14/8/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: A secretaria concluiu o processo ao gabinete com o link das mídias solicitadas pelo relator em 8/5/2023. O processo foi incluído em pauta pelo gabinete para a sessão de 1º/6/2023.		
0818170-39.2020.4.05.8300	9/8/2022	1728 - Apelação/Remessa necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado na secretaria em razão do RESP 1.880.238/RJ (TEMA 1080). Seguir monitorando o recurso especial no STJ.		
0803513-24.2022.4.05.8300	9/7/2022	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O trânsito em julgado foi certificado no processo em 8/5/2023 e os autos baixados à vara de origem.		
0801622-93.2021.4.05.8302	20/7/2022	199 - Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: O trânsito em julgado foi certificado nos autos em 9/5/2023 e o processo baixado à vara de origem.		
0806770-82.2021.4.05.8400	19/7/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O trânsito em Julgado foi certificado nos autos em 9/5/2023.		
0813795-76.2021.4.05.8100	29/1/2022	1728 - Apelação/Remessa necessária
Observação/Providência: Processo com embargos declaratórios pendentes de processamento. Em 9/5/2023 foi providenciada a intimação da parte embargada para apresentar contrarrazões.		
0802345-61.2020.4.05.8201	2/6/2021	417 – Apelação Criminal
Observação/Providência: O recurso especial foi processado e a parte apelada foi intimada em 9/5/2023 a apresentar contrarrazões ao mesmo.		
0003426-73.2014.4.05.8400	1º/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Recurso Especial que estava pendente de processamento. Em 9/5/2023 esta Divisão providenciou a intimação da parte recorrida para apresentação das contrarrazões.		
0000192-19.2014.4.05.8001	13/5/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: A secretaria, em 14/4/2023, certificou o trânsito em julgado do acórdão e baixou o processo à vara de origem.		
0000768-19.2004.4.05.8500	11/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: A secretaria certificou o trânsito em julgado e baixou os autos à vara de origem em 8/5/2023.		
0009206-81.2006.4.05.8300	20/8/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos já estão maduros para que se certifique o trânsito em julgado do acórdão. Em seguida, esta Divisão baixará os autos à vara de origem.		
0813151-23.2020.4.05.0000	28/10/2020	120 – Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: O trânsito em julgado foi certificado nos autos em 5/5/2023 e o processo arquivado.		
0000959-39.2005.4.05.8303	21/5/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: A secretaria certificou o trânsito em julgado do processo em 27/4/2023 e baixou os autos à vara de origem.		
0009658-17.2003.4.05.8100	10/10/2008	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Autos acautelados na secretaria em razão de despacho que declarou a suspensão do processo para a sucessão processual pelo espólio ou sucessores, mediante habilitação, conforme disposto nos artigos 313, inciso I, 687 a 689 do CPC/2015, em 16/3/2023.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 30 processos selecionados, todos eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se expedição de comunicação à Contadoria para solicitar providências para o regular andamento em 30 dias:

0800227-32.2017.4.05.8003	0801712-60.2019.4.05.8500	0807938-30.2018.4.05.8302
---------------------------	---------------------------	---------------------------

A Divisão administra a realização de 6 ou 7 sessões por mês, em média, tendo havido, entre maio/2022 a abril/2023, 43 sessões virtuais, 23 sessões (tele) presenciais e 11 sessões ampliadas.

Considerado o volume de processos em tramitação na Divisão e nos órgãos que integram a unidade e o número de servidores em atividade, verifica-se que o

desempenho é elogiável. O volume de pendências na Divisão é muito baixo, pois, dos 30 processos inspecionados, apenas 3 ensejaram recomendações.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi gentilmente recebida pela Diretora Andréa Carvalho de Mello Rêgo em 14/6/2023, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

O Presidente da 1ª Turma é o Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho. A Diretora está lotada na unidade há 16 anos, possuindo vasta experiência na condução dos trabalhos ali desenvolvidos.

A unidade tem um olhar humanizado para a gestão de pessoas. Teve uma redução de servidores em razão da criação de novos gabinetes e novas turmas, contando atualmente com 8 servidores (antes eram 12). A Diretora considera muito boa a relação entre os colegas.

Há revezamento entre os servidores em relação ao regime de teletrabalho híbrido adotado, de forma que cada colaborador comparece presencialmente 3 dias por semana, em média.

Cada Desembargador Federal que compõe a 1ª Turma recebe a atenção de 2 servidores da Secretaria. Uma servidora destacada do apoio aos gabinetes auxilia a Diretora no desenvolvimento de suas atividades, especialmente no tocante às sessões de julgamento e à preparação das pautas.

O servidor Edvaldo, Diretor de Núcleo, também tem longa experiência e conhece bem todas as rotinas da unidade, atuando tanto no apoio aos gabinetes quanto à Diretora, sendo seu substituto nas férias.

A partir da implantação do processo judicial eletrônico, as demandas de advogados por sustentações orais cresceram de forma consistente, tendo em vista a facilidade proporcionada pelas ferramentas de videoconferência, que dispensam a presença física do defensor no Tribunal. Esta situação trouxe em seu bojo o alongamento do tempo de realização das sessões. Observou a Diretora que não há mais processos físicos em sua unidade.

Em relação à gestão do acervo e resultados, a unidade tem conseguido manter o andamento dos processos em dia. Periodicamente, a Diretora procede a verificação nas pastas e subpastas com o objetivo de identificar eventual processo com tramitação atrasada ou indevidamente paralisada. Ela relata sua percepção de que os processos sobrestados têm aumentado em número a cada inspeção. Há atualmente 493 processos sobrestados na unidade. Há um servidor na Divisão encarregado de fazer consultas periódicas aos andamentos dos processos que geraram os sobrestamentos (RE/REsp).

A processante utiliza o Microsoft Teams como ferramenta de gestão, aplicando a plataforma na comunicação interna da equipe e na realização de reuniões de trabalho. Nas sessões de julgamento o Tribunal utiliza a plataforma Zoom.

A Diretora relata que a melhoria da comunicação via Teams possibilita a percepção do ânimo dos servidores e facilita a adoção de um tratamento humanizado, que minimiza as dificuldades.

A redução do quadro para 8 servidores representou um certo acúmulo de trabalho. Todavia, após a troca de Desembargadores ocorrida em abril/2023, houve uma redução do acervo de processos e a consequente melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A Diretora relatou que os processos são liberados para assinatura em no máximo 2 dias, não havendo represamento na unidade.

As sessões ampliadas, que ocorrem 1 vez por mês, em conjunto com os Desembargadores Federais da 3ª Turma, tem funcionado bem na visão da entrevistada.

Quanto à saúde dos servidores da unidade após a pandemia de Covid-19, a Diretora considera boa, apesar do grande desafio que o período significou.

No tocante às políticas de motivação dos servidores, a Sra. Andréa ressaltou que o Desembargador Federal Élio Wanderley Siqueira Filho, presidente da Turma, tem visitado a unidade para conversar com os servidores, abrindo assim um importante canal de comunicação que, além de valorizar os servidores, propicia agilizar uma série de rotinas entre o gabinete e a secretaria, o que considera muito positivo e motivador.

A direção da unidade prioriza a capacitação, a qualificação dos servidores e o compartilhamento do conhecimento e incentiva o espírito de colaboração entre todos, que, via de regra, aprendem todas as tarefas e rotinas de trabalho, de forma que a ausência de algum servidor pode ser facilmente substituída por outro.

O atendimento aos advogados é feito de forma presencial ou remota, via balcão virtual ou por telefone.

Quando perguntada sobre eventuais dificuldades encontradas no trabalho, a Diretora relatou que a instalação de todas as secretarias de turmas em um mesmo espaço físico, separadas apenas por divisórias, muitas vezes gera ruído que atrapalha a concentração dos servidores.

Neste ponto, sugerimos que o Presidente da Turma encaminhe proposta de estudos ao Presidente do Tribunal no sentido de avaliar as possíveis vantagens de uma unificação das turmas processantes em secretaria única. Vislumbramos que com o enxugamento do quadro de suporte ao processamento dos feitos, o excedente de servidores gerado poderia ser aproveitado na área fim da Corte, tendo em vista a carência de pessoal nos gabinetes recém-criados.

10. RECOMENDAÇÕES:

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 8;
- b) Manter rigorosamente o controle e o acompanhamento do sobrestamento dos feitos com determinação de suspensão nacional pelo STJ e pelo STF dos gabinetes vinculados à 1ª Turma; e
- c) Solicitar à Administração do Tribunal que analise a possibilidade de fazer uma reforma no espaço destinado às secretarias de turmas, que estão em um mesmo espaço, separadas apenas por divisórias, a fim de reduzir o ruído que atrapalha a concentração dos servidores.

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 2ª TURMA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Divisão de Processamento de Causas de Competência da 2ª Turma

1.2 Competência

Secretaria de apoio ao processamento dos feitos advindos dos gabinetes dos Desembargadores integrantes da 2ª Turma

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior

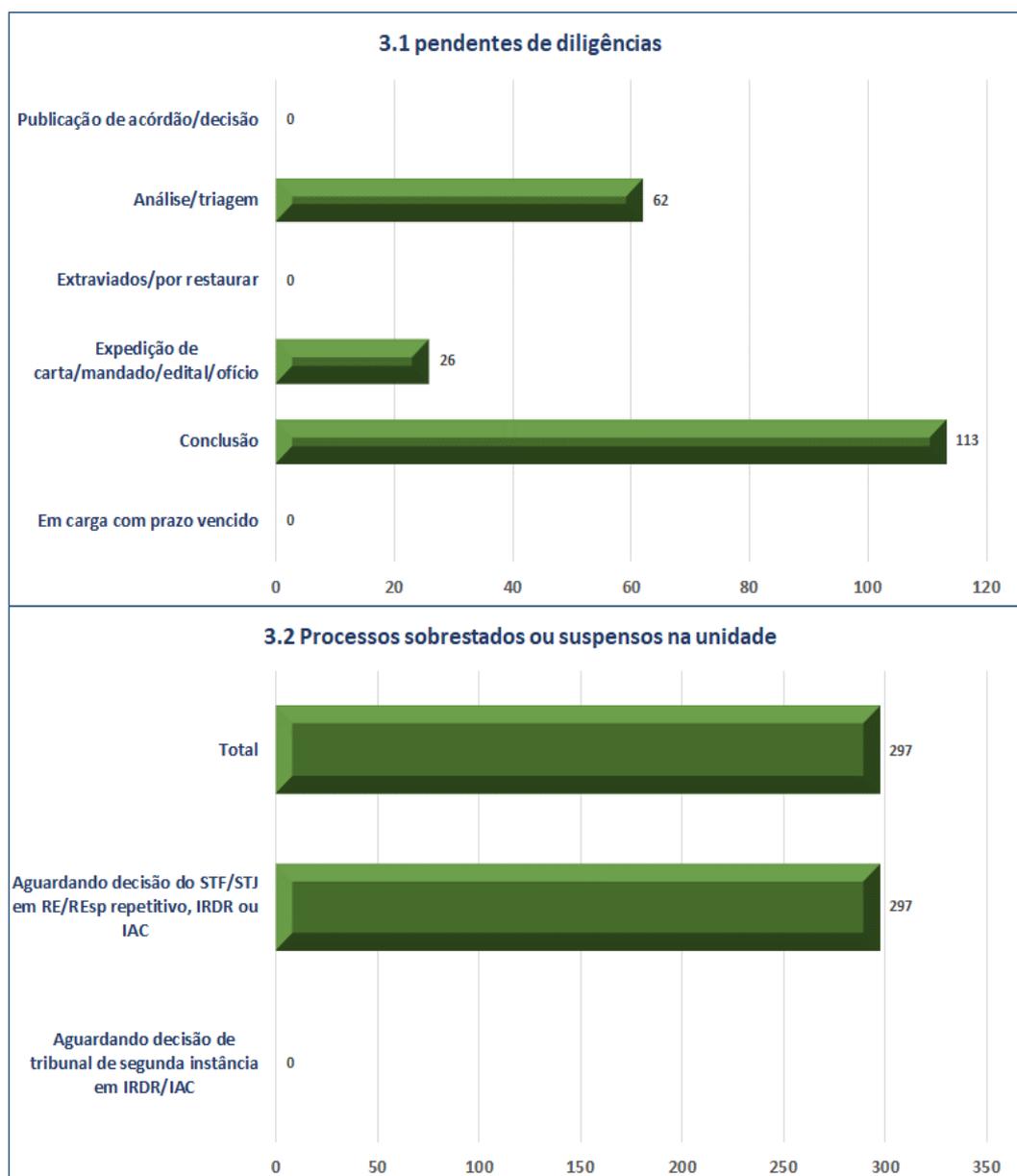
2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Heitor de Albuquerque Wanderley - analista judiciário

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

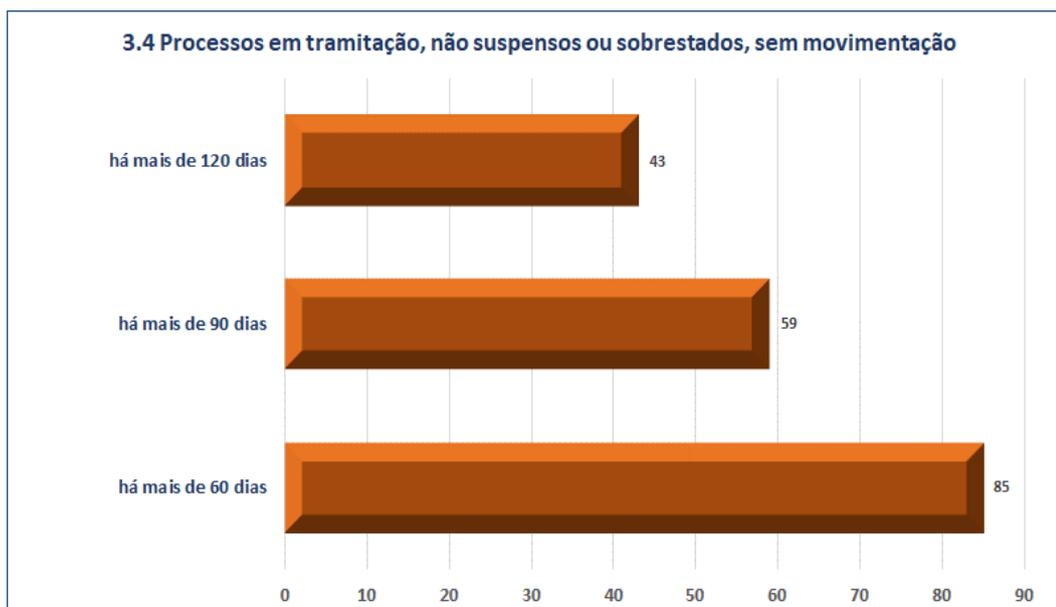
Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS



3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	Não se aplica
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	Não se aplica
Pendentes de publicação	Não se aplica
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Não se aplica
Média de dias do julgamento à publicação	Não se aplica



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

Desembargador Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho - ausente justificadamente da sessão ordinária de 14/2/2023.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Ampliadas (art. 942, CPC) – 45 sessões; Virtuais – 43 sessões; Ordinárias – 44 sessões. Total: 132 sessões.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, embora a unidade ainda esteja acomodando a distribuição de suas atividades às novas contingências de trabalho.

4.2 Boas práticas e inovações

No início deste ano, a secretaria, com apoio da Judiciária e da Diretoria-Geral, promoveu um esforço concentrado para redução do número excessivo que tinha de processos em suas diversas tarefas. Para sua efetivação, contou com a participação de alguns servidores do seu quadro e das demais divisões de processamento dos outros órgãos julgadores. O resultado foi satisfatório, reduzindo o número de processos em tramitação na secretaria àquele verificado no período anterior à pandemia.

4.3 Dificuldades

As dificuldades mais significativas no momento presente são: a limitação da força de trabalho e as acomodações físicas da secretaria.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Não se aplica

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

O controle das pendências de declaração de votos é realizado nos gabinetes, tanto por meio dos dados estatísticos emitidos pelo BI, como pelas tarefas do sistema eletrônico no fluxo de sessões.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

A periodicidade é semanal para todos os tipos de sessão (ampliada, virtual e ordinária)

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

A seleção e inclusão dos processos em pauta para julgamento é tarefa exclusiva dos gabinetes dos desembargadores.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

A unidade realizou recentemente (março/2023) a renovação das autorizações para o teletrabalho dos seus servidores, conformando sua prática com as orientações da Resolução n. 481 do CNJ.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O público externo é atendido presencialmente (na área própria de atendimento da secretaria judiciária), por telefone e por e-mail. Quando solicitado, também utilizamos o balcão virtual.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0812633-33.2018.4.05.8300	30/11/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo sobrestado na secretaria - Tema 997 do STJ		
0000209-31.2016.8.25.0003	2/8/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com diligência em andamento. Solicitada mídia de audiência. Pedido renovado por telefone, e-mail e malote digital.		
0806079-03.2018.4.05.8100	9/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado na secretaria em decorrência de decisão liminar proferida pelo c. STJ na RCL 37725		
0812714-34.2017.4.05.8100	6/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em diligência na origem. Informações solicitadas por e-mail e telefone.		
0002975-86.2016.4.05.8300	13/1/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva em 14/12/2019.		
0806061-70.2018.4.05.8200	2/10/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em decorrência de decisão liminar proferida em reclamação em trâmite no c. STJ, processo sobrestado na secretaria.		
0805404-31.2018.4.05.8200	8/10/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado na secretaria por determinação do relator, em decorrência de decisão liminar proferida em reclamação no c. STJ.		
0809628-32.2020.4.05.8300	20/8/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado na secretaria em razão do Tema 1079 - STJ		
0800779-71.2020.4.05.8300	21/7/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Retirado do sobrestamento. Conclusão ao relator, incluído na pauta de julgamento de 30/5/2023.		
0809158-31.2016.4.05.8400	8/3/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Ação penal e prazo prescricional suspensos em razão de parcelamento. Processo sobrestado na secretaria. Ofício expedido à Fazenda Nacional para consultar regularidade.		
0001921-56.2016.4.05.0000	28/10/2016	307 – Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Habeas corpus reenviado à Seção de Arquivo.		
0000309-26.2017.8.17.3510	11/4/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Link de acesso à audiência anexado ao processo. Conclusão ao relator.		
0802346-40.2022.4.05.0000	7/3/2022	1269 - Habeas Corpus Cível
Observação/Providência: Após certificação do trânsito em julgado do acórdão turmário, processo arquivado em 5/5/2023.		
0818707-98.2021.4.05.8300	10/8/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo requisitado e já devolvido à origem, regularizando assim o banco de dados do tribunal com a remessa com baixa definitiva dos autos.		
0009412-46.2016.4.05.8300	20/3/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo remetido à origem, em 5/5/2023, para cumprir diligência		

0805799-43.2022.4.05.0000	26/5/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo em diligência na secretaria para intimação pessoal do paciente. Carta de ordem expedida.		
0805787-29.2022.4.05.0000	26/5/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo em diligência na secretaria para intimação pessoal do paciente. Carta de ordem expedida.		
0801185-54.2018.4.05.8400	19/12/2020	305 – Liberdade Provisória com ou sem Fiança
Observação/Providência: Processo em diligência na secretaria aguardando informação da CIME - Central Integrada de Monitoramento Eletrônico do Estado do Pará. Renovada solicitação por e-mail		
0802216-56.2020.4.05.8201	22/6/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Certificado o trânsito em julgado do acórdão, os autos foram remetidos à origem com baixa definitiva.		
0800039-63.2018.4.05.8501	15/3/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência à origem em 3/1/2023 para intimação pessoal do réu. Comunicação por e-mail solicitando cumprimento.		
0812742-13.2021.4.05.0000	28/10/2021	12357 – Pedido de Efeito suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Aferido e certificado o trânsito em julgado, processo arquivado em 3/5/2023.		
0804546-20.2022.4.05.0000	21/4/2022	120 – Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Trânsito em julgado aferido em 4/3/2023. Processo arquivado, com baixa em 5/5/2023.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 22 processos selecionados, todos eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se a regularização em 30 dias (excesso na tramitação acima de 30 dias):

0812633-33.2018.4.05.8300	0000209-31.2016.8.25.0003	0812714-34.2017.4.05.8100
0002975-86.2016.4.05.8300	0000309-26.2017.8.17.3510	0805799-43.2022.4.05.0000
0805787-29.2022.4.05.0000	0800039-63.2018.4.05.8501	

A Divisão informou que, nos últimos doze meses, foram realizadas todas as sessões designadas pela 2ª Turma. Dentre elas, o órgão julgador realizou apenas uma sessão presencial por mês, até abril/2023. A partir de maio/2023 deixaram de existir as sessões telepresenciais, que foram substituídas pelas sessões ordinárias, com formato híbrido quanto à participação dos desembargadores, advogados e procuradores.

No período correspondente aos últimos 12 meses, conforme informado pela Divisão, foram realizadas 132 sessões, sendo 45 ampliadas (art. 942 do CPC), 43 virtuais e 44 ordinárias.

Considerado o volume de processos em tramitação na Divisão e nos órgãos que integram a unidade e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável, considerando notadamente o mutirão realizado recentemente na unidade, conforme descrição no tópico seguinte. O volume de pendências na Divisão é baixo, pois, dos 22 processos inspecionados, 8 se encontravam com atraso na tramitação.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor Heitor de Albuquerque Wanderley, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

Informou-se que atualmente há 9 servidores lotados na unidade.

Afirmou-se que a força de trabalho é adequada para a prestação dos serviços, o mesmo não ocorrendo com as instalações físicas da unidade, tendo sido relatado que há a necessidade de uma área maior para acomodação dos servidores.

Como boa prática foi apontada a realização de um mutirão para dar andamento aos processos então em tramitação na unidade, em sua grande maioria já julgados, mas que aguardavam ser impulsionados para arquivamento, baixa, confecção de certidões, remessa dos autos a outras unidades/órgãos, etc., o que resultou na redução do acervo em tramitação no último ano em mais de 3.700 processos (de 5.432 para 1.710).

Sobre dificuldades e/ou pontos a serem aprimorados para a melhor realização dos trabalhos, indicou-se a realização de melhoramentos, no PJe, das rotinas referentes à atividade da unidade processante, notadamente em relação à unificação de procedimentos, e repisou-se a necessidade de aperfeiçoamento do espaço físico da Secretaria.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir a recomendação do item 8; e
- b) manter a atualização da tramitação do acervo obtida com a realização do mutirão noticiado.

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 3ª TURMA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Divisão de Processamento de Causas de Competência da Terceira Turma

1.2 Competência

Processamento dos feitos de competência, associado ao atendimento ao público interno e externo, por telefone, balcão virtual, presencialmente e por e-mail. Apoio aos gabinetes dos desembargadores. Cumprimento das determinações expedidas. Cumprimento de despachos e decisões. Dar publicidade aos atos processuais. Secretariar as sessões de julgamento, com a expedição das respectivas certidões e demais atos.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Geraldo Xavier de Azevedo Sobrinho - Diretor de Divisão

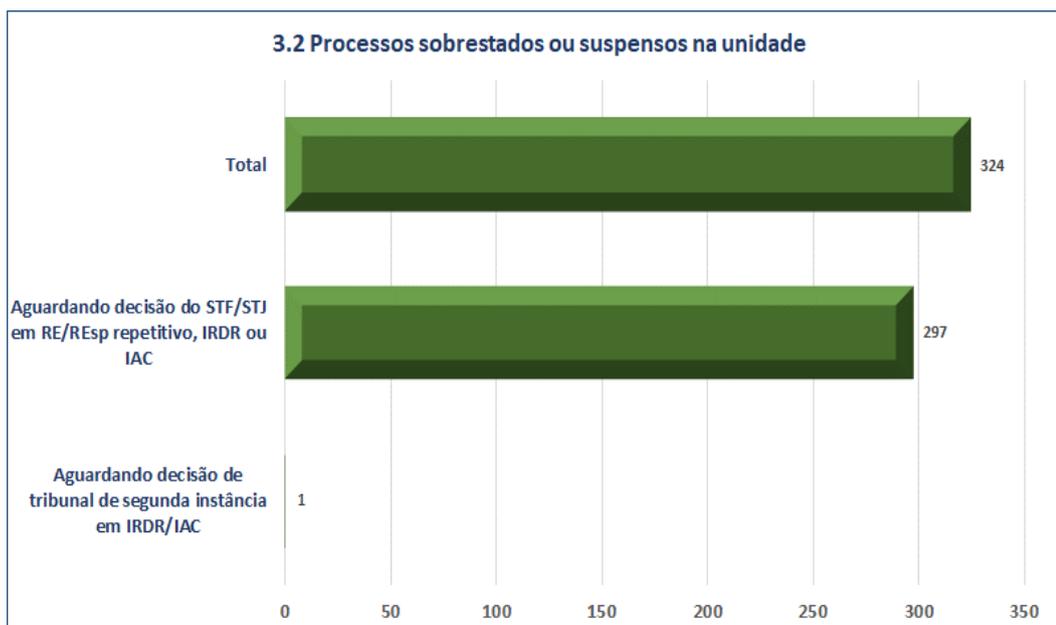
2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	7
Servidores sem vínculo	1 servidor requisitado
Estagiários	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

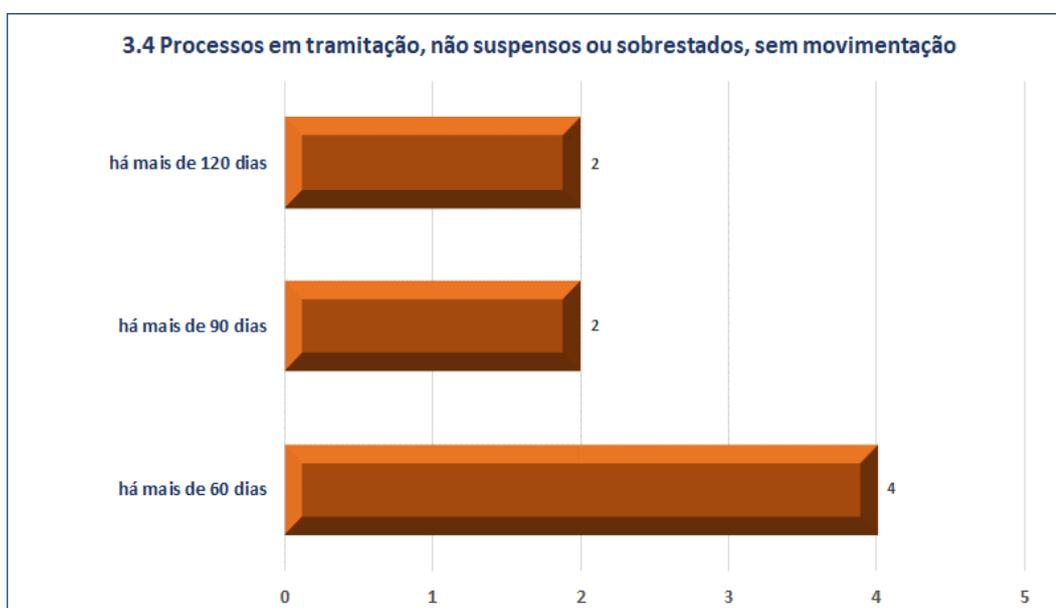
3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	Não se aplica.
Análise/triagem	Não se aplica.
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	Não se aplica.
Em carga com prazo vencido	Não se aplica.
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0



3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	Não se aplica
Média de dias do julgamento à publicação	Não se aplica
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	Não se aplica
Pendentes de publicação	Não se aplica
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Não se aplica



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

Não ocorreu.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

96 sessões realizadas.

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim.

4.2 Boas práticas e inovações

Dividimos nosso grupo por relatores, controlados por pastas individuais, selecionadas por grupo de tarefas aos seus respectivos andamentos. Periodicamente, fazemos pesquisas em nossas ferramentas de relatórios, para averiguarmos pendências. O Tribunal tem nos fornecido toda a assistência, material e remota. A única sugestão que poderíamos oferecer seria o aumento do quadro de funcionários para uma divisão mais equânime dos trabalhos.

4.3 Dificuldades

Temos passado por algumas dificuldades pelo grande volume de trabalho e em razão de menor número de servidores, que nos recomenda uma dedicação maior. Temos trabalhado arduamente para mantermos os bons resultados. Estamos conseguindo. Ainda continuamos com número reduzido de servidores, como dito, e sem auxílio de estagiários.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Não se aplica.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Esse controle é feito pelas assessorias, através das tarefas de tramitação e ferramentas de estatísticas.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

Nossos julgamentos estão distribuídos em sessões Ordinárias (presenciais), Virtuais e Ampliadas (art.942, CPC). As Ampliadas, em conjunto com a Primeira turma, ocorrem a cada 30 dias. As Ordinárias a cada 15 dias. As Virtuais são realizadas todas as

quintas-feiras. As datas das sessões são divulgadas semestralmente em calendário publicado no Diário de Justiça Eletrônico, no sítio eletrônico do Tribunal e no quadro de avisos do PJe.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Os processos são inseridos nas pautas de julgamento, pelas respectivas assessorias, obedecendo o calendário preestabelecido, conforme mencionado no item anterior.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento é realizado por telefone, e-mail, balcão virtual e presencialmente.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0001201-13.2010.4.05.8500	17/3/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa realizada pela nossa Divisão de Distribuição à Vara de origem para a adoção das providências necessárias com vistas à devolução, a esta Corte, dos autos físicos para cumprimento da decisão proferida pelo STJ.		
0002120-15.2013.4.05.8300	18/11/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado pela nossa Divisão de Distribuição para devolução do feito a origem para a adoção das providências necessárias com vistas a remessa dos autos físicos.		
0807956-77.2020.4.05.8400	26/3/2021	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079).		
0809190-33.2020.4.05.8000	7/7/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079).		
0805703-62.2019.4.05.8300	8/11/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.090/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal.		
0806523-18.2018.4.05.8300	20/7/2021	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento dos Recursos Especiais n. 1880238/RJ, n. 1871942/PE, n. 1880246/RJ e n. 1880241/RJ, representativos da controvérsia repetitiva descrita no Tema 1080.		
0809989-38.2018.4.05.8100	17/8/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.799.288/PR, afetado ao rito dos recursos repetitivos, pelo Superior Tribunal de Justiça.		
0812706-52.2020.4.05.8100	11/3/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079).		
0801632-69.2018.4.05.8100	1/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.799.288/PR, afetado ao rito dos recursos repetitivos, pelo Superior Tribunal de Justiça.		
0804824-05.2021.4.05.8100	10/8/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079).		
0008513-10.2000.4.05.8300	25/11/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado pela nossa Divisão de Distribuição, para devolução do feito a origem para a adoção das providências necessárias com vistas à devolução, dos autos físicos para que se dê cumprimento à decisão proferida pelo STJ.		
0801510-25.2015.4.05.8500	30/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.090/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal.		
0012657-90.2001.4.05.8300	16/1/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento da Ação Civil Pública n. 2003.83.00.027206-2.		
0810304-95.2020.4.05.8100	6/3/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079).		
0808175-02.2020.4.05.8300	6/11/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079).		
0809965-48.2020.4.05.8000	10/5/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079),		
0806604-23.2020.4.05.8000	7/1/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079).		
0806603-38.2020.4.05.8000	9/4/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão do relator até o julgamento do REsp 1.898.532/CE, sob o rito especial dos recursos repetitivos (Tema 1079).		

0002538-26.2015.4.05.9999	5/4/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Verificamos que o feito em referência se encontra em fase de migração para o PJe na Subsecretaria de Recursos.		
0810954-90.2021.4.05.8300	28/9/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Providenciada a baixa dos autos, em razão do trânsito em julgado.		
0007336-73.2007.4.05.8200	20/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Providenciada a baixa dos autos, em razão do trânsito em julgado.		
0819865-28.2020.4.05.8300	19/2/2021	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo concluso ao desembargador relator para data vênua, análise de certidão.		
0803055-41.2021.4.05.8300	24/6/2021	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Providenciada a baixa dos autos, em razão de trânsito em julgado.		
0803040-09.2020.4.05.8300	29/6/2020	46 - Restauração de Autos Cível
Observação/Providência: Providenciada a baixa dos autos, em razão do trânsito em julgado.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 24 processos selecionados, todos são eletrônicos e foram aferidos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) No que tange aos processos n. 0001201-13.2010.4.05.8500 e n. 0002120-15.2013.4.05.8300, considerando que foram remetidos ao primeiro grau para providências em fevereiro e janeiro de 2020, respectivamente, adotar medidas para impulsionar o trâmite processual, no prazo de 30 dias; e

b) No que tange ao processo n. 0812706-52.2020.4.05.8100, promover, no prazo de 30 dias, a publicação do despacho exarado em 28/9/2021.

Os demais processos encontram-se regularizados.

A Divisão administra a realização de, em média, 7 sessões por mês, entre ordinárias (presenciais), virtuais e ampliadas. Nos últimos 12 meses, ocorreram 96 sessões, sendo ordinárias a cada 15 dias, ampliadas em conjunto com a Primeira Turma a cada 30 dias, e virtuais semanalmente, realizadas todas as quintas-feiras.

Considerado o volume de processos em tramitação na Divisão e nos órgãos que integram a unidade e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Divisão é baixo, conforme aferição local, e dos 24 processos inspecionados, apenas 3 encontram-se com atraso na tramitação.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida pelo Diretor Geraldo Xavier de Azevedo Sobrinho, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

Por força da Lei n. 14.253/2021, o Pleno do TRF5 aprovou a Emenda Regimental n. 4/2022 e editou a Resolução n. 8/2022, que dispuseram sobre aspectos operacionais relativos à implantação das novas Turmas (5ª, 6ª e 7ª) e à criação de três Seções. Cada Seção é composta por sete Desembargadores Federais: a 1ª Seção é composta pelos Desembargadores mais antigos de cada uma das sete Turmas, a 2ª Seção é formada pelos que os seguem em antiguidade e a 3ª Seção pelos membros mais recentes de cada Turma.

O normativo previu, ainda, a criação de uma Divisão de Processamento de Turma em cada uma das novas Turmas (5ª, 6ª e 7ª).

Em 14/9/2022, foi editada a Resolução n. 17/2022 que determinou a distribuição de processos para os 9 novos Gabinetes a partir de 19/9/2022. Determinou-se ainda que até 31/3/2023 os processos novos de competência das Turmas, das Seções e do Pleno seriam distribuídos exclusivamente aos Desembargadores integrantes das novas Turmas, ressalvados os feitos preventos dos demais Desembargadores.

O Diretor destacou que a equipe da unidade trabalha em conjunto há muitos anos e está bem integrada. Não há estagiários em auxílio na divisão de processamento. A equipe de servidores é dividida por relatores, organizados por pastas individuais, promovendo o andamento do feito em todas as fases, sem especialização por matéria.

O Diretor informou que o controle dos processos sobrestados é feito através do sistema informatizado do TRF5 – PJe e manualmente com planilhas Excel. Pontua que o servidor Roberto Amâncio é responsável pelo acompanhamento do andamento processual do feito paradigma, cujo julgamento acarreta a reativação e conclusão do processo para regular prosseguimento.

O atendimento aos advogados e às partes interessadas é feito presencialmente ou por telefone, este último sem limitação de horário, visando dar informações sobre o andamento processual e a melhor orientação ao jurisdicionado.

Salienta que a redução do quadro de servidores (de 12, em 2021, para 9, em 2023) ocorreu em razão da aposentadoria de 3 deles, bem como em decorrência da liberação de servidores para ocuparem cargos nas novas Turmas (5ª, 6ª e 7ª) no TRF5. Não obstante, tal situação foi equilibrada com a recente diminuição na distribuição de novos processos, resultante das alterações regimentais promovidas a partir da Lei n. 14.253/2021. Assim, o baixo número de servidores compromete, mas não tem impedido o êxito no controle do acervo.

Dentre as dificuldades relacionadas pelo órgão, aponta a forma de controle dos processos enviados ao primeiro grau para providências. Afirma que as Comarcas demoram a prestar informações, o que retarda a tramitação do feito. E não há meios eficazes para cobrar o envio de informações e/ou cumprimento das diligências com agilidade. Dessa forma, sugere que, na hipótese de envio do processo para cumprimento de diligências em primeiro grau, o processo receba baixa definitiva, sendo reativado e encaminhado por prevenção ao órgão após o cumprimento das providências.

Por fim, destacou que a equipe continuará envidando esforços para reduzir o acervo e agilizar a tramitação dos feitos.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 8; e
- b) manter o bom método de trabalho e as boas práticas, que permitiram a redução do acervo e de pendência do órgão.

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 4ª TURMA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Divisão de Processamento de Feitos de Competência da 4ª Turma.

1.2 Competência

Processamento dos feitos distribuídos aos gabinetes dos magistrados integrantes da 4ª Turma do TRF5, bem como o apoio às sessões de julgamento.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, desde 30 de março de 2021.

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Telma Lisot de Miranda, Diretora da Divisão de Feitos de Competência da 4ª Turma.

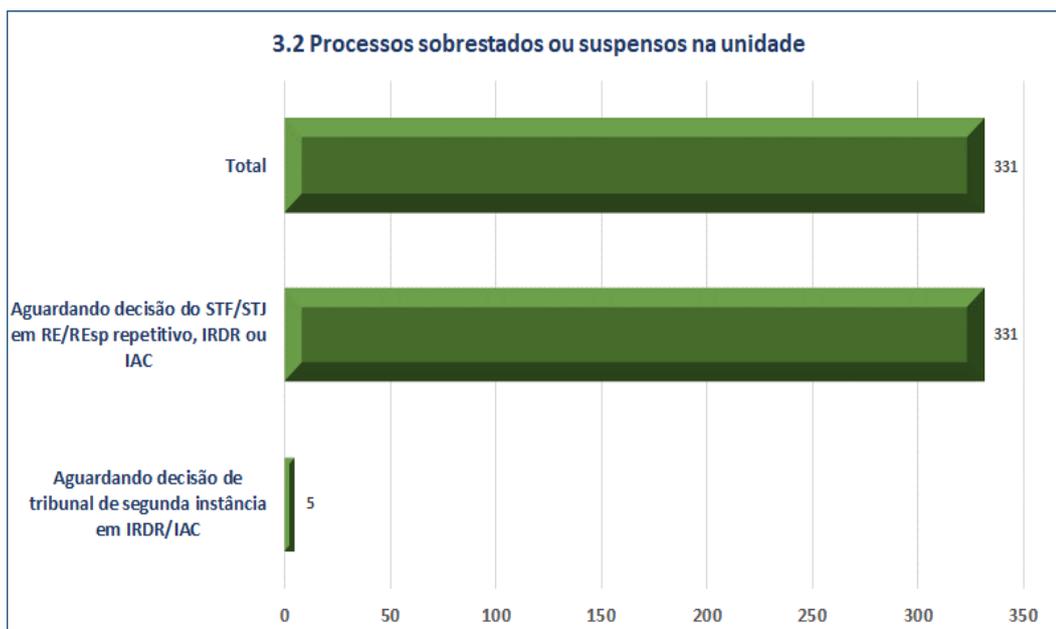
2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	0
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0



3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	N/A
Média de dias do julgamento à publicação	N/A
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	N/A
Pendentes de publicação	N/A
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	N/A

3.4 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

Há mais de 60 dias	0
Há mais de 120 dias	5 (cinco) Processos: 0808939-22.2019.4.05.8300/0800843-37.2013.4.05.8200 /0000729-59.2019.4.05.9999/0001431-73.2017.4.05.9999/0002086-11.2018.4.05.9999 - Todos baixados em diligência.
Há mais de 90 dias	

3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

- Desembargador Federal VLADIMIR CARVALHO (ausente na sessão 7/6/2022 – ausência eventual), 21, 28/6/2022, 5, 12, 19 e 26/7/2022 - férias), 24 e 31/1/2023, 7, 14 e 28/2/2023 - (férias) - Desembargador Federal MANOEL ERHARDT (ausente nas sessões 7, 14, 21 e 28/6/2022, 5, 12, 19 e 26/7/2022, 2, 9, 16, 23 e 30/8/2022, 6, 13, 20 e 27/9/2022, 4, 11, 18 e 25/10/2022, 8, 22 e 29/11/2022, 6 e 13/12/2022 - convocado para compor o STJ), (24 e 31/1/2023, e 7/2/2023 - férias), 14/3/2023 - (ausência eventual) - Desembargador Federal RUBENS CANUTO (ausente nas sessões 18 e 25/4/2023, 2 e 9/5/2023 - férias)

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

- 40 Sessões Virtuais - 39 Sessões Telepresenciais - 22 Sessões Telepresenciais ampliadas

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. Os processos eletrônicos com tarefas pendentes são automaticamente distribuídos para pastas criadas pelo próprio sistema. Dentro de cada pasta são criadas subpastas com o nome dos servidores ou com o nome da tarefa a ser executada. Além disso, é feito acompanhamento diário das petições juntadas nos processos em trâmite nesta Secretaria, por meio da ferramenta denominada “agrupadores”, realizando-se a conclusão dos autos ou processamento dos recursos (tempestividade/intimação para contrarrazões), com a agilização do procedimento. Os despachos e as decisões têm cumprimento imediato. As atividades são distribuídas por tarefas. Dentre os nove servidores lotados da Quarta Turma, sete trabalham exclusivamente com o processamento, enquanto os outros dois dedicam-se às sessões de julgamento. Para o atendimento ao público, todos os servidores estão envolvidos.

4.2 Boas práticas e inovações

A Divisão da 4ª Turma preza pela celeridade processual. As atividades são distribuídas por tarefas. Este setor adota como dinâmica de trabalho a divisão por tarefa e tem como meta coletiva não deixar ocorrer atrasos no cumprimento das mesmas. Todos os integrantes desta Divisão realizam trabalho remoto, sendo 4 servidores em regime integral e o restante de forma híbrida, respeitando-se o percentual imposto pelo CNJ.

4.3 Dificuldades

A equipe de trabalho vem relatando ter dificuldade em executar suas tarefas presencialmente. Isso se deve ao fato de o Tribunal haver realizado reforma nas suas instalações físicas durante a pandemia, em virtude da ampliação do número de desembargadores desta Corte Regional. Atualmente as salas das sete turmas e da Diretoria do Plenário se localizam em um único ambiente, divididas apenas com paredes de gesso. Não há isolamento acústico e, com a determinação de retorno do atendimento presencial e a diminuição do percentual de servidores em teletrabalho, o grupo de trabalho presencial vem se queixando do barulho elevado e, por conseguinte, dificuldade de concentração nas suas atividades. Por conseguinte, constatou-se queda da produtividade nos dias em que o trabalho é desenvolvido presencialmente.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Os processos são encaminhados eletronicamente, via sistema PJe, com atribuição dos prazos previstos em lei. O próprio sistema movimenta esses processos para uma pasta

específica quando do término do prazo processual, momento no qual é dado o encaminhamento devido por esta Secretaria.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

N/A

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

As sessões ordinárias ocorrem sempre nas terças-feiras às 13h30. As sessões ampliadas da Segunda e Quarta Turma ocorrem nas segundas-feiras às 14h. Excepcionalmente, poderão ocorrer sessões extraordinárias convocadas pelo Presidente da Quarta Turma em data e hora por ele estabelecidas.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

A pauta de julgamento segue as orientações do Presidente da Quarta Turma. De regra, são priorizados os *habeas corpus*, decididos logo no início da sessão e, posteriormente, os demais processos considerados urgentes pelos Relatores. Após esta fase, as ações são julgadas de acordo com a ordem de antiguidade dos Desembargadores na Quarta Turma, iniciando-se pelas ações em que há pedido de preferência e sustentação oral por parte dos advogados, observando-se a ordem de inscrição dos referidos pedidos.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

Os atendimentos são realizados presencialmente, por telefone, e-mail e balcão virtual. Registre-se, por oportuno, serem raríssimos os atendimentos presenciais.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0810213-26.2018.4.05.0000	5/7/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Em 6/7/18 foi proferida decisão que reconheceu a incompetência do TRF5 para julgar a causa. No dia 9/7/18 o processo foi baixado em declínio de competência à Justiça Federal/PE, encontrando-se atualmente arquivado no primeiro grau.		
0808939-22.2019.4.05.8300	4/12/2019	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: No dia 2/5/2023 encaminhamos e-mail à Vara Federal de origem, noticiando que o processo foi incluído na listagem de inspeção do CJF, solicitando priorização no cumprimento da diligência e devolução do processo ao TRF5.		
0000077-33.2012.4.05.8303	17/10/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Este processo foi devolvido à origem desde 1º/10/19, estando em trâmite na 18ª Vara Federal/PE.		
0002691-50.2008.4.05.8400	19/2/2020	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi baixado à Vara Federal de origem desde 28/1/20, s.m.j., nenhuma providência a realizar.		
0804702-87.2020.4.05.8500	14/4/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão judicial até julho de 2023.		
0800426-30.2017.4.05.8108	30/11/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: No dia 2/5/2023 encaminhamos o processo ao Gabinete do Desembargador Relator.		
0800207-20.2017.4.05.8204	1º/8/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 2/5/2023 expedimos e-mail à Direção da Vara Federal de origem, solicitando o quanto possível a priorização do cumprimento da diligência e devolução do processo ao TRF5.		
0809999-64.2018.4.05.8300	17/2/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação judicial, até que a Suprema Corte julgue o mérito do Tema 1.209.		
0803885-32.2020.4.05.8400	27/10/2021	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação judicial, até que a Suprema Corte julgue o mérito do Tema 1.209-STF. Salvo melhor juízo, nada a providenciar.		
0009837-69.2001.4.05.0000	17/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Este processo foi migrado para o PJe em 8/12/21 sob n. 0009900-31.1998.4.05.8300. Atualmente está aguardando o transcurso de prazo processual para as partes, em face do julgamento ocorrido no dia 2/5/2023.		
0000835-05.2013.4.05.8100	1º/8/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado na Quarta Turma, em cumprimento à determinação do Desembargador Relator, aguardando o julgamento do Tema Repetitivo n. 1.039 do STJ.		
0800537-39.2020.4.05.8001	10/3/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com prazo de sobrestamento até 25/8/2023, conforme decisão judicial neste sentido, com fundamento na Lei 14.230, de 2021, art. 3º, § 1º.		
0804703-74.2021.4.05.8100	4/9/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação judicial até o julgamento do Tema Repetitivo n. 1.039 do STJ.		
0800036-40.2015.4.05.8105	6/6/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado na Turma aguardando o julgamento do Tema Repetitivo n. 1.039 do STJ.		

0809080-88.2021.4.05.8100	20/1/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação judicial, aguardando o julgamento do Tema Repetitivo n. 1.039 do STJ. Salvo melhor juízo, nada a proceder.		
0002468-24.2013.4.05.8400	24/5/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo baixado em diligência à 1ª Vara Federal - RN. Em 2/5/23 solicitamos ao juízo de origem, via e-mail, prioridade no cumprimento da diligência. Processo foi devolvido ao TRF5 em 2/5/23 e enviado ao Gabinete do Relator.		
0814361-93.2019.4.05.8100	24/7/2020	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado aguardando o julgamento do Tema 1079 - STJ (RESP 1905870/PR). Nada a proceder.		
0814744-19.2022.4.05.0000	29/12/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo transitou em julgado e foi arquivado no dia 19/4/23.		
0012292-78.2006.4.05.8100	27/2/2009	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo sobrestado na Turma em decorrência do parcelamento do crédito tributário, são expedidos trimestralmente ofício à Receita Federal a fim de verificar a regularidade do parcelamento.		
0813571-75.2020.4.05.8100	18/3/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo transitou em julgado no dia 14/4/2023 e no dia 17/4/2023 foi certificado o trânsito em julgado e baixado à Vara de origem.		
0800708-33.2019.4.05.8000	9/7/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação judicial até agosto/2023, nos termos e na forma da Lei n. 11.941/2009; salvo melhor juízo, nada a providenciar.		
0800695-93.2022.4.05.8302	9/8/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo transitou em julgado no dia 14/4/2023 e no dia 17/4/23, foi certificado o trânsito e realizada a baixa do processo à origem.		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 19 processos selecionados, (18 eletrônicos e um 1 físico), foram inspecionados.

As informações da análise realizada pela equipe de inspeção, contendo apontamentos sobre fase processuais, observações e recomendações constam da ficha de inspeção.

As pontuais pendências identificadas na amostra foram solucionadas ainda no decorrer da inspeção, de modo que não há recomendações à unidade quanto ao acervo da amostragem.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE E OBSERVAÇÕES

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Telma Lisot de Miranda, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas no setor.

A unidade gerencia o quantitativo aproximado de 8 sessões por mês, tendo havido, entre maio/2022 e abril/2023, 40 sessões virtuais, 39 sessões telepresenciais e 22 sessões telepresenciais ampliadas. Foi informado que, atualmente, a Turma alterna sessões presenciais e virtuais, havendo abandonado a realização de sessões telepresenciais, por determinação do Conselho Nacional de Justiça.

Conforme apurado, o controle de sobrestamentos é manual, exercido por servidora encarregada de acompanhamento processual dos feitos com suspensão nacional nos Tribunais Superiores (valendo-se principalmente de notificações via *push*). Foi esclarecido que o entendimento da Turma é de que os processos só devem ser remetidos aos relatores após o trânsito em julgado do recurso repetitivo ou de repercussão geral paradigma.

Os dados colhidos revelam a manutenção do mesmo nível de excelência observado no último período de avaliação. A unidade demonstra pleno domínio de ferramentas de gerenciamento do sistema PJe, de modo que as informações estatísticas reunidas previamente não evidenciam qualquer atraso ou anormalidade digna de nota.

Neste aspecto, é de se elogiar o esforço da unidade face às adversidades enfrentadas no biênio. Com efeito, a Divisão cedeu 25% da força de trabalho para estruturação dos gabinetes dos novos cargos de desembargador federal criados na 5ª Região, sem prejuízo ao bom andamento dos trabalhos. Nada obstante, foi relatada dificuldade na organização de escalas de férias ou em casos de licenças, dada a escassez de vias de cobertura do trabalho pelo quadro funcional disponível, exigindo sobretrabalho considerável dos servidores em exercício.

De outra parte, a equipe de inspeção pôde constatar que o espaço de trabalho para o qual a Divisão foi realocada após o retorno das atividades presenciais comporta aprimoramento, pois atualmente concentra todas as áreas de processamento das sete Turmas em ambiente com divisões apenas parciais, com pouco isolamento de ruído, frequente poluição sonora e trânsito de pessoas.

Calculou-se que, com a reestruturação do Tribunal (decorrente do aumento de unidades jurisdicionais de segundo grau e adoção de regime de trabalho híbrido, presencial e à distância), a superveniência da Resolução CNJ 481/2022 (que impôs percentual aumentado de força de trabalho presencial) dificultou a alocação física de servidores na Corte, cujos planos de adequação de espaço não contemplavam, inicialmente, tal majoração. Nesta linha, a Diretora da unidade apontou ser perceptível queda de rendimento generalizada na equipe nos dias de trabalho presencial, circunstância a merecer estudo pelo Conselho de Administração da Corte.

Ainda sobre reflexos decorrentes do período de pandemia, foi consignada a maior complexidade de gerenciamento de demandas ao setor, em virtude da premissa de disponibilidade ininterrupta decorrente do uso de métodos eletrônicos de comunicação, sendo frequente a inobservância dos horários de atendimento institucionalmente estabelecidos, tanto pelo público externo quanto interno.

Deste modo, na percepção da equipe de inspeção, a unidade segue como modelo de funcionamento no âmbito da Região, reconhecimento que não ofusca a pertinência das observações efetuadas a respeito das dificuldades vivenciadas pela Divisão, na perspectiva de aprimoramento pelas instâncias administrativas superiores competentes para fins de equacionamento, mediante documentação e formalização de demanda pelo setor.

10. RECOMENDAÇÕES

Havendo a unidade renovado os bons resultados auferidos na inspeção anterior, não há recomendação específica a ser dada, cabendo apenas o incentivo à Divisão para manutenção da elogiável disposição e organização de trabalho demonstrada, atuando para a superação institucional das dificuldades relatadas.

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 5ª TURMA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Divisão de Processamento das Causas de Competência da 5ª Turma

1.2 Competência

Processamento dos Feitos Distribuídos à 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

José Avelino de Souza Júnior - Diretor da Divisão de Processamento das Causas de Competência da 5ª Turma

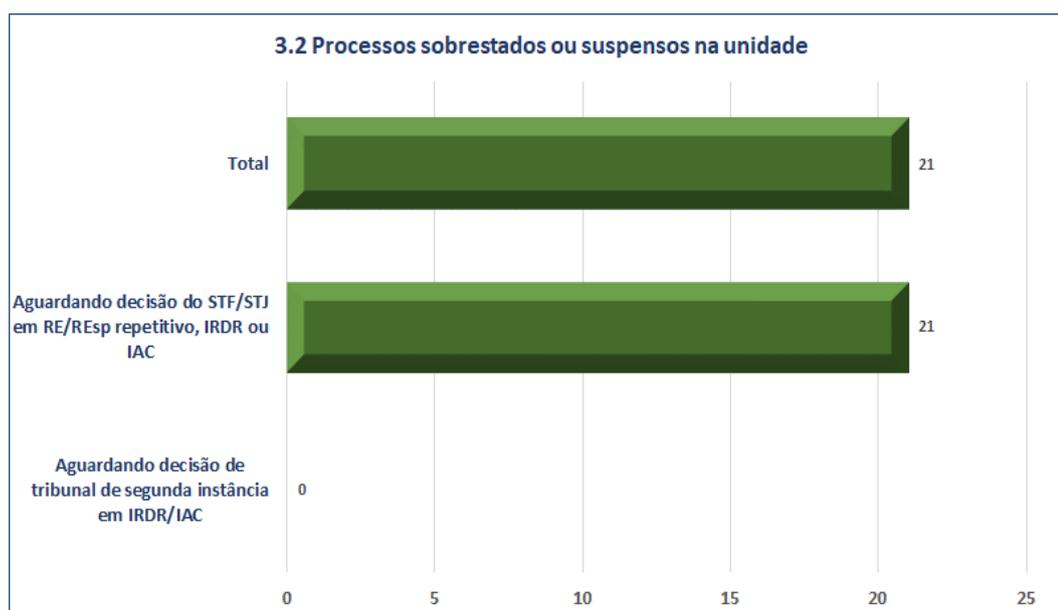
2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	6
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

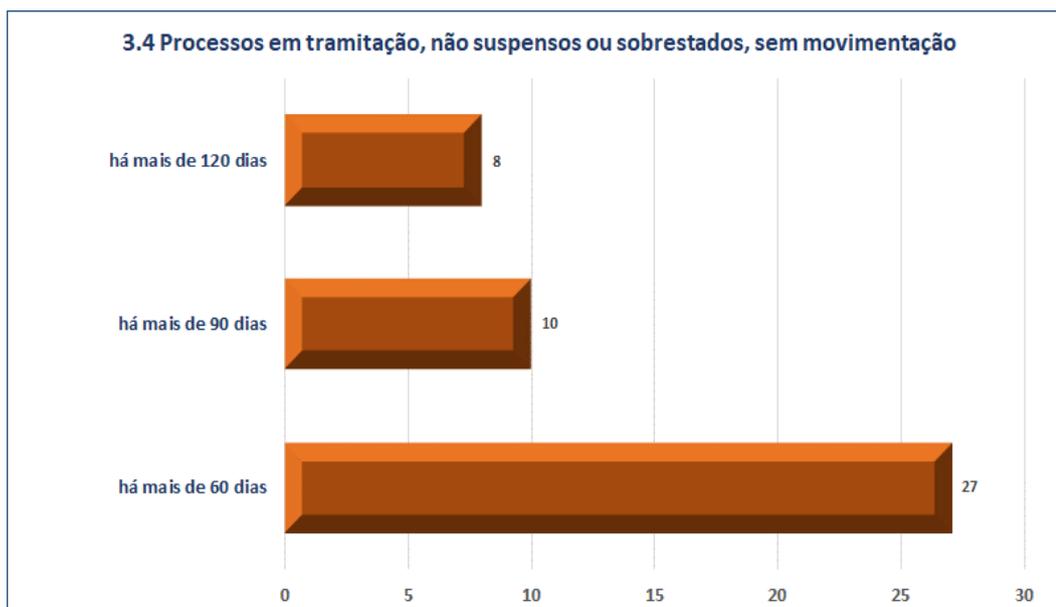
3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	0
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	3
Análise/triagem	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0



3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	Não se aplica, pois não temos processos físicos.
Média de dias do julgamento à publicação	Não se aplica, pois não temos processos físicos.
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	Não se aplica, pois não temos processos físicos.
Pendentes de publicação	Não se aplica, pois não temos processos físicos.
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Não se aplica, pois não temos processos físicos.



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

Ausência justificada do Desembargador Federal Marco Bruno na sessão de julgamento do dia 7/11/2022. Ausência justificada da Desembargadora Federal Joana Carolina na sessão de julgamento do dia 13/3/2023.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

27

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim.

4.2 Boas práticas e inovações

As boas práticas efetivamente consistem em não deixar acumular processos pendentes de cumprimento das decisões e despachos rotineiramente, no que todos se empenham em cumprir diariamente com as tarefas específicas, bem como informar os resultados das sessões de julgamento antecipadamente, a partir do recebimento das listas pelos gabinetes, deixando para alterar após a realização das mesmas apenas o que foi modificado depois de sua realização.

4.3 Dificuldades

Com a criação e instalação da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região em 16/9/2022, os gabinetes passaram a receber distribuição de processos a partir de

19/9/2022. No começo eram poucos os processos distribuídos, que foram aumentando gradativamente. Após um mês aproximadamente, começaram as sessões de julgamento, quando os trabalhos foram incrementados, bem como o tribunal decidiu que só as novas turmas, recém-criadas, recebessem novos processos da distribuição, no período de 19/9/2022 a 31/3/2023. A partir de então, sentiu-se a necessidade de aumentar o número de servidores, uma vez que, a princípio, contávamos apenas com quantitativo de 5. Todos os servidores que compõem o quadro da secretaria da turma cuidam do processamento dos feitos, sendo que 2 fazem também os trabalhos de preparação e realização das sessões de julgamento.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Não se aplica, pois não temos processos físicos. Somente processos eletrônicos.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Através das tarefas próprias no PJe pelas assessorias do Desembargadores.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

Semanalmente.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

O cronograma é feito pela secretaria, seguindo a orientação da Presidência da Turma. A inclusão em pauta é feita pelo gabinete de cada Relator, respeitando os prazos previstos em lei.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

Presencialmente, balcão virtual, telefone e e-mail.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0817265-97.2021.4.05.8300	30/9/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0800257-73.2022.4.05.8300	27/9/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0810624-77.2022.4.05.8100	19/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0813625-75.2019.4.05.8100	9/11/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0801706-21.2021.4.05.8100	6/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0808846-68.2019.4.05.8200	3/10/2022	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conclusão para despacho		
0808561-88.2022.4.05.8000	29/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0808962-78.2022.4.05.8100	26/10/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0810984-12.2022.4.05.8100	18/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0805375-30.2022.4.05.8300	17/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0801846-13.2021.4.05.8308	10/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certidão de Trânsito em Julgado - Será procedida à Baixa		
0802500-69.2022.4.05.8500	11/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado		
0810384-88.2022.4.05.8100	14/10/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Sobrestamento por Recurso Especial		
0800836-33.2022.4.05.8102	26/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado		
0803196-69.2021.4.05.8200	24/9/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado		
0800525-18.2022.4.05.8401	17/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado		
0807562-72.2021.4.05.8000	7/10/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Providenciando conclusão para despacho		

0801774-22.2022.4.05.8201	19/10/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo baixado		
0800464-36.2022.4.05.8312	20/10/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo baixado		
0806020-73.2022.4.05.8100	24/9/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo baixado		
0812314-94.2022.4.05.0000	21/10/2022	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo baixado		
0803411-81.2022.4.05.8500	8/11/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Concluso para decisão		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 22 processos selecionados, todos eram eletrônicos.

Em relação aos feitos, a equipe da inspeção não verificou qualquer situação que exija recomendação específica.

A Divisão administra a realização de 4 a 5 sessões por mês (1 por semana), tendo havido, entre outubro/2022 (mês seguinte à instalação da 5ª Turma) a abril/2023, 27 sessões ordinárias. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na Divisão e nos órgãos que integram a unidade e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. O volume de pendências na Divisão é zero, pois, dos 22 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor José Avelino de Souza Júnior e pelas servidoras Ana Cecília, Ana Carolina e Ana Maria.

As atividades desenvolvidas pela unidade consistem no processamento dos feitos distribuídos aos gabinetes dos Desembargadores Federais integrantes da 5ª Turma e na realização das sessões de julgamento do Colegiado, cuja Presidência, atualmente, é exercida pela Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira.

Não há processos físicos em tramitação, considerando que os gabinetes instalados com a ampliação do Tribunal, dentre os quais os integrantes da 5ª Turma, recebem a distribuição de processos novos, os quais tramitam exclusivamente em meio eletrônico (não houve remanejamento de acervo).

A equipe de servidores da unidade foi inicialmente formado por 5 servidores. A partir de abril de 2023, passou a contar com 6. Todos atuam no processamento dos

feitos, sendo que 2 servidores também exercem atividades de preparação e realização das sessões de julgamento.

As sessões de julgamento são realizadas semanalmente, alternando-se entre sessões virtuais e sessões presenciais, de acordo com o cronograma previamente estabelecido, a partir de orientações da Presidência da Turma.

Na sistemática de julgamento prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil, são adotados os seguintes procedimentos: uma vez verificada a existência de divergência, o processo é sobrestado e levado a julgamento na sessão seguinte; na composição do Colegiado Ampliado, são convocados Desembargadores Federais da 6ª e da 7ª Turmas, evitando-se a convocação de Juízes Federais Convocados.

A principal dificuldade informada pela unidade diz respeito à demora do PJe em executar os comandos de processamento.

Dentre as boas práticas da unidade, a equipe da Corregedoria destaca as seguintes: o uso de ferramentas do Microsoft Teams no preparo das sessões de julgamento; a realização de uma sessão de julgamento por semana; participação na reunião, realizada no dia anterior ao encerramento da sessão virtual, para discussão dos destaques da pauta; e o encerramento da sessão de julgamento apenas com a juntada de todos os votos pelos gabinetes.

10. RECOMENDAÇÕES

A unidade executa suas atribuições com presteza e excelência, não se verificando a necessidade de recomendação específica dirigida a qualquer processo.

Sugere-se a manutenção das boas práticas descritas no item 4.2 e ao final do item 9 deste Relatório, visando ao aprimoramento constante da unidade, especialmente no que diz respeito ao célere processamento dos feitos e ao preparo das sessões de julgamento.

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 6ª TURMA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Divisão de Processamento das Causas de Competência da 6ª Turma

1.2 Competência

Processamento dos feitos distribuídos aos gabinetes dos magistrados integrantes da 6ª Turma do TRF5, bem como o apoio às sessões de julgamento da Turma

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado Presidente do órgão

Desembargador Federal Sebastião José Vasques de Moraes, desde a sua criação em 16 de setembro de 2022

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Maria Rejane Delgado Nunes - Diretora da Divisão de Processamento das Causas de Competência da 6ª Turma

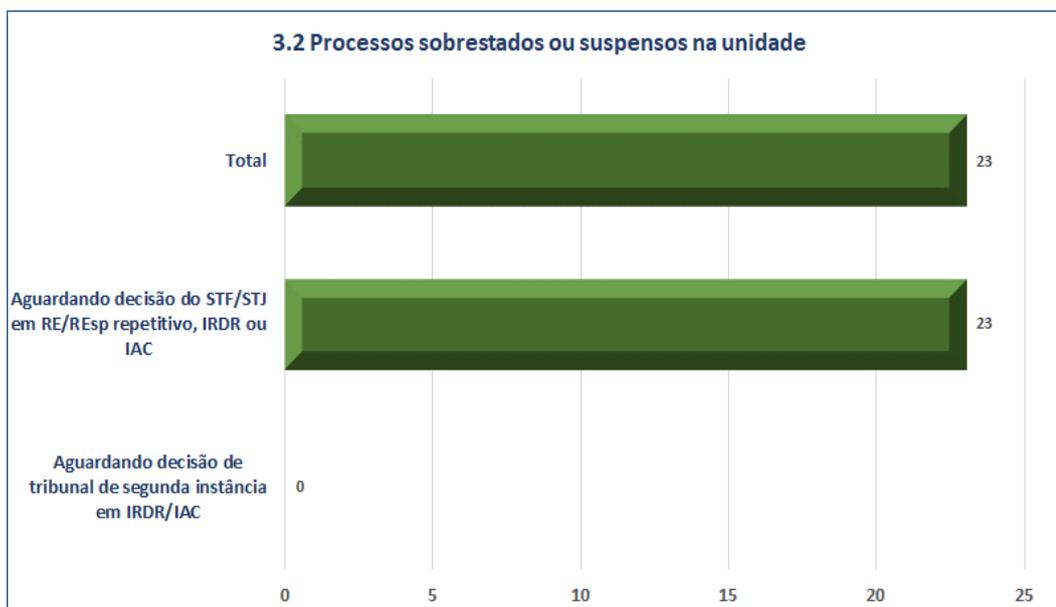
2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	5
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	N/A
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	N/A



3.3 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	N/A
Média de dias do julgamento à publicação	N/A
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	N/A
Pendentes de publicação	N/A
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	N/A

3.4 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

Há mais de 60 dias	1 - 0802696-89.2019.4.05.8000: remetido à Seção Judiciária de Alagoas (a unidade já solicitou informações sobre o cumprimento da diligência).
Há mais de 90 dias	0
Há mais de 120 dias	0005956-83.2010.8.06.0137: remetido à Comarca de Pacatuba-TJCE (três pedidos de informações sobre a diligência determinada); 0800455-20.2021.4.05.8309: remetido à SJPE (mensalmente solicita-se informações sobre a diligência); 0800444-89.2017.8.15.0881: remetido à Comarca de São Bento-TJPB (a comarca informou que já nomeou perito para a realização do laudo pericial).

3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

Desembargador Federal Leonardo Resende Martins - Férias: 2/5/23 a 21/5/23.
Desembargador Federal Sebastião José Vasques de Moraes - Férias: 13/2/23 a 4/3/23.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Sessões virtuais: 21; Sessões telepresenciais: 17; Sessões presenciais: 7; Total: 45 sessões de julgamentos (outubro 2022 a 1ª quinzena de maio 2023).
--

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. Diariamente são cumpridos os despachos/decisões que foram prolatados após o expediente do dia anterior juntamente com aqueles proferidos no dia específico. Após a realização dessa tarefa, os servidores passam aos processos que chegaram nas outras tarefas do PJe, como, por exemplo, processos com ou sem manifestação após a expiração do prazo, aptos para conclusão ao relator, processamento de eventuais recursos, certificações variadas, baixas definitivas ou para cumprimento de diligências, dentre outras tarefas próprias da Secretaria. Nessas atividades fazemos uso da ferramenta “Agrupadores” visando à otimização dos trabalhos. Dos 5 servidores que compõem a Sexta Turma, 3 realizam exclusivamente serviços cartorários, dedicando-se as outras 2 servidoras às sessões de julgamento e, no caso da responsável pela Turma, também à orientação e supervisão dos serviços da Secretaria. O presente modelo tem se mostrado eficiente para a agilidade e a segurança na realização das atividades desenvolvidas pela Divisão da Sexta Turma.

4.2 Boas práticas e inovações

As atividades na Secretaria são distribuídas para os servidores estabelecendo-se, coletivamente, a meta de cumprimento dos despachos e decisões no mesmo dia, ou, no máximo, em 24 horas, procurando aliar celeridade com segurança e motivação da equipe, o que estamos conseguindo até o momento. Todos os processos são eletrônicos, os quais, distribuídos em tarefas específicas no PJe, facilitam a fluidez do trabalho. Na organização diária, contamos com 70% dos servidores trabalhando presencialmente todos os dias e 30% realizando trabalho remoto/híbrido.

4.3 Dificuldades

A maior dificuldade é a equipe reduzida para o quantitativo processual trabalhado, haja vista que temos apenas 5 servidores para a realização de todas as atividades cartorárias e o apoio às sessões de julgamento.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Todos os processos em tramitação na Sexta Turma são eletrônicos e possuem automação na tarefa Controlar Prazos - finalizado o prazo indicado, o processo é direcionado para uma das tarefas: com ou sem manifestação. Diariamente, os servidores trabalham nos processos que chegam nessas tarefas, como em todas as demais geradas pelo PJe.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

N/A

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

Semanalmente são realizadas sessões virtuais e, quinzenalmente, também sessões presenciais.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

Nas sessões há a priorização dos *habeas corpus*, os quais são julgados no início da sessão, seguidos pelos processos com pedidos de defesa oral por parte dos advogados, bem como pelos demais processos considerados urgentes pelos Relatores e por aqueles em que foram solicitadas preferências de julgamento. Finalizada essa etapa, as ações são julgadas de acordo com a ordem de antiguidade dos Desembargadores.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

O atendimento é feito de forma presencial e, igualmente, por meio do Balcão Virtual, telefones e e-mails. Considerando os meios disponibilizados e a prontidão nos serviços desempenhados observa-se reduzida procura pelo atendimento presencial pelos advogados e partes.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0006130-89.2005.4.05.8201	31/5/2007	198 - Apelação Cível
Processo encaminhado à Contadoria deste TRF5 no mesmo dia em que foi proferido o Despacho Id. 4050000.33980712 (Aba Histórico de Tarefas do PJe). Foram realizados contatos com o setor responsável solicitando a prioridade na elaboração dos cálculos.		
0811741-56.2022.4.05.0000	10/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Esse processo ficou retido na tarefa automática Controlar Prazos por inconsistência apresentada pelo PJe, que, finalizado o prazo indicado, não o enviou para a tarefa correspondente. Encontra-se pautado para julgamento na Sessão do dia 30/5/2023, conforme Intimação de Pauta - Id.4050000.37736749.		
0800266-91.2020.4.05.8304	21/9/2022	417 - Apelação Criminal
Esse processo ficou retido na tarefa automática Controlar Prazos por inconsistência apresentada pelo PJe, que, finalizado o prazo indicado, não o enviou para a tarefa correspondente. Atualmente, está com prazo para o Ministério Público ofertar parecer (Despacho Id. 4050000.37694122).		
0001171-23.2016.8.20.0123	20/1/2023	198 - Apelação Cível
O processo não pertence ao acervo da Divisão da Sexta Turma, mas sim à Divisão da Quarta Turma, como se verifica nos detalhes processuais e, mais precisamente, no seu Histórico, o qual confirma que o mencionado processo, em nenhum momento, foi enviado a esta Sexta Turma.		
0811192-93.2022.4.05.8100	14/10/2022	198 - Apelação Cível
Decisão Id. 4050000.35967956: sobrestamento do feito até o julgamento do Tema Repetitivo n. 1008/STJ (ainda não finalizado).		
0803673-54.2019.4.05.8300	16/11/2022	198 - Apelação Cível

Processo encaminhado à Contadoria deste TRF5 no dia subsequente ao Despacho Identificador 4050000.35935315, conforme se verifica da Aba Histórico de Tarefas do PJe. Foram realizados contatos com o setor responsável solicitando prioridade na elaboração dos cálculos.

0802196-98.2021.4.05.8308	6/11/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
---------------------------	-----------	------------------------------------

Processo sobrestado até o julgamento do Tema Repetitivo n. 1008 pelo Superior Tribunal de Justiça (ainda não julgado), conforme determinação contida no Identificador 4050000.36314256.

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 7 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Em relação aos feitos, recomenda-se:

Conclusos ao Relator competente, solicitando providências, acerca dos processos sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias, em virtude do transcurso de prazo sem cumprimento de diligências a serem feitas pela Justiça Estadual.

0802696-89.2019.4.05.8000	0005956-83.2010.8.06.0137	0800455- 20.2021.4.05.8309
---------------------------	---------------------------	----------------------------

A Divisão administra a realização de 6 sessões por mês, tendo havido, entre 16/9/2022 a 14/6/2023, 26 virtuais, 22 ordinárias, 4 ampliadas e 1 extraordinária. Durante o período informado, por questão técnica/administrativa dos gabinetes, não houve a realização de uma sessão telepresencial, cujos processos foram, na sua totalidade, inseridos na sessão seguinte. A Diretora da Divisão da 6ª Turma do TRF5, Maria Rejane Delgado, salientou que: *“A Sexta Turma foi criada em 16/09/2023 e, desde a sua criação, a Secretaria administrava a realização de duas sessões semanais, uma na modalidade virtual, outra na telepresencial. Uma vez por mês tínhamos uma sessão presencial substituindo a telepresencial. Com a nova determinação do Conselho, a sessão remota foi extinta, continuando, semanalmente a ser realizada uma sessão virtual e, a cada quinzena, uma sessão presencial. Atualmente, em média, administramos 6 (seis) sessões mensais, mas podemos ter o acréscimo de uma sessão ampliada (ou, no mês de 5 semanas, totalizarmos 10 sessões, por exemplo).”*

Considerado o volume de processos em tramitação na Divisão e nos órgãos que integram a unidade e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável.

O volume de pendências na Divisão é zero, pois, dos 7 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi cordialmente recebida pela Diretora da Divisão de Processamento da 6ª Turma do TRF5, Maria Rejane Delgado Nunes, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A Divisão de Processamento da 6ª Turma do TRF5 está instalada no 4º andar do edifício sede do Tribunal, compartilhada com as demais Divisões de Processamento das

demais turmas. Possui excelentes instalações e adequada infraestrutura para o pleno cumprimento de suas diversas atribuições.

Indagada pela equipe de inspeção sobre a existência de sugestões, reclamações ou reivindicações a serem apresentadas à Corregedoria-Geral, a Diretora Maria Rejane sugeriu, para o melhoramento dos serviços, a equiparação ao número de servidores que atendem às Diretorias das Divisões de Processamento das Turmas mais antigas do TRF5 que são compostas por 9 servidores, bem como a disponibilização de mais controles automatizados no PJe.

10. RECOMENDAÇÕES

Destacando-se que os servidores que compõem o setor estão cumprindo suas atribuições com excelência, merecendo elogios por parte da equipe de inspeção, o cumprimento das recomendações indicadas no item 8 certamente contribuirão para o aprimoramento da unidade.

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA DA 7ª TURMA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Divisão de Processamento das Causas de Competência da 7ª Turma

1.2 Competência

Processamento dos feitos em tramitação na 7ª Turma

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal Francisco Roberto Machado

2.2 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Ivone Monteiro de Albuquerque - Diretora da Divisão de Processamento das Causas de Competência da 7ª Turma

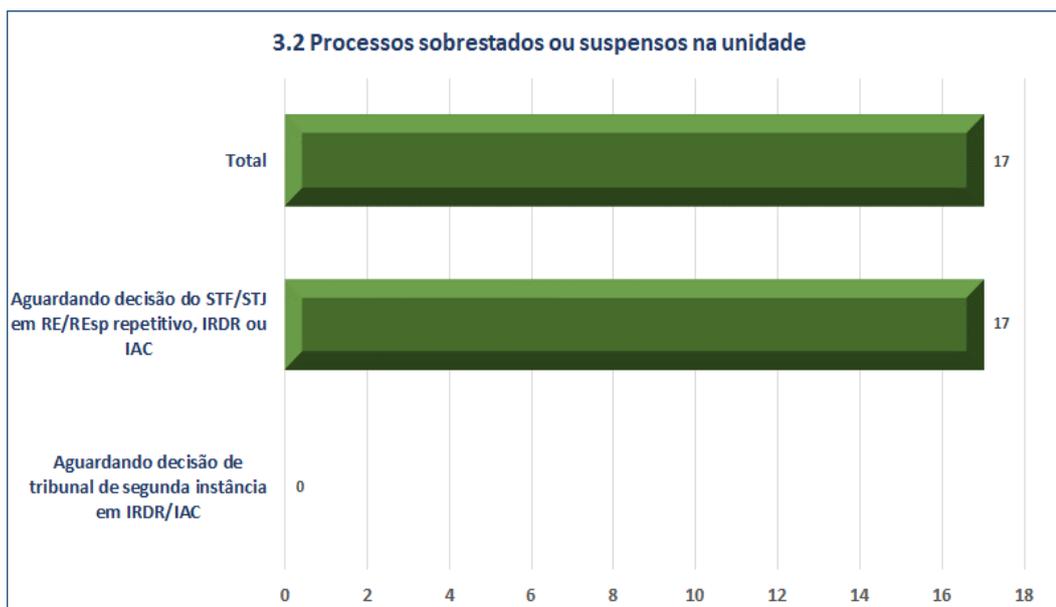
2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	6
Servidores sem vínculo	0
Estagiários	0

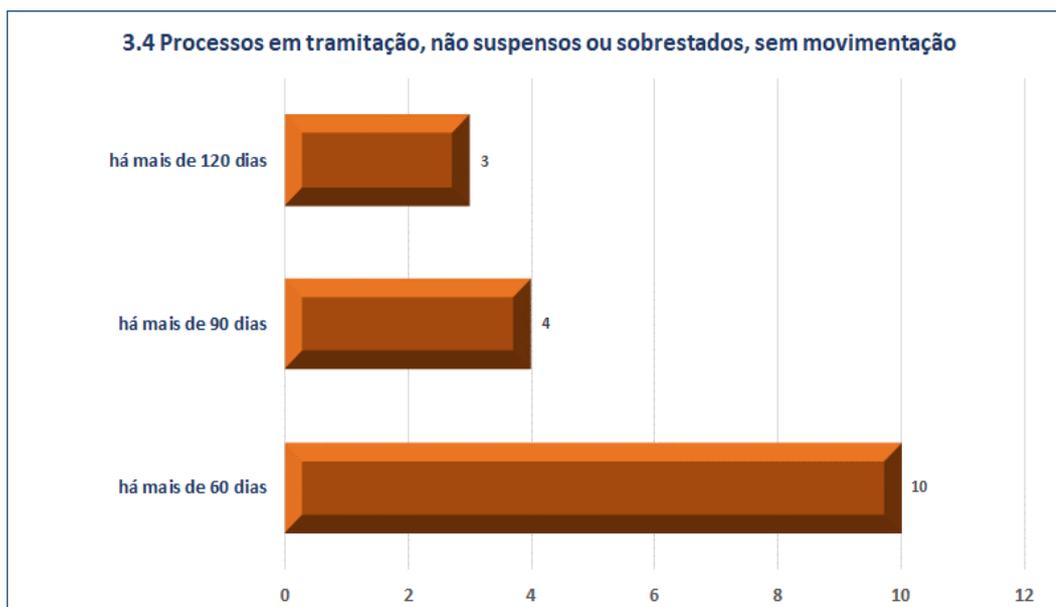
3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos, com intimação através do sistema.
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	Não se aplica
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos.
Em carga com prazo vencido	Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos, com intimação através do sistema.



3.3 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos, com intimação através do sistema.
Média de dias do julgamento à publicação	Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos, com intimação através do sistema.
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos, com intimação através do sistema.
Pendentes de publicação	Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos, com intimação através do sistema.
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos, com intimação através do sistema.



3.5 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento nos últimos 12 meses (especificar)

14/2/2023 - Ausência justificada da Desembargadora Federal Germana de Oliveira Moraes, substituída pela Desembargadora Federal Cibele Benevides Guedes da Fonseca para compor o quorum da 7ª Turma.

3.6 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

37

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 O controle do acervo, distribuição das atividades, estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim

4.2 Boas práticas e inovações

Acompanhamento dos feitos através dos agrupadores disponíveis no PJe, especialmente de documentos não lidos, objetivando celeridade ao processamento dos feitos, antecipando a conclusão antes de terminar o prazo quando o ato processual foi praticado.

4.3 Dificuldades

Quantitativo de servidores na unidade para o fluxo dos feitos no setor.

4.4 Como é feito o controle de remessas (Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União)?

Não se aplica. Todos os processos em tramitação na Secretaria são eletrônicos, com intimação através do sistema.

4.5 Como ocorre o controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes?

Através das tarefas próprias no sistema de Processo Judicial Eletrônico operadas pelas assessorias dos gabinetes dos Desembargadores Federais.

4.6 Em qual periodicidade ocorrem as sessões?

Semanalmente às terças-feiras.

4.7 Como ocorre a organização da pauta para julgamento?

A criação das sessões no sistema de Processo Judicial Eletrônico é feito pela unidade e a inclusão dos feitos em pauta fica sob a responsabilidade dos gabinetes, dentro dos limites de datas definidos previamente pela unidade, obedecendo ao disposto nas normas legais.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

Mediante atendimento presencial diariamente das 10h às 17h, telefones disponíveis na página do Tribunal, e-mail institucional da secretaria e balcão virtual.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0800255-73.2022.4.05.8310	26/9/2022	198 - Apelação Cível
Recebido de diligência em 28/4 e concluso ao relator na mesma data		
0812104-43.2022.4.05.0000	18/10/2022	202 - Agravo de Instrumento
Processo redistribuído para a 1ª Turma para o Des. Edvaldo Batista		
0800073-11.2022.8.15.0151	22/11/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando mídia do TJPB		
0801708-61.2021.8.15.0151	24/11/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando mídia do TJPB		
0000954-20.2019.8.06.0040	22/11/2022	198 - Apelação Cível
Processo aguardando mídia do TJCE		
0800063-10.2023.4.05.0000	9/1/2023	202 - Agravo de Instrumento
Erro do sistema ao não fechar o expediente via correios. Certificado o trânsito em julgado e arquivado em 2/5/2023		
0004304-77.2019.8.25.0075	1º/12/2022	198 - Apelação Cível
Aguardando mídia do TJSE		
0815692-42.2021.4.05.8100	4/11/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Processo baixado definitivamente em 2/5/2023		
0812805-13.2020.4.05.8200	13/10/2022	199 - Remessa Necessária Cível
Processo baixado definitivamente em 2/5/2023		

0812592-61.2021.4.05.8300	24/9/2022	417 - Apelação Criminal
Processo redistribuído para a 1ª Turma para o Des. Edvaldo Batista		
0803821-60.2022.4.05.8300	19/9/2022	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Processo baixado definitivamente em 14/4/2023		
0800774-97.2021.4.05.8305	23/1/2023	417 - Apelação Criminal
Processo baixado em diligência em 24/2/2023 para intimar o réu pessoalmente. Acompanhar cumprimento da diligência - consulta realizada em 2/5 - Advogado do réu já apresentou razões de apelação. Retornou de diligência em 2/5/2023. concluso ao relator na mesma data.		
0813177-50.2022.4.05.0000	11/11/2022	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Processo concluso ao relator em 12/5/2023		

8. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

13 processos selecionados. Todos eletrônicos.

Os processos que estão paralizados há mais de 60 dias identificados na presente inspeção estão aguardando a remessa de mídia de audiências por juízo de competência delegada, que estão sendo cobradas pela unidade.

A Divisão abre as pautas de julgamento virtual todas semanas, bem como as presenciais e de sessão ampliada que acontecem quinzenalmente.

Considerado o volume de processos em tramitação na Divisão e nos órgãos que integram a unidade e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável.

Não há pendências na Divisão, nem atrasos na tramitação de feitos fora aqueles relatados acima relativos à remessa de mídia de audiências por juízo de competência delegada.

9. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Ivone presencialmente, no dia 14/6/2023 às 15h, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A Diretora da Divisão informou que há automação para que os Embargos de Declaração interpostos sejam imediatamente direcionados para contrarrazões, e em razão desses prazos em curso a conclusão não é feita imediatamente, o que gera a pendência de análise de Embargos de Declaração nos relatórios dos gabinetes.

Ressaltou que inicia o gerenciamento de suas tarefas nos agrupadores de documentos não lidos, disponíveis no PJe, e que faz a conclusão tão logo sejam apresentadas as contrarrazões, sem aguardar a finalização dos prazos quando nesta situação.

Os assessores dos gabinetes comunicam o julgamento de algum tema repetitivo ou de repercussão geral que seja julgado pelos tribunais superiores. Assim, havendo a comunicação é realizada a conclusão em todos processos de todos os gabinetes vinculados à 7ª Turma simultaneamente.

Quanto à gestão das tarefas da unidade, são elaboradas as certidões de julgamento nas segundas, terças e quartas-feiras, e as intimações dos Recursos Especiais e Extraordinários e remessas ocorrem nas quintas e sextas-feiras.

São administradas as sessões virtuais que ocorrem semanalmente e as sessões presenciais, quinzenalmente. As sessões ampliadas ocorrem de forma extraordinária na modalidade presencial ou telepresencial. Assim a média de audiências por mês é de 6 a 7 sessões na 7ª Turma.

Não há registro de cancelamento de sessões.

Dos seis servidores, 3 trabalham de forma presencial e 3 de forma híbrida.

Quanto ao momento limite de disponibilização do conteúdo dos votos para os demais julgadores ficou esclarecido que o gabinete pode inserir as razões até o momento da sessão. Caso o gabinete não coloque o conteúdo do relatório e voto até o início da sessão, o processo é adiado automaticamente para a próxima pauta (Tarefa PJe: Sessão Adiada).

Caso as razões de voto não estejam na sessão seguinte, a secretaria lança certidão no processo “Retirado de Pauta” e encaminhado automaticamente para a tarefa PJe: “Adiados com prazo excedido”.

Nesta situação, o gabinete precisa pautar novamente o processo.

O setor não possui plano de metas escrito e não há gargalos nas tarefas.

O TRF5 possui serviço de taquigrafia e quando há divergência, esta é lançada na certidão de julgamento de forma regular.

Nos processos com pedido de vista, a secretaria avisa a assessoria do gabinete vistor após transcorrido prazo regimental de 10 dias, se o processo não for pautado.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 7.
- b) Manter a sistemática de cobrança das mídias dos processos enviados pela jurisdição delegada se omissa tal providência quando do recebimento desses processos.
- c) Manter a sistemática de trabalho atual, aprimorando-o continuamente de acordo com a evolução das necessidades.

DRETORIA DE INFORMAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Diretoria de Informação e Distribuição

1.2 Competência

Análise inicial de todos os feitos (originários e recursais) distribuídos através do PJe, quanto à regularidade da autuação; Conferência da distribuição por sorteio automático realizado pelo sistema para identificação dos casos de prevenção; Indexação e inclusão no sistema de PJe de todos os feitos oriundo da competência delegada; Atendimento eletrônico e presencial de partes procuradores.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Raquel Falcão de Andrade - Diretora

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores sem vínculo	1
Estagiários	0

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim

3.2 Quais as atividades desenvolvidas?

1 - Conferência e retificação da autuação de processos originários e recursais; 2 - Revisão e Indexação dos arquivos recebidos da competência delegada para autuação no PJe; 3 - Revisão e Indexação dos arquivos, para cadastro no PJe de feitos originários oriundos de demandas dos juízes federais ou de litigantes sem advogados; 4 - Análise de prevenção de todos os processos distribuídos; 5 - Redistribuição dos feitos distribuídos pelo sistema aos respectivos desembargadores preventos nos termos do Ato 89/2018; 6 - Reativação, digitalização, indexação e migração para o PJe dos feitos físicos devolvidos pelos tribunais superiores; 7 - Reativação, retificação da autuação, conclusão e/ou redistribuição do processos que tramitam no PJe e retornam em razão de novo recurso; 8 - Cumprimento de despachos diversos; 9 - Atendimento às partes e advogados; 10 - Atendimento das demais demandas administrativas da

unidade tais como: gerenciamento das atividades dos servidores, devolução de feitos que não atendam aos termos do Ato 299/2020, interação e remessa de expediente às comarcas da competência delegada visando sanear erros e inconsistência dos arquivos recebidos através do malote digital.

3.3 Qual tratamento recebem os feitos gravados com prioridade e urgências?

Além das marcações disponibilizadas pelo sistema, como a identificação de pedido de liminar, de prioridade em razão de doença, idade ou da existência de réu preso, feitas normalmente pelo advogado, por ocasião da autuação, algumas vezes inserimos lembrete de alerta para assessoria sobre a urgência, como por ex. a realização de um leilão na data da distribuição. Identificada a urgência é feita a conclusão ao relator independente da ordem de precedência.

3.4 Boas práticas e inovações

Como boa prática, a divisão igualitária de tarefas previamente acordada entre os membros da equipe. Quanto à inovação, como as atividades são bem rotineiras e previamente definidas, não existe margem para criatividade ou inovação. A inovação que sugerimos e que está sob análise da Diretoria Judiciária, até que se conclua a integração dos sistemas (Justiça Federal e Estadual) seria permitir o acesso de um servidor em cada comarca da competência delegada, com atribuição para cadastro no sistema dos feitos em grau de recurso para remessa ao 2º Grau. Essa inovação, reduziria de forma significativa o tempo médio entre o recebimento do arquivo e a efetiva distribuição do recurso nesta Corte.

3.5 Dificuldades

Redução do quadro de servidores em confronto com as dificuldades para atender as demandas oriundas da competência delegada.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim

5. DISTRIBUIÇÃO

5.1 Como é aferida a regularidade da distribuição? Há algum controle?

Via auditoria interna do próprio sistema.

5.2 As atividades da distribuição podem ser realizadas remotamente? Quais?

Sim. Em razão das limitações enfrentadas com a propagação da Covid 19, a administração desenvolveu mecanismos de acesso aos sistemas que nos permitem a execução de todas as atividades de forma remota.

5.3 Existe normativo que regulamente o trabalho remoto para a unidade?

Resolução Pleno n. 30 de 15/12/21.

5.4 Existe distribuição ordinária após o horário de expediente ou nos sábados, domingos e feriados?

Sim, em razão da disponibilidade do sistema de forma ininterrupta.

5.5 Como é realizado o controle de prevenção?

Através da consulta da numeração do processo originário e feitos conexos, reunidos ou associados no juízo de origem; através de consulta aos bancos de dados dos sistemas de acompanhamento processual, além da pesquisa utilizando como parâmetro a numeração do CPF ou CNPJ, nos sistemas de processo físico (ESPARTA) e de Processo Judicial Eletrônico (PJe).

5.6 Em que prazo a unidade realiza a atividade de exame de prevenção?

Cada processo tem sua singularidade. Um agravo de instrumento, após pesquisa dos parâmetros informados no item 5.5, pode ter seu estudo de prevenção concluído em 4 ou 5 minutos, enquanto um HC, utilizando-se dos mesmos parâmetros pode perdurar por uma hora ou mais, a depender do n. de processos vinculados ao processo principal no juízo de origem. A média de tempo informada, independe da classe processual.

5.7 Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes?

Ressalvadas as ocasiões de indisponibilidade do sistema, os feitos originários, distribuídos entre 0h e 18h - no mesmo dia da distribuição e os recursais - no dia subsequente à data da distribuição

5.8 Como ocorre a distribuição em relação aos processos conclusos para juízo de retratação e as reativações processuais a partir da devolução dos tribunais superiores?

Não ocorrendo mudança na relatoria, retornam ao relator originário ou serão redistribuídos ao sucessor nos casos de aposentação, assunção em cargo diretivo ou mudança de órgão julgador do relator originário.

5.9 Qual o tempo médio entre a distribuição e a remessa dos autos aos gabinetes, em relação aos processos originários oriundos dos juízos no exercício da competência delegada?

Em razão da falta de integração entre os sistemas de processo eletrônico da Justiça Federal e Estadual, os feitos da competência delegada são recebidos através de mídia eletrônica, malote digital ou e-mail. Não se vislumbrando nos arquivos recebidos motivos ensejadores de devolução ao remetente (falta de peças ou peças ilegíveis) serão indexados e registrados no PJe e o tempo médio entre a análise do arquivo, indexação, autuação e distribuição destes feitos é de aproximadamente 5 dias.

5.10 Qual o percentual de processos oriundos das comarcas no exercício da competência delegada?

Aproximadamente 8% (oito por cento)

5.11 Qual o percentual dos inqueritos em que há declinação da competência?

Não dispomos da informação

5.12 Quais servidores tem competência para alterar as informações constantes no sistema, inclusive, o registro de impedimentos dos desembargadores?

De uma forma geral, todos que estão vinculados à Seção de Autuação e a Seção de Análise de Prevenção, estão habilitados para efetuar alterações nos processos, quer seja em razão da necessidade de correção ou pela necessidade de complementação de dados. Todos esses movimentos, no entanto, são registrados pelo sistema com a identificação do usuário. Quanto ao registro de impedimento/suspeição é atribuição do servidor da prevenção, agindo, exclusivamente, em cumprimento de despacho.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida pela Diretora Raquel Falcão de Andrade, acompanhada do Diretor Judiciário Valfrido Batista Santiago Júnior e membros da Diretoria de Tecnologia de Informação.

A força de trabalho da unidade foi reduzida no último biênio, de 21 para 15 servidores. Em termos de cargos e funções comissionadas, segundo o organograma do Tribunal, a Diretoria dispõe de 1 CJ1 (Diretoria), 1 FC6 (Núcleo de Apoio Administrativo), 8 FC5 (Seção de Análise e Prevenção de Feitos Urgentes Oriundos da Justiça Federal e Estadual, Setor de Análise e Prevenção de Feitos Oriundos da Justiça Estadual, Seção de Análise e Prevenção de Feitos em Segredo de Justiça, Setor de Análise e Prevenção de Feitos Oriundos da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, Setor de Análise e Prevenção de Feitos Oriundos da Justiça Federal da Paraíba, Setor de Análise e Prevenção de Feitos Oriundos da Justiça Federal de Alagoas e Sergipe, Setor de Análise e Prevenção de Feitos Oriundos da Justiça Federal do Ceará e Setor de Análise e Prevenção de Feitos Oriundos da Justiça Federal de Pernambuco) e 2 FC4 (Setor de Recebimento, Atualização e Redistribuição de Feitos para Readequação e de Jurisdição Delegada e Setor de Protocolo e Informações Processuais).

A unidade informou que, embora nominalmente estratificadas as atribuições setoriais e de supervisão, em verdade o trabalho é materialmente dividido de forma igualitária, independentemente da competência formal de cada função ocupada.

A equipe de inspeção solicitou às Diretoria Judiciária e de Tecnologia de Informação dados sobre a demanda média do setor, no que foi pronta e prestativamente atendida. Colheu-se que, no último ano, a demanda de distribuição da unidade foi de 40.017 processos (1.611 originários e 38.406 recursais), do que resulta distribuição média mensal de 3.335 processos por mês, para conferência de autuação, prevenção e remessa ao relator.

Segundo o informado pela Diretora da unidade e pela Diretoria Judiciária, não há entrada de processos físicos, salvo pontuais exceções (processos há muito tempo sobrestados, majoritariamente). O controle de distribuição é feito mediante checagem diária do sistema de processamento e, havendo suspeita de anormalidade, pela solicitação de relatório interno à Diretoria de Tecnologia de Informação.

Narrou-se que o sistema de processamento eletrônico não vincula os processos aos gabinetes em que processados, e sim aos magistrados. Por tal razão, processos que retornam dos Tribunais Superiores para novo julgamento, ou da Vice-Presidência para juízo de retratação, precisam passar para unidade para controle e indicação de qual órgão jurisdicional deverá processá-lo (dada a comum alternância de comando dos acervos), tarefa cuja automatização merece estudo pelas áreas técnicas próprias, de modo a otimizar a disponibilidade da força de trabalho da Diretoria.

A maior dificuldade relatada pelo setor diz respeito aos processos recebidos a partir da Justiça Estadual, em competência delegada (8% da demanda de distribuição, segundo o informado), dado que a falta de integração entre os sistemas das Justiças Estaduais dos Estados que compõem a 5ª Região e o PJe impõe que a unidade controle a qualidade das digitalizações recebidas, bem como proceda à indexação e inserção dos documentos no PJe manualmente. As Diretorias Judiciária e de Tecnologia de Informação apontaram que não se vislumbra solução para a questão, na medida em que esta dependeria de compromisso das várias Justiças Estaduais envolvidas, de modo que negociações-piloto não alcançaram bons resultados.

Frente aos dados colhidos e à entrevista realizada, a equipe de inspeção constatou que a unidade opera sem atrasos significativos, merecendo elogios neste tocante. A Diretoria soube adaptar-se bem ao período de pandemia, a partir das ferramentas de atuação à distância fornecidas, e atualmente opera com método de trabalho sedimentado, com comunicação geral por aplicativos de mensagens, quando necessário, e instruções pessoais, conforme o caso.

Estima-se, com o prospecto de manutenção da forma de atuação estabelecida, que resultados de excelência sejam colhidos no próximo período.

7. RECOMENDAÇÕES

No contexto da análise realizada segundo os parâmetros fixados, não existe recomendação específica a ser dada, estimulando-se, contudo, a unidade a manter os esforços de organização da equipe e bons resultados de trabalho.

DIRETORIA DE PRECATÓRIOS

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Diretoria de Precatórios

1.2 Competência

1. Assessoria do Presidente do Tribunal na Gestão de Precatórios; 2. Assessoria das Varas e Juízes Federais na expedição dos precatórios; 3. Assessoria dos Juízes Federais integrantes dos Comitês Gestores de Contas Especiais de Precatórios junto aos Tribunais de Justiça no âmbito da 5ª Região; 4 - Realiza ações atinentes ao processamento e pagamento dos precatórios e RPVs.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Jaelson Rodrigues Ferreira - Diretor de Precatórios - CJ 03.

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	10 Servidores: Jaelson Ferreira, Luiz Filho, Maurílio Silva, Kary Aquino, Fabiana Rio, Fernanda Santiago, Dílson Felipe, Vera Brandão, Ana-Cynara e Thiago Lemos.
Estagiários	Não há.
Servidores sem vínculo	4 Colaboradores terceirizados: Alberto Nascimento, André Pina, Mateus Silva e Eva Faustino.

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim, o sistema ESPARTA permite o controle da distribuição e da gestão do acervo, mediante a análise de painel geral e da emissão dos relatórios de processamento e pagamento dos requisitórios (RPVs/PRC).

3.2 Boas práticas e inovações

1 - Aprimoramento permanente dos sistemas de modo a garantir maior segurança e eficiência no processamento e no pagamento dos precatórios;
2 - Capacitação e difusão das informações nas unidades envolvidas (servidores das varas e da Diretoria), por meio presencial e por videoconferência;
3 - Criação de regras de controle para evitar a emissão e o pagamento de RPVs/PRCs indevidos;
4 - Melhoria na troca de informações entre o sistema de pagamento e os sistemas processuais de 1º grau;
5 - Realização de mapeamento de Processos, com o objetivo de simplificar e otimizar os recursos disponíveis;

6 - Mapeamento e gestão de riscos; Mapeamento de indicadores de desempenho das varas;
7 - Mapeamento preliminar do Plano de Continuidade do Negócio;
8 - Sistema Esparta com rotina específica relativamente ao processamento e pagamento dos precatórios e RPVs, com transparência das informações através do Portal do Tribunal com acesso restrito às partes (credor e advogados).

3.3 Dificuldades

1 - Escassez de pessoal; 2 – Necessidade de aprimoramento constante do sistema de pagamento, mediante a disponibilização de recursos de TI; 3 - Necessidade de priorizar os ajustes dos sistemas, de modo a assegurar maior segurança e afastar a possibilidade de falhas no pagamento.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

5. RPVs E PRECATÓRIOS

5.1 Há quantas requisições em trâmite?

Precatórios: 32.385

RPVs: 1941

5.2 Montante de RPVs de precatórios

PRECATÓRIOS FEDERAIS:

RPVs autuados em abril/2023 e pagos em maio/2023: R\$ 255.074.752,35

Precatórios Proposta 2022: R\$ 2.088.247.516,59

Precatórios Proposta 2023: R\$ 3.135.191.929,62

Precatórios Proposta 2024: R\$ 4.023.435.055,60

Montante total de RPVs e Precatórios atualizados até maio/2023: R\$ 9.501.949.254,16

TOTAL:

Precatórios: R\$ 9.246.874.501,81

RPVs: R\$ 255.074.752,35

PRECATÓRIOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS:

Regime Geral: R\$ 367.507.928,26

Regime Especial: R\$ 1.554.251.161,91

TOTAL R\$ 1.921.759.090,17

5.3 Com base nos novos parâmetros introduzidos pelas Emendas Constitucionais 113 e 114/2021, como está sendo realizado o processamento dos precatórios?

O pagamento dos débitos judiciais inscritos em precatórios está sendo realizado em consonância com as normas do art. 46 da Resolução n. 822/2023 do Conselho da Justiça Federal, ou seja, são priorizados os pagamentos devidos aos credores superpreferenciais (idosos, doentes graves e deficientes). Após são pagos os demais precatórios alimentares e por último os precatórios comuns. Observa-se a ordem cronológica por exercício, com exceção das parcelas superpreferenciais que são pagas independente do exercício financeiro em que inscritos.

Há 80 precatórios estaduais e municipais do regime geral com prazo constitucional para pagamento vencido. Os entes foram notificados ao término do prazo constitucional para a regularização do pagamento, tendo sido instaurado, nos respectivos autos dos precatórios, o procedimento para sequestro de verbas públicas necessárias à satisfação do débito, na forma do art. 73 da Resolução n. 822/2023 do Conselho da Justiça Federal.

5.4 Como é realizada a tramitação das requisições oriundas da Justiça Estadual?

A expedição, o processamento e o pagamento são totalmente eletrônicos, por meio do sistema JD e Esparta, respectivamente.

5.5 Há atraso no pagamento de precatórios?

Quanto aos precatórios federais não há atraso. Os precatórios estaduais e municipais que estão indimplementes (80 precatórios) estão sendo objeto de procedimento de sequestro conforme as normas regulamentares da Resolução CJF n. 822/2023.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida presencialmente na unidade pelo Diretor Jaelson Rodrigues Ferreira, em 13/6/2023, às 15h, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

O diretor informou que o Setor de Precatórios foi transformado em Diretoria de Precatórios e é responsável pelos atos ordinatórios, autorizações de pagamento, atos de sequestro e decisões de competência do Presidente.

Com a nova estrutura, a Diretoria de Precatórios possui dois núcleos e seis seções.

O Núcleo de Pagamento, Desenvolvimento de Sistemas e Suporte ao Usuário tem vinculado a Seção de Pagamento de RPVs e Precatórios e a Seção de Pagamento de Precatórios Municipais e Estaduais, este último responsável pelo pagamento de tais entes federados tanto no regime especial quanto no regime geral.

O Núcleo de Processamento de Precatórios e RPVs tem vinculado a Seção de Processamento de Precatórios, a Seção de Processamento de Precatórios Municipais e Estaduais e a Seção de Processamento de RPVs, todas responsáveis pelo processamento dos requisitórios em suas áreas de atuação. Por fim a Seção de Protocolo, Autuação e Registro de RPVs e Precatórios atua para todos os tipos de requisitórios também vinculado ao Núcleo de Processamento.

O PJe-1x interage de forma eficiente e compatível com o Sistema Esparta. Este último sistema anteriormente funcionava como sistema dos processos físicos, cuja base prosseguiu somente com os processos administrativos de precatórios e RPVs.

O procedimento de expedição do requisitório inicia na plataforma PJe-1X (PJe Nativo) que se comunica com o Sistema WEB, próprio de expedição de requisitório. Encaminhado o ofício precatório pelo juízo da execução este é recebido como arquivo PDF e também como pacote de dados que são tratados pelo sistema informatizado.

Após a migração do requisitório para o TRF as peças inaugurais passam a tramitar no Sistema Esparta. A consulta para advogados é realizada no Portal Precatórios/TRF5.

A comunicação do pagamento dos requisitórios oriundos do JEF e de competência delegada atualmente é feita através do Sistema WEB.

O JEF utiliza o PJe2x (versão nacional) que ainda não possui as funcionalidades existentes no PJe1x (versão nativa).

Após a finalização da tramitação do requisitório tal fato é automaticamente lançado no Sistema Esparta, que também funciona com movimentação processual.

Para lançar a tramitação na plataforma PJe2x (versão nacional) atualmente o procedimento é feito de forma manual.

Está em fase de desenvolvimento o fluxo automatizado para a plataforma PJe2x e a previsão de homologação desse microserviço é para o final do ano em curso, seguindo-se as diretrizes previstas pelos normativos do CJF e do CNJ.

O Setor ajustou-se à sistemática trabalho de modo que as tarefas fluem com normalidade, em especial no que diz respeito ao atendimento de advogados, realizado pelos canais: via telefone, e-mail (precatório@trf5.jus.br), balcão virtual e também balcão presencial.

Com a transformação do setor em diretoria ocorreram adaptações necessárias, mas foram mantidos os métodos de trabalho adotados pela unidade.

A equipe mantém o controle das atividades afetas à unidade, com critério técnico e eficiência, inclusive com ênfase na segurança do Sistema ESPARTA que necessita de aprimoramento constante devido ao perfil da área de precatórios.

Este controle é realizado mediante discussão dos temas gerais do dia a dia, interação entre os servidores do setor, com equipes e servidores de vara, presencial e, em geral, pelo Teams.

Foram adotados meios de comunicação eficazes e seguros entre os servidores, bem como protocolos de segurança rigorosos no que se refere ao uso de equipamentos de informática e aplicativos referentes ao sistema de Precatórios e de RPVs.

A equipe da Diretoria de Precatórios passou a utilizar-se dos aplicativos Zoom e Microsoft Teams, licenciados ao TRF5.

Os sistemas destinados à recepção, processamento e pagamento de precatórios são utilizados por meio de acesso remoto ao servidor do TRF5, com protocolos de segurança.

A unidade mantém efetivo contato com as unidades da Justiça Federal e da Justiça Estadual que, ordinariamente, emitem os Precatórios e as RPVs. Esse procedimento contribui para a redução da margem de erro na emissão desses requisitórios.

Quando ausente a comunicação do deferimento da superpreferência pelo Juízo da Execução, o pagamento se faz pelo método de inclusão no próximo exercício, mantendo-se a preferência na liberação do crédito remanescente.

Em relação ao Estado e aos Municípios, quando não realizados tempestivamente o repasse financeiro devido, realiza-se o sequestro, a pedido da parte interessada.

Foi destacado pela direção da unidade que há foco na estratégia de redução da dependência de terceiros externos ao quadro, diminuindo o risco na continuidade da expedição dos requisitórios.

Informou-se que há grande dificuldade na admissão de Técnico Judiciário no setor diante da baixa remuneração. Os que entraram rapidamente recebem proposta de trabalho mais atraente e saem.

A estratégia adotada foi de solicitar convocação somente de analistas judiciários. Em contrapartida, a Administração adotou a prática de conversão dos cargos de servidores aposentados para o setor de TI.

Há necessidade de aprimoramento e automação com intuito de parametrizar os sistemas. O antigo Sistema CRETA ainda trabalha com processos residuais.

Todo o processamento, controle e transferência dos valores destinados ao pagamento de Precatórios e RPVs é realizado com eficiência e segurança, de forma técnica, utilizando os sistemas informatizados em operação.

Foram fornecidos à equipe de inspeção os relatórios estatísticos extraídos do Sistema Esparta, com a quantidade de precatórios e RPVs processados e pagos, bem como dos valores dos repasses efetuados pelos Estados, Municípios e entes federais extraorçamentários. Verificou-se a normalidade e eficiência dos pagamentos dos requisitórios.

Dentro da política de transparência, está sendo planejada a utilização do ChatBot que se destina a responder, em tempo real, as indagações das partes e do público acerca dos dados relativos aos Precatórios e RPVs, tais como valor e previsão de pagamento.

Por fim, a Certidão de Valor Líquido Disponível - CVLD é expedida no próprio Sistema Esparta, mediante solicitação dos advogados através de e-mail, no qual deve ser juntada a certidão expedida pela Vara de origem. O pedido da CVLD tramita no processo de precatório dentro do Sistema Esparta.

No processo originário, que tramita no PJe, são juntados somente o ofício precatório e a comunicação do seu pagamento.

7. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Estabelecer um cronograma para vinculação do Sistema Esparta ao PJe2x, a fim de possibilitar a automação na busca de dados processuais para preenchimento do ofício precatório, automação da juntada de peças e manter atualizada a grade de segurança;
- b) seja mantida a boa prática de difusão de informações a todas as unidades judiciárias da 5ª Região incumbidas da expedição de precatórios/RPVs endereçados ao TRF5;
- c) Verificar periodicamente o grau de segurança dos processos de trabalho da unidade diante das operações sensíveis com vultuosos recursos públicos.

F. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 5ª REGIÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Coordenador

Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira

1.2 Competência

Compete à COOJEF: a organização e o gerenciamento das ações administrativas traçadas pelo Coordenador Regional; o assessoramento jurídico na apreciação do juízo de admissibilidade dos Incidentes Regionais e Nacionais de Uniformização e Recursos Extraordinários e outros instrumentos processuais utilizados; o trabalho de secretaria cartorial da TRU; acompanhamento dos processos encaminhados pela unidade aos Tribunais Superiores; o desenvolvimento das funções diversas que envolvem a confecção, expedição e recebimento de documentos e demais atos necessários ao funcionamento administrativo da Coordenadoria dos JEFs e o trâmite dos processos na TRU; prestando, também, suporte às Varas de JEFs e TR's; elaborar levantamentos estatísticos e atender às solicitações da TNU, das COOJEF das demais Regiões, do CNJ e do CJF, entre outras; o controle interno dos expedientes que é realizado manualmente todos os dias e o atendimento às partes e advogados feito, em regra, por telefone.

1.3 Tempo de atuação na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais:

Desde 1º de abril de 2023. A Desembargadora Federal acumula as funções de integrante e Presidente da Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e integrante da Segunda Seção do Tribunal, Presidente da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência, Coordenadora dos Juizados Especiais Federais, integrante do Conselho de Administração do Tribunal. Não há juízes federais, em auxílio, no gabinete.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores em atividade

Servidores sem vínculos	1
Estagiários	2

3. DADOS ESTATÍSTICOS (PERÍODO: FEVEREIRO/2022 A JANEIRO/2023)

3.1 Distribuição geral do acervo da CJEF/TRU

Total em tramitação na COJEF/TRU	102
Processos conclusos	79

3.2 Histórico do acervo de processos conclusos na COJEF/TRU

Na assunção	50
Na inspeção anterior	69
Na inspeção atual	79

3.3 Total de feitos recursais criminais e ações criminais em tramitação na COJEF/TRU

Não se aplica

3.4 Ações em tramitação na COJEF/TRU por ano de distribuição

Processos distribuídos em períodos anteriores a 2019 (inclusive)	Desde a origem no total 7.862, sendo que estão ativos no momento 79.
--	--

3.5 Processos extraviados e restaurados

Processos extraviados e restaurados	Não se aplica
Processos extraviados e não restaurados	Não se aplica
O mais antigo extraviado e não restaurado (indicar número e desde quando)	Não se aplica

3.6 Processos conclusos e ainda sem julgamento na COJEF/TRU

Desde a distribuição	Não se aplica
Há mais de 5 anos	Não se aplica
Há mais de 4 anos	Não se aplica
Há mais de 3 anos	Não se aplica
Há mais de 2 anos	Não se aplica
Há mais de 1 ano	Não se aplica

3.7 Processos sobrestados

Total	Não se aplica
-------	---------------

3.8 META2/CNJ 2023 da COJEF/TRU - Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2020)

Pendentes em 31/12/2020	Não se aplica
-------------------------	---------------

4. PLANO DE GESTÃO

4.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O controle é feito a partir da chegada do processo e distribuído entre os integrantes do setor.

4.2 Como a unidade está trabalhando para atingir as Metas 1, 2 e 3 do CNJ?

Não se aplica. Os processos da unidade são julgados no máximo em 3 meses.

4.3 Boas práticas e inovações

Boas práticas: pesquisa, acompanhamento e divulgação das teses fixadas na TRU o que viabiliza a uniformização da jurisprudência e eventual revisão; encaminhamento de informativo de cada sessão para as TR's para aplicação dos entendimentos firmados; sobrestamento, na origem, de processos idênticos aos que já se encontram admitidos nesta TRU, triagem dos processos assim que chegam na COOJEF.

4.4 Dificuldades

Dificuldades: Estrutura deficitária da COOJEF, especialmente se comparada às das outras regiões, mesmo diante do quantitativo de processos e atividades semelhantes. Menor número comparativo às outras regiões de pessoal e gratificações o que dificulta a manutenção do quadro capacitado para realizar especialmente a atividade-fim. Indicação de sugestões: melhor adequação do espaço físico e aprimoramento do sistema operacional e de pessoal para melhor prestação jurisdicional.

5. TELETRABALHO

5.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observados nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é o atendimento a partes e advogados?

Telefone e e-mail.

7. REUNIÃO TURMAS REGIONAIS

7.1 Qual a periodicidade das reuniões das turmas regionais? (especificar local/estado) e a forma de realização da reunião (videoconferência, virtual ou presencial)

A periodicidade é trimestral e a partir de 2020 foi feito presencial, até que neste ano começamos a sessão de forma híbrida (presencial e videoconferência)

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe foi cordialmente recebida no dia 13/6/2023 pela Coordenadora dos Juizados Especiais Federais (COOJEF), Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira e pela Diretora de Núcleo Delane Ferreira da Silva Vieira (FC6). Os demais servidores estavam presentes, com exceção daqueles que exercem suas atividades de forma remota.

A Desembargadora Joana assumiu a Coordenação dos Juizados Especiais Federais (COOJEF) em abril/2023. Ela falou inicialmente de sua valiosa experiência como juíza de JEF, de Turma Recursal e da Turma Nacional de Uniformização - TNU, estando agora completando sua jornada no sistema dos Juizados Especiais na TRU.

O quadro funcional que dispõe de 1 FC6 e 3 FC3, foi recentemente acrescido em mais um (sem função comissionada), totalizando cinco servidores. Há mais 2 estagiários no setor. A servidora Delane, uma servidora FC3 e a nova servidora sem função comissionada trabalham com os processos, e os demais servidores em atividades administrativas (habilitação de advogados no sistema, estatísticas dos JEFs, intimações do PJe 2.x., etc.). A Magistrada considera sua equipe eficiente, apesar de pequena. A condução, a gestão de pessoas recebe da Desembargadora um olhar humanizado. Ela mantém uma escuta ativa para considerar as demandas dos colaboradores e responder de acordo com as possibilidades da instituição.

No âmbito dos Juizados Especiais da 5ª Região tramitam 445 mil processos, dos quais 78 mil estão nas Turmas Recursais e 127 na TRU (dados de 2022). Atualmente, pouco mais de 100 processos tramitam pelo sistema Creta e aproximadamente 30 processos no PJe 2.x. A Desembargadora Joana considera que o acervo da TRU tem sido bem administrado, sem congestionamento de processos.

A TRU distribui processos para os relatores e faz a coordenação com os assessores dos presidentes das TRs, o que se intensifica na época das sessões, que são trimestrais. A servidora Delane, que já passou por 3 gestões da COOJEF, afirmou que percebe uma significativa redução de processos, o que atribui em maior medida à divulgação da jurisprudência da TRU para as TRs, através do encaminhamento de arquivo para os presidentes daqueles colegiados, que repassam aos JEFs. Atualmente, o sobrestamento de processos se concentra nas TRs. Antigamente se dava na TRU, que tem menos servidores para fazer o controle. A TRU é composta pelos 10 presidentes das Turmas Recursais. Os estados maiores, Pernambuco e Ceará, possuem, cada um, 3 turmas recursais. Cada um dos outros 4 estados têm uma turma recursal.

Assim que assumiu a COOJEF, a Desembargadora Joana convidou os coordenadores locais para uma reunião com o objetivo de conhecer as dificuldades por eles enfrentadas, sendo as principais:

1) utilização do novo sistema PJe 2.x. Para uma resposta técnica, a Desembargadora Joana convocou o responsável pelos sistemas da área de informática e o Diretor da Secretaria Judiciária, que já prestaram esclarecimentos. Informaram que os dois módulos do sistema que ainda não estavam prontos (o de Precatórios/RPV e o da AJG - Assistência Judiciária Gratuita) já estavam em fase de conclusão, o que tranquilizou os coordenadores;

2) aumento da distribuição.

A Diretora Delane Ferreira acentuou que ultimamente tem sido aprimorada a comunicação da COOJEF com as TRs, que identificam demandas repetidas e encaminham apenas um processo para julgamento. Este procedimento reduziu o quantitativo de processos em trâmite na TRU, de maneira a possibilitar o julgamento dos processos que recebem no prazo de 3 meses, em média.

A Desembargadora Joana realizou reunião com a participação dos coordenadores e com a chefia da Procuradoria Regional do INSS. Os procuradores relataram que não estavam sendo comunicados com a devida antecedência sobre a realização de mutirões. Havia uma grande queixa dos juízes dos JEFs de que os procuradores não estavam indo às audiências, o que reduziu consideravelmente a quantidade de acordos efetivados. Os procuradores do INSS afirmaram que isso ocorria por causa de uma política equivocada por parte da Procuradoria, no sentido de dar certa autonomia ao procurador para decidir sobre ir ou não ir às audiências, mas que esta política estaria sendo revista para se normalizar a situação.

A Desembargadora prioriza o conhecimento, a qualificação e a capacitação de sua equipe. Ela montou um grupo de whatsapp com os coordenadores regionais, possibilitando a comunicação entre todos eles, o compartilhamento de dificuldades, soluções e a troca de experiências.

A Desembargadora Joana, como integrante do Comitê Gestor do PJe 2.x, se prontificou a receber as demandas dos coordenadores dos respectivos estados por melhorias do sistema, dar encaminhamento e indicar as necessidades prioritárias dos juizados especiais.

A Desembargadora também integra a Rede de Inteligência da 5ª Região (formada pelos Centros de Inteligência), o que considera positivo para a desjudicialização e prevenção de litígios, diante do substancial volume de processos distribuídos aos JEFs (cerca de 80% dos processos da Região).

A Coordenadora da COOJEF pretende conversar com o Desembargador Leonardo Carvalho, Corregedor e responsável pela Conciliação, sobre recomendação que veio do CJF. Disse que já falou com a Dra. Roseane, da Caixa, que está nacionalmente envolvida com a questão dos vícios construtivos, para que possa passar para os juízes da 5ª Região a experiência que já teve nas outras regiões, sobretudo na 4ª Região. Assim, há parceria da COOJEF com a conciliação.

A Desembargadora Federal Joana enfatizou aos coordenadores a necessidade de realização de fóruns interinstitucionais locais e regionais, quanto a estes, com a articulação da COOJEF. A realização periódica desses fóruns, especialmente no âmbito do Direito Previdenciário, é prática que deve ser incentivada.

A Desembargadora Joana falou do convite para integrar o Comitê Regional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua (Pop Rua). Falou de um imóvel no centro da cidade que está sendo utilizado pela Defensoria Pública e pela Prefeitura, que poderá ser útil para intimações e realização de perícias. O local poderá ser utilizado também para a expedição de documentos pessoais.

A Diretora Delane Ferreira afirmou que percebeu um aprimoramento dos serviços da unidade em razão de uma melhora na comunicação diária com a Desembargadora Federal Joana através da plataforma Teams, situação nova que não ocorria com os coordenadores anteriores.

Relatou a atual dificuldade de se realizar intimações pelo PJe 2.x, tendo que se valer da intimação por A.R. ou por e-mail, o que demanda tempo e aumento do trabalho. Segundo explicação da Informática, isso acontece porque o advogado está cadastrado no JEF da Turma Recursal, mas quando o processo “sobe”, o advogado não está cadastrado no módulo da TRU, sendo a solução sua intimação “por fora” do sistema. Também foi relatada dificuldade na assinatura em lote. A Desembargadora Federal Joana disse que conversou com o Diretor da Secretaria Judiciária e foi informada que está em vias de ser finalizado o módulo da sessão de julgamento, que viabilizará a assinatura em lote nas TRs.

A Desembargadora Federal Joana ressaltou a necessidade do envolvimento da alta cúpula do Judiciário em questões fora do alcance da coordenação do JEF, como por exemplo, em certas tratativas com o INSS. Considerou muito positiva a iniciativa do CJF, na revisão da vida toda, de montar um grupo de trabalho destinado a padronizar os critérios de cálculo, com a participação de representantes das contadorias de todo o Brasil. A Desembargadora Joana entende que é necessária a reformulação das políticas de perícias no âmbito previdenciário, tendo em vista a vultosa quantidade de processos sobre benefícios de incapacidade.

Embora a Coordenadora dos Juizados tenha assumido a unidade muito recentemente, constata-se a implantação de uma gestão por resultado, onde ela cultiva valores essenciais, tais como a transparência, a objetividade e o engajamento, tudo em prol do jurisdicionado, do cidadão.

A Desembargadora afirmou que todos os juízes deveriam passar pela experiência dos JEFs, tamanha sua importância, especialmente junto aos jurisdicionados mais necessitados. Afirmou que sua jornada como juíza do JEF foi enriquecedora. Explicou que o Tribunal muitas vezes não sabe o que se passa no JEF, que funciona como um “microssistema” de justiça separado da Corte, daí a importância do Coordenador na função de estreitar esse vínculo.

9. RECOMENDAÇÕES

Considerando o excelente desempenho, cabe-nos parabenizar a Desembargadora Federal Joana Carolina Lins Pereira pela competente forma de condução da COOJEF, digna de elogios. Cumpre-nos sugerir que continue intensificando e compartilhando as boas práticas e seguir estimulando a inovação e a criação de projetos que potencializem o resultado com eficácia e eficiência.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Encaminhar proposta de reestruturação da COOJEF à administração do Tribunal;

b) Manter e estimular o diálogo interinstitucional com os órgãos públicos, a fim de propiciar a conciliação, em prol da solução mais rápida e pacífica dos conflitos, evitando

a judicialização de demandas e, conseqüentemente reduzindo a distribuição de processos;

c) Insistir na realização periódica de reuniões de Fórum Interinstitucional Previdenciário, com intuito de discutir sobre as principais demandas/dificuldades com os juízes, órgãos públicos, advogados e peritos; e

d) Expandir a divulgação de boas práticas e troca de experiências com as Coordenadorias de Juizados Especiais dos outros Tribunais Regionais Federais.

GABINETE DE CONCILIAÇÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Gabinete de Conciliação

1.2 Competência

O Gabinete de Conciliação, órgão vinculado à Corregedoria Regional, nos termos da Resolução Pleno n. 9, de 1º de março de 2023, conforme o Regimento Interno da Corregedoria, tem por competência: I - desenvolver a política judiciária de tratamento adequado e solução consensual dos conflitos de interesses, planejando, implementando, mantendo e aperfeiçoando ações voltadas ao seu cumprimento; II - coordenar a conciliação e a mediação dos feitos que tramitam na Justiça Federal, de 1º e 2º grau, da 5ª Região; III - expedir os atos normativos necessários ao regular funcionamento da política permanente de solução consensual de conflitos de interesses; IV - reconhecer escolas e instituições externas interessadas em realizar cursos de formação de conciliadores e mediadores judiciais, no âmbito da 5ª Região; e V - promover cursos de formação de instrutores em mediação e conciliação judiciais, com alimentação dos dados respectivos no sistema de Controle de Ações de Capacitação em Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Justiça.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Magistrado presidente do órgão

Desembargador Federal Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

2.2 Mandato

2 anos

2.3 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	O Tribunal não dispõe de estrutura própria para o Gabinete de Conciliação. Possuía apenas um servidor que desempenhava as funções de apoio, mas que se desligou da Corregedoria no início da nova gestão. Desta forma, atuam no Gabinete de Conciliação apenas duas servidoras efetivas, lotadas no Gabinete do Desembargador Federal Leonardo Carvalho, atual Corregedor Regional Federal, a saber, Rogéria Magalhães da M. Silveira e Tarcila Lopes Santos Pedrosa Lima.
Servidores sem vínculo	Não tem

Estagiários	Anna Letícia Moreno Correia Cavalcanti, lotada no Gabinete do Desembargador Federal Leonardo Carvalho.
-------------	--

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Sim. O controle de acervo, distribuição das atividades e dos processos de trabalho estão previstos no Plano de Gestão da unidade da seguinte forma: - ACERVO E DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES - O acervo do Gabinete de Conciliação é composto de processos que tramitam no TRF da 5ª Região, e são redistribuídos para o Gabinete de Conciliação para autocomposição do litígio, e por processos administrativos, que tramitam no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) ou originados por demanda externa. O controle deste acervo é realizado por meio do acesso aos sistemas do PJe e do SEI e por planilhas eletrônicas (EXCEL). A distribuição das atividades é realizada por meio de planilhas compartilhadas eletronicamente que permitem o acesso e preenchimento simultâneo pelos integrantes da unidade. As tarefas são distribuídas aos membros da equipe, semanalmente, pela chefia do setor, e lançadas na planilha de acompanhamento onde são identificadas: 1. A origem da demanda; 2. O tipo de lançamento; 3. As providências adotadas em cada processo; 4. A ata de execução da tarefa. - PROCESSO DE TRABALHO E PRINCIPAIS ATIVIDADES - Os processos de trabalho são classificados e processados de acordo com a origem e o tipo da demanda. Nesse aspecto, as demandas por conciliação formuladas em processos judiciais têm três origens distintas: A. Registro da demanda no Quero Conciliar, por meio do Sítio Eletrônico do TRF 5ª Região (<https://www.trf5.jus.br/>), encaminhada ao Gabinete pelo e-mail conciliação2grau@trf5.jus.br; B. Remessa do processo eletrônico pelo Relator ao Gabinete de Conciliação; C. Remessa de processo, a requerimento ou de forma voluntária, em virtude da identificação de lide estrutural e emissão de Nota Técnica pelo Centro de Inteligência do TRF5. Além destas, existem as demandas administrativas, originadas de setores internos e externos, que são igualmente processadas no Gabinete de Conciliação, e que têm fluxo próprio. As principais atividades desenvolvidas no Gabinete de Conciliação são as seguintes: 1. Elaboração de minutas de despachos e decisões nos processos da unidade que tramitam no PJe e no SEI; 2. Elaboração de minutas de ofícios; 3. Registro e controle de dados e informações encaminhadas pelos CEJUSCs; 4. Controle dos dados estatísticos das conciliações realizadas pelo TRF da 5ª Região; 5. Lançamento das estatísticas do Gabinete e dos CEJUSCs no sítio eletrônico do Tribunal; 6. Processamento das audiências de conciliação em demandas estruturais identificadas pela Rede de Inteligência; 7. Processamento de demandas de conciliação originadas no TRF5 e remetidas para audiência nos CEJUSCs; 8. Apoio na organização de mutirões pelos CEJUSCs; 9. Acompanhamento e atendimento às solicitações do CNJ e do CJF; 10. Processamento dos cursos de formação na área de conciliação/mediação e de Justiça Restaurativa.

3.2 Boas práticas e inovações

Embora a gestão tenha se iniciado há pouco tempo, 1º/4/2023, já foram identificadas iniciativas de projetos desenvolvidos pelos CEJUSC's, vinculadas à Conciliação e

Mediação, que se destacaram e que merecem ser estimuladas como boas práticas, experiências importantes e exitosas que devem ser não apenas reconhecidas, mas multiplicadas. Neste aspecto, merece menção o "Projeto do Conciliador Mirim", desenvolvido por Adriana Carneiro da Cunha Monteiro Nóbrega, Juíza Federal da Seção Judiciária da Paraíba (CEJUSC/PB). Este ano o projeto já tem cronograma de visitas a escolas levando conciliadores. A primeira é a Escola Padre Hildon Bandeira, para combater a violência nos colégios, dando formação aos adolescentes, a fim de que ajudem como pacificadores em Justiça Restaurativa. Ainda na Paraíba, igualmente relevante a utilização de mediações internacionais, com destaque para as realizadas em processos de sequestro de menores. Cito o acordo internacional no caso de um processo de Lisboa, em que apenas um mês após o ajuizamento da lide, com três sessões se conseguiu acordo. Também é de se destacar a iniciativa de Gisele Maria da Silva Araújo Leite, Juíza Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (CEJUSC/RN), na conciliação de causas estruturais coletivas ligadas ao Sistema Único de Saúde (indígenas, problemas de diabetes).

3.3 Dificuldades

Neste aspecto, citamos a ausência de uma estrutura fixa com um corpo permanente de servidores no Gabinete de Conciliação. Também os CEJUSC's relatam como necessária a ampliação dos quadros de servidores efetivos, visto que o tempo de disponibilidade dos voluntários é reduzido, assim como a necessidade de ampliação do quadro de conciliadores.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

5. CONCILIAÇÃO

5.1 Quais os critérios para a seleção dos processos a serem conciliados?

Os processos são selecionados para conciliação: a) mediante requerimento das partes litigantes; b) enviados voluntariamente pelo Desembargador Relator do processo no TRF 5ª Região, caso em que são redistribuídos para o Gabinete de Conciliação; c) solicitados por iniciativa do próprio Gabinete de Conciliação, seja por meio de requerimento feito aos gabinetes para que enviem processos passíveis de conciliação, ou pela abertura de procedimento de conciliação nas causas estruturais identificadas pela Rede de Inteligência do TRF5.

5.2 Como ocorre a dinâmica das conciliações (periodicidade, local, conciliadores)?

Nas demandas individuais, em que há pedido de conciliação formulados pelas próprias partes, ou enviados pelos Relatores, voluntariamente ou a requerimento, os processos

são recebidos no Gabinete e, se houver necessidade de audiência, encaminhados ao CEJUSC para realização da audiência. Após, com ou sem acordo, os autos retornam ao Gabinete de Conciliação para homologação, se houver acordo, e anotações no sistema, incluindo a baixa definitiva no Sistema PJe. Caso reste frustrada a tentativa, os autos retornam ao Relator, para o regular processamento do feito. Se houver proposta nos autos, intima-se a outra parte para se manifestar acerca do pedido de conciliação. A depender da hipótese, caso as partes possam chegar a acordo independentemente da realização de audiência, esse acordo é homologado pelo próprio Gabinete de Conciliação, com a posterior remessa dos autos ao primeiro grau, para cumprimento. Nas demandas estruturais abertas em razão de Nota Técnica da Rede de Inteligência ou por demanda da instituição interessada ao Gabinete, os processos são apreciados diretamente pelo Gabinete de Conciliação, de forma virtual ou presencial, ou ainda podem ser remetidos ao CEJUSC.

5.3 Como é feito o controle estatístico da unidade?

O controle da estatística é realizado por meio de planilha específica, na qual se informa se houve ou não acordo nos pedidos de conciliação formulados. Ao final do mês, são computados os quantitativos e realizada a publicação, pelo Gabinete da Conciliação, no sítio eletrônico do Tribunal das estatísticas dos CEJUSC's, com base nas planilhas encaminhadas pelas unidades. A estatística do Gabinete de Conciliação é realizada trimestralmente.

5.4 Como a unidade trabalha para alcançar a Meta 3 do CNJ?

No que concerne ao estímulo à conciliação, a Justiça Federal tem buscado alcançar o percentual mínimo de 8% no Índice de Conciliação do Justiça em Números por meio:

- do incentivo às iniciativas de conciliação e mediação, e apoio às iniciativas e projetos dos CEJUSC's ligadas à resolução e lides estruturais, bem como das demandas repetitivas;
- gestação do Projeto Piloto Semana Nacional de Conciliação;
- conciliação em demandas de massa identificadas pela Rede de Inteligência do Tribunal;
- reuniões com os players institucionais (Estados, Procuradorias, Conselhos de Classe, Autarquias, DPU, etc.);
- incentivo ao diálogo interinstitucional por meio de reuniões;
- estímulo à prática de método de negociação direta por meio da Reclamação Pré-Processual;
- Reuniões de equipe, em que se oportuniza o diálogo e a troca de experiência entre os coordenadores dos CEJUSC's, assim como divulgação das boas práticas.

5.5 Como acontece o diálogo interinstitucional com os entes públicos para fomentar a conciliação?

O diálogo institucional ocorre em dois níveis: a) No primeiro grau, pelos juízes federais coordenadores dos CEJUSC's com as instituições geradoras de grande fluxo de demandas repetitivas, como INSS e CEF, e com outras instituições que possam contribuir para a resolução da lide; b) Pela própria Corregedoria Regional, por meio de reuniões com os "players" institucionais (Estados, Procuradorias, Conselhos de Classe, Autarquias, DPU, etc.), no sentido de promover a aproximação das partes e abrir caminhos para viabilizar a autocomposição dos conflitos, inclusive na fase pré-processual, de forma a mitigar, ou mesmo prevenir, a pulverização ou ajuizamento de

lides repetitivas. Também no sentido de incentivar a cultura de paz social, está em gestação projeto piloto para formatação de uma Semana Regional de Conciliação inaugurando a possibilidade de um braço social (emissão de CPF, RG etc.), como um laboratório de cidadania dentro da perspectiva da conciliação.

5.6 Como ocorrem os procedimentos pré-consensuais?

Em regra, os procedimentos pré-consensuais são realizados nos próprios CEJUSC's. A marcação de uma audiência de conciliação pode ser solicitada diretamente à Vara Federal em que esteja tramitando o processo judicial ou por meio da distribuição de uma reclamação pré-processual, caso ainda não haja demanda ajuizada. Há também a possibilidade, como já explicitado anteriormente, da demanda se originar no próprio TRF5, por meio de pedido nos autos ou por meio do “Quero Conciliar”, na página eletrônica do TRF5, ou ainda por meio da abertura do processo conciliatório, em virtude de Nota Técnica da Rede de Inteligência.

6. PARTES/ADVOGADOS

6.1 Como é realizado o atendimento a partes e advogados?

No caso, o Gabinete dispõe de um canal próprio, por meio de e-mail (conciliacao2grau@trf5.jus.br), que é verificado diariamente. Também é possível o contato por telefone, com o Gabinete de Conciliação, sendo possível ainda agendar por telefone ou e-mail o atendimento com o próprio Corregedor. Adicionalmente, como boa prática que se realiza desde a atividade jurisdicional, o Gabinete tem por hábito preparar periodicamente a estatística de quantos advogados são atendidos, o que pode ser estendido para as partes.

7. AUDIÊNCIAS

7.1 Há conciliação telepresencial na dinâmica da unidade?

Sim.

8. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0003113-54.2010.4.05.8400	1/12/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos solicitados e conclusos ao gabinete em 18/5/23. Despacho renovando providência na mesma data, diante da ausência de devolução do AR pelos Correios.		
0009206-65.2007.4.05.8100	6/5/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos solicitados e conclusos ao gabinete em 18/5/23. Despacho renovando providência na mesma data, diante da ausência de devolução do AR pelos Correios.		
0004935-40.2008.4.05.8500	5/12/2019	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Autos solicitados e conclusos ao gabinete em 18/5/23. Despacho renovando providência na mesma data, diante da ausência de devolução do AR pelos Correios.		
0001649-92.2010.4.05.8400	6/9/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando escoamento do prazo para retorno do AR.		
0813136-49.2021.4.05.8300	18/2/2022	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos no CEJUSC/PE, onde estão em processo de conciliação as demandas repetitivas ajuizadas em desfavor da CEF, em razão da existência de vícios construtivos nas unidades habitacionais do Residencial Jardins de Vitória.		
0009256-91.2007.4.05.8100	18/8/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando escoamento do prazo para retorno do AR		
0009423-11.2007.4.05.8100	13/12/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos solicitados e conclusos ao gabinete em 18/5/23. Despacho renovando providência na mesma data, diante da ausência de devolução do AR pelos Correios.		
0005104-92.2010.4.05.8100	3/11/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos solicitados e conclusos ao gabinete em 18/5/23. Despacho renovando providência na mesma data, diante da ausência de devolução do AR pelos Correios.		
0009667-37.2007.4.05.8100	27/7/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos solicitados e conclusos ao gabinete em 18/5/23. Despacho renovando providência na mesma data, diante da ausência de devolução do AR pelos Correios.		
0000903-32.2007.4.05.8401	24/8/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando escoamento do prazo para retorno do AR.		
0007621-41.2008.4.05.8100	8/7/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos solicitados e conclusos ao gabinete em 18/5/23. Despacho intimando o advogado a fornecer o endereço atualizado da parte, proferido na mesma data.		
0004112-05.2008.4.05.8100	5/5/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos solicitados e conclusos ao gabinete em 18/5/23. Despacho intimando advogada a fornecer o endereço atualizado da parte, proferido na mesma data		
0009907-80.2008.4.05.8200	23/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho proferido em 18/5/23, homologando o acordo e julgando extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, 'b', do CPC/2015.		
0000073-34.2009.4.05.8001	29/9/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando escoamento do prazo para retorno do AR.		
0000948-70.2010.4.05.8000	12/11/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando escoamento do prazo para retorno do AR.		

9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 15 processos selecionados, todos são eletrônicos.

Não há recomendações relativas aos processos listados.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 12/6/2023, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Federal Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho e pelo Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá.

Os entrevistados esclareceram que o Gabinete de Conciliação compõe a estrutura da Corregedoria e que seu quadro é formado pelos servidores da própria Corregedoria, não havendo servidores, ou mesmo estagiários, lotados no Gabinete de Conciliação.

Os entrevistados também esclareceram que as CEJUSCs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) de cada um dos Estados que compõem o TRF da 5ª Região prestam auxílio ao Gabinete de Conciliação.

Justamente considerando-se a ausência de estrutura própria de pessoal, a fim de ser viabilizada a conciliação, o gabinete encaminha os autos dos processos para fins de conciliação diretamente para a primeira instância. O juízo de origem encarrega-se de gerenciar as tratativas necessárias à formalização da conciliação, estando ele incumbido, além disso, da execução do eventual acordo, se esse vier a ser firmado.

Como boas práticas da unidade, a equipe da Corregedoria pode citar os diálogos que estão sendo mantidos com diferentes instituições, visando a fomentar a cultura da conciliação.

Destacam-se, dentre as entidades envolvidas nesses diálogos, as seguintes:

- a) a Ordem dos Advogados do Brasil, para sensibilização acerca da própria conciliação, a fim de que esta não seja obstada por entraves menores passíveis de serem superados;
- b) a Caixa Econômica Federal, de modo a evitar a judicialização e incrementar a desjudicialização; e
- c) a Advocacia-Geral da União, para realização de acordos, especialmente em matérias determinadas, como concursos públicos e servidores públicos.

A partir da entrevista também se apurou a intenção de ampliar tais diálogos, estendendo-os a outras entidades, como, por exemplo, os Conselhos de Classes Profissionais, por serem tímidas as iniciativas de conciliação em causas em que eles são partes.

Da mesma forma, apurou-se a necessidade e a intenção de manter contato institucional com o INSS, tendo em vista que, no primeiro de grau de jurisdição, verificou-se que nem sempre os procuradores autárquicos conseguem comparecer às audiências designadas para fins de conciliação.

Ainda, como boa prática da unidade inspecionada, pode-se mencionar a adoção de novas tentativas de entabular a conciliação nos processos que tramitam perante o Tribunal, ainda que ela não tenha sido exitosa no primeiro grau de jurisdição. De fato, o

tempo de tramitação dos feitos pode provocar uma modificação na postura dos autores e réus no que tange à disponibilidade para conciliar.

Pode-se mencionar, ainda, o acordo envolvendo o INSS e a Defensoria Pública, por meio do qual o primeiro passou a admitir, como prova da incapacidade laboral do segurado, o laudo médico-pericial elaborado pela última. E isto porque o INSS não dispõe de estrutura para atender adequadamente as demandas de perícias médicas.

O olhar do Gabinete da Conciliação, neste biênio, também está voltado para a promoção da Semana Regional de Conciliação, já havendo sido agendadas reuniões com as CEJUSCs para estabelecer a metodologia comum de trabalho. Uma das iniciativas já tomadas foi o agendamento de reuniões com a Advocacia-Geral da União, especificamente para tratar dos processos de execuções fiscais, estabelecendo-se critérios, por exemplo, quanto ao pagamento dos juros. O intuito é somar forças com as ações desenvolvidas na Semana Nacional da Conciliação, sem sobreposição de metas, de forma a multiplicar as possibilidades em que oportunizada a realização de acordos entre as partes, sendo necessário, para tanto, contar-se com a atuação de forma coordenada dos juízes federais engajados no projeto.

O Gabinete da Conciliação também compartilhou sua preocupação em promover cursos envolvendo o tema da Justiça Restaurativa.

Além disso, Gabinete da Conciliação compartilhou sua preocupação em fomentar o projeto *Quero Conciliar*, que é uma campanha de estímulo à conciliação. Nela, as partes são informadas acerca de como se processa a conciliação e incentivadas a promovê-la, como um verdadeiro mecanismo de pacificação social.

11. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Reduzir o prazo de cumprimento dos despachos em que determinada a intimação da(s) parte(s) acerca da proposta de acordo formulada pela outra parte;

b) Proceder à certificação nos autos acerca da ausência de juntada do AR sem necessidade de que tal providência seja determinada por despacho do Gabinete de Conciliação;

c) Estabelecer um controle de prazos para acompanhamento das intimações dirigidas às partes, de modo a certificar, com maior brevidade, o eventual descumprimento/transcurso *in albis* do prazo assinalado pelas respectivas decisões/despachos, encaminhando o processo com maior celeridade ao Desembargador responsável pelo Gabinete de Conciliação; e

d) Avaliar – diante da recente ampliação do Tribunal - a conveniência (ou não) de desvincular a Conciliação do Gabinete da Corregedoria, que já responde por outras

atividades, como, por exemplo, a Ouvidoria, considerando para tanto nos normativos do CNJ que tratam do tema.

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Escola de Magistratura Federal da 5ª Região

1.2 Magistrado Diretor da Escola Desembargador Federal

Desembargador Federal Francisco Roberto Machado

1.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Luiz Albuquerque Melo (Secretário Executivo/Coordenador)

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Qual a estrutura da unidade (setores, funções e atribuições)? Há estrutura permanente de servidores?

2.1 Quadro de pessoal:

Cargo / Função - Quantidade

Analista Judiciário - 2 (ocupando as funções CJ-1 e FC-06)

Técnico Judiciário - 6 (quatro deles ocupando as funções FC-05, FC-04 e FC-02)

Estagiário Nível Superior (Administração - 4 horas) - vaga não ocupada

2.2 Cargos e funções comissionadas em atividade:

Cargo / Função - Quantidade

CJ-1 - 1

FC-06 - 1

FC-05 - 1

FC-04 - 2

FC-02 - 1

2.3 Atribuições dos cargos e funções da ESMAFE

UNIDADE: Secretaria Executiva (Coordenadoria da ESMAFE)

TITULAR (CARGO OU FUNÇÃO): Coordenador – CJ-1

SUBORDINAÇÃO: Direção da Escola da Magistratura Federal

UNIDADE(S) SUBORDINADA(S): Núcleo de Secretaria da ESMAFE; Setor de Estudos, Pesquisas e Documentação.

01. Coordenar a elaboração do Plano Pedagógico da Escola, certificando-se do seu alinhamento ao planejamento estratégico da Justiça Federal e do TRF da 5ª Região, atualizando-o em cada revisão do planejamento plurianual.

02. Elaborar, submetendo à Direção da Escola, a proposta orçamentária anual da Unidade Gestora Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, encaminhando-a, oportunamente, à setorial orçamentária.

03. Propor à Direção da Escola programação anual das atividades de capacitação de magistrados vinculados à 5ª Região, a partir do Plano Pedagógico e das necessidades detectadas, de acordo com os normativos da ENFAM e CJF.
04. Proceder, anualmente, junto aos magistrados, levantamento das necessidades de capacitação e aperfeiçoamento.
05. Assessorar a Direção da Escola na busca de condições para viabilizar a programação proposta.
06. Coordenar todas as fases do processo de realização dos cursos, seminários, congressos e demais atividades desenvolvidas pela Escola.
07. Colaborar com os Núcleos da Escola nas Seções Judiciárias com vistas a facilitar a implementação de suas programações.
08. Diligenciar, junto à Direção da Escola, e ao Setor de Recursos Humanos do Tribunal, no sentido de viabilizar a permanente capacitação da equipe sob sua supervisão.

UNIDADE: Setor de Estudos, Pesquisas e Documentação.

TITULAR (CARGO OU FUNÇÃO): Supervisor Assistente – FC-4

SUBORDINAÇÃO: Secretaria Executiva (Coordenadoria da ESMAFE).

UNIDADE(S) SUBORDINADA(S): Não há unidades subordinadas.

01. Responsabilizar-se pela publicação da Revista da Escola.
02. Assessorar a Coordenadoria da Escola na elaboração de relatórios anuais das atividades desenvolvidas.
03. Proceder aos registros e revisar a escrituração escolar.
04. Elaborar relatórios e históricos e preparar certificados de aproveitamento.
05. Promover o registro de frequência e aproveitamento dos cursistas.
06. Controlar o uso das salas de aula da Escola e dos equipamentos de apoio às aulas.

UNIDADE: Núcleo de Secretaria da ESMAFE

TITULAR (CARGO OU FUNÇÃO): Diretor de Núcleo - FC-6

SUBORDINAÇÃO: Secretaria Executiva (Coordenadoria da ESMAFE)

UNIDADE(S) SUBORDINADA(S): Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados; Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento [FC-04]; Setor de Registro e Escolaridade [FC-02]

07. Auxiliar a Coordenação da Esmafe na elaboração e nas posteriores revisões do Plano Pedagógico da Escola.
08. Assessorar a Coordenadoria da Esmafe na elaboração da proposta orçamentária anual da UG Escola de Magistratura Federal da 5ª Região.
09. Auxiliar a Coordenadoria da Escola na elaboração da programação anual das atividades de capacitação de magistrados vinculados à 5ª Região, a partir do Plano Pedagógico e das necessidades detectadas, respeitando os normativos da ENFAM e CJF.
10. Operacionalizar o levantamento das necessidades de capacitação e aperfeiçoamento anuais, junto aos magistrados e servidores.
11. Assessorar a Coordenadoria da ESMAFE na busca de condições para viabilizar a programação proposta, inclusive quanto ao seu custeio.

12. Operacionalizar a realização dos cursos, seminários, congressos e demais atividades desenvolvidas pela Escola.
13. Auxiliar os Núcleos das Escolas nas Seções Judiciárias com vistas a facilitar a implementação de suas programações.
14. Apoiar administrativamente as comissões de concurso para ingresso na magistratura Federal.
15. Auxiliar a Coordenação na elaboração dos projetos pedagógicos de cursos, seminários, congressos e demais atividades desenvolvidas pela Escola.

UNIDADE: Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados

TITULAR (CARGO OU FUNÇÃO): Supervisor de Seção – FC-5

SUBORDINAÇÃO: Núcleo de Secretaria da ESMAFE

UNIDADE(S) SUBORDINADA(S): Setor de Estudos, Pesquisas e Documentação

01. Manter atualizados nos bancos de dados e sistemas informatizados disponíveis, os registros das atividades acadêmicas da Escola.
02. Elaborar estimativas de custos e orçamentos para realização de cursos e outras atividades de ensino, com vistas a subsidiar a elaboração da proposta orçamentária anual da Esmafe.
03. Apoiar a Coordenadoria da Escola na elaboração da programação anual de atividades.
04. Responsabilizar-se pela execução de cursos, seminários, palestras ou outras atividades acadêmicas.
05. Elaborar relatórios dos cursos realizados pela Escola ou em parceria com outras instituições, especificando componentes curriculares, duração, carga horária, corpos docente e discente.
06. Aferir frequência e aproveitamento dos participantes dos eventos de aperfeiçoamento e capacitação promovidos pela Escola ou em parceria com outras instituições.

UNIDADE: Setor Capacitação e Aperfeiçoamento

TITULAR (CARGO OU FUNÇÃO): Supervisor Assistente – FC-4

SUBORDINAÇÃO: Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

UNIDADE(S) SUBORDINADA(S): Não há unidades subordinadas.

01. Auxiliar a alimentação dos bancos de dados e sistemas informatizados disponíveis, com os registros das atividades acadêmicas da Escola.
02. Auxiliar a Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados na elaboração da proposta orçamentária anual da ESMAFE.
03. Apoiar a Coordenadoria da Escola na elaboração da programação anual de atividades.
04. Auxiliar na contratação de formadores e de serviços auxiliares para execução de cursos, seminários, palestras ou outras atividades acadêmicas.
05. Auxiliar a aferição de frequência e aproveitamento dos participantes dos eventos de aperfeiçoamento e capacitação promovidos pela Escola ou em parceria com outras instituições.

UNIDADE: Setor de Registro e Escolaridade

TITULAR (CARGO OU FUNÇÃO): Auxiliar Especializado – FC-2

SUBORDINAÇÃO: Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
UNIDADE(S) SUBORDINADA(S): Não há unidades subordinadas.

01. Auxiliar no registro e manutenção dos bancos de dados escolares.
02. Auxiliar a Coordenadoria da Escola na elaboração de relatórios anuais das atividades desenvolvidas.
03. Revisar registros e a escrituração escolar.
04. Auxiliar a elaboração de relatórios e históricos e a disponibilização de certificados de aproveitamento.
05. Revisar os relatórios de registro de frequência e de aproveitamento dos cursistas.

2.4 Estrutura permanente de servidores

Não há quadro permanente de servidores. Atualmente apenas sete servidores compõem o quadro da Escola.

3. FORMAÇÃO CONTINUADA

3.1 Relate as dificuldades no planejamento e execução das atividades de formação (explicitar em relação a cada público - desembargadores e juízes)

Em relação ao planejamento e execução das ações formativas, a ESMAFE continua não tendo dificuldades a relatar, com exceção do baixo percentual de participação dos desembargadores nessas ações. Devido à descentralização administrativa da Escola em Núcleos Seccionais, como descrito abaixo (item 7.3), é possível atingir um alto grau de assertividade no endereçamento de atividades de formação para auxílio na resolução de problemas ou dificuldades reais do cotidiano da prestação jurisdicional de primeiro grau. Apesar de buscarmos o mesmo objetivo em relação ao Tribunal, com a participação do diretor da escola em todas as etapas do planejamento como forma de considerar também o tratamento dos problemas do segundo grau, por razões alheias à vontade dos gestores da Escola, as quais talvez tenham base na cultura organizacional, não logramos obter a participação desejada de desembargadores nas atividades oferecidas.

4. FORMAÇÃO DE FORMADORES

4.1 Quantos magistrados da Região são formadores (participaram de curso de formação de formadores)?

Até o momento foram capacitados 103 magistrados, correspondendo a cerca de 44% do total de magistrados da Região, sendo:

Desembargadores:

- Nível1 (Módulo1) = 6 desembargadores
- Nível1 (Módulo1,2) = 1 desembargadora
- Nível1 (Módulos1,2,3) = 1 desembargador
- Nível1 (Módulos 1,2,3) + Nível 2 = 2 desembargadores

Juizes Federais:

- Nível1 (Módulos 1,2,3) + Nível 2 = 31 juizes
- Nível1 (Módulos 1,2,3) = 38 juizes
- Nível1 (Módulo1) = 6 juizes
- Nível1 (Módulos 1,2) = 12 juizes
- Nível1 (Módulos 2,3) = 2 juizes
- Nível1 (Módulos1,2) + Nível 2 = 2 juizes
- Nível 1 (Módulo1) + Nível 2 = 2 juizes

FORMADOR	TRIBUNAL ORIGEM	CH
Emiliano Zapata	TRF5	2 h/a EaD
Hallison Rêgo Bezerra	TRF5	5 h/a EaD
Adriana dos Santos Cruz	TRF2	2,5 h/a EaD
Fábio Francisco Esteves	TJDFT	2,5 h/a EaD
André Nicolitt	TJRJ	2,5 h/a EaD
Karen Luise de Souza	TJRS	3 h/a EaD
Silvio Luís Ferreira da Rocha	TRF3	3 h/a EaD
Caio Diniz Fonseca	TRF5	3 h/a EaD
Dênis Soares França	TRF5	3 h/a EaD
Ronivon de Aragão	TRF5	3 h/a EaD
Marco Bruno Miranda Clementino	TRF5	7 h/a EaD
Leonardo Resende Martins	TRF5	5 h/a EaD
José Eduardo de Melo Vilar Filho	TRF5	3 h/a Ead
Luciana Ortiz Tavares Zanoni	TRF3	4 h/a EaD
Paulo Cezar Neves Junior	TRF3	16 h/a EaD
Danielle Sousa de Andrade e Silva Cavalcanti	TRF5	7,5 h/a
Marcos Vinícius Barroso	TRT3	18 h/a EaD
Cintia Menezes Brunetta	TRF5	5 h/a EaD
Erik Navarro	TRF2	2,5 h/a EaD
Artur Napoleão Teixeira Filho	TRF5	5 h/a EaD
George Marmeistein Lima	TRF5	25 h/a EaD e Presencial
José Eduardo de Melo Vilar	TRF5	3 h/a EaD
Ana Carolina Morozowski	TRF4	20 h/a Presencial/EaD (híbrido)

FORMADOR	TRIBUNAL ORIGEM	CH
André Augusto Salvador Bezerra	TJSP	40 h/a EaD
André Vieira de Lima	TRF5	8 h/a EaD
Arnaldo Pereira de Andrade Segundo	TRF5	13 h/a semi-presencial/ EaD
Arthur Napoleão Teixeira Filho	TRF5	22 h/a EaD
Bianor Arrufa Bezerra Neto	TRF5	6 h/a Presencial/EaD
Caio Diniz Fonseca	TRF5	8 h/a
Carolina Souza Malta	TRF5	3 h/a EaD
Catarina Volkart Pinto	TRF4	2,5 h/a
Cristina de Albuquerque Vieira	TRF4	2,5 h/a
Edilson Pereira Nobre Júnior	TRF5	6 h/a EaD
Egberto Penido	TJSP	2,5 h/a
Emerson José do Couto	TRF3	5,5 h/a EaD
Fábio Penezi Póvoa	TJPA	24 h/a Presencial 60 h/a EaD
Fernão Pompêo de Camargo	TRF3	2,5 h/a
Francisco Glauber Pessoa Alves	TRF5	3 h/a EaD
Hallison Rêgo Bezerra	TRF5	3 h/a semi-presencial 13 h/a EaD
Kátia Herminia Martins Lazarano Roncada	TRF3	2,5 h/a
Luiza Vieira Sá de Figueiredo	TJMS	20 h/a EaD
Leonardo Resende Martins	TRF5	12 h/a EaD
Liz Corrêa De Azevedo	TRF5	12 h/a Presencial
Marcelo Salmaso	TJSP	2,5 h/a
Marco Bruno Miranda Clementino	TRF5	10,15 h/a EaD
Nagibe de Melo Jorge Neto	TRF5	7 h/a EaD
Osmane dos Santos	TRF1	2,5 h/a EaD
Raecler Baldresca	TRF3	1,5 EaD
Raquel Domingues do Amaral	TRF3	2,5 h/a EaD
Tiago do Carmo Martins	TRF4	7 h/a+3 h/a
Vladimir Santos Vitovsky	TRF2	24 h/a Presencial 60 h/a EaD
Walter Nunes da Silva Junior	TRF5	3 h/a semi-presencial

FORMADOR	TRIBUNAL ORIGEM	CH
Sérgio Torres Teixeira	TRT6	2 h/a presencial
Judge Hiram E. Puig-Lugo	Superior Court of the District of Columbia	1 h/a presencial
Sir Andrew John Gregory Moylan	Juiz britânico do Tribunal de Apelação da Inglaterra e País de Gales	1 h/a presencial
The Honourable Madam Justice Joan A. MacPhail	Judge of the Court of Queen's Bench (Family Division)	1 h/a presencial
Juíza Victoria Bennett	Tribunal de Família da Austrália, Melbourne	1 h/a presencial
Desembargador Federal Guilherme Calmon	TRF2	1 h/a presencial
Desembargadora Federal Daniele Maranhão	TRF1	1 h/a presencial
Ministro André Veras Guimarães	Ministro de Estado	1 h/a presencial
Ministra Conselheira Kimberly Kelly	Embaixada e Consulados dos Estados Unidos no Brasil	1 h/a presencial
Frederico Augusto Leopoldino Koehler	TRF5	10 h/a EaD
Ana Beatriz Mendes	TJRJ	10 h/a EaD
Mariana Marinho Machado	TJPI	10 h/a EaD
Assusete Magalhães	Ministra STJ	1 h/a presencial
Taís Schilling Ferraz	TRF4	1 h/a presencial
Jorge André de Carvalho Mendonça	TRF5	1 h/a presencial
Claudio Kitner	TRF5	1 h/a presencial
Frederico Augusto Leopoldino Koehler	TRF5	1 h/a presencial
Luiz Bispo da Silva Neto	TRF5	1 h/a presencial
Vladimir Santos Vitovsky	TRF2	19 h/a – presencial e EaD
Fábio Penezi Póvoa	TJPA	19 h/a - presencial e EaD

5. PLANO DE GESTÃO

5.1 A distribuição das atividades e o estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

A Escola não possui um Plano de Gestão formalizado.

5.2 Houve algum melhoramento ou aquisição de sistemas informatizados para a Escola? Em caso positivo, qual a finalidade e a aplicação?

Sim, apesar dos atrasos no cronograma inicial a Escola continua a desenvolver, através da fábrica de software do TRF5, um novo sistema informatizado para apoio ao gerenciamento das atividades escolares, em substituição a sistema anterior cuja manutenção e aprimoramento foram inviabilizados pela obsolescência do modelo e das ferramentas utilizadas para seu desenvolvimento. O novo sistema destina-se ao controle e registro dos dados de interesse recolhidos em todos os fluxos de trabalho realizados pela equipe da Escola, desde a concepção e desenvolvimento dos cursos e demais ações formativas até seu credenciamento, e também durante a execução de tais ações, passando pela inscrição, controle de frequência e de aproveitamento, certificação, relatórios gerenciais e estatísticos incluindo indicadores de acompanhamento. Também foi previsto módulo de controle financeiro e orçamentário integrado aos demais sistemas de apoio do TRF5, visando identificar com exatidão os valores investidos na formação e aperfeiçoamento.

5.3 Boas práticas e inovações

1) A descentralização administrativa e pedagógica decorrente da existência dos Núcleos Seccionais, que possibilita uma melhor gestão dos recursos orçamentários e uma maior efetividade no planejamento das ações formativas, voltadas à solução de problemas reais do cotidiano da magistratura da Região; 2) O envolvimento da Escola e de seus Núcleos Seccionais nas atividades relacionadas ao Escritório de Inovação da Justiça Federal da Região; 3) A participação e o grande envolvimento não apenas dos diretores de Núcleo da Escola, mas de um grupo interessado, competente e coeso de magistrados formadores, no planejamento e execução das ações formativas oferecidas; 4) A autonomia orçamentária e financeira que é praxe no relacionamento entre a direção da Escola e os ordenadores de despesa, tanto no Tribunal quanto nos Núcleos Seccionais, o que possibilita que a decisão sobre o mérito da despesa seja da direção da Escola.

5.4 Dificuldades

As maiores dificuldades de gestão se relacionam ao reduzido número de pessoas que exercem suas atividades na Escola, que implica numa excessiva carga de trabalho individual e/ou na impossibilidade de cumprimento de prazos, como por exemplo, para a contratação de formadores, em especial nos períodos de planejamento e realização da Formação Inicial.

6. TELETRABALHO

6.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

7. CURSOS

7.1 Quantitativo de cursos realizados on-line/presencial

2021

Presencial - 0

Cursos EaD – 10

Presencial/EaD – 1

2022

Presencial - 2

Cursos EaD – 17

Presencial/EaD - 7

2023 (até 19/5/2023)

Presencial - 5

Cursos EaD – 3

Presencial/EaD – 1

7.2 Quantitativo de magistrados que concluíram os cursos indicados no item 7.1? (desde a última inspeção)

De 7/5/2021 a 19/5/2023:

195 magistrados

7.3 Como são realizados os credenciamentos para os cursos?

A ESMAFE funciona de forma descentralizada, existindo em cada seccional da Justiça Federal jurisdicionada pelo TRF5 um magistrado federal responsável pela direção do que se denomina Núcleo Seccional. A partir do levantamento de problemas ou dificuldades reais enfrentados pelo conjunto de magistrados da Seção Judiciária, o(a) diretor(a) de Núcleo identifica de que forma uma ação formativa pode concorrer para a solução desse problema ou dificuldade, e propõe à ESMAFE sede a realização dessa ação através do encaminhamento de projeto pedagógico, o qual é analisado e desenvolvido conjuntamente pela direção do Núcleo e pela equipe pedagógica da Escola, sendo em seguida submetido à ENFAM, através do sistema EducaEnfam, para fins de credenciamento.

7.4 Como são observados os indicadores do CEMAF e da ENFAM?

Antes do início do desenvolvimento do sistema informatizado citado na questão (5.2) acima, dados destinados à coleta dos indicadores do PNA eram sistematicamente informados em banco de dados Microsoft Access, que permitia sua recuperação em formato compatível com a coleta. Já no novo sistema de apoio e gerenciamento das atividades de ensino da escola, esses dados serão objeto de relatório específico para o PNA, que se pretende oferecer ao CEMAF on-line.

7.5 Há rodízio ou incentivo a participação de novos magistrados no quadro de formadores?

Sim, a Escola oferece vagas no seu programa de Formação de Formadores a todos os magistrados que desejarem se tornar formadores de seus pares, e devido à forma descentralizada com que as ações formativas são planejadas nos núcleos, as oportunidades de participação dos novos magistrados são incentivadas e esperadas.

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi cordialmente recebida pelos servidores da EMAFE. O Desembargador Federal Francisco Roberto Machado, Diretor da ESMAFE5 e o Coordenador da Escola Luiz Albuquerque não estavam presentes em razão de afastamentos regimentais, assim a entrevista foi realizada com o servidor André Luiz Marques Figueiredo. Os demais integrantes da Escola da Magistratura também compareceram à reunião: Elaine Maria Bezerra Pereira (Diretora do Núcleo de Secretaria); Guilherme Farias; Jacqueline Holanda; Maria Lúcia de Lacerda e Myriam Temporal.

O atual Diretor da Escola da Magistratura, Desembargador Federal Roberto Machado é extremamente capacitado, possui MBA em Poder Judiciário, tem vasta experiência na judicatura e riquíssima trajetória acadêmica. Assumiu a Escola em abril/2023. Portanto, o Desembargador Federal Roberto Machado e o Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza, Vice-Diretor, estão se inteirando das ações da unidade inspecionada.

A ESMAFE5 é reconhecida e respeitada pelas demais escolas da Justiça Federal, por sua excelência, expertise e pelo padrão de qualidade e contribuição significativa no ramo do ensino/aprendizado. Possui uma excelente estrutura física, com instalações de ponta, modernas e de alta qualidade. O espaço é bem projetado e funcional. As salas de inovação e edição de vídeos são futuristas e inspiradoras. Embora a equipe seja pequena para a demanda do TRF5, o ambiente proporciona uma maior integração dos colaboradores e a criatividade e inovações fluem numa velocidade mais acelerada.

Tendo em vista que transcorreu o prazo sem que houvesse manifestação da unidade inspecionada, conforme a certidão Id.0400094, solicitamos aos servidores presentes que nos contassem sobre as providências adotadas pela unidade para as recomendações formuladas no item 17 do Relatório de Inspeção/2021: “Considerando a pouca ou quase nenhuma participação dos desembargadores nos cursos oferecidos pela ESMAFE, recomenda-se a elaboração de consulta aos magistrados a fim de saber quais as áreas de interesse para a realização de cursos específicos. Sugere-se que sejam convidados ministros dos tribunais superiores para palestrar nos cursos destinados aos desembargadores. Recomenda-se a criação de quadro permanente de servidores, pois alguns cargos são apenas cedidos pelo Tribunal. Maior integração da ESMAFE com o Gabinete de Conciliação, de forma a efetivar a formação de conciliadores e mediadores voluntários, já que há grande demanda neste sentido. Elaborar curso específico para sensibilização dos magistrados em Justiça Restaurativa.”

Os servidores informaram que providenciaram as recomendações da Inspeção elencadas acima e que apenas o índice de participação dos magistrados nos cursos oferecidos ainda continua baixo.

Solicitado a fazer um resumo sobre a escola e seus projetos, André Luiz Marques Figueiredo (entrevistado encarregado) respondeu que o cronograma foi cumprido e que todos os cursos planejados foram realizados. Segundo informado, o orçamento nunca é bastante ou suficiente, diante de tamanha demanda, mas que é bem aproveitado. Atualmente, muitos treinamentos ou programas de desenvolvimento ou de capacitação são ministrados por juízes federais que não recebem remuneração pelas aulas, o que ameniza ou reduz um pouco os custos da unidade.

Narra o servidor que a ESMAFE5 tem uma agenda extensa de capacitação e excelentes temas, citou o título a “Escrita jurídica com o chatGPT”. Podem-se extrair diversos outros conteúdos do calendário de cursos no site/TRF5/ESMAFE: “Novos desafios de jurisdição criminal: justiça negocial; justiça restaurativa e prevenção de demandas criminais”; “Tecnologia e Poder Judiciário: possibilidades de uso do algoritmo na construção da decisão judicial” e tantos outros conteúdos interessantes e atuais. Ainda assim, a participação dos magistrados é ínfima. É estimulada e realizada a divulgação, são feitos convites pessoais e é demonstrada a importância do aprendizado deles para a disseminação do conhecimento na instituição e em suas unidades.

No relatório de Inspeção/2023, a unidade respondeu que “quanto à formação continuada, a escola não tem dificuldades a relatar, com exceção do baixo percentual de participação dos desembargadores nessas ações”, conforme citado anteriormente.

Assim, persiste a necessidade de se ampliar a participação dos Desembargadores Federais, para tanto a unidade inspecionada conta com o apoio dos desembargadores novos para contagiar os demais a participarem dos projetos.

Conforme esclarecido, existem núcleos que executam ações descentralizadas, como exemplo a seccional do RN faz a Quinta Jurídica, que já completou 30 anos.

Quanto à formação de formadores, relataram que até o momento foram capacitados 103 juízes, correspondendo a 44% do total de magistrados da Região.

No item 5.2 do questionário de inspeção/2023, foi perguntado se houve algum melhoramento ou aquisição de sistemas informatizados para a Escola e qual a finalidade da aplicação. Responderam que sim. Foi citado Projeto EDU TRF5, como o mais inovador dentro da Escola. Antes chamado Akademos, o EDU – é uma ferramenta de controle de todas as ações pedagógicas: credenciamento, frequência, controle financeiro, certidões e certificados.

As dificuldades relatadas pela unidade inspecionada se referem à escassez de recursos humanos. Atualmente, contam com apenas 7 servidores, dos quais 3 deles estão em abono permanência. Em dezembro/23 serão 4 em abono. Ressaltou que no TJPE, a escola possui 45 servidores para trabalhar as demandas deles. É uma diferença

muito significativa. O que tem sido fundamental para a escola é o teletrabalho. Não fosse essa possibilidade, não teriam conseguido cumprir os objetivos da unidade.

Até 19/5/2023, foram realizados 5 cursos presenciais, 3 cursos EAD e 1 curso Presencial/ EAD. As três frentes de trabalho que consomem maior tempo da equipe são: curso de formação de juízes; cursos de capacitação/atualização para todos os magistrados e ambiente virtual de aprendizado híbrido. Os cursos de formação de juízes têm duração de 4 meses e a carga horária é de 630 horas.

O controle dos cursos e o credenciamento são feitos pelo 2º grau. Os pedidos são enviados para a ESMAFE5. A Escola faz os ajustes necessários para atender as diretrizes da ENFAM e os servidores da Escola acompanham os cursos – algumas vezes, o fazem presencialmente. Eles participam de todos os cursos on-line, para controle da qualidade das aulas ministradas. A Escola oferecerá curso de capacitação apenas para magistrados esse ano. Guilherme, servidor da escola, fará o curso FOFO (Formação de Formadores). Os cursos são elaborados para os magistrados, embora se saiba que alguns como os de processo civil e outras tantas matérias poderiam ter a participação dos servidores dos gabinetes. Os custos desses módulos de ensino são muito altos e nem todas as vagas são ocupadas. Seria importante aproveitá-los para os demais colaboradores, para aqueles que apoiam os magistrados.

Há barreira da ENFAM no que se refere à participação de servidores nos cursos, mas já foi dito que havendo vagas, seria possível convidá-los. A inclusão dos colaboradores dos gabinetes torna o aprendizado e o debate mais produtivos.

Ressaltaram que o teletrabalho foi determinante e que o adotaram durante e após a pandemia. A modalidade de trabalho remoto alavancou os objetivos da Escola. Lamentaram apenas que acabam se estendendo no horário para atender as inúmeras demandas. Toda a equipe faz teletrabalho. Existe uma escala presencial e todo o restante do tempo é teletrabalho. Graças ao esforço, comprometimento de todos e o teletrabalho é que conseguem cumprir as metas da Escola.

Foi destacado que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos servidores refere-se à questão do trabalho fora do horário de expediente.

As datas do calendário são minuciosamente avaliadas e ajustadas para que as aulas não se choquem. Os cursos semelhantes são concentrados num só, a fim de reduzir custos e aperfeiçoarem o cronograma. Os servidores da Escola precisam estar presentes em todos os cursos on-line para acompanhar o cumprimento das diretrizes dos projetos, e, com o número insuficiente de pessoal, isso se torna um transtorno.

Demandado sobre quais as estratégias e ferramentas que utilizam para alcançar os objetivos, ele retornou dizendo que a estratégia é voltada para o cumprimento do cronograma. Alegou que o ganho de produtividade no trabalho remoto é extraordinário. Desgastam-se menos e produzem mais. Lembrou que os cursos de iniciação na magistratura são presenciais e nessa ocasião, o teletrabalho é suspenso. Na gestão do

Desembargador Federal Roberto Machado, não haverá curso para formação de magistrados, vez que não foram abertos novos concursos.

No item 7.5 deste relatório, pergunta-se se há rodízio ou incentivo à participação de novos magistrados no quadro de formadores? E disseram: “Sim, a Escola oferece vagas no seu programa de Formação de Formadores a todos os magistrados que desejarem se tornar formadores de seus pares, e devido à forma descentralizada com que as ações formativas são planejadas nos núcleos, as oportunidades de participação dos novos magistrados são incentivadas e esperadas.”

A meta da ESMAFE5 é cumprir o cronograma e conseguir implantar os cursos. Questionados sobre projetos que pretendem desenvolver em médio prazo, responderam que o EDU será uma inovação de longo prazo e que estão muito envolvidos com ele. Estão criando salas híbridas na escola – cursos presenciais com transmissão. Compraram câmaras e equipamentos. Só compraram o necessário e não o que desejavam ter adquirido, por questão orçamentária. O auditório e a sala de inovação serão equipados. Há um projeto da sala de vídeos. O Magistrado pode gravar as aulas para serem transmitidas à distância, onde serão gravadas e editadas no estúdio da Escola. Serão cursos com magistrados locais ou não, com apenas um custo: diária e passagem. O curso se tornaria definitivo e não haveria mais custo com a disseminação dele. A Escola tem a intenção de implantar muito mais treinamentos on-line. Pretendem que os magistrados elaborem mais cursos e que usem a plataforma Moodle. O curso precisa ser visual, intuitivo e interessante para que os servidores absorvam mais conhecimento.

Segundo informado, a infraestrutura de TI do TRF5 precisa melhorar. Ele acha mais viável participar dos cursos ministrados on-line e trabalhar de casa, porque é mais seguro. No Tribunal existe bloqueio de acesso. Em casa não entra programa “pirata”. No Tribunal, infelizmente coexistem “software não licenciados”. André afirma que usa os programas de casa a serviço do tribunal e raramente utiliza suas ferramentas para fins particulares. Adotaram a plataforma Zoom no TRF5. O Desembargador Federal Roberto Machado quer difundir o uso da plataforma teams em todo o tribunal.

Boas práticas foram relatadas no item 5.3 deste relatório.

9. RECOMENDAÇÕES

A Escola da Magistratura do Tribunal Regional da 5ª Região é digna de elogios e é referência para as demais escolas da Justiça Federal. As Escolas da Magistratura desempenham um papel essencial e são os pilares da Justiça Federal. A atuação da ESMAFE5 colabora diretamente para o fortalecimento e aprimoramento do sistema de justiça como um todo.

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Formalizar o plano de gestão da Escola;

b) Convidar os desembargadores a sugerirem temas e metodologias de ensino e a estimularem o maior envolvimento e maior participação dos antigos e dos novos desembargadores para ministrarem aulas de sua especialidade e prestigiarem os cursos oferecidos pela escola, a fim de concluir as providências recomendadas na Inspeção CJF/ 2021. Usar a tecnologia e as plataformas teams, zoom, youtube e outras para disseminar “lives” e vídeo aulas mais curtas e do interesse dos servidores e juízes;

c) Aproveitar os cursos presenciais, os de Ensino à distância (EAD) e os Presenciais/EAD de aprimoramento e atualização jurídica dirigidos aos magistrados também para a Assessoria, para os servidores que os apoiam, a fim de reduzir custos e propagar o conhecimento em larga escala, desde que autorizados pela ENFAM;

d) Criar e/ou apoiar a criação de projetos e trilhas de aprendizagem contínua, a fim de acelerar a assimilação do conteúdo e consolidar a capacitação técnica dos colaboradores dos novos gabinetes; e

e) Compartilhar o conhecimento e trocar experiências e boas práticas com as Escolas de Magistratura dos demais Tribunais Regionais Federais.

DIVISÃO DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Nome do responsável pela unidade

Pedro Rafael Lemos Pereira

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	Há 4 servidores efetivos, sendo um ocupante de cargo comissionado (CJ1) e 3 ocupantes de funções comissionadas (1 FC5 e 2 FC4).
Servidores sem vínculo	Não há
Estagiários	Não há estagiários.

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 A distribuição das atividades e o estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Não há plano de gestão específico da unidade. O setor é vinculado à Diretoria de Gestão de Pessoas/TRF5 e segue os parâmetros definidos para a Unidade de Recursos Humanos.

3.2 Quais são as atribuições da unidade?

1. Atua na coordenação, supervisão e execução dos procedimentos administrativos referentes à área de Recursos Humanos dos Magistrados de 1º e 2º Grau da 5ª Região, excetuadas as atribuições específicas da Corregedoria Regional, da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região e da Divisão de Folha de Pagamento;
2. Instrui processos de interesse dos Magistrados de 1º e 2º Grau da 5ª Região em atividade e aposentados e dos pensionistas vinculados aos Magistrados, interpretando a legislação pertinente;
3. Prepara expedientes concernentes à prestação de informações solicitadas pela Advocacia-Geral da União relativas a processos judiciais ajuizados por Magistrados da Justiça Federal da 5ª Região;
4. Prepara os expedientes concernentes à prestação de informações solicitadas pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal relativas a Magistrados da Justiça Federal da 5ª Região;
5. Organiza e atualiza assentamentos funcionais dos Magistrados de 1º e 2º Grau da 5ª Região, inclusive os registros no Sistema informatizado de Recursos Humanos do Tribunal;
6. Prepara os expedientes necessários ao fornecimento de informações à Divisão de Folha de Pagamento sobre as modificações na situação funcional dos Magistrados, ativos e inativos, bem como de seus dependentes/pensionistas, que impliquem em alterações de natureza estipendiária;

7. Providencia o encaminhamento à Unidade de Controle Interno e ao Tribunal de Contas da União da documentação dos Magistrados atinente à admissão e ao desligamento, às declarações de bens e rendas e às concessões de aposentadorias e pensões;
8. Elabora as minutas dos atos administrativos pertinentes à Escala de Férias anual dos Magistrados de 1º e 2º Grau da 5ª Região;
9. Providencia a elaboração e atualização da relação dos Magistrados de 1º e 2º Grau membros de Tribunal Regional Eleitoral nos Estados que compõem a 5ª Região;
10. Providencia a elaboração e atualização da relação dos Juízes Federais indicados para membros das Turmas Recursais, Turma Regional e Turma Nacional dos Juizados Especiais Federais, e para o exercício da Direção de Foro de Seção e Subseção Judiciária da Justiça Federal de 1º Grau da 5ª Região;
11. Providencia a confecção das minutas dos Atos de designação de substitutos, por ocasião de afastamento dos Juízes de 1º Grau;
12. Efetiva o recebimento, conferência e validação da documentação necessária à posse nos cargos de Juiz Federal Substituto e Desembargador Federal da Justiça Federal da 5ª Região.

3.3 Boas práticas e inovações

Utilização dos recursos tecnológicos disponíveis para agilização do atendimento das demandas e uso de comunicações processuais exclusivamente em formato eletrônico.

3.4 Dificuldades

Reduzido quadro funcional. Falta de módulo de tempo de contribuição/serviço específico para magistrados no atual sistema de recursos humanos do TRF5, que deverá ser resolvido com a implantação do Sistema SERH dentro do cronograma do CJF.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Sim.

5. DADOS ESTATÍSTICOS

5.1 Indicar o total de cargos de magistrados de 1º e 2º graus, auxiliares e substitutos.

I - 2º Grau: Desembargador Federal 24.

II - 1º Grau: Juiz Federal Substituto: 117. Juiz Federal: 157. Total de Magistrados - 1º Grau 274.

III – Total de Magistrados: **298**.

IV - Juízes convocados pelo TRF em auxílio: 3.

5.2 Apresentar, por seção judiciária e TRF, se for o caso, o número de cargos existentes, providos e vagos.

I - Desembargadores Federais - TRF5: Cargos criados: 24. Cargos providos: 23.

Cargos vagos: 1.

II - 1º Grau:

1. Seção Judiciária **AL**: Juiz Federal: Criados: 17. Providos: 17. Vagos: 0. **Juiz Federal Substituto**: Criados: 13. Providos: 7. **Vagos: 6.**

2. Seção Judiciária **CE**: Juiz Federal: Criados: 44. Providos: 44. Vagos: 0. **Juiz Federal Substituto**: Criados: 32. Providos: 13. **Vagos: 19.**

3. Seção Judiciária **PB**: Juiz Federal: Criados: 19. Providos: 19. Vagos: 0. **Juiz Federal Substituto**: Criados: 15. Providos: 11. **Vagos: 4.**

4. Seção Judiciária **PE**: **Juiz Federal**: Criados: 47. Providos: 46. **Vagos: 1. Juiz Federal Substituto**: Criados: 35. Providos: 12. **Vagos: 23.**

5. Seção Judiciária **RN**: Juiz Federal: Criados: 18. Providos: 18. Vagos: 0. **Juiz Federal Substituto**: Criados: 14. Providos: 8. **Vagos: 6.**

6. Seção Judiciária **SE**: Juiz Federal: Criados: 12. Providos: 12. Vagos: 0. **Juiz Federal Substituto**: Criados: 8. Providos: 3. **Vagos: 5.**

5.3 Existe concurso em andamento?

Não.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida presencialmente na unidade pelo Diretor Pedro em 15/6/2023, às 15h, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor. Destacou que o acervo de processos físicos ainda não foi integralmente digitalizado, tendo em vista que foram priorizados processos dos servidores, para posteriormente passar aos processos dos magistrados.

Estima-se que em 2 meses será concluída a digitalização do setor, mas não há previsão de quando os arquivos serão inseridos no sistema, porque há necessidade de um servidor para conferência do conteúdo das pastas digitalizadas, o que demanda tempo maior que a digitalização.

Relatou o diretor que a dinâmica do setor será mais eficiente com a implantação do sistema SERH. A ferramenta utilizada atualmente ainda é o sistema SARH.

Há grande demanda de designação de juízes para substituição, considerando o número de magistrados vinculados à unidade (398 mais 63 cargos vagos de juiz federal substituto).

O número de cargos vagos passará a 65 com a promoção de juízes que está em andamento.

Os magistrados convocados são indicados pelo próprio Desembargador que será substituído e submetido ao Plenário.

O plantão é organizado pela Secretaria Judiciária. A Divisão de Assuntos da Magistratura atua somente para registrar o exercício nos assentamentos funcionais dos magistrados para controle de compensações.

A divisão de tarefas no setor é feita entre os 4 servidores por área de atuação: 1) processos da Corregedoria; 2) processos da Presidência; 3) Processos complexos; 4) Escala de férias e substituições.

O Diretor do Foro da Seção Judiciária respectiva é quem auxilia na montagem da escala de férias dos magistrados.

As designações para os mutirões é instruída na Divisão de Assuntos da Magistratura diante de proposta apresentada pelo Juízo de origem. Após a instrução, o processo é enviado para a Corregedoria Regional para manifestação e eventual deferimento.

Foi identificada a necessidade da criação de um sistema para gerenciar a remoção em cascata dos magistrados ante a grande dificuldade que a Divisão possui para sua instrução, uma vez que a tarefa é feita manualmente.

Apesar da complexidade e reduzido quadro de servidores, a Divisão de Assuntos da Magistratura consegue concluir as demandas tempestivamente.

7. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

Estabelecer cronograma para finalização da digitalização e migração dos processos físicos dos magistrados.

Criar um sistema para gerenciar a remoção em cascata dos magistrados.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

1. DADOS DA UNIDADE

1.1 Denominação

Diretoria de Segurança Institucional - DSI.

1.2 Competência

Dirigir as atividades de segurança, transporte e inteligência no TRF5

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo)

Cel. EB. Oliven Pereira de Melo Júnior.

2.2 Servidores e estagiários lotados na unidade

Servidores efetivos	30
Servidores sem vínculo	1, * Há 4 servidores requisitados.
Estagiários	0

3. PLANO DE GESTÃO

3.1 Controle do acervo, distribuição das atividades e estabelecimento dos processos de trabalho estão previstos no plano de gestão?

Estão previstos no plano de gestão do TRF5.

3.2 Como os cargos estão distribuídos?

Os cargos estão distribuídos em 3 áreas, segurança, transporte e inteligência.

3.3 De que forma é observada a Resolução n. 686/2020-CJF?

Na íntegra por meio de normativos internos.

3.4 Como a unidade aplica a Resolução 472/2022 do CNJ?

No momento há apenas 2 policiais judiciais formados na ANP no ano de 2022.

3.5 Houve elaboração do plano de segurança orgânica, proteção e assistência a juízes em situação de risco ou ameaçados?

Plano Regional de Segurança Institucional (Resolução TRF5 n. 6 de 11 de maio de 2022).

3.6 Existe a disponibilização de veículos blindados para magistrados em situação de risco?

Sim, um veículo Toyota Corolla ano 2017/2018.

3.7 Como e quando ocorre o plantão policial para atendimento a casos de urgência envolvendo a segurança de juízes e familiares?

Por meio do acionamento da Comissão Permanente de Segurança.

3.8 Foi instituído o núcleo de inteligência?

Foi instituída uma supervisão de inteligência no ano de 2013.

3.9 Como se dá o controle de acesso e o fluxo nas instalações do Tribunal, nos anexos e no 1º grau?

Por meio de registros de dados pessoais e por meio de CFTV.

3.10 Existe um sistema de monitoramento eletrônico de instalações e áreas adjacentes?

Apenas CFTV.

3.11 Como é realizado o policiamento nas salas de audiência e áreas adjacentes, quando requisitado?

Por agentes da polícia judicial e vigilantes terceirizados.

3.12 Como ocorre o controle quanto à vedação do recebimento de armas em fóruns?

Seguindo na íntegra a vedação.

3.13 Existem policiais, bombeiros, militares, guardas municipais atuando neste Tribunal?

Há policiais e guardas municipais.

3.14 Boas práticas e inovações

Plano de Segurança de Autoridades.

3.15 Dificuldades

Em estrutura, em qualificação, em equipamentos.

4. TELETRABALHO

4.1 O percentual de servidores e a meta de produtividade estão sendo observadas nessa unidade, conforme estabelece a Resolução n. 481/CNJ?

Não há teletrabalho na DSI.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria foi recebida, no dia 15/6/2023, na unidade inspecionada, pelo Desembargador Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho e pelo servidor Olivan Pereira de Melo Júnior.

Foi relatado que atualmente há 30 servidores lotados na unidade.

Registrou-se que as instalações físicas são adequadas para a consecução das atividades, mas que, nesse particular, poderia haver aperfeiçoamento em relação à área de inteligência. Sobre a força de trabalho, salientou-se que há carência de servidores na área administrativa.

Acerca de boas práticas e/ou inovações relevantes no trabalho da unidade, apontaram-se: o advento da Resolução n. 6, do Pleno TRF5, de 11 de maio de 2022, que aprovou o Plano Regional de Segurança Institucional da Justiça Federal da 5ª Região, bem assim da Resolução n. 7, da mesma data, que criou o Grupo Especial de Segurança (GES); a elaboração do Projeto denominado “Cercamento Digital”, Processo SEI 0006930-72.2021.4.05.7000, referente a controle de acesso e vídeo-monitoramento no âmbito do Tribunal, para atingimento dos objetivos previstos na Resolução n. 435/2021, do CNJ; e a realização do Curso de Instrutores de Tiro (Capacidade Técnica), Processo SEI 0006356-15.2022.4.05.7000.

Como principal dificuldade para a melhor realização das atividades, indicou-se a ausência de uma cultura organizacional de segurança institucional. Apontou-se também, a par do incremento da estrutura atual, a necessidade de realização de uma reestruturação administrativa da Diretoria de Segurança Institucional que resultasse em melhor aproveitamento dos servidores atualmente ali lotados, com sua alocação nas áreas com maior demanda de trabalho.

6. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

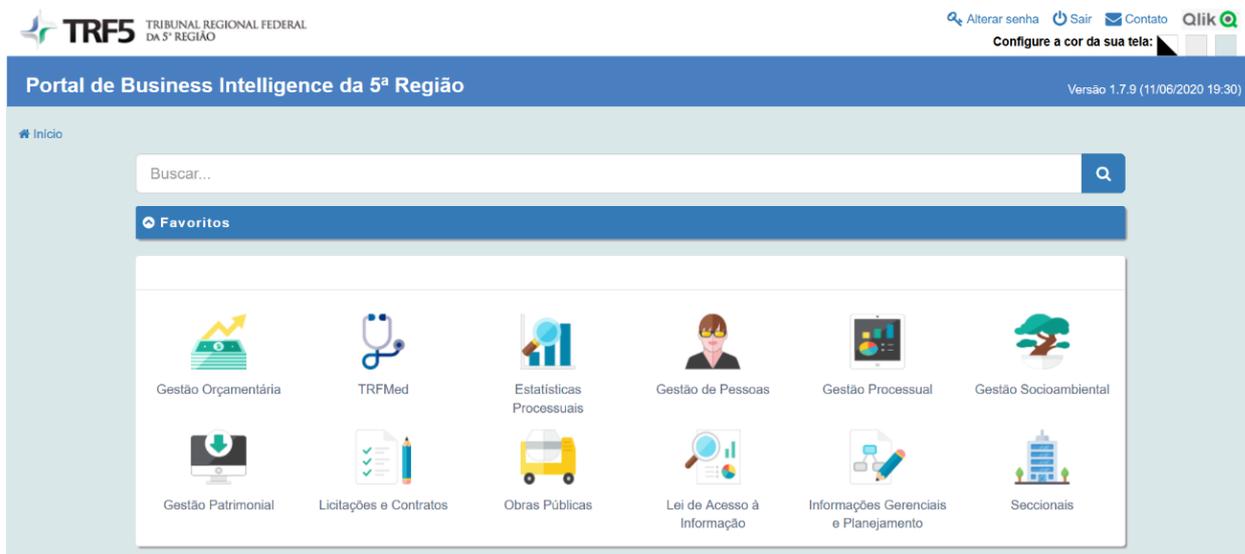
- a) ampliar a adequação da Diretoria aos ditames da Resolução 472/2022, do CNJ;
- e
- b) manter o bom trabalho desenvolvido na Unidade.

ESTATÍSTICA

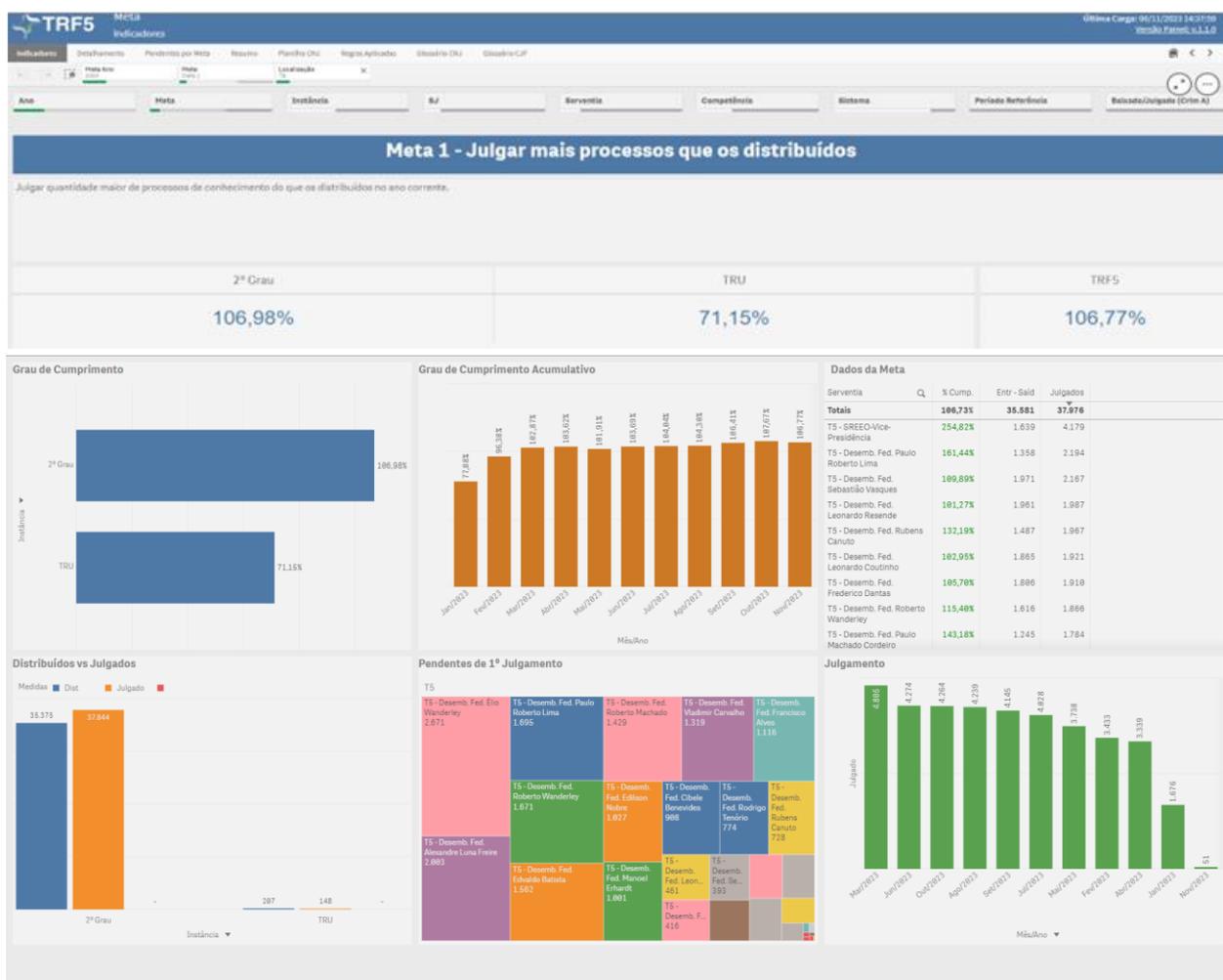
1. Análise da base de dados e de outras informações obtidas durante a inspeção

Na etapa preparatória da Inspeção realizou-se, para fins de seleção dos processos a serem auditados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas de cada processo, tais como: número do processo, data da última movimentação, data da primeira distribuição, data da última conclusão, descrição da última fase e da classe processual, tempo de publicação do acórdão ou da decisão, prazos para votos-vista e revisor, petições pendentes de juntada, processos com carga há mais de 60 dias, dentre outros.

Assim como observado nas inspeções anteriores os resultados desse trabalho permitiram perceber que o Tribunal, por meio de seu sistema eletrônico (PJe), e sua ferramenta de controle da informação (*Business Intelligence - BI*), continuam expandindo o acesso e o controle de seus dados estatísticos, com volume expressivo de informações para atender a gabinetes, secretarias, e demais órgãos internos e externos do Tribunal. As imagens a seguir ilustram algumas das telas utilizadas pelos gabinetes que os auxiliam na gestão do acervo processual e na produção de estatísticas que ajudam no processo de tomada de decisão.

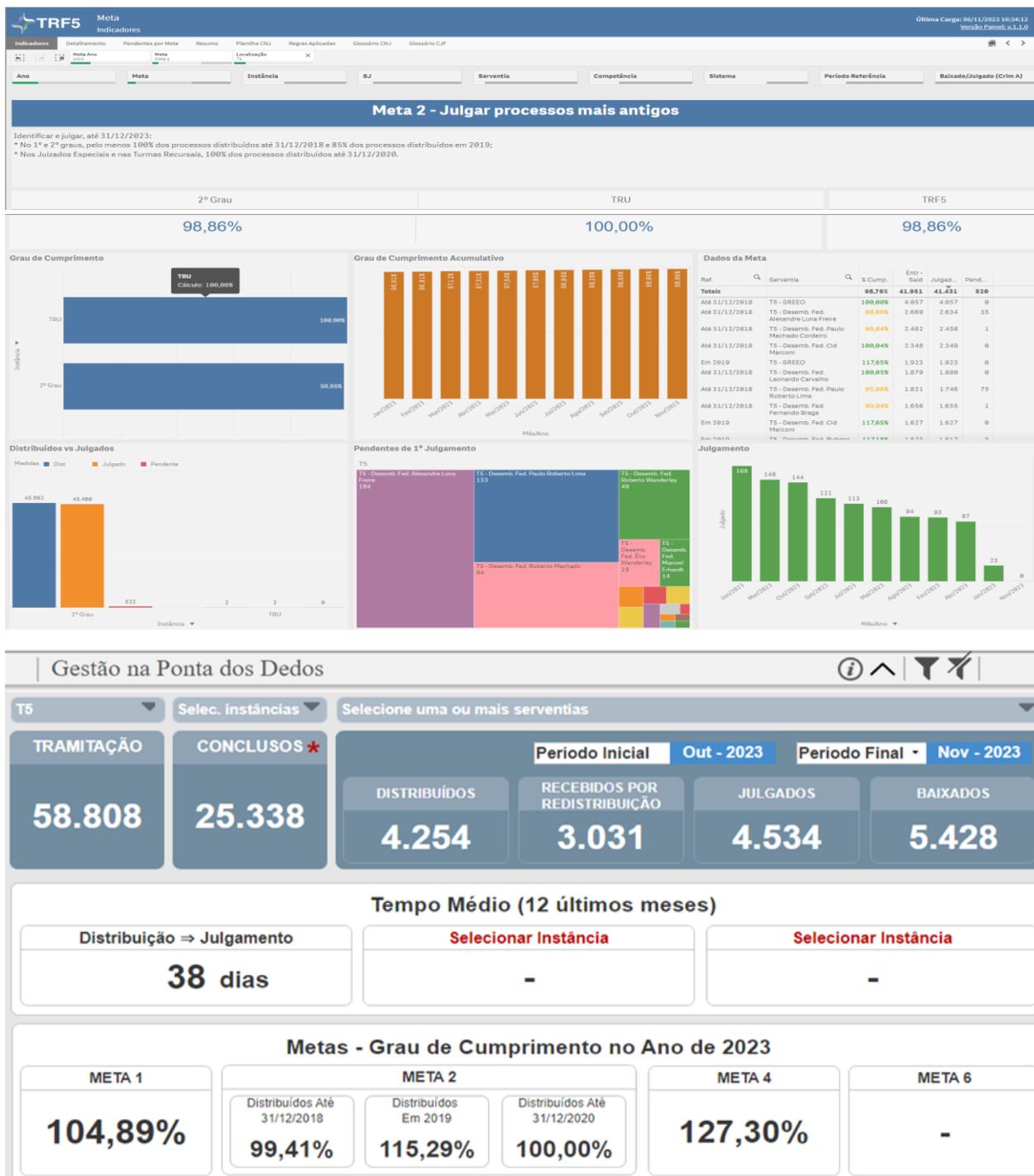


O painel “Metas” localizado no menu “Gestão Processual” recebeu novas atualizações sendo um ótimo exemplo onde magistrados podem acompanhar o desempenho de seu gabinete e produzir mecanismos de gestão para o cumprimento de todas as metas do CNJ afetas a sua unidade. No mapa a seguir é possível visualizar sua funcionalidade.



A ferramenta de relatórios estruturados, utilizada pelo Tribunal, constitui uma excelente prática adotada e permanece, ao longo dos últimos anos, em contínua evolução. Representa um projeto estratégico na gestão dos dados e controle do acervo tanto do 1º quanto do 2º grau.

Essa aplicação está disponibilizada em ambiente *web*, para acesso direto da Corregedoria-Geral que possui, a qualquer tempo, autonomia na busca dos dados para integral desenvolvimento dos trabalhos de inspeção.



2. Estrutura e ambiente de trabalho à disposição do Setor de Estatística

A Divisão de Estatística do Tribunal foi criada com o Ato n. 334 de setembro de 2020 e mantida com o Ato n. 7/2021, que consolidou a estrutura organizacional do TRF - 5ª Região. Atualmente, essa diretoria conta com uma Seção de Estatística, com atuação na produção de dados para o primeiro e segundo graus.

O Tribunal vem há anos se dedicando no desenvolvimento da sua ferramenta de BI, e demonstrando a real necessidade da criação dessa Divisão que irá trabalhar na uniformização das informações e no aperfeiçoamento da própria ferramenta de BI para que as unidades interessadas disponham de dados estatísticos consistentes e de novos painéis e informações úteis à gestão do acervo processual.

Para tanto, o Tribunal permanece engajado com a Comissão do BI (Ato da Presidência n. 54/2021) que busca intensificar a cooperação entre a Corte e as Seções Judiciárias para disseminar e aprimorar a ferramenta entre as seções, além de promover a capacitação dos servidores para melhor utilização da ferramenta.

Assim como na inspeção anterior, as comissões locais e a regional têm trabalhado em validações constantes dos dados, no desenvolvimento de novos painéis e aprimoramento dos antigos para a gestão inteligente dos dados.

Os membros das comissões estão sempre atentos em disponibilizar tutoriais/vídeos para fomentar o uso da ferramenta e extração das informações pelas unidades judiciárias e administrativas com maior facilidade.

3. Constatções sobre a Implantação da Ferramenta de “*Business Intelligence – BI*”

Na inspeção realizada em 2018, a ferramenta de *Business Intelligence* já contava com um conjunto importante de relatórios estatísticos, e desde então vem agregando novas telas com o objetivo de sanar as limitações do PJe, que hoje responde por 99,90% do acervo do Tribunal, no fornecimento de dados para controle de acervo.

Essa nova realidade permite ao Setor de Estatística, aos gabinetes, às unidades processantes, e aos usuários externos do Tribunal produzir seus próprios relatórios, conforme suas necessidades. A aplicação é de simples manuseio e permite gerar dados consolidadas dos processos físicos e eletrônicos. Os painéis estatísticos de controle do acervo estão estruturados para que todas as unidades tenham acesso, de forma simples e dinâmica, aos mais variados tipos de informações, imprescindíveis para a gestão célere e autônoma das diversas unidades julgadoras.

4. Verificação do cumprimento do Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009

Quanto ao Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da CGJF, que trata da divulgação dos dados estatísticos das atividades do Tribunal e dos órgãos judiciários de primeiro grau a ele vinculados, constatou-se que todos os modelos de relatórios foram desenvolvidos e estão sendo regularmente atualizados e publicados no portal do Tribunal.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Para os trabalhos desta inspeção foram solicitados relatórios descritivos dos processos de Desenvolvimento de Aplicações, de Atendimento aos Usuários, de Aquisição de Soluções, da Infraestrutura e da Governança de TI. Também foi enviada ao TRF5 um ofício solicitando vários esclarecimentos acerca destes e outros temas, antes do início da inspeção, de forma que houvesse tempo hábil para que fossem levantadas as informações necessárias. Para o acompanhamento da inspeção, a equipe do TRF5 criou uma pasta na ferramenta Sharepoint, plataforma colaborativa da Microsoft, para compartilhamento de documentos.

Durante o período de inspeção, foram analisados processos administrativos, documentos e informações apresentadas pelo TRF5 em resposta às solicitações da equipe de inspeção, bem como documentação suplementar solicitada, para avaliar o cumprimento das normas estabelecidas e a adoção de regras e boas práticas no âmbito de atuação do Tribunal.

Também foram ouvidos os relatos dos colegas que inspecionaram os gabinetes sobre suas impressões a respeito dos sistemas eletrônicos e processos de trabalho, no intuito de se verificar problemas e oportunidades de melhoria.

A inspeção de Sistemas e Infraestrutura de Tecnologia da Informação se ampara nas melhores práticas para a área de TI, bem como em normativos do CJF e CNJ, especialmente as listadas a seguir:

- Resolução CNJ n. 46/2007;
- Resolução CNJ n. 182/2013;
- Resolução CNJ n. 325/2020;
- Resolução CNJ n. 347/2020;
- Resolução CNJ n. 370/2021;
- Resolução CNJ n. 396/2021;
- Resolução CJF n. 202/2012;
- Resolução CJF n. 279/2013;
- Resolução CJF n. 668/2020;
- Resolução CJF n. 685/2020;
- Resolução CJF n. 687/2020;
- Resolução CJF n. 701/2021;
- Instrução Normativa MPOG n. 73/2020.

A inspeção consistiu em entrevistas com as áreas envolvidas e no exame das documentações apresentadas, conforme as seguintes vertentes:

1) Governança de TI

Verificação de quão aderente aos modelos de gestão e governança está a área de TI do Tribunal, tendo como balizadores os normativos supracitados.

2) Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Análise dos aspectos relativos à gestão de infraestrutura, rede de comunicação, sistemas e atendimento aos usuários internos e externos do Tribunal e da Quinta Região.

3) Segurança da informação

Verificação macro da operação de segurança da informação no âmbito do Tribunal e a aplicação dos itens contidos na Resolução CJF n. 687/2020 e seus documentos acessórios.

4) Quadro de servidores e capacitações na área de TI.

5) Verificação das providências apontadas na inspeção anterior.

6) Iniciativas e boas práticas adotadas pela Quinta Região.

1- Governança

O Tribunal possui Comitê Gestor de TI instituído, e seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação/PDTI está sendo executado em consonância com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação/PETI-JF. O PDTI está devidamente publicado no site do TRF5.

Os processos de contratação de soluções de TI seguem o modelo definido na Resolução CJF n. 279/2013.

Contudo vários processos de gestão ainda estão pendentes no Tribunal. Não foi apresentado um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) para as áreas críticas do Tribunal. É importante destacar que o Plano de Continuidade de Negócios não é de responsabilidade da área de TI em sim da Alta Administração, que deve elaborá-lo e instituí-lo como norma interna, com apoio das demais áreas.

O envolvimento da Alta Administração na governança de TI, na Governança de Segurança da Informação e na Gestão de Continuidade de Negócios, além de boas práticas difundidas pelas Normas NBR ISO, família 27000, NBR ISO 22301, COBIT 6, entre outras, também estão estipuladas em normativos do Poder Judiciário, como as Resoluções CJF n. 687/2020, art. 10 e CNJ n. 396/2021, art. 19.

Não foi realizada uma Análise de Impacto aos Negócios (BIA – *Business Impact Analysis*) que ajudaria a definir quais os processos críticos da instituição, os Tempos Objetivos de Recuperação (RTO - *Recovery Time Objective*), Pontos Objetivos de Recuperação (RPO - *Recovery Point Objective*) bem como o Período Máximo de Interrupção Tolerável (MTPD - *Maximum Tolerable Period of Disruption* / *MTD Maximum Tolerable Downtime*) dos processos de negócio suportados.

Em que pese a falta de um PCN, a área de TI, ao contrário do que se verificou na inspeção anterior, elaborou um plano de ação, chamado de PLANO DE CONTINGÊNCIA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS, objetivando ter um roteiro de restauração dos ambientes em caso de ataques de *ransomware* e afins. O referido plano também pode ser aproveitado para situações de desastre e que seja necessário restaurar todo o sistema.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC no TRF5 deixou de ser composto apenas pela DTI e passou a ser um comitê multidisciplinar, com representantes de várias áreas, como a Diretoria Judiciária, Segurança Institucional, Auditoria Interna, entre outras, conforme disposto no art. 7º da Resolução CNJ n. 370/2021.

Foi criado o Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD), com a nomeação do Encarregado de Proteção de Dados, além da criação da Semana da Segurança e da Proteção de Dados Pessoais (Processo Sei n. 0008017-92.2023.4.05.7000). Foi criado no Sei um formulário para as requisições dos titulares de dados, que são acompanhados por fluxo de atendimento próprio. Foi concluído o Inventário de Dados Pessoais no TRF5 (Processo Sei n. 0007703-20.2021.4.05.7000) além da revisão dos modelos de Minutas de Contratos e Convênios para adequação à LGPD.

A DTI passou a adotar um processo de gestão de configuração e mudanças.

As ações de continuidade ainda estão baseadas na perspectiva de risco que a área de TI tem sobre os processos suportados e os Processos Críticos de Negócio a serem priorizados são, via de regra, definidos pela própria área de TI.

Falta uma Política de Classificação de Ativos que leve em conta a criticidade dos processos de negócio suportados pela área de TI. A elaboração desta política é impactada pela falta do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), bem como da definição dos indicadores dos processos (RTO, RPO e MTPD/MTD).

Sem a classificação dos ativos, feita sem viés técnico ou emocional (do dono do processo de negócio, por exemplo), mas de forma isenta e seguindo metodologias consagradas, todos os processos acabam sendo considerados críticos, ou ainda, nenhum processo é de fato crítico, pois todos recebem o mesmo tratamento.

Quanto à avaliação no iGovTIC-JUD 2022, índice de maturidade em governança medido pelo CNJ, o resultado obtido pelo TRF5 foi de 71,56 pontos, frente aos 63,93 pontos obtidos em 2021 e 54 pontos obtidos em 2020 (0,54 na metodologia anterior). Fica claro que o TRF5 vem atuando para melhorar seus processos de gestão e governança, o que irá refletir na melhoria dos serviços prestados aos usuários dos sistemas mantidos pelo Tribunal.

2 - Infraestrutura de tecnologia da informação

Foram analisados diversos aspectos relativos à gestão de infraestrutura, rede de comunicação e bancos de dados do TRF5 com base na Resolução CNJ n. 370/2021.

Segundo as informações prestadas, o parque de equipamentos e os sistemas sustentam as atividades de cerca de 6 mil usuários internos (incluindo toda a 5ª Região) e mais de 190 mil usuários externos.

Atualmente os sistemas processuais da 5ª Região possuem arquitetura descentralizada, tanto para os sistemas legados quanto em relação ao PJe. No entanto, com a implantação do PJe nacional (versão 2.x), há previsão de haver uma única instalação no *Datacenter* do TRF5.

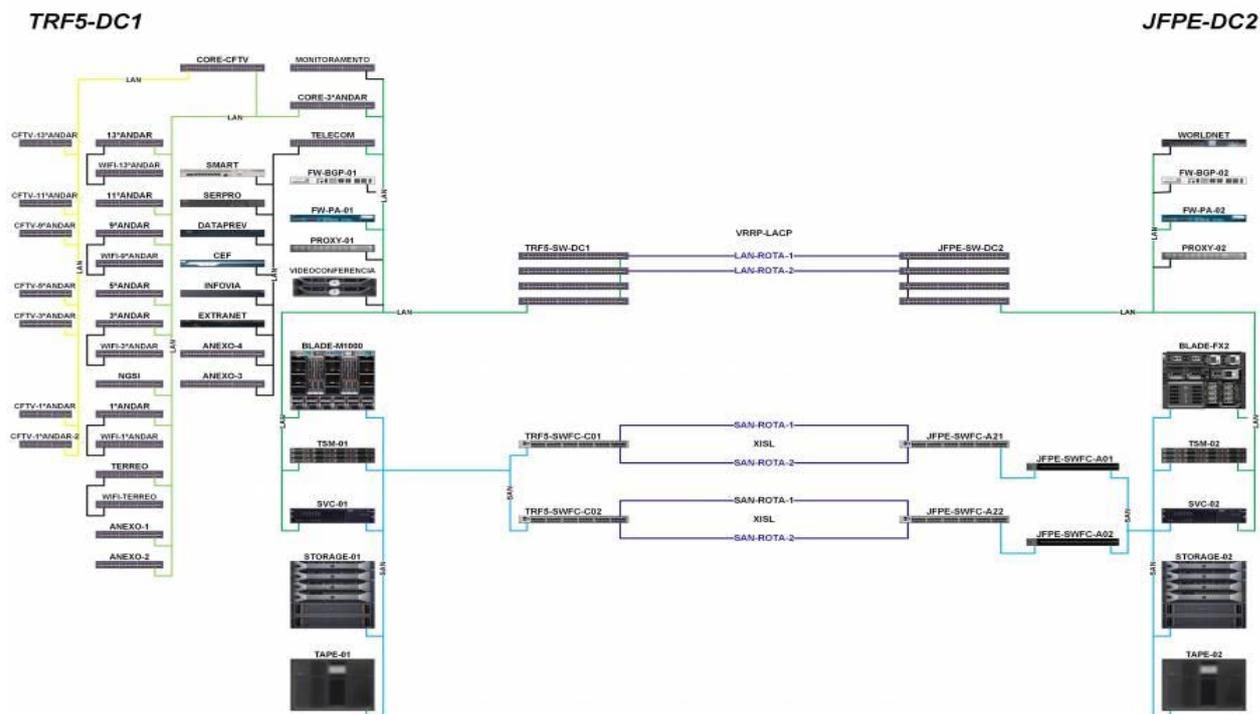
O Tribunal tem avançado no projeto de migração do PJe 1.x (versão desenvolvida pelo TRF5) para a versão Nacional (2.x). Atualmente o PJe 2.x está instalado apenas para os processos dos Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais e no “Justiça 4.0”.

Foi informado que o PJe 1.x recebeu diversas melhorias desde que foi cedido ao CNJ, as quais tornaram imprescindíveis aos trabalhos do Tribunal, como integrações com outros sistemas, AJG, sistema de precatórios (módulo do Esparta), painel de Julgamento Colegiado melhorado, entre outras. Por essa razão a instalação da versão nacional do PJe para todos os processos depende da integração dessas melhorias. Foi informado que as integrações das principais melhorias do PJe 1.x na versão nacional estão em estágio avançado, pendentes de homologação pelos comitês.

2.1 - Data Center

O Datacenter do Tribunal possui espelhamento dos principais ativos em um datacenter secundário localizado no prédio da JFPE (cerca de 20Km de distância). Para a interligação, foram contratadas duas rotas diferentes em fibra óptica, que seguem caminhos distintos entre os sites. Nesta solução os dois Datacenters atuam como contingência um do outro.

INFRA-TRF5-JFPE

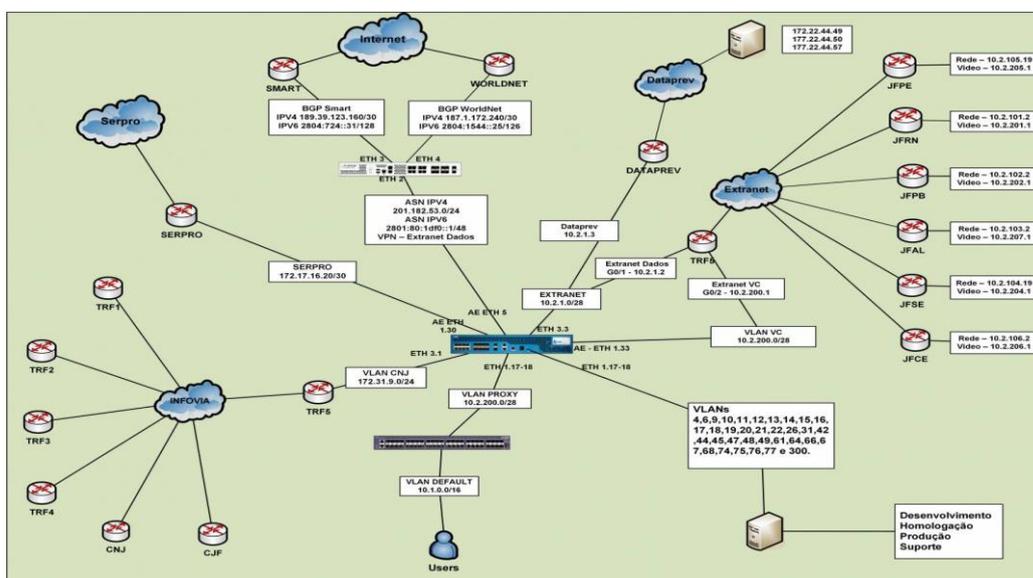


Há duplicação de equipamentos de infraestrutura alocados em cada site, inclusive links de Internet, Firewall, Proxies, Backup, Servidores Blade, etc, todos contando com estrutura básica duplicada.

Há também redundância de Nobreak, Geradores, refrigeração e rede elétrica para os dois Data Centers.

2.2 - Infraestrutura de acesso Internet

O acesso à internet é redundante, protegido por equipamentos de rede redundantes, inclusive os que interligam o datacenter do Tribunal com o da JFPE.



Há interligação da infraestrutura do Tribunal com as Seções Judiciárias da 5ª Região, Conselho da Justiça Federal e demais Tribunais Regionais Federais, Dataprev, etc.

Há projeto em andamento para incremento nos links de saída para internet de 2 para 5Gbps o que irá melhorar a experiência dos usuários durante o acesso aos sistemas.

2.3 - Infraestrutura dos sistemas

O TRF da 5ª Região utiliza duas versões do PJe: a “Versão Nacional” disponibilizada pelo CNJ (chamada internamente de PJe 2x), implantada nos Juizados Especiais em substituição ao sistema Creta, e a versão desenvolvida pelo TRF5, chamada PJe 1x, da qual se originou o sistema PJe Nacional e onde tramitam atualmente os processos de 2º grau.

Além das duas versões do PJe (Nacional e TRF5, ou 2x e 1x, respectivamente), há processos judiciais tramitando em outros sistemas legados:

- CRETA: Processos de Juizados Especiais e Turmas Recursais (não recebe novos processos);
- ESPARTA: Processos físicos de segundo grau (não recebe novos processos);
- TEBAS: Processos físicos de primeiro grau (inativo).

O Sistema Esparta, em geral, não recebe mais processos com vistas à tramitação, apenas encerramentos de inquéritos previamente lançados e consulta a processos. No entanto, o módulo de precatórios continua em uso e não há previsão de ser descontinuado.

O Sistema PJe 1.x utiliza a plataforma de virtualização *VMware*, *Linux Red Hat*, servidores de aplicação *JBoss*, Banco de dados *Postgres* e *Object Store JCR*.

O Sistema Esparta roda nas máquinas dos clientes (cliente-servidor), construído em linguagem *Dephi* e banco de dados *Oracle*.

O Sistema PJe 2.0 utiliza a plataforma de virtualização *VMware* e *Red Hat Openshift Container*, Banco de dados *Postgres* e *Object Store Minio*, tendo como principal linguagem de programação o *Java*.

2.4 - Ambientes de Bancos de Dados

Os Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBD) utilizados pelo Tribunal são:

- *Oracle Database Enterprise Edition*
- *Mysql Enterprise Edition*

- **Postgres**

O controle de acesso dos usuários aos SGBDs e demais equipamentos se dá por meio de usuário e senha (via Active Directory), e há necessidade de liberação de regras de firewall para acesso remoto, tendo em vista que os SGBDs se encontram em VLANs separadas e bloqueadas por padrão. O Tribunal está em processo de implementação de uma solução de cofre de senhas que irá minimizar uma possível vulnerabilidade no acesso aos equipamentos.

A redundância de armazenamento de dados é provida de duas formas:

- Virtualização de *Storage* através do IBM - SVC, utilizando dois *Storages* alocados nos sites do TRF5 e JFPE.
- Duplicação de armazenamento em *Tape Libraries* (fitas) distintas, alocadas nos sites do TRF5 e JFPE.

2.5 - Infraestrutura voltada ao teletrabalho:

Com relação a infraestrutura para atender o teletrabalho, o TRF5 possui a seguinte estrutura para possibilitar o acesso remoto dos servidores e colaboradores:

- VPN: Fornecida pela ferramenta de *Firewall PaloAlto*;
- 2 Links de *Internet* de 2Gbps (em processo de ampliação para 5Gbps);
- Máquinas físicas e virtuais (VMware VDI) para serem acessadas remotamente;
- Suíte *Microsoft 365*;
- Zoom.

Para a integração das equipes internas está sendo utilizada a ferramenta Teams do pacote Microsoft, bem como Sharepoint e Outlook em nuvem.

Para o balcão virtual é utilizada a ferramenta *Zoom Meeting* com links no site do TRF5.

O Tribunal vem substituindo a ferramenta Zoom pelo Teams tanto para reuniões administrativas quanto para teleaudiências de 1º e 2º grau. No mês de abril de 2023 foram realizadas 285 reuniões via Zoom face a 1.527 realizadas no Teams.

3 - Segurança da Informação

A Comissão Local de Segurança da Informação (CLSI) e a Comissão Local de Resposta a Incidentes de Segurança (CLRI) já possuem evidência de atuação, ao contrário do que foi identificado em inspeções passadas, no entanto são reuniões esporádicas, ainda em fase de definição de equipes. O Comitê de Crises Cibernéticas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (CCC TRF5), instituído em cumprimento ao

disposto na Resolução CNJ n. 360/2020, tem se reunido para deliberar sobre assuntos de sua competência.

O Tribunal está investindo na contratação de uma solução integrada de ferramentas e serviços (contrato SOC-SOT) que abrange os seguintes itens:

- Serviço de Operação e Atendimento à Requisições;
- Serviço de Gestão de Incidentes de Segurança (CSIRT);
- Serviço de Gestão de Vulnerabilidades;
- Serviço de Monitoramento e Visibilidade de Ataques Cibernéticos;
- Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança (SOAR);
- Serviço de Testes de Invasão;
- Horas de Consultoria;
- Solução de EDR.

Para o contrato mencionado acima não há garantia de orçamento, depende de realocação de recursos de outros Órgãos.

Está sendo utilizada a ferramenta *Dynatrace*, que possui agentes de monitoração de aplicações. A ferramenta permite identificar gargalos de execução e possíveis comportamentos anormais nas aplicações monitoradas. Apesar de ser uma solução interessante, tanto para monitoramento de segurança quanto para performance e descoberta de problemas, não há licenças suficientes para atender a demanda das equipes.

Também há iniciativa de aquisição de ferramentas para as funções de NPM (*Network Performance Monitor*), que visa medir o desempenho da rede e identificação de gargalos, APM (*Application Performance Monitor*), que mede o desempenho de aplicações (função desempenhada pelo *Dynatrace*), NPMD (*Network Performance Monitoring and Diagnostics*) (função desempenhada pelo *Dynatrace*) e EDR (*Endpoint Detection and Response*), que visa o monitoramento contínuo da rede, busca proativa de ameaças e aplicação de respostas a ameaças e a incidentes de forma integrada.

Verificou-se que a equipe de segurança cibernética do Tribunal é extremamente reduzida, sendo imprescindível a contratação de serviços terceirizados para fazer frente a todo o trabalho de tratamento de demandas relacionadas à segurança cibernética.

Verificou-se a necessidade de um plano de capacitação para os servidores, inclusive de outras áreas como desenvolvimento e infraestrutura, a fim de promover um nivelamento técnico acerca das ameaças aos sistemas e boas práticas a serem adotadas.

4 - Quadro de servidores e capacitações na área de TI.

4.1 - Quadro de servidores

Conforme estabelecido na Resolução CNJ n. 370/2021 o quantitativo mínimo de pessoal do quadro permanente (**MSTI**) deve ser calculado pela seguinte fórmula:

	Total de Cargos de TI	TUInt	TUExt	TURTic	MSTI	DÉFICIT - Cargos a serem criados
TRF5	52	5899	190754	24974	170	118

TUInt: Total de usuários internos que fazem uso dos recursos de TI.

TUExt: Total de advogados, defensores e procuradores registrados nas bases de dados de cada Órgão.

TURTic: Total de Usuários de Recursos de TI.

MSTI: N° mínimo necessário de servidores de TI do quadro permanente - Resolução CNJ n. 370/2021.

$$\text{TURTic} = 5899 + (190754 * 0,10) = 24794$$

Mínimo Necessário de Servidores do Quadro Permanente

$$= (0,1625\% * 24794) + 130$$

$$= 40,58 + 130 = 170,58 \approx 170$$

Conforme o cálculo acima, o quadro permanente de TI do TRF5, em conjunto com a 5ª Região, tem déficit de 118 servidores. Se levado em conta a mão de obra terceirizada, pelo cálculo previsto na Res. CNJ n. 370/2021, ainda haveria um déficit de 79 colaboradores.

Além do quadro próprio de TI, a unidade conta com a colaboração de outros 33 servidores de outras áreas, mas que atuam na TI, 4 estagiários além de profissionais terceirizados.

Embora tenha melhorado em relação à inspeção de 2021, quando o Tribunal contava com apenas 37 servidores do quadro (hoje são 52, sendo que destes, 9 se encontram em outras unidades fora da TI), ainda persiste alta dependência em relação a mão de obra terceirizada e de colaboradores cedidos de outros órgãos ou empresas do setor público.

Há que se ponderar, entretanto, sobre o risco para a continuidade dos serviços de TI de se ter um quadro altamente dependente de mão de obra terceirizada. Pela alta rotatividade do setor privado na área de TI, acentuado nos últimos anos com a expansão do teletrabalho em função da pandemia, o conhecimento adquirido sobre os processos de trabalho, regras de negócio e ferramentas se perde a cada troca de colaborador

terceirizado. Esta situação representa alto risco para a continuidade do negócio no Tribunal e demais órgãos da 5ª Região.

Há grande preocupação da administração com a reposição do quadro de TI ou mesmo sua manutenção. Com o quadro econômico atual, de alta inflação e congelamento de salários no setor público, está cada vez mais difícil reter os talentos na área. Soma-se a isso o aumento da oferta de trabalho remoto pela iniciativa privada, inclusive de empresas fora do Brasil.

Vale ressaltar que esta situação não é exclusiva do TRF5, mas que afeta todo o Judiciário e já é objeto de preocupação do CNJ há alguns anos, percebida pela ênfase dada a este tema na Resolução CNJ n. 370/2021.

O Tribunal vem tentando repor o quadro com a conversão de cargos vagos em outras áreas para cargos de TI. Esta estratégia permitiu um aumento do quadro de TI sem que fosse necessário aumentar o total de cargos, o que demandaria tempo e desgaste político. Também tem buscado alinhamento junto ao CJF para apresentar proposta de lei para criação de novos cargos de TI na Justiça Federal, visto que a carência de profissionais de TI se dá em âmbito geral.

Em relação à Inspeção de 2021 houve significativa melhora na estrutura de cargos e funções da Subsecretaria de TI, que agora foi promovida à Diretoria de Tecnologia da Informação. Percebe-se que houve valorização dos postos de chefia, tendo algumas áreas sido promovidas para funções mais altas.

4.2 - Capacitações na área de TI

Verificou-se que os eventos de capacitação das equipes técnicas foram esporádicos, sem planejamento e sem que fosse definido um conjunto de competências a ser alcançado. As ações de treinamento são realizadas à medida em que são ofertadas por empresas ou disponibilizadas vagas em eventos contratados por outras entidades.

Verifica-se que há pouco investimento em capacitações na área de Segurança da Informação, bem como em Desenvolvimento de Software Seguro.

5 - Verificação do atendimento às recomendações da inspeção anterior

5.1 - Recomendações

Das 13 recomendações constantes do relatório de 2021 apenas 3 não tiveram andamento, as quais destacamos a seguir:

1. *“Elaborar e implementar o Plano de Continuidade de Negócios - PCN, conforme estabelecido na determinação 9.6.1. do Acórdão 2732/2017-TCU-Plenário e no art. 36 da Resolução CNJ n. 370/2021, com base nas normas NBR ISO 23313 e NBR ISO 22301, bem como o Plano de Continuidade de Serviços de TI para os processos críticos, especialmente no que se refere aos serviços judiciais...”*

Situação: Não atendido.

Cabe ressaltar que esta tarefa não cabe somente à DTI mas à alta Administração, com apoio das áreas de negócio. Trata-se também de processo demorado, que não se conclui em uma gestão. Como alternativa recomendamos que se contrate treinamento para as áreas de negócio e alta administração visando a conscientização sobre a importância da elaboração do PCN.

2. *“Definir os processos e ativos críticos da organização estabelecidos no Plano de Ação de Segurança Cibernética na Justiça Federal de forma a permitir aplicação de políticas diferenciadas, conforme a criticidade do processo de negócio, especialmente relacionado às áreas de Segurança da Informação e Continuidade de Serviços de TI ...”*

Situação: Não atendido.

Ressalte-se que esta tarefa não cabe somente à DTI mas à alta Administração, com apoio das áreas de negócio. Este processo é um desdobramento do PCN.

3. *“Implementar o Processo de Gerenciamento e Controle de Ativos de TI (NBR ISO/IEC 27001:2013)”*.

Situação: Não atendido.

A DTI adotou um processo de gestão de mudanças e configuração, em seu bojo é esperado que seja gradualmente construído um processo de controle de ativos.

4. *“Elaborar a política de gestão de pessoas voltada para a área de TIC, levando em consideração o disposto na Resolução CNJ n. 370/2021, que estabeleça mecanismos de combate à evasão de talentos na área”*.

Situação: Não atendido.

Recentemente foi instituído o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas da Corte. A partir do recém instituído normativo, será possível, à luz da Res. CNJ n. 370/2021 e alinhado às diretrizes da JF5, estabelecer a política de gestão de pessoas de TI, a ser apreciada pelo COGEST e Conselho de Administração para sua instituição/promoção.

6 - Iniciativas e boas práticas adotadas pela Quinta Região.

A Quinta Região vem implementando várias ações de inovação, como a construída pela JFRN em parceria com a UFRN (residência em TI), que consiste em uma solução para avaliar a necessidade de perícias de acordo com a análise do texto da petição

inicial, e ainda a da equipe da UFCG em parceria com o TRF5 e a JFSE, que construíram uma solução para triagem dos recursos especiais/extraordinários.

Classificação de Petições Iniciais para Perícias: Solução baseada em uso de técnicas de aprendizagem de máquina e Processamento de Linguagem Natural, com o objetivo de automatizar o processo de triagem de perícias em processos dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte. A partir do texto da petição inicial e dos metadados do processo, sinaliza se há necessidade de perícia e em quais áreas deve ser agendada. A solução contribui para a redução de atividades repetitivas dos servidores que trabalham com a triagem e agendamento de perícias nas varas.

Triagem dos Recursos Especiais/Extraordinários e classificação de processos: projeto coordenado diretamente pelo magistrado Dr. Luís Bispo, a iniciativa tem a finalidade de automatizar o procedimento de triagem e análise textual de recursos interpostos para apreciação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, incluindo ações em tramitação nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, categorizando os processos judiciais pela matéria, de forma a viabilizar não apenas a identificação dos recursos que já tem matéria decidida por Tribunal Superior quanto aqueles que tratam de matéria repetitiva e potencialmente qualificável como representativo de controvérsia, concretizando todo o resultado da pesquisa numa solução de software integrada aos sistemas PJe em uso no TRF5 e nas Turmas Recursais e à plataforma Sinapses do CNJ, nos termos da Resolução CNJ n. 332/2020.

O sistema de pesquisa à base de Julgados do Tribunal, JULIA, além de ser um mecanismo de busca textual, ainda permite a localização de documentos por similaridade de texto, utilizando tecnologias de Inteligência Artificial. Com a busca por similaridade é possível agilizar a triagem de processos que possuem petições semelhantes, aumentando a produtividade dos gabinetes.

O Tribunal adotou modelo de gestão de contratos baseado em centros de custo descentralizados. Cada contrato é tratado como um projeto na ferramenta de gestão de demandas JIRA, e os dados são alimentados pelos responsáveis pelos centros de custo. Os projetos de contratação são acompanhados por meio de painéis de BI (Business Intelligence) na ferramenta QLIK. Este modelo/sistema de gestão, chamado internamente de SGA, vem permitindo ao Tribunal agilizar os processos de contratação, realizar compras conjuntas para toda a região, ter previsibilidade na execução orçamentária e economia de recursos.

O Tribunal mantém dois desenvolvedores participando com exclusividade da equipe de desenvolvimento nacional do sistema SERH, coordenada pelo CJF. Mantém também, uma equipe interna dedicada ao mapeamento das migrações do atual sistema (SRH) para o SERH. O propósito é deixar o sistema pronto para a migração quando se aproximar a implantação do SERH no TRF5.

O TRF5, pela necessidade de integrar as melhorias em sua versão própria do PJe (versão 1x) na versão Nacional (PJe 2x), têm realizado a integração de diversos módulos

à infraestrutura de micro serviços da PDPJ. Em decorrência do acordo de colaboração firmado com o CNJ, o TRF5 passa a ter que suportar, técnica e negocialmente, as demandas dos usuários destes módulos em todo o País. Este suporte tem o potencial de consumir grande parte do contrato de suporte e de fábrica de software atualmente disponível, sendo que não há previsão orçamentária para suportar estes custos extras.

CONCLUSÃO

O TRF5 tem investido em inovação e melhoria nos processos de gestão e governança. Com o uso de soluções que envolvem Inteligência Artificial, melhorando seus processos de gestão, como visto com adoção do SGA, aquisição de novas ferramentas de monitoramento de rede e aplicações, contratando solução integrada de tratamento a ameaças cibernéticas, entre várias outras iniciativas de destaque. O Tribunal trabalha para aumentar a produtividade e disponibilidade de seus serviços, bem como de toda a 5ª Região.

A despeito da evolução da governança de TI no TRF5 nos últimos anos, há alguns processos de gestão que ainda não foram implementados. A falta destes processos se reflete na avaliação do Tribunal no IGovTIC-JUD, que vem melhorando mas ainda está aquém do ideal e do potencial da Quinta Região.

RECOMENDAÇÕES.

As recomendações não estão listadas em ordem de importância ou prioridade

1 - Promover treinamentos sobre o tema Continuidade de Negócios, visando a conscientização da alta administração sobre a necessidade de se elaborar um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) para os processos de negócios críticos da 5ª Região;

2 - Elaborar e implementar o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), conforme estabelecido na determinação 9.6.1. do Acórdão 2732/2017-TCU-Plenário e no art. 36 da Res. CNJ n. 370/2021, para os processos de negócio críticos;

3 - Capacitar as equipes, promovendo nivelamento técnico, para a identificação, prevenção e resposta a ameaças cibernéticas, incluindo toda a área de TI;

4 - Dar continuidade ao processo de treinamento das equipes da DTI, especialmente em relação a competências técnicas;

5 - Manter a política de conversão de cargos vagos em cargos de TI e provê-los quando possível visando diminuir o déficit de servidores na área, bem como prosseguir com o projeto de criação de novos cargos para a área de TI na Justiça Federal;

6 - Concluir os processos de aquisição de ferramentas de monitoramento de rede e aplicações (APM/NPMD), bem como a contratação de solução integrada de tratamento e resposta a incidentes de segurança (EDR/XDR);

7 - Utilizar solução de cofre de senhas para acesso aos servidores e revisar os perfis de acesso;

8 - Concluir os fluxos de integração do AJG e sistema de precatórios, bem como a Sessão de Julgamento, na versão nacional do PJe (PJe 2x).

Por fim, agradecemos a toda a equipe de TI do TRF5 pela presteza, cordialidade, disponibilidade e rapidez nas entregas das informações solicitadas.

G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

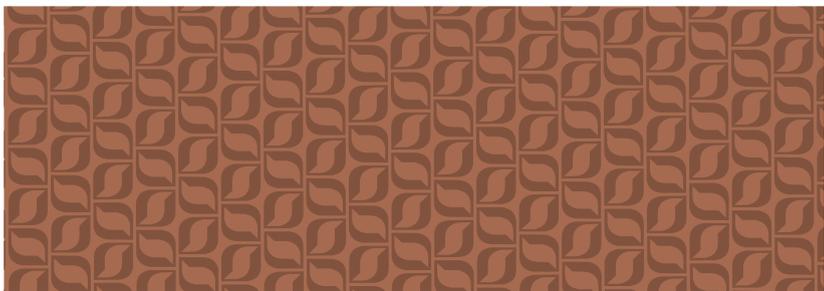
Os trabalhos da inspeção foram encerrados no dia 16/6/2023, conforme ata lavrada, sendo elaborado em seguida este relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Assim, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá ser relacionado e notificado nos autos as unidades que responderam, com imediata remessa aos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral, para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram adequadamente atendidas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Por fim, registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste relatório: magistrados e servidores da Justiça Federal e da Corregedoria-Geral que integraram as equipes da inspeção; e membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

É o relatório.

Ministro **OG FERNANDES**
Corregedor-Geral da Justiça Federal



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

